



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região

DOUTRINA — JURISPRUDÊNCIA
INSTRUÇÃO E SÚMULA DO TST

1986

RO436

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.^a REGIÃO
Av. Praia de Belas, 1100 — Porto Alegre - RS - Brasil

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região

Comissão de Divulgação
Juiz José Fernando Ehlers de Moura (Presidente)
Juiz João Luiz Toralles Leite
Juiz Mário Somensi

Diretor do Serviço de Jurisprudência e Ementário
Nelsi Oliveira Lopes

EDITADA PELA
LIVRARIA DO GLOBO S/A
PORTO ALEGRE

ISSN 0100-7637

Rev. TRT - 4. ^a Reg.	Porto Alegre	a. 20	n.º 19	p. 1 a 440	1986
---------------------------------	--------------	-------	--------	------------	------

COMPOSTO E IMPRESSO
LIVRARIA DO GLOBO S. A.
AV. GETÚLIO VARGAS, 1271 - CX. POSTAL 349
PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

Revisão: Aral Nunes Goulart

Cip-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região. v.10-
1977- . Porto Alegre, Tribunal Regional do Trabalho.
v. anual

Continuação do Ementário do Tribunal Regional do Tra-
balho da 4.^a Região.

1. Direito - Periódico. I. Rio Grande do Sul. Tribunal Re-
gional do Trabalho.

C.D.U. 34(05)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.ª REGIÃO

(Jurisdição: Estado do Rio Grande do Sul)

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

(Novembro de 1986)

Presidente

Juíza Alcina Tubino Ardaiz Surreaux

Vice-Presidente

Juiz Sileno Montenegro Barbosa

Juízes Vitalícios

Juiz Antonio Tomaz Gomes Salgado Martins

Juiz Ermes Pedro Pedrassani

Juiz João Antonio Guilhembernard Pereira Leite

Juiz Fernando Antônio Pizarro Barata Silva

Juiz João Luiz Toralles Leite

Juiz Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

Juiz José Fernando Ehlers de Moura

Juiz Paulo Maynard Rangel

Juiz Mário Somenzi

Juiz Ronaldo José Lopes Leal

Juiz Alcione Niederauer Corrêa

Juiz José Luiz Ferreira Prunes

Juízes Classistas Temporários (Titulares)

Juiz Plácido Lopes da Fonte (Representante dos Empregadores)

(Vaga: Representante dos Empregados)

Juiz Antonio José de Mello Widholzer (Representante dos Empregadores)

Juiz Adão Eduardo Häggstram (Representante dos Empregados)

(Vaga: Representante dos Empregadores)

Juiz Olívio Nunes (Representante dos Empregados)

Juiz Liberty Conter (Representante dos Empregadores)

Juiz Dorval Knak (Representante dos Empregados)

Juízes Classistas Temporários (Suplentes)

Juiz Vitorino Antonio Gava (Representante dos Empregadores)

(Vaga: Representante dos Empregados)

Juiz Osmar Lanz (Representante dos Empregadores)

Juiz Alcides Ludke (Representante dos Empregados)

Juiz Elio Eulálio Grisa (Representante dos Empregadores)

(Vaga: Representante dos Empregados)

Juíza Solé de Oliveira Bing (Representante dos Empregadores)

Juiz Luiz Kayser (Representante dos Empregados)

Dia de reunião: última sexta-feira de cada mês

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TURMAS E DAS TURMAS

(Novembro de 1986)

Primeiro Grupo (1.ª e 3.ª Turmas)

Juiz João Antonio Guilhembernard Pereira Leite (Presidente)

Dia de reunião: quinta-feira

Primeira Turma

Juiz Antonio Tomaz Gomes Salgado Martins (Presidente)

Juiz Ermes Pedro Pedrassani

Juiz Alcione Niederauer Corrêa

Juiz Plácido Lopes da Fonte

Vaga

Dia de reunião: quarta-feira

Terceira Turma

Juiz João Luiz Toralles Leite (Presidente)

Juiz João Antonio Guilhembernard Pereira Leite

Juiz Ronaldo José Lopes Leal

Juiz Olívio Nunes

Vaga

Dia de reunião: terça-feira

Segundo Grupo (2.ª e 4.ª Turmas)

Juiz Fernando Antônio Pizarro Barata Silva (Presidente)

Dia de reunião: quarta-feira

Segunda Turma

Juiz José Fernando Ehlers de Moura (Presidente)

Juiz Fernando Antônio Pizarro Barata Silva

Juiz José Luiz Ferreira Prunes

Juiz Antonio José de Mello Widholzer

Juiz Adão Eduardo Häggstram

Dia de reunião: quinta-feira

Quarta Turma

Juiz Paulo Maynard Rangel (Presidente)

Juiz Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

Juiz Mário Somensi

Juiz Liberty Conter

Juiz Dorval Knak

Dia de reunião: terça-feira

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO E RESPECTIVAS JURISDIÇÕES

(Novembro de 1986)

MUNICÍPIO-SEDE	JUIZ PRESIDENTE	JURISDIÇÃO
BAGÉ (CEP 96400)	(Vaga)	Dom Pedrito, Lavras do Sul e Pinheiro Machado
BENTO GONÇALVES (CEP 95700)	<i>Paulo Caruso</i>	Carlos Barbosa, Garibaldi, Guaporé, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Pará e Veranópolis
CACHOEIRA DO SUL (CEP 96500)	<i>Cláudio Gilberto Aguiar Höehr</i>	Agudo, Caçapava do Sul, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Encruzilhada do Sul, Restinga Seca e Santana da Boa Vista
CAMAQUÃ (CEP 96180)	(Vaga)	Dom Feliciano, São Lourenço do Sul e Tapes
CANOAS (CEP 92.000)		
1.ª Junta	<i>Suzana Eleonora J. Dani de Boeckel</i>	Somente o respectivo município
2.ª Junta	<i>Maria Joaquina C. Schissl</i>	
3.ª Junta	<i>Beatriz Sanvicente Ilha Moreira</i>	
CARAZINHO (CEP 99500)	<i>Ricardo Lutz Tavares Gehling</i>	Campo Real, Chapada, Colorado, Constantina, Espumoso, Ronda Alta, Rondinha, Sarandi, Selbach, Soledade, Tapera e Victor Graeff
CAXIAS DO SUL (CEP 95100)		
1.ª Junta	<i>Sebastião Alves de Messias</i>	Antônio Prado, Farroupilha, Flores da Cunha e São Marcos
2.ª Junta	<i>Gundram Paulo Ledur</i>	
CRUZ ALTA (CEP 98100)	<i>Nires Maciel de Oliveira</i>	Condor, Ibirubá, Panambi, Pejuçara, Santa Bárbara do Sul e Tupanciretã

MUNICÍPIO-SEDE	JUIZ PRESIDENTE	JURISDIÇÃO
ERECHIM (CEP 99700)	<i>Luiz Christófoli</i>	Aratiba, Barão de Cotegipe, Cacique Doble, Campinas do Sul, Erval Grande, Gaurama, Getúlio Vargas, Itatiba do Sul, Jacutinga, Machadinho, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Sananduva, São José do Ouro, São Valentim, Severiano de Almeida e Viadutos
ESTEIO (CEP 93250)	<i>Lúcio Sérgio Mascarenhas</i>	O respectivo município e o de Sapucaia do Sul
FREDERICO WESTPHALEN (CEP 98400)	(Vaga)	Alpestre, Braga, Caiçara, Campo Novo, Coronel Bicaco, Erval Seco, Humaitá, Iral, Liberato Salzano, Miraguaí, Nonoai, Palmeira das Missões, Palmitinho, Planalto, Redentora, Rodeio Bonito, São Martinho, Seberi, Tenente Portela, Três Passos e Vicente Dutra
GRAVATAÍ (CEP 94000)		Somente o respectivo município
GUAÍBA (CEP 92500)	(Vaga)	O respectivo município e o de Barra do Ribelro
IJUI (CEP 98700)	<i>Teresinha Maria Delfina Signori Correia</i>	Ajuricaba, Augusto Pestana e Santo Augusto
LAJEADO (CEP 95900)	<i>Berenice Correa Maciel de Athayde</i>	Anta Gorda, Arrolo do Melo, Barros Cassal, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Fontoura Xavier, Ilópolis, Muçum, Nova Bréscia, Putinga e Roca Sales
MONTENEGRO (CEP 95780)	<i>Rosane Serafini Casanova</i>	Salvador do Sul e Taquari
NOVO HAMBURGO (CEP 93300) 1. ^a Junta 2. ^a Junta 3. ^a Junta	<i>Carmen Camino Ana Lulza Heineck Kruse Beatriz Ostermayer Diniz da Costa</i>	Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Nova Petrópolis e Sapiranga
OSÓRIO (CEP 95520)	<i>Pedro Luiz Serafini</i>	Santo Antônio da Patrulha, Torres e Tramandaí
PASSO FUNDO (CEP 99100)	<i>Harri Marmitt</i>	Arvorezinha, Casca, Ciríaco, David Canabarro, Marau, Serafina Corrêa, Sertão e Tapejara

MUNICÍPIO-SEDE	JUIZ PRESIDENTE	JURISDIÇÃO
PELOTAS (CEP 96100)		Arroio Grande, Cangussu, Erval, Jaguarão, Pedro Osório e Pira- tini
1. ^a Junta	<i>Dulce Olenca Baumgarten Padilha</i>	
2. ^a Junta	(Vaga)	
PORTO ALEGRE (CEP 90060)		Alvorada, Cachoeirinha e Viamão
1. ^a Junta	<i>Jane Alice de Azevedo Machado</i>	
2. ^a Junta	<i>Gilberto Libório Barros</i>	
3. ^a Junta	<i>Beatriz Brun Goldschmidt</i>	
4. ^a Junta	<i>Rosa Maria W. Candiota da Rosa</i>	
5. ^a Junta	<i>Magda Barros Biavaschi</i>	
6. ^a Junta	<i>Maria Guilhermina Miranda</i>	
7. ^a Junta	<i>André Avelino Ribeiro Neto</i>	
8. ^a Junta	<i>Geraldo Lorenzon</i>	
9. ^a Junta	<i>Policiano Konrad da Cruz</i>	
10. ^a Junta	<i>Gelson de Azevedo</i>	
11. ^a Junta	<i>Ester Pontremoli Vieira Rosa</i>	
12. ^a Junta	<i>Belatrix Prado de Melo</i>	
13. ^a Junta	<i>Carlos Eduardo de Assis Bergman</i>	
14. ^a Junta	<i>Luiz Fernando Egert Barboza</i>	
15. ^a Junta	<i>Mauro Augusto Breton Viola</i>	
16. ^a Junta	<i>Paulo Orval Particheli Rodrigues</i>	
17. ^a Junta	<i>Maria da Glória Trindade</i>	
RIO GRANDE (CEP 96200)	<i>Estevão Valmir Torelly Riegel</i>	Mostardas, Santa Vitória do Pal- mar e São José do Norte
ROSÁRIO DO SUL (CEP 97590)	<i>João Alfredo B. Antunes de Miranda</i>	Cacequi, São Gabriel e São Vi- cente do Sul
SANTA CRUZ DO SUL (CEP 96800)	<i>Maria Helena Mallmann Sulzbach</i>	Arroio do Tigre, Candelária, Rio Pardo, Sobradinho, Venâncio Al- res e Vera Cruz
SANTA MARIA (CEP 97100)	<i>Tânia Maciel de Oliveira da Trindade</i>	Formigueiro, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Palma, São Pedro do Sul e São Sepé
SANTA ROSA (CEP 98900)	<i>Walter Raimundo Spies</i>	Alecrim, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Crissiumal, Giruá, Hori- zontina, Independência, Porto Lucena, Santo Cristo, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi
SANTANA DO LIVRAMENTO (CEP 97570)	<i>Vera Regina Pignati Lindoso</i>	O respectivo município e o de Quaraí
SANTO ÂNGELO (CEP 98800)	<i>Maria Aparecida Cruz de Oliveira</i>	Bossoroca, Caibaté, Catuípe, Cerro Largo, Chiapeta, Guarani das Missões e São Luiz Gonzaga

MUNICÍPIO-SEDE	JUIZ PRESIDENTE	JURISDIÇÃO
SÃO JERÔNIMO (CEP 96700)	(Vaga)	Arroio dos Ratos e Butiá
SÃO LEOPOLDO (CEP 93000) 1.ª Junta 2.ª Junta	<i>Carlos Edmundo Blauth</i> <i>Darcy Carlos Mahle</i>	Feliz, Portão e São Sebastião do Cal
TAQUARA (CEP 95600)	<i>Helolisa Gonçalves da Silva</i>	Cambará do Sul, Canela, Gramado, Igrejinha, Rolante, São Francisco de Paula e Três Coroas
TRIUNFO (CEP 95840)		O respectivo município e o de General Câmara
URUGUAIANA (CEP 97500)	<i>Cleusa Regina Halfen</i>	Alegrete e Itaqui
VACARIA (CEP 95200)	<i>Denis Marcelo de Lima Molarinho</i>	Barracão, Bom Jesus, Esmeralda, Iblaçá, Ibiraiaras e Lagoa Vermelha

JUIZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

(Ordem de Antiguidade)

Sílvia Maria Gonçalves Goraleb

Antônio Pisa

Camilo Benigno Tavares Lélis

Stanislaw Zmuda

Milton Carlos Varela Dutra

José Domingos de Sordi

Juraci Galvão Júnior

Adelar Mazeto

Adroaldo José Fontes da Silveira

Maria Beatriz Condessa Ferrelra

Régis Breton Viola

Ana Rosa Pereira Zago

Maria Inês Cunha Dornelles

Eurídice Josefina Bazo Tórres

Leopoldo Justino Girardi

Ricardo Antonio Klock Peçanha

Jurema Reis de Oliveira Guterres

Leonardo Meurer Brasil

Olavo De Villa

Denise Maria de Barros

Ricardo Carvalho Fraga

José Felipe Ledur

PROCURADORES DO TRABALHO

(Ordem de Antiguidade)

Carlos Renato Genro Goldschmidt — Procurador Regional

César Macedo de Escobar

João Carlos Guimarães Falcão

Marco Antonio Prates Macedo

José Henrique Gomes Salgado Martins

Thomaz Francisco d'Ávila Flores da Cunha

João Alfredo Reverbel Bento Pereira

Josina Gomes Jeanselme Macedo

Paulo Rogério Amoretty Souza

Ivan Prates Bento Pereira

Nelson Lopes da Silva

Antônio de Almeida Martins Costa Neto

José Carlos Pizarro Barata Silva

Kátya Teresinha Monteiro Saldanha

Luiz Fernando Mathias Vilar

Fabiano de Castilhos Bertoluci

Marília Hofmeister Caldas

Vera Regina Della Pozza Reis

Dionéia Amaral Silveira

.

2020

JUDICIÁRIO TRABALHISTA (*)

ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX

Juíza Presidente do TRT da 4.^a Região

Abordando o tema que nos foi proposto pelos organizadores deste Simpósio — Judicatura Nacional — pensamos que se deva enfocá-lo relativamente ao Judiciário Trabalhista, nossa área de atividade, seus propósitos e seus problemas, os quais, nos últimos anos, vêm se agravando como em progressão geométrica, a ponto mesmo de comprometer a eficiência e a rapidez sempre dispensadas aos jurisdicionados.

Em verdade, os efeitos profundos da crise econômica desproporcionada que vinha assolando o país há bastante tempo — e que começamos a vencer a partir deste 28 de fevereiro — havia atingido fortemente o funcionamento do Judiciário Trabalhista e desnudado a precariedade da estrutura da instituição. O desemprego e a miséria a que foram levados os trabalhadores, a par das dificuldades quase insuperáveis enfrentadas pelos empregadores, produtos típicos de uma economia de recessão, trouxeram consigo um significativo aumento do número de reclamações, que importou no desaparecimento da celeridade processual e na criação de uma carga de trabalho praticamente intransponível pelos julgadores.

Apenas para ilustrar tal afirmativa, cabe mencionar que o nosso Tribunal julgou, em 1985, 10.599 processos (desses, 249 trataram-se de Dissídios Coletivos, vários com greve); as Juntas, por sua vez, decidiram 72.819 reclamações. Ora, se verificarmos que o Tribunal conta com 22 Juízes e as Juntas perfazem o número de 50 unidades, conclui-se, de pronto, que os limites estabelecidos pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional e, especialmente, aqueles que um ser humano comum é capaz de suportar, foram bastante ultrapassados.

Contudo, não foi o crescimento desmesurado de reclamações, por mais impressionante que possa parecer, o único ou, ao menos, o mais qualificado fator a concorrer para o emperramento da máquina judiciária e o congestionamento processual hoje observado. Outras

(*) Palestra proferida no Simpósio Intersindical 86, realizado em Canela, de 12 a 15 de março, e promovido pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.

causas, não tão imediatas, mas contundentes, de grande profundidade, de gravidade tamanha que exigem pronto enfrentamento, contribuíram e continuam a contribuir para o que se poderia denominar "envelhecimento precoce" da Justiça do Trabalho.

Em realidade, a Justiça do Trabalho, nascida de forma e com métodos novos, pioneira pelo informalismo, celeridade e eficiência, por muito tempo exemplar na sua atuação, ano após ano vem perdendo sua agilidade, sua capacidade de dar pronta resposta aos conflitos sociais. Suas deficiências, sua defasagem em relação ao ritmo e à complexidade deste país têm sido contínua e inexoravelmente identificadas. Reconhece-se, sem discrepância, a necessidade imperativa de um processo de modernização e aperfeiçoamento do Poder Judiciário, preso a tradições, ritos e procedimentos que, em certos casos, mesmo no processo trabalhista, remontam às casas de suplicação lusitanas.

Muito se falou, ao longo dos passados regimes autoritários, em reformar o Judiciário. Contudo, nem as emendas constitucionais, nem a malsinada Lei Orgânica da Magistratura Nacional, foram capazes de dotar o Poder Judiciário dos necessários e almejados mecanismos que possibilitassem uma prestação jurisdicional rápida, eficaz e mesmo acessível aos litigantes de baixa renda. Ao contrário, a LOMAN, por exemplo, além de não eliminar os embaraços da judicatura e dos Tribunais, acabou por criar dispositivos de certa forma ameaçadores à independência da Magistratura, afora outros, indesejáveis, que somente contribuíram para emperrar ainda mais o aparelho judiciário, como a proibição de convocar Juizes de primeiro grau para atuarem na segunda instância, substituindo, nas Turmas e Grupos de Turmas, os Juizes Togados em suas férias e impedimentos legais.

Os problemas que afligem e comprometem o Judiciário, realmente, têm resistido ao tempo, prevalecendo, ou a omissão dos outros poderes, ou, na maioria dos casos, soluções equivocadas.

A esperança da Magistratura, por conseguinte, está voltada, no momento, para a futura Assembléia Nacional Constituinte a ser instalada em 1987.

Constituinte, aliás, é hoje no Brasil uma palavra mágica. Dela deve-se esperar, contudo, não uma panacéia para todos os males na Nação, não um remédio para dar emprego, teto, pão, educação e saúde, mas uma verdadeira lei maior que defina as linhas mestras do Estado de direito que nos abrigará, legitimando as esperanças dos brasileiros.

Ao definir a base desse estado de direito que, em última análise, é um estado de justiça, os constituintes eleitos forçosamente deverão dirigir grande parte de seu tempo e de sua capacidade pessoal para a elaboração do capítulo relativo ao Poder Judiciário. Não será ocioso lembrar que a paz social, ideal que repousa na garantia dos direitos dos cidadãos e na defesa dos interesses coletivos, está indissoluvelmente vinculada ao satisfatório desempenho da máquina judiciária.

Tal ideal não será atingido, persistindo os males ainda não erradicados, se a Constituição nova não consagrar a doutrina do estado de direito e da separação de poderes, caracterizando a independência do Judiciário. Independência esta, frise-se, não apenas retórica, mas livre da indevida ingerência do Executivo e caracterizada pela autonomia política, administrativa e financeira, autonomia que propiciará ao Judiciário a modernização de sua infraestrutura e os instrumentos suficientes para o atendimento dos anseios dos jurisdicionados.

É preciso, para tanto, não permitir mais que se faça tábula rasa das nossas necessidades, com o esquecimento das soluções almejadas e preconizadas. Afinal, há muito tempo que o Poder Judiciário vem sendo relegado a um segundo plano, compelido a conviver com situações indesejadas e com perplexidades, cuja falta de resposta se reflete negativamente na prestação jurisdicional.

Deu-nos esperanças, a respeito, recente recebimento de mensagem do Colendo Supremo Tribunal Federal, em que seu ilustre Presidente, Ministro Moreira Alves, nos cientificava da necessidade de receber as contribuições do nosso Tribunal à Comissão de Estudos Constitucionais, na parte relativa ao capítulo do Poder Judiciário. Tal mensagem, endereçada certamente a todos os Tribunais do país, revela a preocupação da comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos com a posição e as reivindicações do Judiciário, em relação ao seu destino constitucional. Evidencia-se, portanto, que há ouvidos dispostos a escutar a voz do Judiciário. E o nosso Tribunal está elaborando documento que retratará a opinião dos Magistrados do Trabalho da Quarta Região a respeito do aperfeiçoamento e das necessidades do Judiciário, documento que será levado ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal e, certamente, da Comissão de Estudos Constitucionais e da futura Assembléia Nacional Constituinte.

A inexistência da verdadeira independência do Judiciário e, por decorrência, da necessária autonomia política, administrativa e financeira, nos conduziu, sem dúvida, como já frisamos, ao desaparelhamento e à falta de estrutura atuais. Cabe à nova Constituição conferir ao Judiciário o caráter de um verdadeiro Poder, independente e com autonomia suficiente para agir com rapidez, eficiência e confiabilidade e que lhe permita a sua autogestão.

Para isso é indispensável que a Constituição garanta o conveniente aparelhamento do Judiciário e que possa prover as suas necessidades, a fim de cumprir com eficiência o seu dever de julgar.

Embora as Constituições vigentes, ao longo dos tempos, trouxessem em seu bojo a independência harmônica entre os poderes, obviamente com os necessários freios e contrapesos, tal princípio, na prática, inexistiu, ou, ao menos, foi sendo paulatinamente descumprido nos últimos anos, amparado que estava o Executivo em um regime autoritário e, por isso, de exceção. Hoje, com a separação de poderes estabelecida apenas no papel, o Judiciário não tem passado de um mero acessório do Executivo, sempre a mitigar verbas, e o Juiz, de um simples funcionário público.

Em sendo assim, é preciso, primeiramente, que ao Judiciário seja outorgada a competência para compor seus Juízos e Tribunais, libertando-se da ingerência absoluta do executivo na constituição de tais órgãos. Atualmente, os Magistrados ingressam na carreira mediante concurso público de provas e títulos a que são submetidos pelos Tribunais competentes. Todavia, dali para a frente, até a inatividade, passam a depender sempre do Executivo, da primeira até a derradeira promoção. No caso dos advogados e dos membros do Ministério Público, necessários ao preenchimento do "Quinto Constitucional" dos Tribunais, bem como dos cargos de Ministros dos Tribunais Superiores, a vontade do Executivo é praticamente soberana, eis que as nomeações são de livre escolha do Senhor Presidente da República.

Como se pretender, então, que o Juiz tenha independência absoluta, se realmente depende do Executivo para ser promovido ou nomeado? É evidente que não se está cogitando da independência moral e intelectual do Magistrado, da sua conduta ou de seu caráter, mas precisamente da sua independência política, posta à prova quando passa a depender dos políticos que estão no governo e dos próprios partidos no poder para serem promovidos ou nomeados. Sabe-se que caminhos o integrante de uma lista tríplice ou um candidato a cargo de livre escolha do chefe do Executivo está obrigado a percorrer até a sua definitiva e final escolha!

De fato, o sistema de promoções e nomeações gerenciados pelo Executivo, de forma relativa ou absoluta, está a merecer uma atenção especialíssima dos futuros constituintes. Não temos dúvidas em afirmar que é primordial ao Judiciário que a Constituição lhe confira competência para nomear e promover os seus Juízes.

De outra parte — e sem que se pretenda invadir a área de competência de outros poderes — também nos parece que deveria caber ao Judiciário a faculdade de modificar a instalação ou sede de Juntas e, mesmo, a própria jurisdição estabelecida, de tal sorte que pudesse o próprio Tribunal, com a urgência necessária, sanar problemas e imperfeições que posteriormente viessem a aflorar.

Aspecto que igualmente preocupa — e muito — o Poder Judiciário é aquele que diz respeito com a pretendida e almejada autonomia financeira.

É correto que os Tribunais têm competência para auto-regularem-se, elaborarem seu Regimento Interno e organizarem seus serviços. Porém, a organização, melhor dizendo, a boa e eficiente organização sempre carecerá de recursos financeiros e estes, por sua vez, dependem tanto do Executivo como, em menor grau, hoje, do Legislativo. O judiciário, portanto, será o que conseguir dentro dos limites e restrições que lhe são impostos pelos outros dois poderes: Executivo e Legislativo.

Ora, em vista disso, resulta evidenciado que o Judiciário só será de fato independente e responsabilizável pela efetividade ou não da prestação jurisdicional — e hoje não pode ser responsabilizado por

eventuais deficiências, ainda que críticas nesse sentido lhe sejam endereçadas — se lhe for conferida a iniciativa para Leis Orçamentárias ou que possa levar ao conhecimento e deliberação do Legislativo suas proposições financeiras. Aí sim, se não for atendido, ocorrendo o insucesso parcial ou total da proposta apresentada — o Congresso é que decide — a responsabilidade, tão cobrada, deixaria de ser do Judiciário, assumindo cada Poder, nesta hipótese, suas próprias responsabilidades perante a opinião pública.

Hoje essa responsabilidade cabe ao Poder Executivo, na forma prevista no art. 65 da Constituição vigente. Resulta daí ser completamente castrada a aparente competência outorgada ao Judiciário pelo art. 115 da mesma Lei Magna, sem a supressão desse dispositivo constitucional que outorga competência ao Poder Executivo para “a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos Servidores Públicos, concedam subvenção ou auxílio, de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública”.

Onde, pois, a independência do Judiciário prevista constitucionalmente, se a vinculação econômica a que está submetido é absoluta?

Ora, o Poder Judiciário não arrecada para si. Os valores recolhidos, mesmo no exercício de suas precípuas funções, a título de custas e emolumentos, são transferidos de plano aos cofres do Executivo, sem a mínima reversão. De outra parte, o percentual com que o Judiciário é aquinhado, no orçamento proposto pelo Executivo e votado pelo Legislativo, é irrisório.

Exemplificando, para melhor ilustrar esta exposição, podemos dizer que do orçamento geral da União, fixado em Cz\$ 626.596.000.000,00 (seiscentos e vinte e seis bilhões e quinhentos e noventa e seis milhões de cruzados), coube a todo o Poder Judiciário da União apenas Cz\$ 3.779.119.000,00 (três bilhões, setecentos e setenta e nove milhões e cento e dezenove mil cruzados), que correspondem a pouco mais de 0,6% do total dos recursos. A todo o Poder Judiciário da União foram reservados apenas 0,6 por cento do orçamento geral! À Justiça do Trabalho coube Cz\$ 1.917.174.000,00 (hum bilhão, novecentos e dezessete milhões e cento e setenta e quatro mil cruzados), ou seja, 0,3% do orçamento, enquanto à nossa Quarta Região foi destinada, para todo o presente ano, a quantia de Cz\$ 192.330.000,00 (cento e noventa e dois milhões e trezentos e trinta mil cruzados), correspondente ao ínfimo percentual de 0,03% do orçamento geral da República.

Especificando um pouco mais a matéria, para demonstrar àqueles que não convivem conosco as dificuldades que enfrenta o Poder Judiciário, revelamos, por exemplo, que, do total de recursos solicitados para material de consumo, nos foram concedidos 14,16% a menos; para a rubrica “outros serviços e encargos”, receberemos 7,31% a menos e para “equipamentos e material permanente”, o orçamento estabelecido pelo Executivo nos destinou 61,11% a menos do que o pedido. Agrava ainda mais a situação a circunstância de

que a proposta orçamentária da Quarta Região, em face das normas do Executivo, já foi calculada em bases bastante inferiores à desvalorização dos valores do orçamento de 1985. Além disso, tendo em vista o programa de estabilidade econômica implantado em 28 de fevereiro último, já sabemos que nos serão vedadas quaisquer propostas de suplementação de verbas, criando toda uma situação que realmente preocupa.

Outros exemplos servem para caracterizar ainda mais a situação de inferioridade a que foi jogado o Judiciário nos últimos vinte e dois anos.

O orçamento da União passou, em números redondos, de 8,9 trilhões em 1983, para 23,6 trilhões no ano seguinte, 1984. Com o Poder Judiciário gastou a União, em 1983, 54,6 bilhões e, em 1984, cerca de 104,7 bilhões de cruzeiros. Vê-se, por conseguinte, que o valor com que o Judiciário foi contemplado, em 1984, sequer compensou a inflação do ano anterior, sofrendo assim, proporcionalmente, uma redução de 1/3 em relação a 1983. Sintam, então, os senhores, especialmente advogados, empresários e empregados, que dificuldades enfrentam os Magistrados eleitos para administrar os Tribunais.

À vista desses dados, se torna perfeitamente compreensível a existência de uma crise de proporções no Poder Judiciário, sempre necessitado das boas graças e simpatias dos dois outros Poderes do Estado para a obtenção de suprimentos às escassas verbas que lhe são destinadas. E, como não tem poder de pressão, conforma-se o Judiciário com o que recebe, sempre em valor insuficiente e defasado para atender a suas necessidades mínimas. A partir da estrutura constitucional deformada que, em termos financeiros, preside hoje as relações do Executivo com o Judiciário, cabe ao primeiro, sempre, soberanamente, o papel de árbitro do montante orçamentário que julgar razoável para o segundo.

Com recursos tão escassos, não é de surpreender que o Poder Judiciário esteja submerso em problemas e deficiências e que, a continuar tal forma de tratamento, resultarão invencíveis, levando a instituição à falência completa.

Ora, a circunstância de o Executivo ter livre arbítrio sobre as necessidades da Justiça do Trabalho nos conduziu a esta difícil situação que estamos vivendo.

É exatamente o Judiciário, no caso a Justiça do Trabalho, e não o Executivo, que conhece seus próprios problemas e elabora suas soluções. Soluções que, obviamente, estão vinculadas à concessão dos necessários recursos financeiros.

Aflitiva, por tais razões, se encontra a situação relativa à necessidade de criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento. Desde a Lei 6563/78 — há quase oito anos — não se criavam novas Juntas na Quarta Região.

Em 1979, o Tribunal Superior do Trabalho, após ouvir os Regionais, elaborou um projeto global de criação de 276 Juntas em

todo o país, com previsão de 19 para o Rio Grande do Sul. Esse projeto não teve seguimento, paralisado que ficou no Ministério da Justiça desde então, sendo movimentado no segundo semestre de 1985 e apenas em parte. Previu-se, então, a criação de 108 Juntas, sendo 07 no Rio Grande, ao invés das 19 necessárias em 1979. Esse projeto, aprovado na Câmara dos Deputados, pende de uma votação no Senado Federal. Felizmente, por outro lado, já se noticia a tramitação de um novo anteprojeto, prevendo-se a criação de mais 12 Juntas nesta Região, o que completaria as 19 previstas há nove anos atrás.

É evidente que, ainda assim, a aprovação e sanção desses projetos não estaria preenchendo as necessidades atuais. Atenderá, apenas, ao que se pretendia em 1979. Hoje, porém, a situação sofreu grandes modificações e as exigências são bem superiores. As duas Juntas de Novo Hamburgo, por exemplo, estão abarrotadas de reclamações; as pautas de audiência aproxima-se de 1988.

Prevê-se já sério óbice à instalação das novas unidades judiciárias aludidas, pois se verifica que o projeto que está no Senado Federal cria apenas sete cargos para cada Secretaria de Junta, sendo que, desse número, somente cinco servidores, inclusive o Diretor, se destinam ao serviço interno do órgão. Tal lotação chega a ser irrisória e não viabiliza a execução normal do trabalho.

À vista de todas essas dificuldades, não seria demasiado assinalar que tão exemplar e oportuna foi a sua inicial organização que a Justiça do Trabalho tem resistido a todas essas circunstâncias desfavoráveis, adaptando-se ao acréscimo fantástico de processos e absorvendo os impactos causados por modificações sociais e econômicas de extrema profundidade e amplitude.

E isso só tem sido possível em razão do elevado espírito público, empenho e dedicação dos nossos Juizes e funcionários. Sem a colaboração intensa dos Magistrados que exercem a sua judicatura com inextinguível brilho, suportando intensa carga de trabalho, o Poder Judiciário do Trabalho não estaria mais em condições de cumprir com suas finalidades.

A situação atual, contudo, de emergência e de carências tão acentuadas, não poderá resistir por muito tempo. As respostas para esses problemas deverão ser rapidamente encaminhadas, sob pena de, a curto prazo, ocorrer um colapso total na estrutura e nos serviços que prestamos aos nossos jurisdicionados.

O futuro da judicatura nacional trabalhista e da nossa instituição, insistimos, em muito dependerá da próxima Assembléia Nacional Constituinte, que deverá resolver seus problemas estruturais, estabelecendo a verdadeira independência do Poder Judiciário, com a fixação de sua autonomia administrativa, financeira e política e interpretando, inclusive, as novas tendências do direito coletivo do trabalho, restabelecendo e até ampliando o seu poder normativo.

Assim esperamos.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO (?)

JOÃO ANTÔNIO G. PEREIRA LEITE

Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região
Professor Titular de direito do trabalho da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Há relações individuais e relações coletivas de trabalho a que correspondem, respectivamente, o direito individual e o direito coletivo do trabalho, por alguns chamado direito sindical. As relações jurídicas que se formam no âmbito do direito coletivo nele figuram em função de um grupo social. Os interesses que estas relações põem em jogo são os interesses abstratos de um grupo. Os interesses concretos dos indivíduos são meros reflexos.

Por isso já anotou Gérard Lyon-Caen, com toda razão, que o direito do trabalho colocou primeiramente em plena luz o fenômeno das vontades coletivas. Diz-se direito coletivo ou direito sindical porque é através do sindicato, como principal figurante, que se trava a maioria das relações. Antes, contudo, convém sublinhar os diversos planos de relacionamento, ou seja, a empresa, a categoria profissional e os trabalhadores subordinados. É, aliás, por causa deste primeiro plano de relacionamento — a empresa — que estamos aqui reunidos. Nesta empresa atuam, ou podem atuar, os principais institutos de direito coletivo, a saber: o sindicato, os dissídios coletivos de trabalho e a solução destes dissídios, através da convenção coletiva, da sentença normativa e da greve. Subjaz a todos eles a luta fundamental entre a liberdade e a sujeição ao grupo. O sindicato deve ser livre em uma palavra, deve poder atuar como um ente social sem embaraços senão os decorrentes de sua natureza. Os dissídios do trabalho, naturalmente emotivos, e tendentes à violência, devem ser resolvidos. No Brasil, diversamente da maioria dos países, existe um órgão com competência especial para isto. Chama-se Justiça do Trabalho. A solução dos conflitos do trabalho dá-se entre nós por via de sentença normativa, excepcionalmente, convenção coletiva e pode ser provocada ou auxiliada pela greve.

A difícil conciliação entre greve e Justiça do Trabalho não deve vir em detrimento daquela. A greve, fruto de deliberação da maioria, será em qualquer atividade e não poderá ser obstada por decisão normativa. A ilegalidade de uma greve é um verdadeiro contra-senso. A greve é sempre um modo de compor os grandes conflitos de trabalho e se soluciona através de ampla negociação entre as partes. São grandes realidades, estas. Pouco ou mal estudadas em que pese o alto nível do ensino do direito do trabalho. Ainda assim serão as maiores realidades? Será que é acertado entregar-se, no Brasil, a sorte das relações de emprego à autoproteção dos trabalhadores? Está certo Mario de La Cueva quando exclama: "A justiça deve ser conquistada por aqueles que sofrem injustiça". A tradição brasileira, porém, desde o advento da Constituição de 34, é a da existência de uma legislação protectiva, à qual estamos todos afeitos. Não parece correto suprimi-la ou aviltá-la em nome de maior liberdade para os sindicatos. Com efeito, em nosso país existem vários "Brasis". Aquele dos homens do campo, onde é escassa a densidade demográfica, aquele dos bóias-frias, o Brasil dos garimpeiros e dos pescadores artesanais e de um sem número de trabalhadores ditos autônomos ou avulsos, que formam, por suas características, verdadeira legião para a qual é mais importante o direito individual do trabalho e a garantia efetiva de um elenco mínimo de direitos subjetivos do que a existência de poderosas centrais sindicais, mais ou menos mescladas a partidos políticos. São esses direitos socializados — hoje resumidos no art. 165 da Constituição — que têm sobremodo importância. Sem eles, não vacilaria em afirmar, a maioria dos milhões de trabalhadores brasileiros ficaria à míngua de qualquer proteção. E esta proteção é fundamental e necessária. De pouco adianta aos alfaiates do Alegrete ou aos sapateiros do Crato a existência de um sindicato forte e autônomo, bem como lhes é irrelevante a eventual sujeição do mesmo sindicato à vontade do Estado. Estamos engatinhando na prática dos grandes institutos do direito coletivo. É preciso experimentar mas sempre sem perder de vista a solução brasileira que já conta com meio século de existência. Nunca se esqueça que por trás da divisão entre direito individual e coletivo há um só fato unificador: o trabalho humano; este trabalho é uma emanção da pessoa, dela não se destaca, através dela deve ser visto e tratado juridicamente.

DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE GREVE EM DISSÍDIO COLETIVO (*)

JOSÉ FERNANDO EHLERS DE MOURA

Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da
4.^a Região. Professor Adjunto de Direito do Trabalho
da PUCRGS.

Dissídio coletivo é ação. É espécie do gênero ação. As ações de cognição, sabidamente, ou são declaratórias, ou condenatórias, ou constitutivas ou mandamentais. Dissídio coletivo visa à sentença normativa, sentença "sui generis" na teoria geral do processo, de hibridez inafastável em sua peculiaridade, mas de natureza *constitutiva* predominante. É comum a classificação dos dissídios coletivos em dissídios de natureza econômica e dissídios de natureza jurídica, sem embargo da pouca precisão e do duvidoso rigor científico dessa dicotomia. Entretanto, — o que importa — não se pode excluir dentre os dissídios coletivos a possibilidade de existência de dissídios de natureza declaratória típica. A ação declaratória destina-se à declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica (I) ou à declaração de autenticidade ou falsidade de documento (II) (CPC, art. 4.^o).

Entretanto, não há ação de dissídio coletivo, nem contestação a esta que objetive a declaração de ilegalidade de greve pela sentença normativa, "data venia" de respeitáveis entendimentos e decisões em contrário. Não há porque exige o artigo 3.^o do CPC que "para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade". E não há, primeiramente, interesse em que se declare ilegalidade de fato ou ato como fim em si mesmo, como objeto da sentença. Embora o interesse possa limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica (ação declaratória), segundo o artigo 4.^o do mesmo Código, a declaração de ilegalidade de ato-fato, como a greve, não constitui, obviamente, declaração de existência ou inexistência de relação jurídica.

(*) Tese apresentada no I Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho, realizado em São Paulo, de 24 a 26 de novembro de 1986.

Como nota PONTES DE MIRANDA, "na ação declarativa não se pede a interpretação de cláusula contratual (1.^a Câmara do Tribunal de Alçada de São Paulo, 10 de junho de 1963, Revista dos Tribunais, 357), ou de texto de lei; pede-se a declaração da existência ou inexistência da relação jurídica" (*Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro, Forense, 1973, 1:175). Segundo o mesmo jurista, "alguns autores e julgados dizem que a ação declarativa é preventiva (e.g., 1.^a Vara Cível do Distrito Federal, 3 de setembro de 1948, D. da Justiça de 16 de outubro de 1948, 2764); mas tal afirmação é totalmente falsa: não há qualquer preventividade, ou cautelaridade, na ação declarativa. Nem merecem atenção os que escrevem sem pensar" (idem, p. 177-8). E mais: "A ação declarativa não cabe para se interpretar a lei: seria absurdo que se confundisse o seu objetivo, que é afirmar ou negar a existência da relação jurídica, com o 'dicere ius', que — no sistema jurídico brasileiro só se tem 'incidenter', ou como premissa dos julgamentos, ainda na espécie do recurso extraordinário, quando na decisão recorrida a interpretação da lei federal invocada for diversa da que lhe haja dado qualquer dos outros tribunais ou o próprio Supremo Tribunal Federal. Não pode servir para fixar interpretação de lei (3.^a Câmara Cível do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, 12 de outubro de 1945, R.F., 105, 516; O.D. 42, 406), posto que no declarar a relação jurídica, tenha de interpretar a lei, ou, até, adotar uma dentre duas ou mais interpretações, ou outra, que ao Juiz pareça a acertada" (idem, p. 179). Não faz sentido, pois, ação declaratória principal ou incidental para declarar ilegalidade de greve.

Na realidade, pensa-se ou quer-se com tal declaração apenas punir o movimento paredista ou abrir caminho à sua repressão. Entretanto, a categoria constitui substantivo abstrato, insuscetível de ser punida. Não se pode punir a categoria. Punem-se, apenas, trabalhadores, pessoas concretas e individualizadas. Todavia, a ilegalidade da greve não constitui, por si só, causa hábil para autorizar sanções aos grevistas. Disse a Súmula n.º 316 do Supremo Tribunal Federal: "A simples adesão à greve", sem cogitar de sua legalidade ou ilegalidade, "não constitui falta grave".

Segundo o diploma que regula o direito de greve, Lei 4330, de 01/06/64, artigo 20, parágrafo único, assegura-se aos grevistas o pagamento dos salários dos dias de greve e o cômputo do período respectivo no tempo de serviço efetivo, desde que deferidas pelo empregador ou pela Justiça do Trabalho, total ou parcialmente, as reivindicações formuladas pelos empregados. Condiciona-se, pois, o direito ao salário dos dias de paralisação e o cômputo da duração respectiva no tempo de serviço, não à legalidade da greve, mas ao êxito, embora parcial, desta. Portanto, a ilegitimidade da greve não afasta o direito ao salário nem a consideração do período de inatividade como tempo de serviço.

Outras sanções que se poderiam impor aos participantes da greve, como suspensão disciplinar e despedida, além da simples advertência, cabem tão-somente nas hipóteses de excessos praticados, discrepantes da disciplina do trabalho, segundo o artigo 27 da lei n.º 4330/64. Não se encontra na lei qualquer sanção que possa incidir sobre a simples participação na greve ilegal. E as penalidades impostas, com base no artigo 27, têm sua legitimidade apreciada em dissídios individuais, como decorre do disposto no artigo 28 da mencionada lei. Portanto, — frise-se — inexistente sanção para a categoria profissional que deflagra greve ilegítima, suscetível de ser examinada em dissídio coletivo, ação própria para a apreciação dos interesses abstratos e gerais da categoria, nos quais não se inserem os desvios disciplinares de conduta dos sujeitos individuais que militam na greve.

Assente, pois, a ausência de sanção para a coletividade paredista e a punibilidade apenas dos trabalhadores que cometerem excessos, conclui-se, forçosamente, que as sanções a que se sujeitam os grevistas independem da ilegalidade da greve e cabem, indistintamente, tanto na greve ilegítima como na greve legítima, pois sancionam exclusivamente os excessos praticados pelos participantes, os quais podem ocorrer, sem dúvida, na deflagração de greve lícita. É certo que enfoque distinto enseja a greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional, segundo o Decreto-lei n.º 1632/78.

Em tais condições, qual a consistência ou propriedade de ser declarada a ilegalidade da greve no julgamento de dissídio coletivo?

Não seria demasia notar que legalidade é conformidade da conduta da pessoa humana, sujeito de direitos e de obrigações, ente sempre individual e jamais coletivo, com o ordenamento jurídico, enquanto que a desconformidade da conduta pessoal com este implica sanção de natureza econômica ou penal à pessoa.

A investigação da conformidade da conduta individual com o direito constitui sempre pressuposto de incidência da norma jurídica, premissa que o julgador necessita assentar para prolatar a sentença, que conduz a sanção. O exame da legalidade do comportamento medeia sempre a conclusão do julgamento. É vetor que orienta a sanção, o comando contido no veredito. Revela-se inconcebível como fim, como escopo da sentença. Seria apenas uma proclamação, um exorcismo, um anátema, um brado solto no ar, um "flatus voci". Jamais um julgamento. Jamais uma sentença.

DA AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE GREVE

ALCIONE NIEDERAUER CORRÊA

Juiz do TRT da 4.^a Região

1. A greve é, inquestionavelmente, um fato coletivo. Caracteriza-se pela paralisação do trabalho, imposta pela coletividade trabalhadora, como forma de pressão, a fim de lhe permitir a obtenção dos resultados visados — e resistidos pelos empregadores —, na busca de melhores condições de trabalho.

Além de fato coletivo, a greve é fato social de excepcional importância, dado que os seus efeitos atingem toda a coletividade, máxime quando se trata de paralisar atividades essenciais. Exemplos os mais variados estão presentes na memória de todos, quanto ao particular.

É universal que o Estado, com maior ou menor extensão, regulamente o exercício do direito de greve, limitando-o, ou mesmo coibindo-o, nas atividades essenciais, quando o interesse social deve predominar sobre o categorial. Mesmo assim, nos momentos de maior acirramento dos conflitos coletivos entre patrões e empregados, deflagram-se greves em tais setores e o fato social se impõe sobre o próprio sistema legal, numa espécie de desobediência civil, que constituiria, segundo alguns, o exercício até mesmo de uma prerrogativa de sobredireito, que deve ser analisada em função da natureza e da justificativa das reivindicações, que determinaram a eclosão do movimento de paralisação.

2. No Brasil, a greve é regulamentada intensa e extensamente, sendo proibida a sua utilização nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei (Constituição Federal, art. 162). A Carta Magna, no artigo 165, XXI, assegura o direito de greve, de forma ampla, salvo quanto ao disposto no art. 162. Não há sequer menção a que o exercício do direito de greve fica condicionado à normatização legal. Daí porque se pode questionar da constitucionalidade

de todas as regras procedimentais, normalmente destinadas à limitação do exercício do direito e, por isso mesmo, dele castradoras. Em tal situação se encontram as disposições da Lei n.º 4.330/64.

É importante tal abordagem a fim de que se estabeleçam, exatamente, os limites da declaração de ilegalidade de greve. Esta, na verdade, pode ser tida por ilegal nas atividades essenciais, como tal definidas em lei, e nos serviços públicos. Igualmente quando se tratar de movimento paredista despojado de reivindicações, causado por motivos políticos, de inconformidade social, religiosos, determinados por solidariedade, etc. Não se pode, porém, observar existente a ilegalidade no incumprimento de prazos, na ausência de notificações, na falta de atendimento de exigências burocráticas, que são formas de estabelecer controle estatal sobre as assembléias gerais de trabalhadores, incompatíveis com o sistema democrático e, também, com o próprio texto constitucional já aludido.

3. A declaração de ilegalidade de greve se insere nos limites de competência da Justiça do Trabalho (Enunciado n.º 189, da Súmula do TST). Trata-se de decidir conflito coletivo entre categorias sociais de empregados e empregadores, previsto no art. 142, da Constituição.

A decisão, porém, não se enquadra no chamado poder normativo da Justiça do Trabalho. Tal poder, que se exerce nos dissídios coletivos, suas revisões e extensões, é gerador de uma atividade nitidamente juriferante, vez que os Tribunais, ao exercê-lo, partem dos fatos sociais para editarem regras jurídicas "ad futurum". A decisão normativa é ato de julgamento e, ao mesmo tempo, dirime controvérsias ocorridas no plano social, que determinaram o conflito coletivo. Sua eficácia, diversamente do que ocorre no plano dos dissídios comuns, se resume à edição de regras jurídicas novas, que passam a compor o universo normativo e geram, para as partes individuais, direitos subjetivos e, paralelamente, obrigações. Tais regras podem, também, nos chamados dissídios coletivos de natureza jurídica, se destinar à aclaração de outras normas. Dá-se a função aclaratória — não declaratória —, através de normas de tipo interpretativo, mas que mantêm as características de meras normas, tais como a generalidade, a abstração, etc.

A declaração de ilegalidade de greve não tem essa particularidade. Ela pressupõe: a) o fato da greve; b) a preexistência de ordenamento jurídico no qual estejam previstas condutas de greve que sejam, em relação a ele, adequadas ou inadequadas. Trata-se, portanto de tarefa inteiramente jurisdicional, não juriferante. O Tribunal, ao declarar a ilegalidade de movimento grevista, não edita qualquer regra, mas julga comportamentos humanos em face do orde-

namento vigente, estabelecendo, a final, uma decisão que tem o valor de preceito. Por isso, trata-se, na verdade, de sentença com conteúdo meramente declaratório, que estabelece, em relação às partes coletivas, o reconhecimento de que a paralisação do trabalho, feita por determinada coletividade de trabalhadores, liderada por seu sindicato, se fez em adequação, ou inadequação, com o sistema legal vigente.

Em tais circunstâncias, a ação cabível é, ineludivelmente, a declaratória, de natureza coletiva. O alcance da decisão, de efeito igualmente coletivo, mas não normativo, é preceito, que se espalha também ao nível dos dissídios individuais sobre a matéria decidida, impondo-se aos juízes de primeiro grau, quanto ao ser a greve legal ou ilegal, matéria que não pode ser mais objeto de discussão. Nas reclamatórias individuais, quando se discuta, eventualmente, justa causa, o que cabe aos juízes é examinar apenas, no plano fático, a participação e, quando verificada, o comportamento do trabalhador durante o movimento, ou seja, a sua conduta, se faltosa, ou não.

4. Se a declaração de ilegalidade de greve pode ocorrer apenas nas ações declaratórias, de natureza coletiva, é evidente que exigirá, sempre, o contraditório. Imperiosa é a oportunização de defesa ao sindicato acusado de promover greve ilegal, bem assim a que se produzam provas.

Não é possível, assim, que se examine quanto à ilegalidade da greve em dissídio coletivo, quer de natureza econômica, quer jurídica. Muito menos quando a pretensão à declaração de ilegalidade é manifestada na contestação, sem qualquer referência à via reconvenção e, por conseguinte, despida do contraditório, quanto ao particular. Afirme-se, desde logo, que não parece adequado ao processo coletivo admitir-se reconvenção, quando de finalidade normativa, já que a mencionada figura processual é, com ele, incompatível.

Nas ações de objetivo juriferante, tanto a inicial quanto a contestação são formulações que visam conduzir os juízes a opções nitidamente político-jurisdicionais. Por isso mesmo não ocorre a possibilidade de julgamento ultra, extra ou citra-petita. As petições das partes são espécies de anteprojetos de elaboração normativa, que delimitam o campo reivindicatório e a necessidade de normatização de condutas coletivas ou individuais. A instrução, muitas vezes necessária, é de informação quanto às realidades sócio-econômicas, visando permitir ao Tribunal uma avaliação o quanto mais exata das repercussões que podem advir, permitindo-lhe tomar a decisão criadora com mais segurança.

Na ação declaratória coletiva de ilegalidade de greve a postura, conforme se acentuou, é diversa. Há menção ao fato da abstenção

do trabalho e pretende-se o seu exame em face de legislação reguladora preexistente. Trata-se, portanto, de aplicar a lei ao caso concreto, mero exercício de atividade jurisdicional. A repercussão de tal sentença, que firma preceito em relação à legalidade, ou ilegalidade, do movimento grevista, é múltipla, podendo atingir interesses individuais, a nível dos trabalhadores, ou coletivos, a nível de sindicato. O procedimento, por isso, há de ser adequado, próprio à solução do conflito.

Em conclusão, pode-se afirmar que a declaração de ilegalidade é compatível com os dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica, de natureza normativa, exigindo a proposição de ação declaratória coletiva, em cujo procedimento é indispensável assegurar-se o contraditório, através de oportunização de defesa e da produção de provas.

A competência, por se tratar de ação coletiva, é dos Tribunais Regionais do Trabalho, quando a greve eclodiu no âmbito de sua área jurisdicional e, extrapolados tais limites, do Tribunal Superior do Trabalho.

PRESCRIÇÃO TRABALHISTA — UM ESFORÇO DE ELUCIDAÇÃO

SÍLVIA MARIA GONÇALVES GORAIEB

Juíza do Trabalho Substituta — 4.^a Região

A jurisprudência tem revelado que o tema da prescrição no processo trabalhista é bastante complexo e tem sido alvo de entendimentos conflitantes, o que nos leva ao presente estudo, com o objetivo de demonstrar a evolução da matéria.

Inicialmente, é indispensável que sejam referidos certos princípios e noções oriundos da ciência jurídica, a fim de que não haja omissões que possam comprometer as conclusões a que nos propomos.

A Constituição Federal, em seu artigo 153, § 4.º, dispõe que “a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual”. O Código Civil, em seu artigo 75, assegura a todo direito uma ação correspondente.

Este direito, porém, não é eterno. Ele perdura enquanto presentes os seus elementos constitutivos: — sujeito, objeto e proteção legal. Esta, por sua vez, desaparece quando o direito se acha privado da ação correspondente.

Cumpr, primeiramente, distinguir **PRESCRIÇÃO** de **DECADÊNCIA**.

A palavra “*praescripto*” significa “um escrito posto antes”. Originariamente, era meio de defesa colocado pelo pretor, antes da “*demonstratio*”, que obstava o exame do mérito da lide.

Desnecessária maior incursão histórica, consignando-se, apenas, a existência do instituto desde a lei das XII Tábuas.

Com efeito, através dos tempos, o tema da prescrição tem suscitado controvérsias na doutrina e na jurisprudência, além de se constituir em objeto de largas especulações filosóficas.

Para muitos, não há fundamento jurídico a embasá-la. Para outros, entretanto, reside este, justamente, na necessidade de ser assegurada a estabilidade nas relações jurídicas, apesar de contrariar o princípio milenar de “dar a cada um o que é seu” (*cuique suum tribuere*).

Indubitavelmente, é conveniente frisar que a qualificação que se lhe atribui de imoral e injusta está refutada por aqueles que impõem a prevalência do interesse social sobre o individual. De qualquer sorte, sob todos os pontos de vista, é benéfica a prescrição, considerando-se os inúmeros problemas que adviriam se a regra fosse a imprescritibilidade, a começar pela instabilidade quanto à consolidação dos direitos.

Já o conceito de prescrição encontramos-lo nos ensinamentos de CÂMARA LEAL que assim o resume: — “A EXTINÇÃO DE UMA AÇÃO AJUIZÁVEL, EM VIRTUDE DA INÉRCIA DE SEU TITULAR DURANTE UM CERTO LAPSO DE TEMPO, NA AUSÊNCIA DE CAUSAS PRECLUSIVAS DE SEU CURSO”.

Imperioso se faz o registro quanto à “ACTIO NATA” dos romanos, que, parece-nos, é essencial à perfeita compreensão do tema deste trabalho, eis que “ACTIONE NON NATA NON PRAESCRIBITUR”.

Sob esse ângulo, existente o direito no mundo jurídico, passa ele a direito adquirido, não significando, todavia, que todo o direito, por ser adquirido, seja desde logo exercitável. Não basta apenas a violação desse direito. Para que nasça o direito de ação, portanto, é indispensável que o seu titular tenha conhecimento da violação do mesmo.

Assim, pois, a ação só é ajuizável quando presentes a violação e o conhecimento. De tal modo, enquanto não surge o direito de ação não pode ela prescrever, já que se trata de direito subjetivo. Este é o princípio da “ACTIO NATA”.

Oportuno, de outro lado, examinarmos, agora, a DECADÊNCIA antes referida, visto que, embora o Código Civil não faça distinção entre os dois institutos, a doutrina e a jurisprudência se encarregaram de estabelecer nítida diferença entre uma e outra, uma vez que existem prazos não só relativos à prescrição como também à decadência. Esta, por sua vez, tem sido compreendida como o “PERECIMENTO DO DIREITO POR NÃO TER SIDO INVOCADO NO PRAZO FIXADO EM LEI”.

Logo, enquanto a prescrição, diretamente, extingue a ação e, indiretamente, o direito, a decadência extingue o direito e, de forma indireta, a ação. O que prescreve são as pretensões e o que decai é o próprio direito.

A par de tais considerações formuladas sucintamente e estabelecida a diferenciação primeira entre os dois institutos, passemos ao estudo da prescrição no processo trabalhista propriamente.

Na Consolidação das Leis do Trabalho está ela prevista nos artigos 11, 119 e 149.

Interessa-nos, no caso, a regra contida no artigo 11, que dispõe: — “NÃO HAVENDO DISPOSIÇÃO ESPECIAL EM CONTRÁRIO NESTA CONSOLIDAÇÃO, PRESCREVE EM DOIS ANOS O DIREITO DE PLEITEAR A REPARAÇÃO DE QUALQUER ATO INFRINGENTE DE DISPOSITIVO NELA CONTIDO”.

De registrar-se o fato de poder ser argüida a prescrição tanto como preliminar de mérito, no que pertine ao direito de ação, como quanto ao mérito em si, ou seja, em relação às parcelas.

Tal se faz necessário para que fique delimitado o âmbito desta exposição. No primeiro caso diz-se que está prescrito o direito de ação, da pretensão — direito — subjetivo, sendo que no segundo, a ação não prescreveu, apenas as parcelas decorrentes daquele direito.

O prazo prescricional de dois anos tem por termo inicial a data em que houve lesão ao direito subjetivo e na qual seu titular teve ciência da sua violação, que vem a se constituir no "DIES NATAE ACTIONIS".

Deparamo-nos, então, com o problema da prescrição total e da prescrição parcial, ou seja, de prestações periódicas.

Já predominou no Egrégio Tribunal Superior do Trabalho a tese de que "EM SE TRATANDO DE ATO POSITIVO DO EMPREGADOR, A PRESCRIÇÃO ATINGE A TOTALIDADE DO DIREITO DO EMPREGADO, E NÃO APENAS AS PRESTAÇÕES PERIÓDICAS".

Este posicionamento encontra-se, também, nos ensinamentos de DÉLIO MARANHÃO que diz: — "HÁ QUE DISTINGUIR, QUANDO EXISTE UM ATO POSITIVO, QUE DESCONHEÇA O DIREITO DO EMPREGADO E LHE ALTERE AS CONDIÇÕES DO CONTRATO, AS DIFERENÇAS SÃO SIMPLES ACESSÓRIOS: A PERCEPÇÃO DELAS DEPENDE DA PRÉVIA INVALIDAÇÃO DAQUELE ATO".

Como se vê, havia necessidade de diferenciação entre ato positivo e ato negativo.

Feito o registro, cabe referir que, aos poucos, foi-se alterando dito entendimento e o instituto da prescrição passou, em certos casos, a ser letra morta, com a edição do Prejulgado 48 — hoje Enunciado 168 — sem qualquer distinção entre o direito em si e suas consequências.

O texto do aludido Enunciado é o seguinte: — PRESCRIÇÃO PARCIAL — PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. NA LESÃO DE DIREITO QUE ATINJA PRESTAÇÕES PERIÓDICAS, DE QUALQUER NATUREZA, DEVIDAS AO EMPREGADO, A PRESCRIÇÃO É SEMPRE PARCIAL E SE CONTA DO VENCIMENTO DE CADA UMA DELAS E NÃO DO DIREITO DO QUAL SE ORIGINA".

A partir deste Enunciado chegou-se ao estágio em que a imprescritibilidade do direito de ação, no âmbito da Justiça do Trabalho, era a norma, conflitando com o fundamento jurídico do instituto, que foi adotado pela nossa ordem jurídica, como uma necessidade social, de ordem pública.

Inúmeros julgados foram proferidos com a aplicação expressa do Enunciado 168, de forma simplista, sem qualquer distinção entre a prescrição do direito e a prescrição das prestações.

Estabeleceu-se, então, uma verdadeira aberração jurídica em nome do citado entendimento, apesar da tese ser repelida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, através das Súmulas de n.ºs 349 e 443.

Como, porém, a aplicação da tese por parte do Tribunal Superior do Trabalho e Tribunais Regionais não podia ser revista por aquela Corte, visto não envolver contrariedade à Carta Magna, manteve-se a afronta em inumeráveis casos que chegaram a se constituir em coisa julgada.

É óbvio que o Prejulgado 48 não poderia consagrar tal absurdo, pois a tese possuía outro significado, segundo sustentou o mestre ORLANDO GOMES, que opinou se endereçar o regramento apenas a "DIREITOS INDISPONÍVEIS".

Quando ainda se debatiam os doutrinadores entre as polêmicas ocasionadas pelo Enunciado 168, surgiu o de n.º 198, no qual o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho assim se pronunciou: — "PRESCRIÇÃO — PRESTAÇÕES PERIÓDICAS. NA LESÃO DE DIREITO INDIVIDUAL QUE ATINJA PRESTAÇÕES PERIÓDICAS DEVIDAS AO EMPREGADO, À EXCEÇÃO DA QUE DECORRE DE ATO ÚNICO DO EMPREGADOR, A PRESCRIÇÃO É SEMPRE PARCIAL E SE CONTA DO VENCIMENTO DE CADA UMA DESSAS PRESTAÇÕES, E NÃO DA LESÃO DO DIREITO".

Longe de afastar as controvérsias e discussões que vinham ocorrendo, o referido Enunciado veio suscitar acirrado debate nos meios jurídicos, culminando com manifestações que chegam a críticas extremas, especialmente por parte de advogados trabalhistas.

Certo é que qualquer posição adotada pelos Tribunais e Juízes em relação ao tema será, sempre, contrária a interesses e teses.

Para os que classificam o instituto da prescrição como imoral e injusto, sempre que ela vier a ser reconhecida, será objeto de contestação. Da mesma forma, para aqueles que seguem a escola que preconiza não haver ato anulável frente ao artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, jamais haverá acolhida de decisão nesse sentido.

Em que pese já ter sido o tema por demais abordado em trabalhos jurídicos, nunca é demais fixar determinados elementos, que têm sido aqueles que utilizamos como razões de decidir.

Sempre que argüida a prescrição do direito de ação, é imprescindível que seja efetuado um exame quanto à natureza do pedido, de seu conteúdo e de seu objeto.

Reputamos que o termo utilizado no Enunciado — ato único — não é suficiente para indicar o campo de incidência da prescrição, eis que pode haver ato único que venha violar princípio de ordem pública, assim como diversos atos que consigam afrontar preceito que resguarde direito individual.

Sustentamos que o essencial é a verificação quanto à existência de nulidade ou anulabilidade, invocando a lição de ORLANDO GOMES. Sem que se estabeleçam tais conteúdos jurídicos, de nada servirá prosseguir em busca de solução para o problema.

Partindo do princípio de que contra ato nulo não corre prescrição, entendemos ser irrelevante a qualificação do "ato único",

portanto, a força da tese sumulada não poderia contrariar tal princípio.

Desta forma, antes de aprofundar qualquer indagação, é imperioso caracterizar, dentro da teoria das nulidades, a natureza do ato que veio a violar o direito subjetivo. Se o ato é nulo, em qualquer circunstância, não ocorrerá a prescrição, porém, se for anulável, a prescrição será total.

O Direito do Trabalho se constitui em um mínimo obrigatório de direitos assegurados por normas cogentes. Além desse mínimo, todavia, é reconhecida a autonomia de vontade, conforme artigo 444 da CLT.

Temos, pois, normas cogentes de interesse público, onde se vislumbra a indisponibilidade, a inderrogabilidade e aquelas normas em que o interesse individual das partes contratantes prevalece sobre o público, resguardando o princípio da autonomia do elemento volitivo.

Aqui falamos de direitos LIMITADAMENTE INDISPONÍVEIS, consoante definição de ORLANDO GOMES, que são prescritíveis, como, por exemplo, o caso de ser impugnada alteração das condições do contrato de trabalho.

Salienta o mestre, "TRATA-SE, ANTES, DE UMA GARANTIA DO QUE PROPRIAMENTE DE UM DIREITO, MAS, DE QUALQUER SORTE, INFRINGIDA, QUE SEJA, A PROIBIÇÃO LEGAL (CLT ART. 468), PODE O PREJUDICADO PROMOVER OS MEIOS IDÔNEOS À RESTAURAÇÃO DA CLÁUSULA ALTERADA ... A CONVALIDAÇÃO DA ALTERAÇÃO OCORRE POR SE ENTENDER QUE HOVE RENÚNCIA TÁCITA DO DIREITO DE IMPUGNAR... A ALTERAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 468 DA CLT É CONCERNENTE ÀS CLÁUSULAS ESTIPULADAS NO ÂMBITO DA AUTONOMIA PRIVADA".

De concluir-se que, ao estatuir o artigo 468 do diploma consolidado "TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO É NULA, DE PLENO DIREITO, SE PREJUDICIAL AO EMPREGADO", estabelece tratamento único a situações jurídicas diversas, ou seja, infringência a preceitos de ordem pública e afronta a normas imperativas que protegem direitos individuais. No primeiro caso, temos, evidentemente, ato nulo; no segundo, ato anulável.

Seguindo-se, contudo, a tese sacramentada pelo Tribunal Superior do Trabalho, obrigatório fixar se a alteração do contrato de trabalho constitui ato de execução única ou de trato sucessivo.

Sem margem de dúvida, cuida-se de ato instantâneo, apesar de originar consequências pecuniárias, visto o pagamento se renovar mês a mês.

Neste caso, o "DIES NATAE ACTIONIS" coincide com aquele em que houve lesão do direito subjetivo, ou seja, quando o empregador praticou o ato e houve conhecimento por parte do empregado.

Esta posição é combatida por todos aqueles que sustentam a imprescritibilidade do direito de ação no campo do Direito do Trabalho, justamente por força dos artigos 9.º e 468 da CLT. Ocorre,

salvo melhor juízo, que este argumento é de todo inconsistente e não resiste ao confronto com a regra disposta no artigo 11 do mesmo diploma legal.

Além do mais, tal posição viria divergir do fundamento do instituto da prescrição, "id est", o interesse de ordem pública que visa impedir a eternização dos conflitos e estabelecer a paz social.

Sendo assim, persiste o problema, bem como a diversidade de interpretações em torno da tese consubstanciada no Enunciado 198, o que, sem dúvida, vem preocupando os meios jurídicos.

Salvo melhor entendimento, para aqueles que sustentam deva ser considerada, apenas, a diretriz traçada pelo TST, face à fragilidade e imprecisão que a caracterizam, é elementar se investigue a origem do direito invocado e, a partir daí, se averigüe a questão tocante à nulidade.

De outra parte, os que acolhem com reservas a referida orientação jurisprudencial, pela obscuridade e dificuldade de identificação com os casos concretos, frente à amplitude que alcançam os denominados "atos únicos", é inevitável tomar, como ponto de apoio, a tese dominante no Egrégio Supremo Tribunal, que é a adotada por nós, quando no exercício da judicatura.

Com efeito, o ínclito Ministro LUIZ GALLOTTI, em parte de voto contido em Recurso Extraordinário pertinente à espécie (RTJ 52/673 e RTJ 61/422), assim observa: — "QUANDO É UM DIREITO RECONHECIDO, SOBRE O QUAL NÃO SE QUESTIONA, AI, SÃO AS PRESTAÇÕES QUE VÃO PRESCREVENDO; MAS, SE OS DIREITOS ÀS PRESTAÇÕES DECORREM DO DIREITO À ANULAÇÃO DO ATO, É CLARO QUE, PRESCRITA A AÇÃO EM RELAÇÃO A ESTE, NÃO É POSSÍVEL JULGAR PRESCRITAS APENAS AS PRESTAÇÕES, PORQUE PRESCREVEU A AÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DO DIREITO, DO QUAL DECORRERIA O DIREITO ÀS PRESTAÇÕES. DO CONTRÁRIO SERIA ADMITIR O EFEITO SEM A CAUSA".

Sendo o Direito uno e indivisível, há que se entender sejam os princípios e fundamentos doutrinários de seus diversos ramos harmônicos e coerentes, o que nos permite acolher a decisão acima, aplicando-a no campo do Direito do Trabalho, ainda que referente a matéria de Direito Administrativo.

Com base nas decisões que se sucederam na Suprema Corte, foram editadas Súmulas a respeito da matéria. A primeira, de n.º 349, tem o seguinte teor: — "A PRESCRIÇÃO ATINGE SOMENTE AS PRESTAÇÕES DE MAIS DE DOIS ANOS, RECLAMADAS COM FUNDAMENTO EM DECISÃO NORMATIVA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, OU EM CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, QUANDO NÃO ESTIVER EM CAUSA A PRÓPRIA VALIDADE DE TAIS ATOS".

Já a segunda, de n.º 443, possui o seguinte enunciado: — "A PRESCRIÇÃO DAS PRESTAÇÕES ANTERIORES DO PERÍODO PREVISTO EM LEI NÃO OCORRE, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO, ANTES DAQUELE PRAZO, O PRÓPRIO DIREITO RECLAMADO, OU A SITUAÇÃO JURÍDICA DE QUE ELE RESULTA".

Como se revela, é mais seguro e preciso o critério adotado pelo Supremo Tribunal Federal para verificar-se a existência da prescrição. Considerando-se tal orientação à luz do voto do Ministro LUIZ GALLOTTI, resulta certo que a prescrição parcial só pode ser reconhecida se não questionada a existência do próprio direito.

De tal modo, quando não houver lesão de direito já reconhecido ou quando a pretensão depender da declaração do próprio direito do qual decorre, imperioso se entenda que, prescrita a ação em relação a este, não é possível julgar prescritas apenas as prestações dele decorrentes, visto que não há acessório sem principal.

Sinale-se, ainda, que a Súmula n.º 443 visa, especificamente, evitar a flagrante confusão até então constatada entre o direito em si e sua simples consequência.

Com estas considerações podemos, finalmente, apontar alguns casos em que a matéria tem sido debatida, com a conclusão pertinente.

Já expusemos nossa posição quanto às alterações contratuais. Restariam, para exame, inúmeros outros aspectos, porém, considerada a natureza deste trabalho, limitar-nos-emos aos que mais têm sido debatidos.

No que pertine à ação de enquadramento do empregado preterido, deve este postular dentro do biênio prescricional, pois vai pedir, justamente, a declaração do direito até então inexistente. Não se trata de uma série de atos negativos violadores de direitos protegidos por lei, mas de ato contrário aos interesses do trabalhador, passível de ser retificado via judicial. Aqui o que prescreve é a própria pretensão ao reenquadramento, não se restringindo a prescrição às diferenças salariais.

Digamos, entretanto, que, abusivamente, não se tenha efetivado o reenquadramento. Neste caso, há quem sustente haver infrações continuadas, não podendo ser acolhida a prescrição total, mas apenas parcial, com o que não concordamos.

Referentemente às promoções, também atos únicos e positivos do empregador, os pagamentos salariais inferiores pela não evolução no quadro de carreira, só poderão ser postulados dentro do biênio, visto inexistir o direito originário, que deverá, então, ser declarado.

Não se poderia, por outra parte, deixar de analisar a matéria relativamente à equiparação salarial.

O princípio "trabalho igual salário igual" está inserido no texto consolidado, como decorrência da regra contida no item III do artigo 165 da Carta Política.

No momento em que o empregador faz pagamentos de salários de forma a discriminar seus empregados, está violando preceito de ordem pública — princípio isonômico —, que embasa a pretensão às diferenças, não podendo esta ser fulminada pela prescrição total.

Outra questão de destaque nos foros trabalhistas é a que pertine à complementação de aposentadoria.

Decorrendo esta de normas inseridas nos contratos de trabalho ou de norma regulamentar da empresa, desde que atendidos os requisitos previstos, não há que se falar em prescrição total, uma vez que o direito existe, é previsto, não sendo possível haver limitações por parte do empregador, que passa a lesar direito individual reconhecido, vale dizer, direito adquirido. Prescreverão somente os acessórios, nunca a pretensão.

De consignar-se, por derradeiro, que, em chegando ao final deste trabalho, é-nos presente a sua limitação no debate do tema de tão amplo alcance. Seu sentido, entretanto, está em representar uma pequena contribuição com vistas a elucidar assunto que está a exigir árduos esforços, por parte de todos aqueles que possam contribuir para tanto.

JURISPRUDÊNCIA

**PERÍODO APROXIMADO DE
MAIO DE 85
A
ABRIL DE 86**

(TRT-6502/85)

EMENTA: *Não é necessária a evidência do direito para a concessão de medida cautelar, bastando a aparência razoável do mesmo.*

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, em que é recorrente OLVEBRA S. A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS VEGETAIS, sendo recorrido JOSÉ CARLOS GONÇALVES FEIJÓ.

Recorre a demandada contra decisão que acolheu medida cautelar inominada, determinando a reintegração do empregado.

Sobem os autos com contra-razões, opinando o Ministério Público pelo não conhecimento do apelo ou, se conhecido, pela sustação do julgamento até decisão do mandado de segurança impetrado. Exarou parecer o Dr. João Alfredo Reverbel Bento Pereira.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Preliminarmente, sustenta a douta Procuradoria a ausência de legitimidade processual da empresa para recorrer. Isto porque houve concessão de liminar em mandado de segurança por ela impetrado, revogando o mandado de reintegração expedido. "Data venia", assim não pensamos. Tanto a medida cautelar deferida, como a liminar do mandado de segurança que cancelou a sua execução, são medidas provisórias, dependentes a primeira do julgamento da lide principal e a última da solução do mandado. Mas é legítimo o interesse da recorrente que — se perder o mandado — terá perdido também o prazo de recurso contra a cautelar, acaso se mantenha inerte. Rejeita-se, por isso, a preliminar.

Também preliminarmente, recomenda o digno Procurador a sustação do julgamento deste recurso, para evitar confusão generalizada, com risco de decisões conflitantes. Também aqui nos permitimos divergir. Se decisões conflitantes puderem ocorrer, este risco já existe agora, pois o mandado de segurança incidiu contra uma medida determinada por sentença e, obviamente, a sentença final do mandado poderá ser diferente. O julgamento do recurso não irá alterar em nada, portanto, a situação já existente. Rejeita-se a prefacial.

Igualmente em caráter preliminar, quer a empresa o indeferimento liminar da inicial e a extinção do processo sem julgamento do mérito. Alega que a postulação se caracterizou como pedido típico de processo de conhecimento, na medida em que buscou a solução definitiva do litígio, com a atribuição a cada parte do direito que lhe compete. E não como processo cautelar e provisório, cujo objetivo é unicamente o de assegurar os efeitos da cognição e da execução do processo principal. Alega, ainda, que a sentença recorrida julgou o mérito da questão, como se estivesse decidindo processo de conhecimento.

A matéria não é de fácil compreensão e requer cuidado para chegar-se à correta distinção entre os diferentes aspectos de direito processual e material que apresenta.

Portador de estabilidade sindical — segundo alega — sentiu-se o autor ilegalmente privado do exercício de suas atividades sindicais, ao ser despedido. Intentou, por isso, ação cautelar, buscando assegurar sua permanência no emprego (pressuposto indispensável ao exercício da atividade sindical e até de sua condição de sindicalizado — art. 540, § 1.º, da CLT). Para tanto, obviamente, precisava ser reintegrado, ao menos enquanto discutia, sem prejuízo de postular depois, em ação própria, o seu direito à definitiva reintegração.

Buscou a mudança, assim, apenas da situação de fato (ausência do emprego), necessária e inadiável para o exercício de seus direitos sindicais, a fim de discutir mais calmamente, após, o próprio direito material à estabilidade e à reintegração. Como ensina Humberto Theodoro Júnior, citando Carnelutti: “a tutela cautelar, diante do estado de fato sobre que incide o litígio, pode compreender: ... h) medidas de eliminação de mutação já ocorrida na situação fática” (Processo Cautelar — 5.ª edição — pág. 47). É o caso dos autos: eliminação do fato já ocorrido (afastamento do emprego) com a medida existente para tal (reintegração). Não houve, portanto, processo definitivo de conhecimento ou reconhecimento do direito, nem a sentença julgou definitivamente o mérito da causa, como ação de conhecimento. Houve decisão na cautelar sobre a situação de fato — necessária ao resguardo do direito invocado a ser, este sim, discutido na ação principal. Não procede, “data venia” a preliminar.

Novamente, em preliminar, busca o recurso que a inicial seja acolhida como ação principal, cuja natureza sustenta ser a sua. Cumpre rejeitá-la pelas razões acima expostas e até porque o autor já ingressou com a ação principal, segundo informa a fl. 88.

Ainda preliminarmente, argúi o recurso nulidade do feito por cerceamento de defesa, consistente na eliminação da audiência de Instrução e ausência de proposta conciliatória. Tratando-se porém de ação cautelar, onde se cogita da mera aparência de direito, é desnecessária e até desaconselhável (pela celeridade insita à medida) a averiguação mais profunda dos fatos, que será objeto da ação principal. Pela própria natureza da ação cautelar, não se pode concluir pela presença de qualquer prejuízo à demandada, que gerasse ou autorizasse decretação da nulidade. Mormente quando ela tem em seu favor uma liminar obtida em mandado de segurança. O mesmo se aplica à proposta conciliatória.

No mérito, alega a recorrente que não se vislumbram, na espécie, o “*fumus boni juris*” nem o “*periculum in mora*”. Ou seja, que não há a aparência suficiente do direito, nem o risco de uma lesão iminente. Revelam os autos que houve eleição e posse do recorrido como suplente da diretoria do seu sindicato com mandato até 30 de setembro de 1986. Revelam, também, que não houve comunicação desta sua eleição e posse à reclamada, nos termos previstos pelo § 5.º do art. 543 da Consolidação. Revelam, finalmente, que houve comunicação à empresa da chapa eleita, nela não constando o nome do reclamante...

Tal situação torna difícil aferir-se sobre a presença do direito à estabilidade e à reintegração. Ela inexistirá para os que entendem pressuposto formal indispensável a comunicação do referido § 5.º Mas ela existirá para os que entendem que a comprovação da eleição e posse é suficiente. E há jurisprudência muito respeitável tanto em um como em outro sentido, inclusive neste Tribunal. Esta mesma disparidade de pontos de vista, contudo, deixa clara a existência pelo menos da aparência razoável do direito. E isto é o quanto basta para se ter presente o “*fumus boni juris*”. Como bem adverte Barbosa Moreira: “a possibilidade de sucumbência do beneficiado com a medida, no processo principal, prevista pelo art. 811, I, evidencia que o Código não condiciona a concessão da providência cautelar à demonstração plena da existência do direito alegado pela parte”. A expressão “direito ameaçado”, empregada pelo art. 801, IV, deve ser interpretada, pois, como direito aparente, com os cuidados acima expostos, conforme, aliás, já frisamos no comentário ao art. 798, n.º 29, *supra* (Galeno Lacerda — Comentários ao Código de Processo Civil — art. 801 — Forense — Vol. III — Tomo I — pág. 307).

Quanto ao "periculum in mora" está evidente. Se a permanência no emprego é imprescindível ao exercício do mandato sindical e ao próprio direito à sindicalização, o risco já nem é apenas iminente, mas se revela atual.

E estando presentes estes pressupostos fundamentais à concessão da medida cautelar, bem andou a MM. Junta ao acolher o pedido inicial. Em que pesem, assim, os respeitáveis argumentos do brilhante patrono da demandada, não nos é dado acolher seu apelo.

Nega-se provimento.

Pelo exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 4.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Preliminarmente, EM REJEITAR A PREFACIAL DE ILEGITIMIDADE PROCESSUAL, argüida pelo Ministério Público.

Ainda preliminarmente, EM REJEITAR A PREFACIAL ARGÜIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO RELATIVA À SUSTAÇÃO DO JULGAMENTO.

Preliminarmente ainda, EM REJEITAR AS PRELIMINARES ARGÜIDAS PELA DEMANDADA relativas ao indeferimento liminar da inicial e ao recebimento desta ação principal.

Preliminarmente, afinal, EM REJEITAR A PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA.

No mérito, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 05 de novembro de 1985.

Paulo Maynard Rangel — Juiz Presidente e Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-9975/85)

EMENTA: Ação Cautelar. Verificando-se da prova produzida que estão presentes o risco de lesão irreparável e o princípio do bom direito, cabe conceder a provisão de segurança.

Ato administrativo. Na ocorrência de abuso ou desvio de direito, em que incorra a autoridade administrativa, dá-se a nulidade dos atos por ela praticados. Havendo pretensão ao exame da validade de tais atos, em ação principal, reintegra-se cautelarmente o trabalhador que foi injustamente despedido quando, pelo princípio do "lucus boni juris", gozava, em aparência, da garantia de emprego.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Canoas, sendo recorrente IARA MARINA WAENGERTNER e recorrido MUNICÍPIO DE CANOAS (PREFEITURA MUNICIPAL).

Inconformada com a sentença que julgou improcedente a ação cautelar de reintegração, recorre a autora, ordinariamente.

Contra-arrazoado o apelo, a douta Procuradoria Regional opina pelo seu desprovimento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

A autora foi admitida, na função de arquiteta, em 2 de janeiro de 1980, sendo optante pelo FGTS e regida pela CLT.

Em 29 de junho de 1984, através da Lei Municipal n.º 2213, o demandado unificou o regime jurídico dos servidores.

Dispôs o seu art. 31 que o Poder Executivo ficava autorizado a transpor para o Quadro Geral dos Funcionários Municipais, em cargos correspondentes às funções que vinham exercendo, todos os servidores, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, que contassem, à data da lei, mais de cinco anos de serviço (§ 1.º).

Em relação aos servidores celetistas com menos de cinco anos, estabeleceu a lei municipal que teriam, desde logo, rescindidos os respectivos contratos todos os que, no prazo de 15 dias contados da sua promulgação, manifestassem sua desconformidade com a transformação do regime jurídico. Quanto aos que assim não agissem, teriam assegurada a oportunidade de passarem, definitivamente, ao quadro de funcionários, desde que aprovados em concurso que seria realizado, no máximo, até seis meses após a promulgação da lei (art. 33, § 1.º). A norma geral estabelecida, ainda, que a não aprovação importaria na rescisão dos contratos.

A autora não manifestou qualquer desconformidade com a legislação aprovada, a ela aderindo. Com isso, dado que se dispunha quanto à extinção da categoria dos celetistas, passou a reger-se por um sistema legal evidentemente híbrido, não apenas em situação de expectativa de direito, mas com evidente direito expectativo ao concurso que lhe permitiria ingressar, definitivamente, no quadro efetivo dos funcionários públicos do município. Sua condição de servidora passou a reger-se não apenas pela CLT, mas por esta e com a incidência das regras oriundas da legislação municipal. Tais circunstâncias podem permitir uma exegese que conclua, tal como está pretendendo a demandante, pela existência de estabilidade provisória até a efetivação do concurso, embora esta não seja a ação em que tal garantia possa ser objeto de debate. A despeito disso, conforme deflui da norma regulamentadora (Decreto n.º 145, de 02.07.84, art. 1.º, IV, § 1.º, fl. 33), "O servidor regido pela CLT, com menos de cinco (05) anos de serviço prestado, nesta Prefeitura, na data da promulgação da Lei n.º 2213/84, permanecerá, provisoriamente, em regime de CLT e desempenhando suas funções, até a realização de concurso público e de sua nomeação."

O concurso, prometido até no máximo seis meses após a promulgação da Lei Municipal, não se realizou, tendo sido o prazo mencionado objeto de uma prorrogação, até 31 de março de 1985 (Lei Municipal n.º 2305, de 28/12/84). Esgotado esse novo prazo, a Lei Municipal 2308, de 02.04.85, novamente prorrogou o concurso para até 31 de dezembro do mesmo ano. Essas sucessivas prorrogações, que feriam o direito expectativo da autora, constituem um retrato fiel do apreço que a autoridade municipal tinha pelos concursos públicos, protelando no tempo uma situação que deveria ser superada rapidamente, dada a evidente transitoriedade.

Constituindo área de segurança, onde o povo não elegia os administradores, o demandado teve marcadas, por força da Lei 7332, de 1.º de julho de 1985, eleições para Prefeito e Vice-Prefeito, que deveriam ser realizadas em 15 de novembro do ano passado. Em seu art. 16, assim dispunha a lei, "verbis": "Art. 16 — Ficam vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, sem nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre 15 de julho de 1985 e 1.º de janeiro de 1986, importarem em nomear, contratar, exonerar ou transferir, designar, readaptar servidor público, regido por Estatuto ou pela Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, ou proceder a quaisquer outras formas de provimento da administração direta e nas autarquias, nas sociedades de economia mista e empresas públicas dos Estados e Municípios".

Em 12 de julho, no final do expediente, a autora foi chamada à sala do Diretor do Departamento de Planejamento Urbano, onde o Senhor José Hermeto G. Lagranha lhe comunicou que estava sendo despedida, injustamente. De acordo com o que consta da correspondência de fl. 69, de texto idêntico ao de fl. 18, a via da autora, assim dispunha o demandado com relação ao aviso prévio: "Informamos outrossim, que V. S^a. está, a partir desta data, dispensado de comparecer ao serviço até o final do prazo do presente Aviso-Prévio".

É indubitável, pela legislação acostada aos autos, que os atos de demissão de servidores constituem prerrogativa do Prefeito Municipal. Igualmente, pelo documento juntado à fl. 18, é indiscutível que a reclamante recebeu uma comunicação sem assinatura da autoridade, o que poderia constituir causa de nulidade do ato administrativo, quer porque irregular, quer porque a despedida, como tal, teria sido praticada por pessoa incompetente. Trata-se, a bem de ver, de matéria cuja indagação deverá ser objeto de exame na ação principal, referida na inicial. Entretanto, a nulidade do ato e, mesmo, a projeção do aviso prévio, concedido com dispensa de comparecimento e não indenizado, como pretende o demandado, poderiam acarretar a inviabilidade legal da rescisão do contrato de trabalho, assegurando à autora os efeitos resultantes da estabilidade consignada na lei eleitoral.

É preciso acentuar que a espécie está diretamente relacionada à prática do ato administrativo, com possibilidade de identificação de abuso ou de desvio do poder. Aquele, ou este, podem ocorrer quando a autoridade, embora competente para a prática do ato, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas. É clara a lição do eminente jurista HELY LOPES MEIRELLES ("in" *Direito Administrativo Brasileiro*, pág. 81): "A teoria do abuso de poder — afirma Ripert — foi inteiramente inspirada na moral e sua penetração no domínio jurídico obedeceu a propósito determinado. Trata-se, com efeito, de desarmar o pretensão titular de um direito, subjetivo, e, por conseguinte, de encerrar, de modo diverso, direitos objetivamente iguais, pronunciando uma espécie de juízo de caducidade contra o direito que tiver sido imoralmente exercido. O problema não é, pois, de responsabilidade civil, mas de moralidade no exercício dos direitos." Transplantando-se esses conceitos para o campo do Direito Administrativo, temos, que, se o poder foi conferido ao administrador público para realizar determinado fim, por determinados motivos e por determinados meios, toda a ação que se afastar dessa conduta, contrariando ou ladeando o desejo da lei, padece de vício de desvio de poder ou de finalidade e, como todo o ato abusivo ou arbitrário, é ilegítimo".

Ainda acompanhando a lição do eminente administrativista citado, há que relevar que "O ato administrativo, vinculado ou discricionário — há que ser praticado com observância formal e ideológica da lei. Exato na forma e inexato no conteúdo, nos motivos e nos fins é sempre inválido. O discricionarismo da administração não vai ao ponto de encobrir arbitrariedade, capricho, má fé, ou imoralidade administrativa.

Dal a justa advertência de Hauriou, de que a 'Administração deve agir sempre de boa fé, porque isto faz parte da sua moralidade'."

Embora mais aparente o chamado excesso de poder, que caracteriza os abusos de autoridade, merece uma atenção especial, igualmente, o desvio de finalidade, que se caracteriza pelo contorno dissimulado das finalidades ou limitações da norma jurídica, obtendo resultados que não eram por ela visados. Como ensina Hely Lopes Meirelles, "O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade, para fins de anulação do ato administrativo, não se restringe somente à violação frontal da lei. Abrange, não só a clara infringência do texto legal, como também o abuso, por excesso ou desvio do poder, ou por relegação dos princípios gerais do direito. Em qualquer dessas hipóteses, quer ocorra alentado flagrante à norma jurídica, quer ocorra inobservância velada dos princípios do direito, o ato administrativo padece de vício de ilegitimidade e se torna passível de invalidação pela própria Administração, ou pelo Judiciário, por meio de anulação."

Na lição de outro grande jurista brasileiro, Themístocles Brandão Cavalcanti (*Curso de Direito Administrativo*, pág. 59), a ilegitimidade pode tomar três aspectos: incompetência, excesso de poder e violação da lei. Dá relevo ao primeiro aspecto, afirmando que a incompetência da autoridade constitui a razão máxima da invalidade dos atos administrativos, porque compreende ainda aqueles praticados em virtude de uma faculdade ou poder discricionário. Nesse caso, diz o festejado mestre, a lei permite que se o tenha como ilegal em razão da incompetência ou do excesso de poder.

José Cretella Júnior (Direito Administrativo, vol. II, pág. 251) ensina que "Como ato jurídico que é, o ato administrativo exige a presença de vários componentes para que atue validamente em seu campo próprio. A ausência ou presença viciada de alguns desses elementos tem como efeito imediato a produção de atos inexistentes, nulos ou anuláveis, conforme o grau maior ou menor da ocorrência verificada no processo etiológico do ato. Do mesmo modo que no ato jurídico em geral, capacidade, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei são elementos que devem integrar as manifestações da vontade da administração, traduzidas, *in concreto*, pelo ato administrativo".

"São estas condições de legalidade — prossegue o autor — que estão, por assim dizer, à flor da epiderme do ato, visíveis, facilmente verificáveis. São como que o corpo do ato administrativo. É a legalidade externa ou objetiva do ato. Mas, ao passo que no ato jurídico do direito privado tais condições são necessárias, mas suficientes para que o ato seja válido, no ato administrativo os três requisitos de legalidade enumerados, comuns aos atos em geral, são insuficientes. Assim, os fatores de natureza pessoal que atuam sobre o agente e a finalidade em mira desempenham no campo do direito administrativo importância excepcional, quando comparadas com o que se verifica no domínio privatístico. Daí a importância dos elementos motivo e fim que são como o espírito do ato administrativo, que residem em seu interior, elementos subjetivos, profundos, que, por sua própria natureza, escapam não raro a uma análise menos percuciente. Em suma, a cinco podem ser reduzidos os elementos que devem ser levados em conta, no processo de formação do ato administrativo: manifestação da vontade, motivo, objeto, forma e fim".

A partir de tais colocações, pode-se vislumbrar, a partir dos fatos narrados nos autos, a existência de claro princípio de bom direito a favor da autora. Inegavelmente, é possível o debate a respeito da legitimidade da comunicação volitiva da administração no sentido da despedida, quer quanto ao autor, quer quanto à forma, já que a comunicação de vontade partiu de quem não detinha autoridade e se fez através de documento não assinado. Também é possível examinar a própria essência do ato, já que se trata de perquirir quanto à projeção do aviso prévio, adentrando-se no período em que estavam suspensas as despedidas, em virtude do processo eleitoral. A própria dispensa da prestação laboral durante o aviso há que ser examinada à vista do interesse da administração e da lei que estabelecia a garantia de emprego temporária, bem assim quanto à existência de uma estabilidade até o concurso, constituindo o ato resilitivo evidente abuso ou desvio de poder.

Caracterizada uma dessas situações, a consequência será a reintegração e não o simples pagamento de verbas indenizatórias. Aqui, cabe distinguir entre a empresa privada e a administração pública, mesmo em relação a pessoal regido pela CLT. Isso porque está intimamente ligado à idéia de moralidade administrativa o ato praticado pela autoridade pública, devendo revestir-se de plena adequação ao princípio da finalidade. Não se admite a utilização do poder, mesmo discricionário, ainda quando oculto sob a máscara da legalidade, para uma finalidade diversa daquela estabelecida pelo sistema normativo. Além disso, não seria admissível o contorno de princípios protetivos do servidor, que visam à preservação da moralidade eleitoral, pelo uso abusivo de certas prerrogativas legais — tal, por exemplo, a indenização do aviso prévio — com caráter evidentemente abusivo.

A complexidade resultante da ação exercida pela autoridade demandada não comporta exame nos limites da ação de cautela. Nem ao menos a determinação, em definitivo, sobre a existência de estabilidade. Mas, parece evidente, a autora está amparada pelo "*fumus boni juris*", podendo afirmar-se a existência, ao menos aparente, da garantia de emprego, bem como de que lhe resultou da despedida evidente prejuízo, que não precisa ser necessariamente econômico. Estão presentes, portanto, os requisitos exigidos para que se lhe dê a segurança pretendida até que, em definitivo, seja examinado, em profundidade, o ato de sua despedida.

Pelo que,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para determinar a reintegração da autora, em seu emprego, com determinação de pagamento de todos os salários e demais vantagens do período de afastamento, acrescidos de correção monetária e juros, até que se resolva, em ação principal, quanto à legalidade e legitimidade do ato da despedida injusta, assegurando-se-lhe, no curso da ação, o direito à prestação de concurso, na forma da Lei Municipal n.º 2213/84, caso seja sua realização determinada. Revertem-se as custas, que deverão ser suportadas pelo demandado, atendidas as determinações legais.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 21 de maio de 1986.

Ermes Pedro Pedrassani — Juiz no Exercício da Presidência.

Alcione Niederauer Corrêa — Relator

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-8264/85)

EMENTA: É a ação rescisória meio próprio para obter a observância da prescrição bienal, argüida em defesa e não decretada na sentença. Violação literal do art. 11 da CLT. Rescisória julgada procedente.

VISTOS e relatados estes autos de AÇÃO RESCISÓRIA, em que é requerente REINALDO CHRISTIANO MATTE.

"Reinaldo Christiano Matte propõe ação rescisória, pretendendo desconstituir, em parte, a sentença proferida pela MM. JCJ de Santa Cruz. Alega que, apesar de ter argüido prescrição bienal, na parte dispositiva da sentença inexistiu menção expressa neste sentido.

Contesta o réu, sustentando que o ora autor não usou das medidas cabíveis no momento oportuno e que agora, através da presente ação, pretende modificar decisão que já transitou em julgado.

Durante a instrução da rescisória, foi ajuizada ação cautelar, a qual foi apensada à principal, tendo sido requerida a sustação da praça, porque iminente o leilão do bem oferecido à penhora e de valor muito superior à execução. A liminar foi deferida, tendo em vista a urgência da medida e ante a aparência de boas razões de direito, bem como o risco de o bem ser leiloado, com sério gravame ao autor.

As partes não aduziram razões finais.

A Procuradoria do Trabalho preconiza a procedência da ação."

É o relatório aprovado em sessão.

ISTO POSTO:

Tempestivamente argüida na contestação, deixou a decisão de 1.º Grau de decretar, ao menos de forma clara e incisiva, a prescrição bienal.

Houve, assim, flagrante violação do art. 11 da CLT. Não tem aplicação, no caso, o Enunciado n.º 153 do TST, desde que a prescrição foi argüida perante o juízo ordinário de 1.º Grau. Irrelevante não tenha a reclamada, ora autora, renovado o pedido de prescrição no recurso ordinário. Até porque a sentença deixa transparecer, ainda que de forma oblíqua, o acolhimento da prescrição. Boa prova disso é a decisão, que julgou improcedentes os embargos à execução interpostos pelo réu. Também não seria necessária a interposição de embargos de declaração. Estes, segundo boa doutrina, são faculdade — não obrigação — da parte. De resto, a discussão é inócua, no caso. Para o ajuizamento da rescisória, basta a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda (Enunciado n.º 107 do TST).

Embora a inicial não refira expressamente, a rescisória funda-se no inciso V do art. 485 do CPC, por violar literal disposição de lei, no caso, como já se disse, o art. 11 da CLT. Poder-se-ia acrescentar, embora não alegada, violação também do art. 485, inciso III, do CPC *verbis*: "São requisitos essenciais da sentença: (...) III) o dispositivo, em que o juiz analisará as questões, que as partes lhe submeterem". Mas o que importa essencialmente é que houve, em tese e em concreto, violação literal do art. 11 da CLT, pela ausência de aplicação da regra jurídica contida nesse dispositivo legal.

Com a desconstituição parcial da sentença de fls. 17/21, como preconiza o Ministério Público do Trabalho, resulta sem qualquer suporte jurídico o acórdão de fls. 58/9. O autor visa a rescindir, não o acórdão que julgou o recurso ordinário, nem aquele que apreciou o agravo de petição, mas a sentença que deu origem a ambos.

Desconstituída esta, os atos posteriormente praticados no processo deverão adequar-se à nova coisa julgada — material e formal — superveniente.

Pelo exposto,

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes do 2.º Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

EM JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO para rescindir em parte a decisão proferida pela JCJ de Santa Cruz do Sul, limitando a condenação contida na mesma ao biênio prescricional. Foram vencidos parcialmente os Exmos. Juízes Relator e Dorval Knak.

Custas, pelo réu, sobre o valor atribuído à causa de Cz\$ 1.000,00 (um mil cruzados).

Intime-se.

Porto Alegre, 30 de abril de 1986.

Fernando Antonio Barata Silva — Julz no exercício da Presidência
Mário Somensi — Relator designado
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-3128/85)

EMENTA: Arresto de bens. A concessão da medida cautelar de arresto prevista nos arts. 813 e 814 do CPC pressupõe a prova literal da dívida, bem como prova documental ou justificação convincente da existência do "periculum in mora".

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 14.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, sendo recorrente LUTERO LERI BUTZKE e recorrida TAITO DO BRASIL — INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Recorre ordinariamente o reclamante, arguindo, preliminarmente, nulidade processual por cerceamento de defesa. No mérito, insurge-se contra a decisão de 1.º Grau que julgou improcedente medida cautelar de arresto por ele requerida. Houve contra-razões.

Preconiza a D. Procuradoria o não provimento do apelo.
É o relatório.

ISTO POSTO:

Preliminarmente. Nulidade processual por cerceamento de defesa. Sustenta o autor que, instada a empresa a proceder a juntada aos autos de documentação que comprovaria estar ela encerrando suas atividades no território nacional, com alienação de seus bens a terceiros, não atendeu ela a determinação judicial, constituindo-se cerceio a seu direito de defesa a prolação da sentença sem a juntada ao processo da prova requerida.

Sem razão. A documentação cuja juntada requereu o autor ao processo tinha por finalidade demonstrar que a empresa pretendia encerrar suas atividades no território nacional, alienando seus bens a terceiros. Todavia tal circunstância foi minudentemente abordada pelos depoimentos testemunhais de fls. 52/55, em nada contribuindo à pretensão acauteiatória do requerente, conforme restou analisado na decisão de fls. 65/66, já que "tais fatos não implicariam na impossibilidade de execução de possíveis e futuras sentenças condenatórias" proferidas contra a empresa. Inexiste o alegado cerceio de defesa.

Rejeita-se a prefacial.

Mérito. Arresto de bens. A sentença de 1.º Grau julgou improcedente a medida cautelar de arresto ajuizada pelo autor. Este se rebela, através do presente recurso ordinário, buscando acolhimento da pretensão junto a este Egrégio Tribunal.

Sem razão. Pleiteou o requerente a concessão de arresto de máquinas Flíperama em poder da reclamada ou de locatários, sustentando que a empresa está providenciando o fechamento de todas as filiais regionais, inclusive no Rio Grande do Sul. Aduz que as máquinas existentes no Estado estão sendo transferidas para São Paulo e lá serão alienadas a terceiros, tudo com vista a tornar a reclamada insolvente, fraudando credores. Com tal comportamento, o reclamante poderia ver frustrado seu crédito trabalhista, quando se tornasse exigível, em função de reclamationária que tramita atualmente.

A presente ação foi ajuizada com fundamento no art. 813, incisos I e II, letras "a" e "b", e art. 814 do CPC, dispositivos que disciplinam a medida específica do arresto, cujos requisitos para sua concessão devem estar presentes.

Estabelece o art. 814 que "para a concessão do arresto é essencial: I — prova literal da dívida líquida e certa; II — prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no artigo antecedente". O art. antecedente é o 813 do CPC que assim dispõe: "O arresto tem lugar: I — quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado; II — quando o devedor, que tem domicílio: a) se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente; b) caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens que possui; contrai ou tenta contrair dívidas extraordinárias; põe ou tenta pôr os seus bens em nome de terceiros; ou comete outro qualquer artifício fraudulento, a fim de frustrar a execução ou lesar credores".

No caso presente, não houve prova de qualquer dívida por parte da empresa. Apenas noticiam os autos a existência de reclamação trabalhista promovida pelo autor contra a requerida, ainda pendente de julgamento e que, por fim, poderá ser julgada improcedente. O segundo requisito, que é cumulativo com o primeiro, se refere à prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no artigo antecedente. Prova documental não há nos autos. Mesmo que se considere superada esta pela negativa de apresentação por parte da empresa da documentação requerida pelo autor, seria improcedente o arresto pretendido, posto que, como já sinalado, não há prova da existência de qualquer dívida da empresa com o autor, pressuposto essencial para a concessão da medida perseguida.

Nego provimento ao recurso.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 4.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Preliminarmente, EM REJEITAR A PREFACIAL DE NULIDADE PROCESSUAL POR CERCEAMENTO DE DEFESA.

No mérito, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 11 de março de 1986.

Sérgio Pitta Pinheiro Baptista — Julz no exercício da Presidência e Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-3300/85)

EMENTA: Prescrição. Quando a infração denunciada pelo trabalhador se caracteriza como continuada. Hipótese em que é invocada a existência de condição contratual, emergente da Lei Estadual n.º 4.136/61, que estaria sendo, simplesmente, ignorada pelo empregador, inexistindo, pois, ato único do empregador. Reconhecimento do caráter parcial da prescrição.

Avanços trienais. Empregado da CEEF. Interpretação dos diplomas legais vigentes à época em que o trabalhador revestia a condição de servidor autárquico. Aplicação do Decreto Estadual n.º 6.158/55. Reconhecimento da improcedência do pedido.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 12.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, sendo recorrentes FRANCISCO DOS SANTOS ZANETTI E ADALBERTO BRAGA FILHO e recorrida COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA — CEEF.

Recorrem os reclamantes, inconformados com a decisão de 1.º Grau que julgou Improcedentes as suas pretensões concernentes ao pagamento de avanços trienais, a teor do disposto nas Leis Estaduais n.º 3.034, de 18 de dezembro de 1956, e n.º 4.297, de 4 de janeiro de 1962, discorrendo a respeito das preliminares argüidas pela demandada em sua defesa, dentre as quais a de prescrição, cuja incidência foi reconhecida.

Contra-arrazoado o recurso, manifesta-se a douta Procuradoria Regional pelo seu desprovimento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

1. A R. decisão de 1.º Grau, por entender configurar-se íntimo entrelaçamento entre a questão atinente à prescrição do direito de os reclamantes acionarem a demandada e as demais questões meritórias, reconheceu, a um só tempo, a incidência da regra do art. 11 da CLT, interpretado à luz do Enunciado n.º 198 da súmula da jurisprudência uniforme do TST, e a improcedência do pedido de concessão de avanços trienais. A prescrição, porém, a nosso juízo, não se consumou, salvo quanto às decorrências pecuniárias da infração denunciada. Ainda que, decorridos mais de vinte anos, jamais tenha sido atribuído aos postulantes o pagamento daquela vantagem, a infração por eles denunciada, pela forma como é exposta na inicial, não foi atingida pela prescrição senão quanto aos seus efeitos pecuniários anteriores ao biênio legal. A tese dos reclamantes — ainda que possa, em um segundo momento, ser reconhecida como infundada — é a de que persistem detentores do direito, conquistado ao tempo em que revestiam a condição de servidores autárquicos, de auferir o pagamento daquela vantagem, ocorrendo simples omissão patronal quanto ao atendimento de condições contratuais resultantes da aplicação do art. 12 da Lei Estadual n.º 4.136/61. Não admitem eles o sentido jurídico atribuído pela decisão recorrida ao Decreto Estadual n.º 6.158/55, sustentando que o direito aos avanços trienais pretendidos é independente da vantagem prevista naquele diploma, com ela, sequer, se compensando. E, dentro desse raciocínio, o que se sustenta na inicial é, justamente, a ausência de ato positivo ofensivo ao direito dos postulantes, direito esse que permaneceria, hoje, absolutamente íntegro, ainda que a demandada, desconhecendo condições contratuais que, em tempo algum, foram alteradas ou unilateralmente suprimidas, não lhes atribua o pagamento dos avanços pretendidos.

É necessário, pois, que as questões sejam desdobradas, apreciando-se, primeiramente, a matéria prescricional para, afastada esta, como se viu, enfrentarmos, a seguir, o exame das razões jurídicas invocadas pelos demandantes como embaixadoras de suas pretensões.

2. Os reclamantes, ora recorrentes, pretendem que se lhes reconheça a titularidade do direito a avanços trienais. A referida vantagem foi criada pela Lei Estadual n.º 2.020, de 2 de janeiro de 1953, em benefício dos servidores públicos

estaduais, dispondo o seu art. 15 que "ao fim de cada triênio de exercício será atribuído ao funcionário provido em caráter efetivo um avanço no vencimento de seu cargo na razão aritmética estabelecida pela tabela constante do art. 4.º, desta lei", prevendo o art. 24 daquele diploma legal que "os servidores autárquicos deverão ser reestruturados em bases semelhantes às desta lei, não podendo perceber vencimentos superiores aos nela previstos". Vê-se, assim, sendo a empresa demandada, à época, uma autarquia estadual, que o art. 24, invocado pelos demandantes, de modo algum permite a ilação de que o direito aos avanços trienais tivesse, por ele, sido estendido aos servidores autárquicos. Na verdade, aquele diploma legal teve o objetivo de, extinguindo todos os cargos de provimento efetivo e funções de extranumerário que integravam os quadros do serviço público estadual, instituir um novo sistema de classificação de cargos e funções adotando novos padrões de vencimentos, oportunidade em que, "a latere", criou a favor dos funcionários estaduais a figura dos avanços trienais. Entende-se, assim, que o referido art. 24 nada mais fez do que ordenar às autarquias a adoção de um sistema de classificação de cargos e funções à imagem e semelhança daquele adotado através daquele diploma legal, vedada a atribuição de vencimentos aos funcionários autárquicos, guardada a similitude de padrão funcional, em bases superiores àquelas estabelecidas na mencionada Lei n.º 2.020.

A Lei Estadual n.º 2.260, de 28 de dezembro de 1953, também invocada pelos reclamantes na inicial, teve por escopo, por sua vez, alterar a tabela de vencimentos instituída pelo diploma legal antes referido, dela constando a criação de mais um padrão salarial, o 17, em relação ao qual se estabelece tabela que inclui os valores correspondentes aos avanços trienais, daí extraindo os reclamantes a apressada conclusão, interpretando o seu art. 3.º ("Aplica-se aos servidores autárquicos o disposto nesta lei"), de que aquela vantagem especial teria sido estendida aos servidores das autarquias. Adveio, a seguir, a Lei Estadual n.º 3.034, de 18 de dezembro de 1956, que estabelece normas de simplificação burocrática para a concessão de vantagens aos servidores das autarquias estaduais, dispondo ela, em seu art. 1.º, que as vantagens relativas a avanços, gratificações adicionais, licença-prêmio e aposentadoria por limite de idade serão concedidas aos servidores das autarquias estaduais automaticamente, independentemente de requerimento do interessado. Também não assiste razão aos reclamantes, ao invocar aquele diploma legal como fonte de sua pretensão. A referida Lei n.º 3.034 não teve por finalidade criar qualquer vantagem de fundo em benefício dos autárquicos, mas apenas simplificar a concessão dos direitos porventura desfrutados por aqueles servidores. A Lei Estadual n.º 4.297, de 4 de janeiro de 1962, a seguir invocada pelos postulantes, é de todo impertinente, porque se limita, simplesmente, a dispor que, para efeitos de concessão de avanços, o servidor público estadual, provido em novo cargo mediante concurso ou prova de habilitação, permanece com direito aos avanços conquistados no exercício do cargo ocupado anteriormente. Invoca-se, a seguir, a Lei Estadual n.º 4.467, de 31 de dezembro de 1962, que, em seu art. 8.º, dispõe no sentido de que "as autarquias estaduais, por resoluções a serem expedidas, após audiência da Secretaria de Administração e aprovação governamental, adotarão providências idênticas às consignadas nesta lei, vedada a concessão de maiores vantagens a seu pessoal, em relação ao dos quadros centralizados de igual categoria, inclusive quanto aos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, ressalvado o disposto na Lei n.º 2.598, de 28 de janeiro de 1955". Ponderam os demandantes buscando apontar a verdadeira inteligência da regra do referido art. 8.º, que os três primeiros parágrafos do art. 1.º daquele diploma legal, dispõem, justamente, a respeito dos critérios de concessão dos avanços trienais.

A demandada, em sua defesa, lembra que a Lei Estadual n.º 1.744, de 10 de fevereiro de 1952, que constituiu sob forma de autarquia a então Comissão Estadual de Energia Elétrica, preceitua em seu art. 11 que "o quadro de servidores da CEEE, bem como os seus direitos, vantagens e deveres, serão definidos e fixados, mediante proposta do Diretor Geral, pelo Conselho, que submeterá a sua decisão à aprovação do Governador do Estado", estabelecendo o seu regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 3.599, de 12 de novembro de 1952, em seu art. 73, que,

"enquanto a lei não regular, em sistema estatutário próprio, os direitos e vantagens, o tratamento e o regime disciplinar a que ficarão sujeitos os empregados das autarquias, vigorará para o pessoal da Comissão o seguinte regime funcional: IX — para os efeitos de férias, licenças, disponibilidades, aposentadoria, gratificações adicionais, licenças-prêmio e regime disciplinar, são aplicáveis as disposições da Lei n.º 1.751, de 22 de fevereiro de 1952".

Lembra a demandada que o Decreto n.º 5.072, de 30 de julho de 1954, eliminou do elenco de vantagens a que se refere o inciso IX do Decreto n.º 3.599, antes transcrito, as gratificações adicionais, vindo o Senhor Governador do Estado, através do Decreto n.º 6.158, de 25 de julho de 1955, em atenção à regra do art. 11 da Lei Estadual n.º 1.744, já mencionada, a aprovar a Resolução n.º 107, de 15 de junho de 1953, do Conselho Administrativo da então autarquia, resolução essa pela qual, ao invés de avanços trienais, decidiu aquele órgão desdobrar as gratificações já então atribuídas aos servidores do Estado de 15% e 25%, para pagamento de 5, 10, 20 e 30% conforme o servidor viesse a alcançar, respectivamente, 5, 10, 20 e 30 anos de tempo de serviço prestado à autarquia. Os reclamantes foram admitidos, o primeiro Francisco dos Santos Zanetti, em 7 de novembro de 1963, e o segundo, Adalberto Braga Filho, em 25 de junho de 1954. As leis invocadas na petição inicial e aqui referidas, como já foi destacado, não os favoreceram, ou porque impertinentes, ou porque carentes de regulamentação, ou dependentes — como a de n.º 4.467/62 — de ato próprio determinador de sua aplicação aos servidores da autarquia. De qualquer modo, porém, ainda que se pudesse entender em contrário, deve ser considerado que o primeiro reclamante, considerada a data de sua admissão, já encontrou a situação jurídica dos servidores da autarquia, quanto às vantagens a eles atribuídas em função do tempo de serviço, delineada através do Decreto n.º 6.158/55, que aprovou a Resolução Administrativa n.º 107. O segundo reclamante, quando admitido em 25 de junho de 1954, encontrou em vigor o Decreto n.º 3.599, de 12 de novembro de 1952, que, relativamente às vantagens correspondentes ao tempo de serviço, remetia os autárquicos às normas da Lei n.º 1.751, de 22 de fevereiro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), disposição, porém, que veio a ser revogada pelo Decreto n.º 5.072, de 30 de julho de 1954, antes, portanto, que se constituísse a aquisição do direito à gratificação por tempo de serviço, direito esse que, de resto, não correspondia aos avanços trienais, cuja criação como se viu, foi objeto de lei especial — a Lei n.º 2.020/53, que não possuía o caráter de auto-aplicável em relação aos servidores autárquicos.

Em consequência, quando se operou a transformação da autarquia em sociedade de economia mista, passando os reclamantes à condição de empregados da sucessora, não trouxeram eles na bagagem de seu patrimônio jurídico, a transplantar para o âmbito das condições de seus contratos de trabalho, o direito — adquirido ou em formação — à percepção dos avanços trienais objeto da presente reclamatória (art. 12 da Lei n.º 4.136/61).

Ante o exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Preliminarmente, EM RECONHECER COMO NÃO ATINGIDO PELA PRESCRIÇÃO, SALVO QUANTO ÀS DECORRÊNCIAS PECUNIÁRIAS ANTERIORES AO BIÊNIO LEGAL, O DIREITO DE AÇÃO DOS RECLAMANTES DE REIVINDICAR O PAGAMENTO DE AVANÇOS TRIENAIS.

No mérito, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 23 de outubro de 1985.

Antonio Salgado Martins — Presidente e Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-6804/85)

EMENTA: Desistência da ação. Não faz coisa julgada a decisão que extingue o processo, sem julgamento do mérito, por desistir o autor da ação. O fato de concordar com a desistência o reclamado não equivale a termo de conciliação, com força de sentença irrecorrível, de que trata o art. 831, parágrafo único, da CLT. Possibilidade de renovação da ação (art. 268 do CPC).

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Erechim, em que é recorrente ASSIS PEDRO BONATTO, sendo recorrido MUNICIPIO DE VIADUTOS (PREFEITURA MUNICIPAL).

Rebela-se o reclamante contra a decisão de 1.º grau que, acolhendo prefacial de coisa julgada, extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

Houve contra-razões.

Preconiza a D. Procuradoria o provimento do apelo.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Desistência da ação. Coisa julgada. A sentença, entendendo que a desistência da reclamatória anteriormente intentada pelo autor, com a anuência do reclamado, torna o ato judicial determinador do arquivamento do processo enquadrável na previsão do parágrafo único do art. 831 da CLT, extinguiu o processo "sub judice", sem julgamento do mérito, acolhendo prefacial de coisa julgada suscitada pelo reclamado. Rebela-se o reclamante, sustentando que a extinção do processo, por desistência do autor, não torna defeso o reingresso da postulação em nova reclamatória.

Com razão. A coisa julgada material se verifica após decidida a lide, total ou parcialmente, por sentença não mais sujeita a recurso, com eficácia limitada às questões decididas (arts. 467 e 468 do CPC e 836 da CLT). No processo trabalhista, equivale à sentença irrecorrível o termo de acordo judicialmente homologado (parágrafo único do art. 831 da CLT). Em ambos os casos, o juízo resolve o litígio, mediante prestação jurisdicional a que foi provocado, revestindo-se o ato judicial, uma vez imune de recursos, de eficácia tal que o torna imutável e indiscutível. Esta eficácia pressupõe, sempre, a prestação jurisdicional que resolva o "meritum causae" das questões propostas ao juízo, acolhendo ou rejeitando a pretensão do autor. No presente caso, o reclamante repete ação da qual já houvera desistido anteriormente, e que, por conseguinte, não foi decidida em seu mérito. Não há que se confundir desistência da ação, em que o autor abstém-se de prosseguir na lide, com conciliação do feito, em que as partes transacionam sobre o direito vindicado, mediante a tutela jurisdicional, caso em que a consequência jurídica é a extinção do processo, com julgamento do mérito, valendo o termo de conciliação como decisão irrecorrível, com eficácia de coisa julgada. Pela desistência, extingue-se o processo, sem julgamento do mérito (art. 267, VIII, CPC), não se consubstanciando coisa julgada material, posto que o ato do juízo, nestas circunstâncias, não se constitui sentença definitiva a resolver o litígio, ainda pendente de solução, mediante entrega da prestação jurisdicional, não concretizada pelo arquivamento do feito. Nada obsta reproduza o autor, em ação distinta, postulação da qual houvera anteriormente desistido, hipótese que, de resto, encontra previsão permissiva no art. 268 do CPC.

Dou provimento ao apelo, determinando-se a baixa dos autos à Instância de origem, para julgamento do mérito.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 4.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

EM DAR PROVIMENTO AO APELO, determinando a baixa dos autos à Instância de origem, para julgamento do mérito.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 12 de novembro de 1985.

Paulo Maynard Rangel — Presidente
Sérgio Pitta Pinheiro Baptista — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-3493/85)

EMENTA: "A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista" (Enunciado n.º 18 da Súmula do TST). Compensação dos honorários do perito com o valor da conciliação. Impossibilidade. Recurso provido.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo, sendo recorrente PAULO ROBERTO CUNHA e recorrida TENENGE — TÉCNICA NACIONAL DE ENGENHARIA S/A.

Da decisão "a quo", que determinou fossem os honorários do perito, porque ônus do empregado já que sucumbente no pedido que originou a perícia, abatidos do valor da conciliação, o reclamante interpõe recurso ordinário, pretendendo sua absolvição neste aspecto. Sem contra-razões, os autos são encaminhados a este Tribunal. À fl. 98, a Procuradoria Regional do Trabalho recomenda a reforma do julgado.

É o relatório.

ISTO POSTO:

1. Preliminarmente, não se conhece do doc. de fl. 87, pois juntado aos autos em momento processual inadequado.

2. Conhece-se, ainda preliminarmente, do documento de fl. 86, pois visa demonstrar estado de miserabilidade para isenção do ônus relativo a honorários periciais.

3. O reclamante ficou vencido no pedido objeto da perícia (periculosidade), sendo, em face do princípio da sucumbência, condenado ao pagamento dos honorários do perito. Surpreendentemente o julgador "a quo" determinou que o valor correspondente a tanto fosse abatido daquele da conciliação. Daí o recurso do autor.

Tem razão o recorrente. Os honorários periciais não se revestem da natureza trabalhista de que fala o TST no Enunciado n.º 18 de sua Súmula, quando permite a compensação de valores, na Justiça do Trabalho, desde que as dívidas sejam daquela natureza. Note-se, por demasia, que não há correspondência de devedores e credores. O reclamante é credor do empregador que por sua vez é seu devedor, mas não devedor do perito. Este é credor apenas do empregado. Logo, não pode uma dívida do empregado para com terceiro ser abatida de débito do empregador se este nada tem a ver com aquele credor. O Código Civil admite a compensação apenas "se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem" (art. 1009). Não é, como se vê, o caso dos autos, pois, ao que tudo indica, o perito nada devia para o empregado ou para o empregador, para que seu crédito fosse compensado com o do reclamante. Acolho, desta sorte, o recurso,

para determinar que o réu deposite o restante da importância objeto da conciliação, correspondente ao valor dos honorários do perito, tal como pleiteado no recurso. Isento, ainda, o recorrente da condenação relativa aos honorários do "expert", em obediência ao disposto no art. 789, § 9.º, da CLT.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 3.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Preliminarmente, EM NÃO CONHECER DO DOCUMENTO DE FL. 87, POIS JUNTADO AOS AUTOS EM MOMENTO PROCESSUAL INADEQUADO E CONHECER O DE FL. 86.

No mérito, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA DETERMINAR QUE O RÉU DEPOSITE O RESTANTE DA IMPORTÂNCIA OBJETO DA CONCILIAÇÃO CORRESPONDENTE AO VALOR DOS HONORÁRIOS DO PERITO, COMO PLEITEADO, ISENTANDO, AINDA, O RECORRENTE DA CONDENAÇÃO RELATIVA AOS HONORÁRIOS DO "EXPERT", EM OBEEDIÊNCIA AO ART. 789, § 9.º, DA CLT.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 19 de novembro de 1985.

João Luiz Toralles Leite — Presidente
João Antonio G. Pereira Leite — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-6634/85)

EMENTA: A Justiça do Trabalho deve acolher os dissídios que resultarem de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice. Inteligência do art. 652, inciso III, da CLT. Baixa dos autos à Instância de origem. Julgamento do mérito.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, Interposto de decisão da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Santa Maria, sendo recorrentes JUAREZ GIRAND MENDES DOS SANTOS e LUIZ CARLOS DOS SANTOS ROCHA e recorridos MANOEL FRANCISCO DA SILVA e MANOEL FRANCISCO DA SILVA & CIA. LTDA.

Os reclamantes, inconformados com a sentença da MM. JCJ de Santa Maria, que declarou-se incompetente para julgar o feito, Interpõem recurso ordinário, hábil e tempestivamente.

Os autores argumentam tratar-se de pequena empreitada, cujo saldo de pagamento pleiteiam e que, portanto, é competente esta Justiça Especializada para dirimir o conflito.

Os reclamados contra-arrazoam, nas fls. 80/82, no prazo legal.

A douta Procuradoria no Trabalho, em parecer da lavra do Dr. Luiz Fernando Mathias Vilar, opina pelo desprovimento do apelo.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Os reclamantes pleiteiam o pagamento de saldo de empreitada. As defesas não arguem a incompetência da Justiça do Trabalho em razão da matéria, aspecto não referido em todo o processo. Surpreendentemente, a MM. Junta, ao decidir, deu pela incompetência, fundando-se na circunstância de serem os valores postulados elevados, segundo seu critério. Sequer, na ocasião, obedeceu à disposição do art. 795, § 2.º, da CLT.

A conclusão adotada, "data venia", merece reparos. Em primeiro lugar porque abordou aspecto não levantado pelas partes, quando não se trata de incompetência absoluta. Em segundo, porque não é o vulto dos valores em debate que

delimita a incidência da regra do inciso III do art. 652 da CLT. A competência atribuída a esta Justiça será aceita quando os dissídios resultarem de "contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice". Sendo de assinalar que esta condição não foi objeto de discussão. Não será demais ter presente que a matéria relativa à arguição da exceção de incompetência há de ser aposta na defesa, o que não ocorreu.

Dá-se, assim, provimento ao recurso.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 2.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO, dando pela competência desta Justiça para dirimir a controvérsia, devendo os autos retornar à MM. JCJ de origem para apreciar o pedido.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 20 de março de 1986.

Francisco A. G. da Costa Netto — Juiz no exercício da Presidência
Antonio José de Mello Widholzer — Relator
Clente: Procurador do Trabalho

(TRT-1944/85)

EMENTA: Competência da Justiça do Trabalho. Normas abrangentes dos sindicatos representativos da categoria. Competência da Justiça do Trabalho definida pela prevenção do Juízo da execução.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 15.^a Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, sendo recorrente SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS E TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS E DE MÓVEIS DE MADEIRA, DE MÓVEIS DE JUNCO E VIME E DE VASSOURAS, DE ESCOVAS E PINCEIS E DE CORTINADOS E ESTOFOS DE PORTO ALEGRE e recorrida MASSA FALIDA DE EUREKA — INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

Insurge-se o sindicato recorrente contra decisão da MM. 15.^a JCJ de Porto Alegre que se declarou incompetente, em razão da matéria, para conhecer e julgar ação onde é postulado pagamento, ao recorrente, de multa prevista por desatendimento à cláusula editada em acordo coletivo da categoria.

O recurso sobe sem contra-razões.

Com parecer favorável à competência da Justiça do Trabalho, opina a douta Procuradoria pelo provimento do recurso.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Recorre o sindicato da declaração de incompetência do Juízo de origem para conhecer da matéria, ao fundamento dos artigos 142 da Constituição Federal, 877 e 625 da CLT.

A matéria que envolve o deslinde da questão é conhecidamente controvertida. Filiamo-nos à corrente mais abrangente em sua interpretação ao dispositivo constitucional que dispõe sobre a competência "ex ratione materiae" da Justiça do Trabalho. Assim, se o acordo coletivo foi editado para reger relacionamento de emprego; se há permissibilidade legal para fixação de normas abrangentes aos sindicatos representativos da categoria, a execução do cumprimento destas cláusulas há de ser nesta Justiça, posto que pertinente ao relacionamento patrão x empregado.

Por outro aspecto, e principalmente, afirma-se pela competência da MM. Junta, posto que esta se define pela prevenção do juízo da execução.

Considerando que a competência para o dissídio originário está inserida no art. 142 da Constituição Federal por ser regido pela legislação especial do trabalho, concluímos que este mesmo juízo, "Id est", a Justiça do Trabalho, é que guarda competência para dirimir ou executar as regras acordadas nas convenções coletivas.

Ante o exposto,

ACORDAM, por maioria de votos, os juízes da 3.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Vencido o Exmo. Juiz Ronaldo Leal, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO, determinando a baixa dos autos à MM. Instância de origem para apreciação do mérito.

Custas complementares na forma da lei a serem calculadas a final. Intime-se.

Porto Alegre, 11 de março de 1986.

João Luiz Toralles Leite — Presidente e Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-9316/84)

EMENTA: Complementação de aposentadoria. Quando o empregador, através de regulamento, assume a responsabilidade pela complementação dos respectivos proventos. Servidor do Banco do Brasil. Interpretação das normas reguladoras do cálculo da discutida complementação. Recursos de ambas as partes em que se discutem os conceitos de "tempo de serviço" e de "proventos totais" do cargo efetivo para o efeito de fixação do piso e do teto que limitam a concessão do benefício.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSOS ORDINÁRIOS interpostos de decisão da MM. 4.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, sendo recorrentes JUSTINIANO MARTINS BRUM e BANCO DO BRASIL S/A e recorridos OS MESMOS.

O banco reclamado aborda, em seu recurso ordinário, as questões referentes à função comissionada do reclamante, ao adicional de horas extras, ao reflexo do valor das horas extraordinárias no pagamento dos repousos semanais e feriados, ao reflexo das horas extras no pagamento das gratificações semestrais, das licenças-prêmio, das férias e das gratificações de Natal, à integração das horas suplementares na complementação dos proventos da aposentadoria, no critério da proporcionalidade da complementação dos proventos da jubilação, à média trienal, ao piso e ao teto, à prescrição bienal, às ofensas à Constituição Federal e a outras leis e, enfim, aos juros, à correção monetária, à compensação e aos descontos. Também recorre ordinariamente o reclamante, que se atém ao tema em que a douta Juíza, condenando o reclamado a lhe pagar horas extras, determinou a compensação dos valores pagos a título de abono de dedicação integral. Ambos os recursos foram contra-arrazoados, opinando o Ministério Público pelo provimento parcial daquele do reclamado e pelo provimento do do reclamante.

É o relatório.

ISTO POSTO:

1.1. Não procede o recurso do demandado quanto à sua condenação ao pagamento do salário referente à sétima e à oitava hora da jornada de trabalho. Exercendo o reclamante as funções de caixa-executivo, tem aplicação à hipótese a Súmula n.º 102 do TST.

1.2. Não procede o recurso, do mesmo modo, quanto ao percentual do acréscimo remuneratório correspondente às horas extras, que será de 25%, tal como foi decidido, ante a excepcionalidade do serviço suplementar do bancário prevista no art. 225 da CLT, que não se compatibiliza com o adicional de 20%.

1.3. Não procede o recurso, também, quanto ao reflexo das horas extras no cálculo da remuneração dos domingos e feriados, pela aplicação da Súmula n.º 172 do TST.

1.4. Procede o recurso quanto ao reflexo das horas extras no cálculo das gratificações ordinárias, da licença-prêmio e da complementação dos proventos de aposentadoria. As vantagens questionadas foram criadas por via regulamentar, obrigando o empregador nos limites a que se condicionou. O fato de a defesa haver silenciado quanto à licença-prêmio não impede o questionamento da matéria através de recurso ordinário, por se tratar de matéria jurídica, invocável a qualquer tempo na instância ordinária. As normas regulamentares editadas pelo demandado, pelas quais foram instituídas as vantagens discutidas, não prevêem o cômputo, para tal efeito, dos pagamentos concernentes ao trabalho extraordinário, pagamentos esses que, por certo, não se incluem no conceito de vencimento-padrão, nem no de qualquer das outras parcelas que, consoante as normas regulamentares aplicáveis, devem ser consideradas para efeito de pagamento daquelas vantagens.

1.5. Não procede o recurso quanto ao reflexo da remuneração das horas extras no cálculo das férias e da gratificação natalina. Sendo habitual a prestação, têm aplicação às súmulas n.ºs 151 e 45 do TST.

1.6. Quanto à alegação do demandado, de que a complementação dos proventos da aposentadoria deve ser proporcional aos anos de serviço a ele prestados, deve o recurso ser rejeitado. O reclamante, ao ser admitido tinha a sua situação regulada, quanto à complementação dos proventos de aposentadoria, pela Circular Funci n.º 121, de 20-03-51, que condicionava a concessão daquele benefício ao atendimento de dois pressupostos — trinta anos de serviço e cinquenta anos de idade. Atente-se para a circunstância de que, desde a edição do Decreto-Lei n.º 2.474, de 05-08-40, estavam suspensas as aposentadorias ordinárias através dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, subsistindo apenas as aposentadorias por invalidez ou para segurado com idade não inferior a sessenta (60) anos, as quais somente foram restabelecidas, para os trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, através da Lei n.º 3.322, de 26-11-57, condicionadas, porém, ao atingimento da idade de cinquenta e cinco (55) anos e de trinta anos de serviço em estabelecimento cujos servidores estivessem vinculados àquela instituição previdenciária.

Diante dessa nova realidade, foi editada a Circular Funci 380, de 16-03-59, pela qual o servidor que obtivesse aposentadoria ordinária pelo I.A.P.B. com menos de trinta (30) anos de serviço no estabelecimento reclamado (pressuposto, nos termos da lei, o atingimento da idade mínima de cinquenta e cinco (55) anos) teria direito à complementação dos respectivos proventos, em mensalidade equivalente a tantos trigésimos da média dos proventos totais dos cargos efetivos ou em comissão exercidos no último triênio antecedente à jubilação quantos fossem os anos de serviço computados para efeito de aposentadoria, até o máximo de trinta (30), não podendo a mensalidade ser inferior à remuneração do cargo efetivo ocupado na data da aposentadoria, nem podendo exceder a remuneração integral do cargo efetivo imediatamente superior, com igual número de quinquênios (itens 4 e 3). As Circulares Funci n.ºs 390, de 10-03-60, e 398, de 01-08-61, mantiveram, no particular, as mesmas regras disciplinadoras da complementação dos proventos da aposentadoria, havendo, por outro lado, sido suprimida a exigência de limite de idade para a obtenção da aposentadoria ordinária através da Lei n.º 4.130, de 28-08-62. Sobreveio, então, a Circular Funci n.º 436, de 17-10-63, que, em seu item 2, alterando os critérios estabelecidos pelas normas regulamentares anteriores, dispõe que "o funcionário que obtiver aposentadoria por tempo de serviço pelo I.A.P.B., sem contar o mínimo de 30 anos de serviço no Banco, terá a mensalidade, proporcional ao tempo de serviço efetivamente prestado à Casa, à razão de 1/30 por ano, calculada sobre a média dos proventos totais dos

cargos efetivos ou em comissão exercidos no último triênio", eliminando, por outro lado, o "piso" e dispondo quanto ao "teto" que "quando a média trienal calculados sobre este "teto", com igual número de quinquênios". Vê-se, assim, que as normas regulamentares relativas ao critério de complementação dos proventos da aposentadoria foram alteradas substancialmente, em prejuízo dos empregados. Em 04-06-64, porém, foi editada a Circular Funci n.º 444, que em seu item 2 restabeleceu, quanto à complementação dos proventos da aposentadoria, os critérios anteriores à Circular Funci n.º 436/63. Com efeito, em seu item 2 dispõe que "ao funcionário que se aposentar com o mínimo de 30 anos de serviço assegurará o Banco o pagamento da mensalidade equivalente à média dos proventos totais dos cargos efetivos ou em comissão, em que tenha sido investido no triênio anterior à data da aposentadoria". E, mais, restabeleceu, em suas alíneas "a" e "b", os critérios para a fixação do "piso" e do "teto" da complementação, que haviam sido revogados pela Circular Funci n.º 436/63. Vê-se, assim, que a Circular Funci n.º 444/64, diversamente do que dispunha a anterior, considera o tempo de serviço para fins de obtenção da aposentadoria através da instituição previdenciária oficial, e não mais "o tempo de serviço efetivamente prestado à Casa". Em síntese, o direito à complementação, nos moldes previstos na Circular Funci n.º 380/59, como já foi mencionado, foi mantido, nas mesmas condições, pelas Circulares Funci n.ºs 390/60 e 398/61 (item 8), em nenhuma delas havendo referência a limite de idade. A exigência do limite de idade era estabelecida implicitamente, na medida em que a concessão de aposentadoria ordinária pelo I.A.P.B., condição para o deferimento do benefício pelo banco, pressupunha o atingimento de uma idade mínima, exigência que veio a ser abolida pela Lei n.º 4.130/62, como já se destacou. Suprimida a exigência legal e nada a respeito dispondo as normas regulamentares, não mais subsistiu aquele pressuposto para o deferimento da complementação dos proventos, estabelecidos em bases proporcionais aos anos de serviço prestados ao banco reclamado através da Circular Funci n.º 436/63. Com a Circular Funci n.º 444, de 04-06-64, a situação se alterou, porquanto através dela eliminou-se o discrimine entre o tempo de serviço prestado ao estabelecimento ora reclamado e aquele computado, de modo genérico, para efeito de obtenção de aposentadoria pela instituição previdenciária oficial.

1.7. A média trienal, o piso e o teto são, também, questões versadas no apelo do reclamado. Este se reporta ao teor da Circular n.º 966, de 06 de maio de 1947, instrumento através do qual foi criado o benefício da complementação dos proventos da aposentadoria.

No que tange à média trienal, a decisão recorrida se mostra irrepreensível, baseada que está nas disposições expressas das Circulares n.º 390, de 10 de março de 1960, e n.º 398, de 1.º de agosto de 1961. Quanto à fixação do piso e do teto referentes à complementação dos proventos se fará, se for o caso, de modo que o empregado, na jubilação, não perceba menos do que os proventos do cargo efetivo por ele ocupado no momento da aposentação, nem perceba mais do que os do cargo efetivo imediatamente superior. Tudo se restringe a indagar, no caso, se na formação do teto ou do piso a ser fixado devem, ou não, ser consideradas as vantagens atinentes a cargo em comissão ocupados pelo reclamante no último triênio antecedente a sua aposentadoria. Proventos totais do cargo efetivo são tudo quanto representa parcela remuneratória do exercício do cargo efetivo. Cargo em comissão não constitui, certamente, cargo efetivo, ainda que o empregado permaneça no seu exercício por largo período de tempo. Logo, quando o regulamento, ao estabelecer os limites da complementação, se refere aos proventos totais do cargo efetivo, não abrange, como é óbvio, pagamento relacionado com o exercício de cargo em comissão.

1.8. Cabe reconhecer que o banco acionado argúi, oportunamente, a prescrição bienal, aplicável à condenação ao pagamento de horas extraordinárias e de seus reflexos nas demais rubricas.

1.9. Argumenta, ainda, o banco reclamado que a eventual confirmação dos pedidos julgados pela primeira instância procedentes importará na violação dos

arts. 4.º e 492, parágrafo único, da CLT; do art. 153, §§ 1.º e 3.º, da Constituição Federal, e dos arts. 85 e 1.090 do Código Civil Brasileiro. Não tem razão, contudo, o reclamado, uma vez que o reconhecimento do direito do reclamante, em segunda instância, ao pagamento de parcelas já deferidas pela MM. Junta decorre, conforme anteriormente se pontilhou, da correta e razoável interpretação da lei e das próprias normas regulamentares expedidas, através dos anos, pelo empregador. Não existiu, "data venia", violação às normas legais e constitucionais invocadas pelo reclamado.

1.10. Juros, correção monetária, compensação e descontos constituem as derradeiras questões debatidas no longo arrazoado do empregador. A discussão das precitadas questões se faz, no apelo, de forma remissiva, sustentando o empregador que seus embargos declaratórios não foram apreciados com a indispensável acuidade (fl. 505).

No que respeita aos juros e à correção monetária, a lei e a jurisprudência predominantes fixam os critérios de sua incidência. A respeito da correção monetária, indaga o empregador se sua aplicação se esteiará no Decreto-Lei n.º 75, de 21 de novembro de 1966, ou na Lei n.º 6.899, de 8 de abril de 1981, pretendendo transformar o Tribunal, através do presente recurso, em órgão consultivo. Os juros, na forma da jurisprudência mais respeitável, incidem sobre o capital corrigido (Súmula n.º 200 do TST).

Como com acerto apontou o perito-contador à fl. 415 dos autos (quesito n.º 8), as divergências que se depararam entre os resultados obtidos pelo empregado e pelo empregador decorrem da interpretação dada pelas partes às normas que regulamentam e regulamentaram a complementação dos proventos da aposentadoria. Sendo assim, não tem objeto o pedido de compensação formulado pelo empregador visto que no presente processo se entendeu que o empregado tem direito ao pagamento de diferenças na complementação dos aludidos proventos.

Não tem objeto, também, porque previstos na decisão recorrida, o pedido de retenção do imposto de renda no momento da liquidação de sentença.

Procede o pedido de efetivação de descontos a favor das Caixas de Assistência e de Previdência dos funcionários do demandado. Aquelas entidades concedem aos seus associados e seus dependentes vantagens expressivas, com base em contribuições que, conforme as normas estatutárias, são calculadas sobre o total dos ganhos auferidos. Daí o interesse do servidor, consoante foi realçado da tribuna por seu próprio procurador, em que o desconto seja efetivado, tal como requer o demandado em suas razões de recurso.

2. Razões de ordem doutrinária e jurisprudencial invoca o reclamante, inconformado com a decisão de primeiro grau no ponto em que esta, condenando o reclamado a lhe pagar horas extras, determinou a compensação dos valores pagos a título de abono de dedicação integral. Nota-se que a douta Procuradoria do Trabalho apóia a desconformidade do reclamante, sob o fundamento de que, nula a contratação de horas extras em caráter permanente, por infração ao disposto no art. 225 da CLT, não só o adicional de função e representação como também o abono de dedicação integral remuneram apenas a maior responsabilidade do cargo, resultando, portanto, insatisfeitas as horas de trabalho prestadas após a sexta hora da jornada (fl. 543), na conformidade do Enunciado n.º 102 da súmula de jurisprudência uniforme do TST.

Ante o exposto,

ACORDAM os Juízes da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Por maioria de votos, vencidos em parte os Exmos. Juízes Revisor e Zurayde Iuaquim Leite, EM DAR PROVIMENTO ao RECURSO DO RECLAMADO, para determinar a observância da prescrição bienal nos cálculos de liquidação de sentença, para excluir o reflexo das horas extras no cálculo das gratificações ordinárias, da licença-prêmio e da complementação de aposentadoria, e também para que na fixação dos valores referentes ao piso e ao teto, se desconsiderem as parcelas auferidas pelo exercício de cargo de comissão, autorizando os descontos a favor das Caixas de Assistência e de Previdência dos funcionários.

Por unanimidade de votos, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE, para desautorizar a compensação do montante devido a título de horas extras da vantagem intitulada abono de dedicação integral.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 23 de outubro de 1985.

Antônio Salgado Martins — Presidente e Relator
Cliente: Procurador do Trabalho

(TRT-4287/85)

EMENTA: "Lex loci executionis". Resolve-se o chamado conflito de leis no espaço, de empregado contratado no Brasil, para prestação de serviços no estrangeiro, com a aplicação do Art. 198 do Código de Bustamante, ratificado pelo Brasil e que determina a aplicação da lei de execução do contrato.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 15.ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, sendo recorrente DARCI ANTÔNIO SARTORI e recorridas CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR S/A e CLEMEP — MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

Na forma da lei, interpõe o autor recurso ordinário, inconformado com a R. sentença proferida pela MM. 15.ª JCJ de Porto Alegre — RS, que o julgou carecedor de ação.

Sustenta, em síntese, que a aplicação de legislação estrangeira a parte da pactuação, nada tem a ver com a decretação de carência de ação feita pela MM. Junta "a quo".

Pagas as custas processuais, sobem os autos com contra-razões, tempestivas, das duas demandadas.

Opina a D. Procuradoria pela manutenção da sentença.

Os autos são conclusos para julgamento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Trata-se de contratação de empregado que se efetivou no Brasil, mas para prestar serviços no exterior, na República Oriental do Uruguai, cuja competência da Justiça do Trabalho brasileira foi firmada pela MM. Junta "a quo", conforme decisão da exceção, fls. 17/19 dos autos.

No entanto, parece não haver qualquer dúvida — e isso se conclui pela análise da prova dos autos — de que o autor, em seu terceiro contrato com a segunda demandada, de 16 de julho/80 a 28 de janeiro/81, prestou seus serviços no Uruguai (v. recibos de fls. 96/106 e resposta da perícia contábil ao quesito 1.06.01 do autor, fls. 117/118 dos autos).

Rege a espécie, em face da ratificação pelo Brasil do Código de Bustamante — Art. 198, a lei de execução do contrato. Outro não é o entendimento da jurisprudência majoritária, expressa no enunciado n.º 207 da Súmula do Colendo TST, que firmou o entendimento de que o conflito de leis no espaço se resolve pelo princípio da "lex loci executionis".

Assim, em que pese a argumentação do autor, a lei a ser aplicada ao caso concreto é a lei uruguaia, visto que a prestação de serviços de seu terceiro contrato foi naquele país. A se entender de outro modo, ter-se-ia a aplicação de lei brasileira em território estrangeiro, em evidente afronta ao princípio da territorialidade das leis e chegar-se-ia à estranha conclusão de que seriam incidentes diversos ordenamentos jurídicos, conforme a quantidade de nacionalidade dos trabalhadores recrutados nessas obras multinacionais.

No entanto, conforme já decidido através da exceção "ex ratione loci", que firmou a competência da Justiça brasileira, sem qualquer recurso da parte inte-

ressada, deve-se concluir que a incidência a prevalecer é a da legislação uruguaia, ainda que aplicada por Tribunal nacional, sob pena de impedir a apreensão pelo judiciário da ação proposta.

Por outro lado, é evidente que a declaração de carência de ação, em que pesem as razões da R. sentença, é incabível na espécie.

Diante do exposto, dá-se provimento ao recurso para determinar o retorno dos autos à MM. Junta "a quo", para julgamento do pedido.

Assim sendo,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 2.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO para determinar o retorno dos autos à MM. JCJ de origem para o julgamento da demanda.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 10 de outubro de 1985.

Fernando Antonio P. Barata Silva — Presidente
Antonio José de Mello Widholzer — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-455/85)

EMENTA: *Atraso no recolhimento do FGTS é motivo ensejador de rescisão indireta. Hipótese enquadrada na alínea "d" do art. 483 da CLT, vez que além de obrigação legal, ao se aderir ao contrato de trabalho, por força da opção exercida pelo empregado pelo regime de FGTS, também se torna obrigação contratual.*

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Taquara, sendo recorrente JULIETA ARNOLD e recorrida CALÇADOS EMI LTDA.

Inconformada com a decisão de 1.^a Instância na parte que desconsiderou o atraso do recolhimento do FGTS pela reclamada, como motivo para rescisão indireta do contrato de trabalho, recorre a autora, objetivando a acolhida do pedido de aviso prévio, com a contagem deste para os duodécimos de 13.^o salário e férias proporcionais, bem como a liberação do FGTS, com os 10%.

Há contradita.

Manifesta-se a Ilustrada Procuradoria Regional, preliminarmente, pelo conhecimento do apelo e, no mérito, pelo seu desprovimento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Da justa causa para a rescisão contratual por parte da reclamante. Postulou a reclamante, na inicial, a rescisão indireta do contrato de trabalho, com o pagamento do aviso prévio e sua contagem para efeito de férias e 13.^o salário e liberação do FGTS, com 10%, pelo atraso da empresa nos depósitos relativos às importâncias devidas a título de FGTS, na conta vinculada.

Efetivamente, no processo em causa cogita-se da configuração de um descumprimento de ordem contratual ou legal por parte do empregador. O MM. Julgador de origem, com os dados constantes dos autos, entendeu ser uma obrigação legal desrespeitada que ocasionaria outras medidas que não a rescisão indireta.

Contra esta tese, volta-se a reclamante e, a nosso entender, o faz acertadamente.

A alínea "d" do art. 483 da CLT refere-se ao descumprimento pelo empregador de obrigações oriundas do contrato de trabalho, como motivo ensejador de

resilição contratual. É certo que o legislador pecou ao redigir o dispositivo em pauta de uma forma tal que enseja dúvidas quanto ao alcance do desrespeito do que sejam "obrigações contratuais". A nosso ver, indubitavelmente, estão incluídas as obrigações legais que se tornam exigíveis, na medida que se aderem ao contrato de trabalho, dele fazendo parte integrante.

Depreende-se pelo constante no processo que a empresa reconhece o não cumprimento em depositar o FGTS do empregado, sem justificar o seu procedimento, desde agosto/83 a agosto/84, data na qual a reclamante deu como rescindido o contrato de trabalho.

O instituto do FGTS ocasionou, como é sabido, uma série de desvantagens ao empregado, ao lhe ser tolhida a "opção" por este ou outro sistema, fazendo surgir uma absoluta instabilidade no emprego, sem a menor possibilidade de defesa de seus direitos no âmbito da empresa. Por conseguinte, após o advento do FGTS, deve-se encarar a atitude do empregador, em descumprir as suas obrigações trabalhistas, com maior rigor.

Já se exime a empresa de pagamento indenizatório pelo sistema da CLT. Portanto, excluir do empregado esta pequena garantia que são os depósitos mensalmente efetuados a título de FGTS, para se cancelar o arbitrio da empresa, injustificado, é dar azo à fraude dos direitos do trabalhador atualmente reduzidos, bem como deixá-los à mercê da outra parte contratante. E mais, a autora ao firmar o contrato de trabalho com a ré assumiu, por força da "opção" exercida pelo regime de FGTS, a condição de empregado optante e, como tal, os depósitos a que faz jus têm origem em dispositivo legal que se torna concreto por força da existência de um contrato de trabalho. Por conseguinte, assume nítida natureza de obrigação contratual que, no caso, restou descumprida, enquadrando-se a ré na hipótese da alínea "d" do art. 483 da CLT, "data venia" da opinião contrária do Juizador de 1.ª Instância.

Enfim, conclui-se pelo provimento integral do apelo, na tentativa de compellir as empresas, como a presente, ao cumprimento de suas obrigações, sob pena de se dispensar tratamento desigual a ambas as partes da relação de emprego e, inclusive acolhe-se o apelo na parte relativa à multa de 10% a título de FGTS, pelo desrespeito da empresa já mencionado e matéria do presente apelo, de acordo com a melhor interpretação do art. 22 da lei reguladora deste instituto.

Pelo que

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes da 4.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Vencido o Exmo. Juiz Fernando Binato, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA DEFERIR À AUTORA O PAGAMENTO DE AVISO PRÉVIO, COMPUTANDO-SE O MESMO PARA O CÁLCULO DOS DUODÉCIMOS DE 13.º SALÁRIO E FÉRIAS PROPORCIONAIS (PARCELAS JÁ DEFERIDAS PELA 1.ª INSTÂNCIA), BEM COMO A LIBERAÇÃO DO FGTS COM OS 10% TUDO EM VALORES A SEREM APURADOS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 18 de junho de 1985.

Sileno Montenegro Barbosa — Presidente
Petrônio Rocha Volino — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-1935/85)

EMENTA: Empregado diretor de sociedade anônima. O empregado diretor de sociedade anônima, cujo montante de ações não é suficiente para intervir em decisões acionárias, está muito próximo à situação dos empregados, por tratar-se de um executivo. O tempo de serviço no cargo de direção deve ser computado para todos os efeitos legais, inclusive devendo ser considerada a remuneração percebida no exercício do cargo.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSOS ORDINÁRIOS, interpostos de decisão da MM. 10.^a Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, sendo recorrente EGÍDIO SAVIO e H. AECKERLE COMERCIAL S/A e recorridos OS MESMOS.

Inconformados com a R. decisão de fls. 60/63 proferida pela MM. 10.^a JCJ da Capital, recorrem o reclamante (fls. 64/67) e a demandada (fls. 69/76).

O apelo do autor tem por fim o reconhecimento de que a indenização de antiguidade a ser paga pela maior remuneração recebida deverá ser calculada pela remuneração percebida pelo reclamante quando investido em cargo de direção.

A demandada insurge-se contra a condenação à complementação indenizatória por cômputo do período de exercício de direção anterior à opção do autor pelo FGTS.

Contra-razões oportunas foram interpostas pelo autor, somente, tendo a douta Procuradoria opinado pelo desprovimento de ambos os apelos.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Recurso do reclamante. 1. A história do autor na empresa em nenhum momento permite que se entenda que houve um desligamento completo do reclamante da sua primitiva condição de empregado. Com efeito, é torrencial a doutrina, assim como a jurisprudência, no sentido de que o empregado chamado a exercer funções de direção tem seu contrato de trabalho meramente interrompido, vale dizer, computa seu tempo de serviço quando no exercício das funções de diretor para efeito de indenização trabalhista, como se empregado fora. É o que deflui do art. 499 da CLT, § 2.º.

A passagem do empregado pela direção da empresa constitui-se em etapa de relacionamento, na qual existe a potencialidade de reversão a cargo anterior e sempre por ato daquele que detém a maioria acionária.

No conceito corrente, aquele diretor de S/A que não possui ações em número capaz de influir sobre as decisões acionárias é um executivo. A situação de tais diretores está muito próxima à dos empregados, o que tornaria sumamente injusto se não se computasse a remuneração percebida nas funções de diretor para os cálculos das vantagens de rescisão do contrato de trabalho, mormente quando é pacífico, inclusive dentro da Turma Julgadora, que o tempo de serviço deve ser computado para todos os efeitos legais.

Como bem ponderou o Juiz desempatador no seu voto oral, afirmar que o tempo de serviço deve ser computado e negar consideração aos proventos recebidos como diretor — quando patente que o contrato está em vigor — significa suprimir dados da realidade, posto que se deve entender, por ficção ao menos, que aquilo que o empregado recebia quando da interrupção do contrato é remuneração, toda vez que o empregado for despedido na constância desta situação. É inequívoco que, no caso dos autos, o empregado jamais retornou à função de origem, sendo de se repelir a idéia de computar a remuneração desta função de origem em lugar da remuneração efetivamente percebida pelo executivo.

Ante o exposto,

ACORDAM os Juízes da 3.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

Por unanimidade de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA EMPRESA.

Por maioria de votos, pelo voto de desempate do Exmo. Juiz José F. Ehlers de Moura, acompanhando os votos dos Exmos. Juizes Ronaldo Lopes Leal e Alcides da Silva Pereira, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO para assegurar ao reclamante, como base de cálculo para a indenização, a remuneração havida como diretor, vencidos os Exmos. Juizes Relator e Revisor.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 1986.

João Luiz Toralles Leite — Presidente
Ronaldo José Lopes Leal — Relator designado
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-938/85)

EMENTA: Sendo o empregado eleito por Assembléia Diretor Superintendente de sociedade anônima, a suspensão do contrato de trabalho é uma consequência decorrente, porque assume o mesmo a condição ficta de empregador.

A proteção do § 3.º do art. 543 da CLT (estabilidade provisória de dirigente sindical) só abrange a categoria da classe trabalhadora, não a patronal.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, Interposto de decisão da MM. 5.ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, sendo recorrente GILBERTO AMADO BAÑOLAS MACHADO e recorrida G. B. CONFIANÇA — COMPANHIA DE SEGUROS.

O autor não se conforma com a decisão originária que julgou improcedente a ação e interpõe recurso ordinário. Pretende a reintegração e pagamento dos salários vencidos e vincendos ou o pagamento, a título de indenização, por metade, da remuneração a que teria direito até 31-03-85; férias e 13.º salário vencidos e vincendos. Na hipótese de improcedência do pedido de reintegração ou de pagamento por metade da remuneração a que teria direito até 31-03-85, pretende o pagamento das diferenças de aviso prévio, 13.º salário e férias, considerando-se a maior remuneração percebida, bem como o pagamento de 1/12 do 13.º salário de 1982. Postula, ainda, o pagamento ou o depósito das diferenças do FGTS. Todos os valores acrescidos de juros e correção monetária. Finalmente, pretende a absolvição do pagamento dos honorários do perito.

São oferecidas contra-razões.

O parecer emitido pela D. Procuradoria Regional do Trabalho preconiza o desprovimento do apelo.

É o relatório.

ISTO POSTO:

1. *Da relação jurídica havida entre as partes.* Foi o autor admitido em 03-03-75, como Gerente de Produção, data em que optou pelo regime do FGTS. Em 15-03-79, foi eleito, por Assembléia Geral Ordinária, Diretor Superintendente da demandada, por prazo de 3 anos.

Passou a integrar a Diretoria do Sindicato patronal, após a eleição de 12-06-80, com exercício previsto até 1984.

Reconduzido ao cargo de Diretor Superintendente em 31-03-82, por mais um período de 3 anos, foi destituído do cargo por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, em 14-05-82. Voltou, então, ao cargo anteriormente ocupado.

Finalmente, ocorreu a rescisão do contrato de trabalho em 30-06-82.

Ajuizou reclamatória, que foi julgada improcedente pela sentença originária.

Pretende, agora, através do recurso que interpôs, o deferimento das parcelas indicadas na inicial.

Salienta que, ao contrário do entendimento esposado pela MM. Junta, não houve suspensão do contrato de trabalho durante o período em que exerceu o

cargo Diretor, porque cargo técnico, sem poder de mando e de autonomia de decisão e, assim sendo, o contrato sempre esteve em pleno vigor, devendo ser considerado aquele período para contagem do tempo de serviço e percepção das vantagens pleiteadas, como empregado que foi.

Não tem razão o recorrente.

Ao ser guindado ao cargo de Diretor Superintendente em 15-03-79, com exercício a partir de 10-05-79, houve suspensão do contrato de trabalho vigente entre as partes.

É o que preleciona Delio Maranhão referindo-se a hipótese idêntica à dos autos: "E se o contrato de trabalho preceder à eleição para o exercício de cargo de diretoria? Fundada no art. 499 da Consolidação "construiu" a jurisprudência o entendimento de que, nesse caso, dar-se-á mera suspensão do contrato de trabalho..." ("in" Direito do Trabalho, página 46).

No mesmo sentido é o acórdão n.º 367/80, do Pleno do Colendo TST, publicado no DJU, de 10-06-80, ao decidir que o empregado eleito diretor tem seu contrato de trabalho suspenso enquanto perdurar a sua representação na empresa.

Com o mesmo entendimento é o acórdão n.º RR 705/81, também do Colendo TST, publicado no DJU, de 04-06-82: "em se tratando do exercício de cargo de Diretor, eleito por assembléia de acionistas, com poder de mando e representação da empresa, a suspensão do contrato de trabalho mostra-se consequência lógica (grifamos), tornando inviável o cômputo do respectivo período no tempo de serviço. Inteligência do art. 499 da CLT".

Correto o entendimento, no mesmo sentido, da sentença recorrida: "Não há pois, relação jurídica de emprego, eis que o empregado assume, neste caso, a condição ficta de empregador. Ao final do exercício do cargo de Diretor, quer pelo decurso do período para o qual fora eleito, quer por destituição pela Assembléia Geral, regularmente convocada, como no presente caso, retorna o então Diretor à condição de empregado, restaurando-se em pleno vigor o contrato de trabalho, não se considerando como tal o período em que atuou como Diretor".

É de se notar que o mandato de fl. 28 confere amplos poderes ao autor.

Assim, suspenso o contrato de trabalho, suspensas, igualmente, as obrigações dele resultantes, para ambas as partes.

2. *Existência de contrato por prazo determinado entre as partes.* Diz o autor que tinha direito à continuidade de seu emprego pelo menos até 30-03-85, data de término de seu mandato de Diretor e que, como não teve tal garantia, faz jus à metade dos salários porque, ao ser guindado ao cargo de Diretor Superintendente o contrato de trabalho passou a vigorar como se determinado fosse. Improcede tal pretensão.

Houve suspensão do contrato de prazo indeterminado.

Ademais, mesmo que assim não fosse, foi o autor eleito para o cargo de Diretor pelo prazo de 3 anos, hipótese não contemplada pelo art. 445 da CLT que só admite contrato a prazo certo pelo período máximo de 2 anos, como entendeu a sentença recorrida.

3. *Da estabilidade provisória.* Invoca o reclamante a norma do § 3.º do art. 543 da CLT, sustentando que, por analogia, deve ser aplicada à hipótese, eis que, ao ser despedido, ocupava cargo de direção sindical, embora da classe econômica, tendo assegurado o direito à estabilidade.

Ocorre que, implicitamente, assumiu a condição de empregador, quando passou a fazer parte da Diretoria da entidade sindical da categoria patronal e, em função disso, é que pretende ser portador de estabilidade provisória.

Encontrava-se o autor representando e agindo em nome da demandada que lhe conferiu poderes para tanto, e não como representante dos empregados ou na condição de empregado.

A reclamada lhe outorgou poderes amplos e ilimitados para o exercício do cargo de Diretor Superintendente e foi, na condição de empregador, eleito para a Diretoria do Sindicato Patronal.

A proteção do § 3.º do art. 543 da CLT só abrange a categoria da classe trabalhadora, incompatível, portanto, com a condição de empregador do recorrente.

4. *Dos direitos rescisórios.* Diz o recorrente que, se não reconhecido o direito à reintegração ou à metade da remuneração a que faria jus até 31-03-85,

devem ser deferidas diferenças de direitos rescisórios, considerando-se a maior remuneração percebida, bem como o pagamento de 1/12 do 13.^o salário de 1982.

Descabe o pedido de pagamento de diferenças.

Nada há a corrigir na forma exposta pela decisão originária. Na verdade, a maior remuneração percebida pelo autor, como empregado, foi de Cr\$ 35.705,04 (perícia — fl. 82), sendo que a reclamada considerou para efeito de cálculos a remuneração de Cr\$ 265.774 + 2.000 + variável, num total de Cr\$ 297.475,12 (fl. 17), portanto num valor bem superior à maior remuneração percebida em 1979. As retiradas, como Diretor, não constituem remuneração e não podem ser computadas, portanto.

Devem, porém ser acolhidos dois itens postulados: a) 1/12 do 13.^o salário de 1982.

A rescisão ocorreu em 30-06-82 (aviso prévio em 31-05-82), tendo o autor percebido somente 5/12 daquela vantagem. Não se pode considerar se houve liberalidade da empresa para tal pagamento. O fato é que deixou de ser pago 1/12 do 13.^o salário correspondente ao período de aviso prévio. O cálculo deve ser feito de acordo com o critério fixado na decisão originária, com acréscimo de juros e correção monetária e, incidência sobre o FGTS.

b) Honorários do perito. Uma vez que sucumbente a demandada, ainda que parcialmente, é de ser absolvido o autor do pagamento dos honorários do perito contador, que serão satisfeitos pela demandada.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 2.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PARA DEFERIR AO RECLAMANTE 1/12 DO 13.^o SALÁRIO DE 1982, COM INCIDÊNCIA NO FGTS, BEM COMO ABSOLVE-LO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO PERITO, QUE FICARÃO A CARGO DA DEMANDADA.

Custas de dez mil cruzeiros, pela demandada, sobre o valor arbitrado de Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros), eis que se acresce à condenação. Intime-se.

Porto Alegre, 1.^o de agosto de 1985.

Fernando Antônio P. Barata Silva — Presidente
Zurayde José Iuaquim Leite — Relatora
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-7353/85)

EMENTA: Dirigente sindical. Viável a extinção do contrato de trabalho durante o prazo em que lhe é assegurada a estabilidade provisória. Inexistência de regramento jurídico que disponha sobre direitos do empregado detentor dessa garantia em casos de extinção da empresa, fechamento do estabelecimento, filial ou agência e ainda da supressão de atividade sem ocorrência de força maior. Inaplicabilidade dos dispositivos consolidados de n.ºs 497 e 498 que se destinam exclusivamente aos estáveis decenais, cujo direito ao emprego se constitui em patrimônio individual. A garantia que detém o estável especial não é rigorosamente ao emprego, porque não é direito próprio do empregado, eis que não se insere em seu patrimônio jurídico. É, a rigor, típica garantia de sua categoria profissional, que visa a afastar a possibilidade do empregador impedir ou fraudar o exercício da investidura sindical, ou seja, da representação profissional.

Correção do pagamento das indenizações de forma simples efetuadas, com levantamento dos depósitos do FGTS, porque op-tante.

Recurso a que se dá provimento.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. Junta de Conciliação e Julgamento de Santo Ângelo, em que é recorrente FERRAGENS MISSIONEIRA S/A, sendo recorrido SÉRGIO ANTUNES DE SOUZA.

E o relatório aprovado:

"Ferragens Missioneira S/A, alegando a ocorrência de força maior decorrente de estado pré-falimentar que a obrigou a encerrar suas atividades e, conseqüentemente, o contrato de trabalho mantido com Sérgio Antunes de Souza, empregado estável por força de mandado sindical, ajuizou contra o mesmo ação de consignação e pagamento, no montante de Cr\$ 1.225.274.

Contestando a ação nas fls. 13/16, o empregado consignado apresentou a reconvenção de fls. 17/18, através da qual pretendeu, alegando sua condição de estável e a ocorrência de despedida imotivada, o pagamento de indenização na forma do art. 479 da CLT, em dobro, correspondente aos salários e vantagens computados desde 29-10-84 até 29-10-88, bem como férias proporcionais e integrais, salários até a data da despedida, 13.º salário proporcional de 1984, salário-família durante todo o período indenizatório, aviso prévio e indenização adicional. Requereu, também, o benefício da Assistência Judiciária, com a condenação da empresa consignante ao pagamento de honorários advocatícios.

Em face da contestação apresentada, a consignante, através da petição de fls. 27/29, que denominou de "réplica", veio reforçar a alegação da ocorrência de motivo de força maior que a obrigou a encerrar suas atividades, contestando a reconvenção através das razões aduzidas nas fls. 30/33. Sustentou serem improcedentes os pedidos alinhados pelo consignado-reconvinte, à disposição.

Sentenciando nas fls. 56/60, a Instância de 1.º Grau, admitindo a condição de estável do consignado e a inoccorrência da invocada força maior, julgou improcedente a ação de consignação e procedente em parte a reconvenção, condenando a empresa a pagar ao empregado, a partir da reconvenção, indenização dos haveres contratuais (de forma simples), assim compreendidos: salários, 13.ºs salários, férias e salário-família, calculados com base no salário de 29-10-84 até a data de 29-10-88.

Contra esta decisão volta-se a empresa em seu apelo. Através das razões de fls. 63/70, argumenta não ter o Juízo de 1.º Grau apreciado a documentação que instruiu o processo, através da qual diz estar sobejamente demonstrada a força maior que a compeliu a fechar o estabelecimento.

Há contra-razões.

Manifesta-se a ilustrada Procuradoria Regional do Trabalho pelo provimento do recurso."

ISTO POSTO:

O art. 501 da CLT conceitua como "força maior" todo o acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador e para a realização do qual ele não concorreu direta ou indiretamente. A partir desse conceito, ensina o mestre Rusomano (*in* Comentários à CLT, 10.ª edição, pág. 608) que "força maior é todo fato que, além de afetar ou ameaçar a estrutura econômico-financeira da empresa, se caracteriza como irresistível e imprevisível, surpreendendo-o da mesma forma que ao empregado".

Na hipótese "sub judice" constata-se, a partir do exame da documentação constante dos autos em apenso, que a administração da recorrente não logrou alcançar o êxito desejado, vindo a ocasionar o fechamento da filial onde o consignado-reconvinte prestou-lhe serviços. As dificuldades paulatinamente enfrentadas e o fracasso da recorrente em superá-las constituem riscos do negócio. Embora louvável sua atitude em cumprir todos seus compromissos e fechar suas portas sem atingir a falência, que certamente redundaria em prejuízos a seus credores e poderia afetar direitos de seus empregados, essa situação não pode se confundir com a força maior de que trata o art. 501 consolidado. A iniciativa por parte da direção da empresa de extinguir o estabelecimento, filial ou dissolução da empresa é questão que afasta a força maior alegada. De qualquer forma, no entanto, entendemos que, no caso, não há de se conferir tanto realce à questão

da existência ou não de força maior a determinar a extinção do estabelecimento da reclamada. A importância está no exame das consequências ou efeitos que o fechamento da empresa ocasiona para os empregados portadores da estabilidade provisória. Sinala-se, por primeiro, que inexistente qualquer regramento jurídico que disponha sobre a matéria. A legislação consolidada restringe-se a disciplinar em seus artigos 497 e 498 a situação dos estáveis decenais em casos de extinção da empresa, ou fechamento do estabelecimento, filial ou agência e, ainda, da supressão necessária de atividade, sem ocorrência de força maior.

O segundo aspecto a ser considerado é que a estabilidade provisória não tem o condão de impedir a extinção do estabelecimento, muito menos sua dissolução. Aliás, nenhuma estabilidade o impede. Se se extingue o estabelecimento, filial ou agência, desaparece, para os efeitos da estabilidade, a figura do empregador. Tanto é verdade que a própria lei impõe como uma das hipóteses de pagamento da indenização em dobro para o estável comum a ocorrência das situações acima referidas. Como destacou o Exmo. Juiz Ermes Pedrassani, em sessão, sempre que a lei fala em reparação pela extinção do contrato de trabalho em consequência desses fatos, tem em vista o patrimônio jurídico já adquirido pelo empregado, isto é, o direito que existe e não tem termo final. A indenização diz respeito ao direito ao emprego que se constituiu com o patrimônio individual do empregado. Extinta a empresa, obriga-se o empregador ao pagamento em dobro da indenização. Assim colocada a questão, surge a indagação no que respeita ao empregado detentor da estabilidade provisória. Se esta sua garantia a termo não impede qualquer das causas da extinção da empresa, fechamento do estabelecimento, filial ou agência e mesmo supressão necessária de atividade, que direito lhe é assegurado? O direito de que é o mesmo detentor não é rigorosamente à manutenção no emprego, porque não é direito próprio do empregado, não é algo que se insere em seu patrimônio jurídico senão que de sua categoria profissional. Esta é uma típica garantia que visa a afastar a possibilidade do empregador impedir ou fraudar o exercício da investidura sindical, ou seja, da representação profissional. Se não é um direito do empregado, é um direito da categoria, e se não se pode impedir que um contrato de trabalho se extinga, que direito se lhe pode assegurar? A sentença determinou a projeção do direito à percepção dos salários e demais verbas até 1988. Suponha-se que, ainda no curso dos doze meses subseqüentes ao término do mandato, o empregado, que continua sendo formalmente empregado por força da sentença, venha novamente a ser investido em mandato sindical e assim sucessivamente, pois a lei não impede a recondução. Ficaria a empresa impelida ao pagamento "ad eternum" do salário do empregado?

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho já se manifestou sobre a matéria, em acórdão da lavra do Ministro Marcelo Pimentel (TST-RR 2870/79, Ac. 2.ª Turma 882/80, 13-05-80), afirmando que "A pendência gira em torno da estabilidade sindical, sua eficácia e alcance... É, pois, em princípio possível dispensar o empregado que possuiu estabilidade sindical assim como se dispensa o estável. A lei objetivou assegurar-lhe o pleno exercício de suas atividades sindicais, dentro da regularidade do seu relacionamento com a empresa empregadora. Desaparecendo esta, sem a caracterização de má fé, cessa a estabilidade porque não há o empregador, perecendo o direito, por haver perecido o seu objeto (art. 77 do Código Civil). Resta discutir as consequências. Ao estável assegura-se na forma dos arts. 497 e 498 a indenização dobrada. Ao estável sindical assegura-se a continuidade no emprego para o exercício das atividades sindicais. Porém a lei foi omissa ao determinar as consequências de dispensa do estável sindical. Realmente, entretanto, são diferentes as hipóteses, porque, no caso deste, cessando seu mandato, volta à situação original na empresa, com o seu tempo de serviço efetivo que lhe assegurará estabilidade ou não. Ora, se a estabilidade é eventual, apenas para assegurar atividade sindical, nada na lei assegura-lhe indenização pecuniária, porque o objetivo da lei foi simplesmente garantir o exercício de dirigente sindical. Tão-só. Não objetiva indenizar-lhe por tempo de serviço, porque a indenização, no caso, será aquela que a simples condição de empregado lhe garante. Impossível a reintegração, resta a indenização simples, como empregado, porque não há incompatibilidade entre uma e

outra, quando a extinção do estabelecimento ocorre. E esta não pode haver por se tratar de optante.”.

Como se depreende, nenhuma reparação é devida ao empregado, dirigente sindical, por força da garantia do emprego pelo tempo que lhe restaria ainda quanto a esta investidura. E a essa conclusão se chega, partindo do pressuposto de que desaparece a figura do empregador. Este fato cinde a relação impondo as indenizações cabíveis até aquele momento. Se alguma outra reparação fosse devida, seria à categoria e não ao empregado.

Sendo o recorrido optante pelo FGTS e tendo percebido as verbas devidas pela extinção do seu contrato de trabalho, conforme se verifica do documento de fl. 52, nada mais lhe é devido. Inexiste, a rigor, suporte jurídico que autorize o pagamento de salários até o termo final do contrato.

Procede, portanto, o apelo da demandada, não para admitir a existência de força maior, mas, sim, para declarar da impossibilidade de manutenção do contrato, uma vez que nada se pode opor a sua extinção.

Pelo que

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes da 1.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

Vencido o Exmo. Juiz Relator, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA DEMANDADA, PARA ABSOLVE-LA DA CONDENAÇÃO QUE LHE FOI IMPOSTA.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 15 de janeiro de 1986.

Ermes Pedro Pedrassani — Juiz no exercício da Presidência
Plácido Lopes da Fonte — Relator designado
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-3430/85)

EMENTA: A teor dos arts. 184 e 186 do CTN, o crédito trabalhista goza de proteção especial, sobrepondo-se aos demais, inclusive sobre o crédito hipotecário.

VISTOS e relatados estes autos de AGRAVO DE PETIÇÃO, interposto de decisão do Exmo. Juiz do Trabalho, Presidente da MM. 5.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, em que é agravante CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — CEF, sendo agravados PAULO BRASIL GOMES SAMPAIO E OUTROS E EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR LTDA.

A Caixa Econômica Federal interpõe o presente agravo de petição, demonstrando contrariedade com a decisão proferida pela Instância de 1.^o Grau nas fls. 927/936. Não se conforma a agravante em ter aquela decisão tornado sem efeito o leilão de imóvel penhorado em execução trabalhista que Paulo Brasil Gomes Sampaio e outros promovem contra Companhia Jornalística Caldas Júnior Ltda., e, em consequência, a arrematação que procedeu sobre referido bem, na condição de credora hipotecária, devidamente notificada.

Apresentam contradita os exequentes (fls. 1101/1110) e a executada (fls. 1111/1113), manifestando-se a ilustrada Procuradoria Regional do Trabalho pelo desprovimento do apelo.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Em 11-2-85 foi levado a leilão bem imóvel de propriedade da executada, Companhia Jornalística Caldas Júnior Ltda., penhorado em execução trabalhista que lhe promovem Paulo Brasil Gomes Sampaio e outros (auto de penhora e avaliação, fl. 747). Encontrando-se referido imóvel gravado por hipoteca à Caixa Econômica Federal, no valor de Cr\$ 157.000.000, compareceu esta àquela solenidade, pro-

pondo um lance de Cr\$ 2.000.000.000, a ser pago com parte de crédito objeto de ação que promove contra a empresa executada, na Justiça Federal, no valor de Cr\$ 9.232.919.737.

Após a oitiva das partes, posicionou-se o Juízo "a quo" pela não homologação do leilão, nos termos da decisão exarada nas fls. 927/936, na qual reconheceu a preferência do crédito trabalhista ao hipotecário.

Contra tal entendimento, volta-se a agravante. Através de longo arrazoado, sustenta, em síntese, que incorre concurso de credores na hipótese dos autos, posto não ser insolvente ou falida a empresa executada, que também não responde à ação fiscal. Em decorrência, diz que não poderia ter a respeitável sentença concluído, analogicamente, que o crédito trabalhista prefere ao hipotecário, impondo-se a aplicação exclusiva do art. 1560 do Código Civil. Conclui dizendo que, ainda que admitida a existência de concurso de credores, o crédito hipotecário, porque de ordem material, estaria sem concorrência, preferindo ao crédito pessoal.

"Data venia", compartilhamos do posicionamento adotado pela Instância "a quo" quando, a partir de brilhante trabalho de José Joaquim Calmon de Passos, intitulado "Crédito Trabalhista no Direito Positivo Brasileiro", publicado in "Revista LTr, vol. 46, n.º 5, maio de 1982", conclui pela supremacia do crédito trabalhista sobre o hipotecário, mesmo fora da falência.

Com efeito, sustenta o insigne mestre que "... em matéria de preferências e privilégios, dois posicionamentos são fundamentais para o jurista: ater-se ao que a lei preceitua, mas entendê-la segundo os critérios predominantes no momento histórico em que se situa". A partir de tal premissa, não se pode olvidar que o Código Civil, cuja aplicabilidade exclusiva pretende a agravante, data de 1916, tendo a legislação pátria, a partir de então, sofrido diversas alterações. É indiscutível que, atualmente, a matéria pertinente a privilégios e preferências dos créditos encontra-se regulada pela Lei 5172, de 25-10-66 — Código Tributário Nacional, através de seus artigos 184 e 186. O primeiro confere privilégio aos créditos fiscais, em qualquer tipo de execução — singular ou coletiva, ou de concurso — particular ou universal, tanto em relação a devedor comercial ou civil.

Dispõe o segundo, expressamente, que, em concurso com o crédito fiscal, tem preferência o crédito trabalhista. Resta, portanto, definida a posição absoluta deste no conjunto dos créditos dotados de preleção no sistema jurídico nacional, não assistindo razão à agravante quando sustenta que a decisão atacada concluiu baseada em analogia. O art. 186 do CTN, anteriormente referido, deixa elucidado, de forma clara e insofismável, que o credor trabalhista prefere a todos os demais credores, não se tratando de analogia. É a própria CLT que em seu art. 889 determina a aplicação subsidiária do Código Tributário Nacional, relativamente aos trâmites e incidentes do processo de execução.

Igualmente sem razão a agravante quando afirma que, incorrendo insolvência, falência ou ação fiscal, não prevaleceria a prioridade do crédito trabalhista sobre os demais. O Código Tributário Nacional refere-se a execuções e não a quebras, como acentuado com propriedade pelos exequentes, ora agravados, nas contra-razões apresentadas.

No mesmo sentido da respeitável sentença se posiciona a jurisprudência existente sobre a matéria. Assim se pronunciou o TRT da 8.ª Região — proc. AP 261/79, Rel. Juíza Semíramis A. Ferreira, proferido em 08-06-81: "Os créditos trabalhistas gozam de proteção especial, sobrepondo-se aos hipotecários. E o que garante esses créditos, em primeiro lugar, é o conjunto de bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio da empresa, aos quais está, por lei, vinculado o trabalhador." (in "Dicionário de Decisões Trabalhistas", 16.ª edição, fl. 159, ementa n.º 1131). É a seguinte a manifestação do TRT da 6.ª Região: "Bens onerados por qualquer forma não estão a salvo de medidas judiciais por créditos oriundos de contrato de trabalho." — proc. n.º 690/80, Rel. Juiz Cláudio M. Carneiro (in "Dicionário de Decisões Trabalhistas", 18.ª edição, fl. 158, ementa n.º 1027). Idêntica a orientação do TRT da 11.ª Região, no proc. AP-11/83, Rel. Juiz Marinho Bezerra: "A impenhorabilidade dos bens vinculados à cédula de crédito industrial, ou objeto de penhor ou hipoteca, de que tratam os Decretos-

Leis n.ºs 413/69 e 167/67, não subsiste em face do direito prelativo absoluto dos créditos trabalhistas..." (in "Repertório de Jurisprudência Trabalhista", de João de Lima Teixeira Filho, vol. 3, pág. 508).

Oportuno frisar-se não ser outro o entendimento da empresa executada, também agravada, consoante se infere de suas contra-razões.

Releva salientar que, mesmo adotando-se posição divergente, o leilão não deve ser homologado, eis que, a rigor, não se pode falar em arrematação. A agravante deixou de efetuar o pagamento do preço, não tendo aquele ato, portanto, se aperfeiçoado.

Ainda que se tenha como superada esta questão, há outro aspecto mencionado pelos exequentes, em contradição, que, a nosso ver, impede o provimento do presente apelo. Sustentam estes que, em caso de reconhecimento da preferência do crédito hipotecário sobre o trabalhista, esta deve limitar-se ao valor da hipoteca, que é de Cr\$ 157.000.000 (doc. fl. 871).

Compartilha-se deste entendimento. O crédito da agravante, segundo se depreende da documentação constante dos autos (fls. 874 e seguintes) não decorre apenas de referida hipoteca. É inadmissível pretenda havê-lo a agravante através de penhora efetivada em ação trabalhista com a finalidade de quitar salários. Constituem estes o único meio de sobrevivência dos empregados, não sendo de se acolher o presente apelo, quer tendo em vista o privilégio absoluto do crédito trabalhista, quer por razões de ordem social.

Com apoio no parecer da ilustrada Procuradoria Regional do Trabalho, mantém-se a decisão de fls. 927/936, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

EM NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 23 de outubro de 1985.

Antonio Salgado Martins — Presidente

Petrônio Rocha Volino — Relator

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-2685/85)

EMENTA: Para entender configurada a fraude à execução, basta a existência de lide pendente ao tempo da alienação ou oneração do bem penhorado. A lei não condiciona o reconhecimento da fraude à prévia inscrição da penhora, motivo por que a não averbação da mesma, no Registro de Imóveis, não pode, por si só, convalidar a alienação efetuada.

Agravo de petição que se acolhe, determinando-se a manutenção da penhora e o prosseguimento da execução.

VISTOS e relatados estes autos de AGRAVO DE PETIÇÃO, interposto de decisão do Exmo. Juiz do Trabalho, Presidente da MM. 7.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, sendo agravante ELI ANTONIO DE OLIVEIRA e agravado EDMUNDO GRUNDLER NETO.

Inconformado com a decisão de fl. 18, em que a Ilma Presidência da 7.ª JCJ desta Capital acolheu os embargos de terceiro opostos nos autos da reclamatória que moveu contra Roberto Oscar dos Santos Rodrigues, o empregado agrava de petição.

Sustenta que o reclamado tinha perfeito conhecimento da penhora efetuada sobre o imóvel que foi objeto dos referidos embargos de terceiro, diante do que a alienação do mesmo constituiu fraude à execução.

O terceiro embargante contraminuta o agravo.

A Procuradoria Regional do Trabalho opina pela manutenção da decisão agravada.

É o relatório.

ISTO POSTO:

No caso, Edmundo Grundler Neto interpôs embargos de terceiro, argumentando que é o legítimo proprietário do imóvel que fora penhorado e estava em vias de ser leiloado, na execução de sentença promovida por *Eli Antônio de Oliveira* contra *Roberto Oscar dos Santos Rodrigues*. Acrescenta que adquiriu o imóvel em questão em 12-09-83 e nunca teve conhecimento da referida penhora, a qual não foi inscrita no competente Registro de Imóveis.

O douto julgador "a quo", considerando a inexistência de prova quanto à citada inscrição, considerou o bem negociável, acolhendo assim os embargos de terceiro.

Com isso não se conforma o agravante, que alega que o executado tinha perfeito conhecimento da penhora do imóvel, em face do que houve má fé na transferência do mesmo a terceiro, configurando-se a fraude à execução.

"Data venia" da decisão agravada, tem-se que a razão está com o empregado.

Constata-se dos autos que a ação trabalhista foi interposta em 18-01-82, tendo a sentença condenatória sido publicada em 02-07-82. Por outro lado, a penhora do imóvel foi efetivada em 11-07-83, sendo que o Sr. Oficial de Justiça certifica, à fl. 64, que deixou em poder do pai do reclamado cópia do Mandado e do Auto de Penhora, alertando a respeito do comprometimento do bem.

Ora, o imóvel em questão foi vendido através de contrato particular datado de 12-09-83, quando há muito a reclamatória já se encontrava em fase de execução e quando até já fora penhorado.

É pacificamente aceito pela doutrina e pela jurisprudência que a lei, para a caracterização da fraude em execução, somente exige a existência de lide pendente ao tempo da alienação ou oneração do bem penhorado, em procedimento capaz de reduzir o devedor à insolvência (art. 593 do CPC, inciso II). Ressalte-se que o citado dispositivo legal não condiciona o reconhecimento de fraude à prévia inscrição da penhora. Através desta, mesmo quando não inscrita no Registro Imobiliário, foi o bem retirado do patrimônio do executado, que, temporariamente, ficou sem a faculdade de dispor do mesmo.

Não há dúvida, portanto, de que a venda realizada na espécie teve o intuito de fraudar a execução. O próprio agravado admite a má fé do executado ao se desfazer do imóvel, argumentando, porém, que a fraude foi praticada de forma unilateral pelo reclamado, pois sequer sabia que o mesmo possuía débito trabalhista e muito menos que o bem adquirido estivesse sob constrição judicial, já que, por inércia, por desídia, o reclamante não providenciara na inscrição da penhora no Registro de Imóveis.

É irrelevante que não tenha sido providenciada a mencionada averbação. Importa, isto sim, que ficou caracterizada a intenção do reclamado em fraudar a execução, sendo que a inexistência de inscrição da penhora no Registro Imobiliário não pode, por si só, convalidar uma alienação fraudulenta, como tal reconhecida pelo próprio agravado.

Ante o exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 3.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA DETERMINAR A MANUTENÇÃO DA PENHORA E O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO, NA FORMA DA LEI.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 03 de dezembro de 1985.

João Antonio G. Pereira Leite — Juiz no exercício da Presidência
Olívio Nunes — Relator
Cliente: Procurador do Trabalho

(TRT-7131/81)

EMENTA: Execução contra a Fazenda Pública. Autarquia. Necessidade do precatório. Incidência do art. 117 da Constituição Federal.

VISTOS e relatados estes autos de AGRAVOS DE PETIÇÃO, interpostos de decisão do Exmo. Juiz do Trabalho, Presidente da MM. 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, sendo agravantes GILBERTO JOSÉ DE SOUZA E OUTROS e ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e agravados OS MESMOS e DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS.

Da decisão de fls. 240/241 que rejeitou os embargos à execução ajuizados pelo Estado do Rio Grande do Sul, agravam de petição os reclamantes e o próprio Estado. Os autores, por entenderem que o DEPRC é uma autarquia econômica, que visa lucro e, por isso, com receita própria, alegam que a penhora deve recair sobre as rendas da autarquia, não podendo, assim, ser substituída por precatório. Ponderam, aliás, que o reclamado vem se beneficiando deste privilégio ilegalmente. O Estado, por seu turno, pretende ser excluído do feito, por ilegitimidade passiva. O fundamento é de que o DEPRC é uma autarquia estadual, autônoma, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, nos precisos termos do Decreto-Lei n.º 900/69, art. 5.º. E, por isso, responde pelas obrigações assumidas. Alega que não há solidariedade entre o Estado e a autarquia, ainda que subsidiária, e que não foi parte no processo de conhecimento. Junta documentos (fls. 257/260). Há preparo do agravo dos reclamantes (fl. 243). Os recursos são contra-arrazoados (fls. 265/267 e 269/281). A Procuradoria Regional do Trabalho preconiza o provimento apenas do agravo do Estado, em seu parecer de fl. 309.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Preliminarmente, não se conhece do agravo de petição interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul, eis que as razões (v. fls. 252/256) foram subscritas por advogado sem procuração nos autos. O documento de fl. 259 não pode ser conhecido, pois juntado por cópia (xerox) não autenticada (v. artigos 830 da CLT e 365, III, do CPC). Não se configura, na espécie, mandato tácito. Pela mesma razão, não se conhece das contra-razões de fls. 269/281.

Mérito. Recurso dos reclamantes. Em princípio, faltaria interesse aos demandantes em agravar de petição da decisão de fls. 240/241 que repeliu a intenção do Estado de ser excluído do feito. O recurso só tem sentido quando se verifica que os autores, na verdade, pretendem sejam penhorados os bens da autarquia afastando, desta forma, o pagamento através de precatório. Aliás, os reclamantes não impugnaram oportunamente a execução, sendo estranhável agora seu apelo da sentença que rejeitou os embargos e que é, evidentemente, em princípio, em favor dos exequentes. Resta saber se, de qualquer modo, manifesta-se interesse jurídico dos reclamantes ao interpor o agravo de petição de fls.

Discutem-se duas formas de execução ou seja, a penhora e o precatório. Este é, sabidamente, o meio de execução contra as pessoas de direito público. Não há dúvida de que os credores podem preferir a penhora ao precatório, apontando as vantagens da primeira em face da morosidade do segundo. Parece certo que os reclamantes deveriam deduzir em juízo sua inconformidade quando se determinasse a execução por precatório. O Estado, todavia, embargou na forma do art. 730 do CPC, o que de certa maneira dá à execução o rito de execução por precatório ou, "lato sensu", contra a Fazenda Pública. O recurso deve ser conhecido.

O DEPRC é uma autarquia e, como tal, pessoa jurídica de direito público interno, contra a qual a execução faz-se por precatório (v. art. 117 da Constituição Federal). A seu turno, dispõe o Decreto-Lei n.º 779/69 sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas "à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica".

Ora, alegam os exequentes que o reclamado explora atividade econômica — o que sem dúvida é matéria que envolve discussão delicada e longa. Porém, em nenhum momento o Decreto-Lei n.º 779/69 manda que a execução contra as pessoas de direito público a que se refere, a saber aquelas “que explorem atividade econômica”, se faça pelos meios usuais. Além disso, é preciso atentar para a hierarquia da norma em que se menciona o precatório. Está na Constituição Federal, art. 117: “Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.” Como se observa, a norma não contém qualquer exceção. Pondere-se, ainda, que as autarquias não estão referidas no texto do art. 170, § 2.º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n.º 1, mas apenas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. A circunstância de o texto constitucional em vigor anteriormente incluir as autarquias é irrelevante, no caso, pois revogada, a toda evidência, a norma em causa pela norma posterior. Além do mais, quando a Constituição manda aplicar às empresas públicas, às sociedades de economia mista (e às autarquias) “as normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e ao das obrigações”, não parece se referir às normas do processo que, de qualquer natureza, são de direito público. Não podem pretender os agravantes, desta forma, utilizar-se das normas processuais que regulam a execução das empresas privadas.

Ante o exposto, nega-se provimento ao agravo.

Pelo que

ACORDAM os Juízes da 3.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Fernando Binato, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO INTERPOSTO PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Por unanimidade de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO PROPOSTO PELOS DEMANDANTES.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 15 de outubro de 1985.

João Luiz Toralles Leite — Presidente
João Antônio G. Pereira Leite — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-770/74)

EMENTA: Falência. Crédito trabalhista. Apurado o “quantum” devido ao empregado na Justiça do Trabalho, em relação ao empregador falido, a execução terá seu desenlace no juízo falimentar, conforme disposto nos artigos 23 e 24 do Decreto-Lei n.º 7661/45, sem prejuízo do privilégio trabalhista.

VISTOS e relatados estes autos de AGRAVO DE PETIÇÃO, Interposto de decisão do Exmo. Juiz do Trabalho, Presidente da MM. 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, sendo agravantes JOSÉ LUIZ C. PINTO e ALEXANDRE MUSSE e agravada MASSA FALIDA DE SALMAN — ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A.

Agravam de petição os autores irrisignados com a R. decisão, que em face da decretação de falência determinou que os créditos sejam habilitados no juízo falimentar.

Sustentam os reclamantes que a Justiça do Trabalho é competente para prosseguir a execução contra os supostos sucessores ou devedores solidários da

massa falida, entendendo que a agravada massa falida de SALMAN — Engenharia e Construções S/A, juntamente com seu sócio majoritário, Salomão Manela, fraudulentamente, após a prolação da sentença condenatória, colimando malograr a execução, transferiram todos os seus bens para a ANGIC — Agro Industrial e Comercial Ltda., recebendo em troca 19,96% de suas ações pertencentes à reclamada para a empresa denominada SAGAP — Granja Agrícola e Pastoril Ltda., a qual tinha como titular o próprio Salomão.

Aduz, por derradeiro, que tais artifícios fizeram com que o Sr. Salomão tivesse em seu poder o controle da SAGAP, Granja Agrícola Ind. e Com. Ltda. e da ANGIC, razão pela qual requer que a execução prossiga contra as sociedades retro mencionadas e o Sr. Salomão.

Houve contrariedade e a douta Procuradoria opina pelo não provimento do agravo.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Pretendem os autores que se prossiga a execução contra os pretensos sucessores ou devedores solidários da reclamada, entendendo caracterizada a fraude à execução.

Acredita, assim, que a ANGIC e a SAGAP, a seu juízo sucessores da reclamada, estão sujeitas à execução, não importando a circunstância de não terem sido parte no processo cognitório. Aduzem, ainda, que comprovados os atos fraudulentos praticados por Salomão Manela — sócio majoritário da reclamada, deve o mesmo responder solidariamente pelos desmandos praticados na sua gestão. Pretendem, por consequência, a penhora de seus bens.

Por último, entendem que a correção monetária e os juros devem fluir contra o devedor solidário (Salomão Manela) e as sucessoras (ANGIC e SAGAP).

Sem razão. Não obstante o brilhantismo com que os autores expõem as suas pretensões, o seu inconformismo não deve prosperar.

Primeiramente, releva asseverar que ainda que admissível a fraude à execução e quiçá ela tenha efetivamente ocorrido, não tem esta Justiça especializada competência para aquilatar da licitude ou não dos atos praticados pela reclamada após a decretação de sua falência. Cumpre acrescentar, também, que se esta Justiça viesse de plano a tutelar a pretensão dos ora agravantes, poder-se-ia criar uma questão de tormentosa solução, por isso que uma vez reconhecida, hipoteticamente, a fraude contra credores e, por consequência, se prosseguir a execução contra o suposto devedor solidário e os sucessores, estar-se-ia, inconsumamente, retirando do juízo falimentar uma faculdade expressamente consignada no inc. VIII do art. 52 da Lei n.º 7661/45, que dispõe que não produzem efeitos relativamente à massa, tenha ou não o contratante conhecimento do estado econômico do devedor, seja ou não intenção desta fraudar credores: VIII — “a venda ou transferência (grifo nosso) do estabelecimento comercial ou industrial, feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao falido bens suficientes para solver o seu passivo...”

De outra parte, o art. 53 do mesmo diploma falimentar dispõe que são também revogáveis relativamente à massa os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se a fraude do devedor e do terceiro que com eles contratar.

Ora, por força do art. 23 da Lei n.º 7661/45 o juízo falimentar exerce uma “vis attractiva” e nesse efetivamente se apurará se houve ou não fraude. Admitir-se solução diversa pode levar a resultados contraproducentes, como por exemplo prosseguir-se a execução na Justiça do Trabalho e, por outro lado, o juízo falimentar prosseguir, igualmente, no processo executório, uma vez esse decidindo pela fraude. Vale dizer, então, que teríamos duas execuções correndo paralelamente com evidente violação do art. 23 do diploma falimentar.

Ademais, até por uma questão de logicidade, evidentemente que o juízo falimentar tem mais subsídios para aferição da existência de fraude ou não.

Como se não bastasse, depara-se com o óbice presente no verbete 205 do Egrégio TST que prevê que o responsável solidário alheio ao processo cognitório não pode figurar no processo executivo.

Cabe aduzir, ainda, que a Justiça do Trabalho, malgrado seja competente para julgar as controvérsias oriundas de liame empregatício, no caso de falência, suas atribuições se completam no momento da apuração e definição dos créditos do empregado, o qual se habilitará no juízo universal da falência, onde deverão concorrer todos os credores, sem prejuízo do privilégio trabalhista (art. 102 da Lei Falimentar).

Assim, incensurável a decisão do juízo recorrido que entendeu que as questões suscitadas deverão ser solucionadas no juízo falimentar, eis que se destinam à satisfação dos credores universais.

Pelo exposto, nega-se provimento ao agravo de petição.

Assim sendo,

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Vencidos os Exmos. Juízes Zurayde José Iuaquim Leite e Petrônio Rocha Volino, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 06 de novembro de 1985.

Antônio Salgado Martins — Presidente
Plácido Lopes da Fonte — Relator

VOTO VENCIDO DA EXMA. JUIZA ZURAYDE J. IUAQUIM LEITE

EMENTA: De acordo com o art. 24, § 2.º, I, da atual Lei de Falências, é da competência da Justiça do Trabalho a execução, mesmo decretada a falência, posteriormente à ação, porque se trata, hoje, de crédito não sujeito a concurso.

Trata a hipótese de falência decretada no curso da ação.

1. *Competência constitucional.* O art. 142 da Constituição apenas excepciona a competência da Justiça do Trabalho quanto às questões sobre acidente de trabalho (parágrafo 2.º). O art. 125, I, da Constituição, excepciona a competência da Justiça Federal quanto às causas de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Militar.

Logo, não excepcionou a Justiça do Trabalho, como o fez em relação à Justiça Federal.

Unidade do processo trabalhista — Antônio Álvares da Silva, em "Créditos Trabalhistas no Juízo Concursal" — fl. 133: "Se esta unidade cognição execução é inseparável, conclui-se que a constituição — ao dar competência para conciliar e julgar os dissídios entre empregados e empregadores, automaticamente concedeu a competência da execução, em virtude da unidade já referida."

Logo, nenhuma lei ordinária poderia violar esse princípio, pena de ser inconstitucional.

Os dispositivos da CLT que se referem à execução no juízo falimentar são de 1943 e, portanto, anteriores à Constituição em vigor e contra ela não podem prevalecer.

2. *Competência legal.* De acordo com o art. 24, § 2.º, I, da atual Lei de Falências, é da competência da Justiça do Trabalho, a execução, mesmo decretada a falência posteriormente à ação, porque se trata, hoje, de crédito não sujeito a concurso.

De acordo com o art. 889 da CLT, aplica-se à execução trabalhista a regulamentação das ações de cobrança dos débitos fiscais (hoje Lei n.º 6.830/80).

E o art. 5.º da Lei n.º 6.830/80 fixa a competência mesmo para os casos em que a ação seja proposta após a decretação da falência.

Parágrafo 4.º da Exposição de Motivos da Lei n.º 6.830/80 (ob. citada, fl. 150, rodapé): "Sobreleva, no particular, a importância da obrigação pública, com ca-

racterísticas próprias, hierarquicamente superior a qualquer outro gênero de obrigação ou privilégio de natureza privada. Predomina o interesse público, econômico, financeiro e social. Em consequência, nenhum outro crédito deve ter, em sua execução judicial, preferência, garantia ou rito processual que supere os do crédito público, à exceção de alguns créditos trabalhistas".

Frisa o autor dessa obra que o superprivilégio ou privilégio absoluto dos créditos trabalhistas não provém da CLT ou da antiga Lei de Falências, mas de dispositivos legais posteriores.

Conclui que, aplicada a Lei n.º 6.830 — por mandamento expresso da CLT, a execução trabalhista não se submete ao juízo falimentar, podendo ser penhorados, inclusive, os bens já arrecadados pela massa falida.

3. *Dúvidas sobre a dualidade de procedimentos: falência e execução trabalhista.* O superprivilégio do crédito trabalhista coloca-o — hoje — na condição de crédito não concorrente e, portanto, nada tem a decidir sobre ele o juízo falimentar. Nem se pode opor à penhora dos bens, mesmo já arrecadados, para cumprimento de obrigações que pairam acima dos créditos fiscais (art. 24, § 2.º, da Lei de Falências e 186 do Código Tributário Nacional) e de todos os demais.

Há conexidade ou conexão de causas, e quando a penhora, na execução trabalhista, abranger a totalidade dos bens do falido, *prejudicialidade*.

Sendo improrrogáveis as competências dos dois juízos, como ficariam as questões de fraude a credores, à execução, solidariedade, sucessão, etc.?

J. C. Calmon de Passos (LTr — maio de 1982 — fl. 531) cita o exemplo de processo crime por bigamia e ação cível em que se pretende declaração de nulidade absoluta de um dos casamentos: a ação criminal teria que aguardar a solução cível.

Na verdade, então, no juízo falimentar seriam apurados e classificados os créditos, aguardando então que o saldo (de bens e/ou de dinheiro) fosse colocado à disposição para o pagamento dos credores habilitados.

Se o art. 24, § 2.º, I, da Lei de Falências já permite a ação paralela de algumas execuções, o problema é o mesmo se proposta a ação após a falência. E há outras exceções. O fato de se discutir sucessão, fraude a credores, à execução, etc.... na execução trabalhista não é novidade, nas reclamatórias em que não há falência. Além disso, sendo o credor "hors-concours" — como diria um cronista social — tem maior interesse em dirimir tais questões.

Acresce notar que os temas solidariedade, sucessão, garantia de créditos trabalhistas vinculada à empresa, etc.... são tratados de forma especial na Justiça do Trabalho, afastada, em parte, a tradição civilista, menos ampla.

Logo, nada mais correto que o credor com privilégio absoluto analise tais questões, de forma mais ampla e de acordo com a natureza do seu crédito.

Além disso, as tradições vêm sendo modificadas pelas normas legais, quer quanto ao privilégio cada vez mais especial do crédito trabalhista, quer quanto à quebra da universalidade do juízo falimentar.

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-3861/85)

EMENTA: A liquidação extrajudicial de banco não suspende a ação trabalhista nem a condiciona ao esgotamento da via administrativa. Inaplicabilidade do art. 18 da Lei 6024/74 aos processos trabalhistas, estranhos aos motivos ensejadores desta liquidação "sui generis".

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO interposto de decisão da MM. 15.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, em que é recorrente ÂNGELA MARIA BRÍGIDO e sendo recorrido BANCO DE CRÉDITO COMERCIAL S/A em liquidação extrajudicial.

Recorre a demandante da decisão de primeiro grau, que decretou a extinção do processo, em consonância com o disposto no art. 267, Inciso VI, do CPC.

Diz a recorrente merecer reforma a sentença que, com apoio no disposto no art. 18 da Lei 6024/74, entendeu necessário o esgotamento da via administrativa antes da propositura da presente ação. É que, segundo ela, a matéria postulada é controvertida, sendo indispensável, portanto, a manifestação do Judiciário que declare os seus direitos para, enfim, pleiteá-los por via administrativa, de acordo com o art. 27 da lei acima referida. Tal tese estaria endossada por grande parte da jurisprudência trasladada, inclusive em seu apelo. Aduz, assim, que tendo apenas uma mera expectativa de direito, por ocasião da propositura da reclamação, não poderia administrativamente pretender angariar sucesso no seu pedido.

Processado e contra-arrazoado o apelo, oficia o Ministério Público do Trabalho, preconizando o provimento do recurso.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Na forma expressa nos arts. 18 e 51 da Lei 6024/74, a liquidação extrajudicial das instituições financeiras, como ocorreu com o banco reclamado, tem efeitos semelhantes aos da falência, suspendendo as ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, vedando o ajuizamento de quaisquer outros, enquanto durar a liquidação, com o intuito de evitar a falência das empresas ou casas bancárias e financeiras, tendo em vista a proteção da economia, poupança privada e até de Segurança Nacional.

A sentença, com apoio no primeiro dispositivo legal da lei acima mencionada, alínea "a" que, como já mencionado, determina a suspensão das ações, aliado ao art. 27 daquela, que impõe seja exaurida inicialmente a via administrativa para, após, os credores que se sentirem prejudicados proporem ou prosseguirem as ações devidas, declarou a extinção do processo sem julgamento do mérito, face à impossibilidade jurídica do pedido da autora.

A nosso ver, o artigo não é aplicável às hipóteses de reclamações trabalhistas, por carecer daquele alcance amplo dado pelo julgador de primeira Instância. A Lei 6024/74 trata de um processo de ordem falimentar "sui generis" e, como tal, não derroga nem modifica as normas anteriores, quer sejam gerais ou especiais, já existentes, de acordo com o art. 2.º, § 2.º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

É que o art. 34 do diploma legal da liquidação extrajudicial diz aplicarem-se a esta, no que couberem e não colidirem, as disposições da Lei de Falências (Decreto-Lei número 7661, de 21 de junho de 1945). O próprio artigo 24 desta última, como ocorre com o art. 18 da Lei 6024/74, estipula, também, a suspensão das ações ou execuções de ordem individual sobre direitos e interesses relativos à massa falida. Entretanto, a suspensão prevista nunca foi aplicada às reclamações trabalhistas, porque gozam de privilégio. Assim sendo, impõe-se reconhecer que as ações a que alude o antes mencionado artigo 18 são as de natureza civil e penal, cujo objetivo seria regular as relações entre as entidades e seus investidores, ou seja, as relações de ordem civil ou comercial, tendo portanto aplicação no que se refere às obrigações oriundas do ramo de mercados de capitais. Não se pode querer que o empregado fique eternamente na expectativa do fim da liquidação extrajudicial para após ajuizar a sua reclamação trabalhista, estranha até aos motivos que ensejaram aquela, mormente quando o empregador contesta o pedido da inicial, no mérito.

Conclui-se, deste modo, pela legitimidade do pedido e pela competência desta Justiça para apreciá-lo, de acordo com os argumentos acima expendidos.

Ante o exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 2.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO para, declarando a possibilidade jurídica do pedido, determinar a remessa dos autos à instância de origem, para apreciação do mérito da ação.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 22 de maio de 1986.

Fernando Antônio P. Barata Silva — Presidente e Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-4543/85)

EMENTA: O fato de o empregado não comunicar à empresa em que é admitido sua condição de dirigente sindical não afasta seu direito à estabilidade provisória prevista no § 3.º do art. 543 da CLT.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, Interposto de decisão da MM. 1.^a Junta de Conciliação e julgamento de Caxias do Sul, sendo recorrente PETTENATI S/A — INDÚSTRIA DE MALHAS E CONFECÇÕES e recorrido MÁRIO TOMASI.

Não se conformando com a sentença que determinou a reintegração do autor, recorre a demandada. Alega que a comunicação a que se refere o § 5.º do art. 543 da CLT é pressuposto substancial para convalidar a estabilidade preconizada pelo § 3.º do mesmo artigo, salientando que o recorrido, sendo detentor de mandato sindical, após ingressar no novo emprego deveria ter cientificado a recorrente desse fato. Aduz que sabedora de tal condição do reclamante quando já deflagrada sua dispensa, "ficou impossibilitada de aforar o competente inquérito, pois talvez possuisse base de sustentação, ante a omissão, quiçá intencional do recorrido, que talvez tenha urgido sua própria demissão, assimilada pela recorrente que optou, por liberalidade, pelo desligamento imotivado." (fl. 54).

Processado e contra-arrazoado o apelo, oficia o Ministério Público do Trabalho, preconizando o seu desprovimento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Como se viu do relatório, a recorrente dá a entender que teria motivo justificado para promover a rescisão contratual, consistente no fato de o reclamante não ter feito referência ao mandato sindical de que estava investido, quando ingressou na empresa.

Ora, conforme acentuou a sentença, "A lei não obrigou ao sindicato a comunicação às empresas onde o dirigente sindical vier a se empregar já gozando dessa condição. Igualmente a lei não criou para o dirigente sindical a obrigação de declinar sua condição de líder sindical quando postula emprego ou é admitido". Desta forma, não se pode presumir qualquer intenção fraudulenta do recorrido, como pretendeu a ora recorrente em sua defesa. Ademais, a comunicação a que se refere o § 5.º do art. 543 da CLT não constitui condição para o empregado gozar da estabilidade provisória prevista no § 3.º do mesmo artigo. O registro da candidatura para cargo de direção ou representação sindical e a posse do eleito é que são o suporte daquela garantia. Inobservância do disposto no § 5.º do art. 543 da CLT não pode ser invocada como pressuposto de validade da rescisão contratual, como quer a recorrente, pois, conforme foi salientado, não se pode exigir que a entidade sindical siga os passos de seus dirigentes,

nem que estes aludam a tal condição quando admitidos, uma vez que sobre isso a lei não dispõe.

Diante do exposto, é de se confirmar integralmente a decisão de primeiro Grau, por seus judiciosos fundamentos.

Pelo que

ACORDAM, por maioria de votos, os Juizes da 2.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, vencido o Exmo. Juiz Antonio J. M. Widholzer.

Porto Alegre, 29 de agosto de 1985.

Fernando Antonio P. Barata Silva — Presidente e Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-7357/83)

Proc. Adm.

EMENTA: Ascensão funcional. Concomitância com concurso público. Interpretação das disposições legais. Reserva de 1/3 das vagas. Sujeição dos funcionários à prova de seleção. Tratamento diferenciado, nos termos da legislação vigente.

Regulação dessa matéria por Resolução Administrativa em conformidade com a lei e a autonomia do Tribunal.

Recurso a que se nega provimento.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO, interposto de decisão do Exmo. Sr. Presidente deste Tribunal, em que são recorrentes NEUSA MARIA CACCIA MARTINS E OUTRAS.

"Neusa Maria Caccia Martins, Eliete Rodrigues Domingues e Terezinha de Azambuja Lima, Atendentes Judiciários, interpõem recurso administrativo do despacho do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal que lhes indeferiu a realização de processo seletivo interno, ao qual tivessem acesso apenas funcionários do Tribunal habilitados a concorrerem à ascensão funcional.

Alegam, em síntese, serem portadoras do grau de escolaridade exigido e que, embora legal, a realização de concurso interno à ascensão funcional simultaneamente com o concurso público trouxe prejuízos aos funcionários que dele participaram. Aduzem ainda que, por força de disposições legais que disciplinam a matéria, o terço de vagas destinado aos funcionários só pode ser preenchido por candidatos aprovados em concurso público quando não existam funcionários habilitados a concorrerem à ascensão funcional."

E é o relatório aprovado em sessão.

ISTO POSTO:

Recorrem as interessadas, inconformadas com o Indeferimento do postulado na Inicial.

Em primeiro lugar, não é possível atender à pretensão porque importaria em eliminar o critério seletivo regulamentado em consonância com a lei. Depois, porque apenas 1/3 (um terço) das vagas, por força das disposições legais que regulam a matéria (art. 11 do Decreto n.º 85.645/81 e art. 5.º da Resolução Administrativa n.º 6/83), estará reservado aos candidatos habilitados a concorrerem à ascensão funcional. O pedido, assim, não encontra embasamento legal. A par disso, e ao contrário do que afirmam as requerentes, não há o alegado prejuízo no critério de seleção. O funcionário deste Tribunal, que foi classificado em 113.º lugar no concurso público realizado em 1983, por exemplo, pelo critério da clas-

sificação distinta para ascensão funcional, terminou por ser classificado em 10.º lugar, o que evidencia o tratamento diferenciado dos funcionários concorrentes com o pessoal de fora, afastado qualquer prejuízo. Depois, não se pode impor as medidas preconizadas, em face dos termos da legislação vigente, sobretudo o art. 5.º do Decreto n.º 85.645/81, que exige: "Nível de conhecimento, grau de complexidade, forma e condições de realização idênticos aos estabelecidos para o concurso público, exceto limite de idade".

Não se pode, ainda — como pretendem as recorrentes —, evitar o preenchimento de vagas por candidatos aprovados em concurso público, se o número de servidores habilitados à ascensão funcional foi insuficiente, em face do art. 11, § 6.º, do Decreto n.º 85.645/81.

Ademais, o disposto no art. 4.º, § 2.º, desse diploma legal, configura simples faculdade da Administração, sujeita, por isso mesmo, ao critério da conveniência. "Sempre que possível" — diz o mencionado dispositivo — "aproveitar-se-á a oportunidade da realização do concurso público para selecionar os concorrentes à ascensão funcional". Além disso, há recomendação legal no sentido de haver concomitância entre o concurso público e o de ascensão funcional, com vista à eliminação de custos e serviços desnecessários (art. 5.º, § 2.º, do Decreto n.º 85.645/81). Não é por outra razão que na Resolução Administrativa n.º 06/83, deste TRT, está expresso: "Julgado oportuno e conveniente à Administração, aproveitar-se-á a oportunidade de realização do concurso público para selecionar os concorrentes à ascensão funcional" (§ 2.º, art. 8.º).

Por derradeiro, diga-se que a abertura do concurso, conforme a Resolução Administrativa n.º 07/85, de 26-04-85, propiciará a ascensão pretendida dentro dos parâmetros legais.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

Pelo que

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, em sessão plena:

EM CONHECER DO APELO E NEGAR-LHE PROVIMENTO; foram vencidos os Exmos. Juízes Antonio Salgado Martins, que não conhecia do apelo, e Relator, Petrônio Rocha Volino, Adão Eduardo Häggstram, Olívio Nunes e Dorval Knak, que lhe davam provimento.

Intime-se.

Porto Alegre, 30 de agosto de 1985.

Alcina Tubino Ardaiz Surreaux — Presidente
Ernes Pedro Pedrassani — Relator designado

(TRT-11271/84)

Proc. Adm.

EMENTA: Opção pela gratificação de 20% estabelecida pelo Decreto-lei 1457/76.

Investidura de fato dos requerentes no cargo em comissão integrante do Grupo-DAS, bem como na função de confiança ali prevista. Direito que se reconhece aos requerentes Chefes de Secretaria e Diretor-Geral de Secretaria à opção prevista no art. 2.º, § 2.º, do Decreto-lei 1457/76.

Recurso provido.

VISTOS e relatados estes autos de Recurso, em PEDIDO DE OPÇÃO PELO PERCEBIMENTO DOS VENCIMENTOS DE SEUS CARGOS DE CHEFES DE SECRETARIA PJ-01, em que são interessados MÁRCIO DÉNTICE, OSWALDO SILVEIRA SCHÉRER E ROSA TEREZINHA LUCENA ADAMS.

Márcio Dêntice e outros e Margarida Moraes Nascimento, funcionários ativos e inativos deste Tribunal, detentores os primeiros dos cargos de Chefes de Secretaria PJ-01 e a última do de Diretor-Geral da Secretaria-PJ do TRT da 4.ª Região, inconformados com a R. decisão (fl. 38) proferida pelo Exmo. Sr. Presidente deste Tribunal, que, acolhendo as conclusões dos setores competentes (fls. 14/17 e 36/37), indeferiu-lhes a pretensão, recorrem (fls. 56/65), sustentando o direito à opção prevista no § 2.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 1445/76 e estendida aos funcionários da Justiça do Trabalho pelo Decreto-lei n.º 1457/76, entendendo que esses dispositivos lhes asseguram a opção pelo percebimento dos vencimentos de seus cargos efetivos, com o acréscimo de 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Diretor de Secretaria de JCJ — TRT DAS-101.4 e de Diretor-Geral — TRT DAS-101.5, respectivamente.

Distribuído o processo a este Relator, remete-se o mesmo a pauta para julgamento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Com fundamento no art. 2.º, § 2.º, do Decreto-lei 1457/76 e no art. 8.º, e seu parágrafo único, da Lei 6035/74, postulam os requerentes o direito à opção pela percepção dos vencimentos de seus cargos efetivos, com o acréscimo de 20% sobre a remuneração dos cargos em comissão integrantes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

Sustentam os pareceres emitidos pelos setores competentes — que se constituíram no supedâneo para o respeitável despacho indeferitório — pela inexistência de amparo legal para a concessão do pleiteado, porquanto não ocorreu a investidura dos requerentes em cargo em comissão ou função de confiança integrante do Grupo-DAS, conforme exige a norma que regula a opção requerida, ou seja, o referido Decreto-lei 1457/76, art. 2.º, § 2.º, "verbis": "É facultado ao servidor da Justiça do Trabalho, investido em cargo em comissão ou função de confiança integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, optar pela retribuição de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida de 20% (vinte por cento) de vencimento ou salário fixado para o cargo em comissão ou função de confiança, não fazendo jus à Representação Mensal".

Aduzem que não foram os requerentes incluídos no Plano de Classificação de Cargos criado pela Lei 5645/70, mas apenas, na forma da Lei 6107/74, art. 8.º, § 1.º, tiveram seus vencimentos fixados em níveis correspondentes aos dos cargos do Grupo-DAS, instituído pela citada Lei.

Com a devida vênia do entendimento recorrido, o exame do processado leva ao acolhimento do recurso, dado que existe amparo legal para a concessão do pedido, razão pela qual se endossam a tese e os argumentos expendidos em razões recursais.

Na verdade, a Lei 6035/74 já contempla o direito postulado e não menciona a investidura como pressuposto à percepção da vantagem correspondente, ao dispor em seu art. 8.º, "verbis": "Fica assegurada a situação pessoal dos atuais ocupantes dos cargos efetivos de Diretor de Secretaria, Diretor do Serviço Judiciário e Diretor do Serviço Administrativo, os quais serão suprimidos na medida em que vagarem.

Parágrafo único. Os funcionários de que trata este artigo poderão optar pela percepção do vencimento do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação fixa de vinte por cento, calculada sobre o valor do símbolo do cargo em comissão correspondente, na forma do disposto no § 2.º do art. 1.º da Lei n.º 4345, de 26 de junho de 1964".

Entende-se que a investidura em cargo em comissão ou função de confiança integrante do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores prescinde de ato formal, segundo a melhor exegese jurídica, uma vez que pode ocorrer de fato, pelo mero exercício do cargo.

Tem-se que, não só se encontram os requerentes investidos de fato no cargo em comissão supramencionado, como também na função de confiança ali pressuposta à aquisição do direito questionado. Há que distinguir que, não obstante sejam as requerentes estáveis em seus cargos, não exoneráveis "ad nutum", não se pode ignorar que a função que exercem é de confiança, tanto que o funcionário é removível a pedido do Juiz.

Quando do advento da Lei 6107/74, por força de seu art. 6.º, foram criados 48 cargos de Diretor de Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento, deixaram os mesmos de ser cargos de provimento efetivo para se tornarem cargos de provimento em comissão (de confiança e demissibilidade "ad nutum"), exercidos pelos seus ocupantes detentores de cargos efetivos, que permaneceram com idênticas atribuições, embora a nova definição.

Condicionando o art. 8.º da citada Lei o provimento dos cargos em comissão à extinção dos respectivos cargos efetivos de seus ocupantes, daí decorre a conservação temporária dos cargos efetivos, mas a eles correspondendo o desempenho dos cargos em comissão, de iguais atribuições.

Há que considerar, como advertem os recorrentes, que o não atendimento do pedido resultaria na manutenção de tratamento diferenciado a situações funcionais análogas, em flagrante vulneração ao princípio da isonomia, o qual, em que pese entendimento em contrário, não pode ser postergado, quando não se tratar, é claro, de procedimento equiparatório, caso em que incidiria a vedação constitucional (parágrafo único do art. 98).

Portanto, depara-se com uma situação anômala, que é dever da Administração corrigir, sem o temor de superar critério puramente formalista, para atingir um objetivo mais justo.

Em realidade, como os ocupantes dos cargos de provimento efetivo são funcionários deste Tribunal, puderam ser nomeados para outros cargos em comissão criados, vagos, como por exemplo, de Diretor de Serviço ou de Assessor de Juiz, de igual classe e natureza aos de Diretor de Secretaria da Junta, podendo exercer o direito de opção em causa quando no exercício dos últimos cargos. Não o podem fazer, no entanto, a perdurar o critério vigente, se estiverem no desempenho do cargo em comissão correspondente a seu cargo efetivo. A isso se acresce exemplo de situação, na qual, por motivo de férias, enfermidade ou nomeação para outro cargo em comissão, o Chefe de Secretaria da Junta, no exercício do cargo e função de Diretor de Secretaria, teria substituto com direito à opção pelo vencimento do seu próprio cargo, acrescido de 20%, enquanto o titular, seu ocupante legal, não teria esse direito, recebendo vencimento menor do que o do substituto.

Destarte, do exame das disposições legais atinentes à matéria "sub judice", consideradas as condições factuais que revestem o desempenho das funções com muita propriedade analisadas no recurso, acima de qualquer dúvida, assiste inteira razão aos recorrentes, pelo que cabe deferir sua pretensão.

Pelo exposto,

ACORDAM, os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, em sessão plena:

Por unanimidade de votos, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO, NO SENTIDO DE DEFERIR A OPÇÃO DOS RECORRENTES PELA RETRIBUIÇÃO DE SEUS EFETIVOS, ACRESCIDA DE 20% (VINTE POR CENTO) DO VENCIMENTO FIXADO PARA O CARGO EM COMISSÃO.

Intime-se.

Porto Alegre, 28 de junho de 1985.

Alcina Tubino Ardaiz Surreaux — Juíza no exercício da Presidência
Sileno Montenegro Barbosa — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-2547/85)

EMENTA: A ameaça ao depositário da imposição de advertência, em audiência já designada para este fim específico, enseja a impetração de "habeas corpus", na forma do disposto no art. 647 do Código de Processo Penal, garantia que é conferida contra todo constrangimento ilegal.

Distinguindo-se o depositário da figura do devedor, não está aquele sujeito à advertência, que o inciso II do art. 599 do Código de Processo Civil faculta ao juiz impor a este.

VISTOS e relatados estes autos de "HABEAS CORPUS", em que é Impetrante BRENO ALCARAZ CALDAS.

Adota-se o relatório do Exmo. Juiz Relator originário, já aprovado, nos seguintes termos:

"Contra ato da Exma. Juíza do Trabalho Presidente da 5.ª JCJ de Porto Alegre-RS, que determinou que a executada fosse advertida em audiência através de seu representante legal, conforme contrato social, com base no art. 600 do Código de Processo Civil impetra "Habeas Corpus" o procurador do sr. Breno Alcaraz Caldas, que como depositário do bem, objeto da constrição judicial, deveria também estar presente à audiência admonitória.

Deferida a sustação da medida até ulterior julgamento do pedido, prestou informações a autoridade dita coatora.

Opina a D. Procuradoria do Trabalho pela concessão do "Habeas Corpus" em favor do paciente Breno A. Caldas."

ISTO POSTO:

1. O paciente, em reclamatória movida contra a Empresa Jornalística Caldas Júnior Ltda., foi nomeado depositário do bem penhorado na fase executória daquele feito, conforme convencionado pelos litigantes (documento de fls. 9 e 10), o qual estava hipotecado à Caixa Econômica Federal, para garantia de dívida que aquela firma mantinha com esta. A credora executou a dívida, penhorando o mesmo imóvel já objeto da penhora antes referida. Como o depositário não comunicou o ocorrido ao Juízo onde tramita a reclamatória, a Exma. Juíza-Presidente da MM. 5.ª JCJ desta Capital determinou que o paciente comparecesse à audiência que designou, para ser advertido. Contra a medida é que é impetrado o "habeas corpus" ora em exame.

Inequívoco o seu cabimento. Como refere Pimenta Bueno, citado por Espínola Filho (in "Código de Processo Penal Brasileiro Anotado", edição de 1944, volume VI, página 293), as legislações estrangeiras e a nacional revelam claramente que dita garantia constitucional "é conferida não somente contra a prisão arbitrária, e sim contra todo o constrangimento ilegal, ou ele provenha de uma detenção injusta, ou de ser ela verificada em lugar ilegítimo, ou resulte de uma exigência forçada, ou opressão que comprima indevidamente a liberdade do cidadão, ou do homem". Assim, foi ajuizada a medida adequada para enfrentar a situação. Rejeita-se, pois, a preliminar do seu não cabimento.

2. No mérito, o que cumpre indagar é se a medida tomada pela ilustre e culta Juíza-Presidente da MM. 5.ª JCJ desta Capital tem, ou não, amparo legal. Fundou-se no disposto no inciso II do art. 599 do Código de Processo Civil, que faculta ao juiz, em qualquer momento do processo, advertir ao devedor que o seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da justiça.

Desde logo há de se registrar que são notórias as dificuldades enfrentadas pelos Juízes nas execuções movidas contra a devedora antes referida, assim como contra outras integrantes do seu grupo empresarial. Compreensível — e louvável acima de tudo — o empenho que demonstrem no sentido de conduzir tais processos até o final.

3. Não obstante, a medida adotada não foi a mais adequada, "data maxima venia". Reitera-se que o paciente é simplesmente o depositário do bem pe-

nhorado, um imóvel. É certo que se omitiu de cientificar ao Juízo da execução de que a Caixa Econômica promovera a execução do seu crédito, garantido por hipoteca, onde foi o imóvel em apreço alvo de uma segunda penhora. Mas não se pode deixar de ter presente, por ponderável, que todos os interessados, inclusive o paciente, tinham pleno conhecimento desse crédito, com a garantia referida, como se vê da manifestação de fls. 9 e 10, através da qual se pronunciaram credores, devedora e o depositário ali indicado, que naquele instrumento concordou em assumir esta posição.

Ora, o dispositivo da lei adjetiva civil que se examina faculta ao Juiz advertir ao devedor, com quem não se confunde o paciente. A medida tem por finalidade, quando se tratar de ato atentatório à dignidade da justiça (hipótese enfrentada pelo art. 600 do diploma legal referido), levar a que o devedor que adota tal procedimento, acaso perseverar na sua prática, seja proibido de falar nos autos daí em diante (art. 602). Pune-se, assim, o devedor que tumultua a execução.

Não parece, no entanto, que se possa penalizar ao depositário da mesma forma. A atitude não teria consequências; a impossibilidade de se manifestar no curso do restante do processo não traria a ele consequência alguma e nem acarretaria qualquer prejuízo ao executado. Daí porque se conclui, tal como a mera interpretação literal da lei revela, que tais disposições são destinadas ao devedor. Nunca ao depositário, "data venia".

4. Sequer é de se pretender confundir a pessoa do depositário, na espécie, com a da executada. A circunstância de se tratar de seu Diretor-Presidente poderia conduzir a este equívoco, no qual não incidiu o Juízo de origem, que, no despacho que origina este feito, distingue nitidamente as figuras, impondo, separadamente a cada uma delas, a sanção que entendeu cabível.

5. Alcides de Mendonça Lima, festejado processualista pátrio, deixa consignado que assim deve ser. Preleciona: "A advertência será feita sempre que o devedor praticar qualquer dos atos mencionados no art. 600, isso é, proceda de modo "atentatório à dignidade da justiça". A defesa das partes nunca pode ferir os ditames essenciais ao próprio Poder Judiciário para, em última análise, não se tornar cúmplice, por omissão, de atitudes que venham a desprestigiar a instituição, se for obstada a cumprir sua missão de assegurar o direito a quem o merece" (in "Comentários ao Código de Processo Civil", editora Forense, volume VI, tomo II, páginas 541/2).

Outro não é o sentido do pensamento do acatado Pontes de Miranda, que refere: "Primeiro há a advertência. Se o devedor insiste, o Juiz proíbe-lhe que, daí em diante, fale no processo (in "Comentários ao Código de Processo Civil", edição 1976, tomo IX, página 484).

6. Não parece que a omissão do paciente possa ser tida como ato atentatório à dignidade da justiça. É Pontes, ainda, que, com toda sua autoridade, assim se manifesta a respeito: "O art. 599, II, embora não o diga, somente considera atentatório à dignidade da justiça o procedimento de má fé, ou com simulação, dissimulação, ou fraude, ou ato omissivo de respeito e de dignidade. O art. 600 deu exemplos" (op. cit. página 482). Na espécie, o paciente deixou de comunicar ao Juízo que o bem penhorado fora objeto de nova penhora, oriundo de dívida do conhecimento de todos — pois informada em petição firmada por credores, devedora e depositário — e que necessariamente daria ensejo a outro procedimento judicial, ante a situação difícil da economia da empresa. Não parece que assim tenha praticado ato que possa ser considerado como atentatório à dignidade da justiça.

Este dever sequer é referido entre os que lhe cabem por Jorge Lafayette Pinto Guimarães, ao enfrentar o tema "Depositário" no "Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro", de J. M. Carvalho Santos (volume 15, página 208). Segundo o jurista em apreço, cabe ao depositário: a) guardar a coisa como se sua fosse (art. 1266 do Código Civil); e b) restituí-la, com frutos e acessórios, logo que lhe seja reclamada.

7. Ainda um aspecto: os comentaristas, em geral, não enfrentam o tema da licitude do chamamento da parte para, pessoalmente, ser advertida pelo Juiz, já que a lei não especifica a forma como isto se fará. Sergio S. Fadel aborda o

assunto e refere que o art. 599 admite que o Juiz chame as partes à sua presença para tanto. Mas sempre menciona as partes (*in* "Código de Processo Civil Comentado", tomo III, edição 1974, página 276), acrescentando que tal comparecimento não precisa ser feito em audiência especial, nem requer maiores formalidades. O essencial é que se coloquem — a parte e Juiz — frente a frente. Assim, parece que não há amparo legal para que o Juiz advirta ao depositário, pelo menos com base no ocorrido e fundado no dispositivo invocado.

8. Ora, se inexistente disposição legal que enseje a advertência do Juiz ao depositário, tal determinação importa em compressão indevida à liberdade do cidadão, passível de ser reparada através de "habeas corpus".

9. Concede-se, assim, a ordem de "habeas corpus" requerida, revogando-se o ato judicial que determinou fosse o paciente advertido em audiência.

Pelo que

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes do 1.º Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Vencido o Exmo. Julz Relator, EM RECONHECER O CABIMENTO DA ORDEM INTENTADA.

EM ACOLHER A ORDEM IMPETRADA.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 27 de junho de 1985.

Antônio Salgado Martins — Presidente

Francisco A. G. da Costa Netto — Relator designado

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-3420/85)

EMENTA: Horas extras. Aplicação da regra constante do § 2.º do art. 74 da CLT. Hipótese em que o empregador, através do seu preposto, confessa que os cartões-ponto, segundo determinações superiores, deveriam consignar apenas o horário padrão de cada empregado, vedado o registro de horas extras. Caso em que se frustram os fins visados pela regra do § 2.º do art. 74 da CLT. Reconhecimento do caráter satisfatório da prova da prestação invocada pelo trabalhador.

Gratificação natalina. Pretensão ao cômputo, para efeito de seu cálculo, das gratificações semestrais. Aplicação da Súmula n.º 78 do TST. Recurso da empresa a que se nega provimento.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO interposto de decisão da MM. 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, sendo recorrente BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A e recorrido ERICI RIBEIRO MARTINS.

É o seguinte o relatório aprovado:

"Recorre o Banco, hábil e regularmente, inconformado com a adoção da maior remuneração como base de cálculo das parcelas rescisórias. Sustenta que estas devem ser apuradas pela média, com fundamento na variabilidade da composição remuneratória.

Opõe-se às horas extras deferidas pelo julgado, alegando que o recorrido omite de má fé a sua jornada de trabalho, o que importa em cerceamento de defesa. De qualquer forma, diz que trouxe para os autos os controles sobre a duração do trabalho, onde estaria evidenciado o efetivo horário de trabalho do empregado. Entende que, em função desse aspecto, não houve a melhor interpretação do art. 74, § 2.º, da CLT, para que ensejasse a conclusão pela presunção desfavorável aplicada pelo julgador, de vez que esse dispositivo se limita a tornar necessário o controle de horário e essa imposição teria sido cumprida.

Impugna as informações genéricas trazidas pelo recorrido, aduzindo que o ônus de provar as horas extras era do autor e se cabível a aplicação de alguma presunção, esta seria favorável ao recorrente.

Relativamente à apreciação da prova, alega que cada parte apresentou duas testemunhas; as do recorrente não foram contraditadas e confirmaram que o recorrido cumpria a jornada de seis horas; quanto às do reclamante, a primeira não informa o horário do recorrido, limitando-se a informar o seu; já a segunda, declara o cumprimento de jornada diversa, revelando-se, portanto, testemunho único, o que não serve para comprovar as horas extras e não prevalece sobre a prova documental produzida nos autos e os dois testemunhos confirmatórios daquela.

Por derradeiro, manifesta sua inconformidade com a integração do valor das gratificações semestrais no pagamento do 13.º salário, reportando-se à contestação. Sustenta, igualmente, que deve ser reformada a decisão quanto à ajuda de custo alimentação, já que, estando o recorrido compreendido na jornada normal dos bancários, não se lhe aplica o clausulado em dissídio coletivo.

Processado e contra-arrazoado o recurso, sobem os autos e o Ministério Público do Trabalho preconiza o não provimento do apelo."

ISTO POSTO:

1. A primeira inconformidade do apelante diz com a adoção do critério da maior remuneração para o cálculo das parcelas rescisórias. O reclamante percebia ordenado, abono de tempo de serviço, gratificações semestrais e 13.º salário, conforme se verifica pelos recibos de fls. 38 e seguintes.

Todas essas parcelas remuneratórias têm valor fixo. Por conseguinte, devem ser computadas para o cálculo das parcelas denominadas como rescisórias com base na maior remuneração. A única parcela percebida pelo reclamante que possui natureza variável é a verba denominada de "serviços eventuais".

O julgado reconheceu a natureza salarial dessa parcela, deferindo o seu cômputo no salário para todos os efeitos. Tal parcela, porque variável, deve ser computada com base na média anual. Assim, acolhendo em parte a manifestação do reclamado, determina-se que o cômputo dos "serviços eventuais", nas parcelas rescisórias, seja realizado com base na média anual.

2. Não se conforma, o demandado, ainda, com a sua condenação ao pagamento de horas extras, deferidas ao reclamante pela decisão de primeiro grau à razão de quatro horas por dia, com os reflexos pleiteados em virtude da habitualidade de sua prestação. Sustenta, a propósito, haver demonstrado através dos controles de horário trazidos ao processo a efetiva jornada de trabalho obedecida. Reporta-se à regra constante do § 2.º do art. 74 da CLT, para concluir que, havendo cumprido a exigência prevista naquele dispositivo legal, não se justifica a presunção favorável ao empregado quanto à prestação de serviço extraordinário em que se fundamentou a decisão recorrida para condená-lo. Afirma, ainda, que nada havendo a presumir favoravelmente ao empregado, a ele incumbia o ônus probatório da prestação porque negada na defesa. Invoca, também, curiosa jurisprudência, segundo a qual prevaleceria o princípio, na interpretação da prova, de que "in dubio pro empregador". Finaliza enfatizando que a prova testemunhal por ele, recorrente, produzida confirma o horário de trabalho invocado na defesa, ao passo que aquela trazida aos autos pelo empregado, pela sua precariedade, deve ser desprezada.

Confirma-se, porém, a decisão de primeiro grau. Atente-se para o depoimento do preposto do demandado, à fl. 57, segundo o qual "o banco pré-estabelece um horário que deve ser registrado pelo empregado", circunstância geradora, pelo menos, de presunção "hominis" favorável ao trabalhador.

Registre-se, a propósito, que tão reiteradas vezes, em um sem número de reclamações, tem sido confessado pelos prepostos do demandado, em processos oriundos das mais diversas localidades, que a alta administração do banco impõe o pré-estabelecimento da duração da jornada de trabalho de seus empregados, independentemente das horas de trabalho efetivamente prestadas, que é possível,

a essa altura, vislumbrar a configuração do comportamento delituoso previsto no art. 203 do Código Penal Brasileiro. O fato — pode-se dizer — é notório, visando o demandado, pré-concebidamente, frustrar o registro documental da efetiva duração da jornada e, assim, furtar-se ao pagamento do salário correspondente. Trata-se de procedimento escandaloso, contra o qual, surpreendentemente, os órgãos de representação dos trabalhadores bancários até hoje, descumprindo as suas finalidades, não adotaram uma posição mais severa. Desatende-se, assim, à finalidade da regra constante do § 2.º do art. 74 da CLT, frustrando-se os seus objetivos, o que, sem dúvida, deve ser ponderado com vista à determinação da responsabilidade probatória. Por certo que, em se tratando, simplesmente, de hipótese em que o empregado impugna o registro documental da duração da jornada cumprida, a ele incumbe, a um só tempo, provar a falsidade alegada e a prestação de horas de trabalho não registradas. Diversa é a situação, porém, quando é confessado pelo representante do reclamado que o registro da jornada constitui uma farsa, como é o caso dos autos. Ademais, o depoimento da segunda testemunha do reclamante, ouvida às fls. 57/58, comprova satisfatoriamente a prestação das horas extras invocadas pelo reclamante. Das duas testemunhas do demandado a segunda revela a nítida preocupação de não se comprometer, a fim de não pôr em risco o seu comissionamento. A primeira, a seu turno, também exercendo função comissionada, noticia a submissão do reclamante a uma jornada de seis horas. Entre os depoimentos em conflito, inclinamo-nos, dadas as circunstâncias já aqui destacadas, por valorizar aquele produzido pelo trabalhador, mesmo porque, se o empregador não tem pejo de escamotear o registro da duração da jornada de seus empregados, por certo que não se constrangerá em forçar a produção de prova testemunhal a ele favorável através de empregados beneficiados com a atribuição de vantagem remuneratória especial.

3. Quanto ao cômputo das gratificações semestrais no 13.º salário, incide a Súmula n.º 78 do TST. A gratificação periódica contratual integra o salário, pelo seu duodécimo, para todos os efeitos legais, inclusive o cálculo da natalina da Lei n.º 4.090/62.

Ante o exposto,

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes da 1.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

Pelo voto de desempate do Exmo. Juiz João Luiz Toralles Leite, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, para determinar que o cômputo da verba denominada de "serviços eventuais" nas parcelas rescisórias seja realizado com base na média anual, vencidos os Exmos. Juízes Relator e Plácido Lopes da Fonte.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 02 de outubro de 1985.

Antônio Salgado Martins — Presidente e Relator designado
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-13780/84)

Proc. Adm.

EMENTA: À luz dos dispositivos que regulam a matéria, neste TRT, inexistente o direito ao pagamento de diárias corridas aos Juízes Substitutos, pagamento esse só admissível em caso de necessidade do serviço, a critério da Presidência do Tribunal.

VISTOS e relatados estes autos de PEDIDO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS CORRIDAS DE SUBSTITUIÇÃO, em que é requerente DR. JOSÉ DOMINGOS DE SORDI, Juiz do Trabalho Substituto.

Inconformado com o despacho de fl. 86, verso, da D. Presidência deste TRT, que manteve a denegação de vantagem pretendida, o Dr. José Domingos de Sordi, Juiz do Trabalho Substituto, interpõe o presente recurso.

Postula lhe seja deferido o pagamento de diárias relativamente ao período de sua atuação na JCJ de Rio Grande.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Na espécie, verifica-se que, pela Portaria 1073 de 24-09-85, o recorrente foi designado para presidir a JCJ de Rio Grande, nos períodos de 21-10 a 19-11-85 e de 20-11 a 19-12-85, em virtude de férias do Juiz-Presidente daquela Unidade Judiciária. Em consequência, requereu lhe fossem pagas diárias corridas relativamente ao período de substituição, argumentando que Rio Grande apresenta alto índice de ocupação de hotéis, por se tratar de cidade portuária, para onde se dirige grande número de pessoas a trabalho, o que impõe que o Juiz mantenha um apartamento permanentemente ocupado, sob pena de sujeitar-se a acomodações incompatíveis com o nível de um magistrado. Refere como antecedentes específicos os casos dos Drs. José Antônio Lemos e Hugo Klafke, aos quais, quando em atuação na JCJ de Rio Grande, foram concedidas diárias corridas.

O pedido foi indeferido pela digna Presidência deste TRT, consignando-se que as concessões citadas como precedentes, ocorridas nos exercícios de 1980/81, constituíram-se "em excepcionalidade por exigência do serviço que, de certa forma, encontra óbice em dispositivo do Provimento 81/77, ao condicionar o direito à indenização em causa ao efetivo desempenho das funções, descartando, portanto, sua percepção apenas em razão de convocação ou designação".

Com isso não se conforma o requerente que, embora reconhecendo que seu pedido constitui excepcionalidade, entende que tal excepcionalidade não pode, a um só tempo, servir de base para deferimento da pretensão de seus colegas e para denegação da sua.

O caso há de ser analisado à luz dos dispositivos que regem o pagamento de diárias de substituição aos Magistrados deste TRT, ou seja, nos termos do Provimento 66/72, reformulado pelo de n.º 81/77; fixa o art. 4.º do mencionado Provimento 81 que os substitutos perceberão diárias pelos dias em que tenham efetivamente funcionado (§ 1.º) sendo que "excepcionalmente, a critério da Presidência, poderão ser deferidas diárias corridas, se a necessidade de serviço o exigir".

Verifica-se, pois, que a pretensão do recorrente não constitui direito com vida própria, mas sim direito cuja configuração fica condicionada às exigências do trabalho, a serem avaliadas pela Administração do Tribunal.

E resulta que, examinadas as ponderações do apelante, entendeu a douta Presidência deste TRT inexistir a necessidade de serviço que justifique o pagamento de diárias corridas (fl. 86, verso).

Diante desse entendimento esvai-se a pretensão, por não haver qualquer elemento concreto que a ampare, por estar sujeita ao critério da Administração, que lhe foi desfavorável. A parcela postulada pelo requerente só poderia ser considerada como um direito mediante prévia alteração das normas reguladoras do pagamento de diárias; no contexto das normas vigorantes, não passa de mera expectativa de direito, cuja concretização depende do preenchimento de outras circunstâncias.

Inaceitável o argumento expendido na fl. 80, no sentido de que o indeferimento do pedido constituiria discriminação e agrediria o princípio de isonomia no tratamento que merecem todos os membros de uma mesma categoria funcional: as diárias corridas concedidas aos Magistrados apontados pelo autor foram atribuídas nos exercícios de 1980/81, quando em regime de exceção, hipótese radicalmente distinta da apreciada neste expediente.

Nessas condições, conclui-se pelo descabimento da vantagem requerida, eis que inexistente direito a diárias corridas, tendo a Presidência do Tribunal a faculdade de deferi-las, de acordo com as circunstâncias.

Ante o exposto,
ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região, em sessão plena:
EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
Intime-se.

Porto Alegre, 21 de março de 1986.

Sileno Montenegro Barbosa — Vice-Presidente no exercício da Presidência

Olívio Nunes — Relator

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-2697/85)

EMENTA: Ação declaratória de inexistência de insalubridade movida por empresa contra o sindicato dos trabalhadores. Ilegitimidade processual passiva. O art. 195, § 2.º, da CLT atribui ao sindicato apenas legitimidade ativa nas reclamações em que se pleiteia o adicional de insalubridade em favor de grupo de associados.

VISTOS e relatados estes autos de Recurso ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Caxias do Sul, sendo recorrente SOCIEDADE IMPRESSORA CAXIENSE LTDA. e recorrido SINDICATO DOS OFICIAIS GRÁFICOS DE CAXIAS DO SUL.

Nos autos da ação declaratória de inexistência de insalubridade que move contra Sindicato dos Oficiais Gráficos de Caxias do Sul, tramitando perante a 1.^a JCI de Caxias do Sul, Sociedade Impressora Caxiense Ltda. está desconforme com a V. sentença "a quo", que a julgou carecedora de ação, e dela recorre. Sustenta que, ao contrário do que entendeu a MM. Junta, o sindicato recorrido, como legítimo e legal representante de seus associados ou não, tem legitimidade passiva para responder à presente demanda.

O recurso é contra-arrazado, subindo os autos ao Tribunal Regional.

A ilustrada Procuradoria do Trabalho preconiza o conhecimento e o despro-
vimento do apelo.

É o relatório.

ISTO POSTO:

1. *Preliminar. Carência de ação.* A Sociedade Impressora Caxiense ajuizou ação declaratória contra o Sindicato dos Oficiais Gráficos de Caxias do Sul, buscando a declaração de atual inexistência de insalubridade em oito seções ou departamentos fabris da empresa, com cessação do pagamento do respectivo adicional, em grau médio, a 77 empregados.

O reclamado, ora recorrido, argúi a prefacial de carência de ação, sustentando que a ação declaratória seria incabível na espécie, eis que se pretende o pronunciamento sobre a existência de um fato, o que seria vedado pela lei adjetiva civil.

Rejeita-se a preliminar. Como foi decidido em 1.º Grau, não obstante a insalubridade se constitua em um fato constatado através de perícia, esse fato gera direitos trabalhistas, entre os quais destaca-se o adicional respectivo, estabelecendo-se, assim, uma relação jurídica obrigacional. Deste modo, a declaração da inexistência da insalubridade é indispensável para a supressão do pagamento do respectivo adicional. A presente ação declaratória tem, pois, apelo na regra contida no inciso I do art. 4.º do CPC.

2. *Mérito.* A MM. Junta concluiu pela ilegitimidade de parte do sindicato reclamado, julgando a autora carecedora de ação. A recorrente insurge-se contra essa decisão, sustentando, em resumo, que o sindicato tem legitimidade para responder à ação, bem como que cabia ao Juízo "a quo" ter determinado, desde

logo, a notificação dos empregados, para acompanhar o feito em todos os seus trâmites, eis que essa diligência teria sido requerida na inicial.

Antes de examinar a matéria versada no recurso, pede-se vênia para louvar o esforço da reclamante no sentido de eliminar as condições adversas à saúde de seus empregados em diversos setores do estabelecimento, implantando, segundo alega, medidas e recomendações contidas em levantamento técnico encomendado à Fundacentro. A iniciativa é louvável sob todos os aspectos e deve servir como exemplo e estímulo às empresas em geral.

Embora a ação declaratória seja cabível na espécie, como já se viu, não andou bem a empresa ao ajuizá-la contra o sindicato que congrega a categoria profissional a que pertencem seus empregados. O julgado de 1.º grau examina minuciosamente a matéria e, por isso, deve ser mantido, por seus próprios e jurídicos fundamentos, que bem revelam a cultura e a inteligência de seu ilustre prolator.

Com efeito, o art. 195, § 2.º, da CLT atribui aos sindicatos de trabalhadores capacidade para arguir em juízo a insalubridade em favor de um grupo de associados, outorgando ao sindicato, deste modo, legitimidade processual ativa nas reclamações e insalubridade. Diz a sentença de origem: "Deu-lhe também a legitimidade passiva? Parece que não. Em primeiro lugar, mesmo no pólo ativo da relação processual, o sindicato representa por expressa disposição da regra supramencionada tão-só seus associados. Não seria lógico representar quem sequer é seu associado. Essa primeira restrição na representação ativa torna quase impossível a representação passiva. Em segundo lugar, o sindicato é substituto processual nos termos da lei. A lei processual é de ordem pública e sua prescrição é indispensável, devendo ter interpretação restrita. Se a norma deu a representação ativa, não deu a passiva (...). Em terceiro lugar, se diga que o representante postula direito subjetivo de um terceiro.

A subjetividade do direito só admite a representação mediante o permissivo legal. Tanto isso é verdade que o titular do direito pode não querer exercê-lo e tem direito de não o fazer. Como o direito é dele, para alguém vindicá-lo em seu nome, independentemente de procuração, será necessário preceito de lei. Se na substituição processual ativa isso é válido, quanto mais não o será na substituição passiva. Se o direito é de um indivíduo, um empregado, uma pessoa física, como entender que a empresa que quer discutir direito dele possa fazê-lo sem o titular do direito subjetivo participar da relação processual e apresentar ampla defesa?"

De outra parte, os empregados não foram chamados a responder ao processo, mas tão-só, como se pode ver da inicial, na fl. 06, foi requerido que fossem notificados para acompanharem o feito, através de um representante de cada setor fabril. A ação foi movida contra o sindicato unicamente, e o juiz não está obrigado a chamar para responder à lide quem não é parte da relação processual, suprimindo a atuação do autor.

Ante o exposto,

ACORDAM os Juízes da 2.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Preliminarmente, por unanimidade de votos, EM REJEITAR A PREFACIAL DE CARENÇA DE AÇÃO DECLARATÓRIA, ARGÜIDA PELO RECORRIDO EM CONTRA-RAZÕES.

No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Antonio J. M. Widholzer, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 10 de outubro de 1985.

Fernando Antonio P. Barata Silva — Presidente
Francisco A. G. da Costa Netto — Relator
Cliente: Procurador do Trabalho

(TRT-11752/84)

Proc. Adm.

EMENTA: Ilegitimidade de parte. Ausência de elementos comprobatórios da representatividade da Associação, por intermédio de seu Presidente, resulta na falta de legitimidade da mesma para exercer o "jus postulandi" neste processo, em nome de seus associados.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO, interposto de despacho do Exmo. Sr. Presidente deste Tribunal, nos autos do processo em que a Associação dos Funcionários da Justiça do Trabalho da 4.ª Região formula REIVINDICAÇÕES, sendo recorrente A MESMA ASSOCIAÇÃO.

"A Associação dos Funcionários da Justiça do Trabalho, através do seu Presidente, Caio Rubens Cruz Teixeira, em petição datada de 25-10-84, dirigida ao Exmo. Presidente deste Tribunal, pleiteou realização anual do concurso interno, sem caráter eliminatório, com aproveitamento integral de 1/3 das vagas existentes, a partir do ano de 1984; abertura de inscrições para o concurso interno a todos os funcionários da 4.ª Região, independentemente do seu Grupo de Atividades, conforme art. 2.º do Decreto n.º 85645/81 e dispensa do requisito escolaridade à ascensão funcional, por concurso interno.

O Exmo. Presidente do Tribunal acatou o parecer emitido pela Direção Geral, que preconizou o indeferimento total do pedido.

Inconformada com o R. despacho recorre a interessada, ratificando os termos do pedido inicial e contestando as informações prestadas pelo setor competente deste Tribunal.

Foram cumpridas diligências determinadas."

É o relatório, aprovado em sessão.

ISTO POSTO:

O exame preliminar da matéria leva ao entendimento de que falta ao subscritor do pedido, Presidente da entidade autora, legitimidade para postular no interesse dos associados da mesma, uma vez ausente nos autos autorização que lhe confira tal poder. Isso porque inexistente qualquer elemento de prova de que os estatutos da entidade outorguem poderes a seu Presidente para representar seus associados, tanto no âmbito administrativo como no judicial.

No que tange à representatividade da Associação, aceitou-a o douto Presidente deste Tribunal, porém sua manifestação não vincularia esta Corte. Entretanto, "ex vi" das Leis 1134/50 e 4069/62, teria a Associação dos Funcionários legitimidade para pleitear em nome de seus associados, tanto coletiva como individualmente. Ocorre que não há comprovação de que os estatutos da entidade requerente tenham sido registrados até a data da Lei 4069/62, conforme previsto em seu art. 29, "verbis": "Ficam extensivos às entidades representativas de Servidores Públicos, de âmbito nacional, que tenham seus estatutos devidamente registrados, até a data da presente Lei, os benefícios de que trata a Lei n.º 1134, de 14 de junho de 1950."

Cabe, por todo o exposto, declarar a ilegitimidade da Associação requerente para exercer o "jus postulandi" no presente processo, em nome de seus associados.

Pelo exposto,

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, em sessão plena:

Vencidos os Exmos. Juízes Relatora, Fernando Antonio P. Barata Silva, Mário Somensi, Adão Eduardo Häggstram, Olívio Nunes e Dorval Knak, EM RECONHECER A ILEGITIMIDADE DA ENTIDADE AUTORA PARA POSTULAR NESTE PROCESSO.

Intime-se.

Porto Alegre, 26 de julho de 1985.

Alcina Tubino Ardaiz Surreaux — Presidente
Silenio Montenegro Barbosa — Relator designado

(TRT-4904/85)

EMENTA: Cessão de mão-de-obra por tempo indeterminado, extrapolando os limites da Lei 6019/14. Configuração de fraude a direitos trabalhistas.

Recurso desprovido.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSOS ORDINÁRIOS, interpostos de decisão da MM. 2.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Canoas, sendo recorrentes FRIGORÍFICO SUL RIOGRANDENSE S/A, COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA LANGUIRU LTDA., e COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DE PORTO ALEGRE e recorrido SÉRGIO MACHADO DOS SANTOS.

Inconformadas com a decisão de primeiro Grau que as condenou solidariamente, recorrem as reclamadas, negando o vínculo de emprego e afirmando a condição de sócio-cooperativado do reclamante.

O recurso foi interposto ao feitiço legal e contra-arrazoado.

A douta Procuradoria opina pelo desprovemento dos apelos.

É o relatório.

ISTO POSTO:

As recorrentes Languirú e Frigosul alegam que mantiveram com a Cootrabalho um contrato de arrendamento mercantil, pelo qual a Frigosul locou à mesma o seu complexo industrial, a par de um contrato de prestação de serviços para abate de animais em todas as suas fases, até a expedição do produto, contrato este que não vinculava a admissão ou prestação de serviços por determinada pessoa, ou seja, sem nenhuma pessoalidade, competindo à Cootrabalho a colocação de seus associados nos diversos afazeres. Afirma que pagou à Cootrabalho na forma contratada, não havendo vínculo de emprego entre as reclamadas e o reclamante pelo período em que foi associado. Afirmam que o vínculo, se existente, o seria com a Cootrabalho, que locou suas instalações e realizou o abate.

A Cootrabalho invoca a Lei 5764/71 para definir o elo societário entre ela e o autor. Todas as recorrentes afirmam, pois, a condição de autônomo do autor, sócio-cooperativado, não empregado de nenhuma.

A R. decisão reconheceu o vínculo de emprego pela existência de fraude, já que a condição de associado do reclamante foi mera formalidade que permitiu à Cootrabalho realizar verdadeira e lucrativa intermediação de mão-de-obra, colocando o reclamante na prestação de serviço efetivo, subordinado, pessoal e remunerado das reclamadas, que se beneficiaram de seu trabalho sem os ônus trabalhistas e sociais, enquanto a Cootrabalho, auferindo na intermediação lucros de até mais de 100%, ultrapassou os próprios limites da tão condenada Lei 6019/74, cedendo mão-de-obra por tempo indeterminado.

Esta situação já configuraria a fraude aos direitos trabalhistas do autor. Ademais, o contrato de locação mercantil de fl. 30, cuja existência, alegada entre as partes reclamadas, já demonstraria o desvirtuamento dos objetivos estatutariamente previstos pela Cooperativa de Serviços, nunca existiu.

Com efeito, diz a reclamada Languiru, em contestação na Justiça Comum à ação de Manutenção de Posse contra ela movida pela Cootrabalho: "temos assim um contrato aparente; formalizado no papel mas destituído de valor na medida em que jamais foi cumprido pelas partes; ... em verdade, a A. é uma Cooperativa de Prestação de Mão-de-Obra. Para justificar sua contratação pela ré, a pedido da autora, formalizou-se este malsinado contrato, unicamente para que essa tivesse maior poder de consolidação perante as autoridades públicas e pudesse consolidar sua imagem perante o público... o Ministério do Trabalho, através das Delegacias Regionais do Trabalho, não aprova as atividades da Cooperativa de trabalhadores, por entender fraudadoras às leis trabalhistas..."

Ainda depoimento importante relativo ao vínculo foi prestado pela reclamada Frigosul, por seu preposto, no processo JCJ 113/4/82 (cópia fl. 45): "... grande n.º destes 95 empregados foram selecionados pela depoente; que procedeu à seleção e encaminhou os autônomos para a Cooperativa".

Por sua vez, a Languiru, no processo JCJ 1570/81 (cópia à fl. 148), depôs: "um diretor da Languiru coordena os serviços de abate de gado; que esses 10 empregados que estão dando assessoria aos associados da Cootrabalho; que os mesmos estão no serviço de controle de matança". Ainda a Languiru, na contestação antes citada, diz à fl. 139: "... Pedem a posse do Frigorífico sem saber o que fazer com o mesmo, pois jamais adquiriram ou abateram qualquer animal às suas expensas".

Pelo exposto, vê-se que o autor trabalhou sob controle e fiscalização das reclamadas, em tarefas ínsitas e essenciais à natureza da atividade das mesmas, enquanto a Cootrabalho realizou verdadeira intermediação de mão-de-obra, ao arrepio da Lei 6019/74, como lucros de até mais de 100% sobre o salário do reclamante, como comprovou a perícia, em verdadeira afronta à Lei 5764/71, que dispõe em seu art. 3.º: "celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de provelto comum, *sem objetivo de lucro*" e ao Estatuto Social da Cooperativa, art. 5.º: "a Cootrabalho tem por fim executar trabalhos compatíveis aos seus associados, *libertando-os da dependência dos empregadores* e tratando diretamente de seus interesses junto a terceiros e promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos" e ao art. 6.º: (reproduzido pela sentença às fls. 274/5).

Correta, pois a sentença, que se mantém por seus próprios e jurídicos fundamentos, ao reconhecer a existência de vínculo empregatício e condenar as reclamadas ao pagamento das parcelas decorrentes, solidariamente com a denunciada à lide, irrelevantes se tornam as razões recursais sobre parcelas corretamente deferidas após criteriosa apuração, inclusive quanto à insalubridade, sequer contestada pela recorrente.

Ante o exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juizes da 4.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

EM NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 12 de novembro de 1985.

Paulo Maynard Rangel — Presidente
Liberty Conter — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-6419/85)

EMENTA: *Previstas em lei as características do contrato e cumpridas na íntegra, não há como desfigurar o contrato administrativo para reconhecer a solidariedade do Órgão Público.*

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Caxias do Sul, em que são recorrentes JÚLIA SEBASTIANA DE SOUZA MONTEIRO e OUTRAS, sendo recorridos BRILHOLAR CONSERVAÇÕES LTDA. E MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL (PREFEITURA MUNICIPAL).

Júlia Sebastiana de Souza Monteiro e Outras, Inconformadas com a R. sentença de fls. 70/76, oriunda da 1.^a JCJ de Caxias do Sul, recorrem, via ordinária e tempestivamente.

Em razões de recurso de fls. 82/87 requerem a desconstituição da sentença de 1.^o Grau que, preliminarmente, acolheu a prefacial de ilegitimidade de parte, julgando as reclamantes carecedoras de ação contra o Município de Caxias do Sul (Prefeitura Municipal), e, no mérito, conseqüentemente, condenou apenas a Brilholar Conservações Ltda.

Com contra-razões de fls. 101/124 sobem os autos.

O parecer da digna Procuradoria é pelo provimento do recurso (fls. 131/133). É o relatório.

ISTO POSTO:

Amplamente enfocada a matéria, tanto na instrução do processo como na fase recursal. Todos os aspectos foram abordados em longas razões, e cristalinamente colocados na sentença que vislumbrou da legalidade de validade do contrato de prestação de mão-de-obra entre a empresa privada Brilholar Conservações Ltda. e o Órgão Público, dando pela carência de ação das recorrentes contra o Município de Caxias do Sul (Prefeitura Municipal).

No transcurso da instrução processual firmou-se a certeza de que não havia relação jurídica contratual entre o Município e as recorrentes. O contrato administrativo juntado aos autos delimita a vontade das partes, e a responsabilidade pelos pagamentos dos empregados, bem como os direitos trabalhistas, que eram de Brilholar Conservações Ltda. (cláusula 13.^a, letra "c", do Contrato de fls. 27/31 — processo em apenso).

Não se tipifica no caso o previsto no art. 455 da CLT; também excluída fica a hipótese do art. 486 consolidado, pois não ocorreu a paralisação dos trabalhos por ato da autoridade administrativa, defluído do "jus imperii".

A paralisação decorreu por efeito de distrato contratual, devido ao inadimplemento de cláusulas pela prestadora de serviço. O rompimento do contrato não foi resultante do exercício do poder de império.

Conforme o art. 896 do Código Civil, a solidariedade não se presume, decorre de lei ou da vontade das partes. No caso dos autos, não ocorreu nenhuma destas hipóteses, como querem as recorrentes. Não existe, portanto, a transferência de responsabilidade, principalmente em se tratando de relação contratual de natureza administrativa. Ao contratar, o ente público baseia-se em leis especiais, específicas da administração pública.

Dizem as recorrentes, em suas razões de recurso, que o objetivo único e o mais simples da sentença foi considerar a licitação ato legal ao fêltio do Decreto-Lei 200/67 e, portanto, válido o contrato.

Sem dúvida as recorrentes foram contratadas pela Brilholar Conservações Ltda., dela eram empregadas e a ela eram subordinadas. Não foram, como quer o recurso, consideradas "objeto de locação". O que foi objeto de contrato entre a empresa supra e o ente Público foi a execução de serviços de limpeza, o que é totalmente legal. Tipo de contrato apreciado pela doutrina, previsto e regulado por lei e acolhido pela jurisprudência.

O Decreto-Lei 200/67, que estruturou a Reforma Administrativa, em seu art. 10, § 7.º, diz que, existindo iniciativa privada desenvolvida e capacitada para desempenhar, entre outras, tarefas executivas procurará a Administração Pública desobrigar-se delas para impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa.

Cercou-se o ato de realização do contrato de todas as garantias necessárias à sua validade. Realizada a licitação entre as demais interessadas, foi selecionada a recorrida. Legal e válido o contrato, não há como eivar de nulidade, o que sequer foi alegado. Obrou o ente Público com lisura. A empregadora — Brilholar Conservações Ltda. — é a responsável pelo inadimplemento das obrigações contratuais trabalhistas.

Entre outras citações, traz-se aqui Hely Lopes Meirelles, em *Licitações e Contrato Administrativo*: “Mas se inadimplente a empresa nos seus encargos trabalhistas e sociais, nem por isso essa responsabilidade estende-se à Administração como dona da obra. O Poder Público só responde por suas obrigações legais ou contratuais assumidas na forma administrativa adequada. Desde que nenhuma lei estabelece a responsabilidade subsidiária da Administração pelos encargos trabalhistas e sociais dos contratantes de suas obras, é inadmissível tal extensão, qualquer que seja a modalidade de contrato.”

Já a jurisprudência, além de outros julgados, não citados aqui, também é no sentido do confirmar a R. sentença, prolatada pelo MM. Juiz “a quo”. Veja-se:

Conflito de Competência — Empresas Privadas locadoras de serviços: “As questões laborais entre empresas particulares locadoras de serviços à pública administração, e o pessoal humano por elas empregado, resolvem-se na Justiça do Trabalho, pois não há solidariedade entre a locadora e os órgãos públicos tomadores” (TFR — CC 4688/DF — LTR 48.2.172).

Não se trata, conforme arrazoado em razões de recurso, de aplicação da Lei 6019/74. Nesse sentido o acórdão: Empresa prestadora de Serviços — Nulidade: “É lícita a atividade das empresas prestadoras de serviços, que não se confundem com empresas de serviços temporários, regidos pela Lei 6019/74” (TRT 10.ª Região — 106/82 — LTR 46.11.1386).

Neste sentido, também o CC n.º 4827 TFR, *Lex Jurisprudência*, vol. 22/1983. Diz da competência em caso de execução indireta, mediante contrato de tarefas executivas e de acordo com o Decreto-Lei 200/67, art. 10, § 7.º: “... Não há qualquer vínculo pessoal dos empregados das firmas contratadas com a União, nem fundamento legal para reconhecer-se a existência de responsabilidade solidária.”

Cabe, ainda, citar a Lei 5645/70, art. 3.º, que além de outras atividades relacionadas, diz: “... limpeza e outras assemelhadas serão de preferência objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o art. 10, § 7.º, do Decreto-Lei 200/67.”

A contratação de empresas para realização de limpeza tem sido comum, pois não se destina à execução de tarefas próprias do serviço público.

Ademais, não havia subordinação das reclamantes ao Município; quem administrava a prestação de serviços era uma empregada da empresa Brilholar Conservações Ltda., conforme depoimento de fl. 66, juntado aos autos. O expediente da Prefeitura era, praticamente, no período da tarde; a limpeza era realizada pela manhã.

Ao longo da instrução ficou provado, por depoimento e demais provas carreadas aos autos, que a municipalidade não exercia qualquer poder de mando ou direção das recorrentes. Cumpriu o Município com todas as obrigações contratuais a que se vinculou com a empresa, conforme ajustado no contrato de fls. 27/31 (Processo em apenso).

Diante das firmes argumentações da contestação e das contra-razões e da bem fundamentada sentença, não há como desfigurar o contrato administrativo para reconhecer a solidariedade do Município. As características do contrato são previstas em lei, e, “in casu”, seguido na íntegra o Decreto-Lei 200/67 em seu art. 10, § 7.º.

Confirma-se a sentença.

Pelo exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 3.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

Preliminarmente, EM REJEITAR A PREFACIAL DE INTEMPESTIVIDADE ARGÜIDA DA TRIBUNA.

No mérito, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DAS RECLAMANTES, COM DIVERGÊNCIA QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 06 de maio de 1986.

João Luiz Toralles Leite — Presidente

Élio Eulálio Grisa — Relator

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-6031/85)

EMENTA: Cabe mandado de segurança contra ato que indefere liminarmente pretensão deduzida em ação cautelar, presentes os pressupostos do "fumus boni juris" e do "periculum in mora", especialmente quando, do não deferimento liminar da ação, sobrevém para o impetrante dano de reparação incerta ou impossível.

Precedentes do STF.

Descabe, de outra parte, o levantamento da liminar deferida no mandado de segurança por ter sido a ação cautelar despachada liminarmente pelo Juiz-Presidente da Junta, e não pela própria Junta, como órgão colegiado. Ausência de protesto antipreclusivo.

Se a ação cautelar tem natureza preventiva e não preparatória, não está o impetrante obrigado, para manter a eficácia da liminar concedida no mandato de segurança, a ajuizar a ação principal no prazo previsto no art. 806 do CPC.

Mesmo antes do Decreto-Lei n.º 2278/85, impunha-se a incidência de correção monetária sobre débitos resultantes de decisão judicial, por força do disposto na Lei n.º 6899/81. Esse entendimento nem de longe atenta contra o princípio da "par conditio creditorum" a que, pelo regime da Lei n.º 6024/74, estão submetidas as instituições financeiras em liquidação extrajudicial. Ao contrário: a incidência de correção monetária faz transparecer, de forma mais viva, justa e equânime, a igualdade de todos os créditos perante a empresa liquidanda, além de impedir o enriquecimento sem causa do devedor em detrimento dos credores.

Prefaciais de não cabimento rejeitadas.

Segurança deferida.

VISTOS e relatados estes autos de MANDADO DE SEGURANÇA, em que é Impetrante OVIDIO BARCELLOS FRIZZO.

"Apontando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Dr. Juiz-Presidente da 6.^a JC) da Capital, o requerente impetra mandado de segurança pretendendo ver assegurado o direito de reserva de seu crédito trabalhista, negado pelo indeferimento da cautelar que visava ao depósito em poupança do valor estimado daquele.

Sustenta que o direito de reserva é assegurado nos casos de liquidação extrajudicial, hipótese de sua ex-empregadora, inclusive para aqueles que demandarem quantia ilíquida. Diz que se a reserva não lhe for assegurada, sofrerá prejuízo irreparável, visto que a lei determina cessem de correr juros e correção monetária nas liquidações extrajudiciais, corroendo inexoravelmente os créditos trabalhistas. Sa-

lienta que a medida não tem nenhum inconveniente, protege ambas as partes até a decisão final da reclamatória, pois o dinheiro ficará depositado à ordem do juiz competente para a execução.

A liminar é concedida e as informações são prestadas pela autoridade dita coatora. O litisconsorte passivo, citado, contesta, o pedido e pede revogação da liminar concedida, o que é indeferido. Impetrante e litisconsorte juntam documentos.

O Ministério Público opina pelo conhecimento do mandado, acolhimento das prefaciais argüidas na resposta do litisconsorte e, no mérito, pela denegação do pedido.

Após lançado o Relatório de fls. 216/7, ajuíza o litisconsorte passivo petição (fls. 221/9) em que pede o levantamento do depósito ordenado pelo despacho que deferiu a liminar, sob o fundamento de que o impetrante, ultrapassado o prazo previsto no art. 806 do CPC, não ajuizara ainda a ação principal. Junta, para comprovar sua assertiva, certidão passada pela Secretaria da MM. 6.^a JCI de Porto Alegre.

O impetrante, à sua vez, ingressa com a petição de fls. 233/6, à qual também junta certidão passada pelo MM. Juízo de execução (fl. 237), além de documento comprobatório de que o agravo de instrumento fora indeferido no STF (fl. 238).

Ambas as petições são, por despacho do Relator (fl. 231 e fl. 239), remetidas para apreciação e julgamento nesta sessão."

É o relatório aprovado em sessão.

ISTO POSTO:

1. *Preliminarmente. Do cabimento do mandado de segurança.* 1. Na contestação do litisconsorte passivo (fls. 140 e ss.), são levantadas algumas questões prefaciais que inibiriam o conhecimento ou o cabimento da segurança. Uma diz com a própria natureza da liquidação extrajudicial a que foi submetida a contestante. Outra diz com a situação processual da reclamatória movida pelo impetrante, que não teria ainda transitado em julgado.

2. A primeira das questões suscitadas encontra resposta no Decreto-Lei n.º 2278, editado em 19 de novembro de 1985, posteriormente, portanto, ao ajuizamento do "mandamus". Esse Decreto-Lei, alterando legislação anterior e, especialmente, o Enunciado n.º 185 da Súmula de Jurisprudência Uniforme do Egrégio TST, determina, em seu art. 1.º, a incidência de "correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades a que se aplica a Lei n.º 6024, de 13 de março de 1974, submetidas a regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência".

3. Nos "considerandos" que servem de justificativa àquele Decreto-Lei, se reconhece expressamente "que o regime legal de intervenção, liquidação extrajudicial e falência das instituições financeiras trouxe lesões profundas à poupança e investimentos populares, deixando-os sem correção monetária". Mais. Proclama-se que os processos de liquidação dessas entidades se arrastam durante anos, "com a conseqüente valorização dos ativos em detrimento dos credores, e, em alguns casos, com evidente enriquecimento ilícito dos devedores" e que a ausência de correção monetária deixa "a poupança popular e os créditos privados sem expressa proteção, ferindo, assim, o princípio constitucional da isonomia".

4. Pelo que consta no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 2278/85, vê-se claramente o quanto estava dissociada da realidade social a afirmação, feita na defesa (fls. 141/2), de que o escopo precípua da liquidação extrajudicial seria o de tutelar o interesse público. Parecer, aliás, da Consultoria Geral da República aprovado pelo Presidente da República em 18 de dezembro de 1985 — um mês após a promulgação do Decreto-Lei n.º 2278 — timbra pela mesma severidade. "A correção monetária — diz o Parecer — é mera atualização do valor da moeda. Nenhuma razão de ordem jurídica, ética ou social justifica que instituições financeiras em quebra deixem de ter atualizados os seus débitos, mediante a simples correção

monetária, enquanto seus ativos são valorizados, e quando a sociedade inteira, direta ou indiretamente, está sujeita a ela. Isto geraria um enriquecimento indevido, e o que é mais, em desfavor de serviço público marcadamente social em suas finalidades" (DOU de 20-12-85, Seção 1, pág. 18744).

5. A segunda questão levantada pelo litisconsorte passivo — ausência de direito líquido e certo, por se encontrar a ação reclamatória ainda pendente de julgamento de agravo de instrumento pelo STF — já fora rechaçada pelo despacho de fls. 194 e seguintes. Aí se afirmou que o deferimento da liminar "se fundou, não na existência de direito líquido e certo, mas na hipótese de que, vencedor o Impetrante na ação trabalhista que move contra a Reclamada, sofrerá dano de reparação impossível, caso em que, segundo iterativa jurisprudência do STF, cabível é o mandado de segurança (RTJ 70/504, 72/743, 81/879, 84/1071, 89/159, 91/181 e 95/339)" — fl. 194, item 1. O dano de difícil ou impossível reparação estava consubstanciado no fato de que, à época da impetração, predominava na Justiça do Trabalho o entedimento segundo o qual, "aplicada a Lei n.º 6024/74, fica suspensa a incidência de juros e correção monetária nas liquidações de empresas sob intervenção do Banco Central" (Enunciado n.º 105 do TST).

6. Mais adiante, antecipando-se de certo modo ao Decreto-Lei n.º 2278/85, e sensível a aluvião jurisprudencial que se vinha formando nesse mesmo sentido, afirmava o despacho de fls. 194/8: "De acerto e justiça discutíveis é a norma (art. 18, letras "d" e "f", da Lei n.º 6024/74) que determina a não incidência de juros e correção monetária (especialmente desta) em débitos de empresas submetidas ao regime de liquidação extrajudicial. Fácil é supor a vertiginosa depreciação do crédito originariamente reconhecido se sua execução definitiva vier a ocorrer somente daqui a, por exemplo, dois ou cinco anos. Direito sem dúvida líquido e certo teria o Impetrante de receber seu crédito — não importa em que montante — com juros e correção monetária até a data em que foi decretada a intervenção na Reclamada. Pois bem: o direito de reserva, previsto no art. 27 da Lei n.º 6024/74 e garantido pelo despacho que deferiu a liminar, visa a proteger o crédito do Reclamante existente, antes da intervenção, dos efeitos da inflação. Fosse para proteger o mesmo crédito depois do decreto de intervenção, o despacho seria manifestamente ilegal (fls. 194/5, item 2).

7. A doutrina — lembra o Min. Xavier de Albuquerque, no julgamento do RE n.º 76909 —, na consideração do problema do cabimento do mandado de segurança contra atos judiciais, mostra-se ante de tudo dividida. Alguns especialistas propugnam-lhe a admissibilidade apenas quando os atos atacados são de natureza tipicamente administrativa. Outros a consentem menos restritivamente, mas nos termos literais em que rege o problema o art. 5.º, inciso II, da Lei n.º 1533/51, cuja ampliação desaconselham. Outros, finalmente, ampliam a admissibilidade e a propugnam desde que, ao recurso cabível do ato que se quer atacar, falte o efeito suspensivo. O Supremo Tribunal Federal tem-se orientado no sentido dessa última hipótese, especialmente quando do ato judicial impugnado resulte dano de reparação impossível.

8. Entre os vários precedentes do STF, cita-se, por sua clareza, o acórdão proferido no RE n.º 84181 (RTJ 81/879), de que foi Relator o Min. Antonio Neder. Aí se diz que "a ação de segurança não pode transformar-se num sucedâneo do recurso adequado previsto em lei, porquanto tal liberalização subverte a ordem jurídico-processual e produz resultados prejudiciais à Justiça; mas também não deve negar-se a permissibilidade da segurança para se corrigir o ato judicial que, produtivo de um prejuízo manifesto e irreparável, seja corrigível tão-só pelo recurso devolutivo, isto é, por meio de impugnação que, por ser demorada, não impede se concretize aquele dano real. (...) A interpretação ampliadora da questionada regra tem base no desenvolvimento natural e racional do seu próprio texto, é consequência logicamente necessária do seu teor, e por isto a ele pertinente, porquanto não é admissível que o legislador, esquecendo a "natura rei", tenha proibido a segurança contra ato jurisdicional causante de um dano irreparável até mesmo se for contestado mediante recurso devolutivo previsto em lei, pois então

ele estaria a esquecer-se da garantia constitucional outorgada pelo art. 121, § 24, da Constituição de 1946, vigente ao tempo em que foi editada a Lei n.º 1533/51, garantia essa concedida nos mesmos termos, pelo art. 153, § 21, da vigente Carta Política" (RTJ 81/884).

9. Nem faltou, para apolo da tese sustentada, afora outros julgados do mesmo STF, a autoridade de Pontes de Miranda, "verbis": "Explicitamente, diz o art. 5.º, II, da Lei n.º 1533, que só se pré-exclui a pretensão do mandado de segurança se há a via recursal, ou a via correcional, pela qual se possa obter a modificação do despacho judicial, ou da decisão judicial. A modificação conseguível há de ser tal que, com a decisão judicial em grau de recurso, ou em correição, sendo favorável, se afaste a inquietação ao direito certo e líquido. Se há a via recursal ou cabe a correição, mas decisão do corpo julgador do recurso, ou do corregedor, não poderia eliminar a ofensa, ou retirar a ameaça, o art. 5.º, II, não incide e é intentável a ação de mandado de segurança" (Ibid.).

10. São incontestáveis os precedentes do STF no sentido de que, não obstante a Súmula n.º 267, cujo rigor o mesmo STF vem abrandando, cabe mandado de segurança contra decisão judicial desde que do ato impugnado resulte para o impetrante dano iminente de difícil ou impossível reparação. Sem pretensão a um levantamento exaustivo, arrolam-se, pela ordem cronológica, as decisões proferidas nos recursos extraordinários n.ºs 68793 (RT 521/270), 65049 (RTJ 54/681), 73349 (RTJ 63/490), 76909 (RTJ 70/504), 69974 (RTJ 72/743), 84181 (RTJ 81/879), 88076 (RTJ 84/1071), 83904 (RTJ 89/159), 85355 (RTJ 91/181) e 90653 (RTJ 95/339).

11. No despacho que concedeu a liminar (fls. 113/9) como naquele que a confirmou (fls. 194/8) deu-se ênfase, é verdade, à irreparabilidade do dano que, da não concessão da liminar, adviria para o impetrante. Mas também se afirmou, de forma clara e incisiva, a existência de direito líquido e certo que tinha o impetrante de receber seu crédito, pouco importando o montante, "com juros e correção monetária até a data em que foi decretada a intervenção da Reclamada" (fl. 194, item 2). Isso sem descartar o direito de reserva, previsto no art. 130 da Lei de Falências e aplicável às liquidações extrajudiciais, por força dos arts. 27 e 34 da Lei n.º 6024/74.

12. O direito de reserva que o impetrante buscou obter através da ação cautelar é também direito líquido e certo que, preterido liminarmente pelos despachos de fl. 90 e de fl. 94, deu azo a que o autor buscasse, na segurança impetrada, o direito que lhe fora recusado na ação cautelar. Ainda aqui se evidencia, de forma flagrante, o dano real e manifesto do impetrante, posto que seu crédito ficaria, não fosse a liminar deferida no mandado de segurança, à mercê da corrosão inflacionária.

13. Tem-se, assim, com base especialmente nos precedentes do STF antes mencionados, como cabível a ação de mandado de segurança contra ato que indefere liminarmente pretensão deduzida em ação cautelar, presentes os pressupostos do "fumus boni juris" e do "periculum in mora", especialmente quando, do não deferimento liminar da ação, sobrevém para o impetrante dano de reparação incerta ou impossível.

14. As questões prefaciais argüidas pelo litisconsorte passivo estão indissociavelmente ligadas ao mérito, visto que dizem respeito à alegada impossibilidade jurídica do mandado de segurança. Sinale-se, por outro lado, que o litisconsorte sequer sustenta que as prefaciais suscitadas prejudicariam o julgamento do mérito da causa, que com elas aliás se confunde e com elas deverá, necessariamente, ser julgado. Não foi por outra razão que o despacho concessivo da liminar asseverou: "Poder-se-á dizer, sem risco de erro, que o deferimento da liminar implica absorção e prejulgamento, no mérito, da ação cautelar e, até, do próprio "mandamus" (fl. 117, item 10).

15. Por fim, pelo conhecimento e cabimento da segurança pronuncia-se também a ilustrada Procuradoria Regional do Trabalho, "verbis": "A segurança proposta pelo Impetrante decorre de decisão terminativa ou indeferitória proferida em medida cautelar inominada, e, considerando-se o entendimento majoritário da

Jurisprudência dos Tribunais do Trabalho, é de ser conhecido o mandado impetrado, importando salientar que, contra o R. despacho indeferitório da cautelar, não cabem recursos previstos da sistemática processual do trabalho" (fls. 210/1).

16. Rejeitam-se, assim, as prefaciais argüidas pelo litisconsorte passivo, entendendo-se cabível a segurança impetrada.

II. *Da alegada nulidade da liminar concedida decorrente da nulidade do ato judicial objetivo da segurança.* 1. Nas fls. 20/6, após aduzir sua defesa, argüi o litisconsorte passivo a nulidade da liminar deferida baseado no fato de que o ato judicial contra o qual a segurança foi impetrada é nulo. Isso porque, ao invés de a ação cautelar ter sido apreciada liminarmente pela Junta, como órgão colegiado, o foi apenas pela Juíza-Presidente (fl. 90 e fl. 94).

2. Tem-se, porém, que eventual nulidade do ato judicial objeto da segurança impetrada não pode prejudicar o impetrante e, muito menos, retirar a eficácia da liminar concedida no mandado. Trata-se de ações judiciais distintas, objeto cada uma delas de decisões também distintas e, sobretudo, autônomas, quanto à sua eficácia.

3. Sinala-se que nem o impetrante, autor da ação cautelar, nem o litisconsorte passivo, réu na mesma ação, manifestaram, "oportuno tempore", qualquer contrariedade à forma como foi decidida liminarmente a ação cautelar. Não só isso. Intimado (fl. 217) do despacho que indeferiu o pedido de fls 205/6, deixou o litisconsorte passivo de lançar no processo protesto antipreclusivo contra tal indeferimento. Nem na petição de fls. 218 nem na de fls. 221 e seguintes, juntadas posteriormente, houve qualquer manifestação a respeito. Daí por que, nos termos do art. 795 da CLT, não caberia mais falar em nulidade do despacho que concedeu a liminar.

4. De resto, em que pese o precedente jurisprudencial juntado na fl. 207, é no mínimo controvertida a tese aí adotada, frente ao disposto no art. 804 do CPC. Cabe lembrar, além disso, que a ação cautelar não estaria "embutida em processo de conhecimento", como refere o precedente trazido a confronto (fl. 207); antes diria respeito à execução e à liquidação, provisória, embora, de sentença, hipótese em que "funciona apenas o Presidente" (CLT, art. 649, § 2.º).

III. *De pedido de levantamento do depósito por haver expirado o prazo de eficácia da medida liminar.* 1. Nas fls. 221/9 pede o litisconsorte passivo o levantamento do depósito ordenado no despacho liminar do mandado de segurança, sob o fundamento de que, expirado o prazo do art. 806 do CPC, não ajuizou o impetrante a ação principal, "no caso a ação de liquidação de sentença, como ato preparatório da execução do 'quantum' apurado" (fl. 227, item 18).

2. A petição do litisconsorte passivo foi produzida em 03 de fevereiro de 1986. Pela certidão de fl. 237, juntada pelo impetrante com a petição de fls. 233/6, vê-se que os autos da reclamatória trabalhista chegaram ao juízo de liquidação, provenientes do TST, em 11 de dezembro de 1985. Pela mesma certidão, verifica-se que a 07-01-86 requereu o impetrante a liquidação de sentença através de laudo contábil. Sobre o laudo, ainda de acordo com aquela certidão, manifestaram-se o impetrante e o próprio litisconsorte passivo, "esclarecendo que este, a 04 de fevereiro de 1986, havia solicitado prorrogação de prazo, o que foi deferido pela Juíza-Presidente" (certidão, fl. 237).

3. É muito provável, então, que ao produzir a petição de fls. 221/9 tinha o litisconsorte passivo conhecimento de que a ação de liquidação já estava iniciada. Sinala-se, ademais, que a ação cautelar tem natureza preventiva (fl. 14, item 10), pelo que não estaria o impetrante obrigado, para manter a eficácia da liminar que lhe foi concedida, a ajuizar a ação principal no prazo previsto no art. 806. Além de preventiva, tem a ação cautelar natureza incidental em relação à reclamatória já proposta, que se encontrava, à época, em curso no TST.

IV. *Mérito.* 1. O direito de reserva que o impetrante buscou assegurar através da ação cautelar é, sem dúvida, direito líquido e certo do credor, mesmo quirografário, contra o devedor falido (Lei de Falências, art. 130). Esse direito se estende também às liquidações extrajudiciais, por expressa determinação dos arts. 27 e 34 da Lei n.º 7024, de 13-03-74.

2. A partir de 08 de fevereiro de 1985, data em que foi decretada a liquidação extrajudicial do litisconsorte passivo (fl. 156), o crédito trabalhista reconhecido até então ao impetrante "passou a deteriorar-se rapidamente em decorrência do processo inflacionário, com prejuízos de impossível reparação, tanto maiores quanto maior for o retardamento da execução trabalhista" (inicial da ação cautelar, fl. 11, item 11). Mesmo assim, entendeu o MM. Juízo da execução de indeferir liminarmente a ação cautelar, o que ensejou a impetração da segurança.

3. Fundamental, para a noção de dano irreparável, é que se tenha presente — repita-se uma vez mais — que, à época do ajuizamento da cautelar e da Impetração da segurança, estava cristalizado, na Justiça do Trabalho, o entendimento de que, "aplicada a Lei n.º 6024/74, fica suspensa a incidência de juros e correção monetária nas liquidações de empresas sob intervenção do Banco Central" (Enunciado n.º 185 do TST). Em consequência, ao invés de uma correção, verificar-se-ia uma verdadeira erosão monetária no crédito trabalhista reconhecido judicialmente ao Impetrante, como assinalado no despacho de fls. 113/19, item 5.

Ainda mais acentuada se torna a noção de dano irreparável quando se nota que, passado um ano do decreto de intervenção — vencidos, por conseguinte, todos os prazos fixados no art. 4.º da Lei n.º 6024/74 —, o processo de liquidação não foi ainda ultimado.

4. A atual norma legal — Decreto-Lei n.º 2278/85 —, determinando a incidência de correção monetária, porque posterior ao ajuizamento da cautelar, não altera o julgamento do mandado de segurança, visto que sempre poderá haver discussão a respeito de sua eficácia temporal, se de efeito retroativo ou se de efeito a partir da data de sua vigência.

5. É nosso entendimento, porém, que, mesmo antes do Decreto-Lei n.º 2278, de 19 de novembro de 1985, por força do disposto na Lei n.º 6899, de 08 de abril de 1981, "sobre qualquer débito resultante de decisão judicial" (a expressão é do art. 1.º da Lei n.º 6899/81) deverá incidir a correção monetária. E o art. 3.º da Lei n.º 6899/81 dispõe que a correção monetária aplica-se "a todas as causas pendentes de julgamento". A Lei n.º 6899/81 derogou, aliás, a parte final do § 2.º do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 75/66, que mandava cessar a incidência de correção a partir da data do deferimento do pedido de falência, à qual se equipara, por expressa disposição do art. 34 da Lei n.º 7024/74, a liquidação extrajudicial de empresas financeiras.

6. Esse entendimento nem de longe atenta contra o princípio da "par conditio creditorum" a que, pelo regime da Lei n.º 6024/74, estão submetidas as instituições financeiras. Pelo contrário. A incidência de correção monetária faz transparecer, de forma mais viva, justa e equânime, a igualdade de todos os créditos perante a empresa liquidanda, além de impedir o enriquecimento sem causa do devedor em detrimento dos credores. Nem se trata da aplicação do princípio de natureza privada "*potius in tempore, prius in jure*", que implicaria dar a alguns o todo ao invés de repartir o pouco entre muitos.

7. Como acentuado em notável voto do Min. Soares Muñoz (no julgamento do RE 100108 (lex, n.º 67, pp. 140 e ss.), "a extensão da Lei n.º 6899/81 à falência e à concordata, ao invés de contrariar o princípio da "par conditio creditorum", veio revigorá-lo pondo fim à desigualdade entre os credores, que as leis permissivas da correção monetária vinham acarretando". E prossegue o ilustre Ministro: "A eventualidade de o produto da venda dos bens do falido não bastar ao pagamento de suas dívidas não constitui óbice invencível à correção monetária nas hipóteses em que não se verificar saldo positivo entre o ativo e o passivo, uma vez que, se não há dinheiro para pagar a dívida, tampouco haverá para ser corrigido no seu valor".

8. Aliás, em caso de ilícito contratual, a Suprema Corte, mesmo antes do advento da Lei n.º 6899/81, entendeu devida a correção monetária, como se pode ver do julgamento do RE n.º 92780 (RTJ 96/444), de que foi relator o Min. Leitão de Abreu. "Verdade é — acentua em memorável voto vencido o Min. Oscar Corrêa (lex, n.º 62, pp. 200 e ss.) — que a necessidade de atualizar as prestações,

mantendo-lhes a identidade, em padrão monetário estável, acabou por ampliar a correção, que se estendeu, sobretudo, por obra da jurisprudência desta Corte, estimulada pelos estudos doutrinários, a inúmeras outras obrigações". E, mais adiante: "Esta construção jurisprudencial, pode dizer-se, é das mais importantes a que este Egrégio Tribunal se lançou, porque evitou que, pela defasagem das normas legais vigentes, se ampliasse, como regra, o enriquecimento sem causa de uns, em desfavor de outros, o que, por certo, agravaria as causas de tensão social, já presentes, de modo tão dramático, em nossa realidade social". Note-se que esse voto foi proferido em 04 de outubro de 1983, quando os índices da inflação brasileira, embora elevados, não haviam ainda atingidos os patamares de hoje.

9. A tese defendida no voto vencido do Min. Oscar Corrêa tornou-se, no entanto, vitoriosa no julgamento dos Recursos Extraordinários n.ºs 92187-7 e 100108-9 (lex, n.ºs 48 e 67, pp. 85 e ss. e 140 e ss., respectivamente). A mesma tese prevalecera anteriormente perante a Suprema Corte no julgamento do RE n.º 93416-2, relatado pelo Min. Décio Miranda (RT-554, pp. 266 e ss.). Lê-se neste último acórdão: "No tocante à correção monetária, é bem de ver que, tendo resultado a condenação de disposição legal que visa ao restabelecimento de valores ativos da massa, no pressuposto de assim poderem atender ao respectivo passivo, todo ele indexado por normas de atualização de seu valor, *em se tratando de empresa financeira, a imposição de correção monetária está duplamente justificada: por se cuidar de dívida de valor e por decorrer da condenação da prática, contra o patrimônio social, de atos a que a lei atribui caráter de ilicitude*" (grifou-se).

10. Guarda, porém, maior similitude com o depósito judicial determinado no despacho que concedeu a liminar no mandado de segurança ora sob julgamento a ementa lançada no RE n.º 92187-7 (lex, n.º 48, p. 85), verbis: "O depósito das importâncias devidas, feito em garantia, ainda que não constitua pagamento, retira do poder de disposição do devedor as quantias depositadas que, à ordem do juízo, passam ao domínio do credor, tão logo fixado e reconhecido o crédito. *Cabe-lhe, pois, a correção monetária do depósito*" (grifou-se).

11. Da fundamentação do acórdão que julgou o RE n.º 92187-7, destaca-se o seguinte trecho: "Frise-se, demais disso, que a admissão ampla da correção monetária não importou em favorecimento do credor em detrimento do devedor; apenas tentou obviar que este se locupletasse de circunstância alheia ao seu governo e controle, e atualizando (grifo do original) as obrigações — como possível e dentro dos parâmetros que o próprio Poder Público estabeleceu — quase sempre inferiores à real desvalorização monetária" (lex, n.º 48, pp. 87/8).

12. Por derradeiro, do acórdão que julgou o RE n.º 100108-9, vale a pena destacar estes excertos: "Não vemos, 'data venia', porque se penalizem os créditos falimentares, recusando-lhes correção e submetendo-os ao regime desvantajoso da longa, longuíssima espera dos processos em que jazem, até que, devastados nas fracas percentagens nominais em que são saldados, ainda mais são corrompidos pela inflação aberta que nos avassala". E logo mais adiante: "Não é só. Principalmente nas falências, em que do ativo constem bens imóveis, ou mesmo certos valores mobiliários, a inflação os valoriza sobremaneira. E a permanecerem os créditos habilitados no seu montante original, a consequência será o enriquecimento do falido à custa dos credores" (lex, n.º 67, p. 69).

13. Nessa linha de raciocínio, talvez fosse conveniente acrescentar — embora não necessariamente relacionado com a causa — o argumento de que o juiz não está adstrito à fria literalidade da lei, mas antes terá de distribuir Justiça, buscando o justo e o equânime. Ajustam-se por inteiro à decisão proferida neste mandado de segurança estas judiciosas observações: "Com a sentença proferida no mandado de segurança, o juiz não fica adstrito ao plano lógico, senão que *transforma a realidade*, promovendo, como decorrência de uma virtualidade iminente à própria demanda, uma execução especial que, independentemente da propositura de uma nova ação executória, opera uma modificação na realidade" (...). "Nessa perspectiva, a nota peculiar à sentença mandamental reside na circunstância de conter a respectiva demanda, de que ela é consequência, uma virtualidade espe-

cial para, por si só e independente de uma futura demanda, *realizar transformações no mundo exterior, no mundo dos fatos*" (In "Setença e Coisa Julgada", de Ovídio A. Baptista da Silva, Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 1979, pp. 81 e 87 — grifos existentes no original).

14. À vista do exposto, entende-se cabível a segurança impetrada, confirmando-se, no mérito, o despacho liminar que ordenou o depósito, em conta que renda juros e correção monetária, do valor de Cr\$ 7.079.481.200 (sete bilhões, setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e duzentos cruzeiros), realizado, segundo informa o ofício de fl. 202, na data de 25 de agosto de 1985.

15. As custas, calculadas sobre Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), valor dado à causa na inicial (fl. 7), deverão ser suportadas pela Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A (em liquidação extrajudicial) que, na qualidade de litisconsorte passivo, contestou a ação.

Pelo exposto,

ACORDAM os Juízes do 2.^o Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

Preliminarmente, por unanimidade de votos, EM CONCEDER O PRAZO DE QUINZE MINUTOS PARA CADA SUSTENTAÇÃO ORAL, POR PROPOSIÇÃO DO EXMO. JUIZ RELATOR.

Por maioria de votos, ainda preliminarmente, EM ENTENDER CABÍVEL A SEGURANÇA IMPETRADA, vencidos os Exmos. Juízes Revisor e Osmar Lanz.

No mérito, por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juízes Revisor e Osmar Lanz, EM ACOLHER A MEDIDA INTENTADA, CONFIRMANDO O DESPACHO LIMINAR QUE ORDENOU O DEPÓSITO, EM CONTA QUE RENDA JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, DO VALOR DE Cr\$ 7.079.481.200 (sete bilhões, setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e duzentos cruzeiros), JÁ REALIZADO EM 23 DE AGOSTO DE 1985, CONFORME INFORMA O OFÍCIO DE FL. 202 DOS AUTOS.

Custas sobre o valor de Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), atribuído à causa na inicial, por Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, em liquidação extrajudicial, que contestou a ação.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 1986.

Fernando Antonio P. Barata Silva — Juiz no exercício da Presidência
Mário Somensi — Relator

Voto vencido do Exmo. Juiz Revisor José Fernando Ehlers de Moura:

EMENTA: A existência de direito líquido e certo constitui pressuposto processual da ação de mandado de segurança. Ausência de direito líquido e certo à obtenção de medida liminar em cautelar denominada sem audiência do réu.

Os pressupostos de cabimento do mandado de segurança estão na Constituição (artigo 153, parágrafo 21) e na Lei n.º 1533 de 31-12-51. Como nota Agrícola Barbi em sua conhecida tese de cátedra, "enquanto, para as ações em geral, a primeira condição para sentença favorável é a existência da vontade da lei cuja atuação se reclama, no mandado de segurança isto é insuficiente; é preciso não apenas que haja o direito alegado, mas também que ele seja líquido e certo. Se ele existir, mas sem essas características, ensejará o exercício da ação por outros ritos, mas não pelo específico do mandado de segurança. A nosso ver, qualquer tentativa de sistematização do mandado de segurança tem de partir, obrigatoriamente, da definição do que seja *direito líquido e certo*. Estando esta expressão na Constituição Federal, a ela estarão sujeitos o legislador e o doutrinador, sob pena de fazerem trabalho irreal, afastado do direito brasileiro, onde surgiu aquela expressão no direito público" (Barbi, Celso Agrícola. *Do Mandado de Segurança*. Rio. Forense.

1977. p. 77). Castro Nunes incluiu como dado para solução do problema também a "ilegalidade" do ato impugnado. Não se esqueça ainda a ocorrência de "abuso de poder", pressuposto previsto também na Constituição e na Lei 1533/51. Todavia, o "abuso de poder", na expressão de Seabra Fagundes, é espécie do gênero "ilegalidade". "Direito líquido e certo", disse-o o Min. Coqueijo Costa em Acórdão do Pleno do TST, "é o direito translúcido, evidente, acima da toda dúvida razoável, apurável de plano, sem detido exame nem laboriosas cogitações" (Ac. TST Pleno 2328/78, RO. MS-301/78, DJU de 11-12-78). Se surge a seu respeito qualquer controvérsia, quer de interpretação, quer de aplicação, já não pode constituir fundamento para a impetração de mandado de segurança, afirma Alfredo Buzaid. "Desde que o direito é certo e líquido", salienta Pontes de Miranda, "o mandado de segurança cabe. Líquido está aí por apurado, mas só se pôs aquele adjetivo, para que se saiba melhor o que se teve de dizer" (Pontes de Miranda. "Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n.º 1 de 1969". São Paulo. Revista dos Tribunais. 1971.5 p. 359). "Sendo líquido direito, o tribunal não o julga, porque nada se lhe antolha a julgar: apenas o declara incidentemente" (idem, obra citada.) "Mas que se há de entender por *liquidez*? Abramos o dicionário de J. J. C. Perelra e Sousa; e lá encontraremos a seguinte definição jurídica que vale por uma dissertação: 'líquido é o que consta ao certo'. Nem mais uma palavra" (idem, obra citada, p. 360)". O direito existe, ou não existe; mas, existindo, pode depender de provas em dilações, e então é incerto e talvez ilíquido (idem, obra citada, p. 363). "Se a questão é só *quaestio juris* e a resposta é a favor do interessado, pode ele alegar a certeza do direito. Ainda aí, se a resposta à questão de direito enuncia que o direito é certo mas ilíquido, aberta está a porta para a *quaestio facti*, razão suficiente para que se não possa pensar no exercício da ação de mandado de segurança. Há a satisfação do pressuposto de certeza, e não há a satisfação do pressuposto da liquidez" (idem, obra citada, p. 366).

"A sentença desfavorável, na ação de mandado de segurança, declara, mas, se a decisão se fundou em que não havia certeza e liquidez, não há sentença sobre o mérito, mas sim sentença de inadmissibilidade da pretensão processual. O autor tinha a pretensão à tutela jurídica, exerceu-a, mas a pretensão processual não foi de admitir-se, porque são pressupostos da admissibilidade do remédio jurídico processual a certeza e a liquidez são pressupostos processuais" (idem, obra citada, p. 367).

Qual o direito líquido e certo do Impetrante, violado pela decisão da Juíza de 1.º Grau? Segundo o Impetrante e o nobre Juiz Relator, teria sido a denegação de liminar "inaudita altera pars" no pleito de medida cautelar inominada, que buscava a reserva da importância líquida de Cr\$ 7.079.481.200, mas não apenas a reserva, como ainda a retirada dessa importância do domínio e da disponibilidade da empresa em liquidação extrajudicial e seu depósito em caderneta de poupança. Por que estaria o Juízo compelido a conceder tal liminar sem ouvir o liquidante da empresa reclamada? Como chegou o requerente ao valor líquido de Cr\$ 7.079.481.200? Como, se o processo em que postulava o seu direito pendia de recurso e careceria de liquidação, caso procedente? Como privar a massa em liquidação dessa vultosa importância, quicá necessária para saldar compromissos vencidos e inadiáveis, quais sejam água, luz ou salários de empregados, sem sequer ouvir-se o administrador, o liquidante? "Data venia", não há direito nem líquido nem certo a tanto. Saliente-se, não há coisa julgada que atribua tal valor ao impetrante. Note-se que na inicial da ação principal, pendente de recurso, pleiteou o ora impetrante honorários profissionais de advogado e seus reflexos a serem apurados por arbitramento, também do árbitro advogado (fls. 15/18), enquanto que a importância de Cr\$ 7.079.481.200 teria sido apontada por perito contador.

A decisão impugnada, escudada em boa e sadia doutrina, indeferiu a liminar da cautelar após ato de apreciação e julgamento através do qual entendeu não estarem presentes os pressupostos de incidência do artigo do CPC. "Data venia" dos que pensam de modo contrário, a decisão de fl. 90 é lisa e incensurável, não implicando qualquer ilegalidade ou abuso de poder, só o que poderia ensejar

mandado de segurança, caso violasse direito líquido e certo. Na verdade, não vislumbro nem direito líquido nem direito certo do impetrante, nem ilegalidade nem abuso de poder na decisão atacada. "Data venia" do eminente Relator, o "fumus boni juris" ou o "periculum in mora" ou ainda a possibilidade de dano de reparação impossível não constituem pressupostos da concessão de mandado de segurança, mas de medida cautelar.

A decisão denegatória da liminar desta, contra a qual se volta o impetrante — ousou afirmar — bem aplicou o artigo 804 do CPC. Diz este "é lícito ao juiz conceder liminarmente ou após jurisdição prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz..." Portanto, o deferimento da liminar sem a ouvida do réu não poderá constituir jamais dever legal do juiz, mas mera faculdade, cujo exercício a lei deixa ao seu prudente arbítrio. O fundamento do mandado em exame nega essa faculdade ao juiz e pressupõe ter este dever legal de expropriar a massa em liquidação do valor arbitrado pelo impetrante sem sequer ser ouvido o liquidante, o que não tem amparo na lei. Acresce que o referido dispositivo legal condiciona a concessão da liminar "inaudita altera pars" à hipótese da possibilidade de tornar o réu ineficaz a medida, caso citado este antes do seu deferimento. Como poderia ser isso possível no caso em tela? Se o "mandamus" nega ao juiz o direito de sequer apreciar o cabimento da medida "in limine litis" que lhe propõe e do justificar sua denegação, não se pode fugir de apreciar no presente o cabimento da cautelar. Cautelar, cautela liminar para quê? Alega o impetrante na inicial que a reclamada na ação principal protelava a solução da lide e fraudava os objetivos da Justiça. Todavia, a demandada originária foi destituída da administração da empresa e substituída pelo liquidante nomeado pelo Banco Central, representante do Poder Público na esfera financeira. O liquidante "presenta" o Poder Público na entidade, enquanto que sua nomeação e a liquidação da empresa de crédito imobiliário visaram a afastar irregularidades e preservar os direitos dos credores.

O liquidante pauta sua atuação pela estrita observância da lei e não pode, nem lhe interessa, protelar lide judiciária ou fraudar os objetivos da Justiça. Daí por que a autoridade pública já cuidou da cautela necessária. Diante desta, a cautelar pretendida pelo impetrante se esvazia e perde o interesse jurídico. O Estado não protela, não fraudar, não age cavilosamente. Entretanto, o intento do impetrante ia além da simples proteção legal do seu direito. Pretendia ele, além da simples reserva do seu possível crédito, a apreensão de pecúnia antes de possuir título judicial exequente e sem o devido processo legal da liquidação. Se a lei de falências prevê a reserva pelo juiz das importâncias dos créditos a requerimento dos interessados (artigo 130), não autoriza, de outra parte, a expropriação antecipada dessas importâncias da massa falida. Se todos os possíveis credores utilizarem com êxito o caminho trilhado pelo impetrante, aniquilar-se-á cautela e a garantia do processo legal da liquidação extrajudicial e da falência e poderão satisfazer-se apenas os credores mais sôfregos em detrimento dos demais.

Na realidade, a cautelar ajuizada pelo impetrante importou penhora antecipada sem a constituição do título judicial e sem o processo legal da execução, o que afronta a lei.

Comungamos com Bueno Vidigal, Guilherme Estellita, Agrícola Barbi (obra acima citada), Adroaldo Furtado Fabrício e tantos outros, no entender de que somente os atos tipicamente administrativos praticados pela autoridade judiciária ensejam correção pela via do mandado de segurança. O ato do juiz que avalia a prudência, conveniência e pertinência da concessão de medida cautelar liminar, sem ouvir o réu, constitui ato de julgamento prévio e de plano, situado dentro da esfera de jurisdição que lhe compete, e não pode ser confundido com típico ato de administração.

Daí por que denego a segurança por incabível e lhe casso a liminar, determinando o levantamento do depósito pelo litisconsorte passivo.

(TRT-2613/85)

EMENTA: *Constitui lesão a direito líquido e certo a lavratura de auto de arrematação após a remição.*

VISTOS e relatados estes autos de MANDADO SE SEGURANÇA, em que é Impetrante CONSTRUTORA RABELLO S/A.

A Construtora Rabello S/A impetra mandado de segurança contra o despacho do Exmo. Juiz-Presidente da Junta de Cachoeira do Sul, que determinou a lavratura do auto de arrematação, após indeferir-lhe pedido de remição na execução da reclamatória que lhe move Antônio Carlos Vargas. Alega que remiu em tempo hábil, pagando o valor atualizado da condenação, assim como as custas, vendo repelida a pretensão por não haver pago tempestivamente o leiloeiro. Sustenta que tal fato não pode impedir a remição, salientando que o leiloeiro já foi pago. Pede liminarmente a sustação do ato que determinou a arrematação e a entrega dos bens ao arrematante.

Deferida a liminar e colhido o pronunciamento da autoridade dita coatora, opinou o Ministério Público pela concessão da medida, em parecer da lavra do Dr. Carlos Renato Goldschmidt.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Revelam os autos que, no dia imediato ao leilão, o impetrante efetuou remição, pagando o débito. Entendeu, contudo, o Juiz necessário também o pagamento dos honorários do leiloeiro que somente então arbitrou, e que foram igualmente pagos. Como este último pagamento não ocorreu, porém, no prazo de cinco dias que o Juiz fixara, decidiu ele indeferir a remição, no mesmo dia do pagamento. Mandou, contudo, lavrar o auto de arrematação, somente mais de mês após.

Contra tal determinação incidiu o mandado. Em tais circunstâncias, não dispunha o impetrante de nenhuma outra providência legal, capaz de impedir o ato dito atentatório aos seus direitos de remitente. A remição se processa pela simples manifestação de vontade, com o pagamento da dívida, juros, custas e honorários (art. 651 do CPC), antes da assinatura do auto de arrematação (art. 788). É meramente homologatória a manifestação do Juiz sobre a remição, como também sobre a arrematação. Daí porque se entende que sobre tais atos não há sentença recorrível, sendo eles passíveis de ação anulatória e não rescisória. Ainda que se entendesse cabível, contudo, o agravo de petição, previsto contra as decisões em execução, outra não seria a situação. Tal agravo não teria o efeito suspensivo indispensável para impedir, em tempo hábil, a lesão irreparável ao direito, com a alienação do bem já remido para terceiro.

Tem-se, por isso, cabível a segurança.

No mérito, compartilhamos do entendimento do ilustrado representante do Ministério Público, que preconiza a sua concessão, embora encaremos a questão sob outro ângulo. Salienta o Ilustre Procurador, em seu bem elaborado parecer, que não exige o art. 651 do CPC senão o pagamento do principal, custas, juros e honorários advocatícios, para efetivar-se a remição. Acentua que a comissão do leiloeiro não se enquadra nestas hipóteses, tendo origem, apenas, em remoto decreto de 1932. Parece-nos, data venia, que tanto o art. 651 como o art. 13 da Lei 5584, que refere o valor da condenação, visaram impedir que a remição se processasse apenas sobre o bem penhorado, exigindo o pagamento do valor total do débito em execução. Neste sentido manifesta-se Campos Batalha em seu Tratado de Direito Judiciário do Trabalho, na página 889 (Edição LTR., 1977). Temos como incluídas na execução todas as despesas do processo, inclusive os honorários (ou comissão) do leiloeiro, cuja remuneração não pode deixar de ser considerada despesa ou custa processual. A entender-se diversamente estar-se-ia procedendo apenas à remição do bem penhorado e não à remição da execução de que fala o tratadista citado.

De qualquer sorte, no caso dos autos, foi paga, como já se disse, a parcela devida ao leiloeiro, embora após o prazo que o juiz fixou para tal. Com a devida vênia, não podia o julgador estabelecer o prazo em questão, quando a lei autoriza a remição com o pagamento até a assinatura do autor de arrematação.

Podendo o executado remir até a assinatura do auto, tendo-o feito muito antes disso, tendo pago tudo o que lhe foi exigido também muito tempo antes, tinha direito líquido e certo a opor-se à lavratura do auto de arrematação. A determinação do juiz neste sentido, contra a qual incide o mandado, feriu-lhe este direito, autorizando, portanto, a concessão da segurança.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes do 1.º Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

POR ENTENDER CABÍVEL O MANDADO DE SEGURANÇA.

EM CONCEDER A SEGURANÇA IMPETRADA.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 11 de julho de 1985.

Francisco A. G. da Costa Netto — Juiz no exercício da Presidência

Paulo Maynard Rangel — Relator

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-6036/85)

EMENTA: Mandado de segurança. Decreto do imposto de renda na fonte referente aos magistrados. Inteligência do art. 32 e seu parágrafo único da Lei Complementar n.º 35 (LOMAN).

Os descontos ou retenções do imposto de renda na fonte não configuram violação a direito líquido e certo do magistrado.

VISTOS e relatados estes autos de MANDADO DE SEGURANÇA, em que é Impetrante RENATO GOMES FERREIRA.

Renato Gomes Ferreira impetra Mandado de Segurança contra a Superintendência da Receita Federal — 10.ª Região Fiscal e o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região. Visa o "mandamus" à cessação das retenções, antecipações ou reduções em seus vencimentos de magistrado, na fonte, para fins de imposto de renda, sem prejuízo do normal pagamento de tal tributo na época própria de cada exercício, mediante notificação de praxe da Recebedoria Federal.

Inicialmente foi o "writ" ajuizado na Justiça Federal deste Estado e, após a concessão de liminar determinando a suspensão das antecipações de imposto de renda deduzido dos vencimentos do impetrante, e prestadas as informações pela Superintendência Regional da Receita Federal e nas fls. 23/25 pelo então Presidente deste Tribunal, decidiu o Juiz Federal pela incompetência de sua seção judiciária, determinando a remessa dos autos para apreciação deste Regional, e a cassação da liminar concedida.

Distribuído o feito na forma regimental, este Relator, em despacho de fl. 57, indeferiu a liminar requerida. Encaminhados os autos à douta Procuradoria Regional, esta oficiou no sentido da denegação da segurança.

É o relatório.

ISTO POSTO:

O argumento basilar do impetrante é de que a Lei Complementar n.º 35 (LOMAN) ao prever descontos para fins previdenciários (parágrafo único do seu art. 32) excluiu a aplicação aos magistrados do Decreto 76.186/75, Livro III, que trata da Tributação na fonte. Assim, segundo afirma, quanto aos magistrados é inconstitucional o Decreto-Lei n.º 1814 de 1980, a Portaria Ministerial n.º 156/82 e a Instrução Normativa da Superintendência da Receita Federal n.º 055/82.

Deste raciocínio extrai o autor o entendimento de que as deduções antecipadas do Imposto de Renda, a título de retenção na fonte, que só em parte virá a ser objeto de tributação, fere não só a Lei Complementar n.º 035 (LOMAN), conforme já exposto, como ainda a própria Constituição Federal que garante aos magistrados a irredutibilidade de vencimentos.

É que, pela sistemática adotada, tais descontos mensais na fonte, com devolução futura de parcela substancial dos vencimentos pela Fazenda Pública, convertem, no dizer do autor, referidas deduções em verdadeiros empréstimos compulsórios, violando o princípio constitucional que veda a redução de vencimentos dos magistrados.

Esta é a violação ao direito líquido e certo mencionada no "writ".

Não assiste razão ao impetrante. Ocorre que a melhor exegese do art. 32 da LOMAN, repetindo a regra constitucional da irredutibilidade de vencimentos dos magistrados e sujeitos tais vencimentos aos impostos gerais, inclusive o de renda, ressalta o fato de que o legislador não distingue a forma ou sistemática de pagamento de tais impostos, seja na fonte, seja na declaração de rendimentos.

Assim é que se a técnica uniforme adotada para pagamento do imposto de renda é de deduções antecipadas com restituição futura de parcela cobrada antecipadamente a mais, isto não implica violação à Lei Complementar ou ao princípio Constitucional consagrado da irredutibilidade de vencimentos, a teor das normas legais aplicáveis. Primeiro, porque a regra incidente ao caso é a do "caput" do art. 32 da LOMAN, como dissemos, segundo, porque, ao submeter o legislador os vencimentos dos magistrados ao imposto de renda, obviamente o fez tendo em vista o critério geral de pagamento do referido imposto, ou seja, o sistema adotado pela legislação pátria. Fazer-se a distinção pretendida implicaria conferir ao magistrado um privilégio que o legislador não quis, que refoge à "mens legis".

Por outro lado, é o próprio impetrante quem reconhece haver devolução dos recolhimentos a mais, o que é feito, no entanto, com as correções adequadas à realidade social, econômica e financeira do país. Tal procedimento, por si só, não importa em redução de vencimentos.

Ademais, quando salientamos que não se aplica o parágrafo único do art. 32 à hipótese discutida, o fizemos levando em conta o fato de que aquela disposição refere-se aos descontos para fins previdenciários.

Leia-se o parágrafo único do mencionado artigo, considerando-se as regras de interpretação e a conclusão é cristalina.

Diz o parágrafo único:

"A irredutibilidade dos vencimentos dos Magistrados não impede os descontos fixados em lei, em base igual à estabelecida para os servidores públicos, para fins previdenciários" (Grifamos).

Não se pode concluir daí que os únicos descontos autorizados são os previdenciários. O legislador disse apenas que descontos previdenciários não implicam redução de vencimentos. Em outras palavras, o legislador submete o magistrado ao pagamento do imposto de renda, seja qual for a forma ou o sistema adotado pela Receita Federal, uma vez que não fez qualquer distinção, e no parágrafo único do artigo citado contempla a hipótese do desconto previdenciário, estabelecido em lei a todos os servidores públicos, dizendo que isto não viola o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Finalmente, o argumento do impetrante, segundo o qual o desconto na fonte representaria um verdadeiro empréstimo compulsório, à evidência, não tem sustentação jurídica. Ainda que, em face da sistemática constitucional, o empréstimo compulsório esteja equiparado aos tributos, não seria lícito concluir-se que a retenção do imposto de renda na fonte se confunda com o empréstimo compulsório. Este se caracteriza por sua transitoriedade e está sujeito, invariavelmente, a resgate, ao passo que o imposto de renda retido na fonte sujeita-se a simples compensação, a qual se faz entre o imposto arrecadado e o imposto a pagar. Restitui-se apenas aquilo que foi recolhido a mais, na oportunidade da percepção dos rendimentos, com a devida correção monetária.

Por todo o exposto, e mais pelo que dos autos consta, não vislumbramos qualquer lesão a direito líquido e certo do impetrante a ser protegido via "mandamus", razão pela qual denega-se a segurança.

Pelo exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, em sessão plena:

EM DENEGAR A SEGURANÇA IMPETRADA.

Custas pelo impetrante, calculadas sobre o valor atribuído à causa, de Cz\$ 31,32 (trinta e um cruzados e trinta e dois centavos).

Intime-se.

Porto Alegre, 30 de maio de 1986.

Alcina Tubino Ardaiz Surreaux — Presidente
Sileno Montenegro Barbosa — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-1757/86)

EMENTA: Mandado de segurança. Penhora de bens. Das decisões dos juízes, nas execuções, cabe agravo de petição (art. 897, alínea "a", da CLT), descabendo, portanto, o "mandamus".

VISTOS e relatados estes autos de MANDADO DE SEGURANÇA, em que é impetrante BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A.

Banco Brasileiro de Descontos S/A, impetra o presente mandado de segurança, invocando em seu favor o art. 153, § 21, da Constituição Federal e a Lei n.º 1533/51 e apontando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz-Presidente da 7.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, o qual, em execução promovida por Antonio Carlos Silveira Viegas, Luiz Thadeu Niffa e Marisa Viegas Gomes, considerou o impetrante sucessor do Ex-Banco Savena S/A e ordenou citação e penhora de seus bens. Afirma que nas reclamações promovidas pelos exequentes interveio a empresa Savena S/A — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na condição de sucessora do Banco Savena S/A, consoante documentação que junta, funcionando como sujeito passivo da relação processual, decorrendo sua legitimidade para a causa de ata de assembléia que aprovou a incorporação do Banco Savena S/A, em 16 de novembro de 1984. Invoca a aplicação do princípio da legalidade segundo o qual "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Assim, sustenta ser ilegal a constrição de seus bens, não sendo sucessor o impetrante do Banco Savena S/A, requerendo a concessão "in limine" do pedido de suspensão do cumprimento dos mandados de citação e penhora expedidos nas reclamações referidas, bem como que se conceda, por sentença e definitivamente o "writ" e se ordena à autoridade impetrada que se abstenha de praticar o ato impugnado.

É indeferido o pedido de concessão de liminar (fl. 185).

Peticiona nas fls. 187 e 188 o impetrante, pleiteando a reapreciação do pedido de liminar, sendo mantido o indeferimento (fl. 189).

Notificada, no prazo, a autoridade apontada como coatora presta informações (fls. 191 e 192), juntando documentos.

Nas fls. 219 e 220 oficia o órgão do Ministério Público do Trabalho, preconizando, prefacialmente, o não conhecimento do "mandamus" por incabível e, se conhecido, seu indeferimento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Preliminarmente. O impetrante, apontando como autoridade coatora o Sr. Juiz-Presidente da MM. 7.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, entende-se ilegalmente constrangido por ter sido determinada a citação e penhora

de seus bens em execução promovida por Antonio Carlos Silveira Viegas, Luiz Thadeu Niffa e Marisa Viegas Gomes, nos autos de reclamações promovidas contra Banco Savena S/A. Afirma que, ao contrário do entendimento esposado pela referida autoridade, o Banco impetrante não é sucessor do Banco Savena S/A, amparando sua alegação em ata de assembléia geral de Savena S/A. — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, realizada em 16 de novembro de 1984 (fls. 177 e seguintes), pela qual a referida empresa aprovou a incorporação do Banco Savena S/A.

Rebela-se, pois, o impetrante contra ato que determinou a citação e a penhora de seus bens, ao argumento de que não é sucessor do devedor Banco Savena S/A.

Ocorre, porém, que é previsto recurso próprio das decisões dos Juizes, nas execuções trabalhistas. Agravo de petição (art. 897, "a" da CLT), descabendo, portanto, mandado de segurança, nos termos do art. 5.º, inciso II, da Lei número 1533, de 31-12-51. Alega o impetrante que a Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal não pode ser aplicada, "in casu", "já que ninguém pode ser obrigado a consentir na penhora de seus bens para o posterior exercício do direito de defesa". Não obstante o valor de tal argumento, não se pode acolhê-lo, pois a citada Súmula apenas sintetiza o texto da lei especial, ao especificar as hipóteses em que não se dará o "mandamus", regra, aliás, que não comporta exceções. Na hipótese "sub judice", o ato impugnado pelo impetrante pode ser atacado por embargos à penhora. Ademais, também não demonstrou o impetrante que do referido ato lhe tenha resultado dano irreparável. Em tais condições, não há como enquadrar-se a questão no permissivo legal. Neste sentido decidiu este Tribunal, em sessão plena, em acórdão da lavra do eminente Juiz João Antonio G. Pereira Leite, do qual se reproduz um trecho que, com perfeita síntese e brilho, esclarece a matéria:

"... É certo que os embargos à execução não impedem a penhora, antes a pressupõem. É do sistema, todavia, que as defesas do devedor se exerçam após garantido o Juízo. Caberia o mandado, na forma da jurisprudência do Pretório Excelso, se da penhora resultasse dano irreparável — o que, a rigor, não se alega e muito menos se demonstra de plano.

No Processo 76908, RTJ 70/504, decidiu o Supremo Tribunal Federal: "Ação de segurança formulada para impugnar ato judicial. É admissível no caso em que do ato impugnado advenha dano irreparável cabalmente demonstrado". Sem dúvida, tal não se verifica na espécie. A impetrante pode garantir a execução depositando a quantia em causa, embora relativamente vultosa, que será liberada a curto prazo se providos os embargos à penhora.

Mas se assim não fosse, por igual não se daria a segurança" (Acórdão de 13-05-81 — Processo TRT 556/81 — Pleno. "In" Rev. do TRT da 4.ª Região, n.º 14, 1981, págs. 190/191).

Nestes termos, com o apoio da douta Procuradoria Regional do Trabalho em seu R. parecer de fls., preliminarmente, não conheço do presente "mandamus", por incabível.

Pelo exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juizes do 2.º Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

EM JULGAR INCABÍVEL A SEGURANÇA IMPETRADA.

Custas pelo impetrante, de Cz\$ 209,94 (duzentos e nove cruzados e noventa e quatro centavos), calculadas sobre o valor atribuído à causa, de Cz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados).

Intime-se.

Porto Alegre, 28 de maio de 1986.

Fernando Antonio P. Barata Silva — Juiz no exercício da Presidência
Dorval Knak — Relator
 Cliente: Procurador do Trabalho

(TRT-4347/85)

EMENTA: Não estipulado o pagamento do valor acordado exclusivamente em moeda corrente, entende-se solvido o débito através de cheque, embora cruzado, entregue pelo devedor ao credor no local e data ajustados, pois o cheque constitui ordem de pagamento à vista. A circunstância de não ter sido possível o desconto do cheque na mesma data não enseja a aplicação da cláusula penal prevista para a hipótese de mora do devedor.

VISTOS e relatados estes autos de AGRAVO DE PETIÇÃO, interposto de decisão do Exmo. Juiz do Trabalho, Presidente da MM. 2.ª Junta de Conciliação e julgamento de Novo Hamburgo, em que é agravante MAURO ILSON MACHADO DOS SANTOS, sendo agravada INCABRÁS S/A.

"Agrava de petição o reclamante, inconformado com o R. despacho de fl. 19, que indeferiu o pedido de incidência de cláusula penal.

Contra-arrazoado o apelo, sobem os autos ao Tribunal Regional, recebendo parecer contrário da Procuradoria do Trabalho."

É o relatório aprovado em sessão.

ISTO POSTO:

O pagamento foi efetuado na data aprazada. O cheque constitui ordem de pagamento à vista. O credor aceitou e recebeu o cumprimento da obrigação sob essa forma. Não pode posteriormente, alegando que não pôde descontar o cheque na mesma data, pretender cláusula penal, cuja incidência foi pactuada apenas para a hipótese de mora. Mora não houve. Quem solve dívida através de cheque não responde pelas dificuldades ou percalços que teve o credor de enfrentar para descontar o cheque, desde que o cheque tenha sido regularmente emitido e provido de fundos.

Pelo que

ACORDAM, por maioria de votos, os Juizes da 2.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Vencido o Exmo. Juiz Relator, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 5 de dezembro de 1985.

Francisco A. G. da Costa Netto — Juiz no exercício da Presidência

José Fernando Ehlers de Moura — Relator designado

Cliente: Procurador do Trabalho

(TRT-1093/85)

EMENTA: Empregado doméstico. Inaplicabilidade dos preceitos consolidados, de acordo com o art. 7.º, alínea "a", da CLT. Prescrição quinquenal. Art. 178, parágrafo 10, inciso V, do Código Civil.

Férias em dobro e proporcionais. Hipóteses não contempladas pela Lei n.º 5859/72. Descabimento.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSOS ORDINÁRIOS, interpostos de decisão da MM. 1.ª Junta de Conciliação e julgamento de Porto Alegre, em que são recorrentes JOÃO HILÁRIO DA SILVA FILHO E JOÃO CARLOS CHAGAS MARINS, sendo recorridos OS MESMOS.

João Hilário da Silva Filho e João Carlos Chagas Marins, nos autos da demanda que o primeiro move contra o segundo, inconformados com a sentença proferida pela MM. 1.^a JCJ desta Capital, que julgou procedente em parte a ação, recorrem. Insurge-se o autor contra a determinação de observância da prescrição bienal e busca o deferimento de aviso prévio, 13.ºs salários, férias, salário-família, PIS, perdas e danos, indenização, repousos semanais remunerados, feriados e anotações na CTPS. O demandado, a seu turno, busca isentar-se da condenação ao pagamento de férias, em dobro e proporcionais.

Contra-arrazoado apenas o apelo do autor, sobem os autos a este Tribunal. O Ministério Público opina pelo não provimento de ambos os recursos. É o relatório.

ISTO POSTO:

Recurso do reclamante. Restou evidenciada a condição de empregado doméstico do recorrente. Exercia as funções de motorista particular do demandado, transportando-o ao local de trabalho e em viagens de lazer e servindo também aos seus familiares, nas mesmas condições. Rege-se, portanto, a relação que vinculou as partes pelas disposições da Lei n.º 5859/72, não fazendo jus o recorrente a aviso prévio, 13.ºs salários, salário-família, PIS, perdas e danos, indenização, repousos remunerados e feriados. As férias foram-lhe deferidas e a anotação da CTPS foi determinada.

Razão assiste ao recorrente, todavia, ao insurgir-se contra a determinação de observância da prescrição bienal. As normas consolidadas não são aplicáveis aos empregados domésticos, como expressamente prevê o art. 7.º, alínea "a", da CLT.

Omissa a Lei n.º 5859/72 quanto à prescrição, entende-se aplicável o previsto no art. 178, parágrafo 10, inciso V, do Código Civil, ou seja, a prescrição quinquenal.

Prospera, pois, parcialmente o apelo, para determinar-se a observância da prescrição quinquenal na condenação ao pagamento de férias.

Recurso do reclamado. Cinge-se a controvérsia à interpretação dos arts. 3.º da Lei n.º 5859/72 e 2.º do Decreto n.º 71885, de 09-03-73, que a regulamentou.

Insurge-se o recorrente contra o entendimento esposado pelo MM. Juízo "a quo" no sentido de ser integralmente aplicável ao trabalhador doméstico o capítulo da CLT relativo a férias.

Entende-se, efetivamente, que o art. 2.º do Decreto n.º 71885 extrapolou os limites traçados pela Lei n.º 5859/72, além de contrariar o disposto no art. 7.º, alínea "a", da CLT. Indevidas, portanto, férias em dobro e proporcionais, hipóteses não contempladas pela lei que regula a prestação de trabalho doméstico.

Prospera, pois, o apelo, para reduzir-se a condenação às férias de 80/81 à sua forma simples e absolver-se o recorrente da condenação ao pagamento de férias proporcionais.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 2.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para determinar a observância da prescrição quinquenal.

EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO DEMANDADO para absolvê-lo da condenação ao pagamento da dobra das férias 80/81 e também das férias proporcionais.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 15 de agosto de 1985.

Fernando Antonio P. Barata Silva — Presidente
José Fernando Ehlers de Moura — Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-3874/85)
Proc. Adm.

EMENTA: *Consignação de falta injustificada. Direito não prescrito. Resolução Normativa n.º 33 do DASP.*

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO EM PEDIDO DE REVISÃO DE PUNIÇÃO POR FALTA NÃO JUSTIFICADA, em que é recorrente LILIAN MONKS DUARTE DE VARGAS.

Lilian Monks Duarte de Vargas, Técnico Judiciário "B", lotada e em exercício na Secretaria da 15.ª JCJ desta Capital, inconformada com o despacho exarado pelo MM. Presidente do TRT, na fl. 12, que indeferiu o seu pedido de reconsideração de falta não justificada em face da prescrição do direito de pleitear, recorre administrativamente, de acordo com a Lei 1711/52, art. 167, I, e art. 153, § 3.º, da Constituição Federal. Argúi preliminar de nulidade do ato administrativo praticado pelo Diretor da Secretaria, que lhe cortou o ponto do dia 04-10-79, sustentando que não houve falta ao serviço, mas sim impontualidade, inexistindo, assim, o motivo alegado para a aplicação da sanção.

Preliminarmente, ainda, objetiva seja a prescrição relevada, com fundamento na Resolução Normativa n.º 33 do DASP. Por último, requer seja o recurso recebido como pedido de revisão de processo administrativo e arrola testemunhas.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Preliminarmente. Nulidade do ato administrativo. A recorrente, então funcionária da 2.ª JCJ de Pelotas, teve o seu ponto cortado no dia 04-10-79, pelo Diretor de Secretaria da Junta, por ter, sem justificativa, comparecido ao trabalho após a primeira hora de expediente. Conforme a certidão de fl. 3, "a funcionária permaneceu no recinto da repartição, executando suas tarefas habituais até o final do expediente".

A recorrente alega que não houve falta ao serviço, mas sim impontualidade, o que não pode, para nenhum efeito, ser convertida em falta ao serviço. Pretende, pois, a nulidade do ato administrativo, porque inexistente o motivo alegado para a aplicação da sanção.

"Data venia", não se vislumbra caso de nulidade do ato administrativo. A sanção foi aplicada pela autoridade competente, Diretor da Secretaria, por ter a funcionária descumprido o dever de pontualidade. Disciplina o assunto, além do art. 122, inciso II, da Lei 1711/52, a Resolução do DASP n.º 148, a qual prevê que o comparecimento com uma hora de atraso constitui falta ao serviço.

Rejeita-se, pois, a preliminar de nulidade do ato administrativo.

Preliminarmente, ainda. A falta ocorreu em 04-10-79. Sustenta a recorrente que na ocasião levou o incidente ao conhecimento da Exma. Juíza-Presidente, Dra. Yvonne Souza e Silva, a qual garantiu-lhe que a falta em questão seria desconsiderada. O direito de pleitear somente foi exercido em 24-04-85. Segundo o art. 169, II, da Lei 1711/52, o direito de pleitear, no caso dos autos, prescreverá em 120 dias. Contudo, a Resolução Normativa n.º 33 do DASP dispõe que "a prescrição poderá ser relevada pela Administração, salvo se quinquenal". Por outro lado, considerando-se que a funcionária arrola a Juíza-Presidente da época como uma de suas testemunhas, bem como a existência de documento que certifica ter a recorrente permanecido até o final do expediente exercendo suas tarefas habituais, releva-se a prescrição, devendo os autos baixarem para que a Administração (Diretoria Geral) diligencie na audiência das testemunhas arroladas pela funcionária.

Pelo que

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região, em sessão plena:

EM ACOLHER O RECURSO PARA RELEVAR A PRESCRIÇÃO E DETERMINAR QUE O FEITO SEJA DEVIDAMENTE PROCESSADO, PORQUE HÁ PEDIDO DE AUDIÊNCIA DE TESTEMUNHAS.

Intime-se.

Porto Alegre, 26 de julho de 1985.

Alcina Tubino Ardaiz Surreaux — Presidente

Adão Eduardo Hägsstram — Relator

(TRT-2642/85)

EMENTA: Prescrição. Na ocorrência de direito subjetivo, possível de ser assegurado a empregado, que tenha sua fonte em norma legal, não ocorre prescrição, salvo quanto às parcelas periódicas, não satisfeitas há mais de dois anos.

Empregado da CEEE. Direito a avanços trienais. Os trabalhadores da CEEE, ex-servidores autárquicos, não fazem jus a avanços trienais.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 2.^a Junta de Conciliação e julgamento de Porto Alegre, sendo recorrentes CARLOS VERNEY SILVEIRA e SAUL RODRIGUES BENITES e recorrida COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA — CEEE.

"Os reclamantes ingressam com recurso ordinário, demonstrando-se inconformados com a decisão proferida pelo juízo de 1.^o Grau que julgou improcedentes os seus pedidos de pagamento de avanços trienais decorrentes do disposto pelas Leis Estaduais n.ºs 3034/56, 4297/62, no valor correspondente a 5% do salário mensal, por cada triênio, em prestações vencidas e vincendas, com apuração em liquidação de sentença.

Há contra-razões.

Opina a douta Procuradoria Regional do Trabalho pelo desprovlmento do recurso".

É o relatório aprovado em sessão.

ISTO POSTO:

Os reclamantes, ex-servidores autárquicos, passaram a empregados da demandada, por força da Lei Estadual n.º 4.136/61, assegurados todos os direitos adquiridos, ou em formação, resultantes de sua condição anterior. Pretendem, com base em normas existentes na legislação do Estado do Rio Grande do Sul, o reconhecimento de seu direito ao pagamento de avanços trienais, a teor do disposto nas Leis Estaduais 3.034/56 e 4.297/62, no valor correspondente a 5% do seu salário mensal, em prestações vencidas e vincendas.

Não se admite a ocorrência de prescrição bienal, tal como quer a reclamada. Com efeito, sendo o direito, se existente, resultante de leis estaduais e não de mera disposição da vontade das partes, não se pode afirmar a ocorrência de alteração, ou de ato positivo contrário à norma legal, que seria de conteúdo obrigatório. Em tais condições, persistiria a infração ao comando legislativo, incidindo a exceção prescricional apenas quanto às parcelas, não satisfeitas mês a mês.

Os avanços trienais foram estabelecidos pela Lei Estadual n.º 2.020, de 2 de janeiro de 1953. Sua finalidade foi a instituição de um novo regime de cargos e funções, com o novo Quadro Único dos Funcionários Cíveis do Estado, com suas diversas classificações. Nos artigos 15 e 16 foi estabelecido o direito dos funcio-

nários, providos em cargos efetivos, a avanços trienais. Já no art. 24 se dispunha, "verbis": "Os servidores autárquicos deverão ser reestruturados em bases semelhantes às desta lei, não podendo perceber vencimentos superiores aos nela previstos." Tal regra não impunha, como querem os recorrentes, a extensão, a eles, do direito ao pagamento de avanços trienais, mas determinava a adoção de bases semelhantes de organização, impondo como limite apenas a impossibilidade de concessão de vencimentos superiores aos estabelecidos na lei para os funcionários públicos do Estado.

A Lei Estadual n.º 2.260, de 28 de dezembro de 1953, teve por finalidade alterar a tabela de vencimentos, instituída pelo art. 4.º da Lei Estadual 2.020/53. Tal dispositivo da lei anterior previa, como vencimentos dos cargos classificados, valores básicos e avanços. Daí ter, logicamente, o legislador referido critérios relativos aos padrões, vencimentos básicos e avanços, mas sua finalidade específica foi instituir o Padrão 17, para regularizar a situação de ocupantes de cargos e funções enquadrados no padrão 16-E, bem como os técnicos-científicos da referência 16. No art. 3.º, determinava-se que a mesma conduta deveria ser aplicada nas autarquias, o que não significa que se estava estendendo o direito a triênios aos autárquicos.

A Lei Estadual n.º 3.034, de 18 de dezembro de 1956, é meramente destinada à edição de regras procedimentais, de natureza burocrática, visando à simplificação do sistema de concessão de vantagens aos servidores. Não tem o alcance que lhe pretendem dar os recorrentes, de regra concessiva de direito aos avanços pretendidos.

A Lei Estadual n.º 4.297, de 4 de janeiro de 1962, refere-se exclusivamente, ao direito dos servidores públicos estaduais providos em novo cargo, mediante concurso ou prova de habilitação, de manterem os avanços já conquistados. Por sua vez, a Lei Estadual n.º 4.467, de 31 de dezembro do mesmo ano, tinha por finalidade modificar as tabelas de vencimentos dos servidores públicos estaduais. "Ad latere", em seu art. 8.º, fez-se determinação genérica a todas as autarquias estaduais para que, através de Resoluções, que seriam adotadas após audiência com a Secretaria de Administração e aprovação governamental, fosse estabelecido regime idêntico para os servidores autárquicos, vedada a concessão de maiores vantagens ao seu pessoal, em relação ao dos quadros centralizados de igual categoria, inclusive quanto aos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas.

O regime de compensação do tempo de serviço, através de gratificações adicionais, foi regulamentado pela demandada através da Exposição do Motivos MNF-53/490, de 28.05.53, quando se fez desdobramento das gratificações de 15% e 25% passando a ser pagas as gratificações quinquênis, de 5%, 10%, 20% e 30%. Tal Exposição de Motivos foi aprovada pela Resolução n.º 107, de 15 de junho de 1953, que resultou ratificada pelo Decreto Estadual n.º 6.158, de 25 de julho de 1955. Tais fontes normativas, que regulam os direitos pertinentes ao seu pessoal, tinham fulcro legal na Lei Estadual n.º 1.744, de 10 de fevereiro de 1952, que constitui sob forma de autarquia a então Comissão Estadual de Energia Elétrica. A mencionada lei, em seu art. 11, dispunha que "o quadro de servidores da CEEE, bem como seus direitos, vantagens e deveres, serão definidos e fixados, mediante proposta do Diretor Geral, pelo Conselho, que submeterá a sua decisão à aprovação do Governador do Estado."

Quando foram admitidos — Carlos Verney da Silveira em 03.04.58 e Saul Rodrigues Benites em 18.02.60 — já havia regras específicas regulando a matéria, que incidiram na relação jurídica mantida por eles com a reclamada. Foram tais regras que geraram os direitos adquiridos, ou em formação, que passaram a ter após a transformação da autarquia em sociedade de economia mista. Dentre tais vantagens não se encontrava o direito à percepção de avanços trienais.

Ante o exposto,

ACORDAM, por maioria de votos, os Juízes da 1.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

Vencido o Exmo. Juiz Relator, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 07 de maio de 1986.

Antonio Salgado Martins — Presidente

Alcione Niederauer Corrêa — Relator designado

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-9015/85)

EMENTA: Oficial de justiça "ad hoc". Reclamante que por vários anos trabalhou nesta condição, prestando serviços às Varas Cíveis da Capital. Relação de emprego com o Estado do Rio Grande do Sul que se reconhece, confirmando-se a sentença que deferiu ao reclamante vários direitos dela emergentes.

VISTOS e relatados estes autos, oriundos da MM. 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, EM REMESSA "EX OFFICIO" E RECURSO ORDINÁRIO, sendo recorrentes FERNANDO DEBIZE MACHADO E ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e recorridos OS MESMOS.

Recorrem ordinariamente os litigantes, FERNANDO DEBIZE MACHADO e ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, bem como "ex officio" o Exmo. Juiz do Trabalho Substituto em exercício na MM. 1.^a JCJ desta Capital, por tratar-se a hipótese de demanda sujeita ao duplo grau de jurisdição.

Em sua inconformidade, busca o reclamante o deferimento de anuênios e horário extraordinário, enquanto o demandado objetiva desconstituir a sentença de origem suscitando, preliminarmente, a carência de ação do autor e, no mérito, abordando os tópicos atinentes a salários, férias, reflexos dos valores recebidos de terceiros, adicional de risco de vida, indenização e pré-aviso.

Há contra-razões.

Opina o Ministério Público Regional, recomendando a acolhida parcial ao recurso do demandado, no que tange ao adicional de risco de vida, o desprovimento ao apelo do reclamante e a prejudicialidade do reexame necessário, em razão dos recursos voluntários.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Preliminarmente. Carência de ação. Na condição de Oficial de Justiça "ad hoc" trabalhou o reclamante para o Estado do Rio Grande do Sul. Renova este, em suas razões, a tese no sentido de que não seria de emprego a relação jurídica de direito material havida entre as partes. Aduz que a atividade desenvolvida pelo reclamante, sob título "ad hoc", é contemplada em lei para atender a situações emergenciais, sendo incabível seu prolongamento no tempo; a prestação de serviços ao Estado requer agente capaz com vista à admissão do prestador, o que não ocorre relativamente à nomeação do reclamante por Juiz de Direito (este argumento constitui inovação à lide, por não constar da peça de defesa); ademais, inexistiu pagamento de salários, etc.

De sinalar, primeiramente, que a V. sentença recorrida esgota com brilhantismo invulgar a problemática ora enfocada. Desta sorte, pouco resta a sinalar que não seja mera repetição do que já foi abordado em 1.^o Grau.

A relação de natureza empregatícia possui como tônica fundamental o elemento realidade, exsurgindo da simples prestação fática de trabalho, prescindindo de contratação formal. Pelo que tampouco é de se perquirir acerca da vontade ou "animus" do Estado no tocante ao ocorrido. Houve, isto sim, objeto lícito e juridicamente possível, uma vez que as normas de organização judiciária do Estado permitem a nomeação de Oficiais de Justiça "ad hoc", nascendo daí uma vinculação de caráter trabalhista, por contratação tácita entre os litigantes.

Aliás, a expressão "ad hoc" cai desde logo por terra, pois toda a prova documental (Portarias de fls. 13/15) e testemunhal produzida comprovam a saciedade que o autor trabalhou ininterruptamente como Oficial de Justiça, prestando serviços às Varas Cíveis da Capital (6.ª e 14.ª), desde 1976 até 1984, em vinculação que nada teve de eventual ou transitória, mas efetiva e permanente, e cujo objetivo, como demonstrado pelas provas documental e oral, foi suprir a falta de funcionários a cumprir os incontáveis mandados da Justiça Comum. A prestação de trabalho ao Estado se fez com pessoalidade e subordinação (depoimentos testemunhais) desenvolvendo-se a atividade de igual para igual com os Oficiais estatutários, segundo prova oral; sendo que a atividade exercida se encontrou perfeitamente enquadrada nas tarefas normais e rotineiras dos Cartórios Cíveis.

Por derradeiro, houve remuneração de maneira indireta, através da percepção de custas, à semelhança da hipótese contemplada no art. 457, "in fine", da CLT.

Não pode ser vislumbrado no caso em tela qualquer indício de outra vinculação ao Estado que não seja a de ordem empregatícia, eis que presentes inequivocamente os requisitos formadores da relação de emprego.

Rejeita-se a prefacial argüida.

Mérito. Recurso do reclamado. 1. Salários. Irresigna-se o recorrente com a decisão de origem que, observando a ausência de estipulação de salários entre as partes, determinou o pagamento ao autor dos valores mensais percebidos pelos Oficiais de Justiça concursados ou efetivados, sob a égide de salário básico fixo mensal, já que havia a parcela remuneratória variável constituída pelas custas pagas por terceiros. Sem razão, porém.

Como sinalado em contra-razões do demandante, nada mais fez o Exmo. Juiz "a quo" do que utilizar, sabiamente, a faculdade prevista no art. 460 consolidado, pelo qual na falta de estipulação de salário terá o empregado direito a perceber salário igual ao daquele que fizer, para o mesmo empregador, serviço equivalente. Ora a prova testemunhal unanimemente aponta para a circunstância de que o reclamante trabalhava em igualdade de condições com os oficiais efetivos, pois seja quanto ao tipo de trabalho, ou quanto ao número de mandados, não havia qualquer distinção entre os demais oficiais e o reclamante. Desta sorte, não há justificativa válida para afastar a condenação procedida, sendo que as gratificações natalinas deverão levar em conta esta parte fixa básica mensal, consoante já decidido, que se mantém.

2. Férias. De início, é de frisar-se que durante as chamadas "férias forenses" as atividades nos cartórios cíveis não cessam completamente, apenas é observado o meio-expediente externo. Assim, sem razão o recorrente ao pretender que este período seja considerado como de férias do reclamante, pois ele seguiu trabalhando, em virtude de sua nomeação "ad hoc", isto é, não lhe era reconhecido o direito a férias, além da não cessação das atividades forenses. Nega-se provimento.

3. Reflexos dos valores recebidos de terceiros. Recebia o autor, "custas" de terceiros, que, à semelhança das "gorjetas" (art. 457 da CLT), constituem remuneração (variável) para todos os efeitos legais. Correto o deferimento de reflexos das custas em repouso e feriados, pois, como sinalam as contra-razões do demandante, tais dias devem ser remunerados na acepção do termo, logo, tudo aquilo que se compreender na remuneração do empregado deve refletir-se nos mesmos.

4. Adicional de risco de vida. Acolhe-se o apelo, neste aspecto. Com efeito, o adicional em causa representa uma vantagem de cunho estatutário, prevista na

legislação estadual de maneira específica, endereçada, tão-só, aos Oficiais de Justiça estatutários ou concursados. Logo, a ele não faz jus o autor, na condição de trabalhador ao abrigo das normas de natureza consolidada.

5. *Indenização e pré-aviso.* No que tange a este tópico, reporta-se o apelo à peça de defesa e, por meio desta, declara-se que não se configurou qualquer das hipóteses do art. 483 da CLT, pois o autor era servidor "ad hoc", isto é, em condição precária.

Consoante examinado anteriormente, inexistiu vinculação precária entre os litigantes, e corretamente decidiu o MM. Juízo de origem, com apoio na excelente prova testemunhal e documental, ter ocorrido rompimento imotivado do contrato de trabalho, fazendo jus o reclamante às reparações legais: parcelas proporcionais (13.º e férias) e aviso prévio e indenização por tempo de serviço, eis que não optante pelo sistema do FGTS.

Recurso do reclamante. 1. *Anuênios.* Não há como acolher-se a desconformidade. A vantagem em questão, também denominada adicional por tempo de serviço, constitui parcela que diz respeito ao tempo de serviço dos funcionários estatutários ou servidores estatutários, prevista em lei a endereçada apenas a estes. Está fora da esfera de incidência das normas celetistas. Desta sorte, como vantagem tipicamente estatutária, a ela não faz jus o reclamante, na condição de empregado celetista.

2. *Horas extras.* Mais uma vez sem razão o recorrente. Sua pretensão a horário extraordinário não encontra respaldo nos elementos informadores dos autos. Ele próprio, em depoimento, declara que "recebendo os mandados, os cumpria de acordo com o seu critério". Sua segunda testemunha diz que cada oficial cumpria os mandados conforme o critério pessoal, "dispondo do tempo como lhe conviesse". E é até notório a circunstância de que os oficiais de justiça, tanto na Justiça Comum como na Especializada, cumprem os mandados na maneira que acharem mais conveniente, não estando sujeitos a qualquer controle direto ou indireto de horário.

Remessa de ofício. É de manter-se, no restante, a sentença de origem, pois a anotação da CTPS do reclamante é corolário lógico do reconhecimento da relação empregatícia havida entre as partes; de outra parte, as gratificações natalinas constituem inegável direito do empregado celetista, como é a hipótese dos autos, e a elas faz jus o autor, incluindo a gratificação proporcional. Desta sorte, mantém-se a sentença recorrida, em seus doutos fundamentos, em tudo que não foi abordado pelos recursos voluntários.

Ante o exposto,

ACORDAM os Juízes da 2.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Preliminarmente, por unanimidade de votos, EM REJEITAR A PREFACIAL DE CARÊNCIA DE AÇÃO, argüida pelo demandado.

No mérito, por unanimidade de votos, com divergência quanto à fundamentação do Exmo. Juiz-Presidente, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMADO para excluir da condenação o adicional de risco de vida.

Por unanimidade de votos, também divergindo com a fundamentação, o Exmo. Juiz-Presidente, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE, mantendo quanto ao restante, em reexame necessário, a respeitável decisão de 1.º Grau.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 08 de maio de 1986.

Fernando Antonio P. Barata Silva — Presidente

Alcides Ludke — Relator

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-S294/85)

EMENTA: *Negativa da relação de emprego deve ser interpretada como preliminar de carência da ação trabalhista; rejeitada prefacial de nulidade da decisão que não julgou exceção de incompetência da Justiça do Trabalho. São essenciais à vida das empresas a limpeza e a conservação de suas dependências: há relação de emprego entre o trabalhador da prestadora de serviços e a empresa contratante. Recolhimento de papéis, mesmo de banheiros, não induz à existência da insalubridade em grau máximo por coleta e industrialização de lixo urbano. Reconhecida a relação de emprego com as empresas contratantes de serviços, metalúrgicas, deferem-se as diferenças salariais dos dissídios da categoria.*

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Canoas, sendo recorrentes ISS — SERVISYSTEM COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. e OUTRAS e recorrida IZOLINA GUZENSKI PRATES.

“Recorrem, via ordinária a este Regional, as reclamadas, inconformadas com a R. decisão proferida às fls. 213/219 pela MM. 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Canoas.

SPRINGER REFRIGERAÇÃO S/A recorre (fls. 225/228), alegando carência de ação e no mérito trata sobre os itens anotação na CTPS e vínculo empregatício, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

MASSEY PERKINS S/A (recurso de fls. 232 a 234) postula a reforma do julgado quanto aos itens relação de emprego, insalubridade, dissídios, diferenças salariais, FGTS e decorrências.

METALÚRGICA LIESS S/A (fls. 238/240) insurge-se contra a decisão quanto à relação de emprego, insalubridade, dissídios, diferenças salariais, FGTS e decorrências.

ISS SERVISYSTEM COM. E IND. LTDA. oferece suas razões de recurso às fls. 244/250, argüindo preliminar de nulidade da sentença e no mérito, pretende a reforma do julgado nos itens vínculo de emprego, insalubridade, honorários periciais e assistência judiciária.

Contra-arrazoado os apelos, (fls. 259/263) preconizou a douta Procuradoria em preliminar a rejeição da prefacial de nulidade e no mérito, deu provimento aos recursos para estabelecer o grau médio de insalubridade”.

É o relatório, aprovado em sessão.

ISTO POSTO:

1. Rejeita-se a preliminar de nulidade da sentença argüida pela ISS Servisystem, com fundamento em não ter a MM. Junta processado e julgado a exceção de incompetência da Justiça do Trabalho, invocada pela Metalúrgica Liess S/A. A referida exceção é, na realidade, uma preliminar de mérito e como tal foi recebida e processada pelo órgão de 1.º grau. Não ocorreu omissão, nem se pode falar de erro. Está tranqüilamente assentado pela jurisprudência que a negativa da relação de emprego não constitui exceção de incompetência da Justiça do Trabalho, devendo ser interpretada a manifestação da parte como preliminar de carência da ação trabalhista. Rejeita-se, portanto, a prefacial de nulidade da decisão.

2. Quanto à preliminar de carência da ação relativamente às empresas Springer Refrigeração S/A, Metalúrgica Liess S/A e Massey Ferguson Perkins S/A, fica também rejeitada por ter ocorrido relação de emprego entre a autora e as mencionadas empresas, estas em relação de solidariedade com a ISS Servisystem Com. e Ind. Ltda. É que, como bem acentuou a decisão recorrida, não contempla

a legislação brasileira o fornecimento de mão-de-obra em caráter permanente. A Lei 6019, de 03.01.74, confere esta possibilidade às empresas de trabalho temporário apenas para atender a demanda transitória de mão-de-obra de outras empresas. Dizer-se que a recorrente ISS Servisystem Com. e Ind. Ltda. cinge sua atividade a prestar serviços a outras empresas, não se confundindo com a delas, é, "data venia", ignorar a realidade que decorre da necessária inserção dos empregados da empresa dita prestadora de serviços nos quadros da empresa dita contratante de tais serviços. Tal inserção verifica-se pelo fato de penetrar o trabalhador da empresa prestadora de serviços no ambiente hierarquizado da empresa contratante de serviços. Por mais que aquela procure manter contato com os empregados que ficha e coloca a trabalhar nesta, as necessidades da contratante se superpõem aos interesses de coordenação da prestadora, gerando relação de emprego entre ambas. A aceitar-se a possibilidade deste tipo de prestação de serviços, em breve teríamos a substituição de empregados especialmente protegidos por lei ou por normas coletivas por empregados de prestadoras de serviços, em flagrante atentado aos direitos conquistados pelas categorias. Somente se pode reconhecer a ocorrência da prestação de serviços em situações únicas ou de curtíssima duração, como é o caso das desinsetizadoras; nunca, porém, relativamente a empresas que inserem seus empregados nos quadros de uma terceira. A limpeza e a conservação do interior das dependências físicas das empresas são essenciais à vida do estabelecimento empresarial, como mais uma vez bem acentuou a decisão recorrida. Restabelece-se, portanto, quanto ao particular, o que estatuiu a sentença de 1.º grau.

3. Diz a recorrente ISS Servisystem que deve ser cassada a assistência judiciária concedida à reclamante, por não estar representada pelo Sindicato de classe. Embora a empresa seja prestadora de serviços, a condenação solidária das demais reclamadas, que são metalúrgicas, implica na concessão do benefício, uma vez que os procuradores da autora estão credenciados pelo Sindicato representativo da categoria. Nega-se provimento.

4. Ficam as recorrentes absolvidas da paga de adicional de insalubridade. Como bem acentuou o recurso, nada tem a atividade da autora com a coleta e industrialização de lixo urbano. O Anexo 14 da NR 15, com a redação da Portaria 12, ao tratar de insalubridade em grau médio por agentes biológicos, classifica neste grau trabalhos de inequívoco índice de insalubridade, com os executados em hospitais, gabinetes de autópsias, exumação de corpos, estâbulos e cavalariças ou com resíduos de animais deteriorados. O fato de a autora recolher papéis, mesmo de banheiros das empresas contratantes, não induz à existência de insalubridade em grau máximo por coleta e industrialização de lixo urbano.

5. Como decorrência da relação de emprego reconhecida com as chamadas contratantes da prestação de serviços, está correta a sentença atacada quando determina a paga por aquelas empresas, solidariamente com a primeira, de diferenças salariais decorrentes da aplicação dos dissídios da categoria dos metalúrgicos. Trata-se de mero consectário da rejeição da preliminar de carência da ação quanto às empresas metalúrgicas constantes do feito.

6. Quanto aos honorários periciais médicos, dá-se provimento ao recurso, ficando os mesmos reduzidos a quatro valores de referência e imputados à reclamante, dispensada por ser beneficiária da Assistência Judiciária.

Ante o exposto,

ACORDAM os Juízes da 3.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Preliminarmente, por unanimidade de votos, EM REJEITAR A PREFACIAL DE NULIDADE ARGÜIDA PELA RECLAMADA ISS — SERVISYSTEM.

No mérito, por maioria de votos, vencidos parcialmente, com votos díspares, os Exmos. Juízes Relator, Revisor, João A. G. Pereira Leite e Olívio Nunes, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, admitida a relação de emprego, ratificar a decisão de primeiro grau, salvo quanto à condenação ao adicional de insalubridade, do qual são absolvidas as reclamadas e os honorários periciais que, reduzidos para quatro valores de referência, são imputados à reclamante, do qual fica dispensada a teor da legislação vigente.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 11 de março de 1986.

João Luiz Toralles Leite — Presidente

Ronaldo José Lopes Leal — Relator designado

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-6316/85)

EMENTA: Relação de emprego. O contrato de trabalho, na atividade de vendas, guarda elementos comuns de contrato de representação comercial, mas o que distingue um do outro é a subordinação que caracteriza o contrato de trabalho e a autonomia que tipifica o contrato de representação comercial. A subordinação resulta do poder diretivo do empregador, também chamado de poder de comando, sendo complexa e variável, revestindo-se de diversas formas. Cabe examiná-la na atividade do vendedor sob tríplice aspecto, para distinguir um contrato do outro: a) organizacional; b) funcional e c) econômico, ressaltando-se que os aspectos jurídico-formal e administrativos (contrato escrito, registrado no CORE, pagamento de impostos e contribuições como trabalhador autônomo) possuem relevância menor e reduzida. Inexistência nos autos de qualquer prova de subordinação, evidenciando-se a completa autonomia que detinha o agente para o exercício da atividade, valendo notar, ainda, que o trabalho exclusivo para a empresa não é incompatível com o contrato de representação comercial, tanto que a legitimidade de tal ajuste é prevista no art. 27, letra i, da Lei n.º 4886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais. Recurso ordinário a que se nega provimento.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 9.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, em que é recorrente EMIR CÂNDIDO DA SILVA GONÇALVES, sendo recorrida CONFECÇÕES WOLFRID LTDA.

O reclamante realizava vendas para a reclamada, mas a MM. Junta, sentenciando, julga inexistir relação de emprego entre as partes.

Recorre o autor pretendendo o reconhecimento da relação de emprego. Sustenta que a decisão não atendeu ao conjunto de elementos probatórios produzidos nos autos, nem analisou com equidade a prova realizada. Alega que trabalhava exclusivamente para a recorrida e mantinha contato diário por telefone com a empresa, comparecendo, sempre que necessário, na sede em Porto Alegre para receber ordens que não pudessem ser transmitidas por telefone.

Tais fatos, segundo o recorrente, foram comprovados por farto material juntado aos autos e também através de prova testemunhal, existindo no seu trabalho todos os elementos essenciais que tipificam o contrato de trabalho. Acresce que a prova não demonstra tenha trabalhado concomitantemente para outras empresas e mesmo porque, segundo a sentença, tal fato seria irrelevante.

Processado e contra-arrazoado o recurso, com a rearguição da preliminar de prescrição, sobem os autos e o Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do apelo. Ante o falecimento da Exma. Relatora originária, os autos são redistribuídos.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Preliminarmente. Discute-se acerca da relação de emprego. O reclamante prestou serviços para a reclamada como vendedor. A sede da empresa é em Porto Alegre. Residia ele em Santa Maria e, segundo alega na inicial, atendia as praças da fronteira, serra, Missões, Pelotas e Rio Grande. Percebia unicamente comissões. Sustentou a demandada que o postulante lhe prestou serviços como representante comercial. A MM. Junta acolheu a alegação, reconhecendo inexistir relação de emprego entre as partes.

Assim é definido o contrato de representação comercial pela Lei n.º 4886/65, que regula as atividades dos representantes comerciais: art. 1.º — Exerce a representação comercial autônoma a pessoa jurídica ou a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual por conta de uma ou mais pessoas a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios.

O contrato de trabalho possui dois elementos essenciais comuns ao contrato de representação comercial: a) natureza continuada e permanente da prestação dos serviços; b) o caráter oneroso dessa prestação. O que distingue o contrato de trabalho do contrato de representação comercial é a subordinação que caracteriza o contrato de trabalho e se contrapõe à autonomia da prestação dos serviços. Esta última característica, por sua vez, tipifica o contrato de representação comercial.

A subordinação resulta do poder de comando do empregador, que consiste no direito de dar ordens; o empregado, por seu turno, tem obrigação de cumpri-las. O grau de subordinação é variável, dependendo da natureza da atividade e da função do empregado, do grau de instrução necessária para o desempenho do cargo, local de trabalho, organização empresarial, etc. Enquanto que a autonomia se expressa pela liberdade ou independência do agente não só quanto ao tempo, mas como ao espaço de sua atuação dentro da praça atribuída para realizar vendas.

Em síntese, o que diferencia o contrato de trabalho da representação comercial, na atividade de vendas, é o modo pelo qual o agente exerce o trabalho. A subordinação — que constitui o traço distintivo de uma e outra atividade — é variável e complexa e se reveste de diversas formas. Muitas vezes não emerge de um ato isolado mas do conjunto de elementos que singularizam a atividade do agente podendo ser considerada nos seguintes aspectos:

a) Organizacional. O representante comercial se liga à empresa por uma relação externa de produção, prestando serviços através de sua própria organização de trabalho, enquanto que o empregado se encontra integrado na vida e no desenvolvimento da empresa e se apóia na organização patronal.

b) Funcional. Não é o fim da atividade que pode distinguir o contrato de trabalho da relação de representação comercial. O empregado comissionista tem interesse igual ao do representante comercial na realização do negócio. O modo da execução da atividade é o que revela a subordinação ou a autonomia. O representante comercial detém liberdade de itinerário de visitas e liberdade no emprego e utilização do tempo. O empregado, em regra, se subordina a horário, tem dias preestabelecidos para entregar os pedidos, viajar a retornar à empresa, número e lista de clientes a serem visitados regularmente, roteiro de viagem, obrigação de elaborar relatório através do qual o empregador fiscaliza e controla o cumprimento de suas ordens.

c) Econômico. Em regra, o representante comercial paga as despesas do exercício da representação comercial e assume os seus riscos, enquanto que, no contrato de trabalho, o empregador fornece meios para a execução dos serviços e paga as suas despesas ou reembolsa o empregado do seu valor.

d) Jurídico-formal e administrativo. Apresenta relevância reduzida. A forma do contrato é elemento secundário para determinar a natureza da relação jurídica. A Lei n.º 4886/65 não exige forma especial. O contrato de representação comercial pode ser ajustado verbalmente ou por escrito e provado por todos os meios de prova em direito admitidos. O registro no CORE é mera exigência de natureza administrativa, cuja falta apenas importa no exercício irregular de profissão regulamentada. O mesmo sucede quanto à inscrição no INPS como autônomo, pagamento de imposto de renda e impostos de serviços de qualquer natureza e contribuição sindical como trabalhador autônomo, bem como a quitação das comissões recebidas mediante recibos padronizados, destinados aos trabalhadores autônomos (RPA).

No caso, a primeira venda agenciada pelo reclamante é datada de 27 de fevereiro de 1978, conforme revela a perícia na fl. 183, e a última, em 24 de novembro do mesmo ano.

Inexiste contrato por escrito e desde 21-02-78 o autor se encontra registrado no CORE-RS, sob o n.º 32.866.

Não há nos autos qualquer adinículo de prova que demonstre a subordinação. O reclamante não se sujeitava a horário, não cumpria roteiro de viagens, não tinha número de clientes que era obrigado a visitar diária ou semanalmente, não fazia relatórios, não era obrigado a cumprir quota mínima de venda, conforme esclarece a testemunha por ele próprio arrolada na fl. 241, não participava de reuniões habituais, não tinha dias predeterminados para entregar pedidos e comparecer à sede da empresa. Seu trabalho era inteiramente autônomo. A organização da atividade, embora modesta, era sua e não da empresa. No seu depoimento pessoal admite que mantinha escritório em sua própria residência e que a sua esposa o auxiliava nas vendas. Mantinha Contador por sua conta para efetuar a escrita contábil; as despesas com as viagens eram pagas por ele.

Diz o recorrente, nas razões recursais, que realizava contato diário por telefone com a recorrida. A alegação é inverossímil e não foi comprovada. Ele próprio anexou à inicial diversas cartas ou telegramas da empresa que lhe foram remetidos, o que revela a forma usual da comunicação entre as partes. De qualquer modo, não resta demonstrado que a empresa, através dos contatos telefônicos realizados pelo reclamante, além de tratar de assuntos relacionados diretamente às vendas (linha de produtos, preço, desconto, prazos de entrega, mostruários, informações cadastrais, etc.), procurasse dirigir e controlar a sua atividade, ministrando ordens quanto às viagens, visitas a clientes, comparecimento à sede da empresa, etc. Nenhuma ordem nesse sentido foi comprovada.

O recorrente invoca em abono a sua pretensão a circunstância de trabalhar exclusivamente para a recorrida. Entretanto, o trabalho exclusivo em favor da empresa não é relevante para a configuração da relação de emprego. A Lei n.º 4886/65, no art. 1.º, dispõe que exerce a representação comercial autônoma a pessoa jurídica ou a pessoa física que desempenha, em caráter eventual, a mediação por conta de uma ou mais pessoas. O art. 27, letra i, da mesma lei, prevê a possibilidade dos contratantes ajustarem o exercício exclusivo ou não da representação a favor do representado. Por conseguinte, a exclusividade em favor do fabricante é fato compatível juridicamente com o contrato de representação comercial, sendo imprestável — isoladamente — como prova de relação de emprego.

De qualquer forma, o autor admite no seu depoimento que sempre prestou serviços como representante comercial. Declara na fl. 240: "Que trabalhou para Ind. e Comércio de Roupas Ribalta Ltda. após ter saído da reclamada; que isto o fez na condição de representante autônomo; que depois também trabalhou para Zemar Confecções Ltda., na mesma condição; que trabalhou para Confecções Lee como representante, antes de ter trabalhado para a R." Nem a alegação do recorrente de que, no período em que indica na inicial, trabalhou exclusivamente para a recorrida é verdadeiro. O recibo de pagamento a autônomo, datado de 28-02-78, comprova o pagamento antecipado de comissões pela firma Ind. e Com. de Roupas Ribalta Ltda.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

Pelo que
ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 1.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:
EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 1986.

Ermes Pedro Pedrassani — Juiz no exercício da Presidência e Relator
Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-9459/84)

EMENTA: "Dono de obra. A solidariedade passiva, prevista pelo legislador no art. 455 da CLT, é extensiva ao dono da obra, quando se destina esta a finalidades mercantis e tenha aquele por profissão a mercancia ('*latu sensu*')".

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, interposto de decisão da MM. 5.^a Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, sendo recorrente COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e recorridos JOSÉ VALENTIM DE OLIVEIRA GONÇALVES E OUTROS e OTACÍLIO INÁCIO DA SILVA & CIA. LTDA.

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB, não se conforma por ter sido condenada, solidariamente com a primeira reclamada, Otacílio Inácio da Silva & Cia. Ltda., a pagar aos reclamantes as parcelas deferidas pela sentença originária e interpõe recurso ordinário.

São apresentadas contra-razões, tendo a D. Procuradoria emitido parecer preconizando o desprovimento do recurso.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Preliminarmente. Improcede a Inconformidade da recorrente por ter sido condenada solidariamente com a primeira reclamada, Otacílio Inácio da Silva & Cia Ltda. Diz a recorrente que, como sociedade de economia mista, não participa de qualquer grupo econômico, não é empreiteira e, como dona da obra, não poderia ser considerada solidariamente responsável com outra empreiteira.

"Entendemos, porém, em face das normas do Código Civil, atinentes à responsabilidade civil, que o dono da obra pode ser declarado culpado, pelos danos sofridos pelos empregados do empreiteiro sem idoneidade financeira, por haver escolhido, sem o necessário cuidado, o empreiteiro incumbido da construção, de seu interesse" ("*in*" CLT Comentada — Eduardo Gabriel Saad, 1985, fl. 283).

Neste sentindo são as seguintes decisões: "Contrato de empreitada. Se a dona da obra contrata com empreiteiro, cuja inidoneidade econômica e financeira é evidente, assume solidariamente as obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem o que seria oficializar a burla à legislação de proteção ao trabalho" (TST, 1.^a T. Proc. 3576/78, *in* DJU, 10-05-79).

"Solidariedade. Dono de obra. A solidariedade passiva prevista pelo legislador no art. 455 da CLT, é extensiva ao dono da obra, quando se destina esta a finalidades mercantis e tenha aquele por profissão a mercadoria ('*latu sensu*').

Exegese que afaste, em qualquer hipótese, o dono da obra dessa responsabilidade solidária conduz ao desvirtuamento do dispositivo de proteção aos obreiros" (TRT, 2.^a Região, RO-10.071/79, *in* DOESP, 10-05.80).

Assim, como dona da obra, que lucrava com a atividade de construção, vendendo os imóveis, na inadimplência das obrigações pelo empreiteiro que escolheu (culpa "*in eligendo*"), corretamente foi a reclamada COHAB condenada solidaria-

mente com Otacílio da Silva & Cia. Ltda. a responder pelas obrigações decorrentes do contrato de trabalho mantido com os autores. Além do mais os "acordos" firmados pela COHAB com os reclamantes, pelas rescisões com a empreiteira, indicam que a própria COHAB aceitou a responsabilidade que a sentença posteriormente lhe deferiu.

Ratifica-se a sentença, rejeitando a preliminar.

No mérito. A recorrente ratifica o protesto por cerceamento de defesa manifestado por ocasião de audiência, conforme se constata da ata de fl. 190 e alega que, em face dos fundamentos do "decisum", supõe-se que deixaram de ser apreciados os recibos acostados aos autos.

Sem razão, porém, eis que nada há a retificar na sentença recorrida. Nos recibos trazidos pela demandada COHAB, constam valores totais sem especificação do "quantum" referente a cada uma das parcelas "quitadas", em que pese tenha o referido acordo sido firmado perante o Sindicato de classe.

Assim, deve ser feita a compensação das referidas importâncias quando da elaboração dos cálculos de liquidação, dos valores efetivamente devidos aos autores, conforme corretamente entendeu a Instância originária, que se confirma por seus próprios fundamentos.

Nega-se provimento ao recurso.

Ante o exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juizes da 2.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

Preliminarmente, EM REJEITAR A PREFACIAL DE EXCLUSÃO DA LIDE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

No mérito, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 8 de agosto de 1985.

Fernando Antonio P. Barata Silva — Presidente

Zurayde José Iuaquim Leite — Relatora

Ciente: Procurador do Trabalho

(TRT-5567/84)

EMENTA: Exercício da função de telefonista cumulado com a de recepcionista. Funcionário imprescindível para a utilização do sistema telefônico. Empresa que não explora serviço de telefonia. Tem direito à proteção especial prevista no art. 227 da CLT a empregada que, apesar de ser recepcionista, exerce a real função de telefonista, porque prepondera o regime de trabalho mais benéfico. Além disso, não é a atividade da empresa que limita a jornada da obreira, mas sim a penosidade da tarefa e permanência constante do operador, constatada através da perícia.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSO ORDINÁRIO, Interposto de decisão da MM. 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Caxias do Sul, sendo recorrente AUTOTRAVI BORRACHAS E PLÁSTICOS LTDA. e recorrida ROSANA DE OLIVEIRA.

A reclamada, em seu recurso ordinário, busca a reforma da sentença que reconheceu a função da reclamante como de telefonista. Sustenta, para tanto, que a autora era recepcionista e que também manuseava aparelhos tradicionais e comuns, que não exigem conhecimento próprio nem esforço físico-mental maior.

Conseqüentemente, pretende a inversão do ônus da sucumbência. Alternativamente, caso mantida a condenação, pretende que a mesma, no que tange às horas extras, se restrinja apenas ao adicional, afirmando que as horas excedentes à sexta já foram pagas.

O recurso foi contra-arrazoado.

A Procuradoria Regional opinou, em seu parecer, pelo desprovlmento do apelo. É o relatório.

ISTO POSTO:

1. *Do horário de telefonista.* A irresignação da demandada prende-se no reconhecimento, pela Junta de origem, da jornada especial de 6 horas da reclamante, como telefonista, e o conseqüente deferimento das horas excedentes à sexta como extraordinárias, bem como das diferenças salariais daí decorrentes.

A recorrente sustenta que a autora era recepcionista, e que, entre outras tarefas burocráticas, atendia telefones e que existe apenas uma linha telefônica externa, aparelho simples e tradicional, que não exige conhecimento técnico, nem esforço contínuo e permanência constante do operador. Aduz, ainda, que não se aplica à autora a Súmula 178 e que a exceção do art. 227 da CLT se refere às empresas dedicadas à exploração comercial do ramo de telefonia, não sendo este o caso dos autos. Contudo, em que pesem os argumentos expendidos pela reclamada, não há como acolher-se sua tese. A prova documental produzida no feito deixa claro que a autora exercia a função de telefonista, tarefa extremamente penosa. O laudo pericial relata que havia alto volume de ligações telefônicas. A sentença, ao reconhecer que a autora exercia, inquestionavelmente, a função de telefonista, pronuncia-se da seguinte maneira: "é impressionante o volume de ligações que estava afeto à requerente atender e conectar". Contudo, é dever deste Juízo analisar, minuciosamente, a prova, para o deslinde da lide. Pelo laudo pericial, com a complementação e retificação posterior, verifica-se que, na empresa, existem vários equipamentos telefônicos, conforme fundamenta a sentença de fls. 385 a 387: "Na empresa Autotravi existem os seguintes equipamentos telefônicos: a) um terminal telefônico de número 221.25.00 com: uma chave de comutação com três posições e um bloqueador DDD; um aparelho principal na recepção; cinco aparelhos com extensões internas nos seguintes setores: Direção, Compras-Vendas, Gerência de Vendas e PCP; b) uma central PAX (fl. 355, letra b, com corrigenda do perito na fl. 370, que anotara inicialmente, com equívoco, central PABX) com 15 ramais internos; c) dois ramais externos números 058 e 059 do PABX da matriz assim instalados: ramal 058: um aparelho na recepção, mais quatro aparelhos com extensões internas sem chave; ramal 059 instalado com aparelho no setor PCP". É de salientar que o ramal 058 é categorizado como privilegiado, o que significa que pode se comunicar diretamente com os outros ramais do PABX da matriz e através de um dígito tem acesso à rede telefônica automática urbana pelas linhas tronco do PABX, podendo fazer ligações normais. Este detalhe evidencia que todo o tráfico da filial com a matriz era controlado pela reclamante, via ramal 58, afora o ramal 59 que viabiliza contatos da filial com apenas a telefonista do PABX da matriz e com os outros ramais, apenas não viabilizando ligações externas. Ao quesito n.º 4 da autora o sr. perito responde: "Existe uma mesa de escritório na entrada da recepção onde estão instalados sobre ela três aparelhos telefônicos: um é um ramal do PABX de número 1 (um); um é o ramal 058 do PABX da matriz; um está ligado ao número 221.25.00. Ao número automático 221.25.00 está ligado uma chave de comutação com três posições e um bloqueador DDD" (fl. 357). E observa na resposta ao quesito 6: "Quem trabalhar na recepção pode controlar as ligações que chegam ao terminal 221.25.00 e poderá, através dos ramais internos do PAX, encaminhar estas ligações ao setor que possui extensões do 221.25.00". A resposta ao quesito sete da autora evidencia de forma intergiversável a necessidade da permanência contínua da telefonista na mesa centralizadora: "se a chave não estiver posicionada no setor desejado, apenas quem estiver na recepção poderá encaminhar esta ligação ao setor procurado". A mesma conclusão se extrai da resposta ao quesito n.º 8. E a resposta ao quesito nono elimina qualquer dúvida: "Os equipamentos da filial demandariam uma CPCT

(Central Privada de Comutação Telefônica), para melhorar o sistema de comunicação da empresa, em virtude do alto volume de ligações telefônicas". Elucidativa é também a resposta ao quesito número cinco, da reclamada. E o argumento final está na resposta ao quesito número nove da reclamada: "... (omissis) Caso todos atendam a ligação, ocorrerá uma confusão na ligação. Para que tal não aconteça em virtude da quantidade de extensões existentes e do volume de ligações telefônicas é necessário um funcionário controlando as ligações telefônicas, ordenando corretamente ao seu destino". Este funcionário, imprescindível para racional utilização do sistema telefônico da filial, era a postulante.

Além disso, o perito concluiu que, para melhorar o sistema de comunicação da empresa, em virtude do alto volume de ligações telefônicas demandaria uma CPCT (Central Privada de Comutação Telefônica).

Por outro lado, os documentos de fls. 106/281 relacionam apenas as ligações feitas para fora da filial. Ademais, é logicamente razoável admitir-se ligações provenientes de fora, que também eram atendidas pela autora, que se servia do PAX para chamar o destinatário da ligação, através de qualquer um dos ramais internos, relacionados na fl. 356.

Assim, sem sombras de dúvidas, em face da robusta prova produzida, a reclamante não pode merecer outro título a não ser o de telefonista e, como tal, tem direito à proteção especial prevista no art. 227 da CLT. Giza-se, ainda, que os demais serviços "burocráticos" prestados pela reclamante, ou seja, cumulação com as funções de recepcionista, não desnaturam sua função principal de telefonista, e há de preponderar o regime de trabalho mais benéfico. E mais, é a penosidade da tarefa e permanência constante do operador, e não a atividade da empresa, que limita a jornada de obreira. Por isso, correta a sentença também em condenar a reclamada a retificar-lhe a função na CTPS, anotando a real função de telefonista, a contar de fevereiro/81 até a rescisão (período não prescrito).

2. *Das horas extraordinárias.* Visto que a reclamada considerava a autora obreira comum, e visto que cumpria jornada diária de 9h35min em regime de prorrogação compensada, pela eliminação do expediente aos sábados, a mesma cumpria 48 horas de trabalho de semana, percebendo o pagamento de 240 horas normais por mês, computado o repouso semanal remunerado. Contudo, nos termos do art. 227 da CLT, como telefonista, tem obrigação de cumprimento de jornada semanal de 36 horas. Portanto, faz jus a 12 horas extras por semana. Note-se que o empregador nunca pagou horas extras a não ser aquelas da compensação. O salário que abonava à reclamante pela sua pretensa jornada normal deve agora corresponder à jornada especial, limitada às telefonistas. Assim, a autora é credora de horas extras, cujo valor vai se buscar na divisão de seu salário mensal por 180, ou seja, 30 dias vezes 6 horas, com o adicional previsto em lei, isto é, de 50% sobre o seu salário-hora normal, bem como os reflexos. Mantém-se a sentença.

3. *Da condenação somente no adicional de 50%.* Como já foi analisado, a obreira, pela jornada especial, percebia uma remuneração que correspondia a 180 horas ao mês. Contudo, trabalhava 240 horas. Assim, tem direito às horas excedentes a 180, mais o respectivo adicional. Correta a sentença.

4. *Da inversão do ônus da sucumbência.* Prejudicado em face do reconhecimento do direito postulado pela autora.

Ante o exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região:

EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 04 de setembro de 1985.

Antonio Salgado Martins — Presidente
Adão Eduardo Häggstram — Relator
Cliente: Procurador do Trabalho

(TRT-3136/85)

EMENTA: Mão-de-obra temporária e vínculo empregatício. O aumento extraordinário de serviço autoriza a tomada de mão-de-obra temporária e, respeitada a legislação aplicável, o vínculo empregatício se estabelece somente entre o trabalhador e a firma prestadora de serviços.

Horários periciais. Por eles responde a parte sucumbente com relação a matéria periciada.

Regime compensatório ilegal e horas extras. Insalubre a atividade, o descumprimento do disposto no artigo 60 da CLT torna ilegal o regime compensatório. Aplicação do Enunciado 85 do TST.

Salário do empregado temporário. O aumento espontâneo que a tomadora dá aos seus empregados, de determinada categoria, beneficia o trabalhador temporário da mesma categoria. Aplicação do art. 12 da Lei n.º 6019/74.

VISTOS e relatados estes autos de RECURSOS ORDINÁRIOS, interpostos de decisão da MM. 1.ª Junta de Conciliação e julgamento de Canoas, sendo recorrentes IZIDORO TOLEDO DA LUZ e ECCO — SERVIÇOS GERAIS LTDA. e recorridos IZIDORO TOLEDO DA LUZ e MASSEY PERKINS S/A, sucessora de MASSEY FERGUSON PERKINS S/A.

Irresignadas com a sentença da 1.ª JCJ de Canoas, dela recorrem ambas as partes. O autor não se conforma com a exclusão da lide da Massey Ferguson Perkins S/A. A reclamada Ecco — Serviços Gerais Ltda. se insurge contra a condenação ao pagamento dos honorários periciais de ambos os peritos — médico e contábil —, contra a condenação ao pagamento de adicional de horas extras pelo descumprimento do artigo 60 da CLT e contra a condenação ao pagamento do aumento de 15% que a tomadora do serviço concedeu a seus empregadores a partir de 01-02-84, e seus reflexos em outros títulos.

Comprova o depósito recursal e o pagamento das custas.

Ambas as reclamadas contestam o recurso do autor.

A douta Procuradoria Regional preconiza o conhecimento e o desprovemento de ambos os apelos.

É o relatório.

ISTO POSTO:

Recurso do autor. Exclusão da lide da reclamada Massey Ferguson Perkins S/A. 1. A decisão recorrida exclui da lide a reclamada Massey Ferguson Perkins S/A e julgou que o contrato de trabalho foi mantido somente com a Ecco — Serviços Gerais Ltda., porque foram obedecidas todas as exigências legais para validar o contrato de mão-de-obra temporária. Contra esse julgamento se insurge o autor, argumentando que o acréscimo extraordinário de serviços ocorreu a partir de maio de 1984, quando a tomadora deixou de utilizar a mão-de-obra temporária, tendo a produção de tratores quase dobrado, em agosto de 1984. Por outro lado, o argumento da produção em 09/83, não teria ensejado a contratação de mão-de-obra temporária, que teria sido contratada para baixar custos, tanto assim, que, quando a produção quadruplicou, todos os temporários, que o pessoal da Massey ajudou a selecionar, foi dispensado. Aponta, ainda, contradição entre a defesa das reclamadas, pois, enquanto uma teria afirmado que o motivo da contratação teria sido o acréscimo extraordinário de serviços, a outra teria afirmado que teria sido a substituição de pessoal regular e permanente.

1.1. Apesar do esforço do nobre procurador do recorrente, o recurso não prospera. Salienta-se, desde logo, que não existe a alegada contradição entre a defesa das reclamadas. A tomadora, no item 3.º da defesa prévia, afirma que a

contratação do autor decorreu do aumento extraordinário do serviço e a prestadora diz que a contratação obedeceu à legislação aplicável à espécie, conforme documentos juntados. Entre estes consta o contrato firmado entre as duas empresas, em cuja cláusula está expresso que a tomadora "necessita de pessoal temporário para suprir necessidades transitórias" (fl. 24), o que não equivale, como o pretende o recorrente, à substituição de pessoal regular e permanente. A tomadora do serviço utilizou pessoal temporário no período de setembro de 1983 a abril de 1984, mas em maior volume nos meses de 11/83 a 03/84 (fls. 94/95). Nesse mesmo período as admissões de pessoal regular e permanente superaram as demissões (fls. 93/94). Nesse período cresceram também as vendas e a produção (fls. 95/96). Nos nove meses nos quais a tomadora utilizou mão-de-obra temporária — 09/83 a 05/84 — a produção média mensal de tratores foi de 1050, contra 518 nos nove meses anteriores. Ao mesmo tempo, o pessoal permanente da tomadora cresceu em 10% e o temporário de zero a 288%, chegando a representar 13% do total dos seus empregados (fl. 96). A partir de 09/83 começaram a aumentar as encomendas, o que impôs uma premente necessidade de aumento de empregados, como se vê das respostas aos quesitos 1 e 5 da reclamada (fls. 98/99). Passado esse período, a tomadora deixou de utilizar mão-de-obra temporária, aumentando ainda mais o quadro próprio, bem como a produção. A prova revela que a utilização da mão-de-obra temporária junto à prestadora de serviços está justificada pelo aumento extraordinário das encomendas de tratores da tomadora e que foi respeitada a legislação aplicável. Diante disso, mantém-se a sentença que excluiu a Massey Ferguson Perkins S/A da lide.

Recurso da Ecco — Serviços Gerais Ltda. Dos honorários periciais. 2. A reclamada se insurge contra a condenação ao pagamento dos honorários do perito médico porque a perícia não teria esclarecido suficientemente a matéria periciada, e do perito contábil porque lhe teria sido favorável.

2.1. Segundo a conclusão da perícia médica, a atividade do autor era insalubre em grau máximo, além de perigosa, sendo-lhe deferido o adicional de periculosidade, cabendo à demandada o ônus correspondente aos honorários.

2.2. Melhor sorte não tem o recurso no que atine aos honorários do perito contador. A recorrente, como se verá a seguir, sucumbiu também quanto à matéria objeto da perícia contábil e, assim, também, responde pelos honorários deste perito.

Do regime de compensação horária ilegal e adicional de horas extras. 3. Insurge-se também a recorrente contra a condenação ao adicional de horas extras, sobre as indevidamente compensadas pelo descumprimento do artigo 60 da CLT, argumentando que esse artigo não se refere ao adicional de periculosidade, que foi deferido, e assim não haveria proibição para adoção do regime compensatório.

3.1. Não prospera também aqui o recurso. A recorrente confunde o deferimento cumulativamente dos adicionais de periculosidade e insalubridade, com atividade simultaneamente insalubre e perigosa. No caso dos autos a atividade do reclamante era insalubre e perigosa, o que exige o cumprimento do disposto no artigo 60 da CLT para a adoção do regime compensatório. Devido, pois, o adicional de 25% sobre as horas indevidamente compensadas.

4. *Aumento de 15% a partir de 01-02-84 e reflexos.* Irresigna-se, finalmente, com a condenação ao pagamento de aumento salarial de 15%, a partir de 01-02-84, concedido pela tomadora aos seus empregados e reflexos, dizendo que o artigo 12 da Lei n.º 6019/74 assegura aos trabalhadores temporários o salário da mesma categoria da tomadora, sendo dela excluídos os aumentos espontâneos. Além disto, de 26-01-84 a 09-02-84 esteve no seguro, pelo que nada lhe seria devido em razão daquele aumento.

Não colhe melhor sorte o recurso. Ao pessoal temporário é assegurado, pelo art. 12 da Lei 6019/74, o mesmo salário deferido aos empregados da tomadora, da mesma categoria. Assim, deferido aumento a estes — o aumento foi de 15% — ao mesmo fez jus o reclamante à conta da prestadora, que ressarcir-se-á junto à

tomadora, da diferença correspondente. Distinguir os empregados da mesma categoria profissional daqueles da tomadora, para tratamento salarial, seria contrariar o espírito da própria lei, pois estimularia tais pactuações com vista à obtenção de mão-de-obra menos onerosa.

Ante o exposto,

ACORDAM, por unanimidade de votos, os Juízes da 3.^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região:

EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE.

EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA.

Custas na forma da lei. Intime-se.

Porto Alegre, 06 de maio de 1986.

João Luiz Toralles Leite — Presidente e Relator

Ciente: Procurador do Trabalho

EMENTAS DE ACÓRDÃOS, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO

5062 — ACORDO COLETIVO — *de trabalho, que prevê correção salarial com base em decreto-lei vigente na época de sua celebração. Condição que prevalece ainda que o diploma legal venha a ser alterado quando do reajuste semestral, não havendo contrariedade ao disposto no art. 623 da CLT, porque o ajuste coletivo obedeceu à legislação em vigor quando estabelecido.*

(...) Discute-se, no caso, a validade da cláusula 1.^a do acordo coletivo de trabalho de fl. 6 e que assim está vazada: "A partir de 1.^o de março de 1983 e também a partir de 1.^o de setembro do mesmo ano, o salário mensal dos auxiliares de administração escolar da Unisinos será corrigido de conformidade com o previsto de Decreto 2012/83 de 26.01.83".

A MM. Junta a quo deu procedência à ação, por entender que, no caso, prevalece o ajuste. A reclamada, em seu recurso, afirma, em síntese, que foi mencionado o aludido decreto-lei, quando da celebração do acordo, por ser a legislação que disciplinava os reajustes salariais. No entanto, não significa que estivesse obrigada a dar cumprimento à cláusula referida, quando da mudança da legislação que regula a matéria, mesmo porque impunha-se seguir o disposto no art. 623 da CLT.

Ainda que ponderáveis os argumentos expendidos no apelo, é de se confirmar a decisão revisanda. Realmente, a correção semestral dos salários é sistemática introduzida pela Lei n.^o 6708/79, a qual veio a ser alterada quanto aos índices desse reajustamento periódico. Por conseguinte, quando celebrado o acordo coletivo em causa, já fora editado decreto-lei que alterara o critério, mas que, em absoluto, se fazia necessário fosse mencionado em acordo coletivo de trabalho para que se aplicasse enquanto vigorasse o ajuste. Se o fez, estabeleceu como condição a ser obedecida pelos pactuantes, ainda que alteradas posteriormente as disposições do mesmo diploma legal. No caso, o que prevalece é a vontade dos pactuantes que se sobrepõe a outras normas não previstas no pacto celebrado. Convém seja salientado que o mesmo acordo foi feito em consonância com a legislação vigente à época, o que retira qualquer nulidade que viesse a decorrer do disposto no art. 623 da CLT. Ao contrário do sustentado, as partes se submeteram à normatividade da política salarial do Governo, quando efetuaram o acordo.

Acórdão de 31.07.85

Proc. TRT 2926/85 — 1.^a Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5063 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *O adicional de insalubridade incide sobre o salário mínimo e sobre o salário profissional, mas não sobre o salário normativo de uma categoria profissional.*

(...) base de cálculo. A decisão recorrida indeferiu a pretensão do autor à diferença de adicional de insalubridade sobre o salário normativo da categoria profissional, com o que este não se conforma.

Improcede, nesta parte, o apelo. O adicional de insalubridade incide, de acordo com o artigo 192 da CLT, sobre o salário mínimo. No caso de salário mínimo profissional, de acordo com a legislação específica (médicos, veterinários, engenheiros, etc.), a base de cálculo desse adicional é o salário mínimo profissional. Este, contudo, não se confunde com o salário normativo de uma categoria profissional, que é um mero salário-base.

Acórdão de 11.06.85
Proc. TRT 10033/84 — 3.^a Turma
Relator: João Luiz Toraltes Leite

5064 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Trabalhando o reclamante em horas extras e devendo o adicional de insalubridade incidir sobre o salário mínimo, o valor daquelas deve estar integrado por este, dentro desse limite, pois que o serviço em sobrejornada importa que o valor do salário mínimo se eleve, sem que perca sua característica, conclusão que não se alteraria na hipótese de se tratar de jornada reduzida.*

(...) Sustenta a recorrente que o adicional de Insalubridade deve incidir sobre o salário mínimo regional e não sobre a remuneração do empregado, que é composta pelas horas extras prestadas.

Data venia de entendimentos em sentido contrário, é de ser mantida a condenação, pois embora calculado sobre o mínimo regional, incide o adicional de insalubridade sobre a remuneração das horas suplementares.

O serviço em sobrejornada importa em que o valor do salário mínimo se eleve, sem que perca sua característica, que não se alteraria na hipótese de se tratar de jornada reduzida. Por outro lado, se a jornada normal sofre a atuação do agente insalubre e propicia ao trabalhador o adicional respectivo, a dilatação da jornada em condições de insalubridade deve obedecer ao mesmo critério.

Acórdão de 24.10.85
Proc. TRT 6478/85 — 2.^a Turma
Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5065 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Verificada a insalubridade no local de trabalho, ainda que não atingindo toda a duração da jornada, torna-se devido o respectivo adicional de forma integral, sem qualquer limitação, na forma prevista no art. 192 da CLT.*

(...) A recorrente pretende ver acolhido o pedido inicial de adicional de insalubridade, cujo direito não foi acolhido pela MM. Junta de origem, em sua integralidade. Cabe prover o recurso, neste item, pois a condenação não pode limitar-se ao adicional de Insalubridade sobre apenas duas horas diárias, como decidido em 1.^a Instância. A condenação deve ser integral, uma vez configurado o trabalho insalubre, ainda que sua duração não atinja a totalidade da jornada de trabalho da autora. Reconhece-se à reclamante o direito ao adicional de 20% sobre o salário mínimo, com integração em horas extras, férias, 13.^o salário, aviso prévio, repouso e FGTS, tudo a ser apurado em liquidação, observada a prescrição bienal, devendo a reclamada pagar os honorários da perícia médica.

Acórdão de 14.01.86
Proc. TRT 8704/85 — 4.^a Turma
Relator: Luiz Kayser

5066 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *em grau máximo, pelo manuseio de substâncias cancerígenas, independentemente do tempo de exposição. Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo.*

(...) Indeferiu o Juízo da 1.ª Instância diferença do adicional de insalubridade em grau médio para máximo, pela eventualidade do contato do autor com óleos e graxas minerais, eventualidade essa não norteadora do espírito do legislador ao enquadrar o manuseio de referidos produtos como agentes ocasionadores de insalubridade máxima.

Não se compartilha, contudo, dessa posição. O autor, como operador de desbaste, realizava trocas de luvas, manuseando peças engraxadas com graxa mineral, ao se abraçar ao conjunto para dar o giro, de uma a duas vezes por semana, vez que se trata de uma medida preventiva do desgaste da peça, cuja durabilidade é mais ou menos de uma semana. Para retirar a graxa, é necessário o uso de querosene. A Portaria n.º 3214/78, NR-15, Anexo 13 diz ser insalubre em grau máximo a "manipulação de alcatrão, breu, betume, antraceno, negro-de-fumo, óleos minerais, óleo queimado, parafina ou outras substâncias cancerígenas afins", não havendo referência ao limite mínimo de exposição para a atividade ser considerada insalubre. Apenas o fato "manipulação" é suficiente. E onde o legislador não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo.

É de se ponderar, assim, que, se o legislador não restringiu em termos temporais o manuseio, é porque um só contato é suficiente. De outra parte, se, por força das funções atribuídas ao autor, no mínimo uma vez por semana tem que trocar as luvas, isto em nada é eventual, mas sim continuado, repetindo-se semanalmente, o que não se confunde com permanência.

Por estas razões, curvando-nos à prova de cunho técnico, cuja função é suprir a falta de conhecimento especializado neste tocante, defere-se o pretendido na forma postulada e com os reflexos expressos na inicial.

Acórdão de 02.07.85
Proc. TRT 10.440/84 — 4.ª Turma
Relator: *Petrônio Rocha Volino*

5067 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Em trabalho onde o óleo mineral entra em contato direto com a pele do trabalhador, o adicional da insalubridade devido é em grau máximo, visto serem cumulativos os efeitos danosos do agente insalutífero, conforme esclarecido pela perícia.*

(...) O esclarecimento pericial no sentido de mostrar que a legislação não estabelece quantificação quando se trata de trabalho em contato com óleos minerais, a nosso ver, é decisiva. Com efeito, demonstrado que os danos causados pelo contato com óleos minerais decorrem de efeitos cumulativos, ou seja, decorrem do somatório de todas as exposições, durem elas horas, dias ou minutos, perde importância a questão de saber se o contato com o agente insalutífero — no caso óleo mineral — era ou não de curta duração. Por tal motivo, o laudo emprestado trazido às fls. 29/37 dos autos não foi considerado pelo Juízo, fato com o qual concordamos, em que pese estabelecesse valor médio para o grau de insalubridade a ser pago ao trabalhador. Este laudo chegou a esta conclusão porque considerou existir relativa eventualidade no trabalho do obreiro. Esqueceu-se, porém, de que os efeitos insalutíferos resultantes do contato direto do óleo mineral com a pele (e o autor não usava luvas ou só as usava no inverno) são cumulativos.

Acórdão de 11.03.86
Proc. TRT 4885/85 — 3.ª Turma
Relator: *Élio Eulálio Grisa*

5068 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *É devido ao autor o adicional de insalubridade em grau máximo nos dias em que o local de trabalho do mesmo apresenta essas condições, conforme laudo pericial médico.*

(...) Ocorreu, neste processo, perícia médica que constatou não haver no local de trabalho do autor agentes insalutíferos, mas quando este trabalhava aos sábados ou substituíu algum colega, trabalhava com asfalto, que é enquadrado como agente insalubre em grau máximo.

Apesar desta conclusão a que chegou a perícia, a sentença resolveu indeferir o pedido do autor, em virtude deste não alegar em sua inicial trabalho em sábados ou que eventualmente substituiu algum colega. E também pelo fato do autor faltar muito ao serviço e se apresentar embriagado.

O recorrente, em sua inicial, alega trabalhar em contato com asfalto, sendo-lhe por isso devido o adicional de insalubridade.

Não especifica quando trabalhava, se aos sábados ou todos os dias.

Portanto, tendo sido constatada pela perícia médica a incidência de insalubridade no trabalho do autor em algumas oportunidades, deve ser este pedido deferido, para conceder ao autor o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo nos dias em que este trabalhou em contato com asfalto, apurável em liquidação de sentença.

Acórdão de 11.07.85

Proc. TRT 10.008/84 — 2.^a Turma

Relator: Zurayde José Iuaquim Leite

5069 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Uso do EPI. Responsabilidade. É de responsabilidade da empregadora, em face das normas de higiene e segurança do trabalho vigentes, não só o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) ao trabalhador, mas, e principalmente, o dever de instruir, orientar, exigir e fiscalizar a sua correta e contínua utilização, sob pena de vlr a ser obrigada ao pagamento do adicional respectivo.

Acórdão de 21.11.85

Proc. TRT 4439/85 — 2.^a Turma

Relator: Adão Eduardo Häggstram

5070 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Protetor auricular devidamente fornecido. A sua não utilização é opção do empregado que assume inteiramente o risco de sua saúde.

(...) A reclamada, Inconformada com a condenação que lhe foi imposta pela R. sentença de fl. 84 quanto ao pagamento de adicional de insalubridade em grau médio, com reflexos, interpôs recurso ordinário.

Sustenta que cumpriu a obrigação legal de fornecer a proteção necessária, não sendo de sua responsabilidade a não utilização de mesma pelo autor, descabendo, de tal sorte, a condenação imposta.

Entendeu o MM. Juízo a quo que o fornecimento de aparelhos auriculares ao empregado não exime do pagamento do adicional de insalubridade devido, eis que lhe compete também exigir o uso do citado protetor pelos empregados. Acolho o recurso. A obrigação do empregador se esgota com o fornecimento do equipamento de proteção individual, capaz de neutralizar os efeitos nocivos à saúde do trabalhador.

A não utilização é opção do empregado que assume inteiramente o risco de sua saúde.

Incide na espécie o Enunciado de n.º 80 do TST, diante da informação do perito de que o protetor auricular fornecido pelo empregador neutraliza os efeitos nocivos do ruído.

Acórdão de 11.03.86

Proc. TRT 3563/85 — 4.^a Turma

Relator: Liberty Conter

5071 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — O protetor Protim 1001 (tipo "plug") não afasta a incidência da insalubridade por ruído, o que só ocorreria se feito sob medida para cada trabalhador, tendo em vista as diferenças do conduto auditivo das pessoas.

(...) Sustenta a recorrente que a entrega, treino, fiscalização e substituição dos aparelhos protetores é ônus do empregador, e que trabalhou de 1974 até 1980 sem receber EPI. Após, lhe foi entregue um, que causava dores nos ouvidos, mas o perdeu e não recebeu outro. Não ficaria, assim, superada a insalubridade a que estava exposta.

Os autos comprovam, através do documento de fl. 16, que a reclamante recebeu o protetor Protim 1001 (tipo "plug"), tendo a v. decisão a quo concluído que assim ficou superada a insalubridade.

Diverge-se da conclusão adotada, data venia. O protetor em apreço teria o efeito pretendido acaso feito sob medida para o trabalhador que o usa. À evidência isto não ocorre na espécie, o que sequer se alega. Por este motivo é que este Relator tem entendido, escudado inclusive em ponderáveis opiniões médicas, que ele não é eficaz para os fins pretendidos.

Com o maior respeito, entende-se que o conteúdo do Enunciado 80 do Egr. Tribunal Superior do Trabalho há de ser interpretado em termos. Não se pode concluir, data venia, que a simples aprovação do protetor pelo órgão competente do Poder Executivo impeça juízo contrário do Poder Judiciário. Se assim ocorresse, haveria inconstitucionalidade no seu conteúdo, conclusão que não se tem como razoável. Daí porque ele há de ser adequadamente interpretado. Ainda que o juiz pessoalmente não possua capacidade técnica para repelir a eficácia do protetor, como já se referiu alhures, as conclusões que se têm a respeito do tema decorrem de informações colhidas junto aos especialistas da matéria. Estes, em expressiva maioria, têm proclamado que o aparelho em apreço não é eficaz para superar a insalubridade por ruído. E é com base nestes especialistas que o juiz pode alcançar uma conclusão no trato do tema, de modo a se sentir capacitado a contrariar as do órgão competente do Poder Executivo. Não fosse assim, não estaria cumprindo a sua missão de julgar de conformidade com os conhecimentos que os doutos lhe transmitiram e que sua consciência acolhe.

A conclusão nesse sentido se escuda na circunstância de ser sabido que o tamanho do conduto auditivo varia de pessoa para pessoa. Se o protetor fosse ício sob medida para quem o usa, se poderia aceitar a sua eficácia. Mas isto não é o que ocorre, reitere-se. Daí a necessidade de levar em conta esta circunstância, que é essencial. E a conclusão que se alcança é a de que, fabricado em tamanho único, não é capaz de superar o desconforto a que se submetem os empregados, na totalidade.

Assim sendo, tem direito, data venia, a reclamante ao adicional de insalubridade, em grau médio. O cálculo deste adicional, no entanto, há de incidir sobre o salário mínimo. Deferem-se, também, os reflexos pleiteados na inicial.

Acórdão de 10.04.86

Proc. TRT 3942/85 — 2.ª Turma

Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5072 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Perícia para averiguação da existência de insalubridade. Laudo que deve ser realizado unicamente por médico, profissional competente para avaliar os riscos à saúde provenientes dos agentes considerados insalubres.

(...) Preliminarmente pretende o demandante a nulidade do processado pelo fato de ter sido realizada a perícia para averiguação da existência de insalubridade por engenheiro e não médico.

Inteira razão lhe assiste. É o médico o profissional competente a verificar do alcance dos efeitos nocivos dos agentes considerados insalubres, sobre a saúde do trabalhador. Assim, como não se admite realizem médicos perícia sobre a existência de periculosidade, que é afeta a engenheiros, assim também não se pode aceitar que este profissional adentre em área médica a tecer comentários sobre saúde.

Acórdão de 02.10.85
Proc. TRT 2902/85 — 1.ª Turma
Relator: Plácido Lopes da Fonte

5073 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Acordo, quanto ao reconhecimento de insalubridade no local de trabalho do autor, feito pelas partes litigantes, invalida pretensão regime de compensação de horário, pois não observado o disposto no art. 60 da CLT.*

(...) A demandada, através da petição de fl. 65, não só reconheceu insalubridade em grau médio, no local de trabalho do autor, como também chegou a um acordo com o demandante a título do adicional correspondente.

Em face do reconhecimento das condições insalutíferas, a Junta, quanto ao pedido de horas extras resultantes de regime de compensação inválido, aplicou o entendimento sumulado pelo TST, contido no verbete n.º 85. No recurso, a demandada insinua que não havia insalubridade ou que esta não pode decorrer de acordo feito pelas partes. Como se disse antes, o acordo foi no sentido de se reconhecer as condições insalutíferas em grau médio, diferente, portanto, ao que afirma a recorrente e acaso ilustra em ementa oriunda deste Regional. Naquela ocasião, pelo que se infere da ementa, não se reconheceu insalubridade; nesta, as partes, ao contrário, a reconheceram e a acordaram em grau médio. Configuradas as condições insalubres, e não atendido o disposto no art. 60 da CLT para adoção de regime de compensação de horário, são devidas como extras as horas excedentes de oito, acrescidas do adicional de 25%, consoante o disposto no enunciado n.º 85 da Súmula do TST.

Acórdão de 19.11.85
Proc. TRT 6402/85 — 3.ª Turma
Relator: João Antônio G. Pereira Leite

5074 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Perícia médica ampara o deferimento de adicional de insalubridade média.*

(...) É inaceitável a tese da empresa de que o termo do contrato laboral constituiria óbice à postulação de adicional de insalubridade e à realização de perícia para a correspondente verificação. Acolhê-la importaria em tornar totalmente inócuo o dispositivo cuja finalidade é a proteção do direito do empregado. A Lei 6514/77, com a nova redação que conferiu ao art. 196 da CLT, torna indefensável aquele posicionamento.

É possível recriar, como o fez o expert, valendo-se das informações do autor e do auxiliar de pessoal da empresa, as condições em que o primeiro laborou como soldador e cuja análise qualitativa determinou o enquadramento dessa atividade no anexo 7 da NR 15 da Portaria 3214/78.

Correta, pois, a sentença, que, adotando as conclusões da bem elaborada perícia, deferiu ao autor o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio e seus reflexos.

Acórdão de 30.07.85
Proc. TRT 10323/84 — 4.ª Turma
Relator: Sileno Montenegro Barbosa

5075 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Apuração pelo perito das condições de trabalho por mera conjectura, originada de informação do reclamante e na experiência própria, sem proceder a medição do ruído excessivo que diz existir no trabalho do empregado pela impossibilidade de recomposição das condições de trabalho. Insuficiência desses elementos como meio de prova para justificar uma condenação ao pagamento de adicional de insalubridade.*

(...) O reclamante era ajudante de almoxarife. A decisão recorrida, em conformidade com as conclusões do laudo pericial, defere ao postulante o pagamento de adicional de insalubridade. Enquadra o seu trabalho em insalubridade de grau médio, por excesso de ruído, resultante da proximidade do local de trabalho com empregados que operam lixadeiras pneumáticas ou elétricas.

A reclamada tem razão. O laudo pericial é meramente conjectural. As obras já foram encerradas. O perito baseia suas conclusões exclusivamente em informações prestadas pelo reclamante e outros ex-empregados. Não resta comprovada a proximidade do almoxarifado com o local de trabalho onde outros empregados operavam as lixadeiras.

O perito não reproduz as condições de trabalho existentes à época para proceder à medição do ruído. O perito supõe, de acordo com a regra de sua experiência, que o ruído seria excessivo. Mas isso é insuficiente como meio de prova.

Para desempenho de sua função, conforme dispõe o art. 429 do CPC, pode o expert utilizar-se dos meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças. Não pode, entretanto, presumir a insalubridade, fundamentando as suas conclusões exclusivamente em informações prestadas por interessados.

Acórdão de 13.06.85
Proc. TRT 8552/84 — 2.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5076 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *O adicional de insalubridade, como parcela fixa, paga mensalmente, integra os proventos para todos os efeitos legais, inclusive para a complementação da aposentadoria, respeitadas as condições para este fim impostas pela legislação própria.*

(...) O adicional de insalubridade, como parcela fixa mensal, integra o conceito de proventos, nos limites em que assim a lei assinala. É irrelevante cesse, com a aposentadoria, a exposição aos agentes insalutíferos, para que o empregado leve para a inatividade a vantagem econômica dela decorrente e isto porque, com a aposentadoria, muda a natureza do pagamento: na atividade visa a cobrir o risco de saúde; na aposentadoria assegura igual remuneração como se ativo fosse. Constitui sofisma a afirmação de que a lei assegura, na inatividade, proventos iguais aos daqueles em atividade, e não os proventos do aposentado, como se estivesse trabalhando, porque o empregado que substitui o aposentado também deverá receber o adicional de insalubridade, uma vez que exposto aos mesmos agentes. A matéria atinente ao custeio, se não houve o desconto sobre aquela parcela, decorre da imprevidência da reclamada, e disso não pode advir prejuízo para o aposentado. É, contudo, de referir que a vantagem, para ser incorporada, está condicionada pela própria empresa nos estatutos legais próprios que a instituíram. Como os próprios recorridos invocaram. E, *in casu*, está o disciplinado no art. 16 da Lei 7367/82, em seu § 4.º, que limita a sua incorporação na aposentadoria a dois casos: I — houver sido percebida por 5 anos contínuos ou 10 intercalados; II — decorrer, a aposentadoria, de moléstia ou acidente decorrente do risco a que o funcionário estava especialmente sujeito.

Acórdão de 18.03.86
Proc. TRT 5116/85 — 3.ª Turma
Relator: *João Luiz Toralles Leite*

5077 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — O adicional de insalubridade integra o salário do empregado para o cálculo da complementação de aposentadoria. Abrangência da expressão "vencimentos" das vantagens conferidas ao servidor. Incorporação do adicional de insalubridade nos proventos prevista na Lei 7357/80, aplicável aos reclamantes por força do estatuído no § 4.º do art. 12 da Lei 4136.

(...) Discute-se no presente processo se é devida na complementação de aposentadoria, a cargo da demandada, a integração do adicional de insalubridade. Sustenta a empresa que a parcela em questão não está prevista nas disposições legais que regem a matéria. Tece longas considerações, discorrendo sobre o conceito de vencimentos para tais efeitos. Os reclamantes são servidores extranumerários da extinta autarquia Comissão Estadual de Energia Elétrica sucedida pela ora demandada, os quais passaram à situação jurídica de empregados, conservando em seus patrimônios todas as vantagens ou prerrogativas adquiridas ou em formação (Lei n.º 4136, art. 12, §§ — fl. 6). Entre esses direitos, legalmente assegurados, está a complementação de aposentadoria garantida pela Lei 3096/56.

Demonstram os autos que os autores tiveram reconhecido o direito à percepção do adicional de insalubridade em 1974 e 1977. Dita parcela, paga de forma permanente, integra o salário para todos os efeitos.

A Lei 3096, em seu art. 1.º, atribui ao inativo proventos iguais aos vencimentos que, em qualquer época, forem percebidos pelos servidores em atividade. E a expressão "vencimentos" no plural, empregada no texto legal, ao contrário do que pretende a empresa, abrange as demais vantagens percebidas pelo servidor no exercício de suas funções e não apenas o salário básico. Nesse sentido, os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles citado pela sentença e no acórdão de fls. 119/121, aos quais nos reportamos. A transcrição do mesmo autor trazida no recurso à fl. 141 corrobora este entendimento, pois ali há referência apenas a "vencimento", no singular.

Improcede, também, *data venia*, o argumento de que o adicional de insalubridade não pode complementar o ganho da aposentadoria, porque o aposentado não trabalha em condições insalubres. É que o fato gerador do direito à complementação não é o trabalho em condições insalubres, mas o fato de que os autores percebiam adicional de insalubridade quando trabalhavam. A não ser assim, tampouco poderiam receber complementação que correspondesse aos seus vencimentos (contraprestação de seu trabalho), pois também não estão mais trabalhando.

Ademais, como bem salientam os autores em contra-razões, a pretensão está igualmente amparada pela Lei Estadual número 7357/80 que, em seu art. 56, § 4.º, inciso I, determina a integração nos proventos de aposentadoria de gratificação especial para os funcionários que exercem seus cargos com peculiar risco à própria saúde, desde que percebido dito benefício por cinco anos contínuos ou dez intercalados. Trata-se de vantagem acrescida ao Estatuto do Funcionário Civil do Estado, cuja extensão aos servidores da autarquia sucedida pela demandada se impõe por força do disposto no § 4.º do art. 12 da Lei n.º 4136/61. E as condições para a incorporação foram preenchidas.

Embora a demandada à fl. 87 tenha alegado a revogação do § 4.º do art. 12 do diploma mencionado, pela Lei 6169, não o demonstrou. De qualquer sorte, não poderia esta revogação atingir aos autores por tratar-se de direito adquirido com proteção do art. 468 da CLT.

Em que pese os respeitáveis argumentos da digna procuradora da empresa, não se acolhe o apelo.

Acórdão de 14.05.86
Proc. TRT 8771/85 — 4.ª Turma
Relator: Paulo Maynard Rangel

5078 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — CEEE. Complementação de proventos de aposentadoria. Pretensão ao cômputo do adicional de insalubridade. Reconhecimento da improcedência do pedido. Recurso da reclamante a que se nega provimento.

(...) A atual linha de orientação jurisprudencial desta Turma Julgadora coincide com aquela adotada pela R. decisão de 1.º grau, que reconheceu a improcedência da pretensão da reclamante, que quer obter o cômputo do adicional de insalubridade para efeito de cálculo da complementação de seus proventos de aposentadoria. Com efeito, entendemos que a Lei Estadual 3096/56 assegura aos inativos a percepção do mesmo padrão de vencimentos auferidos em atividade, no qual não se incluem vantagens outras atribuídas ao trabalhador antes de sua aposentadoria, que levam em conta, como é o caso do adicional de insalubridade, aspectos particulares da prestação de serviço de um determinado empregado.

Ademais, como já foi decidido por este Tribunal, se o legislador pretendesse incluir vantagem de tal natureza nos proventos da aposentadoria a ela teria se referido expressamente, a exemplo do critério comumente adotado em tal hipótese. Deve ser ponderado também que, originando-se o direito do trabalhador de um ato de liberalidade patronal, tudo recomenda que o ato regulamentar da concessão seja interpretado em seus exatos termos, sem interpretações que objetivem ampliar a compreensão da norma a aplicar.

Acórdão de 09.04.86

Proc. TRT 10870/85 — 1.ª Turma

Relator: Antônio Salgado Martins

5079 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Embora o laudo pericial do Juízo concluisse pela inexistência de insalubridade, o referido adicional é devido em face da conclusão esposada pelo laudo acostado. Recurso provido.*

(...) Pretende a reclamante o pagamento do adicional de insalubridade e reflexos, sustentando que o laudo pericial de fls. 45/50, complementado nas fls. 86/88 e 109/111, é ineficaz, por ter demonstrado impropriedades técnicas e deixado lacunas.

A D. sentença decidiu pelo indeferimento do referido adicional, à vista do laudo do perito que não constatou a presença de agentes insalutíferos no local e nas atividades da demandante.

Data venia da R. decisão de 1.º Grau, deverá a mesma ser modificada, pelos fatos a seguir:

A autora exercia as funções de auxiliar de enfermagem na clínica reclamada, a qual destina-se a cirurgia plástica, incumbindo-lhe, além de outras funções, o atendimento a pacientes pós-cirúrgicos.

O contato com pacientes era direto, os quais poderiam ser portadores de agentes infecciosos, como bem salientou a expert, porém descartou a possibilidade de contato com moléstias infecto-contagiosas porque é rotina da clínica exigir exames de sangue e de urina que identifiquem qualquer infecção no indivíduo; e, caso os exames apresentem alguma anormalidade, não é dada a baixa ao paciente.

Por outro lado, consta dos autos, nas fls. 84/101, o xerox de um laudo médico realizado na clínica reclamada, onde o expert verifica a existência de insalubridade em atividades idênticas à da reclamante, sendo que, por coincidência, o término do vínculo empregatício com a parte adversa se deu no mesmo dia em que o da ora reclamante. O referido laudo concluiu que as atividades na empresa reclamada caracterizavam-se como nocivas à saúde, uma vez que os pacientes, após o ato cirúrgico, permaneciam internados para recuperação da anestesia, controle do estado físico geral e para medicação, estando a reclamante constantemente em convívio com eles, mantendo estrita proximidade e contato íntimo, devido a manuseio de seus corpos e vestes, o contato cutâneo com pele, mucosas e secreções, a limpeza das cavidades naturais, a respiração e conversação realizada à pequena distância, em atmosfera comum e confinada, por tempo prolongado, propiciando, assim, condições favoráveis à transmissão de germes causadores de moléstias infecto-contagiosas, se o paciente atendido fosse portador ou estivesse contaminado por eles, ou moléstias microbianas infecciosas que se propagam diretamente entre seres humanos pela estreita proximidade e contato físico, como sendo: as doenças

agudas das vias respiratórias causadas por vírus pneumococos, as infecções superficiais ou profundas por estreptococcus e estafilococcus, as enterites bacterianas, a hepatite infecciosa viral, a meningite e a tuberculose.

Esclarece, ainda o laudo apontado, que a reclamante, no desempenho das atividades cotidianas, além de outras muitas ponderações, estava sujeita aos riscos de contaminação por agentes biológicos abrigados e transmitidos por pacientes por ela atendidos. Por isso, classificou as atividades como insalubres em grau médio, apontando a Portaria 12/79 da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho, que alterou o texto original do Anexo 14 da NR 15 da Portaria 3214/78, onde consta: *Insalubridade em grau médio*: "Trabalhos ou operações em contato permanente com pacientes, animais ou material infecto-contagiante em: hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados)".

Por conseguinte, não há como se negar o pagamento referente ao adicional de insalubridade, com integrações nas parcelas remuneratórias, rescisórias e FGTS, a ser calculada em liquidação de sentença.

Acórdão de 28.01.86
Proc. TRT 4281/85 — 3.^a Turma
Relator: *Olívio Nunes*

5080 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *que se prevê ao empregado, com base nos termos dos dois laudos periciais médicos realizados no processo.*

(...) demonstrou seu inconformismo o empregado no tocante ao não deferimento do adicional de insalubridade em toda a contratualidade, por decorrência de vibrações.

Sinale-se que laborava o reclamante em um "bate-estacas", que é uma máquina perfuratriz, constituída por um motor e um mastro de 15 metros de comprimento, em cujo interior se encontra uma bala metálica, grande e pesada, a qual, aproximadamente a cada dois minutos, é largada e cai, com grande impacto, ao solo, perfurando suas sucessivas camadas, até encontrar terreno firme, onde serão fixados os alicerces das construções.

Ambos os peritos foram unânicos em afirmar que as vibrações nas atividades do empregado eram intensas, porém, ante os termos do Anexo 15 da NR 8, não poderiam considerá-las insalubres, já que não possuíam o aparelho necessário para efetuar a medição compatível, aparelho este do qual nenhum perito desta Justiça do Trabalho é possuidor.

Ora, a função do Magistrado não é a de simples aplicador de normas mas, isto sim, de distribuir justiça quando aquelas se mostram falhas.

Se em um caso como o presente, ficou evidenciada a total impossibilidade do cumprimento da Portaria que regula a matéria — já que foge à realidade fática da nossa Justiça do Trabalho — é necessário que se use o bom senso.

Assim, é imperativo que se faça justiça, não podendo as partes serem lesadas ou levarem vantagens por lapsos e inadequações nas elaborações das normas.

Pelo trabalho realizado por ambos os experts fica evidente, ainda que sem a aferição respectiva, que a vibração a que estava exposto o empregado em seu trabalho era prejudicial à saúde.

Para tanto, ambos juntam fartas citações de obras elaboradas pela OIT sobre a matéria.

Ainda que assim não fosse, é do conhecimento de todos nós a máquina em que trabalhava o reclamante: um "bate-estacas".

Tal máquina ao ser acionada, ocasiona, após violento estrondo, ondas vibratórias tão intensas que chegam a estremecer todos os prédios que circundam a obra.

Se assim ocorre — isto é fato notório — por óbvio, a onda de maior intensidade vibratória é a que se forma junto à máquina, local onde trabalhava o reclamante.

Neste sentido, afirma um dos peritos (o segundo), à fl. 48, quando diz: “É certo que o operador colocado no “estribo” da máquina fica submetido a vibrações intensas, muito acima do limiar da percepção” e, ainda, citando a obra da OIT, *OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY*, Vol. II, pág. 1463: “exposição prolongada a intensa vibração pode dar origem a doenças ocupacionais...”.

Afirma ainda o louvado: “A vibração sobre a máquina é muito intensa, supera grandemente o limiar da percepção, tinha atuação prolongada sobre o reclamante (todo o expediente de trabalho), e os fatores agravantes (intenso ruído, microclima desconfortável, natureza árdua do trabalho) eram verificados no caso de Wernício”.

Diante disto e, ante os termos dos dois brilhantes laudos trazidos ao processo, é imperativo — como já se disse — que se faça justiça, não podendo, neste caso, o julgador ficar adstrito à norma, gerada longe da realidade desta Justiça do Trabalho.

Assim, reconhece-se como insalubre em grau médio a atividade do reclamante, sendo-lhe devido o respectivo adicional e repercussões, durante toda a sua contratualidade.

Acórdão de 01.08.85

Proc. TRT 12/85 — 2.ª Turma

Relator: Zurayde José Iuaquim Leite

5081 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — que é corretamente deferido, em face da prova pericial. Recepcionista de hospital que recebia pacientes e seus familiares e acompanhantes, restando exposta ao contágio por agentes biológicos.

(...) A reclamante trabalhava como recepcionista do hospital reclamado, recebendo pacientes e seus acompanhantes e encaminhando-os aos setores competentes. A circunstância de trabalhar como recepcionista não afasta o seu direito ao adicional de insalubridade, pois ela encontrava-se no meio hospitalar, já por si só mais carregado de microorganismos ou agentes biológicos que expõem a risco a saúde do ser humano. Além do mais, ao recepcionar os pacientes e seus familiares, é lógico que a autora mantivesse, por vezes, contato direto com estes, através de alguns objetos de uso pessoal, canetas, etc., pois preenchia as fichas de encaminhamento dos pacientes.

Como frisa o laudo de fls. 60 e seguintes, os hospitais são focos de infecção, sendo irrelevante, no caso, tratar-se de um hospital de traumatologia, isto é, como diz o recurso, preponderantemente de traumatologia.

Acórdão de 08.08.85

Proc. TRT 2434/85 — 2.ª Turma

Relator: Adão Eduardo Häggstram

5082 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — em grau máximo, a que tem direito a empregada, quando, por força das suas funções no berçário do hospital reclamado, estava sujeita a contágio de doenças infecciosas, principalmente na unidade de isolamento.

(...) Não se conforma a demandada com a condenação ao pagamento da diferença de adicional de insalubridade de grau médio para máximo, alegando que a atividade desonvolvida pela autora não se enquadra no contido no Anexo 14, da NR-15, da Portaria 3214/78. Sem razão a recorrente.

A reclamante trabalhava como enfermeira do berçário neonatal e do berçário de isolamento no hospital reclamado. Neste último, conforme as informações

periciais, são isoladas crianças com difteria, encefalite viral, meningite asséptica, entre outras doenças. Apesar de, no laudo, o perito afirmar à fl. 131 não serem freqüentes essas complicações, ainda assim, por força da sua função como responsável pelo setor de isolamento, esclarece referido profissional, estava sujeito à ação dos agentes biológicos quando do contato direto com o paciente ou com os utensílios de seu uso pessoal, quer fosse por alguns minutos, horas ou dias, já que bastava uma só bactéria para reproduzir a doença.

Assim sendo, havia trabalho em permanentes condições de risco à saúde da autora, sendo que a possibilidade de contaminação não era eventual, eis que por força do contato com os seus pequenos pacientes estava sujeita a adquirir moléstias infecciosas que se propagam diretamente pela proximidade física.

Acórdão de 31.10.85
Proc. TRT 2132/85 — 2.^a Turma
Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5083 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Trabalho burocrático realizado no estabelecimento hospitalar sem contato permanente com pacientes portadores de moléstias infecto-contagiosas não é insalubre.

(...) Inconforma-se o reclamante com o indeferimento desse adicional, destacando as conclusões favoráveis a seus interesses que se encontram no laudo pericial de fls. 79/83 e argumentando que o dano decorrente do contato com agentes biológicos é qualitativo e não quantitativo.

Não procede a pretensão. O expert atribuiu ao trabalho alegado pelo autor insalubridade em grau médio, pelo contato permanente com pacientes ou material infecto-contagioso em hospital, com fundamento na Portaria n.º 12, de 12.11.79.

Entretanto, no item II, a fls. 79, descreve a função de auxiliar administrativo, exercida pelo recorrente: tratava-se de trabalho burocrático, realizado em uma das salas do hospital, com providências a respeito de auxílio doença, incumbindo ao autor receber os documentos, colocá-los em um fichário e orientar o doente para os próximos passos burocráticos. Ora, tal função, como ponderou com propriedade o MM. Julgador de 1.º Grau, não expõe o trabalhador ao contato permanente com pacientes ou material infecto-contagioso, desautorizando a percepção do adicional, só devido pela ação de agentes biológicos naquelas condições previstas pela referida Portaria.

Acórdão de 04.07.85
Proc. TRT 7358/83 — 2.^a Turma
Relator: Elio Eulálio Grisa

5084 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Reação química positiva, indicando a presença de hidrocarboneto aromático na cola utilizada pelas reclamantes, com ação nociva, quer pelo contato com a pele ou através da respiração. Devido o adicional de insalubridade em grau médio.

(...) No laudo de fls. 18 e seguintes, foram analisadas as funções das demandantes, às quais incumbia passar cola em peças de couro, com o uso de plásticos ou roletes, determinando o contato com as mãos, visto que não eram utilizadas luvas, como esclarece o preposto na fl. 11. Submeteu o perito essa cola à reação para tolueno, em aparelho Multi Gas Detector Dragger com resultado positivo na zona de respiração da operadora, o que revelou, além do contato dérmico com a substância nociva, sua inalação. A seguir, relacionou os efeitos danosos sobre o sistema nervoso central e periférico, aparelho digestivo e órgãos hematopoéticos ou formadores de células sanguíneas e, finalmente, classificou o trabalho como insalubre em grau médio.

Improcedentes todas as impugnações procedidas posteriormente pela empresa, quando insistiu, como o faz no apelo, que a composição da cola era à base de água, não podendo conter os hidrocarbonetos aromáticos referidos pelo expert. Frisou o perito, na fl. 27, que utilizou tubo específico para reagir na presença de tolueno e que a reação foi imediata, indicando a existência dessa substância na cola. Em resposta ao quesito complementar "a", acrescenta que, evidentemente, a cola não era um produto à base de água.

No segundo laudo complementar, o expert repete as mesmas palavras e, mais adiante, ratifica seu ponto de vista, após nova insistência da empresa. Ainda na fl. 57, em nova complementação à perícia, baseado em teste realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A, que apurou os percentuais de benzeno e tolueno em amostra de cola, o perito ratifica suas conclusões anteriores e aponta que "a legislação vigente não estabelece níveis mínimos de hidrocarbonetos aromáticos para classificar como insalubre a exposição a estes produtos".

Diante da prova conclusiva sobre a presença de hidrocarboneto aromático na cola manuseada pelas demandantes, através de resultado positivo na reação química específica, é devido o adicional de insalubridade em grau médio.

Acórdão de 25.07.85

Proc. TRT 10.710/84 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5085 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Serviços em escritórios ou agências bancárias. Pretensão improcedente. Serviços realizados em escritório ou agência bancária por servente de empresa especializada no ramo de limpeza e conservação de prédios. Hipótese em que, não obstante as conclusões periciais, não se admite a existência de insalubridade.*

(...) As conclusões expostas pelo expert parecem provir do estudo de condições de trabalho verificadas na atividade dos garis da limpeza pública. No entanto, há que se admitir, a teor do que se contém no Anexo 14 da Norma Regulamentadora n.º 15 da Portaria n.º 3214, de 08 de junho de 1978, que se classificam no grau máximo de insalubridade os serviços do lixo urbano (coleta e industrialização). O próprio louvado não deixa de reconhecer a extrema diversidade das tarefas atribuídas à recorrente, que executava a limpeza de piso e de mesas, espalhava cera, procedia ao enceramento do piso, limpava os banheiros e ainda lavava louça e fazia e servia o cafezinho. Por outro lado, os produtos de limpeza utilizados pela recorrente eram os mesmos de que se servem as donas de casa e as empregadas domésticas, sem que haja restrições mais sérias a seu uso. Também verificou o expert, enfim, que a recorrente fazia a varredura e a lavagem das garagens existentes no subsolo do prédio da agência bancária. Todas essas atividades assemelham-se às que diariamente se realizam no ambiente das residências particulares, motivo por que não se lhes reconhece a insalubridade sustentada pela recorrente.

Acórdão de 04.09.85

Proc. TRT 999/85 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5086 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Exercendo a autora trabalho e operação em contato com lixo domiciliar e sendo reconhecida pela demandada a existência de insalubridade em grau médio nessa atividade, correto a decisão que lhe defere o adicional admitido e não o apurado em laudo pericial, que o classificava como de máxima insalubridade, por entender existir operação permanente com lixo urbano. Não se confundem lixo domiciliar e lixo urbano.*

(...) Não se conforma a autora com a R. decisão de 1.º Grau que lhe deferiu tão-somente adicional de insalubridade em grau médio, desconsiderando o laudo pericial que apurou ser o trabalho desenvolvido pela obreira como insalubre em grau máximo.

Sem razão a recorrente. O perito é um auxiliar do Juízo que dele se vale para a prova de fatos que dependam de apreciação técnica específica. Contudo, o juiz é livre na apreciação da prova, não estando adstrito aos exatos termos do laudo, cabendo-lhe examiná-lo no todo, com critério, bom senso e judiciosamente, expressando na decisão sua livre convicção, nos exatos termos do art. 436 do CPC.

No caso *sub judice*, entendeu o perito existir insalubridade máxima no trabalho da autora, por manuseio de lixo urbano.

A autora desempenhava tarefas de limpeza e lavagem de corredores, alguns banheiros, escadarias, limpeza e recolhimento de lixo dos escritórios do Ipase.

Pelo acima referido, verifica-se que o trabalho da reclamante não se caracteriza pelo manuseio e operação com lixo urbano, mas sim domiciliar, assim entendido aquele resultante de restos de comida, cozidos e crus, entulhos combustíveis (papéis, material de embalagem), entulho incombustível (metais ou cerâmicas, pó), cinzas resultantes de combustão e objetos domésticos rejeitados. Não há como confundir um e outros, pois o lixo urbano, este sim de máxima insalubridade, constitui-se, além do lixo doméstico, de animais mortos, resíduos de desobstrução de esgotos, resíduos hospitalares, fezes de animais e pessoas, encontrados em vias públicas.

Assim, restringindo-se as atividades da autora à limpeza e recolhimento de lixo resultante de escritório, portanto domiciliar, e tendo a reclamada reconhecido a existência de insalubridade em grau médio, nada há a reformar na R. decisão a quo.

Acórdão de 09.01.86

Proc. TRT 6546/85 — 2.ª Turma

Relator: Antônio José de Mello Widholzer

5087 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *Servente que cumpre tarefas relacionadas com a limpeza e coleta do lixo de banheiros e vestiários distribuídos nos setores da empresa. Incorreto enquadramento pericial da atividade da demandante no Anexo 14 da NR-15 da Portaria n.º 3214/78. Indevido o adicional de salário e reflexos.*

(...) Entendeu o Julgador de 1.º grau que a reclamante Loiraci não estava submetida a condições insalubres na sua tarefa diária de higienização de banheiros e vestiários do estabelecimento demandado porque o material para uso nos vasos sanitários e de secagem das mãos é passado diretamente das cestas coletoras de lixo para os sacos plásticos, e o fato de empregar a demandante escova para a lavagem das cestas desse lixo afastaria o contato direto e permanente com agentes biológicos, rejeitando, assim, a conclusão do laudo pericial, que enquadrou a sua atividade no Anexo 14 da NR-15 da Portaria n.º 3214/78, de acordo com a qual é atribuído o grau máximo de insalubridade nas operações com lixo urbano e industrialização.

Embora insista a autora na sua pretensão, não há como acolher-se o pedido, por faltar ao laudo técnico embasamento legal. Na verdade, extrapolou o nobre perito os limites do Anexo 14 da NR-15, que prevê como única hipótese de incidência de condições nocivas à saúde o trabalho em contato permanente com o lixo urbano, o que não é o caso dos autos.

Não se pode confundir a situação de empregados que executam serviço de limpeza e que manuseiam lixo domiciliar em estabelecimentos empresariais com a dos garis da limpeza pública urbana, estes sim contemplados na legislação que trata da matéria. É condição essencial para que sejam considerados como insalubres, para os efeitos legais, apenas aqueles casos que a norma regulamentar prevê dis-

criminosamente. De resto, a circunstância de o julgador fundamentar-se no uso de escova para a lavagem das cestas coletoras, que a reclamante nega fossem utilizadas para esse tipo de operação, não tem a significação pretendida pela recorrente, de vez que a perícia não faz afirmação em contrário, constituindo a inspeção meio de prova sobre fatos que o julgador interpreta para adequá-los ao correto enquadramento legal.

Acórdão de 11.07.85
Proc. TRT 1005/85 — 2.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5088 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — É insalubre o trabalho de servente que faz limpeza nas dependências da estação rodoviária, pelo contato permanente com lixo urbano ou material infecto-contagioso.

(...) O laudo pericial, com base no qual a decisão recorrida condenou a demandada a pagar à reclamante o adicional de Insalubridade em grau máximo, esclarece que o trabalho da autora, como servente, consistia em "varrer o piso, recolher o lixo jogado nas lixeiras existentes nas áreas de circulação do público, lavar o piso e eventualmente proceder à limpeza dos banheiros públicos do local; juntar o lixo miúdo espalhado nas valas, corredores e escadas, coletando-os em latas e sacos". Concluiu estar caracterizada a atividade como insalubre, em grau máximo, por contato com lixo urbano, de acordo com a Portaria 3214/78, NR 15, Anexo 14. Renovando sua impugnação de fls., insiste a reclamada em que o laudo pericial é falho e equivocado ao comparar a atividade exercida pela autora com a exercida pelos lixeiros, não podendo prevalecer a decisão proferida com base nas suas conclusões.

Sem razão, no entanto. Em resposta à impugnação da reclamada e aos quesitos complementares ali apresentados, o perito falou novamente nos autos e ratificou as conclusões do laudo principal no sentido de que o serviço da reclamante era em tudo idêntico ao efetuado pelos garis da limpeza pública. Assim, e considerando a peculiaridade do local de trabalho, por onde transitam milhares de pessoas de todos os níveis e camadas sociais, confirma-se a decisão, no particular, para deferir à postulante adicional de insalubridade em grau máximo, com repercussões.

Acórdão de 15.04.86
Proc. TRT 10744/85 — 4.ª Turma
Relator: *Mário Somensi*

5089 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — É devido em grau médio pelo contato diário com agentes biológicos contidos no lixo, nos panos de limpeza e na água suja contaminada por material infecto-contagante, na faxina dos gabinetes odontológicos, médicos e nos ambulatórios.

(...) Insurge-se a demandante contra a sentença que a condenou ao pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, com reflexos, em razão de laudo conclusivo que denuncia o contato com os agentes biológicos constantes da NR 15, Anexo 14 — contato permanente com lixo urbano. Aduz que a empregada limpadeira não fica em contato direto e permanente com lixo, até porque realiza diversas tarefas durante a jornada de trabalho de 4 horas, sendo a lei taxativa nessa exigência.

O recurso tem procedência, em parte. Com efeito, a empregada não trabalhava na coleta e industrialização de lixo urbano — serviço promovido pela municipalidade que é o referido no enquadramento máximo de insalubridade pelo Anexo.

Entretanto, suas atividades envolviam agentes biológicos, através de recolhimento do lixo e da limpeza dos recipientes em que os mesmos são colocados, do manuseio de panos de limpeza e do contato com a água suja nos baldes uti-

lizados na faxina dos gabinetes odontológicos, médicos e no ambulatório, onde proliferam esparadrapos, gases, agulhas e algodões usados pelos pacientes, que se consideram materiais infecto-contagiantes. Portanto, o enquadramento da insalubridade é de grau médio.

Acórdão de 06.08.85

Proc. TRT 1099/85 — 3.ª Turma

Relator: João Luiz Toralles Leite

5090 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — corretamente deferido às reclamantes — em grau máximo — eis que não há como distinguir entre lixo urbano recolhido nas vias públicas ou em residências e fábricas, por constituído de idênticos componentes.

(...) Constatou o perito médico a existência de adicional de Insalubridade no trabalho das reclamantes, tanto por deficiência de iluminação quanto por mobilização de lixo urbano. Deferiu o eminente Julgador primeiro adicional de insalubridade em grau máximo, pelo contato com lixo urbano, em face da impossibilidade de ser deferido mais de um adicional, sendo o de maior grau mais favorável — por óbvio — às reclamantes.

As reclamantes executavam serviços de varrição, limpeza de pisos, vidros e banheiros, com recolhimento do lixo de escritórios e sanitários, não dispondo de luvas ou de qualquer outro equipamento protetor. Destarte, estavam sujeitas à agressão dos germes patogênicos ligados ao lixo, fazendo jus ao adicional de insalubridade em grau máximo, na forma do anexo 14 da NR-15 da Portaria 3214/78.

Não há, por outro lado, como se distinguir, como quer a recorrente, entre o lixo recolhido nas artérias da cidade e aquele retirado das fábricas, escritórios, hospitais, etc., tendo em vista que todo ele é lixo urbano, possuindo idênticos componentes, ou seja, resíduos e detritos de sanitários, detritos em decomposição, materiais cortantes, etc.

Tendo sido o laudo pericial elaborado por profissional qualificado, que concluiu pela existência de insalubridade em grau máximo nas atividades das autoras, decorrentes de trabalho ou operações em contato com lixo urbano, fazem jus as mesmas ao respectivo adicional, na forma deferida.

Acórdão de 11.06.85

Proc. TRT 548/85 — 4.ª Turma

Relator: Petrónio Rocha Volino

5091 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Motorista de caminhão. Adicional de Insalubridade em grau médio devido, quando exposto o empregado a ruído excessivo em jornada superior a cinco horas e sujeito a vibrações de baixa frequência.

(...) Os autos revelam que o reclamante era motorista de caminhão, transportando cargas das agências da reclamada, no Interior do Estado, para a Capital e vice-versa, fazendo, também, entrega das mesmas em Porto Alegre.

O perito oficial concluiu que o trabalho do autor era insalubre em grau médio e máximo, em face da exposição a excessivo nível de ruído existente no Interior da cabine do caminhão, quando em movimento, ultrapassando a máxima exposição diária permissível; pelo contato com óleos minerais, no trabalho de lubrificação e troca de óleo e pela presença de vibrações de baixa frequência. E, efetivamente, não há como serem refutadas as constatações periciais quanto à configuração do primeiro fator insalubre, já que o nível de ruído mensurado foi 88 dB(A) para aceleração normal, levando em consideração, também, o trabalho do autor em jornada prorrogada, quando o limite máximo permitido é de cinco horas, nos termos do Anexo 1 da NR 15 da Portaria 3214/78.

Assim, tão-só por esta circunstância, aliás sequer examinada na decisão de 1.º Grau, faz jus o postulante ao adicional correspondente à insalubridade média.

Quanto à manipulação de óleos minerais, segundo agente insalubre constatado na perícia, quer-nos parecer um tanto inconsistente a conclusão do expert; já que baseada em meras suposições. É o referido profissional que afirma inexistir prova concreta quanto ao número de trocas de óleo e lubrificações efetuadas pelo empregado.

Por último examina-se o terceiro elemento apontado, ou seja, as vibrações de baixa frequência a que estava sujeito o reclamante, como motorista de caminhão, fazendo trajetos longos. Os seus efeitos, segundo informa o expert, são danosos à saúde, resultando com o decorrer do tempo em diversos tipos de moléstias e sintomas, como aumento de fadiga, reações posturais, variações do ritmo cerebral e transtornos visuais, entre outros.

Tendo em vista essas conclusões periciais e considerando-se o tempo de permanência do reclamante sob o efeito do ruído, bem como a sujeição a vibrações, aumentadas pelo trabalho em horas extras, impõe-se, data venia do Juízo de 1.º Grau, deferir ao autor o adicional de insalubridade em grau médio com as integrações postuladas na inicial, respeitada a prescrição bienal.

Acórdão de 06.02.86

Proc. TRT 5806/85 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5092 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — *As vibrações sofridas pelo motorista de transporte público regular são de baixa frequência e, portanto, sem condições de causar danos à saúde do trabalhador. Recurso não provido.*

(...) As vibrações sofridas pelo motorista de transporte público regular são de baixa frequência e, portanto, sem condições de causar danos à saúde do trabalhador.

Conforme já tivemos oportunidade de examinar em outros processos, os estudos processados a respeito são unânimes em mencionar como efeitos gerais a sensação de desconforto, fixando-se mais nas vibrações resultantes do deslocamento de tratores, caminhões pesados, lanchas e barcos. E estas sensações cessam com a causa.

Considere-se que o reclamante fazia 4 viagens completas por dia, gozando de um intervalo de 20 a 30 minutos entre cada viagem, no fim da linha.

Com respeito às vibrações, a Obra da Organização Internacional do Trabalho "Occupational Health and Safety" diz o seguinte: "Com respeito aos seus efeitos no organismo, deve ser feita distinção entre as vibrações de frequência muito baixa (inferiores a 2Hz), vibrações de frequência baixa (entre 2 e 20 Hz) e vibrações de alta frequência (entre 20 e 1000 Hz)", concluindo que as únicas vibrações que causam doenças ocupacionais, as únicas que causam efetivamente lesões permanentes ou duradouras, são as vibrações de alta frequência.

Estas são imprimidas ao organismo apenas por determinadas ferramentas e máquinas industriais, tais como os marteleiros pneumáticos para perfuração de pisos pavimentados, ferramentas pneumáticas para diversas finalidades, certas máquinas de rebarbar ou brunir, etc. Por conseguinte, as únicas vibrações insalubres são as de alta frequência, dentre os três tipos estudados acima e, evidentemente, é a eles que se refere a Portaria 3214/78, NR 15, anexo 8.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso, mantendo a condenação dos honorários médicos ao reclamante, porque parte sucumbente no objeto da perícia médica.

Acórdão de 27.08.85

Proc. TRT 6828/84 — 4.ª Turma

Relator: Liberty Conter

5093 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — O trabalho do propagandista-vendedor, em locais onde estão presentes os pacientes dos médicos visitados não implica em seu contato permanente com portadores de agentes biológicos nocivos. Excluído da condenação o pagamento do adicional de insalubridade e dos honorários periciais, responsabilidade que se atribui ao reclamante, porque sucumbente nesse pedido.

(...) Consta nos fundamentos da sentença que "os autos contêm verdadeiro repertório de estudos médicos sobre as atividades dos propagadores de produtos farmacêuticos", isso porque foram produzidos dois laudos médicos com conclusões antagônicas pelos dois peritos do Juízo, mais dois pelo assistente técnico da empresa e foram anexados vários trabalhos realizados por outros peritos em demandas semelhantes.

O resultado de todas essas provas foi a formação de três grupos de opiniões: inexistência de insalubridade nas atividades examinadas, sua classificação em grau médio e em grau máximo, das quais a MM. Junta acolheu a corrente intermediária, deferindo ao autor o adicional em grau médio, em virtude de desempenhar 70% de sua atividade na Santa Casa de Misericórdia, onde os médicos recebem os propagandistas nas enfermarias, por não haver outro local para isso, com riscos de contaminação por agentes biológicos, considerada igualmente a Súm. 47 do TST, segundo a qual o trabalho intermitente não afasta o direito a esse sobre-salário.

Insurge-se a demandada, destacando o trabalho apresentado pelo segundo perito oficial e pelo assistente técnico, bem como as opiniões de vários outros experts, com o propósito de obter sua absolvição.

Prospera a pretensão. O laudo apresentado à fl. 101 seria uma complementação ao de fl. 43, de autoria do Dr. Angelo Artur Gianoti. Todavia, em razão do lamentável falecimento deste perito, assumiu características de trabalho totalmente novo, com análise das atividades dos vendedores-propagandistas, que consiste em visitas a médicos, em consultórios, casas de saúde, pronto-socorro, hospitais, etc., para fazer demonstrações técnicas, com o uso de folhetos, publicidade impressa, literatura científica, com orientações de posologias, formas de aplicação e outras recomendações, visitas que costumam ter a duração média de 10 a 15 minutos.

Salienta o expert que nos momentos em que o vendedor aguarda o médico, permanece no mesmo ambiente que os pacientes, o que não significa manter contato com os mesmos, quer cutâneo, manual ou corporal, não configurando a situação prevista pela Portaria n.º 12/79, que confere o adicional de insalubridade em grau médio para o contato permanente com pacientes, animais ou material infecto-contagante. Uma mesma expressão sintetiza o pensamento desses peritos, totalmente coincidente com as considerações do perito assistente: o primeiro, após a minuciosa análise referida, enfatiza que "presença não significa contato", enquanto o assistente técnico enumera detalhes desses trabalhos, como o fato do propagandista não receber nenhum objeto do médico visitado, nem ser necessário sequer tocar o trinco da porta dos consultórios, acrescentando que a legislação prevê o contato permanente com os pacientes e que "contato não é presença".

De acordo com o posicionamento sobre a questão desses dois experts e de outros cujos trabalhos se encontram nos autos, absolve-se a recorrente do pagamento do adicional de insalubridade.

Acórdão de 27.06.85
Proc. TRT 1344/85 — 2.ª Turma
Relator: Élio Eulálio Grisa

5094 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Trabalhador rural. Insalubridade. Aplicação das normas consolidadas ao campesino.

(...) A Junta, porque admitiu a relação de emprego rural, negou pedido de adicional de insalubridade.

Equivoca-se, todavia, o Julgador a quo. O art. 1.º da Lei n.º 5889/73 é claro quando diz que se aplicam às relações de trabalho rural as disposições da CLT não conflitantes com seus dispositivos. Assim, esta norma da lei prefere àquelas de seu regulamento (art. 4.º — não indica os dispositivos consolidados atinentes à segurança e higiene do trabalho; e 28 — dispõe que Portaria do MT estabelecerá normas relativas à matéria em causa). Este, o regulamento, não pode dispor de forma contrária à lei que regula e nem criar normas quando a mesma for omissa. É o caso da insalubridade. A esse propósito o legislador de 1973 foi silente. Aplicam-se, em face disso, por força do art. 1.º da própria Lei n.º 5889, as regras da consolidação atinentes à matéria. Nem constitui óbice a esse raciocínio o disposto no art. 13 da Lei n.º 5889, sendo de se concluir que a Portaria n.º 3214 por igual deve ser aplicada aos rurais. Aliás, não teria qualquer sentido excluir-se o rurícola de um capítulo de tal importância na tutela do trabalho precisamente quando se trata de estender, de um modo amplo, a legislação ao homem do campo. Assim, é devido o adicional de insalubridade nos limites de tempo e percentual indicados no laudo na fl. 65 (durante uma semana e em grau médio).

Acórdão de 19.11.85

Proc. TRT 6791/85 — 3.ª Turma

Relator: João Antônio G. Pereira Leite

5095 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Tendo o laudo pericial constatado a existência de insalubridade em grau máximo no trabalho dos reclamantes, é de ser deferido o respectivo adicional, eis que o trabalhador rural não está excluído do direito à sua percepção.

(...) Quanto ao pagamento do adicional em si, com a devida vênia dos entendimentos em contrário, não merece reparo a decisão. Embora a NR-1, item 1.1 da Portaria 3214/78 se refira a locais de trabalho sujeitos às disposições da CLT, tem-se que na hipótese em exame não está a recorrente excluída do cumprimento das normas de proteção asseguradas aos trabalhadores, pelo exercício de suas atividades sob condições insalubres ou perigosas. É o que se depreende do disposto no art. 192 da CLT combinado com o art. 13 da Lei 5889/73. Deve-se assinalar que, de acordo com o art. 3.º da Lei 6514/77, que alterou o Capítulo V, Título II, da CLT, até aos avulsos restou assegurado o respeito às normas protetoras do trabalho no que concerne aos riscos que o mesmo oferece, não se podendo negar ao rurícola, até pelo princípio de isonomia garantido pela Constituição Federal, Idêntico tratamento. Mantém-se a decisão.

Acórdão de 10.04.86

Proc. TRT 3052/85 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antônio P. Barata Silva

5096 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Trabalhador rural. Aplicação da regra do art. 1.º da Lei n.º 5.889/73, regulamentada pelo art. 4.º do Decreto n.º 73.626/74. Pretensão ao pagamento de adicional cuja improcedência se reconhece.

(...) Procede o recurso do demandado quanto à sua condenação ao pagamento de adicional de insalubridade, ainda que por fundamentos jurídicos diversos daqueles que foram invocados no apelo.

É que, em sendo o reclamante trabalhador rural, a matéria é regulada pelas regras constantes da Lei n.º 5.889, de 08 de junho de 1973, a qual, em seu art. 13, dispõe que "nos locais de trabalho rural serão observadas as normas de segurança e higiene estabelecidas em Portaria do Ministério do Trabalho", não havendo até hoje sido editado o ato regulamentar pertinente, adequado às características

do trabalho rural. Ademais, o art. 1.º daquele diploma legal prevê a incidência, em relação ao trabalhador do campo, das normas da Consolidação das Leis do Trabalho, não porém, em sua integralidade, mas apenas nos casos em que não houver colisão com as normas constantes da referida Lei n.º 5.889/73. Por isso, regulamentando aquele estatuto, o Decreto n.º 73.626, de 12 de fevereiro de 1974, arrola, em seu art. 4.º, todos os dispositivos constantes da CLT aplicáveis aos rurícolas, não incluindo na relação as regras legais pertinentes, constantes dos arts. 154 e seguintes daquele diploma, onde se insere aquela do art. 192 relativa ao adicional de Insalubridade. Não há, pois, fundamento jurídico que justifique o acolhimento da pretensão do reclamante, tal como preconiza a douta Procuradoria Regional.

Acórdão de 13.11.85

Proc. TRT 6808/85 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5097 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — Inaplicáveis aos trabalhadores rurais as regras de segurança e higiene do trabalho, a teor do disposto no art. 28 do Decreto 73626/74.

(...) O reclamante pleiteia o pagamento de adicional de insalubridade em face do manuseio de substâncias tóxicas.

O reclamante é trabalhador rural e exercia função de poda das árvores e limpeza do pomar e, segundo as testemunhas ouvidas, não trabalhava na aplicação de inseticida. Referem as testemunhas que a tarefa de aplicação de formicida era realizada somente por alguns empregados que, por esse trabalho, percebiam o adicional de insalubridade. Os demais empregados não aplicavam os venenos nem percebiam qualquer adicional.

O reclamante não logrou provar o exercício de trabalho em aplicação de formicida e, ademais, tratando-se de trabalho rural, a teor do art. 28 do Decreto 73626/74, não há normas de segurança e higiene aplicáveis à espécie, posto que sua regulamentação pende de Portaria a ser emitida pelo Ministério do Trabalho.

Acórdão de 10.04.86

Proc. TRT 7196/84 — 2.ª Turma

Relator: Antônio José de Mello Widholzer

5098 — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — devido, em conformidade com a prova pericial realizada.

(...) Como se constata no bem elaborado laudo de fls. 32/36, os equipamentos de proteção fornecidos ao reclamante não elidiam a insalubridade a que estava sujeito. Eram insuficientes ante a diversidade dos agentes nocivos. Referentemente à manipulação de óleos minerais, por exemplo, as luvas de couro utilizadas nos trabalhos de solda e rebarbamento eram inservíveis, como declara o perito à fl. 34. Nessa mesma folha diz o louvado que "mesmo fazendo uso de máscara protetora nos trabalhos de solda elétrica, esteve submetido à ação da radiação não ionizante gerada nos arcos dos equipamentos de solda acionados pelos colegas, já que nestes momentos permanecia sem a máscara, o que possibilitava que fosse atingido nos olhos e na pele pela radiação emitida pelo aparelho".

Como se verifica do que constou acima, eram insalubres os serviços executados pelo autor, devendo, portanto, ser mantida a decisão de 1.º Grau que, acolhendo as conclusões do laudo pericial, condenou a demandada no pagamento do respectivo adicional.

Os reflexos deste adicional sobre férias são devidos nos termos do art. 142, § 5.º, da CLT e sobre as gratificações natalinas por serem estas, bem como as férias, calculadas sobre a remuneração do autor que inclui também aquele adicional.

Acórdão de 04.06.85

Proc. TRT 8457/84 — 3.ª Turma

Relator: *Fernando Antônio P. Barata Silva*

5099 — ADICIONAL DE PERICULOSIDADE — Empregado da CEEE. Proventos de aposentadoria. A garantia de proventos iguais aos vencimentos que os servidores recebem em atividade não quer dizer garantia de salário idêntico ao que o aposentado percebia quando em atividade, quando prestava serviços em área considerada de risco. Recurso provido.

(...) Inconformada com sua condenação ao pagamento de adicional de periculosidade com reflexos inclusive nos proventos de aposentadoria, recorre a CEEE. Fundamenta sua irresignação alegando que na condição de inativo inexistia exposição do reclamante ao risco, que é o fato gerador para a percepção do adicional de periculosidade, conforme art. 194 da CLT. Em contra-razões menciona o reclamante auferir complementação de proventos de aposentadoria na conformidade da Lei n.º 3096, de 31.12.56, assim, caracterizado o caráter de permanência daquele adicional. Aduz, ainda, que tais proventos deverão ser calculados levando-se em conta a remuneração percebida quando em atividade, aplicando-se sobre a mesma os reajustes que sofreram os que se encontram em atividade.

Assim, vejamos. A interpretação do art. 1.º da Lei n.º 3096/56 regula a matéria em pauta, mas não agasalha a pretensão do autor. O art. 1.º da Lei Estadual citada determina que "os servidores civis e militares do Estado, quando em inatividade por aposentadoria, reserva ou reforma, perceberão sempre proventos iguais aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os servidores em atividade, da mesma categoria, padrão, posto ou graduação, respeitada a proporcionalidade do tempo de serviço".

A *mens legis*, no caso, nos direciona no sentido de que a garantia não é, pois, como requer o reclamante, de perceber na inatividade salário que perceberia se em atividade estivesse, mas salário correspondente ao de servidor em exercício em idêntica função, sem considerar situações pessoais ou extraordinárias. O objetivo da lei é apenas de equiparar os inativos aos servidores em exercício, sempre que estes venham a obter melhoria remuneratória.

Acórdão de 20.05.86

Proc. TRT 3665/85 — 4.ª Turma

Relator: *Liberty Conter*

5100 — ADICIONAL DE PERICULOSIDADE — Empregado que transita diariamente por área considerada de risco tem direito ao adicional de periculosidade. Recurso desprovido.

(...) A reclamada não se conforma com a R. decisão de 1.º Grau na parte em que deferiu ao demandante adicional de periculosidade. Alega que as normas em vigor não contemplam a hipótese em que os empregados transitam pelo posto de gasolina, ocasionalmente, reconhecendo o direito ao referido adicional àqueles que trabalham permanentemente na área de risco.

Ocorre, porém, que o laudo pericial esclarece que o reclamante, diariamente, circulava em área considerada de risco no exercício de suas atividades. Além de motorista, o autor exercia tarefas internas de manutenção e revisão de trailers.

O laudo ainda esclarece que nas dependências da reclamada havia bombas de gasolina, álcool e diesel, além de quatro tanques de gasolina, um de álcool e outro de diesel, fazendo com que todos os empregados se sujeitassem a condições de periculosidade, inexistindo delimitação de área de risco.

Acórdão de 12.11.85

Proc. TRT 4410/85 — 4.ª Turma

Relator: Dorval Knak

5101 — ADICIONAL DE PERICULOSIDADE — Trabalho em condições de periculosidade e insalubridade. A existência de tanques suspensos e de superfície com inflamáveis líquidos tem por área de risco toda a bacia de segurança, também chamada de bacia de contenção, e que constitui a área onde o combustível pode se derramar e se espalhar pela superfície pondo em risco quem ali permanecer ou transitar. Na ausência de bacia de segurança, considera-se como área de risco toda a área do recinto onde está situado o tanque, dependendo das circunstâncias e obstáculos existentes no local que impeçam o alastramento do combustível, sendo perigoso apenas para aqueles empregados que trabalham ou transitam em caráter permanente pela área delimitada.

Acórdão de 05.02.86

Proc. TRT 5794/85 — 1.ª Turma

Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5102 — ADICIONAL DE RISCO — A Lei n.º 4860/65, no art. 14, dispõe que, a fim de remunerar os riscos relativos à insalubridade, periculosidade e outros porventura existentes, fica instituído o adicional de risco de 40% (quarenta por cento), que incidirá sobre o valor do salário-hora ordinário do período diurno e substituirá todos aqueles que, com sentido ou caráter idêntico, vinham sendo pagos. Tal disposição legal fixa com clareza incontornável a base de cálculo do adicional de risco como o salário-hora ordinário do período diurno, de modo a excluir todos os acréscimos salariais, excepcionais ou não, de horas extras, prêmios, participações e gratificação individual de produtividade. Recurso ordinário a que se dá provimento.

(...) O recorrente pretende a exclusão do adicional de risco sobre os acréscimos de horas extras e sobre a gratificação individual de produtividade — GIP.

A Lei n.º 4860/65, no art. 14, preceitua: A fim de remunerar os riscos relativos à insalubridade, periculosidade e outros porventura existentes, fica instituído o adicional de risco de 40% (quarenta por cento), que incidirá sobre o valor do salário-hora ordinário do período diurno e substituirá todos aqueles que, com sentido ou caráter idêntico, vinham sendo pagos. Já se disse que essa disposição legal fixa com clareza incontornável a base de cálculo do adicional de risco: o salário-hora ordinário do período diurno, de modo a excluir todos os acréscimos salariais, excepcionais ou não, de horas extras, prêmios, participações, inclusive a gratificação individual de produtividade, GIP.

Em decorrência, o adicional de risco, mesmo no período diurno ou noturno da prorrogação da jornada de trabalho, incide sobre o valor do salário-hora ordinário do período diurno, excluídas quaisquer outras vantagens que não compõem o seu valor, inclusive a gratificação individual de produtividade — GIP.

Acórdão de 28.05.86

Proc. TRT 4815/83 — 1.ª Turma

Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5103 — ADICIONAL DE RISCO — *O adicional de risco previsto na Lei 4860/65 não beneficia os marítimos, ainda que empregados de entidades portuárias. Recurso provido.*

(...) Insiste o reclamado em que a Lei 4860/65 que instituiu o adicional de risco é específica aos trabalhadores que atuam nos serviços de movimentação de mercadorias, empregados da Administração de Portos, não se aplicando àqueles pertencentes à Administração dos Serviços delegados, responsável pelo serviço de dragagem e balisamento das bacias portuárias.

Com razão. A lei supramencionada abrange exclusivamente aos trabalhadores portuários, responsáveis pelos serviços de carga e descarga de mercadorias. Ora, o reclamante como marítimo está vinculado à Administração dos Serviços Delegados, estranho, portanto, às operações de serviços tipicamente portuários, afetos à Administração de Portos. À categoria do autor foram estendidos apenas alguns direitos assegurados pela referida lei pelo Conselho Hidroviário do Estado, como férias e retribuição do serviço extra.

Acórdão de 08.04.86
Proc. TRT 1807/85 — 4.ª Turma
Relator: Solé de Oliveira Bing

5104 — ADICIONAL NOTURNO — *A supressão do trabalho noturno resulta na extinção da obrigação de pagar o respectivo adicional.*

(...) Este direito é mera consequência do trabalho noturno. Uma vez suprimido, extingue-se o efeito, ou seja, a obrigação de pagar o respectivo adicional. A situação é análoga à do adicional de insalubridade, diárias, ajuda de custo, adicional de transferência, etc., direitos de natureza transitória e contingente, cuja percepção se subordina à manutenção das condições que eles visam compensar. O direito ao adicional noturno não deriva do contrato, mas da lei, não integrando, portanto, as condições negociais do contrato. O que se incorpora ao contrato é a prestação de trabalho em período noturno. A mudança do turno noturno para diurno pode ser objeto da rescisão contratual ou ação visando o retorno às condições anteriores. Mas o reclamante se conformou com a supressão do trabalho noturno. Admitir-se que o empregado tem direito de continuar a perceber adicional noturno por trabalho diurno tornaria viáveis ações de equiparação salarial por empregados que exercessem a mesma função. Por sua vez, como o trabalho diurno ficaria com a mesma remuneração do trabalho noturno, o empregado deste turno reclamaria, com razão, o acréscimo de 20% no seu salário, pois a remuneração do trabalho noturno deverá ser sempre superior ao diurno. Estas seriam as consequências perigosas tanto para a empresa como para os empregados, pois aquela preferiria dispensar o empregado do que conservá-lo no emprego, para evitar que constitua paradigma para os efeitos referidos.

Portanto, suprimido o trabalho noturno, extingue-se a obrigação de pagar o respectivo adicional. Este entendimento é o que mais se harmoniza com a prevalência do interesse público sobre os interesses de classe ou particulares. Absolve-se a demandada do pagamento do adicional noturno.

Acórdão de 18.07.85
Proc. TRT 498/85 — 2.ª Turma
Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5105 — ADVOGADO — *Procurador que sublinha, a tinta, tópicos da sentença. Aplicação da multa prevista no art. 161 do CPC.*

(...) Preconiza o Ministério Público, ante os termos da certidão de fl. 15, informando que os autos foram devolvidos pelo procurador do reclamado com traços a tinta na sentença, o encaminhamento do processo à Corregedoria.

Todavia, parece não ser essa a melhor solução. O art. 161 do CPC disciplina com clareza a matéria, e a própria Turma pode decidir a respeito. Com base naquele dispositivo legal, aplica-se ao procurador do reclamado, autor dos grifos lançados à fl. 09 dos autos, multa correspondente à metade do salário mínimo vigente na região.

Acórdão de 20.05.86
Proc. TRT 322/86 — 4.^a Turma
Relator: Mário Somensi

5106 — ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO — Ônus da prova. *Dando a alteração de mais de dois anos e tendo ela sido bilateral, compete ao empregado a comprovação de que dela lhe resultaram prejuízos, bem assim de que estes eram certos e previsíveis à época. Inteligência do art. 468 da CLT.*

(...) O reclamante, que era vendedor, acordou com a reclamada sua passagem ao cargo de Supervisor de Vendas "B" Atacado, continuando a perceber, conforme a perícia, prêmios/comissão, mais salário fixo. Anteriormente, recebia salário fixo e comissões/prêmio sobre cobranças de sua zona, à base de 0,3% do valor. Com a nova sistemática, passou a receber prêmios/comissão também sobre vendas, passando a auferir percentuais de 7% ou 6% do salário pela cobrança de títulos.

Entendeu a MM. Junta de reconhecer o direito do autor porque, a despeito dos esforços da perícia, não se chegou à comprovação da inoccorrência de prejuízos. Data venia, a conclusão não condiz com o melhor critério a respeito do sistema de ônus de prova.

A alteração contratual é válida quando bilateral e se dela não resulta prejuízo ao trabalhador. O primeiro requisito está demonstrado pelo "Adendo ao Contrato de Trabalho", de fls. 132/133, datado de 01.12.79. Quanto ao prejuízo, ensina a melhor doutrina, deve ser certo e logicamente previsível, como decorrência das novas condições desde o momento em que a alteração ocorre. Não permanece o prejuízo, à guisa de condição, como uma condicionante capaz de, a qualquer evidência imprevista de sua ocorrência, nulificar a alteração havida. Decidir-se o contrário seria decretar a insegurança como a tônica predominante das relações contratuais, quando modificadas por consenso. Cabe ponderar, ainda, para que se decrete a nulidade da alteração, que é necessária a prova do prejuízo. Este não se presume e, sendo o fato determinante para a desconstituição das condições resultantes do contrato alterado, cabe sua demonstração a quem o alega. Não se pode impor à empresa que produza prova da inexistência do prejuízo, que seria modalidade negativa, mas exigir do autor que o demonstre.

Na espécie dos autos, há consenso geral de que, a despeito dos esforços despendidos na busca de elementos documentais objetivos, não se logrou concluir pela evidência do prejuízo, ou de sua inoccorrência, daí ter sido ele presumido, erroneamente a nosso juízo.

Acórdão de 07.05.86
Proc. TRT 8356/85 — 1.^a Turma
Relator: Alcione Niederauer Corrêa

5107 — ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO — O contrato de trabalho tem como garantia absoluta a sua inalterabilidade sem o consentimento do empregado e, ainda assim, quando não lhe for prejudicial. Alteração contratual nula, eis que demonstrado prejuízo salarial pela incorporação do adicional por tempo de serviço (quinqüênios), cessando a sua posterior concessão.

(...) O reclamante tinha assegurado a percepção do adicional por tempo de serviço, sob a modalidade de quinqüênios. A partir do momento em que a recor-

rente suspendeu a concessão da vantagem, embora tenha incorporado o valor que vinha sendo pago no salário, houve prejuízo ao demandante, pelo simples fato de que deixou de auferir o adicional relativamente ao tempo de serviço posteriormente prestado. Por via de consequência, a alteração unilateral do contrato de trabalho resultou em prejuízo do empregado, como informa o perito contador nas respostas aos quesitos de fl. 93, especialmente o de n.º 7, e o quadro demonstrativo de fl. 98. Aliás, em seu apelo, a recorrente reproduz acórdão do Egrégio TST, Pleno, que se ajusta integralmente ao debate em causa favoravelmente ao recorrido, nestes termos: "O empregado nada tem a ver com a alteração do regime jurídico da empresa. Vantagem legal que lhe seja estendida não pode ser retirada por lei posterior, pois dá-se a incorporação automática ao contrato de trabalho, como condição contratual, Irremovível ao talante do empregador".

Acórdão de 28.05.86

Proc. TRT 9784/85 — 1.ª Turma

Relator: Vitorino Antonio Gava

5108 — ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO — Não pode ser suprimida gratificação que o empregado recebeu por mais de 18 anos. A exceção do parágrafo único do art. 468 da CLT limita-se a cargos de confiança em sentido estrito e não a simples chefes de seção.

(...) O reclamante foi admitido pela reclamada em 1962. Em 04.01.65 foi nomeado Chefe da Seção de Contabilidade, passando a perceber gratificação de função, através da Portaria n.º 01/65. Por outro lado, na conformidade do disposto no Plano de Cargos da demandada, aprovado pela Resolução 444/77 do CNPS, foi designado para exercer a função de coordenador de unidade, através da Portaria 231/77, continuando a perceber gratificação de função. A unidade em que passou a desempenhar sua atividade foi no serviço de Orçamento e Arrecadação, sendo dispensado da função em 01.08.83 e despedido sem justa causa em 26.05.84. Assim, verifica-se que o autor chefiou setor de contabilidade por mais de 18 anos. Recebia gratificação ajustada, correspondente a este cargo. Tal vantagem, sobre ser ajustada, integrava seu salário e sua supressão implica em violência à vida mesma do trabalhador, que vê mutilada sua remuneração recebida regularmente há muitos anos. Esta redução salarial não pode ser tolerada, sem ofensa ao princípio da irredutibilidade que protege a contraprestação do salário.

Por outro lado, não há porque invocar o § 1.º do art. 468 da CLT. Em primeiro lugar, porque o mesmo não cogita do exercício de função de confiança por tão longo tempo e, em segundo lugar, porque o reclamante se limitava a orientar, tecnicamente, o setor de contabilidade e, posteriormente, coordenar o serviço de orçamento e arrecadação o qual, sem conhecimento especializado de contabilidade, não atinge seu fim. Demais, o recorrente não possuía poderes de gestão. A exceção do § 1.º acima referido limita-se a cargos capazes por sua natureza de pôr em risco a existência da empresa. Não era o caso do postulante que detinha funções meramente técnicas.

Cumprе ressaltar, ainda, que o autor tem direito à incorporação da gratificação, como se disse, com base na lei. A cláusula 25.ª do acordo coletivo é fonte formal de direito inferior à lei e, como tal, não prevalece, a não ser quando beneficiar empregado. De qualquer maneira a referida cláusula reforça a pretensão do reclamante, ao dispor que os trabalhadores que vierem a ocupar função gratificada por cinco anos na mesma empresa terão a gratificação incorporada ao salário, a partir de 1989. E tal direito já tem o postulante, porque exerceu a função por mais de 18 anos.

Acórdão de 22.05.86

Proc. TRT 8848/85 — 2.ª Turma

Relator: Adão Eduardo Häggstram

5109 — ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA — *A Lei 7115/83 não faz distinção entre empregado e empregador. A condição de empresário também é inerente às pessoas de baixa situação sócio-econômica. Assim, não havendo vedação legal, correto o Juízo a quo ao deferir a isenção de custas e emolumentos, posto que a interessada, ao requerer o benefício, declarou sua pobreza, sob as penas da lei.*

(...) Não procede a preliminar argüida pela Procuradoria. Na forma da Lei n.º 7115/83, basta que o interessado declare sua pobreza, sob as penas da lei. O Juiz deve dispensá-lo dos emolumentos e custas. Pode fazê-lo *ex officio* e deve fazê-lo a requerimento da parte. O fato de a requerente ser ou não empresária é irrelevante, considerando-se que esta condição é inerente inclusive a pessoas de baixa situação sócio-econômica, como é o caso da requerente.

Acórdão de 08.05.86

Proc. TRT 7422/85 — 2.ª Turma

Relator: Adão Eduardo Häggstram

5110 — AUTARQUIA — *Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul. Hipótese não contemplada pelo Decreto-Lei n.º 779/69. Recurso ordinário intempestivo. Descabimento de revisão de ofício.*

(...) Assevera o recorrido, em contra-razões, que a entidade recorrente não se encontra ao abrigo das disposições do Decreto-Lei 779/69 por explorar atividade econômica. O recurso, interposto em 15.07.85, quando a notificação da sentença se efetivara em 03.07.85, seria intempestivo, além de deserto, descabendo, outrossim, a revisão de ofício.

Prospera a prefacial argüida. Efetivamente, o SAMAE corresponde a um Serviço Autônomo criado por lei municipal com o objetivo de "operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água potável e de esgotos sanitários" do município de Caxias do Sul, conforme dispõe o art. 2.º, letra "c", da Lei Municipal n.º 1474, de 05 de janeiro de 1966. Deste modo, o reclamado não se encontra ao amparo dos privilégios estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 779/69.

Tal como preconiza a douta Procuradoria do Trabalho, não cabe conhecer do recurso voluntário do reclamado, eis que interposto após o decurso do octólio legal, inexistindo, na hipótese, reexame de ofício.

Acórdão de 06.05.86

Proc. TRT 6375/85 — 4.ª Turma

Relator: Dorval Knak

/

5111 — AVISO PRÉVIO — *O fato de a empresa haver dispensado a empregada do cumprimento do aviso prévio não a exime da obrigação de remunerá-lo integralmente.*

(...) Recorre a empresa porquanto sustenta que a autora concordou, no verso do documento de comunicação do aviso prévio, com a imediata rescisão de contrato de trabalho. Segundo a reclamada, o ato estaria dentro da esfera de autonomia dos contratantes, sendo, assim, perfeitamente válido e eficaz.

Na verdade, o aviso prévio é direito irrenunciável e a transação a respeito do mesmo deve resguardar esse caráter irrenunciável das normas de proteção ao trabalho, presente também no instituto do aviso prévio. Sem que seja demonstrado o ato determinante da transação, esta se reputa inexistente.

É possível que, em determinadas circunstâncias, a empregada tenha interesse no não cumprimento do aviso prévio pedindo, em consequência, o desfazimento imediato das relações, com o que a empresa não fica obrigada a pagar senão os dias de aviso que tiverem corrido até o momento em que for manifesta esta deliberação.

É indispensável, porém, que o fato que causa a extinção *ante tempus* do aviso prévio seja consistente, tal como a necessidade de assumir em novo emprego ou a urgência do empregado em se pôr à frente de negócio em que tenha se estabelecido.

A pura e simples solicitação de imediata rescisão de contrato de trabalho posterga a irrenunciabilidade ao direito a ser realizado, não se compreendendo, pois, na esfera da autonomia contratual incondicionada.

Acórdão de 20.05.86
Proc. TRT 11334/85 — 3.ª Turma
Relator: Ronaldo José Lopes Leal

5112 — BANCÁRIO — *Motorista de banco, que exerce outras atividades no estabelecimento, além de dirigir veículo, considera-se bancário, usufruindo as vantagens do tratamento correspondente.*

(...) Mostram os autos que o recorrido, além de motorista, era também supervisor do Centro de Transporte e Expedição, função que lhe foi atribuída pela circular de fl. 56. Nesta condição, devia executar as ordens emanadas do chefe daquele setor, destinadas ao bom andamento dos respectivos serviços. Sua atividade não era, portanto, apenas de dirigir veículos, mas também dedicada ao serviço de expedição de correspondência. Neste sentido depõem as testemunhas de fls. 70/71, sendo que a testemunha do banco refere até serviços seus de contabilidade no escritório do setor de transportes.

Tal situação faz com que se assegure ao recorrente a condição de bancário, para efeito de gozo dos benefícios correspondentes, na medida em que se apresentam mais benéficos do que os da categoria diferenciada de motorista.

Neste sentido já decidiu o Egrégio Tribunal da 9.ª Região, em acórdão da lavra do Juiz Ismael Gonzalez (Ltr 45/373).

Neste sentido é também a orientação do Colendo TST (obra citada, pág. 374).

Acórdão de 06.08.85
Proc. TRT 586/85 — 3.ª Turma
Relator: Paulo Maynard Rangel

5113 — BANCÁRIO — *É bancário o trabalhador que, embora contratado como motorista, executa tarefas inerentes à atividade bancária, possuindo, inclusive, procuração outorgada pelo empregador. Direito à jornada especial de seis horas e demais vantagens asseguradas à categoria profissional. Nulidade da pré-contratação de horas extras. Fraude à lei. Artigo 9.º da CLT. Pagamento devido das sétima e oitava horas como suplementares.*

(...) Não merece reparos a respeitável sentença de primeiro grau ao deferir ao recorrido direitos inerentes à categoria profissional dos bancários. Com efeito, embora, contratado para o cargo de "motorista estafeta", restou provado que o empregado exercia atividades típicas de bancário, tais como recebimento e depósito de valores, cobrança de duplicatas, entrega de títulos em cartório para protesto. À evidência, as viagens do autor pelo interior visavam precipuamente a realização dessas tarefas, essenciais à atividade e aos interesses do banco, revelando-se a condição de motorista como mero instrumento de trabalho. Saliente-se que possuía o demandante procuração outorgada pelo recorrente para cobrança de títulos de crédito.

Tratando-se de trabalhador bancário, nula é a pré-contratação de horas extras, revelando-se ineficazes os ajustes de fls. 31 e 32. A prorrogação habitual da jornada, na espécie, configura violação à norma de tutela especial do artigo 225, da CLT, a qual afasta a incidência da norma de tutela geral do artigo 59, parágrafo

1.º, do mesmo diploma. A importância fixa destinada à remuneração da sobrejornada integra o salário básico do autor, sendo devido o pagamento autêntico da sétima e oitava horas da jornada. Nesse sentido o Enunciado de número 199 da Súmula do Egrégio TST.

Ao contrário do sustentado pelo recorrente, a nulidade em questão independe de arguição da parte interessada, produzindo efeitos *ex tunc*.

Acórdão de 22.05.86

Proc. TRT 2394/85 — 2.ª Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5114 — BANCÁRIO — Serviço de processamento de dados. Nada impede a instituição de empresa de processamento de dados para prestar serviços a terceiros mediante a cobrança de um preço, inclusive às demais empresas componentes do grupo. O que é vedado pelo art. 9.º da CLT é a empresa ou grupo criar empresa com a finalidade exclusiva de executar tarefas que são essenciais a sua atividade, visando desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos de proteção ao trabalhador. Se o grupo constituído de Banco Comercial e de empresas que atuam na área de financiamento, crédito e investimento institui uma empresa prestadora de serviços inerentes à realização dos fins que lhes são próprios, os empregados desta estão enquadrados na categoria de bancários.

(...) Os demandados — Unibanco Sistemas S/A e Unibanco — União de Bancos Brasileiros S/A — são empresas distintas, com personalidade jurídica própria, finalidades sociais autônomas e inconfundíveis. O fato de integrarem o mesmo grupo econômico, em princípio, não teria qualquer repercussão ou efeito quanto ao enquadramento sindical dos empregados de cada empresa. Os empregados de Banco são bancários e os de empresa de processamento de dados integram a categoria diferenciada, desde a edição da Portaria n.º 3.135, de 1984, do Ministério do Trabalho.

Qualquer grupo econômico pode instituir empresas de processamento de dados para prestar serviços a terceiros, inclusive às demais empresas componentes do grupo. Não haveria nenhuma ilicitude nesse objetivo social e atividade.

O que é inviável é o banco criar empresa com a finalidade exclusiva de executar tarefas que são essenciais a sua atividade, visando desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos de proteção ao trabalhador. E tal propósito resulta evidenciado pela prova produzida no processo.

O Banco detém 70% das ações da Unibanco Sistemas S/A. Esta presta serviços às empresas do grupo: Unibanco — União de Bancos Brasileiros S/A; Unibanco — Banco de Investimentos do Brasil S/A; Unibanco Financeira S/A; Unibanco Crédito Imobiliário S/A; Unibanco Seguradora S/A; Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Segundo o laudo pericial, 90% dos serviços prestados pela Unibanco Sistemas S/A são executados em benefício do Banco comercial. Alguns dos Diretores do Banco comercial fazem parte da Diretoria da empresa de processamento de dados. Esta empresa não presta serviços para terceiros, nem resulta comprovada a cobrança de alguma remuneração pelos serviços prestados às empresas do mesmo grupo, resultando totalmente desvirtuada como atividade comercial e lucrativa.

A empresa foi criada com o objetivo de excluir um grupo de servidores que trabalham em atividade essencial ao Banco da tutela dos bancários. O art. 9.º da CLT, porém, acoima de nulo tal procedimento, devendo ser confirmado o reconhecimento do reclamante como bancário, sendo-lhe devidas todas as vantagens atribuídas a esta categoria profissional.

Acórdão de 15.01.86

Proc. TRT 5070/85 — 1.ª Turma

Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5115 — CARGO DE CONFIANÇA — Não se enquadra na regra do § 2.º do art. 224 da CLT o bancário que exerce função sem qualquer poder de mando, gestão ou representação e que, ademais, auferia gratificação em montante inferior ao terço fixado em lei.

(...) Das 7.ª e 8.ª horas. A douda sentença a quo indeferiu o pedido de pagamento, como extras, das referidas horas, entendendo estar o autor enquadrado na exceção prevista no § 2.º do art. 224 da CLT, uma vez que exercia cargo de confiança e auferia gratificação de função igual a 1/3 do ordenado.

Ao contrário do que sustentam as razões recursais, a decisão entendeu configuradas as duas condições, como se depreende dos itens IV e VIII de fl. 566.

Data venia, equivoca-se duplamente o julgado a quo. De início, cabe ressaltar que os cargos exercidos pelo autor no período não prescrito — Chefe de Serviços Especiais, Chefe de Serviços Internos e Chefe de Captação e Aplicação — não se caracterizam como de direção, gerência, fiscalização, nem como cargos de confiança. O laudo pericial consigna que o reclamante ficava subordinado a uma autoridade hierarquicamente superior e não tinha poderes para admitir ou demitir funcionários; além disso, nem sequer podia assinar pelo Banco, já que tinha assinatura autorizada tipo "e", só podendo firmar documentos em conjunto com seus superiores.

A evolução na sistemática funcional dos Bancos tem revelado, através de inúmeros processos, que são criadas pretensas chefias, cujos detentores não possuem quaisquer poderes de gestão ou representação, mas as quais servem ao empregador como pretexto para afastar o trabalhador da jornada especial de 6 horas. Não se pode aceitar que simples títulos de chefes, aos quais são atribuídas apenas as tarefas comuns de rotina bancária, sejam eficazes para configurar funções de confiança do empregador. Adotar tal entendimento implicaria destruir a duração especial do trabalho do bancário, afrontando o preceito legal que a instituiu.

Acórdão de 21.01.86

Proc. TRT 6518/85 — 3.ª Turma

Relator: *Olívio Nunes*

5116 — CERCEAMENTO DE DEFESA — A circunstância de que, em se tratando de insalubridade, a perícia é obrigatória (art. 195, § 2.º, da CLT) não retira do Juiz o poder de divergir do laudo, de vez que este é mera prova e, como as demais, se sujeita à sua livre apreciação, que pode formar sua convicção com outros elementos ou fatos demonstrados no processo (arts. 131 e 436 do CPC). De tal sorte, configura-se cerceamento de defesa se o Juiz, sob o fundamento de que a insalubridade é apurada através de prova legal e técnica, indefere a prova testemunhal, através da qual se pretendia descaracterizar determinados aspectos do laudo.

(...) argúi o reclamante a nulidade do processado, por cerceamento de defesa. Acolhe-se a prefacial. Com efeito, determinada a realização de perícia para apuração de insalubridade, o reclamante, ao apresentar o rol de quesitos, requereu ao perito que o notificasse do dia, hora e local da inspeção, para que pudesse acompanhá-la. Ao apresentar o laudo, o perito informou que, embora o houvesse notificado com antecedência, por carta, este não compareceu à vistoria, concluindo, ao final, pela inexistência de insalubridade. Registra-se que, embora mencione que a carta estaria anexada ao laudo, isso não ocorre, não havendo qualquer comprovante do envio de correspondência ao reclamante. Este impugnou o laudo, sustentando que não recebeu qualquer comunicação da data em que se realizaria a inspeção, motivo pelo qual requer a repetição da diligência, com sua presença. Esse requerimento é indeferido, em razão do que, em audiência, o autor protesta por cerceamento de defesa, voltando a lançar protesto quando o Juízo indefere a ouvida de suas testemunhas, que tinham sido notificadas e através das quais o reclamante pre-

tendia provar as funções efetivamente exercidas, inclusive que, além das especificadas no laudo, fazia serviços de troca de óleo e lubrificação. Sentenciando, a MM. Junta julga improcedente o pedido de adicional de insalubridade e refere que indeferiu a prova testemunhal porque a insalubridade é apurada através de prova legal e técnica.

De tudo quanto foi exposto, resta a inequívoca conclusão de que, *data venia*, o reclamante foi cerceado em sua defesa. Reputa-se de extrema conveniência que ao empregado seja facultado se fazer presente à inspeção pericial, para que preste esclarecimentos ao expert sobre o local de trabalho, os equipamentos utilizados etc., especialmente quando, como na espécie, o contrato de trabalho já foi extinto. Sem essa providência, o perito fica adstrito às informações que a empresa lhe fornece. Por outro lado, é equivocado, com a devida vênia, o entendimento da MM. Junta no sentido de que, sendo a insalubridade apurada através de prova legal e técnica, a produção de prova testemunhal é dispensável. Determinados aspectos do laudo, especialmente no que tange às funções exercidas, podem perfeitamente ser descaracterizados através de prova testemunhal. Segundo dispõe o art. 436 do CPC, o Juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos. A circunstância de que, em se tratando de insalubridade, a perícia é obrigatória (art. 195, § 2.º, da CLT) não retira do Juiz o poder de divergir do laudo, de vez que este é mero meio de prova e, como os demais, sujeito à livre apreciação do Juiz (art. 131 do CPC). Preleciona Coqueijo Costa: "Vincular o Juiz necessariamente ao laudo seria substituir a decisão judicial, própria e exclusiva da jurisdição — que só o Juiz tem — por uma opinião técnica de um leigo em judicatura, que não possui esse poder jurisdicional. Seria, para ECHANDIA, o perito usurpar a função jurisdicional do Juiz, impedindo a este de controlar se o laudo cumpre ou não os requisitos para sua eficácia probatória". (*In Direito Processual do Trabalho*, ed. Forense, 1984, p. 355).

Acórdão de 10.04.86
Proc. TRT 307/85 — 2.ª Turma
Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5117 — CLÁUSULA PENAL — *Em se tratando de cláusula penal que comina multa diária pelo descumprimento da obrigação, não há de se cogitar da limitação imposta pelo art. 920 do Código Civil.*

(...) O reclamante postulou o pagamento de multa estabelecida em dissídio coletivo, pelo descumprimento por parte do empregador da cláusula que estabelece o pagamento das parcelas rescisórias em até três dias úteis, contados do aviso prévio. O pedido foi acolhido pela decisão a quo que, todavia, limitou seu *quantum* ao valor da obrigação principal inadimplida.

Rebela-se o reclamante, pretendendo o pagamento da multa até o efetivo pagamento das rescisórias, sem a limitação imposta pela sentença.

Com razão. O acordo coletivo que embasa a pretensão do autor estipulou o valor da multa por dia de atraso na satisfação das parcelas da rescisão, obrigando-se as empresas a pagar o respectivo salário-dia até o efetivo cumprimento da obrigação. Trata-se, pois, de cláusula penal destinada a coibir o atraso injustificado na prestação da obrigação, de aplicação periódica e reiterada, conforme o implemento da condição tempo. Não sofre, assim, a limitação do art. 920 do Código Civil, de aplicação instantânea e única, que não se renova pelo transcurso do tempo. Solução contrária à ora adotada implicaria no esvaziamento do que foi avençado no processo de revisão de dissídio coletivo, já que, uma vez atingido o valor da obrigação principal, o devedor inadimplente poderia adiar indefinidamente a satisfação de seu débito, sem que isto lhe acarretasse qualquer ônus superveniente.

Acórdão de 11.06.85
Proc. TRT 318/85 — 4.ª Turma
Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5118 — COMISSÕES — *Inaceitável a tese de que as comissões e prêmios, porque parcelas pagas mensalmente, devam integrar os repousos semanais e feriados à base de 1/30. Seu cálculo deve levar em consideração tão-somente os dias de efetivo trabalho, ou seja, 1/6 de sua produtividade semanal.*

(...) Sustenta a apelante que, uma vez mensalistas os autores, o cálculo das integrações das comissões nos repousos e feriados deveria ser feito à base de 1/30 e não na forma elaborada pelo laudo pericial.

Sem razão a reclamada, porquanto, para apuração do reflexo das comissões nos dias de repouso e feriados, dever-se-á levar em consideração os dias de trabalho e não os 30 dias do mês. Dividindo-se o total das comissões pelos efetivos dias de trabalho e multiplicando-se pelo número de repousos e feriados existentes no mês, encontrar-se-á a incidência correta, tal como se mostram os cálculos do perito que apontaram diferenças, as quais se mantêm.

Acórdão de 19.03.86
Proc. TRT 10007/84 — 1.^a Turma
Relator: Plácido Lopes da Fonte

5119 — COMPETÊNCIA — *A competência para apreciar ação cautelar inominada, visando a sustação da execução da sentença rescindenda, é do Tribunal em que se acha em curso a ação rescisória.*

(...) Sobressai ao exame, no presente processo, questão preliminar que diz com a competência originária para conhecer e julgar cautelar inominada proposta pela requerente. Propôs a peticionária ação rescisória perante o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho visando à desconstituição de acórdão daquela Corte que confirmou decisão da Colenda 3.^a Turma deste Tribunal. Estando sendo promovida a execução da sentença cuja rescisão está pleiteando e sob a alegação de não possuir a requerida condições econômico-financeiras para repor o valor do crédito exequendo, no caso de procedência da ação rescisória, pretende que seja sustada a execução.

Todavia, a competência para apreciar a cautelar em causa é do Egrégio TST, a teor do art. 800 do Código de Processo Civil, segundo o qual as medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa. Poder-se-á cogitar se a competência para o conhecimento da cautelar incidental — como é o caso da ora requerida —, por ser, em regra, do juízo da ação principal, pode ser daquele em que se procede à execução ou do juízo rescindendo. De qualquer forma, qualquer que seja a solução que se apresente, não resta a menor dúvida de que falece competência a este Tribunal para o conhecimento e julgamento da cautelar.

O emérito professor Galeno Lacerda, em seus Comentários, após tratar do cabimento das medidas cautelares nas ações rescisórias, assinala que “convém que as ações cautelares jurisdicionais, para a cabal verificação do requisito da aparência do direito, se aforem de modo incidente, e não antecedente, à rescisória, pois somente o relator desta é quem estará habilitado para formular o juízo prévio sobre a admissibilidade da medida, especialmente se houver pedido de concessão liminar” (Ob. cit. VIII vol. Tomo I, pág. 67/68).

Na verdade, sendo pressuposto necessário a aparência de bom direito em prol do autor da rescisória, e o perigo da mora no atendimento da pretensão, condições que somente podem ser aferidas pelo relator do processo e pelo juízo rescindendo. O mesmo consagrado processualista aborda esse aspecto, observando que “o art. 800 declara, em sentido amplo, que as medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa”, prescrevendo o parágrafo único que, “nos casos urgentes, se a causa estiver no Tribunal, será competente o relator do recurso”. A palavra “causa”, como é notório — conclui a respeito Galeno Lacerda —, se refere a todo e qualquer processo contencioso, conceito que abrange também as ações rescisórias” (Comentários..., pág. 65, do VIII vol., Tomo I).

Trata-se, a nosso ver, de incompetência absoluta e por isso, embora não argüida pela requerida, há de ser declarada por resultar em nulidade do julgado.

Por essas razões, tem-se como incompetente este Tribunal para apreciar e julgar a presente ação cautelar, devendo ser remetido o processo ao Egrégio TST, para ser distribuído ao Relator da Ação Rescisória.

Acórdão de 29.05.86

Proc. TRT 9531/85 — 1.º Grupo de Turmas

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5120 — COMPETÊNCIA — Complementação de aposentadoria. É competente a Justiça do Trabalho para apreciar direito oriundo do contrato de trabalho. Responsabilidade do banco e do órgão assistencial instituído pelo primeiro para essa finalidade.

(...) O Juízo a quo deu-se por incompetente para apreciar o pedido referente à complementação de aposentadoria, declarando, ainda, a ilegitimidade passiva do Banco Sul Brasileiro S.A. Contra tal entedimento, insurge-se a reclamante e com razão. A Justiça do Trabalho é competente para apreciar a matéria articulada, uma vez que decorre da relação de emprego mantida entre as partes. É com base no contrato de trabalho que o reclamante postula a declaração do direito a ver complementada pelo banco a sua aposentadoria. Os autos demonstram, a exemplo do que ocorre em inúmeros processos semelhantes, que o banco criou e manteve o IAS (Instituto Assistencial Sulbanco) com esta finalidade exclusiva. Constitui-se, de fato, a referida entidade em mero departamento do próprio banco, não obstante a personalidade jurídica que aparentemente possa ter assumido.

Conforme demonstrou o laudo pericial de fls. e seguintes, a reclamante foi empregada do banco reclamado, tendo sido associada do Instituto Assistencial Sulbanco, apenas porque este é a entidade de previdência fechada que formalmente complementa a aposentadoria dos empregados do banco.

Além disso, o Instituto não tem funcionários próprios trabalhando no Departamento de Complementação de Aposentadoria, mas apenas os do próprio banco, pagos por este, que é o mantenedor do IAS, contribuindo com 77% de sua receita.

Assim, a complementação da aposentadoria é oriunda de um contrato de natureza laboral e não previdenciária. Não há, portanto, como desvincular o interesse do banco dos interesses do Instituto Assistencial Sulbanco, sobressaindo-se a responsabilidade do primeiro.

A matéria é conhecida e superada na jurisprudência desta 4.ª Região, que reconhece a competência.

Acórdão de 01.04.86

Proc. TRT 3360/85 — 4.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5121 — COMPETÊNCIA — Pedido de diferenças de complementação de aposentadoria. Direito remanescente do contrato de trabalho. Reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho para apreciar a matéria (Constituição Federal art. 142). Recurso provido.

(...) O reclamante recorre ordinariamente da r. sentença de 1.º Grau pela qual a MM. Junta de origem acolheu exceção de incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar o feito em razão de matéria.

Alega o recorrente que a prova documental trazida à colação demonstra que a Fundação Banagrimer foi criada por iniciativa do empregador, sofrendo deste inge-

rência da administração e direção, sendo condição essencial e imprescindível para aquisição do direito à complementação de aposentadoria — cujas diferenças são pleiteadas na inicial — a situação de empregado do banco.

Efetivamente, está sobejamente demonstrado o elenco de fatos aludidos pelo recorrente, assim como a circunstância de que o Instituto não sobrevive sem as complementações e subvenções do banco, do qual depende econômica e financeiramente. Assim, tal como afirma o recorrente, de sua condição de aposentado não se pode, de maneira simples, concluir que a relação entre as partes seja de natureza civil. A complementação de aposentadoria se configura como direito remanescente do contrato de trabalho extinto com a jubilação do empregado. Extinta a relação de emprego, ainda subsiste da contratualidade uma obrigação assumida pelo banco empregador e representada por prestações de trato sucessivo: a complementação de aposentadoria, de modo que a extinção do contrato de trabalho não acarreta a total e ampla desvinculação das partes. Aliás, é remanescente a jurisprudência de nossos Tribunais no sentido de reconhecer a competência desta Justiça Especializada para apreciar pedidos de complementação de aposentadoria, por tratar-se de direito emergente de relação de emprego (art. 142 da Constituição Federal).

Nestas condições, acolho o recurso para reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para apreciar o feito e determinar a baixa dos autos à Instância de origem para os fins de direito.

Acórdão de 20.05.86

Proc. TRT 9959/85 — 4.ª Turma

Relator: Dorval Knak

5122 — COMPETÊNCIA — *Se o empregador institui fundação com finalidade previdenciária em benefício dos empregados, cuja associação à mesma é facultativa, é incompetente a Justiça do Trabalho para apreciar demanda movida pelo empregado que busca complementação de aposentadoria concedida pela fundação, pois não se trata de cláusula anexa ao contrato de trabalho, mas de litígio decorrente de contrato de seguro com entidade de previdência privada.*

(...) Sustenta o recorrente que a cláusula de complementação de aposentadoria está estreitamente relacionada com o contrato de trabalho, mesmo que, formalmente, seja de responsabilidade de uma fundação que, no caso, foi instituída pelo próprio banco. Assim, se do contrato de trabalho emerge a possibilidade do direito, é clara a competência do juízo trabalhista.

O documento de fls. evidência que a complementação de aposentadoria foi criada pela Fundação Banagrimer, instituída esta pela empresa antecessora, Banco Agrícola Mercantil SA, empregador originário do recorrido. A referida fundação denominava-se "Dos Funcionários do Banco Agrícola Mercantil S.A." Inexiste, nos autos, contrato escrito ou regulamento da empresa primitiva, não se podendo afirmar que a complementação de aposentadoria se constituísse em cláusula incorporada ou anexa ao contrato de trabalho. Também não se produziu a respeito prova testemunhal. A Fundação Banagrimer destinava-se a "secundar os serviços sociais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, ampliando-lhe os benefícios da assistência médica, farmacêutica, hospitalar, dentária e jurídica", além de complementar-lhe a aposentadoria, entre outros benefícios. O laudo pericial juntado pelo recorrente, elaborado em ação anteriormente movida contra os demandados, com objetivo idêntico ao da presente e cuja extinção do processo sem julgamento do mérito foi confirmada por este Tribunal, revela, na resposta ao quesito n.º 2 de fl. 61, que, como regra, todos os empregados, na época da contratação do reclamante, se associavam à fundação, em vista dos vários tipos de benefícios que estavam previstos em seu regulamento. Posteriormente, na complementação de fls. 72 a 74, esclarece que não era condição para ser admitido no banco a adesão dos empregados à fundação, o que, como regra, ocorria pelas razões já referidas.

Em tais condições, não revela a prova que a pretendida complementação de aposentadoria se constituísse em cláusula inexta ou anexa ao contrato de trabalho. Confirma-se, conseqüentemente, a decisão de 1.º grau quanto à incompetência em razão da matéria da Justiça do Trabalho para apreciar a postulação de complementação da aposentadoria, tendo-se presente o cânone fundamental de competência desta Justiça especializada constante do art. 142 da Constituição Federal.

Acórdão de 04.04.86

Proc. TRT 8249/85 — 2.ª Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5123 — COMPETÊNCIA — Descontos assistenciais pleiteados em nome próprio pelo sindicato de classe. Competência da Justiça do Trabalho.

(...) Preliminarmente, argúi o Exmo. Juiz Relator, *ex-officio* a Incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar o presente feito, com base no Enunciado 224 do TST.

Em que pese nosso profundo respeito pela orientação dela emanante, permitimo-nos divergir. Não nos parece lógico nem razoável, *data venia*, que os Tribunais Trabalhistas tenham competência para estabelecer decisões normativas, e não a tenham para fazê-las cumprir, não obstante o que diz o *caput* do art. 872, devendo depender, para tanto, da Justiça Civil. Ainda que o sindicato esteja agindo em nome próprio e não como substituto processual dos empregados, nem por isso, deixa de estar cumprindo uma decisão de natureza trabalhista, emanada de um Tribunal do Trabalho, com base na CLT, cujo art. 763 estabelece que o processo da Justiça do Trabalho reger-se-á pelas normas estabelecidas no título que encabeça. E dentro deste título (título 10 da CLT) está o já citado art. 872 que não remete a nenhum outro Juízo a competência para apreciar e julgar processos trabalhistas. Isso nos leva a rejeitar a arguição de incompetência da Justiça do Trabalho, já que há dissídio trabalhista previsto em lei, nos termos do art. 142 da Constituição.

Acórdão de 05.11.85

Proc. TRT 5904/85 — 4.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5124 — COMPETÊNCIA — Competência da Justiça do Trabalho, à luz dos arts. 625 da CLT e 142 da Constituição Federal, para apreciar dissídio proposto por entidade sindical contra empresa, objetivando a cobrança de contribuições estipuladas em sentença normativa.

(...) Argumenta a recorrente ser a Justiça Especializada incompetente para apreciar e julgar a presente ação, cujo objeto não decorreria de controvérsia oriunda das relações de trabalho. Não obstante, a competência da mesma se evidencia à luz do disposto no art. 625, consolidado, inserido no título VI da Consolidação — Das convenções coletivas de trabalho — e que reza: "As controvérsias resultantes da aplicação de Convenção ou de Acordo celebrado nos termos deste Título serão dirimidas pela Justiça do Trabalho". Ademais, se a Justiça do Trabalho é competente para determinar a realização de pagamentos ou contribuições às entidades sindicais, a toda evidência deve ser competente para executá-las, na hipótese de não atendimento ou não cumprimento. Em suma, a Justiça Especializada deve cumprir e fazer cumprir as suas próprias decisões. E não só o art. 625 da CLT autoriza o exame da questão, como também o art. 142 da Constituição Federal, que menciona a competência desta Justiça para dirimir "outras controvérsias oriundas das relações de trabalho".

Em suma: é até um imperativo lógico que, se a Justiça do Trabalho julga ou homologa cláusulas que permitem a ocorrência de contribuições aos sindicatos da categoria, não venha, posteriormente, dar-se por incompetente, em caso de inadimplência dos compromissos estatuídos. Deve ela exigir o cumprimento de suas decisões.

Desta sorte, reconhece-se a competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar a presente demanda.

Acórdão de 03.04.86
Proc. TRT 5732/85 — 2.ª Turma
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5125 — COMPETÊNCIA — Ação de cumprimento. Quando a entidade sindical, em nome próprio, busca o cumprimento de decisão normativa da Justiça do Trabalho, na parte relativa a descontos salariais a serem recolhidos a seus cofres pelas empresas abrangidas por aquela decisão. Reconhecimento da incompetência da Justiça do Trabalho. Aplicação do Enunciado n.º 224 da súmula de jurisprudência uniforme do TST.

(...) Procede o recurso de Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A — Eletrosul quando argúi exceção de incompetência da Justiça do Trabalho para apreciação da controvérsia, conforme a iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que veio a ser adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho, de acordo com o recente Verbete n.º 224 da súmula de jurisprudência uniforme daquele Pretório Superior, orientação essa a que nos submetemos, embora a reiterada orientação regional a que nos filiávamos, pela qual, em se tratando de ação de cumprimento de cláusula inserida em decisão normativa da Justiça do Trabalho, a competência estaria previamente estabelecida, na medida em que compete aos Tribunais a execução de suas próprias decisões e a ação de cumprimento, segundo a regra do art. 872 da CLT, é de competência delegada por lei ao órgão de primeira instância a eles subordinado.

Acórdão de 06.11.85
Proc. TRT 1162/85 — 1.ª Turma
Relator: Antonio Salgado Martins

5126 — COMPETÊNCIA — Desconto assistencial. Sindicato agindo em nome próprio. É incompetente a Justiça do Trabalho para julgar ação na qual o sindicato, em nome próprio, pleiteia o recolhimento de desconto assistencial previsto em sentença normativa.

(...) opondo-se à condenação imposta em 1.º grau, argúi a reclamada a incompetência da Justiça do Trabalho para decidir sobre desconto assistencial em favor do Sindicato, postulando em nome próprio.

Com razão. A sentença condenou a empresa a recolher aos cofres do Sindicato reclamante os descontos que deveriam ter sido feitos dos salários dos empregados, em cumprimento à cláusula 30 do dissídio de fls. 22 (TRT 6086/83). No caso presente, configura-se a hipótese do Enunciado 224 do TST, em que "A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar ação na qual o Sindicato, em nome próprio, pleiteia o recolhimento de desconto assistencial previsto em sentença normativa, convenção ou acordo coletivo".

No mesmo sentido, recentemente decidiu o Egr. TFR, solucionando conflito de competência: "Não é competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ação ordinária de cobrança de multa, oriunda de convenção coletiva, promovida por entidades privadas, isto é, sindicato de empregados versus empregador, por inexistir, na espécie, qualquer vínculo empregatício entre as partes litigantes. Julgou-se procedente o conflito para declarar competente o Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Guaratinguetá, a quem os autos deverão ser encaminhados"

(TFR — Ac. unân. da 2.^a Seç., publ. em 29.08.85, conf. Comp. 6048-SP — Rel. Min. Geraldo Sobral — Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Lorena x Liebherr Brasil — Guindastes e Máquinas Operatrizes Ltda — in COAD 1986, p. 038, n.º 25857).

Em tais circunstâncias, impõe-se acolher a prefacial, restando prejudicados os demais aspectos do apelo da reclamada, bem como o recurso do Sindicato reclamante, relativamente ao tópico em que pleiteia o recolhimento assistencial relativo ao dissídio TRT 6768/84, desacolhido pelo Juízo a quo.

Acórdão de 29.04.86
Proc. TRT 6764/85 — 4.^a Turma
Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5127 — COMPETÊNCIA — É competente a Justiça do Trabalho para dirimir questões pertinentes ao PIS. Súmula n.º 82 do TFR.

(...) A reclamante, através de seu procurador, requereu fosse oficiado à Caixa Econômica Federal — Setor PIS — pedindo informações sobre o motivo pelo qual não logrou receber os rendimentos do PIS.

A D. Junta indeferiu tal solicitação, por entender ser incompetente a Justiça do Trabalho para apreciar a questão concernente ao Programa, relativamente ao não recebimento da quantia a que a autora se julga com direito; concluiu que a competência desta Justiça Especializada diz respeito tão-somente à pretensão ao pagamento de indenização por falta de cadastramento. Em razão disso, a autora lançou o seu protesto antipreclusivo.

Data venia da R. decisão de 1.º Grau, não se pode com ela concordar.

É da competência da Justiça do Trabalho decidir sobre matéria pertinente ao PIS, seja por falta de cadastramento, erro nas informações da RAIS ou por falta de recolhimento, de acordo com os termos da Súmula n.º 82 do Colendo TFR.

Acórdão de 14.01.86
Proc. TRT 5202/85 — 3.^a Turma
Relator: Olívio Nunes

5128 — COMPETÊNCIA — A Justiça do Trabalho é competente para apreciar e julgar pedido de indenização pela alegada falta de requisição de trabalhadores avulsos para os serviços de carga e descarga de navios. Isso porque o pedido tem por fundamento a regra do art. 257 da CLT, que determina devam os serviços de estiva e de conferência ser prestados por profissionais devidamente matriculados nas Capitânicas dos Portos ou em suas Delegacias ou Agências. A ação, julgada acaso procedente, teria, ademais, reflexos em direitos de natureza nitidamente trabalhista, tais como férias, gratificações natalinas, FGTS e salário-família. Interpretação que o Supremo Tribunal Federal vem dando ao art. 142 da Constituição Federal.

Recurso ordinário dos reclamantes a que se dá provimento para, reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho, determinar a baixa dos autos à MM. Junta de origem, para julgamento do mérito.

(...) A hipótese dos autos diz com a pretensão dos autores, trabalhadores avulsos e portanto não empregados, de haverem indenização por perdas e danos da reclamada por ter esta descumprido obrigação de convocá-los para a prestação de serviços em seu terminal portuário. A decisão recorrida, acolhendo a exceção de incompetência da Justiça do Trabalho, deu relevo à circunstância de os reclamantes nunca terem prestado serviços à reclamada, não se configurando sequer a relação de trabalho.

Data venia, merece reforma a decisão de primeiro grau. Em caso idêntico ao presente, o Tribunal entendeu que "é competente a Justiça do Trabalho para julgar

pedido de indenização pela falta de convocação de trabalhador avulso no serviço de carga e descarga de navio.

Entendeu o Tribunal, que "o trabalho avulso é regulado pela CLT nos arts. 254 e seguintes" e que "a indenização que os reclamantes pretendem se funda em regra de tutela do trabalho, que determina que os serviços de estiva e conferência, quando necessários, devem ser feitos exclusivamente nos portos organizados por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho".

Sobre a matéria há pronunciamentos recentes do Supremo Tribunal Federal, que dão, invariavelmente, pela competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação proposta por trabalhadores avulsos visando à obtenção de vantagens de natureza trabalhista.

Não se pode negar tal natureza a direitos emergentes, como no caso, do alegado descumprimento da regra do art. 257 da CLT. A ação, julgada acaso procedente, teria, é certo, repercussão nas férias, 13.ºs. salários, FGTS e salário-família dos reclamantes.

A sentença recorrida vem arrimada em pronunciamento do STF datado de 30.04.80. Em decisão mais recente, datada de 26.08.81, entendeu o STF que "já se pacificou a jurisprudência desta Corte" no sentido de que "é da competência da Justiça do Trabalho o processo e julgamento de ação proposta por trabalhadores avulsos para a obtenção de vantagens de natureza trabalhista" (*in* LTr 46-1/55-7, janeiro de 1982).

A própria decisão do STF, invocada pela sentença recorrida, contém o seguinte excerto: "Por mais de uma feita temos sustentado a competência da Justiça do Trabalho para julgar reclamação de que sejam partes os denominados trabalhadores avulsos, atentos à natureza da vantagem postulada, objetivando com isso maior proteção para seus direitos sociais. Exemplo disso pode ser colhido no CJ 6.107".

Ainda mais recente é a decisão tomada em 10.11.81 pelo STF, no julgamento do recurso extraordinário n.º 92179, trazida a confronto pelos autores, à fl. 873. Como referido no parecer da Procuradoria Geral da República, no CJ 6.311-3/RN (LTr. 46-1/56), "o Supremo Tribunal Federal, com sabedoria e prudência, tem sido sensível às dificuldades interpretativas do art. 142 da Constituição, deferindo à Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar reclamações de que sejam parte trabalhadores avulsos que persigam, como no caso, a percepção de vantagens nitidamente trabalhistas".

E continua o mesmo parecer: "Essa orientação maior ainda mais se recomenda na hipótese em exame, pois nada menos que duas seções da Consolidação das Leis do Trabalho, a Seção VIII e a Seção IX, em numerosos artigos — do art. 254 ao art. 292 — cuidam dos serviços de estiva e de capatazia dos portos, entre os quais se inclui o prestado pelos autores, conferentes de carga e descarga. E, se é verdade que a Constituição, hoje, exige, para competência da Justiça Especializada, a existência de lei para dirimir controvérsias oriunda da relação de trabalho, não se pode olvidar que, sendo-lhe anterior, a CLT não podia obviamente fixar de antemão tal competência. Mas é lícito presumir que, ao regular em seu contexto determinada matéria, certamente só o fez por considerá-la desde logo abrangida pela jurisdição trabalhista (*in* LTr. 46-1/56).

Para concluir: além de sábia, a tendência jurisprudencial nesse sentido apresenta dupla vantagem. Primeiro, evita a "triste constatação", "deveras desoladora", diagnosticada pelo Min. José Ajuricaba C. Silva, que obriga o trabalhador avulso a recorrer à Justiça Comum, de notória morosidade no andamento dos processos submetidos à sua apreciação, "em razão do grande número e da variedade dos feitos de sua competência" (*ibid.*). Segundo, a de fazer com que a Justiça do Trabalho não continue a ser, indefinidamente, uma Justiça de Emprego, como flagrado, com peculiar lucidez, por Antonio Lamarca (*in* "O Livro da Competência" pág. 105).

5129 — COMPETENCIA — Quando a lei assegura ao trabalhador direitos inequivocamente previstos na legislação do trabalho e implicitamente dispõe sobre a competência da Justiça Especializada, é esta competente para apreciar a demanda. Recurso a que se dá provimento.

(...) Avulso é o trabalhador da orla marítima, que não tem empregador, mas trabalha em grupo, por indicação do seu sindicato ou similares. Embora não sejam empregados, porque não trabalham em benefício do sindicato, nem sob a dependência do armador, a legislação ordinária assegura aos avulsos, além da remuneração, direito ao repouso semanal remunerado e feriados, ao salário-família, às férias, à gratificação natalina, ao FGTS e à Previdência Social. Além disso, o trabalho avulso é regulado pela CLT nos arts. 254 e seguintes.

Portanto, da extensão aos trabalhadores avulsos dos direitos atribuídos aos empregados está inegavelmente implícita, mediante lei, a competência da Justiça do Trabalho, para conhecer e julgar as controvérsias oriundas dessa espécie de relação de trabalho. Ademais, o art. 165 da Constituição, ao enumerar direitos trabalhistas, assegura-os a todos os trabalhadores e não apenas aos trabalhadores com vínculo empregatício. A presente reclamatória tem, sem dúvida, natureza e objetivo trabalhista. Competente, pois, a Justiça do Trabalho.

Acórdão de 26.06.85
Proc. TRT 8962/84 — 1.^a Turma
Relator: Jefferson Alves da Costa

5130 — COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA — A complementação de aposentadoria do bancário (Banco do Brasil S/A) deve assegurar uma mensalidade igual à que estava percebendo à data da aposentadoria, percentualmente atualizada segundo os aumentos deferidos à categoria, não importando que a média trienal evoluísse em valor inferior. Quando tal evolução superar tal mensalidade, limitar-se-á o ganho a maior aos do cargo efetivo subsequente, enquanto exercido nas mesmas condições operacionais do anterior.

(...) Manifesta insurgência ainda contra a integração da aposentadoria em mais 1/30, ao fundamento de que reconheceu o juiz já estar o reclamante percebendo valor superior ao que lhe seria devido, na proporção correspondente.

A questão, a nosso ver, encontra solução no posicionamento por nós assumido uniformemente nesta Corte e se consubstancia no seguinte entendimento:

1) que a mensalidade deve prevenir o asseguramento, para o aposentado, de uma mensalidade igual à que estava percebendo à data da aposentadoria, permanentemente atualizada segundo os aumentos deferidos à categoria, não importando que a média trienal evoluísse em valor inferior; isto face ao piso assegurado na Circ. Func. 398/61, itens 8,2 e 3 e respectivas alíneas;

2) que a mensalidade referida, quando a apuração da média trienal superar os valores havidos na data da aposentadoria, e apenas nestes casos, limitar-se-ia o ganho a maior aos proventos auferidos pelo titular do cargo efetivo imediatamente superior, e que tenha sido exercido nas mesmas condições operacionais do anterior, no triênio (alíneas c e e do item 2, combinado com item 3, alínea V);

3) que, para efeito de complementação de aposentadoria, aos admitidos antes de 1963, 17 de outubro, computar-se-ão do tempo de trabalho do empregado os tantos 1/30 quanto forem os anos compreendidos nessa dilação.

Dentro desses posicionamentos, é dever não prevalecer o entedimento do Banco, não colhendo por isso o beneplácito do juízo; como não poderá prevalecer o entendimento um tanto simplista do reclamante quando pretende o encontro do seu direito na formulação da regra de três que propõe, havida, apenas, à razão de 30/30 e não de 29/30.

Em verdade é imperioso que se tenham em vista os princípios antes assinalados, assegurado ao reclamante o recebimento da referida complementação à

base de 30/30, verificando se a média trienal não for igual ou superior à remuneração havida no momento da aposentadoria, caso em que prevaleceria a aplicação do critério antes definido sob n.º 2. E, neste sentido, tão somente neste sentido, acolhe-se parcialmente o recurso do Banco para determinar que o valor da complementação de aposentadoria do reclamante seja havido mediante a aferição de sua média trienal, integrada das horas extras e demais parcelas remuneratórias, salvo aquelas excluídas expressamente da Circular FUNCI n.º 646/77, alínea c, à razão do 30/30 e respeitado o piso remuneratório que lhe é reconhecido à data da aposentadoria, bem como o teto estabelecido caso essa média seja superior a esse piso.

Acórdão de 25.03.86
Proc. TRT 1538/85 — 3.ª Turma
Relator: João Luiz Toralles Leite

5131 — COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA — *Empregado do Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. A substituição dos quinquênios pelos anuênios, feita através de dissídio coletivo, é vantagem de caráter geral, eis que beneficia todos os funcionários, razão pela qual não pode ser excluído o aposentado, posto que o próprio regulamento do Banco prevê a extensão ao jubulado dos aumentos concedidos aos funcionários em exercício.*

(...) Irresigna-se o reclamante contra a decisão de 1.º grau que indeferiu seu pedido de pagamento de anuênios, com reflexos, inclusive na complementação de aposentadoria.

Com razão. Através do acordo coletivo de âmbito nacional, dentre outras vantagens, a cláusula 9.ª, letra b, substituiu os quinquênios (5% a cada 5 anos de serviço) pelos anuênios (1% a cada ano de serviço). Ao se aposentar por invalidez, o reclamante tinha incorporados 4 quinquênios, correspondendo a um adicional de 20%, uma vez que tinha 24 anos completos de serviços prestados ao Banco reclamado. Com o novo sistema de anuênios, teria direito a 24% de adicional. A questão é saber se, como aposentado, faz jus, como o fazem os da ativa. A solução há que se buscada à luz do próprio regulamento da empresa, especificamente no item 14 da circ. funci 398/61: "Sempre que concedido aumento geral de vencimentos aos funcionários em exercício, será alterada, nas mesmas bases, a mensalidade dos inativos das várias modalidades de aposentadoria e disponibilidade regulamentadas neste título".

O reclamado entende que a hipótese não pode ser considerada como "aumento geral de vencimentos aos funcionários em exercício". Ora, como já decidimos em processo anterior, os antigos quinquênios desapareceram para dar lugar aos anuênios, circunstância que alcançou todos os funcionários do reclamado. É geral, portanto, o benefício e, por isso, não se pode excluir o aposentado, face aos termos da circ. funci transcrita. Assim sendo, a menção feita à Súmula 38 do STF ("reclassificação posterior à aposentadoria não aproveita ao servidor aposentado") não tem aplicação na espécie. A mesma sorte terão os demais dispositivos mencionados na defesa prévia (art. 153, §§ 1.º, 2.º e 3.º da Constituição e art. 85 e 1090 do Cód. Civil). Em tais circunstâncias, merece reforma a sentença para ser deferido ao autor o postulado na inicial.

Acórdão de 01.04.86
Proc. TRT 8253/85 — 4.ª Turma
Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5132 — COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA — *Servidor da CEEE. Gratificação prevista na Lei Suely Oliveira. Pretensão ao pagamento da gratificação prevista na Lei Estadual 4585, de 14 de outubro de 1963 — Lei Suely Oliveira — em virtude da permanência do trabalhador em serviço por cinco anos após a obtenção do direito à aposentadoria voluntária. Exigibilidade legal de que a perma-*

nância seja reconhecida pelo empregador como conveniente aos interesses do serviço. Caso em que o empregado não cuidou de obter a manifestação patronal quanto à conveniência de sua permanência em atividade. Reconhecimento da improcedência da pretensão. Recurso dos empregados a que se nega provimento.

(...) Primeiramente, expõem os reclamantes, ora recorrentes, na petição inicial, que são ex-servidores da extinta autarquia estadual sucedida pela empresa recorrida e que, na data de 10 de janeiro de 1964, quando se constituiu a sociedade por ações, perderam o status de servidores autárquicos, passando para a situação jurídica de empregados da recorrida, conservando, no entanto, por força do que estabelecem o art. 12 e seus parágrafos da Lei Estadual 4136, de 13 de setembro de 1961, todos os direitos, vantagens ou prerrogativas, adquiridas ou em formação, decorrentes da extinta relação de administração. Expõem, ainda, os recorrentes que entre esses direitos adquiridos se encontram aqueles concernentes à aposentadoria por tempo de serviço aos trinta e cinco anos de serviço, matéria regulada nas Leis Estaduais 1751, de 22 de fevereiro de 1952 (Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado do Rio Grande do Sul), 3096, de 31 de dezembro de 1956, e 4585, de 14 de outubro de 1963. De acordo com o último diploma, teria sido assegurada, para fins de aposentadoria, a contagem ficta de um sexto do tempo de serviço prestado pelo servidor. Ocorre — explicitam os recorrentes — que a recorrida, por não lhes reconhecer, na ocasião, o direito à contagem ficta do tempo de serviço prevista na Lei Estadual 4585, de 14 de outubro de 1963, negou-lhes a averbação desse tempo, inviabilizando-lhes, por consequência, a aposentadoria. Assim, teriam eles completado trinta e cinco anos de serviço em data muito anterior à da efetiva concessão da aposentadoria. Pedem, por isso, o pagamento da gratificação especial de quinze por cento, prevista no art. 2.º do citado diploma legal, desde as datas em que eles completaram trinta e cinco anos de serviço público estadual ou a ele equiparado até a da efetiva concessão da aposentadoria. Referem, outrossim, aqueles recorrentes que têm direito à percepção do referido adicional por período superior a cinco anos e sua integração nos proventos da jubilação, com o decorrente pagamento das diferenças de proventos.

Os recorrentes perderam a condição de servidores autárquicos a partir da transformação da recorrida em sociedade de economia mista, conservando, porém, os direitos adquiridos e em formação, por força da regra inserta no art. 12 da Lei Estadual 4136, de 13 de setembro de 1961. Dentre esses direitos, incluía-se aquele decorrente de aplicação da Lei 4585, de 14 de outubro de 1963, conhecida como Lei Suely Oliveira, pela qual foi estabelecido que o servidor, adquirindo direito à aposentadoria, e, não obstante, permanecendo em serviço mediante expresso reconhecimento patronal da conveniência de tal permanência, teria direito à percepção de uma gratificação de quinze por cento (15%), calculada sobre seus vencimentos, a qual, percebida, pelo menos, durante cinco (5) anos, se incorporaria a seus proventos de aposentadoria. A revogação da Lei Suely Oliveira através da Lei Estadual 5846, de 31 de outubro de 1969, não atingiu os recorrentes, em consonância com a aplicação analógica do Enunciado 51 da súmula de jurisprudência uniforme do Colendo TST, porque a lei estatual, no hipótese, tem a mesma natureza que se atribui ao regulamento empresarial, de sorte que sua revogação ou alteração, quando em detrimento do empregado, somente atinge aqueles que venham a ser admitidos em data posterior à mencionada alteração ou revogação. O art. 12 da Lei Estadual 4136, de 13 de setembro de 1961, como anteriormente se frisou, assegurava a conservação no patrimônio jurídico dos servidores da antiga autarquia, em sua passagem à condição de empregados de uma empresa privada, dos direitos adquiridos ou em formação. Ainda que a revogação, no campo do Direito Administrativo, pudesse ter ampla abrangência, na esfera do Direito do Trabalho não poderia afetar os contratos de trabalho em vigor, ante a regra peculiar constante do art. 468 da CLT, que serviu de base à predita orientação jurisprudencial uniforme. Ainda assim, porém, a pretensão dos trabalhadores não deve ser acolhida. Considere-se, a propósito, que a mera permanência do empregado por cinco anos em serviço após a conquista do direito a aposentadoria

não representa, por si só, condição suficiente para o deferimento da vantagem pretendida. Mister se faz, ainda, segundo a expressa exigência legal, seja a permanência do trabalhador em serviço formalmente reconhecida como conveniente aos interesses da empresa, pressuposto de que não se cogita no caso dos autos.

Ponderam os recorrentes que a circunstância de a recorrida não lhes reconhecer o direito à contagem ficta do tempo de serviço, conforme lhes assegurava, também a Lei Suely Oliveira — para cada seis anos de serviço seria computado mais um ano para fins de aposentadoria — representou óbice insuperável ao exercício do direito a cujo reconhecimento visam na presente ação trabalhista. Ainda que os recorrentes invoquem precedentes jurisprudenciais respeitáveis, a tese defendida no apelo não deve prevalecer. Na divisão dos poderes do Estado, nos regimes democráticos, inclui-se o Poder Judiciário, cuja missão precípua é a de dirimir os conflitos de interesses entre os súditos do Estado, através de decisões proferidas em conformidade com a lei aplicável a cada caso. Desse modo, se os recorrentes se consideravam beneficiários da Lei Estadual 4585, de 14 de outubro de 1963, deveriam, diante da resistência patronal, buscar, pelos meios processuais próprios e no devido momento, o reconhecimento judicial de procedência de sua pretensão. Não tendo utilizado essa faculdade, colocada ao alcance de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, não podem os recorrentes valer-se, agora, de sua inércia na defesa de seus interesses pessoais para daí obter proveito econômico, mesmo porque, ainda que porventura tivessem obtido o reconhecimento judicial do direito à aposentadoria com base na contagem ficta do tempo de serviço, subsistiria a faculdade Incontrastável que a aludida lei estadual atribuía ao empregador de, com fundamento no exame de suas conveniências, recusar o reconhecimento do seu interesse na permanência do trabalhador em serviço após atingir o tempo necessário à obtenção da aposentadoria voluntária. Não há, pois, fundamento que possa justificar o acolhimento da postulação.

Acórdão de 09.04.86

Proc. TRT 7289/85 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5133 — CONCILIAÇÃO — judicial. *É lícito às partes não só terminarem o litígio mediante concessões mútuas, mas também incluírem no acordo concessões sobre direitos não postulados na demanda, com o fim de prevenir outros litígios, adquirindo essa transação judicialmente homologada eficácia de coisa julgada quanto a outras ações e pretensões, que teriam fundamento na relação jurídica de direito material extinta e expressamente quitada.*

(...) Realmente, os pedidos na reclamatória trabalhista anterior são distintos da atual. Naquela o recorrente postulou o pagamento de horas extras, domingos e feriados trabalhados, reflexos das horas extras e do fornecimento das utilidades alimentação e habitação nas demais parcelas do contrato de trabalho, juros e correção monetária e anotação da CTPS. No processo atual, o recorrente pleiteia o pagamento de indenização em dobro, com o cômputo no seu cálculo das horas extras, domingos, feriados, habitação e alimentação, correção, juros, aviso prévio, recebimento em audiência da parte incontroversa, sob pena de aplicação do art. 467, cláusula penal e retificação e anotação da CTPS. Parte dos pedidos formulados na atual reclamatória — sobretudo a indenização e o aviso prévio — é diversa dos pedidos formulados na ação anterior. Mas essa diversidade é irrelevante. O que importa e é decisivo consiste na circunstância de que o reclamante, na conciliação realizada no feito anterior, recebeu a quantia de quinhentos mil cruzeiros e, em contrapartida, deu quitação total do contrato de trabalho, dando-o por rescindido e totalmente pago em seus direitos, inclusive as parcelas da inicial e as que não constam". Esse acordo foi homologado pela MM. Junta,

na ata de fl. 19, reconhecendo a plena quitação do contrato de trabalho concedida pelo reclamante ao reclamado.

Sem dúvida, essa transação é perfeitamente válida e eficaz, inclusive na parte que abrange as parcelas não postuladas naquela demanda. A concessão de plena e geral quitação em acordo judicial não desvirtua, impede ou frauda a aplicação de qualquer preceito contido na legislação do trabalho. O art. 477, § 2.º, da CLT, bem como a Súmula n.º 41 do TST não têm aplicação no tocante à conciliação judicial. Os acordos realizados na Justiça do Trabalho não contêm a especificação das parcelas e dos valores pagos, salvo exceções. A lei não exige, na hipótese de composição judicial, essa especificação. É lícito aos interessados não só terminarem o litígio mediante concessões mútuas, bem como prevenirem outros litígios (art. 1025 do Código Civil). A lei, pois, faculta a inclusão na conciliação de concessões sobre direitos não postulados no dissídio, com o fim de prevenir outros litígios. A Súmula n.º 41 nenhuma pertinência guarda com a matéria discutida. De qualquer modo, só em ação própria caberia discussão sobre a validade e eficácia de acordo judicial.

Acórdão de 23.10.85
Proc. TRT 6025/85 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5134 — CONCILIAÇÃO — *Recusa de homologação pelo Juízo a quo. Recusando-se o Juízo de 1.º grau a homologar a conciliação livremente estabelecida pelas partes, negando a prestação jurisdicional, pode e deve o Egrégio Tribunal, uma vez concluindo pela existência de transação legitimamente pactuada, suprir a jurisdição, homologando a conciliação.*

(...) Ambas as partes recorrem da decisão de 1.º grau que negou homologação à conciliação a que chegaram os litigantes.

Com razão os recorrentes. Ajuizada a reclamatória, antes da primeira audiência, as partes juntaram requerimento, acompanhado de recibo e termo de conciliação, firmados pelas partes e pelos procuradores com poderes para transigir requerendo a homologação pela Junta de Conciliação e Julgamento. Na audiência de fl. 60, em face da ausência do reclamante, o Órgão negou a homologação, daí a inconformidade.

Na Justiça do Trabalho, a conciliação é o objetivo principal perseguido pela lei trabalhista, impondo-se a sua homologação, em qualquer fase do processo, sempre que celebrada com observância das formalidades legais, como é o caso dos autos, especialmente se considerando que o reclamante recebeu todo o valor do acordo, sendo o saldo pago em Secretaria, conforme comprova o recibo de quitação de fl. 53. Assim, a nosso ver, nem mesmo cabe questionar eventual ausência das partes ou até os valores que são pagos, se celebrado por procurador devidamente habilitado, cabendo, pois, ao juiz, homologar ou não. Neste último caso, a decisão é recorrível (CLT, art. 831), podendo o Tribunal prestar a jurisdição recusada.

Acórdão de 13.05.86
Proc. TRT 9916/85 — 4.ª Turma
Relator: *Sérgio Pitta Pinheiro Baptista*

5135 — CONFERENTES — *O emprego de mão-de-obra especializada no serviço de conferência de mercadorias, nas embarcações mercantes em operação de carga e descarga, é obrigatória nos portos organizados (Decreto n.º 56.367/65). A circunstância de a empresa reclamada não ter utilizado os serviços de conferentes nas operações de carga e descarga do navio N/M Lady Sophie não a desonera do pagamento da remuneração correspondente, visto que estes profissionais foram regularmente colocados à sua disposição.*

(...) *Procede o recurso, data venia.* A MM. Junta julgou improcedente a reclamatória em decorrência da aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, porque os reclamantes se ausentaram à audiência de instrução na qual deveriam prestar depoimento pessoal. Entendeu o juízo a quo que restou admitida a alegação da defesa no sentido de que "a reclamada jamais requisitou os profissionais conferentes para as operações de embarque e desembarque do N/M Lady Sophie mencionadas na inicial". Ora, conforme alegam os recorrentes, esse fato, embora confesso pela ausência, é incontroverso.

Na verdade, a matéria controvertida no presente processo não é de fato, mas de direito, a ela não se aplicando, pois, os efeitos da *facta confessio*. Tudo se resume em saber se, na espécie, o emprego de mão-de-obra especializada em conferência de mercadorias era obrigatória. Entende-se que sim, por expressa disposição legal — Decreto n.º 56.367/65. Dispõe o art. 1.º desse diploma legal: "A conferência de mercadorias nas embarcações mercantes em operação de carga ou descarga nos portos nacionais organizados compete exclusivamente aos profissionais denominados conferentes integrantes da categoria constante do 4.º Grupo do quadro da Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, Fluviais e Aéreos, matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo e de preferência sindicalizados".

A circunstância de que a embarcação N/M Lady Sophie tenha operado no sistema "Roll-on-Roll-off" em nada altera esse entendimento, mesmo porque a invocada Portaria n.º 553/78 do Ministério dos Transportes, que declarou desnecessários nesse sistema os serviços de conferência de mercadorias, não pode prevalecer sobre o Decreto. Registre-se por oportuno, que essa portaria veio a ser revogada pela de n.º 390/82.

Cabia à demandada, pois, ter utilizado os serviços dos reclamantes, que foram colocados à sua disposição para a conferência de mercadorias nas operações de embarque e desembarque no navio N/M Lady Sophie nos dias 9 de março e 9 de julho de 1980. A circunstância de não ter utilizado os serviços dos conferentes não a desonera do pagamento da remuneração correspondente, visto que os profissionais reclamantes ficaram à sua disposição nesses dias.

Acórdão de 20.03.86

Proc. TRT 2262/81 — 2.ª Turma

Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5136 — CONFISSÃO — *Ampla abrangência da pena de confissão imposta tem como decorrência o deferimento das verbas pleiteadas. Recurso do autor provido parcialmente.*

(...) Quer o autor que a pena de confissão imposta à reclamada atinja todas as verbas pleiteadas na inicial e não só aquelas vinculadas à existência do contrato laboral, como decidido em 1.º grau.

Tem-se que a pena de confissão aplicada tem ampla abrangência, eis que incabível a cisão da matéria fática entre o que foi ou não objeto de inquirição, tendo em vista que restou claro do depoimento do preposto seu total desconhecimento do que diga respeito ao relacionamento havido entre as partes.

Ademais, tem-se entendido que, comprovada a relação de emprego negada pelo empregador, inverte-se o ônus da prova da despedida.

Conseqüentemente, encontram-se ínsitas na penalidade em causa as verbas concernentes às questões da rescisão (aviso prévio, férias e 13.º salário proporcionais); da execução de horas extras (à razão de 24 horas mensais, dada a divergência existente na inicial entre a jornada declarada e a média de extras requerida), com adicional de 25% e integração em parcelas; do saldo de salários e das diárias (a serem apurados em consonância com a inicial e os documentos juntados pela empresa); e da restituição dos valores descontados a título de gasolina.

Acórdão de 20.08.85

Proc. TRT 7628/85 — 4.ª Turma

Relator: Síleno Montenegro Barbosa

5137 — CONTRATO A PRAZO — *Contratos a prazo determinado. Caracterização do contrato por safra. Beneficiamento de fumo. Invalidade da contratação a termo.*

(...) Discutem-se os direitos da despedida. A reclamada sustenta a não ocorrência de tal fato, pois teria pactuado sucessivos contratos a prazo determinado que atingiram seu termo, destinando-se tais ajustes à safra de fumo.

Os contratos a prazo determinado podem estar sujeitos a termo certo, incerto ou condição resolutiva. Os contratos ditos por safra têm seu fim submetido a termo incerto. Não há contrato por safra, mas simples ajuste a prazo, se o contrato termina em dia certo, pré-fixado pelas partes. Os contratos de que os autos dão notícia, evidentemente, por isso, não são contratos por safra. Ademais, nada referem quanto a possuírem essa natureza. Poder-se-ia sustentar sua validade como simples contrato a prazo determinado para o beneficiamento de fumo, se isto fosse comprovado. A sentença refere ser fato notório o beneficiamento. Todavia, não há nenhuma notoriedade no fato de o beneficiamento durar dois ou dez meses, de molde a invalidar os ajustes a termo, consoante dispõe o art. 433 da CLT. O fato de a reclamante ser "selecionadora ou alimentadora de esteira" não justifica a pré-determinação do prazo.

Prospera, pois, a inconformidade da empregada, já que houve, como é claro, denúncia no fim dos contratos que não se escoaram naturalmente. A reclamante faz jus ao que pede na inicial, ou seja, aviso prévio, férias proporcionais e 13.º salário, mais incidência do FGTS, como se apurar em liquidação.

Acórdão de 01.10.85

Proc. TRT 4063/85 — 3.ª Turma

Relator: João Antônio G. Pereira Leite

5138 — CONTRATO A PRAZO — *Considerada a atividade transitória da empresa que se dedica ao beneficiamento do fumo em folha, não há invalidade alguma no ajuste de prestação de serviços a prazo certo.*

Aplicação do art. 443, § 2.º, letra "a", da CLT.

(...) cabe considerar, para a perfeita análise da matéria *sub judice*, que a reclamada dedica-se ao beneficiamento do fumo em folha, atividade que se desenvolve num período limitado, em geral entre janeiro e julho, como bem refere a sentença originária. Assim, a atividade da recorrente deve ser considerada transitória, configurando-se a hipótese prevista no art. 443, § 2.º, letra "a", da CLT.

Não há falar, portanto, em invalidade do contrato firmado em decorrência da predeterminação de prazo de sua vigência.

Correta a sentença ao indeferir as parcelas rescisórias.

Acórdão de 18.06.85

Proc. TRT 9473/84 — 4.ª Turma

Relator: Sileno Montenegro Barbosa

5139 — CONTRATO DE EXPERIENCIA — *é incompatível com qualquer forma de estabilidade no emprego, inclusive a estabilidade provisória assegurada à gestante. Porém, se a empregada, a toda evidência, foi contratada não para ser submetida à experiência, mas para prover acréscimo extraordinário de serviço, desvirtuando o empregador a natureza e finalidade do contrato de experiência, esse ajuste é inválido e deve ser tido por prazo indeterminado, o que enseja a aquisição de estabilidade provisória prevista no dissídio coletivo da categoria profissional.*

(...) O contrato de trabalho de experiência é modalidade de contrato por prazo determinado. Este era livre até o advento do Decreto-Lei n.º 229, que introduziu modificação no art. 443 da CLT. Tal diploma legal limitou ao extremo os casos de ajuste por prazo determinado, considerando o objetivo ou a causa da prestação dos serviços. Apesar disso, permitiu a contratação do trabalhador por experiência, a curto prazo, sem prescrever expressamente forma especial, nem instituir outros pressupostos a não ser o ajuste quanto à experiência.

O contrato de experiência é incompatível com a estabilidade provisória, também com o auxílio-maternidade indenizado. Admitir-se o contrário, seria projetar obrigações trabalhistas além do término do contrato de experiência. Este se extingue de pleno direito no prazo previsto, sem necessidade de aviso, interpelação ou notificação. Igualmente se extinguem todas as obrigações dele decorrentes. Se o contrato de experiência é válido, nenhum fato independente do ajuste das partes tem o condão de alterar a data do seu termo final.

Admite-se ou é discutível uma única exceção a essa regra: Quando a empregada é contratada já grávida e o empregador tem conhecimento do seu estado. A primeira condição ocorreu no caso. A reclamante, quando foi admitida, se encontrava no segundo mês de gestação. Mas o demandado não tinha conhecimento de sua gravidez nem caberia presumi-la. Portanto, está fora de cogitação qualquer exceção à regra da incompatibilidade da estabilidade provisória com o contrato de experiência.

Porém, o contrato de experiência de fl. 59 é inválido. A reclamante, ao falar sobre os documentos juntados pela reclamada com a contestação, impugnou esse ajuste. É uma farsa esse contrato de experiência. Foi estipulado o seu início para 19 de dezembro de 1984 e o seu término no dia 02 de janeiro de 1985.

Ora, exsurge claramente das circunstâncias existentes que a reclamada nunca teve a intenção de submeter a autora à experiência. Não visava admitir em definitivo a reclamante se a mesma executasse a contento as suas funções. O objetivo da empresa, a toda evidência, foi de prover o acréscimo extraordinário de serviço na época de Natal e de fim-de-ano. A atividade da reclamada trata justamente de artigos de épocas, ou seja, artigos de Páscoa, Natal, Carnaval, etc., conforme comprova o timbre de fl. 57.

Após o dia 02 de janeiro, quando se verificou a extinção do contrato de experiência, coincidentemente sucedeu a diminuição dos serviços. Portanto, tem-se o contrato de trabalho da reclamante por prazo indeterminado. Tal modalidade de ajuste não guarda qualquer incompatibilidade com a estabilidade provisória.

Acórdão de 30.10.85
Proc. TRT 4601/85 — 1.ª Turma
Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5140 — CONTRATO DE EXPERIÊNCIA — *Inadequada prorrogação de prazo, subordinada a condição potestativa do empregador, e porque o originariamente estipulado satisfazia amplamente a experiência para conduzir à definitiva contratação, por se tratar de atividade sem exigência de especialização profissional. Extinção do contrato na realização do termo final da prorrogação, sem qualquer motivação quanto ao resultado da experiência, no pressuposto de se tratar apenas de contrato a prazo. Reconhecimento dos efeitos da rescisão injusta do contrato sem prazo.*

(...) *Prorrogação dos contratos de experiência. Sua validade.* A MM. Junta atribuiu validade aos contratos que não foram prorrogados além do prazo inicial de trinta dias, considerando que a própria inicial não manifestou contrariedade a respeito. Analisando, entretanto, a natureza excepcional do contrato de experiência à luz da lei e a possibilidade eficaz da prorrogação do seu prazo, decidiu a MM. Junta que aqueles demandantes que tiveram os seus contratos prorrogados fazem jus ao aviso prévio, bem como diferença de 1/12 de 13.º salário e férias propor-

cionais, considerando que não seria válida a prorrogação quando subordinada exclusivamente ao arbítrio do empregador, como prevê a cláusula 5.^a dos contratos apresentados. Essa disposição contratual conteria sentido meramente potestativo em favor da empregadora, ficando ao seu inteiro arbítrio a possibilidade de prorrogar a pactuação, de maneira que não teria nenhuma validade a concordância dos empregados a respeito, dado o seu estado de dependência frente à vontade da empresa.

Está correta a sentença. O contrato de experiência só se justifica pela necessidade de avaliação das qualidades técnico-profissionais do empregado ante as necessidades precípuas do tomador dos seus serviços. Se alguém se diz especializado mas não demonstra aptidão profissional, terá de ser substituído. O contrato de experiência, nesse caso, tem sentido prático e licitude jurídica. A contrário *sensu*, não se pode admitir a validade dessa pactuação, se pela natureza dos serviços ela não se justifica. É o caso dos autos. O trabalho é de natureza elementar e a aprovação das condições pessoais de cada um dos contratados pode ser aferida nos trinta primeiros dias de serviço. Se a demandada desejou prorrogar os contratos por interesse próprio é porque aqueles reclamantes aprovaram, tanto que a empresa dispensou os demais ainda na vigência da contratação inicial. Que justificativa então pode ser apresentada para essa prorrogação, em que a atividade não exige qualquer especialização do trabalhador, senão simples instruções para a execução de suas tarefas? Na verdade, a demandada utilizou tal modalidade de contratação para atividades que não requerem prolongada experiência. Essa situação conduziu à irrecusável conclusão do douto Julgador de 1.^o grau, que inadmitiu a validade da prorrogação injustificada dos contratos e sua rescisão, por suposta realização do termo final.

Acórdão de 07.05.86

Proc. TRT 7693/85 — 1.^a Turma

Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5141 — CONTRATO DE EXPERIÊNCIA — *No contrato de experiência não há qualquer restrição legal quanto à função exercida pelo empregado. Com o advento do termo final extingue-se ele de pleno direito.*

(...) Pretende o autor ver deferidas as parcelas rescisórias postuladas, sob o argumento de que é nulo de pleno direito o contrato de experiência celebrado, por incompatível com o trabalho de simples servente.

Sem qualquer razão. Inexiste na legislação pátria qualquer restrição quanto a este tipo de contrato, o qual visa — além da demonstração de aptidão e capacidade para o exercício das funções contratadas — também a adaptação do próprio empregado às condições oferecidas.

No caso em tela, contratado o demandante pelo prazo de sete dias a título de experiência, o pacto extinguiu-se de pleno direito com o advento do termo final.

Indevidas, pois, as parcelas rescisórias pleiteadas.

Acórdão de 04.02.86

Proc. TRT 9762/85 — 4.^a Turma

Relator: *Paulo Maynard Rangel*

5142 — CONTRATO DE TRABALHO — *Empregado admitido para prestar serviços, em um mesmo local e no mesmo horário, em proveito de duas entidades, cada qual com personalidade jurídica própria, mas com interesses comuns, assumindo uma delas apenas, ostensivamente, a condição de empregadora. Pretensão ao reconhecimento da existência de dois contratos de trabalho. Hipótese em*

que se configura verdadeiro consórcio entre duas pessoas jurídicas, por razões de economia e de conveniência administrativa, para enfrentar despesas comuns. Reconhecimento da improcedência da pretensão.

(...) Está evidenciado nos autos que a reclamante foi contratada para, desde o primeira dia de vigência do ajuste, prestar serviços em um só local, em um só horário e mediante um só salário em proveito de duas entidades jurídicas, o Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul e a Associação Sul Riograndense da Construção Civil. É o que se verifica, inclusive, do depoimento pessoal da própria trabalhadora. Havendo sempre sido considerada como empregada do Sindicato, que respondia por todos os encargos trabalhistas correspondentes, busca a postulante, através da presente ação judicial, o reconhecimento da existência de um segundo contrato de trabalho, concomitante com o primeiro, mas dele independente, reclamando, em consequência, a anotação de sua carteira de trabalho pela Associação e o pagamento do salário e demais vantagens pecuniárias decorrentes desta segunda relação jurídica. A r. decisão de primeiro grau concluiu pela improcedência da ação intentada com base na aplicação da regra constante do § 2.º do art. 2.º da CLT, à luz da orientação que emana do enunciado n.º 129 da Súmula de jurisprudência uniforme do TST. Quer nos parecer, porém, que os fundamentos da sentença recorrida são, *data venia*, inadequados, porque ausentes os pressupostos fáticos e jurídicos que autorizam o reconhecimento da formação do grupo econômico para os fins previstos na norma legal invocada. Ainda assim, porém, concluímos pela improcedência da pretensão da trabalhadora. Trata-se na hipótese de uma situação realmente *sui generis*. É possível, no entanto, que duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, se reúnam, em uma verdadeira sociedade de fato, com base na similitude de seus interesses, para enfrentar despesas comuns. Há casos em que profissionais liberais — médicos, advogados, dentistas etc. —, ainda que desenvolvam atividade independente entre si, se associam com vistas à manutenção de seu escritório ou consultório, dividindo as despesas concernentes a aluguel, a pessoal, a material, a limpeza e outras que, de outro modo, deveriam enfrentar sozinhos, o que representaria, muitas vezes, um custo excessivo para a economia de uma só pessoa. Em tal hipótese, é lícito, por certo, a contratação de pessoal para a prestação de serviço, em um horário comum, em proveito de mais de uma pessoa, sem que daí resulte a configuração de tantos contratos de trabalho quantos sejam os profissionais beneficiados com o serviço prestado. Ainda que um deles, apenas, assuma ostensivamente a condição de empregador, porque não formalizada legalmente a constituição de uma sociedade, nem por isso se há de entender que os demais, para desfrutar do trabalho prestado, devam também formalizar de modo expresso os atos de admissão do empregado. Por certo que, independentemente da pessoa que tenha anotado a carteira de trabalho, todos os benefícios de serviço são responsáveis solidariamente perante o trabalhador, como integrantes de uma verdadeira sociedade de fato, sem que daí resulte, no entanto, o reconhecimento da existência de mais de um contrato de trabalho. No caso dos autos as duas entidades — Sindicato e Associação — têm, indubitavelmente, interesses comuns, coincidindo, inclusive, o nome da maioria daqueles que compõem as respectivas diretorias. Resolveram, por isso, por razões de comodidade, de conveniência administrativa e, especialmente, de economia, manter uma sede comum, admitindo empregados que, em um só horário, prestam serviço em proveito de ambas as entidades, destacando-se, a propósito, com base naquilo que a prova dos autos evidência, que são de modesta proporção os trabalhos administrativos pertinentes à Associação ora reclamada. Dessa realidade, conforme está retratado nos autos, resulta o reconhecimento da existência de um único contrato de trabalho, gerador de direitos e obrigações solidárias para ambas as entidades.

Acórdão de 09.04.86

Proc. TRT 4721/85 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5143 — CONTRATO DE TRABALHO — Soma de períodos de trabalho. Prestação de trabalho, sem solução de continuidade, a empresas cujo controle e administração se encontram concentrados em uma mesma pessoa física. Incidência da regra do art. 9.º da CLT. Pretensão à reintegração no emprego. Nulidade da opção pelo FGTS, porque desatendida a regra do § 3.º do art. 1.º da Lei n.º 5107/66. Recurso do empregado a que se dá acolhida.

(...) deve ser observado que ambas as empresas, explorando o mesmo ramo de atividade, pertencem, de fato, à mesma pessoa física, o Sr. José Taule Piñol, que possui, em relação a cada uma delas, quase que a integralidade do capital social, detendo em ambas a condição de sócio-gerente. Uma coisa, porém, é a responsabilidade solidária de empresas integradas de um mesmo grupo econômico, passiva (§ 2.º do art. 2.º da CLT) ou ativa (Enunciado n.º 129 da Súmula de jurisprudência uniforme do TST), e outra é a soma dos períodos de trabalho prestados a uma e outra, matéria que não está subsumida na regra do § 2.º do art. 2.º da CLT. A tese do reclamante, por isso mesmo, é a de que o empregador sempre foi o mesmo, porquanto as empresas, cada qual, formalmente, com sua personalidade jurídica própria, disfarçariam a pessoa física do seu controlador absoluto, que seria o verdadeiro empregador.

A tese é audaciosa, devendo, não obstante, ser acolhida. Com efeito, em que pese a circunstância de que, sob o prisma do Direito Comercial, as empresas sejam independentes, não se vinculando juridicamente, constituem elas o instrumento formal, no plano do Direito do Trabalho, ensejador da exploração de atividade econômica da mesma natureza por uma mesma pessoa física, que, inclusive, movimenta o seu pessoal de uma para outra empresa, como se depreende da prova testemunhal produzida. Essa circunstância autoriza a adoção do entedimento, escudado na regra do art. 9.º da CLT, de que o tempo de serviço relaciona-se a um único empregador. Em consequência, há de se reconhecer a unidade do tempo de serviço e, ainda, a nulidade da opção, supostamente exercida em 19 de novembro de 1973, quando o reclamante iniciou a prestação de serviços em proveito de Confeitaria Parobé Ltda., porque desatendida a exigência prevista no § 3.º do art. 1.º da Lei 5107/66. Em consequência, reconhecida a unidade do tempo de serviço, bem como a ineficácia da opção pelo regime do FGTS, devemos concluir que o reclamante, possuindo mais de dez anos de serviço em dezembro de 1983, revestiria a condição de empregado estável, não podendo, por isso, ser sumariamente despedido. É nulo, pois, o ato rescisório, justificando-se, assim, o acolhimento do pedido de reintegração no emprego, com o pagamento da remuneração vencida durante o período de afastamento, até o efetivo retorno ao exercício de sua atividade, deduzidas as importâncias recebidas a título de levantamento dos depósitos do FGTS, evitando-se, assim, o enriquecimento sem causa.

Acórdão de 28.05.86

Proc. TRT 9261/85 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5144 — CONTRATO DE TRABALHO — O trabalho ilícito obsta a formação de contrato válido tutelado pelo direito. Não obstante, se a sentença admite o vínculo empregatício e delere à trabalhadora direitos decorrentes do contrato, sem recurso do empregador, são inafastáveis todos os direitos reconhecidos pela lei ao contrato de trabalho legítimo, quais sejam anotações da CTPS, cadastramento no PIS e cumprimento de sentença normativa.

(...) Busca a recorrente, de início, o reconhecimento do direito de ter anotada sua CTPS. Com razão. Se foi admitido o vínculo de emprego pela sentença, e, em decorrência, deferidos vários direitos próprios do contrato de trabalho tutelado pela CLT e legislação complementar, sem que houvesse recurso do empregador contra a condenação respectiva, é óbvio que não pode ser invocado o argumento de que descabe a anotação da CTPS por ter sido ilícito o trabalho.

A ilicitude deste obsta a formação do contrato válido e tutelado pelo direito, e não a simples anotação da CTPS ou o cumprimento de outras obrigações resultantes do pacto.

A decisão de 1.º grau carece, aí, *data venia*, de coerência. Incide, pois, o art. 29 da CLT.

Acórdão de 20.03.86

Proc. TRT 4428/85 — 2.ª Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5145 — CONTRATO DE SAFRA — *Contrato de trabalho por safra não é restrito à atividade agrícola. Existe na indústria, dependente das variações estacionais da atividade agrária, no armazenamento e beneficiamento do produto, que exige trabalho intenso imediatamente após a colheita, para evitar o perecimento ou deterioração. Todos os elementos do contrato por safra estão presentes nessa atividade: condicionamento a um fato da natureza, temporariedade, mais intensidade de trabalho, intermitência. Recurso ordinário a que se nega provimento.*

(...) A demandada se dedica ao beneficiamento do fumo em folha. Tal atividade, que constitui o que se chama de "safra industrial do fumo", se desenvolve num período limitado, em geral, de janeiro a julho de cada ano. Neste período se somam ao pessoal permanente numerosos "safristas", triplicando a mão-de-obra na empresa.

Todos os requisitos do contrato de trabalho por safra estão presentes na atividade do reclamante: 1) condicionamento a um fato da natureza; 2) temporariedade; 3) maior intensidade de trabalho; 4) intermitência.

É improcedente sua alegação no sentido de que somente a colheita do fumo se enquadra como safra e não o seu beneficiamento, que, assevera, este pode perdurar o ano todo, dependendo da quantidade de fumo que a empresa recebe para beneficiar.

Ao contrário dessa afirmação, enquadra-se como safra qualquer atividade que, direta ou indiretamente, depende das variações estacionais da atividade agrária.

Nessa categoria se inclui a atividade do armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas que exigem trabalho intenso imediatamente após a colheita, para evitar o perecimento ou deterioração do produto.

No caso da indústria de fumo, o produto recém-colhido requer um imediato processo de secagem e preparação para o armazenamento, denominado de "cura", que determina a admissão maciça de mão-de-obra temporária, justificando-se, assim, a contratação de empregados por prazo determinado.

A circunstância de constar no contrato a data do seu término não invalida o ajuste, transformando-o em contrato por prazo indeterminado, nem descaracteriza o contrato por safra. Isto porque é possível ao empregador prever as necessidades de mão-de-obra para o beneficiamento da colheita, fixando a época aproximada da conclusão dos trabalhos.

Ademais, o término do contrato poderia ser incerto. A fixação do prazo beneficia o trabalhador. De antemão ele sabe, precisamente, o dia em que o contrato se extinguirá. Também evita que o empregado seja despedido a qualquer tempo, sob pretexto de término da safra.

Acórdão de 03.04.86

Proc. TRT 9766/85 — 1.ª Turma

Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5148 — CONTRATO DE SAFRA — *Tem direito o trabalhador safrista, findo cada contrato, ao recebimento proporcional de férias, 13.º salário e indenização. Aplicação dos arts. 147 da CLT, 3.º da Lei 4.090/62 e 14 da Lei 5889/73.*

(...) A prova é conclusiva no sentido de que o reclamante era trabalhador safrista, prestando serviços ao demandado em épocas de plantio e colheita, duas vezes ao ano, em períodos de duração aproximada, dependentes da duração da safra, mais ou menos de março a maio e de setembro a novembro. A sentença reconheceu a ocorrência de vários contratos, à razão de dois por ano, exceção aos anos de 1979 e 1984. Característica fundamental dos contratos de safra é que ao final de cada um deles extingue-se a relação jurídica, com imposição de que sejam pagas as verbas decorrentes da extinção, típicas dos contratos determinados, bem como uma compensação do tempo de serviço, conforme a regra do art. 14 da Lei 5889/73, em se tratando de trabalhador rural. Surge, portanto, o direito ao pagamento de férias, 13.º salário e indenização proporcionais do simples fato da extinção do contrato, por efeito do advento de seu termo final.

Acórdão de 28.05.86

Proc. TRT 835/86 — 1.ª Turma

Relator: Alcione Niederauer Corrêa

5147 — CREDITOS TRABALHISTAS — A esposa legítima, o herdeiro necessário, e não a companheira, são os beneficiários dos créditos trabalhistas do empregado falecido.

(...) os autos revelam que, no curso da execução do acordo homologado na reclamatória, veio a falecer o empregado em 17.07.81. Deixou ele viúva meeira — a ora agravante — que se habilitou devidamente nos termos do art. 1060, I, do CPC. Isto em 10.11.81. Como tal, recebeu ela os frutos da alienação judicial dos bens apenhados, prosseguindo-se a execução sobre os haveres remanescentes.

Posteriormente, em 02-08-84, apresentou-se a ora agravada, Santilina Nascimento de Araújo, pretendendo, ao que parece (a petição de fl. 135 não é clara), usufruir direitos trabalhistas, como companheira do falecido autor.

Tal manifestação foi tomada e deferida como habilitação incidente, não obstante os protestos da viúva, determinando-se o rateio do produto da execução entre ambas.

Contra estas decisões incide o agravo.

Na análise do mesmo, cumpre desde logo salientar que a justificação feita perante o Juízo Cível e homologada na fl. 143 constituiu mero ato de jurisdição graciosa (art. 866, § único, do CPC). Destinou-se como tal a provar a condição de companheira do *de cujus* por parte da ora agravada (art. 861 do CPC). Não lhe outorgou, por isso, quaisquer direitos trabalhistas, não servindo tampouco como habilitação, nem incidente nem autônoma, pois não foi uma coisa nem outra (vejam-se os arts. 1055/1062 do CPC). Nem a condição de companheira do falecido assegura à agravada o status de sucessora, nem lhe dá direito a auferir quaisquer vantagens trabalhistas devidas a ele. Ressalte-se, de resto, que há um herdeiro necessário, menor impúbere, filho do casal Abílio-Ângela, cujos direitos foram desconhecidos pelos despachos de fls. 148 e 155. É a agravante o representa nos termos dos arts. 5 e 84 do Código Civil.

Equivocados, assim, os despachos agravados, onde se confundiu com habilitação incidente mera decisão homologatória, exarada em processo que não criou nem podia criar direito algum, mas apenas provar fato jurídico.

É forçoso acolher, assim, o gravo, para retirar à agravada a legitimidade como parte que lhe foi atribuída pelo despacho de fl. 146, e também os direitos de rateio que lhe concedeu o despacho de fl. 148.

Acórdão de 18.06.85

Proc. TRT 9861/84 — 3.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5148 — DECISÃO — Nulidade de sentença. Quando a sentença condena a reclamada a pagar adicional de insalubridade, em grau a ser apurado, por perícia médica, em fase de execução. Condenação de forma condicional. Hipótese em que se caracteriza violação do art. 461 do CPC. Preliminar suscitada pela reclamada que se acolhe.

(...) Examina-se, preliminarmente, a arguição de nulidade do processado a partir do encerramento de sua instrução. A reclamada, ausente na audiência, foi declarada revel e confessa na forma do art. 844 da CLT. Na mesma sessão foi encerrada a instrução do feito. A sentença foi proferida em 12 de julho de 1985, tendo sido a reclamada condenada ao pagamento de adicional de insalubridade em grau a ser apurado em perícia médica, em liquidação de sentença, não tendo sido consignado na mesma a quem incumbiria o ônus do pagamento dos honorários periciais. A empresa invoca, em suas razões de recurso, a nulidade da sentença por não ter sido apreciada a petição que apresentou em 11 de julho de 1985 e pelo fato de não ter sido determinada a realização de perícia médica, na fase de instrução, para aferição da insalubridade invocada pela reclamante.

Presume-se que da petição de fls. 9/10, a que se refere a reclamada, não tenha tido vistas o julgo de 1.º Grau antes da audiência de publicação de sentença, uma vez que a mesma foi juntada aos autos em 12 de julho de 1985 e nem sequer se encontra despachada. No referido petitório a demandada sustenta a necessidade de realização de perícia médica, para averiguação da existência de insalubridade no trabalho da autora. Pleiteia, ainda, a observância da prescrição bienal pela decisão recorrida. Deparam-se, então, consistentes as razões da recorrente, porquanto não foi apreciada a petição antes da sentença, sendo imprescindível a consideração do julgo de todos os elementos constantes dos autos. Tampouco, foram atendidos os pressupostos contidos no art. 195 da CLT, pelo qual deveria ter sido determinada a realização de perícia antes do encerramento da instrução, mesmo sendo a reclamada revel e confessa. Como bem salienta o Ministro Coqueijo Costa em "A Revelia no CPC e na CLT" é impossível a confissão ficta de fato para o qual a lei estabelece prova técnica indispensável e insubstituível por outro meio qualquer de prova".

Na espécie, determinou-se a realização de perícia médica na fase de liquidação de sentença. Caracteriza-se, pois, uma condenação condicional, o que é defeso em lei, pois há de se perquirir, ainda, se tem direito a autora à condenação imposta à reclamada. O art. 461 do CPC prevê que a sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional. Com efeito, nos termos do acórdão deste Tribunal — 1.ª Turma (Proc. RO — 1950/82), sendo relator o Juiz Plácido Lopes da Fonte, proferido em 04.10.82, "nula é a sentença que condiciona os efeitos da condenação à verificação de direito na fase de liquidação. A sentença deve ser certa, reconhecendo ou não, o direito que resulta da relação jurídica de que se originou a demanda".

Em razão do exposto, acolhe-se a pretensão da reclamada, no sentido de que se decrete a nulidade do processo a partir do encerramento da instrução.

Acórdão de 16.12.85
Proc. TRT 7666/85 — 1.ª Turma
Relator: Antonio Salgado Martins

5149 — DEMISSÃO — Sendo empregador o município, não pode ele furtar-se à observância do critério de justificação de seus atos, vinculada que está a administração pública aos princípios da legalidade, moralidade e finalidade. Consequentemente, embora ao empregador particular fosse permitido a dispensa injustificada de seu empregado, o mesmo não é permitido ao administrador público, que deve satisfazer o interesse da coletividade, justificando o ato demissório de sua servidora. Correta a sentença que reconheceu nulo o ato de demissão da autora.

(...) Tratando-se o empregador de pessoa jurídica de direito público sujeita-se ele, como bem adverte a autora, aos princípios básicos norteadores da administração pública: legalidade, moralidade e finalidade. Assim, embora fosse a autora contratada pelo regime da CLT, o fato de revestir-se o empregador de qualidades próprias e específicas, como administrador público, que é, deve ele observar os preceitos do direito e da moral administrativa e, voltando-se para o bem comum, que é sua finalidade, não pode desprezar o elemento ético de sua conduta. Dal porque não pode o Município demandado furtar-se à observância do critério de justificação de seus atos. Consequentemente, embora ao empregador particular fosse permitida a dispensa injustificada do seu empregado, o mesmo não é permitido ao administrador público, o qual deve satisfazer o interesse da coletividade, o que faria justificando o ato demissionário de sua servidora. Correta, pois, a sentença ao reconhecer nulo o ato de demissão da autora, determinando a sua reintegração no emprego com as vantagens decorrentes.

Acórdão de 23.07.85

Proc. TRT 1013/85 — 4.ª Turma

Relator: Sileno Montenegro Barbosa

5150 — DEMISSÃO — Servidor municipal. Contrato subordinado à legislação do trabalho. Inexigibilidade de justificativa na rescisão contratual, operada com as indenizações legais, sem ofensa à lei. Pedido de reintegração incabível.

(...) Reintegração do reclamante no emprego. Insurge-se o recorrente com a decisão de 1.º grau na parte em que determinou a reintegração do reclamante no emprego, dizendo, em síntese, que o ato da administração municipal, que pôs termo à relação empregatícia, se insere na prerrogativa discricionária do poder público e está revestido de legalidade porque o reclamante foi contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, nada obrigando a perpetuação da relação que vinculou as partes, do ponto de vista legal.

Sustenta que embora seja desnecessária motivação para a despedida do servidor público regido pela CLT, no presente caso a rescisão contratual aconteceu porque o setor de vigilância foi desativado para possibilitar a contratação de uma empresa especializada em prestar, no Interesse da administração, serviços de guarda do patrimônio municipal.

Afora a espécie ordinária de admissão ao serviço público em geral, com acesso através de concurso público e sujeição ao regime estatutário que é peculiar ao funcionalismo público, e que não interessa perquirir aqui, a Constituição Federal de 1967 inseriu em seu preceito, art. 104, a aplicação da legislação do trabalho aos servidores admitidos temporariamente para obras, ou contratados para funções de natureza técnica ou especializada. Essa dicotomia de regimes jurídicos foi mantida com alguma alteração na Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969. A regra foi substituída pelo art. 106, acrescentando que o regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada depende de lei especial, de modo que facultou aos órgãos públicos manter três espécies de servidores: funcionários públicos estatutários, servidores regidos por lei especial, assim compreendidos os admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada, que a jurisprudência vem tipificando como relação empregatícia, e contratados sob o regime da CLT, já que não afastada essa hipótese da regra do art. 106. Criaram-se, assim, subespécies de servidores na área administrativa, facultada a sua contratação para melhor atender às conveniências dos diferentes setores públicos na prestação dos seus serviços.

O Estado moderno se obrigou a essa estruturação ampliativa e cada dia mais participa como sujeito de direito nas relações de trabalho, na qualidade de empregador, assim entendida "toda pessoa física ou jurídica de direito privado ou de direito público", na moderna concepção do direito obreiro (Estado, municipalidade, etc.). Se a pessoa de direito público se socorre de instituições do direito

privado atua como empregador, contratando pessoal subordinado à legislação do trabalho, despendo-se do exercício de seu *jus imperii* para se submeter à lei federal, como é o caso do Município, é empregador como os demais, igualando-se nos mesmos direitos e obrigações, de sorte que não possui regalias, mas também não se pode dela exigir maior carga de deveres a que estão sujeitos aqueles, sob a incidência plena da legislação trabalhista.

E se assim é, quando empregador, com igual razão há de ser também na forma de dissolução do contrato, operada pelas mesmas vias admitidas em lei, não podendo exigir-se justificativa para a sua culminação, que se supõe no interesse da administração e aperfeiçoamento do seu sistema.

A tese que entende necessária a observância, pelo Poder Público, dos princípios da legalidade, da moralidade e da finalidade que informam necessariamente os atos administrativos, brilhantemente sustentada, em doutrina e jurisprudência, não tem a significação que lhe é atribuída, porque o ato de demissão, pelo Poder Público, de empregado não estável, regido pela CLT, prescinde de motivação. Difícil, aliás, compreender o ato de demissão sem que revista os princípios da legalidade, da moralidade e da finalidade.

O ato de demissão se justifica por si mesmo. Noutras palavras: os fundamentos que serviriam para tornar nulo o ato servem também para convalidá-lo. Nem se pode esquecer que limita a favor dos agentes da administração pública a presunção de legalidade de seus atos. Essa presunção não foi elidida no processo.

Não há, de resto, em nosso direito positivo, disposição legal que torne obrigatória a prévia justificação ou motivação de ato de demissão de empregado do Poder Público.

A rescisão contratual, desse modo, operou-se sem ofensa à lei. Não estava o reclamante sujeito aos regramentos estatutários e de reintegração no serviço não pode ele cogitar, porque não tem direito ao emprego.

Acórdão de 28.08.85
Proc. TRT 741/85 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5151 — DESCONTO — *Devolução de desconto salarial. Inviável descontar dos salários do trabalhador valor relativo a título por ele avalizado. Modalidade não prevista em lei (art. 462 da CLT).*

(...) Insurge-se a recorrente contra essa devolução, invocando a condição de avalista da reclamante e sua responsabilidade pelo pagamento.

Sem razão. Os termos da contestação revelam a efetivação do desconto, sem respaldo, portanto, a alegação recursal de que os valores foram pagos e não descontados.

Inviável esse desconto, por não se inserir entre aqueles previstos no art. 462 da CLT, confirma-se a sentença que determinou sua devolução.

Acórdão de 07.01.86
Proc. TRT 7818/85 — 4.ª Turma
Relator: *Sérgio Pitta Pinheiro Baptista*

5152 — DESCONTO — *Indefere-se pedido de compensação quando pretende a empregadora, fundada em leonina cláusula contratual, descontar dos salários do empregado prejuízos ocorridos com veículo por ele dirigido. Não se há de atribuir ao trabalhador a responsabilidade por danos no instrumento de trabalho, considerando-se o alto valor econômico do bem a ele confiado.*

(...) O contrato de trabalho de fls. 13/14, na sua cláusula 7.ª, estabelece que os danos causados ao veículo, resultantes de acidentes de trânsito, serão descontados do salário do empregado, nos termos do art. 462, § 1.º, da CLT.

A obrigação aí contida revela tratar-se de uma cláusula leonina a qual transfere ao empregado a responsabilidade por danos causados no instrumento de trabalho, de propriedade do empregador, levando-se em conta, neste caso, o alto valor econômico do bem confiado ao trabalhador em comparação ao salário por ele percebido e, também, pelo grande risco de danos resultantes da natureza do trabalho.

Acórdão de 11.06.85

Proc. TRT 9721/84 — 3.^a Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5153 — DESCONTO — *Empresa que comercializa com o ramo de chocolates e, por ocasião da Páscoa, coloca à venda seus produtos no regime de consignação e sobre o valor dessas mercadorias paga comissões adiantadas a seus vendedores, não infringe nenhuma das normas contidas na Lei n.º 3207/57, quando efetua, no mês subsequente, o estorno de comissões sobre as mercadorias não comercializadas e devolvidas.*

(...) A reclamada, por ocasião dos festejos de Páscoa no ano de 1984, realizou as vendas em regime de consignação, ou seja, após colocar os produtos nos estabelecimentos comerciais, comprometeu-se em aceitar em devolução todos os produtos específicos (coelhos e ovos de Páscoa) que não fossem comercializados. Efetuou à época (meses de março e abril) o pagamento de comissões aos vendedores, que foram calculadas sobre o total dos produtos assim colocados no comércio. Veja-se, pelos documentos de fls. 16/17, que o salário fixo do autor era de Cr\$ 189.697 e no mês de março lhe foi creditado a título de comissões o valor de Cr\$ 2.220.676 e em abril Cr\$ 1.147.378. Por ocasião do mês de maio, após a devolução das mercadorias não vendidas e verificado o montante de vendas efetuadas pelo autor, realizou a reclamada o desconto relativo às comissões percebidas a mais.

Correto a nosso ver o procedimento da apelante, de vez que beneficiou seus vendedores com essa modalidade de pagamento, eis que lhes antecipou as comissões. Não há como se considerar descumprida qualquer norma inserida na Lei n.º 3207/57, uma vez que o pagamento das comissões foi realizado antes da concretização da venda.

Acórdão de 13.11.85

Proc. TRT 1265/85 — 1.^a Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5154 — Coisa julgada. *Sentença liquidanda. A sentença exequenda deve ser executada com estrita observância do que dispõe a res judicata. Não tendo a sentença liquidanda determinado os descontos previdenciários, não se pode modificar a mesma, sob pena de ferir coisa julgada.*

(...) A decisão agravada determinou fossem procedidos os descontos previdenciários do crédito do reclamante, porque compulsórios. Inconformado, o autor sustenta que não procedem os descontos, apontando vários motivos: a) que a execução deve ser feita em função do determinado na sentença liquidanda; b) que o Judiciário Trabalhista não tem competência para exercer fiscalização junto às Instituições previdenciárias; c) que não basta que a lei refira a possibilidade de realização do desconto, porque não se pode comparar a presente hipótese com aquela relacionada com os juros e a correção monetária, sendo necessário que a sentença determine o cumprimento da lei; d) que a permissão para a realização dos descontos estaria a envolver a transferência de um ônus que é do empregador, pelo atraso no recolhimento das contribuições; e) que a contri-

bulção do empregado está sempre vinculada à possibilidade de obtenção do benefício, ou seja, no caso dos autos, a contribuição não poderia determinar a modificação ou a obtenção de benefício nenhum pelo decurso do tempo. Apesar de filiar-me à corrente minoritária no sentido de que o Judiciário Trabalhista não deve autorizar descontos previdenciários e fiscais por ser tarefa de natureza administrativa e que o Provimento 03/84, de Corregedoria Geral, não possui o condão de vincular o Juiz, curvo-me à jurisprudência dominante, no sentido de permitir tais descontos. Contudo, os descontos devem ser feitos sobre o valor principal, efetuados sem a incidência de juros e correção monetária, porque se o empregador os efetua a destempo, responde pela virtual correção monetária.

Por outro lado, o referido provimento assim dispõe: "Nas hipóteses de condenação do reclamado ao cumprimento de obrigação de dar, a sentença registrará, quando cabível, a incidência dos descontos legais, relativos à contribuição previdenciária e ao imposto sobre a renda, observando-se o dispositivo no art. 459 do Código de Processo Civil. Ao ensejo do trânsito em julgado, o órgão competente para a execução da sentença ou do acórdão encaminhará ao IAPAS e à Delegacia da Receita Federal cópia do título executivo transitado em julgado. Idêntico procedimento será adotado na hipótese de feitura do acordo previsto no art. 831 da Consolidação das Leis do Trabalho". Assim sendo, ao autorizar os descontos, nada mais justo que o Juiz, com base na mesma resolução, determine a remessa de cópia do título executivo ao IAPAS e à Delegacia da Receita Federal.

Entretanto, na hipótese dos autos, não é cabível. A defesa não manifestou, tanto na contestação como em recurso, qualquer interesse fossem procedidos descontos previdenciários. A sentença liquidanda não o determina. Agora, em fase de execução, não se pode modificar a sentença exequenda, sob pena de ferir coisa julgada. A sentença liquidanda há de ser executada com estrita observância do que dispõe a *res judicata*.

Acórdão de 03.10.85

Proc. TRT 1961/79 — 2.ª Turma

Relator: Adão Eduardo Häggstram

5155 — DESCONTO — *Os descontos relativos ao INPS deverão ser feitos sem o acréscimo de juros e correção monetária, os quais são de exclusiva responsabilidade do empregador, no caso de cobrança pela instituição previdenciária.*

(...) Rebelar-se o demandado contra a decisão de fl. 227, que julgou improcedente os embargos à execução. Sustenta que os descontos previdenciários e fiscais devem ser calculados mês a mês, ou seja, em suas épocas próprias, sobre os valores pagos naquelas oportunidades, ou então sobre o final corrigido, jamais sobre o débito final sem correção. Não lhe assiste razão, data venia.

Embora o empregador tenha o direito de descontar as contribuições previdenciárias, não pode o empregado ser penalizado com o encargo dos juros e correção monetária respectivos quando elas não foram realizadas na época oportuna, por ter o reclamado descumprido suas obrigações patronais.

Deverá, pois, a dedução ser feita como determinou a decisão, sem o acréscimo de juros e correção monetária, os quais são de exclusiva responsabilidade do empregador no caso de cobrança pela instituição previdenciária.

Acórdão de 04.02.86

Proc. TRT 8923/83 — 4.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5156 — DESCONTO — *Descontos fiscais e previdenciários autorizados. Provimento n.º 03/84, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.*

(...) Ressalvado o entendimento do Relator, coincidente com o da decisão agravada, autorizam-se os descontos fiscais e previdenciários, porque decorrentes de lei e amparados pelo Prov. n.º 03/84, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Acórdão de 23.07.85
Proc. TRT 2825/82 — 4.ª Turma
Relator: Mário Somensi

5157 — DESPEDIDA INDIRETA — *Matéria que comporte discussão, tanto no campo fático como no do direito, dada a sua complexibilidade, mesmo reconhecido o direito do empregado às pretensões deduzidas no processo, não autoriza a rescisão indireta do vínculo laboral.*

(...) Postula o autor a rescisão indireta de seu contrato de trabalho sob o fundamento de que tendo obtido ganho de causa em várias reclamações já findas restou evidente que o reclamado descumpriu suas obrigações contratuais. Incensurável a sentença a quo no particular.

Com efeito, a jurisprudência maciça deste Tribunal tem entendido que eventual atraso nos pagamentos de horas extras, a não integração destas horas noutras parcelas, ou ainda o não pagamento do adicional de risco, não configura falta grave do empregador, de molde a autorizar a rescisão indireta do contrato de trabalho, por inexistir *stricto sensu* inadimplemento salarial, ou de tal monta que acarrete lesão grave aos direitos do empregado. A matéria comporta discussão, tanto no campo fático como no do direito, e o recorrido, nesta como em outras reclamações, tem demonstrado, nas defesas que fez, a complexidade destas questões, circunstância bem examinada pelo Juízo de primeiro grau.

Acórdão de 17.09.85
Proc. TRT 2198/85 — 4.ª Turma
Relator: Sileno Montenegro Barbosa

5158 — DIGITADOR — *Horas extras postuladas com fundamento na jornada reduzida de seis horas em favor de digitador de computador. A lei não contempla tal profissão com jornada reduzida. A analogia com outras profissões somente se justificaria na hipótese de lacuna da lei, mas esta, no caso, inexistente, sendo aplicável a regra geral do oito horas. Somente a lei estabelece a jornada legal dos trabalhadores e pode alterá-la.*

(...) O autor exercia a função de auxiliar de escritório.

Quando foi transferido para Porto Alegre, passou a desempenhar a função de digitador de computador. Nesta função pede o pagamento de horas extras. Sustenta que o regime de trabalho dos digitadores de computador deve ser de seis horas. Nas razões finais, melhor explicita os fundamentos da pretensão, invocando analogia com o trabalho dos operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso e dos cabineiros de elevador. É improcedente, todavia, a pretensão. A regra geral é jornada de oito horas. A jornada de seis horas é exceção. Sendo assim, deve ser aplicada tão-somente naqueles casos especiais, expressamente previstos pelo legislador, conforme ressalta o disposto nos arts. 57 e 58 da CLT. Por conseguinte, a legislação não é omissa quanto à jornada de trabalho dos digitadores, não cabendo a aplicação de regra de analogia. Somente a lei estabelece a jornada legal de trabalho do empregado e pode alterá-la.

Acórdão de 27.06.85
Proc. TRT 1764/85 — 2.ª Turma
Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5159 — DISSÍDIO COLETIVO — *Os integrantes de categorias diferenciadas são alcançados pelas convenções coletivas ou dissídios coletivos relativos ao seu sindicato profissional ainda que seus empregadores não sejam signatários daqueles ou suscitados nestes. Não se pode exigir que os mesmos, na sua integralidade, se façam presentes, pena de tornar ineficaz o caráter erga omnes emprestado pelo legislador às convenções coletivas ou ao efeito "ultralitigantes" de que se revestem as sentenças normativas.*

(...) A V. sentença de origem deferiu ao autor o pagamento de diferenças salariais e contra isto se volta a recorrente. Sustenta que o reclamante não exercia prioritariamente a função de motorista. Aduz, ainda, que acaso fosse o autor motorista não lhe seriam aplicáveis as cláusulas das convenções coletivas juntadas aos autos, de vez que nelas a categoria profissional é o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Caxias do Sul, dentre outros, e como categoria econômica está o Sindicato das Empresas de Veículos de Carga de Caxias do Sul.

Portanto, como atua no ramo de preparação de refeições industriais e não tem como objetivo social o transporte de cargas, não faz fretes e não é empresa de veículos de cargas, o recorrido só pode ser enquadrado na mesma categoria a que pertence.

O autor é motorista — categoria diferenciada — e a reclamada está incluída no sindicato da alimentação.

A matéria em debate envolve assunto delicado e de difícil trato.

Os integrantes das categorias diferenciadas merecem tratamento *sui generis* do legislador, sob pena de restarem à margem dos benefícios conquistados por seus sindicatos profissionais, seja através de dissídios coletivos, seja mediante convenções coletivas.

Tenha-se presente o caso dos motoristas. Seus dissídios são movidos contra o Sindicato das Empresas de Transporte, que é o que lhes corresponde. Se se entender que a decisão normativa só atinge as empresas do âmbito deste, não serão beneficiados por ela os motoristas que atuam nos mais diversos setores, tais como casas de comércio, jornais, fábricas, etc. E eles também não serão beneficiados pelos dissídios que atingem todas essas empresas justamente porque são componentes de uma categoria diferenciada. Colocada a matéria sob este ângulo, se corre o risco de deixá-la à margem de todas as consequências desses procedimentos. Não será diversa a situação se, em lugar de promoverem dissídios ou revisões de dissídios coletivos, os interessados estabelecerem convenções coletivas.

Sustenta Wagner Giglio que "todas as empresas que mantenham empregados da mesma categoria profissional dos suscitantes sofrem os efeitos da decisão normativa, ainda que não tenham sido parte no dissídio em consequência do efeito "ultralitigantes" dessas sentenças". (*in* Direito Processual do Trabalho — 4.ª ed. — pág. 321).

Neste mesmo sentido é o entedimento do eminente Ministro Barata Silva, que diz "Empresa possuidora de empregados pertencentes às chamadas categorias diferenciadas é atingida por acordo normativo em que é parte o Sindicato representativo da categoria diferenciada" (*in* DJU, de 14.10.77, pág. 7164, Proc. TRT — RR 1936/77).

Idêntica orientação adotou a Egrégia 3.ª Turma deste Tribunal ao julgar o processo n.º 6651/81, tendo como relator o eminente Juiz Ivêscio Pacheco. Em seu bem elaborado voto se lê: "Dentro desse raciocínio, é forçoso convir em que, nas convenções coletivas e nas decisões normativas dessas categorias, os empregadores que não as integram a elas se subordinam por via indireta, porquanto o empregado que exerce atividade diferenciada a elas se vincula".

Embora restrito aos dissídios coletivos, há outro argumento em defesa do ponto de vista que se adota. Decorre das disposições do art. 867 da CLT, que exige, além da notificação das partes da decisão do Tribunal, a sua publicação no jornal oficial para que de seu conteúdo tomem ciência os demais interessados. Só se poderá entender que isto se destina a que, através desse conhecimento,

observem o seu conteúdo, eis que outro motivo qualquer não justificaria a exigência.

Russomano estudando as convenções coletivas, põe em relevo seu caráter normativo e faz notar que o art. 661 da CLT, com redação advinda do Decreto n.º 299, trouxe alteração ao direito vigente até então. Especialmente afastou a figura da extensão das convenções coletivas, atribuindo-lhes, agora, efeito *erga omnes*, de modo que suas cláusulas abrangem a totalidade dos integrantes da categoria econômica e da categoria profissional convenientes, sejam ou não associados dos sindicatos". (Vide Comentários à CLT, vol. III, pág. 969 e ss., 8.ª ed.).

Ao que parece, o que se tem buscado é proporcionar um tratamento uniforme a todos os integrantes das categorias diferenciadas, dentro do espírito que norteou o legislador e que está dirigido neste mesmo sentido.

A recorrida é empresa vinculada, de fato, à categoria da alimentação. Mas não se poderia exigir que ela, assim como todas as outras que empreguem motoristas, viessem a firmar a convenção coletiva para que ficassem sujeitas às suas disposições. Até porque isto seria irrealizável. Esta abrangência se dá em consequência do caráter normativo dessas convenções e também dos seus efeitos *erga omnes*, características que ficariam mutiladas acaso assim não ocorresse.

Acórdão de 14.11.85

Proc. TRT 5820/85 — 2.ª Turma

Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5180 — DISSÍDIO COLETIVO — *Se é ilícito aos sindicatos das categorias profissionais diferenciadas chamarem à lide coletiva qualquer categoria econômica, não lhes é lícito invocar a sentença normativa contra quem não participa da categoria econômica suscitada. Sem a citação não pode ter validade o processo (art. 214 do CPC), nem, portanto, a sentença nele prolatada.*

(...) Examina-se questão relativa à aplicação, ou não, das cláusulas dos dissídios coletivos acostados às fls. 16 e seguintes. Registra-se, inicialmente, que a reclamada é empresa editora, vinculada ao Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas. O reclamante está inserido em categoria profissional diferenciada, como exercente da função de vendedor viajante.

Lembra a recorrente, transcrevendo jurisprudência, que na forma do art. 577 da CLT, a cada sindicato de categoria econômica corresponde um da categoria profissional. Sustenta que a exceção relativa às chamadas categorias diferenciadas não pode acarretar sujeição ao cumprimento de normas decorrentes de conflito judicial do qual não participou e tampouco o sindicato que a representa. Proceda a inconformidade. O reclamante, com efeito, está inserido em categoria diferenciada (vendedor e viajante do comércio) e como tal não fica adstrito à atividade desenvolvida pela empresa para obter vantagens de sua categoria. Todavia, é mister que seja suscitada no dissídio respectivo a empresa em que presta serviço. E isto não ocorreu com a demandada, que não está abrangida pela Federação das Indústrias e demais suscitadas.

Com o maior respeito aos brilhantes acórdãos trazidos aos autos nas fls. 265/271, não nos é dado compartilhar de seu entendimento. Compreende-se a dificuldade de serem suscitadas todas as entidades sindicais em cujo âmbito existam integrantes da categoria profissional diferenciada. Mas não vemos como se possa fugir ao princípio do contraditório, indispensável ao desenvolvimento normal do processo trabalhista. Se é certo que a decisão normativa ultrapassa os limites normais de uma sentença comum, menos certo não é que tem seus efeitos adstritos às pessoas e às entidades inseridas na sua esfera de abrangência. Ela é ao mesmo tempo sentença e lei. Lei na medida em que estabelece normas de caráter cogente a serem obedecidas por quantos são por ela atingidos. Mas sentença na medida em que só atinge as entidades sindicais e as empresas suscitadas no dissídio coletivo onde foi prolatada. Se é lícito aos sindicatos das categorias profes-

sionais diferenciadas chamarem à lide coletiva qualquer categoria econômica, não lhes é lícito invocar a sentença normativa contra quem não participa da categoria econômica suscitada. Sem a citação não pode ter validade o processo (art. 214 do CPC), nem, portanto, a sentença nele prolatada. Os "demais interessados" a que alude o art. 867 da CLT somente podem ser, portanto, empresas abrangidas pelo sindicato, federação ou confederação suscitados.

Mais relevante do que a dificuldade em trazer a juízo um grande número de entidades sindicais é o risco de serem atingidas indiscriminadamente pela norma coletiva empresas de todas as categorias econômicas, mesmo não suscitadas, que tenham ou venham a ter em seus quadros algum integrante de qualquer categoria profissional diferenciada. Tanto mais que é elástica a disposição do art. 511, § 3.º, da CLT, na conceituação das "condições de vida singulares", passível de abrigo em seu seio uma multiplicidade de atividades ou de profissões.

Não pode prevalecer, assim, a condenação que teve por base os dissídios acostados aos autos, na forma do art. 872, parágrafo único, da CLT.

Acórdão de 24.09.85
Proc. TRT 493/85 — 3.ª Turma
Relator: Paulo Maynard Rangel

5161 — ELETRICITÁRIO — Empregado da CEEE. Quando admitido sob a égide da Lei 1890/53. Pretensão aos benefícios da Lei 3096/56 (Lei Peracchi), com base na invocação da Resolução 183/67, da Diretoria da demandada, aplicável genericamente, segundo os seus próprios termos, aos "antigos servidores contratados da extinta autarquia". Reconhecimento de que o reclamante revestia a condição de servidor contratado da antiga autarquia, ainda que admitido sob a égide da Lei 1890/53. Critério de interpretação das normas regulamentares. Recurso do empregado a que se dá acolhida.

(...) A pretensão do reclamante circunscreve-se à declaração de que a Resolução 183, de 05 de junho de 1967, editada pela Diretoria da empresa demandada, lhe é aplicável, ao que se opõe a defesa apresentada, na qual se alega que o postulante não está compreendido entre os destinatários daquele ato regulamentar, por haver sido admitido sob a égide da Lei 1890/53, quando o mencionado ato se refere aos "antigos servidores contratados da extinta autarquia".

Ora, os trabalhadores, como é o caso do reclamante, que foram admitidos com base naquele diploma legal, também tiveram ingresso no elenco de servidores da então autarquia sob o regime contratual, ainda que sujeitos às restrições da odiosa Lei 1890/53, de modo que o ato regulamentar, ao se referir aos "antigos servidores contratados na extinta autarquia", abrange também aqueles que, como o reclamante, foram admitidos como "pessoal de obras". Se a demandada, como agora sustenta, pretendia excluir o reclamante dos favores regulamentares ora questionados, não deveria ter se referido, genericamente, aos servidores admitidos pela via contratual. Atente-se, a propósito, para a lição de Orlando Gomes e Elson Gottschalk, quando observam que "se aplica, ainda, ao Direito do Trabalho, na interpretação de certos contratos, a velha regra do *favor debitoris*, recuperada pelo direito contemporâneo, como se encontra no atual Código Civil italiano. "As cláusulas inseridas nas condições gerais do contrato ou em modelos ou formulários predispostos por um dos contratantes interpretam-se, em caso de dúvida, em favor do outro" (*in* Curso de Direito do Trabalho, ed. Forense, Rio, 8.ª ed., 1981, v. I, p. 46/47). O princípio aplica-se, por analogia, às normas regulamentares instituídas pelo empregador, como é o caso dos autos. Ademais, ainda que se levasse em conta a circunstância de o reclamante haver sido admitido pela Lei 1890/53, deveríamos considerar, de qualquer sorte, que já em 1.º de junho de 1962, conforme se vê do documento de fl. 17, passou ele a exercer as funções de auxiliar de escritório, sendo guindado, em 1.º de junho de 1963, ainda a serviço da extinta autarquia, à condição funcional de Encarregado de Rancho, perdendo,

assim, a condição de "pessoal de obras", a que se restringiam, como é sabido, as admissões pela Lei 1890/53. Assim sendo, ainda que se aceitasse como pertinente a alegação da demandada, o reclamante, pelo menos a partir de 1.º de junho de 1962, teria passado a integrar o grupo "dos antigos servidores contratados da extinta autarquia", expressão adotada na Resolução 183/67.

Ante o exposto, conclui-se pela improcedência do recurso interposto pela empregadora, não tendo aplicação na espécie a Súmula 58 do TST.

Acórdão de 30.04.86

Proc. TRT 8780 — 1.ª Turma

Relator: Antônio Salgado Martins

5162 — ELETRICITÁRIO — Ex-servidores estatutários. Complementação de proventos de aposentadoria. Os trabalhadores têm direito à percepção de avanços trienais, porque englobados entre aqueles adquiridos ou em formação a que se referem as Leis Estaduais 4136/61, 4467/62 e 2020/53. Vantagem autônoma dos avanços quinquênaes, que se integram aos contratos de trabalho, de forma paralela. Aplicação do art. 11 da CLT.

(...) Insistem os reclamantes no direito às diferenças de proventos de aposentadoria, pela integração de avanços trienais.

É de relevância para o deslinde da questão a verificação da legislação estatual. Os autores são ex-servidores da Autarquia Estadual sucedida pela reclamada, regidos pela Lei 1751/52 e demais legislação aplicável ao Funcionário Público Civil do Estado.

Quando da autarquização da Comissão de Energia Elétrica (Lei 1744/52, regulamentada pelo Decreto 3599/52), ao pessoal da Autarquia foram estendidos os direitos previstos na Lei 1751/52, entre os quais não estava contemplado o direito a avanços trienais.

Mais tarde, a Lei 2020/53, nos arts. 15, 16 e 24, veio a estender o referido direito aos servidores autárquicos. Já a Lei 2260/53, em seu art. 24, ratifica o disposto, bem como altera a tabela de vencimentos instituída pelo art. 4.º da Lei 2020/53.

A Lei 3034/56, art. 1.º, prevê que as vantagens serão concedidas independentemente de requerimento, nos termos da lei. Por outro lado, a Lei 4136/61 constituiu a Companhia Estadual de Energia Elétrica, sucessora da referida Autarquia, e, em seu art. 12, dispõe que os avanços trienais estão englobados entre os direitos adquiridos ou em formação dos "atuais servidores autárquicos da Comissão Estadual de Energia Elétrica, compreendendo os do quadro e os contratados, inclusive os não enquadrados...". Posteriormente, a Lei 4297/62 trata da mesma matéria. Finalmente a Lei 4467/62, além de fixar os critérios para pagamento dos avanços trienais, estende tais critérios aos servidores autárquicos (art. 8.º), assim como já faziam as leis supramencionadas.

Sallenta-se, ainda, que a Lei Estadual 4136/61 somente veio ganhar aplicação em 10.01.64. Assim, somente nesta data a Companhia Estadual de Energia Elétrica constituiu-se sucessora legal da autarquia e, inegavelmente, o direito aos avanços trienais se encontra inserido entre os direitos adquiridos dos reclamantes. Tal vantagem corresponde a 5% do salário básico mensal.

Por outro lado, não há o que falar em compensação (troca ou substituição). É inegável o direito dos autores à percepção dos avanços trienais. Tal vantagem retribui à assiduidade e exação nos cumprimentos dos deveres, sendo que as gratificações quinquênaes retribuem exclusivamente ao tempo de serviço. Ademais, são autônomas as vantagens que a empresa foi concedendo aos trabalhadores; não foram excludentes e assim se integraram aos contratos de trabalho, de forma paralela. Qualquer alteração posterior porventura havida infringiria o disposto no art. 468 da CLT. Por último, o art. 32 da Lei 2020/53 dispõe que os avanços

devem integrar os proventos de aposentadoria e não há exigência de que o funcionário deva pleitear a vantagem somente na atividade. De resto, note-se que, no caso dos autos, trata-se de lesão aos direitos dos empregados, pois viram reduzida sua aposentadoria e a redução perdura mês a mês. O ato é negativo e múltiplo. Aplicação do art. 11 da CLT.

Acórdão de 10.04.86
Proc. TRT 3112/85 — 2.ª Turma
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5163 — EMBARGOS À EXECUÇÃO — Quando opostos pelo exeqüente. Hipótese em que impugna ele, através dos embargos, a decisão que indeferiu o pedido de atualização monetária no débito do executado. Embargos liminarmente rejeitados sob o fundamento de que seriam impróprios à espécie. Caso de aplicação da regra do § 3.º do art. 884 da CLT. Agravo de petição a que se dá acolhida, para determinar o julgamento dos embargos.

(...) O exeqüente busca o prosseguimento do curso da execução, pretensão que foi indeferida, como se vê do relatório, ensejando, por isso, a apresentação de embargos à execução reconhecidos como "impróprios à espécie" pelo juízo de primeiro grau. Por que impróprios à espécie? Trata-se de típica impugnação à sentença de liquidação, oponível pelo exeqüente através de embargos, conforme lhe faculta a regra constante do § 3.º do art. 884 da CLT. Observa, a propósito, AMARO BARRETO que, "no processo trabalhista, os embargos não são apenas do executado, senão também do exeqüente, pelo que sua denominação adequada deve ser a de embargos à execução, e não a de embargos do executado. É que no processo executório do trabalho, a impugnação à sentença de liquidação só pode ser feita nos embargos à execução. Como tal impugnação pode ser levada a efeito pelo exeqüente, porque a liquidação lhe poderá advir adversa, claro que também o exeqüente pode embargar a execução, para o fim de Impugnar a liquidação" (in Execução Cível e Trabalhista, Edições Trabalhistas, Rio, 1962, págs. 271/2). No mesmo sentido é a orientação de PIRES CHAVES (in Da Execução Trabalhista, Forense, Rio, 2.ª Ed., 1964, págs. 141/2).

De mesmo modo está orientada a jurisprudência pacífica desta Turma Julgadora.

Acórdão de 28.05.86
Proc. TRT 19/86 — 1.ª Turma
Relator: Antônio Salgado Martins

5164 — EMBARGOS INFRINGENTES — opostos ao acórdão de fls., que se rejeitam, por incabíveis. Não cabem embargos infringentes das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho. Aplicação do art. 893 da CLT.

(...) Não existem embargos infringentes na sistemática do Processo do Trabalho. Se algo poderia denominar dessa forma seriam os embargos das decisões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho ao mesmo Tribunal Pleno. Inexiste, todavia, recurso da decisão de Turma do Tribunal Regional do Trabalho à mesma Turma ou ao Tribunal Pleno. Ressalvadas as hipóteses de Agravo Regimental, e nenhuma delas se caracteriza no caso presente, o recurso cabível da decisão do Tribunal Regional que julga recurso ordinário é o recurso de revista, sabidamente um recurso estrito, que só cabe nas hipóteses do art. 896 da CLT. Pondere-se, ademais, que os recursos enumerados na legislação do Trabalho são em *numerus clausus*, ou seja, sua enumeração é taxativa. Este princípio geral inscreve-se no art. 893 do Diploma Consolidado.

Acórdão de 08.05.86
Proc. TRT 5650/85 — 2.ª Turma
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5165 — EMPREGADO DOMÉSTICO — *O trabalho realizado no âmbito da residência do empregador, uma vez que se restrinja ao atendimento de pessoa idosa, ainda que por atendente de enfermagem, caracteriza-se, a toda evidência, como doméstico. Incidência do art. 1.º da Lei 5859/72.*

(...) Pretende a autora ver reconhecida a prestação de trabalho para a reclamada na condição de atendente de enfermagem e não como doméstica.

A prova dos autos, contudo, não conforta a pretensão da demandante. Embora a sua qualificação profissional incontestada, tanto que presta serviços a um hospital da cidade, a sua relação de trabalho com a reclamada é, a toda evidência, de natureza doméstica. Sua função era de acompanhante da reclamada no horário noturno, atendendo-a em suas necessidades vitais, ministrando-lhe cuidados higiênicos e, eventualmente, algum medicamento.

Na caracterização da prestação laboral doméstica, necessário se faz levar em conta o relacionamento das pessoas envolvidas e as peculiaridades do trabalho — restrito ao âmbito residencial e em condições de intimidade com o beneficiário do serviço. Além disso, o que individualiza, especificamente, o relacionamento havido entre as partes como doméstico é o fato de que o trabalho prestado não é aproveitado pelo empregador com fim lucrativo.

As atividades da autora sempre foram exercidas nos limites da intimidade da residência da reclamada e o fato de restringirem-se ao atendimento da anclã não lhe retira as características de trabalho nitidamente doméstico, a teor do disposto no art. 1.º da Lei 5559/72.

Acórdão de 06.05.86

Proc. TRT 11068/85 — 3.ª Turma

Relator: *Ronaldo José Lopes Leal*

5166 — EMPREGADO DOMÉSTICO — *Correto o pagamento do salário feito com base no acordo entre as partes, independentemente de ser o mesmo inferior ao mínimo legal.*

(...) Pleiteia a recorrente, empregada doméstica, a reforma da decisão apelada, visando ao deferimento de complementação salarial, por não ter percebido, durante o período em que vigorou a relação empregatícia, o salário mínimo. Estabelece sua pretensão no art. 165, I, da Constituição Federal, que assegura a todos os empregados o direito a tal montante.

Sem razão, porém. Não estando essa categoria profissional amparada pelas normas da CLT, e não havendo na Lei 5859/72, que dispôs sobre a profissão em tela, qualquer dispositivo capaz de abrigar sua pretensão, descabem as alegações da autora. A argumentação recursal com base no dispositivo constitucional anteriormente citado não prospera, face à ausência de norma regulamentadora sobre a obrigatoriedade da incidência de dito salário à categoria profissional da qual faz parte a recorrente.

Acórdão de 06.02.86

Proc. TRT 7090/85 — 2.ª Turma

Relator: *Fernando Antonio P. Barata Silva*

5167 — EMPREGADO ESTÁVEL — *É vedada por lei a despedida de empregado estável, sem apuração de falta grave em inquérito. Não ocorrendo tal hipótese, impõe-se a reintegração no emprego.*

(...) Alega o recorrente que não há condições para a continuidade do vínculo laboral ante a situação vexatória a que ficou exposto a partir de uma despedida ilegal, convivendo com uma Diretoria que não quer seus serviços, e que o desqualificou como profissional, junto aos sindicalizados, a quem deverá prestar

assistência como dentista. Requer o pagamento de indenização por desaconselhável a reintegração.

Por mais convincentes que sejam as razões esbarra o recorrente com a vedação da despedida do empregado estável sem a instauração de inquérito judicial, e na impossibilidade de conversão da reintegração no emprego em indenização dobrada, prevista, apenas, nos casos de Improcedência do referido inquérito.

A hipótese retrata situação *sui generis* em que o empregado, por ser considerado optante pelo FGTS, foi despedido, sendo, posteriormente, declarado estável pela sentença, sem ocorrência de incompatibilidade de qualquer natureza, com a empregante, restando seus problemas com as pacientes relegado a outro plano. Portanto, a reintegração é um imperativo legal.

Acórdão de 04.06.85

Proc. TRT 6915/84 — 3.ª Turma

Relator: João Luiz Toralles Leite

5168 — EMPREGADO INTEGRANTE DE CIPA — *Cessando a atividade desempenhada pelo empregado membro da CIPA, é facultado à empresa rescindir o contrato de trabalho, uma vez que o prestador não se acha ao abrigo da estabilidade. Assegura-lhe a lei proteção contra o despedimento arbitrário, que não se justifique por razões de ordem disciplinar, técnico, econômico ou financeiro (art. 165 da CLT).*

(...) A pretensão do recorrente é o reconhecimento do direito à reintegração, sob o fundamento de que, ao ser despedido, contava com a garantia do emprego, por ser membro da CIPA.

A douta decisão revisanda negou-lhe o pedido por considerar que a rescisão do contrato de trabalho decorreu do fato de ter cessado a atividade que desenvolvia na empresa, como Almoxarife em uma construção. Concluída a obra, já não mais se justificava a manutenção do autor e perfeitamente possível a sua despedida.

A respeito, Impõe-se transcrever a parte da fundamentação do julgado de 1.º grau, não só em homenagem ao seu prolator, o ilustre Dr. Ricardo Gehling, como pela forma escorreita em que expõe a questão em debate. Assim se expressa a sentença, no particular: "Não se pode confundir a restrição ao direito potestativo do empregador de despedir o empregado membro da CIPA com a estabilidade ordinária prevista em lei, mesmo provisória. O empregado estável não pode ser despedido em hipótese nenhuma, exceto quando pratique falta grave.

O membro da CIPA não é portador de estabilidade propriamente dita, mas apenas destinatário de vantagem instituída por lei, mediante a qual não pode sofrer despedida arbitrária.

E, como tal, entende-se a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro (art. 165 da CLT). Por isso, — conclui o magistrado — entendemos que os motivos técnicos invocados e comprovados pela reclamada estavam a autorizar a dispensa do autor".

De fato, é o que se constata na espécie. O autor não foi despedido sem a existência de motivo previsto em lei, bastante para autorizar a rescisão do seu contrato laboral. Após ter permanecido afastado do trabalho, por motivo previdenciário, ao retornar, a obra em que laborava encontrava-se em final de acabamento, não mais sendo necessária a sua permanência.

Por conseguinte, o seu despedimento era possível e, por isso, não há como se reconhecer o pretendido retorno ao emprego, com o pagamento de todos os consectários de lei.

Acórdão de 21.08.85

Proc. TRT 806/85 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5169 — EMPREGADO INTEGRANTE DE CIPA — Estabilidade provisória assegurada no art. 165 da CLT. Despedida arbitrária. Reintegração. Recurso provido.

(...) O reclamante, alegando ser detentor da estabilidade provisória prevista no art. 165 da CLT, insiste no direito à reintegração assegurada naquele dispositivo. Pede, também, os salários desde a despedida imotivada até a reintegração, acrescidos de juros e correção monetária. A defesa não impugnou o documento de fl. 4 (cópia da ata de posse dos membros da CIPA). A invalidade do mesmo — porque “xerox” não autenticado (v. arts. 830 da CLT e 365, III, do CPC) — fica afastada pelos próprios termos da contestação. Nela, admite-se, com efeito, que o trabalhador foi eleito — na condição de representante dos empregados — como membro da CIPA. Não impugnou o período de tal representação, que data de julho/83 a julho/84. O demandante foi despedido em 03.02.84, durante o período em que gozava de estabilidade provisória. A Junta julgou improcedente o pedido porque já findo o mandato quando do ajuizamento da ação. Ainda que ponderável o argumento daquele Colegiado, a razão assiste ao recorrente em face ao disposto no art. 165 da CLT. Esta norma assegura a reintegração quando a despedida for arbitrária. A Junta não negou este caráter à extinção do contrato e nem isso cabe ser discutido agora. A reintegração foi requerida oportunamente, porque dentro do período previsto no art. 11 da CLT. Note-se, por demasia, que na sentença não se assegurou sequer os salários durante o período em que o autor estava ao abrigo da estabilidade provisória. Acolhe-se, pois, o recurso, para determinar a reintegração do demandante no emprego, em obediência ao art. 165 da CLT, com pagamento dos salários desde a despedida até sua efetiva reintegração, acrescidos de juros e correção monetária.

Acórdão de 15.10.85

Proc. TRT 5141/85 — 3.ª Turma

Relator: João Antonio G. Pereira Leite

5170 — EMPREGADO INTEGRANTE DE CIPA — Despedida de empregado integrante da CIPA. Direito à reintegração, com o pagamento dos salários até a efetiva reintegração. Inexistindo prova de concessão dos intervalos para descanso, tem-se como ininterrupta a jornada, cabendo ao empregado o pagamento das horas de repouso em que permaneceu à disposição do empregador.

(...) Com a devida vênia do Julgador de 1.º grau, a nosso ver o reclamante tem razão. Os autos dão conta de que o mesmo foi eleito representante dos empregados na CIPA, tomando posse em 05 de outubro de 1984. De acordo com o art. 165 da CLT, a cominação prevista para a despedida arbitrária do empregado integrante da CIPA é a sua reintegração, não podendo substituí-la o pagamento do tempo correspondente à duração do mandato. Ao prever a estabilidade dos titulares de representação dos empregados nas CIPAs, o legislador visou a garantir o exercício dos encargos a ele atribuídos, o que restou frustrado, no caso, com a despedida do reclamante. Não tendo o empregador o direito potestativo de rescindir o contrato de trabalho, afora as exceções previstas no art. 165 da CLT, o pagamento de indenização ou o seu recebimento pelo empregado não pode ser entendido como renúncia à estabilidade provisória, como fez a sentença. O fato de as parcelas rescisórias terem sido satisfeitas com assistência do sindicato da categoria do autor não tem o condão de legitimar a demissão do recorrente. Tanta é assim que o mesmo veio a esta Justiça alegar a nulidade do ato fraudatório do seu direito, em consonância com o que lhe garante o art. 9.º da CLT. Desta forma, é de se dar provimento ao recurso nesta parte, a fim de se condenar a demandada a reintegrar o reclamante, com o pagamento dos salários devidos até a efetiva reintegração, deduzidos os valores constantes da quitação de fls.

Acórdão de 22.05.86

Proc. TRT 9092/85 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5171 — EMPREGADO INTEGRANTE DE CIPA — A imunidade, assegurada pela lei aos membros da CIPA, não impede a despedida, admitindo, apenas, o exame posterior quanto à existência de justa causa. Indemonstrada esta e já ultrapassado o período relativo ao mandato, cabe ao trabalhador tão-somente o direito aos respectivos salários, com a conseqüente contagem de tempo de serviço para todos os efeitos.

(...) Insurge-se o recorrente contra a decisão de 1.º grau por não lhe ter assegurado a estabilidade, ou indenização, até o termo final de seu mandato, que decorreria de uma hipotética reeleição, que se lhe afigurava certa. Afirma que, trilhando-lhe o caminho, foi ele cortado abruptamente pela empregadora, mediante despedida injusta, ao arrepio da lei.

O recorrente, como membro da CIPA, gozava de imunidade até o final de seu mandato. O diploma legal invocado é claro (CLT, art. 165), embora inexista qualquer exigência de prévia apuração de falta grave, já que o seu parágrafo único, ocorrendo a despedida, prevê o exame da justa causa *a posteriori*. A imunidade — denominada, também, por muitos, de estabilidade provisória —, no caso em tela, não se estende para acontecimento futuro e incerto.

Inexistente a justa causa, tal como afirmado pela sentença, cabe ao reclamante, tal como deferido, apenas o direito à percepção de salários, bem como à contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, já que se trata de garantia temporária. Desta forma, não há que falar em estabilidade futura, presumindo-se a reeleição, caso perdurasse o pacto laboral.

Acórdão de 07.05.86
Proc. TRT 11248/85 — 1.ª Turma
Relator: Alcione Niederauer Corrêa

5172 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — Despedida sem justa causa. Nulidade. Não há incompatibilidade entre o contrato de experiência e a estabilidade provisória concedida à gestante, sendo nula a despedida injusta de empregada protegida por esta garantia.

(...) Pretende a reclamante ser reintegrada na empresa, com pagamento de salários correspondentes ao interregno entre a despedida e a efetiva reintegração.

A R. decisão de origem indeferiu o pedido, por entender que o contrato de experiência expirou normalmente pela fluência do prazo, em dia posterior ao que consta no recibo de quitação. Afirma que, na data expressa nesse recibo, a reclamante se encontrava afastada do trabalho por motivo de doença, não podendo ser despedida em face da interrupção do pacto laboral. Aduz que a reclamada pagou os salários de forma integral e que são incompatíveis entre si os conceitos de contrato a prazo e estabilidade no emprego.

A dispensa é ato potestativo do empregador. Constitui o direito do doador de trabalho resilir unilateralmente o contrato. Sofre, contudo, restrições, como, por exemplo, a da estabilidade, que impede, temporária ou definitivamente, o exercício desse direito. Sempre que juridicamente impossível, nula é a dispensa. Essa nulidade, entretanto, não supõe a posterior extinção normal do contrato pelo advento do termo, sobretudo quando, como no caso em tela, há cláusula expressa referente a dispositivo do art. 451 da CLT, fato que sublinha a presunção da continuidade da relação de emprego.

De outro lado, porque graciosa, não pode prosperar a tese da reclamada de que se equivocou ao redigir o recibo de quitação. Documento este, assinado, carimbado e apresentado em Juízo pela própria empresa. Ao contrário, o que se infere do conjunto probatório é que, efetivamente, a empregada foi despedida sem justa causa em data anterior ao advento do termo, mormente se considerado que os salários do mês de julho de 1983 só foram pagos integralmente em audiência.

Ademais, a classificação do contrato individual de trabalho por tempo determinado e indeterminado refere-se, a toda evidência, não à natureza jurídica, mas, tão-somente, à sua duração, e, segundo Orlando Gomes e Elson Gottschalk, "não constitui, é certo, elemento essencial ao negócio jurídico, visto como a aposição de condição ou termo não altera a estrutura típica da relação jurídica". É de sinalar-se, ainda, que o ajuste do termo, assim como o distrato, não se confundem com a despedida. Esta é ato unilateral; aqueles são atos bilaterais. Destarte, não há, *data venia*, incompatibilidade entre o contrato de experiência e a estabilidade provisória concedida à gestante, de vez que, mesmo no seu advento, o termo prefixado, certo quanto ao fato e ao momento não tem o condão de elidir a impossibilidade da dispensa, à semelhança do distrato, onde o rompimento do vínculo empregatício também não se assenta exclusivamente na vontade do dador de trabalho.

De resto, a cláusula terceira do documento de fls. 10 a 13 não exclui as empregadas contratadas por tempo determinado. Assim, no caso vertente, a despedida injusta, além de nula, impediu que se materializasse a cláusula resolutiva acordada *ab initio*, subordinadora do contrato.

Acórdão de 14.11.85
Proc. TRT 2467/85 — 2.ª Turma
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5173 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — Empregada gestante. *Incompatível a estabilidade provisória com o contrato de experiência, pela própria natureza deste, que pressupõe a faculdade do empregador dispensar o empregado se não possuir as condições necessárias para desempenhar as funções designadas.*

(...) Pretende a reclamante lhe seja concedida a reintegração no emprego com o pagamento dos consectários legais, em virtude de estabilidade provisória garantida em cláusula de decisão normativa, ou o pagamento de salário-maternidade. A reclamante foi contratada em regime de experiência, por trinta dias, prorrogado tal contrato por mais sessenta dias findos os quais foi dispensada. Trata-se de contrato de trabalho a prazo determinado, cuja duração está estabelecida no parágrafo único do art. 443 da CLT, e, finda a qual, o contrato termina automaticamente, sendo impossível falar-se em despedida injusta, conforme alega a autora na inicial.

A circunstância de haver cláusula normativa assegurando a estabilidade provisória à gestante não obsta a dispensa da empregada, resultante do decurso do período experimental fixado na contratação, em face da reclamada haver concluído que a trabalhadora não possuía as condições necessárias para desempenhar as funções designadas.

De outra sorte, a cláusula coletiva visa garantir a estabilidade provisória da empregada gestante, ou seja, garante o seu direito ao emprego, evitando despedidas injustas, mas não significa que deve sobrepor às próprias relações entre as partes, sob pena de, indiretamente, influenciar no poder de comando do empregador.

No caso dos autos, houve pactuação por prazo determinado, tendo com o lapso de tempo previsto se extinguido a relação de trabalho normalmente, não havendo que se cogitar de nulidade de despedida.

Assim, a estabilidade provisória é incompatível com o contrato de experiência, pela própria natureza deste, que faculta a dispensa do empregado caso não corresponda às expectativas do empregador.

Quanto ao salário-maternidade, também este é incabível no caso *sub judice*, pois, sendo o contrato de experiência espécie do gênero contrato a prazo determinado, como tal deve ser tratado, de sorte que, transcorrido o prazo prefixado para a experiência, o contrato está extinto, sem que o empregador tenha qualquer dever em relação ao empregado. O que inclui o salário-maternidade, para cuja concessão a norma legal exige, entre outros requisitos, que a empregada gestante

esteja trabalhando quando atingir o limite de quatro semanas anteriores ao parto ou tenha obstada, injustamente, a possibilidade de fazê-lo.

No caso presente, a própria natureza do contrato firmado entre as partes exclui tal possibilidade, pois o termo final do prazo de experiência pôs fim ao contrato de trabalho e, por via de consequência, à expectativa de qualquer vantagem que pudesse advir à empregada caso houvesse sido aproveitada pela empresa.

O término normal da relação, ainda que grávida a empregada, não pode desvirtuar a exata configuração do pretendido pelas partes quando firmaram o contrato de experiência.

Acórdão de 14.11.85

Proc. TRT 5855/85 — 2.^a Turma

Relator: Antonio José de Mello Widholzer

5174 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — *A estabilidade provisória, prevista em dissídio coletivo, é incompatível com a determinação de prazo do contrato de trabalho. Pedido de reintegração, em ação cautelar, que se indefere.*

(...) Não há falar em estabilidade provisória se o contrato de trabalho é a termo. O reclamante participou da Comissão Representativa dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre na condição de desempregado. Posteriormente, em 15.04.85, foi admitido pela demandada, a título de experiência, por trinta (30) dias. A extinção do ajuste deu-se pelo advento do termo final, em 15.05.85. Não favorece o autor e nem inibe a ruptura do vínculo a alegada estabilidade provisória. Embora a mesma estivesse prevista em cláusula de dissídio coletivo, e o reclamante fizesse parte da comissão representativa dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas mecânicas e de material elétrico de Porto Alegre, a estabilidade, mesmo provisória, é de todo incompatível com a natureza do contrato firmado entre as partes. Por ser de experiência, trata-se, como se vê, à luz do art. 443, a, da CLT, de um típico contrato de trabalho por tempo determinado. Se a estabilidade, mesmo provisória, garante a continuidade da relação, não se coaduna com aquelas relações que têm sua duração prevista para certo tempo.

Acórdão de 21.01.86

Proc. TRT 5966/85 — 3.^a Turma

Relator: João Antonio G. Pereira Leite

5175 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — *O fechamento de uma filial, com a permanência de outra, na mesma cidade, para a qual foram transferidos os cartões em débito e os cadastros dos clientes, não autoriza a rescisão do contrato de trabalho de dirigente sindical, portador de estabilidade provisória. Reintegração.*

(...) A Junta a quo, por unanimidade, julgou procedente a reclamatória na qual o autor postula reintegração no emprego, em razão de ser portador de estabilidade provisória, e condenou a demandada ao pagamento dos salários vencidos e vincendos, com todas as majorações ocorridas no decurso do afastamento. A reclamada não se conforma com esse julgamento, argumentando que a rescisão contratual decorreu de fechamento de filial deficitária e que não se justificaria a manutenção do reclamante por razões de ordem econômica e social, uma vez que a outra filial, na mesma cidade, já estava com excesso de funcionários e importaria na demissão de outro funcionário.

Ainda que se afigurem relevantes as razões invocadas pela recorrente, o fechamento de uma de suas filiais em Caxias do Sul, pelo fato de apresentar resultados negativos, aliás não comprovados, não autoriza a rescisão de contrato do trabalhador portador de estabilidade provisória, mesmo porque, como frisa a sentença, o prejuízo é risco econômico da empresa e o fechamento de filial,

no caso, equivale ao fechamento de um departamento, principalmente quando se considera que os saldos devedores dos carnês e os cadastros dos clientes da filial, que encerrou atividades, foram transferidos para outra que, já por ocasião da rescisão do contrato de trabalho do reclamante, estava em funcionamento. O excesso de funcionários na outra filial e a necessidade de despedir outro empregado, para manter o reclamante, também não resultaram provados.

Acórdão de 29.04.86

Proc. TRT 5092/85 — 3.^a Turma

Relator: João Luiz Toralles Leite

5176 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — *Extinto definitivamente o estabelecimento mediante a decretação de falência, descabe falar no direito do dirigente sindical ao pagamento de salário e de outras prestações decorrentes do contrato de trabalho até doze meses após o término do respectivo mandato. Recurso do empregado a que se dá acolhida parcial apenas para atribuir-lhe o pagamento das vantagens decorrentes do cômputo em seu tempo de serviço do período compreendido entre a data de sua despedida e aquela em que cessaram definitivamente as atividades da empresa.*

(...) O reclamante, ora recorrente, narra, na petição inicial, que foi admitido em 04.04.83 e demitido em 05.10.84, pleiteando sua reintegração no emprego ou, alternativamente, o pagamento de todas as prestações salariais até o final da estabilidade provisória, sob o fundamento de que tendo registrado em 05.07.83 sua candidatura para concorrer às eleições do Sindicato dos Empregados no Comércio de Caxias do Sul, efetivamente foi eleito no dia 11.11.83, prestando o correspondente compromisso no dia 23 daquele mesmo mês. Invocando a regra do § 3.º do art. 543 da CLT, o recorrente sustenta que sua estabilidade sindical apresenta como termo final o dia 23.11.87. Denegou-lhe a pretensão a MM. Junta sob o fundamento de que a empregadora, por impotência econômica e financeira, encerrou suas atividades em Caxias do Sul, não mais as desenvolvendo em qualquer outro lugar. Em seu apelo, o reclamante já admite incogitável a reintegração no emprego, mas insiste em receber o pagamento de indenização substitutiva, com essa expressão pretendendo significar as prestações salariais, férias e gratificações natalinas que lhe seriam devidas até a data de 23.11.87, bem como a complementação das verbas reparatórias, utilizado o salário correspondente ao final da estabilidade sindical, e a incidência do fundo de garantia, de juros moratórios e de correção monetária.

Irrito se depara, *in casu*, discutir o direito do suplente de dirigente sindical à estabilidade provisória contemplada na regra do § 3.º do art. 543 da CLT, negado na fundamentação da sentença, quando, de qualquer sorte, o encerramento das atividades da empregadora acertadamente foi erigido em óbice intransponível à pretensão que de reintegração, quer de pagamento de salários e demais decorrências pecuniárias de estabilidade que se estenderia, no entender do recorrente, à data de 23.11.87. A regra aplicável à espécie é a do art. 498 da CLT, segundo a qual, "em caso de fechamento do estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, é assegurado aos empregados estáveis, que ali exerçam suas funções, o direito à indenização, na forma do artigo anterior". Através do documento juntado à fl. 15 dos autos, percebe-se que a empresa procedeu à liberação da conta do fundo de garantia do tempo de serviço, com o acréscimo do percentual de dez por cento a que se refere o art. 22 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 59820, de 20.12.66. A liberação desse numerário, segundo com acerto observa o douto Julgador a fl. 116, constitui a transmutação da parcela de indenização mencionada no art. 498 da CLT. O processado evidencia com meridiana clareza que a rescisão do contrato de trabalho do recorrente, bem como dos contratos dos demais empregados, se deveu unicamente à necessidade de encerramento das atividades,

não tendo havido malícia ou intenção de fraudar estabilidade por parte da empresa recorrida.

Resta examinar a tese exposta em plano secundário no recurso, consoante a qual faria jus o recorrente ao pagamento de salário e demais vantagens pelo menos até a data do fechamento efetivo da empresa. Cotejando-se os depoimentos pessoais tomados ao recorrente e ao representante da recorrida, é ilícito depreender que a paralisação das atividades se verificou nos primeiros dias de novembro de 1984. O reclamante foi despedido em 05.10.84, havendo a falência sido decretada em 15.02.85. A causa imediata da rescisão contratual foi o encerramento das atividades da empresa, ainda que consequência das dificuldades financeiras que vieram a determinar a sua quebra. Mas a paralisação dos serviços, por si só, independentemente do motivo que a determinou, justifica a extinção contratual ainda que o empregado seja portador de estabilidade. Faz jus o recorrente, por isso, apenas ao pagamento do salário relativo ao período compreendido entre a data de sua despedida e aquela em que cessaram as atividades empresariais. Além disso, o período a que corresponde o salário ora deferido haverá de ser computado em seu tempo de serviço para efeito de cálculo das férias e da gratificação natalina. Excetuadas as férias, cujo pagamento possui natureza indenizatória, os demais pagamentos ora deferidos deverão se refletir nos depósitos do FGTS, dada a natureza remuneratória.

Acórdão de 03.04.86

Proc. TRT 4234/85 — 1.ª Turma

Relator: Antônio Salgado Martins

5177 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — *A estabilidade provisória conferida à empregada gestante pelo prazo de até sessenta dias após o parto, mediante acordo normativo, compreende não só aqueles dois meses mas, também, todo o período de gravidez.*

(...) A reclamante foi dispensada em 12.12.83, ocasião em que já estava com três meses de gestação, conforme se pode verificar dos documentos de fls. 08 e 10.

Em face da gravidez e do disposto na cláusula 8.ª do acordo normativo homologado por este Tribunal (proc. TRT 6050/83), estava a empregada naquele momento ao abrigo da estabilidade provisória. Não podia ser despedida, como o foi, imotivadamente.

Sustenta o banco que a estabilidade da reclamante compreenderia apenas os sessenta dias subseqüentes ao parto. E como a despedida aconteceu em 25 semanas antes do nascimento de seu filho, não estaria a demandante, naquele momento, sob a proteção da estabilidade provisória.

Equivoca-se o banco. A estabilidade em questão visa proteger a gestante e não apenas a mãe. O período da estabilidade provisória compreende toda a gravidez e os sessenta dias subseqüentes ao parto.

Sendo assim, tem a reclamante direito ao que lhe foi deferido em primeiro grau, ou seja, aos salários de 13.12.83 e 02.10.84 e às vantagens consequentes.

Acórdão de 11.07.85

Proc. TRT 2188/85 — 2.ª Turma

Relator: Olívio Nunes

5178 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — *Empregada gestante despedida quando ao abrigo de estabilidade provisória garantida por decisão normativa. A consequência é a reintegração, resguardado o direito aos salários do período de afastamento. Recurso desprovido.*

(...) A reclamada recorre da R. decisão de 1.º grau na parte em que a condenou a reintegrar a reclamante no emprego ao fundamento de que a despedida, realizada quando a mesma se encontrava ao abrigo da estabilidade provisória instituída em cláusula de decisão normativa, foi nula.

Alega a recorrente que o estado gravídico não foi comunicado, ignorando a empregadora tal circunstância à época da rescisão contratual, além de se tratar de gravidez incipiente.

Bem examinada a matéria, concluiu-se pelo acerto da R. decisão recorrida. Nenhum dos argumentos expendidos pela recorrente possui o condão de afastar o direito da demandante à reintegração garantida por força de acordo coletivo. Irrelevante o fato de ignorar a empregadora o estado de gravidez da empregada, ou a omissão desta em cientificá-lo a respeito (Súm. 142 do TST).

Inaceitável, outrossim, o argumento de que se deveriam garantir à empregada apenas os salários compreendidos a contar da despedida, até a fim dos noventa dias, prazo limite da garantia do emprego, pois este critério importaria no reconhecimento de eficácia, ainda que parcial, de ato nulo.

Na verdade, a única solução viável, em se tratando de empregado despedido imotivadamente quando ao abrigo da estabilidade provisória, é a reintegração, que pressupõe o direito aos salários de todo o período de afastamento.

Acórdão de 02.07.85
Proc. TRT 211/85 — 3.ª Turma
Relator: Dorvalino Santos Vaz

5179 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — *da gestante assegurada em acordo coletivo. Escoado o período respectivo, inviabiliza-se a reintegração da trabalhadora no emprego, embora nula a despedida. Não sendo possível a restituição das partes ao estado em que se achavam antes do ato nulo, impõe-se a indenização da empregada com o equivalente, isto é, pagamento dos salários do período de estabilidade. Art. 158 do Código Civil.*

(...) O termo de acordo de fls. 07/08, não impugnado pela recorrida, garante, em sua cláusula 2.ª, estabilidade provisória à empregada gestante pelo prazo de noventa dias após o término do período de auxílio-maternidade. A recorrente, ao ser imotivadamente despedida, como restou incontroverso, em 12.07.84, estava grávida, como o comprova o atestado médico de fl. 04. O MM. Juízo a quo, todavia, indeferiu a reintegração postulada, por entender que apenas o efetivo gozo do auxílio-maternidade asseguraria à empregada o prazo de estabilidade provisória.

Data venia, o pressuposto da garantia em causa é unicamente o estado gravídico da trabalhadora. Contratada por prazo indeterminado, despedida imotivadamente com aproximadamente 24 semanas de gestação, os direitos da autora não se esgotam no pagamento das reparações da despedida e do salário-maternidade. Era a recorrente, sem dúvida, detentora de estabilidade provisória no emprego e somente o cometimento de falta grave autorizaria a ruptura do vínculo empregatício.

Todavia, contando a autora com quase sete meses de gravidez em agosto de 1984, o prazo de estabilidade provisória ter-se-ia escoado em março do corrente ano, aproximadamente. Assim, embora nula a despedida, não se poderá determinar a reintegração no emprego sem que se imponham as decorrências da estabilidade, que seria por exíguo lapso temporal, por tempo indeterminado e muito mais dilatado do que o estabelecido no acordo de fls. 07/08, transformando-se a estabilidade provisória em permanente ou sem qualquer prefixação de prazo, em aberta contrariedade ao próprio acordo, que lhe prefixou o limitado prazo de noventa dias contados após o término do benefício previdenciário.

Faz jus a recorrente, portanto, apenas aos salários devidos até o término do prazo de estabilidade provisória, deduzida a importância recebida a título de salário-maternidade. Não se diga que esse entendimento convalida a despedida nula.

Trata-se, antes, da reparação subsidiária consistente na obrigação de indenizar com o equivalente, prevista, na hipótese de anulação do ato, no art. 158 do Código Civil. A não ser assim, estar-se-ia consagrando a injustiça de se impor reparação desproporcional e desmedida à prática do ato nulo: o ônus de o empregador responder não pelas decorrências da estabilidade provisória e exigua de 90 dias, que obistou, mas de estabilidade sem prazo determinado e por período muito superior ao clausulado no acordo coletivo.

Acórdão de 11.07.85

Proc. TRT 1401/85 — 2.^a Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5180 — ESTABILIDADE PROVISÓRIA — *Desconhecido, pelo empregador, o estado de gestação da empregada, na época da despedida, não tem este direito à estabilidade provisória. Recurso não provido.*

(...) É incontroverso que a reclamante, na época da despedida, não deu ciência à empresa de seu estado de gestação. Admite ela, até, que a reclamada só teve ciência do fato no decorrer do processo.

A cláusula do acordo homologado em dissídio coletivo tem a seguinte redação: "As empresas asseguram a estabilidade provisória à gestante a partir da comprovação de seu estado gravídico por atestado médico ou exame laboratorial identificado, até sessenta dias após o término do benefício previdenciário".

Em decorrência, não tem a reclamante direito à estabilidade provisória.

Além do mais, na vigência da atual legislação a respeito do salário-maternidade, na situação dos autos não se reconheceria este direito, porque não há se presumir que o empregador, com a despedida imotivada, pretenda obstar o direito da empregada gestante porque, exatamente ao contrário, com sua atitude chama a si o cumprimento da obrigação, sem poder pleitear o ressarcimento pela previdência social.

Acórdão de 13.08.85

Proc. TRT 1303/85 — 4.^a Turma

Relator: Mário Somensi

5181 — ESTAGIÁRIO — *É de se conhecer do recurso assinado por estagiário que é substabelecido com reservas por advogado devidamente habilitado.*

(...) preconiza a D. Procuradoria o não conhecimento do recurso do reclamante, subscrito que foi por estagiária, quando constitui ato privativo de advogado nos termos da Lei 4215. A matéria tem sido polêmica e há jurisprudência divergente sobre ela.

Sustenta-se que a mencionada lei regovou o § 1.º do art. 791 da CLT, ao estabelecer nos seus arts. 71, § 3.º, e 72 que o estagiário somente pode praticar os atos não privativos de advogado, que são ali discriminados, entre os quais está sem dúvida o de recorrer (Rev. TRT 4/vol. 16, ementa 4516). Sustenta-se, de outro lado, que não se sobrepõem as disposições do Estatuto da OAB ao já citado art. 791, interpretado favoravelmente ao estagiário pelo próprio Conselho Federal da Ordem, através do Provimento 25/66, no seu art. 4.º, § 1.º (Rev. citada, ementas 4518/4520). Esta parece ser a orientação dominante, pelo menos no TST, onde assinala o Ministro Teixeira da Costa que, se a finalidade do estágio é permitir ao estudante a prática profissional, isto somente se torna possível na medida em que ele disponha da oportunidade de praticar (LTr 47/3, pág. 331). É parece que não pode ter havido outro sentido também na disposição do art. 15 da Lei 5584/70.

No caso presente, estão atendidos os pressupostos do § 2.º do art. 4.º do Provimento 25/66, uma vez que o substabelecimento de fl. 269, que outorga poderes com reservas, é subscrito por advogado devidamente habilitado e inscrito em caráter definitivo, que participou do feito em todos os seus trâmites legais. Nestas condições, somos levados a conhecer do recurso, e tendo em vista que a própria OAB — a maior interessada em zelar e velar pelos direitos e pela aptidão profissional dos seus representados — tem igual posicionamento.

Acórdão de 28.01.86
Proc. TRT 8838/85 — 4.ª Turma
Relator: Paulo Maynard Rangel

5182 — EXECUÇÃO — de sentença. *A publicação em jornal do edital de leilão supre ausência de sua afixação na sede do Juízo, alcançando-se a finalidade pretendida em lei (art. 244 do CPC).*

(...) Não ocorreu a alegada falta de intimação do devedor. Tomou plena ciência da data de efetivação do leilão público através da notificação de fl. 14 dos autos.

De outra parte, como bem refere a decisão agravada, "a publicação em jornal de circulação estadual do edital de leilão supre eventual falta de afixação no lugar de costume da Secretaria da Junta".

Se a norma legal que determina a referida afixação (art. 888 da CLT) não comina nulidade, em caso de descumprimento, o objetivo da publicidade do leilão está alcançando por outro meio (publicação em jornal de circulação estadual), nos termos do art. 244 do CPC.

Acórdão de 30.07.85
Proc. TRT 1903/85 — 4.ª Turma
Relator: Mário Somensi

5183 — EXECUÇÃO — O valor de avaliação de bem imóvel penhorado deve acompanhar os parâmetros inflacionários, no caso o da ORTN, a fim de resguardar não só os interesses do devedor como os do próprio credor e a um dever de justiça.

(...) Insurge-se a agravante contra a decisão do MM. Julgador de primeiro grau, que Indeferiu o pedido de reavaliação do bem penhorado, tomando por base o valor da ORTN, assim como a sua impugnação à avaliação efetuada por Oficial de Justiça, desatendendo ao disposto no art. 887 consolidado.

Tem razão em parte a recorrente. Realmente, houve penhora do imóvel em data de 17 de maio de 1984, prosseguindo-se a execução em seus trâmites normais com o acréscimo do débito em função de correção monetária e juros. Pleiteou a agravante que fosse o valor do bem reajustado, a fim de que atendesse a um critério de equanimidade entre o crédito e o débito objeto da execução. Justifica-se a medida requerida e reiterada no recurso. Não se desconhece a elevada valorização imobiliária em função do fator inflacionário. A não se fazer o reajustamento do valor da avaliação antes de o bem ser levado à praça, estar-se-ia procedendo de forma injusta e desconhecendo a necessidade de que se proceda a uma reavaliação, de forma a tomar como parâmetro qualquer fator utilizado para o equilíbrio, com o decréscimo resultante da corrosão monetária.

Por isso, dá-se provimento ao agravo para determinar seja procedida a reavaliação, tomando por base a ORTN, como quer a recorrente.

Acórdão de 16.10.85
Proc. TRT 5381/85 — 1.ª Turma
Relator: Plácido Lopes da Fonte

5184 — EXECUÇÃO — Grupo econômico. É princípio corrente que aquele que não foi parte da ação não pode ser passível de execução, ainda que pertença ao mesmo grupo econômico. Mas há exceções e uma delas se configura no caso: fraude contra credores. A empresa principal usa empresa consorciada, cujo patrimônio foi esvaziado, para fraudar a execução de créditos trabalhistas. Agravo de petição não provido.

Acórdão de 27.06.85
Proc. TRT 2619/85 — 2.ª Turma
Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5185 — EXECUÇÃO — Ocorrendo liquidação irregular do negócio, respondem os sócios com seus bens particulares para satisfação dos débitos trabalhistas, quando inexisterem bens da executada ou forem insuficientes.

Acórdão de 11.07.85
Proc. TRT 9660/84 — 2.ª Turma
Relator: Elío Eulálio Grisa

5186 — EXECUÇÃO — Nulidade da sentença que julga a Impugnação de que trata o art. 884 da CLT, sem apreciar-lhe o mérito. A consolidação não coloca como pressuposto essencial à impugnação à sentença de liquidação, por parte do exequente, a existência de prequestionamento anterior da matéria objeto de impugnação. A impugnação à sentença de liquidação é facultada à parte desde que se implementem, tão-só, duas condições: a existência da sentença liquidatória do feito e a garantia da execução ou penhora de bens.

(...) Apresentados os cálculos pelo perito contábil, peticiona o exequente no intuito de rejeitá-los, esclarecendo que provará as incorreções do mesmo após garantida a execução (art. 884, § 3.º, da CLT) e, deste modo, lançando seu protesto antipreclusivo acerca do assunto. Após a prolação da sentença de liquidação e garantida a execução, impugna o exequente aquela decisão, de maneira clara e objetiva, apontando as incorreções que entende haver nos cálculos periciais.

Em que pesem os argumentos trazidos pela decisão de fls., ora agravada, não poderia ela deixar de apreciar o mérito da impugnação proposta, sob alegação de que a matéria está preclusa, visto a parte não se ter manifestado anteriormente à sentença de liquidação, apontado eventuais erros de cálculos. O art. 884, consolidado, ao dispor sobre os embargos do executado e a impugnação do exequente, não coloca como pressuposto da impugnação o prequestionamento da matéria relativa a cálculos, nada menciona, aliás. Ademais, a agravante protestou antipreclusivamente. Mas, importa ressaltar que o agravante não estava legalmente obrigado a impugnar especialmente os cálculos periciais, para poder, mais tarde, apresentar sua impugnação à sentença de liquidação, por inexistir preceito legal ou exigência legal deste teor. Portanto, desnecessário o prequestionamento anterior do assunto, pois a impugnação à sentença de liquidação é facultada à parte desde que se implementem, tão-só, duas condições: a existência da sentença que liquida o feito e a garantia da execução ou penhora de bens.

Desta sorte, não há motivo razoável para que não seja apreciado o mérito da impugnação oferecida. Devem, pois, os autos baixar à MM. JCJ de origem, para julgamento do mérito, declarando-se a nulidade da decisão agravada, com vistas ao proferimento de nova decisão.

Acórdão de 20.03.86
Proc. TRT 9367/85 — 2.ª Turma
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5187 — EXECUÇÃO — *Liquidação de sentença. Sua impugnação do processo trabalhista pelo executado deve ser formulada junto com os embargos à execução, conforme dispõe o art. 884, §§ 3.º e 4.º da CLT, com propósito de ensejar maior celeridade processual, de modo a reunir num mesmo momento processual o recurso contra a sentença de liquidação e os embargos à execução, com prévia garantia do juízo. Embora os embargos à execução e a impugnação à sentença de liquidação não se confundam, o emprego e o uso daquela denominação com o objetivo de impugnar a sentença de liquidação prepondera na praxe forense sobre esta, não constituindo motivo válido de não conhecimento da impugnação da sentença de liquidação o uso do termo embargos à execução ou embargos à penhora. Agravo de petição a que se dá provimento para determinar-se que o juiz da execução aprecie os embargos à execução.*

(...) A redação do art. 884 e seus parágrafos é imperfeita, induzindo a enganos generalizados, mas a intenção do legislador é clara e correta. No processo civil, cabe apelação contra a sentença de liquidação. No processo do trabalho não, com o objetivo de proporcionar maior celeridade processual à execução, reunindo todos os recursos e defesas em um mesmo momento processual para julgamento único.

Facultou-se às partes impugnar a sentença de liquidação na mesma ocasião do oferecimento dos embargos à execução. Mas ambos não se confundem. Constituem procedimentos autônomos, com finalidades diversas, tanto que o direito do exequente de impugnar a decisão de liquidação não se subordina à existência de embargos do executado e, como é óbvio, não existe a garantia do juízo. Embora sejam independentes, o executado deve impugnar a sentença de liquidação nos embargos à penhora ou embargos à execução, conforme dispõe o parágrafo 3.º do art. 884 da CLT: Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo. Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e a impugnação à liquidação (§ 4.º do citado artigo). As disposições legais primeiro se referem a embargos à execução e depois a embargos à penhora por evidente falta de técnica legislativa, mas a intenção é deixar claro o momento processual do cabimento da medida, ou seja, após a penhora. Mas a sua denominação é totalmente secundária, assim como é a denominação que a parte lhe atribui. O que é prevalente e importante é a finalidade da defesa do interessado. De qualquer modo, é usual o emprego na Justiça do Trabalho do termo embargos à execução pelo executado para impugnar a sentença de liquidação, enquanto que em relação ao exequente a praxe e o termo correto têm sido a impugnação à sentença de liquidação.

A disposição legal confunde e mistura a impugnação da sentença de liquidação com os embargos para deixar perceptível e evidente que a impugnação da sentença pelo devedor não se faz sem a garantia do juízo. Portanto, é indubitável o cabimento dos embargos à execução opostos pelo agravante.

Acórdão de 20.11.85
Proc. TRT 4871/82 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5188 — EXECUÇÃO — *Agravo de petição. Falência da reclamada na fase de execução da reclamatória. A falência da reclamada na fase executória da ação não constitui óbice ao prosseguimento da execução perante o Juízo trabalhista, até a efetivação da penhora, que deverá ser averbada no rosto dos autos do processo falimentar. Súmula n.º 44 do Egrégio Tribunal Federal de Recursos.*

(...) Sobrevindo a falência da reclamada no curso da execução da reclamatória, esta circunstância não deve constituir óbice a que prossiga a execução perante o Juízo trabalhista, na forma do postulado, pelo menos até a efetivação da penhora. Uma vez realizada, esta deverá ser averbada no rosto dos autos do processo de falência, citando-se o Síndico.

Em que pese os argumentos expendidos pelas razões de agravo, há que considerar a universalidade do juízo falimentar, sem desconsiderar o privilégio máximo de que é dotado o crédito trabalhista, assegurado pela Lei n.º 3726 de 11.02.60 e respeitado pelo próprio Código Tributário Nacional, em seu art. 186. A averbação da penhora no rosto dos autos do processo falimentar é medida salutar no sentido de que representa uma garantia ainda maior ao crédito já privilegiado, como é o trabalhista. É medida que se adota à semelhança do entendimento consagrado pela Súmula n.º 44 do Egrégio TFR, relativamente ao crédito fiscal, quase tão privilegiado quanto o trabalhista. É este o teor da referida Súmula: "Ajuizada a execução fiscal anteriormente à falência, com penhora realizada antes desta, não ficam os bens penhorados sujeitos à arrecadação no juízo falimentar; proposta a execução fiscal contra a massa falida, a penhora far-se-á no rosto dos autos do processo da quebra, citando-se o síndico".

Acórdão de 31.10.85

Proc. TRT 582/83 — 2.ª Turma

Relator: Adão Eduardo Häggstram

5189 — EXECUÇÃO — Falência. *Crédito trabalhista. Apurado o quantum devido ao empregado na Justiça do Trabalho, em relação ao empregador falido, a execução terá seu desenlace no juízo falimentar, conforme disposto nos arts. 23 e 24 do Decreto-Lei 7661/45.*

(...) Pretende o agravante, acenando com o disposto no art. 24, § 2.º, I, do Decreto-Lei 7661/45, seja excluída do juízo universal da falência a execução que move contra C.B.C. Engenharia Ltda., cuja quebra foi decretada em 1.º.12.82, conforme certidão anexa à contracapa deste processo, devendo o feito prosseguir, até final, nesta Justiça especializada.

Sem razão. Os créditos do empregado, em relação à empresa que teve sua falência decretada, uma vez liquidados na Justiça do Trabalho, deverão ser executados perante o juízo falimentar, conforme disposto nos arts. 23 e 24 do Decreto-Lei 7661/45 (Lei de Falências). Ao pretender sejam tais créditos executados, até final, na Justiça do Trabalho, parte o agravante de premissa de que os direitos pecuniários oriundos do contrato de trabalho não estão sujeitos a rateio (art. 24, § 2.º, I, da Lei de Falências), o que não é verdade, na medida em que passíveis de concorrerem com créditos de mesma natureza, ou seja, direitos trabalhistas de outros empregados do falido. Observada a ordem de preferência do art. 102 da lei falimentar, a execução deve prosseguir perante o juízo universal, como decidido.

Acórdão de 13.08.85

Proc. TRT 2780/85 — 4.ª Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5190 — EXECUÇÃO — Depósito recursal. *Impenhorabilidade, nos termos dos §§ 1.º e 4.º do art. 899 da CLT, e sua exclusão da falência, de acordo com o disposto no art. 41 do Decreto-Lei 7661/45.*

(...) Versa a hipótese sobre levantamento, através de alvará desta Justiça, de depósito feito pela demandada às fls. 111/112, quando recorreu da decisão de 1.º grau.

No entender da agravante, tratando-se de depósito feito na conta vinculada, está abrangido pela garantia do art. 27 da Lei 5107/66 e, sendo impenhorável, incorpora-se a seu patrimônio, podendo ser levantado de imediato. Não se pode negar, diante do que dispõem os §§ 1.º e 4.º do art. 899 da CLT, que a garantia

da Impenhorabilidade dos depósitos previstos no art. 2.º da Lei 5107/66, estabelecida no art. 27 dessa Lei, se estende também àqueles feitos para fins de recurso. Sendo assim, incide na espécie a norma do art. 41 do Decreto-Lei 7661/45, que exclui da falência os bens impenhoráveis. Não devendo integrar a massa falida o depósito de fls., nada obsta que seja determinado o seu levantamento. Diante dos preceitos legais vigentes, tal medida não importa, como quer a agravada em sua contraminuta, em ofensa ao princípio da universalidade do Juízo falimentar.

Acórdão de 03.04.86

Proc. TRT 8435/83 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antônio P. Barata Silva

5191 — FALTA GRAVE — do empregador. Rescisão indireta do contrato de trabalho. FGTS. Falta de recolhimento. A falta de recolhimento das contribuições devidas à conta do FGTS constitui inexecução do contrato de trabalho e caracteriza justa causa para que o empregado postule sua rescisão pela via indireta, especialmente quando perdura, de modo ininterrupto, pelo prazo de onze meses contados na data em que o empregado denuncia a rescisão do contrato de trabalho por culpa patronal.

(...) Resultou incontroverso que a recorrente descumpriu a norma do art. 2.º da Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, consoante a qual as empresas sujeitas aos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho são obrigadas a depositar, até o dia 30 de cada mês, em conta bancária vinculada, importância correspondente a oito por cento da remuneração paga no mês anterior a cada empregado, excluídas as parcelas não mencionadas nos arts. 457 e 458 da CLT. A obrigatoriedade desse recolhimento consta claramente na lei, constituindo sua inexecução descumprimento do próprio contrato de trabalho. Trata-se, conforme com propriedade salienta o douto Juiz da Primeira Instância, de descumprimento de obrigação legal e fundamental do contrato de trabalho.

Acórdão de 21.08.85

Proc. TRT 10.265/84 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5192 — FALTAS AO SERVIÇO — Não é computável, para efeito de férias, a ausência do empregado durante apenas uma parte do expediente do serviço, quando percebe o mesmo a remuneração relativa ao restante das horas trabalhadas durante tal dia.

(...) Sustentando que as ausências do empregado por meio dia são faltas, visto a não prestação de serviço durante esse tempo, insurge-se a reclamada contra a parte da decisão originária que a condenou a devolver a importância descontada no pagamento de férias vencidas (relativas ao período de dezembro de 1981 a dezembro de 1982).

Sem razão, porém, em sua inconformidade. Pela análise dos autos tem-se que durante o período aquisitivo das férias em questão o autor registrou somente três faltas ao serviço, fazendo jus, dessa forma, a trinta dias de férias, conforme previsto no art. 130, I, da CLT. Embora durante tal período o registro nos cartões-ponto do autor demonstrem que esse, em outras dez oportunidades, esteve ausente do serviço durante apenas um turno em cada vez, o mesmo trabalhou durante o outro turno, e recebeu normalmente por esse serviço. Ditas ausências, assim, restaram caracterizadas apenas como atraso na entrada ao serviço, ou saída antecipada desse, não havendo como equipará-las a faltas para efeito de férias

A respeito, Eduardo Gabriel Saad (in "CLT Comentada", 16.ª edição, art. 131, "4") elucida, com brilhantismo, que: "Atraso na entrada ao serviço ou saída antecipada não se equipara a falta com reflexo no número de dias de férias. A lei fala em faltas; atraso ou saída antecipadas não são a mesma coisa. Se o empregado chega atrasado ao serviço, de duas uma: fica impedido de ingressar na empresa e, aí, teremos uma falta injustificada ou é admitido e, então, ocorre o perdão que não deixa configurar-se a falta".

Acórdão de 15.05.86

Proc. TRT 6595/85 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antônio P. Barata Silva

5193 — Empregada doméstica. São de trinta (30) dias as férias da empregada doméstica. Não são devidas à empregada doméstica contribuições previdenciárias não recolhidas. Doméstica tem direito a férias proporcionais.

(...) Das férias de trinta dias. Com razão a apelante. A Lei 5859/72 estendeu ao trabalhador doméstico o direito a férias anuais remuneradas, conforme se encontrava disciplinado no Capítulo IV da CLT. De acordo com o Decreto-Lei 1535 de 13.04.77, o período de férias anuais passou a ser de trinta dias corridos.

Assim, faz jus o empregado doméstico a férias de 30 dias, como os demais trabalhadores regidos pela CLT.

A sentença merece ser reformada.

Das férias proporcionais. Razão assiste à recorrente. Despedida antes de haver completado novo período aquisitivo de férias, faz jus à percepção das mesmas na proporção dos meses trabalhados.

Reforma-se a decisão de primeira instância.

Acórdão de 12.11.85

Proc. TRT 4934/85 — 3.ª Turma

Relator: Ovílio Nunes

...

5194 — FÉRIAS — A Lei n.º 5859/72 não contempla o empregado doméstico com direito ao pagamento de férias proporcionais.

(...) O demandado em audiência reconheceu e pagou um período de férias integrais e 5/12 de férias proporcionais.

A instância de origem, dada a fixação da data de admissão em agosto/82, impôs ao reclamado mais 4/12 de férias proporcionais.

Sustenta o apelante que a Lei 5859/72 não contempla o doméstico com este direito, tendo o deferimento em causa se apoiado no pagamento em audiência desta fração referida. Razão lhe assiste. A rigor, a lei que disciplina o regime de trabalho do doméstico não confere a este trabalhador o direito a férias proporcionais. O fato de o empregador, por liberalidade ou desconhecimento, efetuar este pagamento durante a audiência, não serve como suporte para o deferimento de mais 4/12 a este título.

Acórdão de 12.03.86

Proc. TRT 6067/85 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5195 — FÉRIAS — Não faz jus a férias proporcionais o empregado que se demite antes de completar um ano de serviço.

(...) alega a demandada que não tem direito a férias proporcionais o empregado que pede demissão antes de completar um ano de serviço. O fundamento

da sentença para deferir tal parcela é de que "ao pedir demissão, o empregado exercita um direito seu que não se equivale à demissão por justa causa, hipótese que afastaria o direito a férias proporcionais (inteligência do art. 147 da CLT)". Data venia deste entendimento, entretanto, não faz jus a férias proporcionais o empregado que se demite antes de completar 1 ano de serviço, eis que não completado o período aquisitivo do direito a férias.

Acórdão de 04.02.86
Proc. TRT 5295/85 — 3.ª Turma
Relator: João Antonio G. Pereira Leite

5196 — FÉRIAS — O período relativo às férias indenizadas não se computa como tempo de serviço capaz de alterar a data da rescisão do contrato de trabalho, passível de mobilidade em função da contagem apenas do pré-aviso.

(...) Pretende o recorrente auferir o pagamento da indenização adicional do art. 9.º da Lei n.º 6708/79, argumentando que a sua despedida em 28 de setembro de 1984 ocorreu no denominado período suspeito previsto no referido diploma legal que, na hipótese vertente, ter-se-ia iniciado em 01 de novembro de 1984, um mês antes da data de seu reajustamento salarial em 01 de dezembro de 1984, pretendendo seja computado sucessivamente o período de trinta dias de férias vencidas e indenizadas quando da sua rescisão contratual e igual período relativo ao aviso prévio. Ainda que se questione quanto ao direito ao período integral de férias indenizado, entende a recorrente ter, no mínimo, direito a doze dias que, somados ao período de pré-aviso, alcançariam os trinta dias que antecedem a data de sua revisão salarial já mencionada acima.

A exegese do contido no art. 9.º da Lei 6708/79 não ampara, contudo, a tese do recorrente.

Refere-se dito dispositivo à data de dispensa do empregado, a qual, se ocorrer no trintídio antecedente à data da correção salarial, gera para o mesmo direito à indenização nele prevista.

O que releva salientar, portanto, é a data em que se operou a rescisão contratual e, na hipótese, ocorreu em 28 de outubro de 1984, computando-se o aviso prévio indenizado, na forma do Enunciado n.º 182 do Colendo TST. Como se observa, a rescisão do pacto laboral efetivou-se em data anterior ao período suspeito que se iniciou em 01 de novembro de 1984.

Reside, no entanto, a controvérsia quanto ao cômputo das férias, quer integrais ou proporcionais, no pacto laboral, como elemento capaz de dilatá-lo. É certo que o art. 130, § 2.º, da CLT inclui o período de férias como de tempo de serviço, mas isto em nada altera a data da despedida que, na hipótese, operou-se em 28 de outubro de 1984, ou seja, trinta dias após a comunicação unilateral da vontade do empregador no sentido de dar o contrato de trabalho por rescindido após o período de pré-aviso. Este é o termo final do pacto laboral, passível de mobilidade tão-só em função do cômputo do aviso prévio.

Acórdão de 03.10.85
Proc. TRT 3661/85 — 2.ª Turma
Relator: Fernando Antônio P. Barata Silva

5197 — FUNCIONÁRIO PÚBLICO — Comparecimento ao serviço dentro da primeira hora marcada para o início do trabalho. Não ocorrência de falta, tendo em vista o disposto no art. 122, da Lei n.º 1711/52, bem como na Formulação n.º 148 do DASP. Recurso provido.

Acórdão de 29.11.85
Proc. Adm. TRT 3874/85 — Pleno
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5198 — FUNCIONÁRIO PÚBLICO — Tempo de serviço. Contagem. O tempo de serviço do funcionário público conta-se a partir da data em que teve exercício no respectivo cargo, ainda que o ato de sua nomeação tenha sido publicado na imprensa oficial no dia imediato.

(...) A recorrente demonstrou que, nomeada que foi funcionária do quadro de servidores da Secretaria deste Tribunal em 08 de agosto de 1962, tomou posse e entrou em exercício em 16 de agosto daquele mesmo ano, ainda que o ato de nomeação tenha sido publicado no Diário Oficial do Estado de 17 de agosto subsequente. Embora a posse pressuponha a publicação do ato de provimento do cargo na imprensa oficial, conforme se depreende do que preceitua o art. 27 da Lei n.º 1.711/52, é certo que o tempo de serviço do servidor conta-se a partir da data em que entrou em exercício na função pública. A irregularidade jurídica representada pela circunstância de haver a posse antecedido a publicação do ato de provimento está sanada pelo decurso de mais de vinte anos, não havendo, por isso, interesse público em resolver a questão administrativa de tal natureza. Ademais, a irregularidade — se irregularidade coubesse reconhecer — foi, de imediato, sanada pela publicação oficial que, implicitamente, ratificou o ato administrativo adotado. De resto, não é demais realçar, com vista ao resguardo da seriedade da administração responsável pelos atos de que se cogita, que se trata de publicação única, abrangendo um número expressivo de funcionários, não se identificando, portanto, uma situação de privilégio a favor de determinado serventuário. Assim sendo, nada justifica, *data venia*, a solução administrativa consubstanciada no despacho presidencial de fl. 27, que, dadas as peculiaridades do direito administrativo, não teve trânsito em julgado, ainda que a funcionária, em sua petição de fls. 29/30, revele aparente conformismo com a solução adotada, visto que, na hipótese, sobre o interesse individual do servidor há de prevalecer o interesse da administração pública, que deve adotar a respeito solução a ser seguida, uniformemente, em relação a todos os servidores que se encontram na mesma situação peculiar. A não ser assim, ou o Tribunal, para preservar a unidade de tratamento, deveria estender aquela solução para os demais casos idênticos ou, ao contrário, atribuir a um só funcionário um tratamento jurídico diferenciado, soluções essas de todo inaceitáveis. Desse modo, conclui-se pela procedência parcial da pretensão da servidora, para o efeito de reconhecer-lhe o direito à progressão funcional, de Técnico Judiciário — classe C — ref. NS 21, para a classe Especial NS 22, com vigência retroativa a partir de 1.º de março de 1984, assegurados os efeitos funcionais e financeiros decorrentes, mediante a necessária desconstituição da progressão funcional do último dos servidores favorecidos, conforme quadro de antiguidade de fl. 72. A prescrição que incide na espécie é a do art. 169, II, da Lei n.º 1711/52 e conta-se da data em que o servidor teve ciência do ato administrativo contra o qual se rebela. Com isso, atinge a manifestação de inconformismo relativa à progressão do ano de 1983. Considera-se que a regra constante do item 6.1 da Instrução Normativa n.º 120/81 do DASP, que fixa em cinco dias o prazo para o servidor recorrer em tal hipótese, não há de prevalecer sobre a regra legal de maior hierarquia, diversamente, *data venia*, da orientação em que se apóia o R. despacho de fl. 82, nem se justifica, por outro lado, que se admita que o prazo prescricional tenha tido fluência a partir de 1972, quando a peticionária obteve a concessão de seu primeiro adicional por tempo de serviço, porque o prazo se renova a cada publicação do quadro de antiguidade, conforme tem se orientado a jurisprudência a respeito.

Acórdão de 28.06.85
Proc. Adm. TRT 1001/84 — Pleno
Relator: Antonio Salgado Martins

5199 — FUNDAÇÕES — As fundações instituídas pelo Poder Público têm personalidade jurídica de Direito Privado, não se estendendo a elas os privilégios do Decreto-Lei n.º 779/69.

(...) Não merece ser conhecido o recurso interposto, por deserto. A Lei n.º 5371/67, cuja aplicação pretende a reclamada, em seu art. 11, estende à FUNAI os privilégios da Fazenda Pública, entre outros, quanto a juros e custas processuais. Com o advento do Decreto-Lei n.º 779/69, todavia, aquele privilégio foi substancialmente reduzido. O art. 1.º do citado Decreto-lei, ao arrolar os beneficiários privilégios nele contidos, menciona, expressamente, as fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.

Ora, tem sido entendimento dominante na doutrina e jurisprudência a inexistência desse tipo de fundações. Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, Edição Revista dos Tribunais, 11.ª ed., p. 318) diz, sobre elas, que "são entes de cooperação, do tipo paraestatal, idêntico aos demais que colaboram com o Estado, e por ele são amparados e controlados nas suas atividades delegadas, mantendo personalidade de direito privado (...) como entidades de personalidade privada, embora paraestatais, não desfrutam de prerrogativas estatais, nem administrativas, nem tributárias, nem processuais". Merece ser lembrado, ainda, que o art. 4.º, § 2.º, do Decreto-Lei n.º 200/67, que incluía as fundações instituídas em virtude da lei federal na administração indireta, equiparando-as às empresas públicas, foi posteriormente revogado pelo art. 3.º do Decreto-Lei n.º 900/69, *verbis*: Não constituem entidades da administração indireta as fundações instituídas em virtude de lei federal".

Neste sentido, já decidiu a 2.ª Turma deste Tribunal: "As fundações instituídas pelo poder público se transformaram em pessoas jurídicas de direito privado, deixando de haver sentido a extensão a elas dos privilégios conferidos às entidades públicas pelo Decreto-Lei n.º 779, de 21 de agosto de 1969" (proc. TRT n.º 4997/83, 2.ª Turma, Rel. Juiz Pajehú Macedo Silva, Revista TRT 4.ª Região, n.º 17, págs. 193/4).

Acórdão de 18.02.86

Proc. TRT 5828/85 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5200 — FUNDO DE GARANTIA — (...) *Procede em parte o recurso da reclamada quanto à condenação ao recolhimento dos depósitos do FGTS pertinentes ao período de afastamento do empregado por motivo de acidente de trabalho. Fundamentou-se a decisão de 1.º grau para acolher a pretensão do reclamante na regra constante do § 1.º, letra "c", do art. 9.º do Decreto n.º 59820, de 20.12.66, a qual a pretexto de regulamentar o diploma legal que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — Lei n.º 5107, de 13.09.66, amplia, no particular, o alcance da regra contida no art. 2.º daquele diploma legal, de modo a constringer o empregador a efetuar recolhimentos à conta do referido Fundo que não correspondem à remuneração que tenha sido, efetivamente, por ele paga ao trabalhador. Afigura-se, assim, inaplicável o regulamento na parte em que não traduz, fielmente, o verdadeiro sentido da norma legal a que se refere. Devida pelo empregador a remuneração correspondente aos quinze primeiros dias de afastamento (§ 2.º do art. 164 da CLPS, expedida pelo Decreto n.º 89312/84), apenas quanto a esse período deve ser procedido o recolhimento do depósito do FGTS.*

Acórdão de 14.05.86

Proc. TRT 6709/85 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5201 — FUNDO DE GARANTIA — *É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento de parcelas do FGTS. Todavia, tal prescrição deve ser entendida considerada a comprovação efetiva do direito, o qual está condicionado à prescrição bienal.*

(...) Deve ser entendida a prescrição trintenária do recolhimento do FGTS (Súm. 95 do TST), considerada a comprovação efetiva do direito.

Não se pode pretender, como quer o reclamante, a percepção do FGTS decorrente de parcela que não foi deferida, por prescrita. Exemplificando: se a empresa não recolhia o FGTS do empregado sobre parcelas reconhecidas e pagas, tem o empregado trinta anos para pleitear aquele recolhimento. Entretanto, se o empregado não teve deferida judicialmente vantagem salarial porque prescrito o direito de pleitear o seu pagamento (art. 11 da CLT), não pode pretender repercuta aquela parcela no FGTS para postular diferenças do Fundo. Isto porque o direito do empregado àquela parcela está condicionado à prescrição bienal.

Acórdão de 23.07.85

Proc. TRT 2196/85 — 4.ª Turma

Relator: Síleno Montenegro Barbosa

5202 — GREVE — Desnecessário perquirir acerca da caracterização ou não da paralisação dos empregados como greve, para que se lhes suprima o pagamento do salário. O que importa considerar é que houve a paralisação dos serviços injustificadamente, estando correto o procedimento do empregador ao efetuar o desconto do salário desse dia e do repouso correspondente.

(...) A instância de origem baseou o deferimento da pretensão dos autores na inexistência de greve, porquanto nenhuma manifestação acerca da paralisação ocorrida no dia 08 de junho de 1984 foi efetuada pelo Ministério do Trabalho ou pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, bem assim como não houve declaração de greve por parte do sindicato da categoria profissional dos reclamantes. Considerou, portanto, ausente a prova do fato impeditivo oposto ao pedido dos recorridos.

Data *venia* do ilustre prolator da sentença, divergimos do seu posicionamento, embora, efetivamente não tenha sido declarada greve pelo sindicato dos recorridos, condição *sine qua non* para o reconhecimento da existência do estado de greve.

A nosso ver, no entanto, não é o que importa considerar na espécie. Não se trata de saber se os empregados se encontravam ou não devidamente autorizados para realizar movimento paretista, a fim de que se cingisse o litígio aos aspectos de ordem formal da paralisação. Leve-se em conta que a greve é um fato que ocorre independentemente de uma categoria ter ou não direito a promovê-la. Além disso, verificando-se esse tipo de paralisação, não cabe ao empregador perquirir se os empregados estão ou não autorizados a fazê-la, segundo os ditames legais, nem de classificar a atitude dos mesmos como de greve ou não. Apenas constata o fato que está ocorrendo. A exata classificação da parada do serviço pouco importa para que se tenha como caracterizada a falta praticada pelos empregados, que se agrava quando não atendidos os pressupostos legais capazes de legitimar o ato dos prestadores. De outra parte, tivessem os trabalhadores aludido que se encontravam em greve, devidamente atendidas as exigências de lei, aí sim, incumbia ao empregador informar-se se efetivamente tal se verificava, atendidos os pressupostos da legislação específica. Dentro desse prisma é que ao Judiciário cabia examinar se a greve estava ou não devidamente caracterizada na forma da lei.

Concretamente, no caso, o que se constata de forma indesmentível é que houve a paralisação do trabalho e que esta foi manifesta, com prejuízos ao empregador, impondo que tomasse qualquer providência de ordem disciplinar, sob pena de descaracterizar o seu poder de comando. A sanção de que se valeu o recorrente, descontando o dia de salário e o repouso correspondente, está perfeitamente dimensionada à natureza da falta em que incorreram seus empregados.

Acórdão de 14.05.86

Proc. TRT 8800/85 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5203 — HONORÁRIOS — *Por incompatível com as normas norteadoras do direito do trabalho, inaplicável o CPC no concernente aos encargos periciais.*

Assim, tem entendido a orientação jurisprudencial mais atenta às particularidades do processo do trabalho que a sucumbência da empresa na reclamatória tem por consequência o ônus dos honorários do perito, mesmo que vencedora na questão objeto da perícia. Recurso provido em parte.

Acórdão de 23.07.85

Proc. TRT 2611/85 — 4.^a Turma

Relator: Síleno Montenegro Barbosa

5204 — HONORÁRIOS — *Sendo vencida no item do pedido que deu origem a perícia, deve, a parte, arcar com o ônus do pagamento de honorários de perito. Recurso desprovido.*

(...) Não merece provimento o recurso. Os reclamantes, vencidos no item do pedido que deu origem à perícia, deverão arcar com o ônus decorrente dos honorários periciais.

São inúmeras e preponderantes as decisões neste sentido, entre as quais o acórdão deste Egrégio Tribunal, da lavra da Eminente Juíza e atual Presidente, Alcina Surreaux: "Honorários — a parte sucumbente no pedido que origina a perícia deve arcar com o ônus do pagamento do perito...".

Correta a sentença recorrida, que deverá ser mantida por seus próprios fundamentos.

Voto vencido do Exmo. Juiz Fernando Antonio P. Barata Silva:

Com a devida vênia do Juízo de 1.^o Grau, como também da maioria dos eminentes Juizes componentes desta Egrégia Turma, em nosso entendimento merece provimento o recurso, para que sejam os reclamantes absolvidos da condenação dos honorários periciais. Embora tenham sido eles vencidos no objeto do pedido que deu origem à perícia, adicional de insalubridade, não foram sucumbentes na totalidade da demanda.

A ação, embora contendo postulações de vários direitos, é uma e, conseqüentemente, para que não haja sucumbência do demandado, deve ele ser vencedor *in totum* da ação.

De outro lado, entendimentos divergentes podem argumentar com o disposto no art. 33 do CPC, que determina que a remuneração do perito será paga pela parte que tiver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo Juiz.

Entretanto, em nosso entendimento, a regra contida no art. 33 do CPC não pode ser aplicada no processo do trabalho no que concerne à verificação de atividade em condições insalubres. A apuração da insalubridade por imposição legal, art. 195 da CLT, somente pode ser feita através de perícia e, conseqüentemente, sua realização não se dá por requerimento de partes e nem por ato *ex officio* do Juiz, mas sim por imposição de norma cogente que condiciona seus efeitos à realização de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho, como preceitua o art. 195 da CLT.

Se a lei facultasse a apuração das condições do trabalho insalubre ou perigoso através de outros meios de prova, aplicação teria, então, o disposto no art. 33 do CPC, pois a perícia somente se realizaria por requerimento do autor, das partes ou por determinação de ofício do Juiz, o que, repete-se mais uma vez, não é o caso, em face da norma imperativa contida no art. 195 da CLT, que condiciona a caracterização e classificação da insalubridade à realização da perícia.

Assim já se manifestara a 2.^a Turma deste Tribunal em acórdão de 28 de junho de 1982, da lavra do Eminente Juiz Pajehú Macedo Silva, proferida no processo TRT 1243/77, publicado na revista deste Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Re-

glão de n.º 16, pág. 214: "No processo trabalhista, sucumbindo a empregadora em parte, deve a mesma arcar com o ônus do pagamento de honorários periciais, embora vencedora na parte em que foi objeto de perícia. (...) A MM. Junta condenou a reclamada a pagar os honorários do perito, embora ela fosse vencedora na parte relativa à perícia médica realizada. Correta a decisão. A reclamação trabalhista foi julgada procedente em parte. Os honorários do perito são despesas processuais, gênero no qual se incluem as custas. Tais despesas, nos feitos trabalhistas, constituem encargos do vencido, mesmo em parte. Em que pese a argumentação desenvolvida pela recorrente em suas razões, ponderáveis sem dúvida, a jurisprudência deste Tribunal parece ser mesmo a mais adequada, em face do caráter protetivo do Direito do Trabalho, que se atém, na espécie, ao fator dirimente de ter sido, em *ultima ratio*, a reclamada sucumbente no feito, ainda que parcialmente e em matéria estranha ao objeto da perícia."

Acórdão de 06.08.85
Proc. TRT 3816/85 — 3.ª Turma
Relator: Fernando Binato

5205 — HONORÁRIOS — *Compete ao autor o pagamento dos honorários da perícia a que deu causa, quando esta lhe é desfavorável.*

(...) O reclamante responde pelos honorários da perícia quando dá causa à diligência e vem a perder, ou seja, a sucumbir no pedido relacionado com a mesma diligência. Não há razão para atribuir tal despesa à reclamada se nenhuma responsabilidade teve na realização da perícia. A parte vencida suporta, em regra, as despesas do processo, mas não pode responder por despesa a que não deu causa. Note-se que se a demanda se limitasse ao pedido objeto da perícia, o demandante seria parte vencida totalmente no processo.

Acórdão de 20.08.85
Proc. TRT 2740/85 — 3.ª Turma
Relator: João Antonio G. Pereira Leite

5206 — HORAS EXTRAS — *Os dias destinados ao repouso semanal, quando trabalhados, devem ser pagos em dobro. Se já estão pagos de forma simples no salário mensal, cabe apenas a dobra dos mesmos. A lei não impõe, porém, a dobra sobre as horas extras prestadas nos dias de descanso.*

(...) Pretende o recurso da empregada a absolvição do pagamento de horas extras trabalhadas em repouso e feriados com adicional de 100%, alegando já terem sido remunerados os repouso e feriados, sendo devida apenas uma parte deste adicional.

Os dias destinados ao repouso, quando trabalhados, devem ser pagos em dobro. Entretanto, não impõe a lei o pagamento em dobro das horas extras prestadas nesses dias. O adicional incidente sobre as mesmas deve ser o previsto no art. 61, § 2.º, da CLT. Acolhe-se o apelo neste item.

Acórdão de 31.10.85
Proc. TRT 1950/85 — 2.ª Turma
Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5207 — HORAS EXTRAS — *As horas extras integram o cálculo de outros títulos pela sua média física e não pela média do seu valor.*

(...) Busca o agravante a reforma da decisão recorrida na parte em que esta entendeu que as horas extras integram o cálculo das demais parcelas por sua média física, pretendendo seja a integração procedida pela média de seus valores.

Improcede o agravo. Nem porque as horas extras sejam convertidas em valores será a média destes que repercutirá no cálculo das demais parcelas. Para efeito da integração salarial, há de se considerar a média física.

Acórdão de 23.07.85
Proc. TRT 4500/83 — 3.^a Turma
Relator: João Luiz Torrales Leite

5208 — HORAS EXTRAS — *A supressão de horas extras habituais é lícita. Não o é a supressão do pagamento correspondente, porque já incorporado à remuneração do empregado pelo decurso do tempo. Recurso da reclamada a que se nega provimento.*

Acórdão de 03.04.86
Proc. TRT 9681/84 — 2.^a Turma
Relator: Alcides Ludke

5209 — HORAS EXTRAS — *Em face da excepcionalidade do trabalho extraordinário, é ele suscetível de oscilações, inclusive com a supressão total, sem originar ao empregado o direito de perceber pagamentos pela sua média, situação em que permanecerá sendo remunerado sem prestar os serviços correspondentes.*

(...) A MM. Junta entendeu que tendo o autor prestado horas extras habitualmente até junho de 1983 e não sendo comprovado pelo demandado que o reclamante deixou de prestar serviços em sobrejornada por sua vontade, essa supressão significou alteração contratual unilateral e prejudicial ao empregado. Em consequência, deferiu-lhe a média das horas extras suprimidas e reflexos respectivos.

Divergimos desses fundamentos, entendendo que o trabalho extraordinário é sempre uma exceção e, como tal, suscetível de oscilações, ora com o acréscimo à carga horária normal, se necessária a mão-de-obra após a jornada de trabalho legal, ora com diminuição da sobrejornada, podendo ser inteiramente suprimido, no caso de o empregador prescindir de outras atividades além daquelas desenvolvidas no horário normal. Nessa última situação, verificada nos autos, não se vislumbra alteração contratual, mas apenas o lícito retorno à duração normal do trabalho, não substituindo o direito do empregado em receber contraprestação por serviços que não mais executa, pois se assim fosse teríamos uma remuneração sem a correspondente prestação laboral, configurando o enriquecimento sem causa.

Acórdão de 19.09.85
Proc. TRT 2353/85 — 4.^a Turma
Relator: Liberty Conter

5210 — HORAS EXTRAS — *decorrentes da contagem de minuto a minuto da jornada de trabalho. Recurso não provido.*

(...) Pretende, também, a ré eximir-se da condenação ao pagamento de diferenças de horas extras decorrentes da contagem da jornada de minuto a minuto. O fundamento para a postulação é de que não está o empregado à disposição do empregador a partir do momento em que bate o cartão-ponto até a hora assinada como de saída.

Ainda que se possa admitir que nem todos os trabalhadores podem marcar o cartão-ponto ao mesmo tempo, está à disposição da empresa o empregado desde a hora em que registra seu cartão até a hora da saída, mesmo porque não poderia ele dispor livremente de seu tempo, sob pena até de punição.

Confirma-se, por isso, a condenação ao pagamento das diferenças de horas extras apuradas, conforme levantamento.

Acórdão de 13.05.86

Proc. TRT 6673/85 — 3.ª Turma

Relator: João Antonio G. Perelra Leite

5211 — HORAS EXTRAS — Não se consideram de efetivo trabalho ou de disponibilidade os poucos minutos anteriores ou posteriores ao horário de serviço, assinalados nos cartões de ponto. *Recurso provido.*

(...) Os poucos minutos anteriores ou posteriores ao horário de início e término da jornada, assinalados nos cartões de ponto, não podem ser considerados de efetivo trabalho ou mesmo de disponibilidade do empregado.

Não está aguardando ou cumprindo ordens, mas utilizando aquele tempo para troca de roupa, higiene, etc., ou mesmo aguardando sua oportunidade para marcar o cartão, enfrentando o acúmulo de empregados com idêntico objetivo e que cumprem o mesmo horário de trabalho .

Acórdão de 06.08.85

Proc. TRT 2351/85 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5212 — HORAS EXTRAS — Opção de deslocamento da reclamante, por achar ruim ir de ônibus com antecedência. 'Permanência aguardando a hora da "pegada" não é tempo à disposição do empregador. *Recurso provido.*

(...) Diz a autora em seu depoimento de fl. 67 que, quando no turno da noite, que era das 3 às 11 hs., se utilizava da condução da empresa que a apanhava em casa às 23 ou 23h30min. Ao chegar tomava café no refeitório e ficava aguardando a hora de iniciar o trabalho. Diz mais: que se utilizava da condução da empresa somente nesse horário", porque era sozinha e era ruim pegar ônibus àquela hora.

A Instância de 1.º grau entendeu horas à disposição e determinou a integração à jornada de trabalho.

Data venia, dá-se provimento ao recurso da reclamada. Como a própria reclamante esclarece, era opção sua o deslocamento com tantas horas de antecipação. Não era condição do empregador. Ao contrário, simplesmente, permanecia aguardando a hora da "pegada", pois ia de Kombi por achar ruim ir de ônibus. Não há porque atribuir o ônus dessa opção para o empregador.

Dá-se provimento ao recurso para excluir da condenação o pagamento, como extras, destas duas horas e conseqüências.

Acórdão de 11.03.86

Proc. TRT 4293/85 — 4.ª Turma

Relator: Liberty Conter

5213 — HORAS EXTRAS — Lapso de tempo despendido pelo empregado na troca de uniforme e higiene pessoal constitui tempo à disposição do empregador.

(...) Insurge-se a reclamante quanto ao não deferimento do pagamento das horas excedentes à jornada normal, em face da prestação de períodos extras diariamente, tanto no início como no fim da jornada.

Em contra-razões a demandada aduz que os minutos que antecedem e sucedem à jornada diária decorrem do tempo necessário para a troca de roupa e higiene pessoal, não justificando o pagamento de horário extraordinário, no caso.

Tem-se que a razão está com a reclamante. O lapso de tempo despendido pela autora na troca de uniforme e higiene pessoal constitui tempo à disposição do empregador. Um excesso de poucos minutos é perfeitamente aceitável e não configura serviço extra. No entanto, de acordo com os cartões-ponto, verifica-se que o mesmo supera o limite de tolerância que se considere aceitável. Tem-se, por exemplo, que nos meses de maio e junho de 1982 resultaram impagas 14h 53min e 10h08min extras, respectivamente, o que equivale, em média, a um excesso de jornada de 39 e 25 minutos em cada um dos 23 e 24 dias úteis daqueles meses respectivos.

Assim, dá-se provimento ao item para deferir à autora o pagamento, como extras, dos períodos de tempo que antecedem e sucedem à jornada diária, com as integrações pleiteadas na inicial, a serem apuradas em liquidação de sentença.

Acórdão de 25.03.86
Proc. TRT 6922/85 — 3.ª Turma
Relator: Alcides da Silva Pereira

5214 — HORAS EXTRAS — O tempo despendido pelo empregado na troca do uniforme e no banho antes do início do trabalho deve ser remunerado como à disposição do empregador.

(...) sendo imperativo o uso do uniforme e o banho antes do início da jornada por parte do trabalhador (como meio imprescindível de higiene), por óbvio o tempo despendido deve ser remunerado, por se caracterizar tempo à disposição.

Acórdão de 14.01.86
Proc. TRT 8185/85 — 4.ª Turma
Relator: Paulo Maynard Rangel

5215 — HORAS EXTRAS — Horário extraordinário que, embora em número elevado, é de ser mantido, uma vez que o reclamante permanecia longo período trabalhando para o banco demandado ou à disposição deste, numa total impossibilidade de dispor livremente de seu tempo.

(...) A sentença de origem deferiu ao autor 8 horas extras diárias, com adicional de 25% e reflexos em várias parcelas, por considerar que a jornada diária desenvolvida por este alongava-se das 5 às 22 horas, com 1 hora de intervalo destinada ao descanso e refeição, segundo depoimento pessoal. As razões recursais procuram demonstrar que o reclamante só trabalhava das 5 às 9 horas e, após, das 18 às 22 horas, cumprindo, efetivamente, apenas 8 horas diárias de labor. Sem lograr êxito, porém.

A prova pericial realizada aponta para os seguintes fatos: diariamente, o autor cumpria um determinado roteiro estabelecido pelo empregador, percorrendo uma série de cidades nas quais se situavam agências do reclamado, a fim de entregar e receber documentos bancários, tais como cheques, contratos, ordens de pagamento, pedidos de empréstimos, etc... Conduzia e guardava estes documentos, distribuindo-os entre as agências. Percorria sozinho o roteiro pré-determinado, não só entregando como recebendo, também, a documentação bancária. Veja-se, a propósito, fls. 67 e 68 do laudo contábil.

Informa o perito, à fl. 69, que a chegada à capital, de regresso das viagens feitas pelo demandante, ocorria sempre entre 21h30min e 22h30min. Esclarece, ademais, que o autor permanecia na última cidade do roteiro, aguardando o fe-

chamento do movimento diário da agência, para só após retornar ao seu ponto de partida. Ao chegar a Porto Alegre, devia ainda comparecer diariamente ao Centro de Processamento de Dados do banco e retornar, por fim, ao Centro de Transporte e Expedição, para entrega de seu relatório diário. Ora, com razão se diz, em contrariedade ao apelo, que o reclamante encontrava-se sempre, literalmente, à disposição do empregador, mesmo enquanto aguardava o encerramento do expediente bancário, para iniciar o seu retorno. Aliás, o laudo é conclusivo a respeito: "O reclamante devia ficar aguardando o fechamento do malote da agência". Assim das 5 às 22 horas ou trabalhava para o banco ou permanecia à disposição deste, mas sempre em consideração aos interesses deste, já que não poderia voltar ao lar, ou dedicar-se a qualquer outra atividade, no período de espera, não dispondo, pois, livremente de seu tempo. Logo, não há qualquer censura a fazer-se à V. sentença recorrida.

Acórdão de 12.12.85

Proc. TRT 7487/85 — 2.ª Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5216 — HORAS EXTRAS — *Devidas, como extras, as 7.ª e 8.ª horas trabalhadas pelo empregado bancário, porque não incluído ele na exceção do § 2.º do art. 224 da CLT.*

(...) A prova pericial demonstra, à saciedade, que nenhuma das funções desempenhadas pelo reclamante a partir de dezembro de 1969 quais sejam, "Ajudante de Serviço", "Secretário de Gabinete", "Auxiliar de Gabinete", "Conferente de Seção" e, por último (de junho de 1982 em diante), "Supervisor de Operações", traduziam exercício de cargo de confiança nos moldes dos previstos no art. 224, § 2.º, da CLT. As respostas aos quesitos de n.ºs 3, 6, 7, 8, 9 e 45 comprovam que as funções exercidas pelo demandante não se revestiam de confiança maior do que aquela que deve estar presente numa relação comum de trabalho. Não detinha o autor poderes de gestão, de mando ou de administração e deliberação, não era também detentor de poder disciplinar; tampouco foi investido de poderes de representação do demandado, não podendo praticar qualquer ato em seu nome sem a prévia autorização do superintendente. Estava o reclamante subordinado ao chefe de gabinete do recorrido. Era emitida mensalmente folha de presença, o que denota exigência patronal quanto ao cumprimento de horário — 8 horas diárias — sendo-lhe descontadas as horas não trabalhadas até esse limite mínimo.

Como se vê, assiste razão ao autor ao insurgir-se contra a não observação, pelo demandado, da determinação legal no que se refere a sua jornada de trabalho, que é de seis horas diárias, conforme determina o art. 224 da CLT e não de oito como, ao arrepio da lei, lhe fora determinado cumprir pelo então empregador. Assim sendo, todas as vantagens auferidas pelo autor em razão de cargos ou funções desempenhadas, por não estarem dentre aqueles constantes do já referido § 2.º do art. 224 da CLT, devem ser considerados como retribuição da própria atividade, dentro da jornada legal de seis horas.

Defere-se, pois, ao postulante, o pagamento da 7.ª e 8.ª horas como extras, com o adicional de 25%, com os reflexos pleiteados, rejeitada a prescrição bienal.

Acórdão de 11.06.85

Proc. TRT 8439/84 — 3.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5217 — HORAS EXTRAS — *Devidas como tais as horas laboradas pelo empregado bancário além da sexta diária, por não se configurar o alegado exercício de cargo de confiança.*

(...) O reclamante, exercente do cargo de subcontador no banco demandado, na verdade não estaria incluído na exceção do § 2.º do art. 224 da CLT. Não detinha poderes de mando e gestão, caracterizadores da fidúcia indispensável aos autênticos representantes do banco demandado, não tinha poderes disciplinares, nem deliberativos. Os encargos que lhe foram atribuídos, através do documento de fls. 53/54, não são de molde a caracterizar o exercício de cargo de confiança.

Sendo, portanto, a jornada do trabalhador de seis horas diárias, as demais laboradas são extras, como decidido em primeiro grau. O livro-ponto é ineficaz como meio probante do horário de trabalho, em face de nele constar somente o registro do horário prefixado pelo demandado, em flagrante desrespeito ao disposto no § 2.º do art. 74 da CLT. Correta, pois, a decisão revisanda em aplicar ao demandado, com base no disposto no art. 359 do CPC, a pena de confissão ficta quanto à jornada de trabalho do reclamante. Com isso, correto o deferimento de cinco horas extras ao obreiro, com o adicional de 25%, observado o divisor 180, bem como as devidas integrações.

Acórdão de 30.07.85

Proc. TRT 2810/85 — 3.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5218 — HORAS EXTRAS — O cargo de Procurador do Banco reclamado não retira do reclamante o direito a perceber como extras as 7.ª e 8.ª horas da jornada, por não configurar o exercício de cargo de confiança ao abrigo da norma excepcional (art. 224, § 2.º, da CLT).

(...) Embora exercente das funções de "Procurador" do banco demandado, estas atividades implicavam, tão-somente, numa quota maior de responsabilidade, não caracterizando o exercício de cargo de confiança ao abrigo da norma excepcional (art. 224, § 2.º, da CLT). Como informa a perícia, não detinha o autor poderes para admitir ou demitir funcionários, suspendê-los, adverti-los; igualmente não detinha poderes de tal sorte que assumisse compromissos em nome do empregador, onerando-o perante terceiros. Assim, não há como considerar o demandante como enquadrado na exceção mencionada. Dá-se provimento, para deferir-lhe como extras as 7.ª e 8.ª horas da jornada diária, já que, consoante as normas tuteladoras do trabalho bancário, sua jornada normal seria de seis horas de trabalho. Deferem-se, também, os reflexos pleiteados, observada a prescrição bienal.

Acórdão de 05.06.85

Proc. TRT 123/84 — 1.ª Turma

Relator: Jefferson Alves da Costa

5219 — HORAS EXTRAS — Cargo de confiança. Gerente-adjunto está enquadrado no § 2.º do art. 224 da CLT, não fazendo jus às sétima e oitava horas, como extras.

(...) Não se conforma o recorrente com a condenação ao pagamento de horas extras, sustentando que o cargo ocupado pelo autor — gerente-adjunto — enquadra-se no previsto no parágrafo 2.º do art. 224 da CLT.

E razão lhe assiste. A perícia esclarece que além de assinatura "Grupo A", sobre a qual não há assinatura de grau superior, possuía ainda "carta mandato". Possuía mais de uma centena de empregados subordinados. Detinha ainda a chave do cofre, tendo acesso a informações de natureza confidencial e de participar das decisões a serem tomadas pela administração da agência. Essas evidências demonstram, sem dúvida, que o autor ocupava cargo categorizado.

Provê-se o apelo, para excluir da condenação as sétima e oitava horas da jornada como extras e seus reflexos.

Quanto às demais horas extras, duas por dia, de segunda a sexta-feira, faz jus o autor, tendo em vista que as testemunhas do réu, que cumpriam jornada de oito horas, declaram que, quando chegavam, o recorrido já se encontrava trabalhando e, quando saíam, permanecia o mesmo em serviço. Com efeito, tem direito o autor a duas horas extras por dia, de segunda a sexta-feira e seus reflexos.

Acórdão de 11.07.85

Proc. TRT 2590/85 — 2.^a Turma

Relator: Antonio José de Mello Widholzer

5220 — HORAS EXTRAS — Gerente de banco. O gerente de banco não está sujeito à limitação da jornada, quer a especial, do bancário, quer a geral, de 8 horas, não fazendo jus a horas extras.

(...) A sentença indeferiu o pedido de horas extras, assim entendidas as excedentes da oitava. Insurge-se o reclamante.

Sem razão. Exercia o autor a função de gerente no banco reclamado e, em razão disso, não está ao abrigo da limitação da jornada. Com efeito, o art. 224, § 2.º, da CLT exclui o gerente da jornada especial de seis horas do bancário. Entretanto, nenhum dispositivo legal prevê a limitação da jornada do gerente a 8 horas, não havendo previsão legal para reconhecimento de horas extras. Assim, impõe-se manter a sentença de origem.

Acórdão de 18.06.85

Proc. TRT 8803/84 — 4.^a Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5221 — HORAS EXTRAS — Jornalista. Validade de ajuste que envolve a prestação de duas horas extras por dia. Inaplicabilidade da proibição contida no art. 225 da CLT, dirigida ao trabalhador bancário. Recurso desprovido.

(...) O reclamante, na condição de jornalista, pleiteia na inicial a remuneração, como extras, de todas as horas trabalhadas após a quinta. Sustenta que o ajuste que vigorou *ab initio*, envolvendo o cumprimento de duas horas extras por dia, é nulo, devendo a respectiva paga ser considerada como integrativa da remuneração da jornada normal.

Consoante salienta, incisivamente, a peça contestatória de fls., pretende o autor abrigar-se à sombra da proibição contida no art. 225 da CLT, que se dirige ao trabalhador bancário, dando origem ao Enunciado n.º 199 da Súmula da Jurisprudência Predominante do TST. Mas aquela norma legal só se aplica ao bancário, não ao jornalista. Aliás, não seria verossímil tal proibição ao empregado jornalista quando a lei que regulamenta essa profissão admite o acúmulo de funções e normatiza a respectiva contraprestação, estando a ensejar, implicitamente, o cumprimento habitual de sobrejornada.

Acórdão de 27.05.86

Proc. TRT 5929/85 — 4.^a Turma

Relator: Dorval Knak

5222 — HORAS EXTRAS — Médico que trabalha em regime de vinte e quatro horas consecutivas por semana. Direito ao adicional de horas extras sobre as excedentes da jornada de quatro e ao adicional noturno, bem como a uma hora extra resultante da contagem reduzida do trabalho noturno.

(...) A jornada legal do reclamante, como médico, é de quatro horas por dia, porém trabalhava vinte e quatro horas consecutivas, uma vez por semana. É nulo o regime de compensação de horário. A duração normal diária do trabalho poderá ser no máximo elevada de duas para efeito de compensação. A jornada de trabalho do autor ultrapassava esse limite. Além disso, seria indispensável a existência de ajuste escrito a respeito da compensação. O reclamante faz jus, pois, ao adicional de horas extras sobre todas as horas excedentes de quatro. Esse adicional é de 25%, conforme deferido pelo julgado, e não de 20%. Este último adicional somente é cabível na hipótese de acordo escrito, inexistente no caso. De qualquer forma, a jornada cumprida pelo empregado é ilegal. Por mais este motivo o adicional devido é de 25%.

O reclamante trabalhava em período noturno. Tem direito a uma hora extra resultante da contagem reduzida da hora noturna, também ao adicional noturno, conforme decidido pelo julgado. Nos contracheques de fls. 20/1 não consta o pagamento de adicional noturno. Não servem como prova os registros de fls. 16/7. O reclamado não demonstra o pagamento de adicional noturno através de parcela com outra denominação. De qualquer modo, mesmo que existisse dúvida quanto ao seu pagamento, deve decidir-se contra aquele que detém o ônus da prova — o empregador — e, ainda, contra aquele que sofreu a aplicação da pena de confissão ficta.

Acórdão de 04.07.85

Proc. TRT 564/85 — 2.^a Turma

Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5223 — HORAS IN ITINERE — *Empregado do III Pólo Petroquímico. Responde o empregador pela remuneração correspondente ao tempo despendido pelo empregado para atingir os locais de trabalho, em condução da empresa, se inacessíveis por meios comuns de transporte (Súmula do TST, Enunciado n.º 90).*

(...) Está à disposição do empregador, durante o tempo de deslocamento para os pontos de trabalho, o empregado que, utilizando condução da empresa, não dispõe de meios comuns de transporte. Não se trata apenas de retribuir o tempo de locomoção do trabalhador de sua moradia ao estabelecimento, mas o período compreendido pelo trajeto que vai do lugar onde são recolhidos os trabalhadores pelo veículo da empresa ao lugar distante no qual se efetiva o trabalho. A providência do empregador é instrumental, pois sem ela não contaria com a mão-de-obra necessária ao empreendimento.

Sob outro ângulo, é imperioso convir que o trabalhador, no lapso de tempo questionado, não tem a disponibilidade de si mesmo e de alguma forma fica sob a dependência hierárquica do empregador. Neste sentido o Enunciado n.º 90 da Súmula do TST. Se a lei brasileira não contém norma específica sobre a matéria, também não desautoriza a interpretação ora adotada.

Tempo de serviço, nos termos do art. 4.º, é o período em que o empregado está à disposição do empregador.

A insuficiência de transporte público regular, para o III Pólo Petroquímico, torna o local de difícil acesso, tal como prevê o Enunciado n.º 90 da Súmula do TST.

Acórdão de 22.10.85

Proc. TRT 7249/84 — 3.^a Turma

Relator: *João Antonio G. Pereira Leite*

5224 — HORAS IN ITINERE — *Condução-meio para realização do trabalho bilateralmente. Descaracterização de horas como tempo à disposição do empregador.*

(...) A recorrente pretende, via recursal, ver-se eximida da condenação relativa ao pagamento de horas *in itinere* ao demandante, sustentando que a hipótese destes autos não se enquadra nos pressupostos da Súmula 90 do TST.

Na verdade, não se confunde a condução-meio para facultar a operacionalização de trabalho, pelo empregado, quando este, na época da contratação, a tinha como pressuposto necessário ao cumprimento de sua obrigação, com o fornecimento de vantagem estabelecida unilateralmente pelo empregador, em seu exclusivo interesse. Cristalizando o recíproco interesse das partes na instituição dos meios de acesso ao trabalho, descaracteriza-se a adesividade pura e simples do empregado, ou a sua disponibilidade pelo empregador. A instituição da condução, mesmo que gratuita, tem caráter instrumental, não aderente ao pacto laboral, senão quanto à sua exigibilidade pelo empregado, no caso de sua supressão.

Ademais, tem-se sustentado que o horário *in itinere*, decorrente do deslocamento do empregado, de seu ponto de origem ao Pólo Petroquímico, não se integra na jornada de trabalho, por adotar-se conceituação de acesso ao trabalho a níveis objetivos, pertinentes à localização da empresa, visando-se o grupo social global, e não a níveis subjetivos e particulares a cada empregado: residência, horário da jornada, comodidades, etc.

Finalmente, é indubitável a viabilidade de acesso às empresas do Pólo, não só pela existência de vias de acesso ao local, como a de transportes rodoviários e ferroviários, haja vista sua situação geográfica, próxima de diversas cidades.

Acórdão de 20.08.85

Proc. TRT 2257/85 — 3.ª Turma

Relator: João Luiz Toralles Leite

5225 — HORAS IN ITINERE — *Direito não reconhecido, quando o local de trabalho é servido por linhas regulares de transporte público e não é considerado de difícil acesso.*

(...) no mérito a reclamada tem razão. O reclamante trabalhava na área do Pólo Petroquímico. Fato incontroverso é a existência de transporte público regular de ida e volta do local de trabalho. Também não se cogita de local de difícil acesso, geograficamente considerado.

A Súmula 90 do TST, nos termos em que está enunciada, alargando o conceito de disponibilidade expresso no art. 4.º da CLT, impõe interpretação restritiva. Assim, ausentes quaisquer de seus requisitos fáticos, as horas *in itinere* não comportam remuneração.

São despiciendas, por isso, considerações em torno do local de residência do empregado, incompatibilidade de horário de trabalho com horário de transporte público, insuficiência em razão da demanda.

Não só em razão do exposto. Mais ainda. Considerar difícil o acesso em razão do local de residência do empregado transfere a questão até geograficamente, quando a Súm. 90 do TST é expressa ao situar o exame da hipótese apenas em relação ao local de trabalho, considerado em si mesmo. A incompatibilidade de horário também não pode ser considerada porque a súmula só fala na existência de linhas regulares de transporte público e, assim, o fornecimento de transporte pelas empresas levaria a questão discutida ao aspecto da instrumentalidade e, se assim não fosse, em tese, ao exame da matéria sob o ângulo da utilidade salarial.

Por fim, considerar difícil o acesso por insuficientes, em razão da demanda, as linhas regulares de transporte público, é partir de pressuposto fático equívoco na medida em que, mais ainda no específico caso dos serviços públicos, a demanda é que faz a oferta e não o contrário.

Não tem o reclamante, assim, direito à remuneração das horas *in itinere*.

Acórdão de 16.07.85

Proc. TRT 9224/84 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5226 — INCONSTITUCIONALIDADE — *É competente o juízo singular ou colegiado para apreciar inconstitucionalidade de lei incidenter tantum.*

(...) Discute-se a competência da Junta para conhecer de pedido de diferenças salariais resultantes de inconstitucionalidade de decretos-lei. Entendeu a sentença que os julgadores de 1.º Grau carecem de competência, tendo em vista o que estabelecem os arts. 119, inciso I, letra "I" e 116 da Constituição Federal e o art. 702 da CLT.

Com a devida vênia, equivocadamente. É preciso distinguir, desde logo, entre o controle direto e o controle incidental da constitucionalidade, ou seja, a situação em que a declaração de inconstitucionalidade constitui objeto autônomo e exclusivo da atividade jurisdicional e aquele em que ela se desenvolve pela necessidade de fixar as premissas lógicas da decisão de um caso concreto. (veja-se José Carlos Barbosa Moreira — Comentários ao CPC — Forense, vol V, págs. 39/40). Na primeira hipótese somente o Excelso Supremo Tribunal Federal tem competência, ou, no âmbito estadual, o Tribunal de Justiça de cada unidade da Federação (obra citada, pág. 43). Na segunda hipótese, qualquer juízo, colegiado ou singular, pode apreciar a inconstitucionalidade de uma ou mais leis, sempre que isto seja indispensável à solução do litígio. Esta é a lição de Coqueijo Costa, citando inúmeros tratadistas, inclusive o já acima referido (Mandado de Segurança e Controle Constitucional, pág. 204). Nas Juntas, ensina ele, incide a regra do art. 116 da Constituição, exigindo-se maioria absoluta para a declaração de inconstitucionalidade, ou seja, o Presidente e ao menos um Vogal com votos coincidentes (obra citada, pág. 212).

Esta é a situação concreta do presente feito. Os direitos postulados originam-se da Lei 6708, derogada na parte em que se pede sua incidência pelos decretos-leis cuja inconstitucionalidade o autor proclama. Matéria praticamente idêntica foi decidida neste sentido pelo Egrégio TRT da 8.ª Região, em acórdão da lavra da Juíza Lígia Simão Luiz Oliveira (LTr 48 — 1984 — págs. 476/478). Acolhe-se o recurso neste aspecto.

Acórdão de 08.10.85

Proc. TRT 2938/85 — 4.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5227 — INCONSTITUCIONALIDADE — *Arguição de inconstitucionalidade. Qualquer cidadão pode, na defesa dos seus direitos, argüir em juízo, como matéria incidental, a invalidade de lei que entenda ferir a Constituição. Não é ilícito a qualquer juízo abster-se de conhecer e decidir defesa ou pretensão fundada na inconstitucionalidade de lei, ainda que de 1.º grau. O disposto no art. 116 da Constituição Federal, que prevê a maioria absoluta dos membros do Tribunal para declaração de inconstitucionalidade, não exclui o controle da constitucionalidade da lei pelo juiz singular e se aplica às Juntas de Conciliação e Julgamento. Recurso ordinário a que se dá provimento para determinar que a Junta de origem aprecie a arguição de inconstitucionalidade.*

(...) Argüindo inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.ºs 2012, 2024, 2045 e 2065/83 e invocando a aplicação da Lei n.º 6708/79, o autor pretende o pagamento de diferenças salariais que seriam devidas aos seus associados. É imprescindível, pois, apreciar a constitucionalidade dos citados diplomas legais. A sua inconstitucionalidade é pressuposto da pretensão. O controle da constitucionalidade da lei se realiza por dois modos diversos: o primeiro, por via de ação, pro-

movida pelo Procurador Geral da República, na forma do art. 119, inciso I, letra "I" — controle direto; o segundo, por via de exceção, como incidente processual — controle indireto. É manifesto que qualquer cidadão, conforme bem alega o recorrente, pode arguir a inconstitucionalidade de lei como incidente processual. Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Se a lei é inconstitucional, ela a ninguém obriga. Na hipótese do empregador aplicar lei inconstitucional, o trabalhador tem o direito de vir a juízo, alegando esse vício, para compeli-lo a dar ou fazer aquilo que lhe seja devido.

Não é lícito a qualquer juízo se abster de conhecer e decidir defesa fundada na inconstitucionalidade de lei, ainda que de 1.º grau. A lei não poderá excluir da apreciação do Poder judiciário qualquer lesão do direito individual. Admitir-se que o Juiz ou Tribunal de 1.º grau, no qual se enquadram as Juntas de Conciliação e Julgamento, não possam conhecer de arguição de inconstitucionalidade seria excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão de direito individual. O art. 116 da Constituição Federal dispõe que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial (art. 144, V) poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. É equivocado supor através dessa disposição constitucional que somente os Tribunais de 2.º grau podem exercer o controle da constitucionalidade da lei. A regra não exclui o poder do juiz singular de declarar a inconstitucionalidade. A exigência da maioria absoluta dos seus membros visa a regular a declaração de inconstitucionalidade, de modo que a decisão revele com maior segurança o pensamento do órgão colegiado e não seja dependente das variações do *quorum* ocorridas no momento do julgamento. É irrecusável a aplicação do disposto no art. 116 da Constituição Federal também às decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento. Na ausência dos dois Vogais, não pode o Juiz do Trabalho declarar a Inconstitucionalidade de lei. Na hipótese de faltar apenas um dos vogais, somente é possível a declaração de inconstitucionalidade se for unânime a decisão. Havendo divergência entre o voto do Juiz do Trabalho e do Vogal, prevalece o daquele que considera constitucional a lei.

Acórdão de 04.09.85

Proc. TRT 3919/85 — 1.ª Turma

Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5228 — INCONSTITUCIONALIDADE — Diferenças salariais. Controvérsia a respeito da constitucionalidade dos Decretos-Leis 2012, 2024 e 2045/83. Decisão do Regional Pleno, reconhecendo a inconstitucionalidade do Decreto-Lei 2012/83, inexistente pronunciamento dos Egrégios TST e STF em sentido contrário. Inconstitucionalidade dos Decretos-Leis 2024 e 2045, conforme decisões do Regional e do Egrégio TST.

(...) Opõe-se a reclamada à condenação de diferenças salariais, resultantes da inconstitucionalidade dos Decretos-Leis 2012, 2024 e 2045/83, reconhecida em 1.º grau, reportando-se a pronunciamentos deste Tribunal que consideram constitucionais os dois últimos, acrescentando que o de n.º 2012/83 também deve ser tido como constitucional, pois editado sob os mesmos fundamentos dos demais (art. 55, §§ 1.º e 2.º da Constituição Federal).

O Tribunal Pleno da Quarta Região, no processo n.º 6199/83, cujo acórdão foi publicado na Revista do mesmo Tribunal, de n.º 17, ano de 1984, pág. 84 à pág. 86, acolheu a arguição de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 2012/83. Quanto ao Decreto-Lei 2045/83, na decisão do processo n.º 6049/83, este Tribunal rejeitou a inconstitucionalidade (publicação na mesma revista, págs. 206/210), inexistindo qualquer pronunciamento a respeito do Decreto-Lei n.º 2024/83.

Com relação a estes dois últimos Decretos-Leis (2024 e 2045/83), o Egrégio TST, por sua composição plena, se pronunciou pela sua constitucionalidade, respectivamente, nos processos n.º 201/84 (D.J. de 04.05.84, pág. 6745) e n.º 1022 (D.J. de 06.09.84, pág. 14.468).

Inexiste decisão do TST e do STF a respeito da constitucionalidade do Decreto-Lei 2012/83. Assim, prevalece a inconstitucionalidade, conforme a decisão do Tribunal Pleno da 4.ª Região, proferida no processo 6199/83.

Em conclusão, excluem-se as diferenças de reajustamento salarial resultantes da inconstitucionalidade dos Decretos-Leis 2024 e 2045/83, mantendo-se apenas as diferenças decorrentes da inconstitucionalidade do Decreto-Lei n.º 2012/83.

Acórdão de 28.05.86
Proc. TRT 9997/85 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5229 — SERVIDOR PÚBLICO — Inconstitucionalidade do art. 20 da Lei n.º 6708/79. *Prevalência do princípio da isonomia, no que se refere ao tratamento salarial de servidores públicos quanto aos reajustes semestrais.*

(...) O município reclamado, em razões recursais, ataca a R. decisão de 1.º Grau na parte em que deferiu ao demandante diferenças salariais resultantes da correção automática semestral dos salários. Invoca a aplicação do art. 20 da Lei n.º 6708/79, que exclui do reajuste semestral os servidores públicos. A MM. Junta de origem, através da brilhante sentença de fls. 52/57, concluiu pela inconstitucionalidade da norma legal referida, entendendo ferida a disposição do art. 153, § 1.º, da Constituição Federal, que estabelece o princípio da isonomia.

A solução da espécie exige o enfrentamento de questão constitucional. E, neste ponto, posiciona-se este Relator ao lado da MM. Junta de origem, entendendo que a exceção criada pelo art. 20 da Lei n.º 6708/79 estatui uma odiosa discriminação entre os servidores do ente estatal, não podendo a discrepância de regime — estatutário e celetista — justificar o tratamento desigual, no que se refere ao reajuste automático de salários, cuja finalidade se resume em resguardar o poder aquisitivo do trabalhador. A desvalorização da moeda atinge a todos, indistintamente.

Nestes termos, com o apoio da ilustrada Procuradoria do Trabalho, mantenho a condenação em diferenças salariais, cabendo, no entanto, cumprir-se o disposto no art. 34, letra "o", do Regimento Interno deste Tribunal.

Acórdão de 13.08.85
Proc. TRT 10.450/84 — 3.ª Turma
Relator: *Dorvalino Santos Vaz*

5230 — INCONSTITUCIONALIDADE — Reajustamentos semestrais. Servidores públicos. Pretensão ao seu pagamento. Arguição de inconstitucionalidade do art. 20 da Lei n.º 6708/79, em face da regra do § 1.º do art. 153 do Constituição Federal. Arguição que se rejeita.

(...) Em que pesem as respeitáveis manifestações em contrário, a regra constante do art. 20 da Lei n.º 6708/79 não atrita com o preceito contido no § 1.º do art. 153 da Carta Magna da República, que assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a igualdade de tratamento perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, garantias essas que não correspondem ao direito indicado pelos servidores do município demandado de desfrutarem dos reajustamentos salariais semestrais instituídos pela Lei n.º 6708/79, de cuja abrangência são excluídos pela norma de seu art. 20.

Ademais, as disposições constitucionais devem ser interpretadas harmonicamente, de modo que na aplicação de cada uma delas se deve atentar, necessariamente, para o respeito a todas as demais. É, obediente a esse condicionamento, não pode o intérprete olvidar o princípio da reserva legal, adotado pela Constituição Federal, inscrito em seus artigos 57, inciso II, 65 e 200, que resultariam feridos, acaso afastada a aplicação da regra legal ordinária de que se cogita. Daí se conclui pela rejeição da arguição de inconstitucionalidade.

Acórdão de 25.10.85
Proc. TRT 10450/84 — Pleno
Relator: Antonio Salgado Martins

5231 — INDENIZAÇÃO — *Sendo revel a demandada e restando inconteste o pedido de indenização do autor por danos a ele causados em face do sinistro, é de se acolher a pretensão da inicial, com base no disposto nos arts. 844 da CLT e 159 do Código Civil.*

(...) Pleiteou o autor, na Inicial, indenização referente a valores aí estipulados, segundo a alegação de que, tendo ocorrido incêndio nas dependências das reclamadas, em local onde guardava seus pertences, foram os mesmos queimados e, afora os gastos para feitura de novos documentos, não houve, por parte das reclamadas, o ressarcimento de seus prejuízos. Pleiteou, também, o pagamento de gastos efetuados para propositura de ação no Juizado de Pequenas Causas.

Intimadas as duas reclamadas para audiência, somente uma se fez presente, tendo sido a mesma excluída da lide a pedido do autor. À outra foi aplicada a pena do art. 844 da CLT. Entendendo inexistir na legislação trabalhista dispositivo que ampare o pedido em tela, e por não haver como se considerar a existência de dolo ou culpa das demandadas na ocorrência do sinistro, a MM. Junta a quo julgou a ação improcedente.

Data *venia* do entendimento do julgador de 1.º Grau, temos que assiste razão ao autor em sua inconformidade com a sentença. Consideradas como verdadeiras as alegações da inicial, face à revelia e à pena de confissão aplicada à segunda demandada, cabe a esta o ressarcimento dos danos sofridos pelo reclamante, em vista de decorrerem da relação empregatícia, cujo reconhecimento está implícito, por inexistência de contestação aos termos de reclamatória.

De acordo com a decisão recorrida, conforme acima se salientou, o pedido do autor não estaria amparado por qualquer dispositivo da legislação trabalhista. Como ensina Mozart Victor Russomano em seus Comentários à CLT (9.ª ed., p. 47), "o Direito Comum, nos silêncios do Direito do Trabalho, é considerado como fonte subsidiária. Este provém daquele. Tudo quanto este cala, pois, importa na implícita aceitação do que naquele se diz. O que acontece com o Direito Comum também acontece com o Direito Judiciário Civil, na forma do que está inscrito no art. 769 da Consolidação. Marcando, ainda mais, a feição especial do Direito do Trabalho e a peculiaridade de seus sistemas, o § único do art. 8.º esclarece que o Direito Comum só se aplica, subsidiariamente, naquilo que não for incompatível com a índole do primeiro, índole essa que está no seu espírito protetor da classe operária, limitado pelo interesse social de que todos vivam em harmonia e de que sejam elevadas as condições de cada homem". Prevendo o art. 159 do Código Civil a reparação de danos ou prejuízos por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, diante da situação espelhada nos autos paremos deva o Julgador acolher, no Direito do Trabalho, aquela do Direito Comum, por não colidente com os princípios que informam as regras contidas na CLT, especialmente aquela que dispõe no sentido de correrem por conta do empresário os riscos de seu empreendimento.

Acórdão de 10.04.86
Proc. TRT 9852/85 — 2.ª Turma
Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

São, de conseguinte, extras as horas laboradas acima de oito diárias, e relativas à compensação.

A condenação, no entanto, cinge-se ao adicional de 25%, na esteira da jurisprudência dominante, cristalizada no enunciado de n.º 85 da Súm. do Colendo TST.

Acórdão de 11.06.85

Proc. TRT 4597/84 — 3.ª Turma

Relator: Joffre Botomé

5235 — JORNADA COMPENSATÓRIA — *Acordo de compensação legalmente instituído. Empresa recorrente absolvida da condenação ao pagamento do adicional de 25% sobre as horas compensatórias.*

(...) Com a devida vênia do julgador de 1.º Grau, o atestado de fl. 15; firmado por médico da empresa, é eficaz e atende à exigência do art. 375 da CLT, na medida em que reconheceram as partes, em cláusulas de dissídio devidamente homologadas por esta Corte Trabalhista, como competente para atestar a possibilidade de prorrogação do trabalho da empregada o serviço médico da empresa demandada. Assim, válido o atestado, legítimo se apresenta o acordo compensatório, absolvendo-se a demandada da condenação ao pagamento do adicional de 25% sobre as horas trabalhadas sob aquele regime.

Acórdão de 11.06.85

Proc. TRT 8770/84 — 3.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5236 — JORNADA COMPENSATÓRIA — *Comprovada a impossibilidade de a DRT, conforme consulta formulada ao INAMPS, fornecer atestado médico que autorize a prorrogação da jornada da mulher, tem-se como atendida a exigência do art. 375 da CLT, quando, para tal fim, foi expedido atestado por médico particular considerando apta a empregada para o trabalho em horário dilatado.*

(...) A reclamante, como referido anteriormente, não trabalhava em ambiente insalubre, estando autorizada para o serviço em horário prorrogado, conforme atestado médico juntado à fl. 32 dos autos, firmado por facultativo especializado em Medicina do Trabalho. Sinafe-se, por oportuno, que o ofício de fl. 68, emanado da Superintendência Regional do INAMPS, participa não haver em Porto Alegre possibilidade de o INAMPS fornecer atestados médicos para o fim previsto no art. 375 da CLT, com o que tem-se como satisfeita tal exigência pelo atestado de fl. 32, na forma do parágrafo único do supracitado dispositivo legal. O acordo compensatório da jornada foi firmado no contrato de trabalho, havendo convenção coletiva de trabalho, devidamente homologada pela DRT, estatuinto o regime compensatório da jornada na empresa, conforme exigência do art. 413 da CLT, por ser menor a reclamante. Válido, pois, o sistema compensatório pactuado, eis que de acordo com as exigências legais, retira-se da condenação o pagamento de horas extras daí decorrentes.

Acórdão de 02.07.85

Proc. TRT 16/85 — 4.ª Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5237 — JORNADA COMPENSATÓRIA — *É nulo o ajuste de prorrogação da jornada para compensar a inexistência de trabalho aos sábados, quando frequentemente o autor prestava mais de dez horas diárias e, além disso, também com*

freqüência, era-lhe exigida a execução de serviços nos dias compensados, ou seja, aos sábados, frustrando-se, assim, o ajuste pactuado entre as partes.

(...) O empregado argúi a nulidade do regime compensatório ajustado por desrespeito aos arts. 59 e 60 da CLT.

No que se refere ao segundo dispositivo, não se configura a infração pretendida, posto que o trabalho não se realizava sob condições insalubres, nos termos do laudo pericial de fls. 35/39.

Entretanto, tem-se como caracterizada a infringência ao art. 59 do Diploma Consolidado. O § 2.º desse artigo — que enseja a prorrogação da jornada, sem acréscimo salarial, para compensar a inexistência de labor aos sábados — há que ser interpretado em consonância com o caput do mesmo, que estabelece que a duração normal do trabalho não pode ser dilatada por mais de duas horas diárias.

No caso, o reclamante, além do lapso compensatório de 1h30min por dia, executava com muita freqüência horas extras, daí resultando uma prestação de mais de 10 horas diárias.

Isso investe contra a jornada legal, cujo número de horas foi fixado a partir de cuidadoso exame daquele tempo máximo em que pode o indivíduo exercer sua capacidade laborativa, sem prejuízo de sua saúde física e psíquica. Acrescenta-se ainda que, embora se sujeitasse à prorrogação do trabalho diário para usufruir folga aos sábados, o autor inúmeras vezes era chamado a trabalhar em tais dias, como indicam os cartões-ponto trazidos aos autos, frustrando-se, assim, o ajuste consubstanciado na cláusula 2.ª de fl. 13.

É nulo, pois, o referido acordo. No entanto, as horas laboradas a título compensatório já se encontram devidamente pagas, sendo devido apenas o adicional de 25% sobre as mesmas.

Acórdão de 12.11.85
Proc. TRT 91/85 — 3.ª Turma
Relator: Ovílio Nunes

5238 — JORNADA COMPENSATÓRIA — Regime de compensação de horário instituído por acordo celebrado em dissídio coletivo. É válida a cláusula que estipula prorrogação compensatória da jornada do trabalho, homologada pelo Tribunal, embora não especifique o horário de trabalho objeto de compensação.

(...) Não é indispensável a especificação do horário de trabalho.

Na prática, isso é difícil. As convenções e acordos coletivos de trabalho aplicam-se, em regra, a um sem número de empregadores. Cada um tem um horário de trabalho, turmas de revezamento e, ainda, categorias diferenciadas, com jornada especial de trabalho, sendo inviável exigir-se a especificação de horário que visa à compensação com as horas não trabalhadas aos sábados.

Além disso, há de se considerar que a cláusula foi homologada. Se fosse irregular ou inválida, o Tribunal não a teria homologado. Com razão lembra também a recorrente que as cláusulas de acordo de compensação de horário aplicáveis a outras categorias também não mencionam o horário da jornada de trabalho para efeito de compensação. Supor que sejam todas nulas, apesar da homologação do Tribunal, importaria em negar-se a validade da apreciação judicial.

Acórdão de 18.07.85
Proc. TRT 2183/85 — 2.ª Turma
Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5239 — JORNADA COMPENSATÓRIA — A prestação de trabalho em jornada suplementar que exceda às 48 horas semanais não invalida o ajuste para adoção do regime de compensação do horário semanal de trabalho, regularmente celebrado.

(...) Razão assiste à reclamada ao pretender a absolvição do pagamento do adicional de 25% próprio da hora extra. Data venia do entendimento da MM. Junta, a prestação de trabalho em jornada suplementar excedente a 48 horas semanais não invalida o ajuste para a adoção do regime de compensação do horário semanal de trabalho, o qual foi regularmente celebrado através do acordo escrito de fl. 21. O fato da dilatação compensatória ser habitualmente excedida, conforme se verifica nos recibos de pagamento de fls. 22 a 37, não descaracteriza o regime ajustado.

Acórdão de 05.09.85
Proc. TRT 580/85 — 2.ª Turma
Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5240 — JORNADA COMPENSATORIA — *O desdobramento do trabalho além da jornada compensatória devidamente ajustada não descaracteriza esta, nem nulifica o acordo que lhe deu causa.*

(...) Insurge-se a demandada quanto à sua condenação ao pagamento do adicional de 25% sobre as horas excedentes a 8 por dia, com as devidas incidências, porque entendeu a D. Junta ser nulo o ajuste compensatório firmado entre as partes em razão do horário acordado ultrapassar em 45 minutos o limite semanal de 48 horas.

D.v. das duntas razões do julgado recorrido, não merece acolhida a tese ali esposada. Com efeito, a ocorrência de dilação temporal da jornada operada em regime compensatório não desnatura este ajuste, nem identifica a hipótese do Enunciado 85 do Colendo TST. Preenchidos os pressupostos legais do ajuste e inócurrenente fato impeditivo de sua legalidade, absolve-se a empresa da condenação que lhe foi imposta sob este item.

Acórdão de 08.04.86
Proc. TRT 8809/85 — 3.ª Turma
Relator: João Luiz Toralles Leite

5241 — JORNADA COMPENSATORIA — *Horas extras. Trabalhador temporário contratado sob a égide da Lei n.º 6019/74. Possibilidade de adoção do regime de compensação semanal das horas de trabalho.*

Inteligência da regra constante do art. 12, "b", da Lei especial. Reconhecimento da possibilidade de ajuste compensatório. Recurso da empregadora a que se dá acolhida.

(...) O autor foi contratado sob o regime da Lei n.º 6019/74, para desempenhar a função de carpinteiro, cumprindo uma jornada de nove horas e trinta e seis minutos diários, de segunda a sexta-feira, perfazendo, assim, uma semana de trabalho de quarenta e oito horas, na estrita conformidade do que prevê o art. 59 da CLT, dispensado o pagamento de qualquer acréscimo salarial, como autoriza o § 2.º daquele preceito legal, em virtude do caráter compensatório da prorrogação.

A decisão de 1.º grau acolheu, em parte, a pretensão do trabalhador, de receber o pagamento do salário de horas extras, como tais entendidas as excedentes do limite diário de oito horas, deferindo-lhe o adicional de vinte por cento sobre a remuneração relativa ao excesso diário de que cogita, sob o fundamento de que o art. 12 da Lei 6019/74, dispondo sobre direitos assegurados ao trabalhador temporário, não prevê a possibilidade de adoção do regime de trabalho obedecido pelo reclamante.

Daí o recurso do demandado, que deve ser acolhido. A Lei n.º 6019/74 limita-se, quanto aos direitos do trabalhador temporário relativamente à duração

de sua jornada de trabalho, a estabelecer em seu art. 12, alínea "b", que a jornada normal será de oito horas, remuneradas as excedentes com o acréscimo de vinte por cento, olvidando, a propósito, inclusive os casos em que o empregado desempenha atividades profissionais que, de acordo com preceitos de lei especial, estão sujeitos a uma regulamentação própria. O regulamento da lei, instituído através do Decreto n.º 73.841/74, atentou, em seu art. 18, para a ausência de ressalva que se observa na lei, explicitando-a corretamente. Ainda corretamente, tornando explícita exigência não referida na lei regulamentada, impõe o regulamento, no parágrafo único de seu art. 18, a adoção de requisito de forma para a validade do regime de trabalho prorrogado. Nem a lei, nem o seu regulamento, porém, referem a possibilidade de adoção do regime compensatório de que se cogita na espécie. Não nos parece, no entanto, que a sua adoção esteja excluída. Atente-se, a propósito, para a circunstância de que o art. 12 do malsinado diploma legal trata dos direitos — escassos direitos — de que se favorecem os trabalhadores temporários. A questão — parece-nos — deve ser visualizada sob esse prisma.

Assim sendo, a indagação que se impõe é se o trabalhador temporário, em que pese o silêncio da lei, tem direito a, mediante acordo escrito, adotar o regime compensatório semanal. A resposta deve ser positiva. Ainda que, como a doutrina tem enfatizado, o contrato de trabalho seja, no comum das vezes, um contrato de adesão, a possibilidade compensatória, prevista na CLT, em que pese as precauções que o legislador se preocupou em estabelecer para a sua validade jurídica, favorece mais o empregado do que o empregador, proporcionando àquele não só a redução das despesas de transporte e, muitas vezes, de alimentação, como também ampliando a sua disponibilidade de tempo, de modo a permitir uma recuperação mais efetiva do desgaste físico e psicológico ocasionado pelo trabalho da semana. Entendemos, assim, que a Lei n.º 6019/74 não veda a adoção do regime compensatório, ainda que a ele, expressamente, não faça referência. Ao mencionar, simplesmente, o direito à jornada de oito horas, quis a lei especial, quanto à duração do trabalho, assegurar ao empregado temporário a submissão às regras comuns previstas na lei geral a respeito de matéria de tal natureza, dentre as quais se inclui aquela que permite, sem ampliação da duração da semana de trabalho, a adoção do regime compensatório.

Acórdão de 25.09.85

Proc. TRT 1503/85 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5242 — JORNADA DE TRABALHO — É de oito horas a jornada normal em trabalho de computação.

(...) Cinge-se o recurso sustentar que o autor tinha jornada de seis horas, pela natureza de sua função, trabalhando oito horas sem receber duas extras. Rebelar-se, por isso, contra a sentença que indeferiu tal pedido.

Improcede, contudo, a pretensão, por ausência de suporte legal. Inexiste previsão de horário reduzido (seis horas) para quem desempenha suas atividades em computação.

Acórdão de 23.07.85

Proc. TRT 10.167/84 — 3.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5243 — JUROS E CORREÇÃO — A correção monetária dos débitos trabalhistas processa-se na forma do Decreto-Lei n.º 75/66. Agravo provido.

(...) A correção monetária dos débitos trabalhistas rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 75/66. Equivoca-se o julgador a quo ao entender válida a correção em ORTN prevista na Lei n.º 6423/77. Esta lei não abrogou

o Decreto-Lei n.º 75/66, como se sustenta na decisão de embargos. O Decreto-Lei n.º 75 é lei especial e não poderia ser revogado por uma lei de caráter geral, como é o caso da de n.º 6423/77, que dispõe genericamente sobre correção monetária.

Dou, desta sorte provimento ao agravo, para que a correção do débito se processe em obediência aos critérios estatuídos no Decreto-Lei n.º 75/66, aplicável ao caso e ainda em vigor.

Acórdão de 04.03.86

Proc. TRT 9913/85 — 3.ª Turma

Relator: João Antonio G. Pereira Leite

5244 — JUROS E CORREÇÃO — Inaplicável aos débitos de natureza trabalhista a correção monetária, nos termos da Lei 6899/81 e o Decreto 86649/81, sujeitos que estão a norma específica com índices próprios. Aplicação do Decreto-lei 75/66.

(...) Entendeu o juízo de 1.º grau que uma vez declarada por sentença a liquidez do débito trabalhista, observando o Decreto-lei 75 e o Decreto 61032/67, deve ser aplicada a Lei 6899/81 através da conversão daquele valor em ORTNs, o que manterá os cálculos sempre atualizados evitando-se sucessivos procedimentos liquidatórios, impugnações e recursos, o que não apenas sobrecarrega o Judiciário como vem em prejuízo do exequente. E, no caso dos autos, evitando-se o precatório complementar. A sentença agravada muito embora tenha sido muito feliz na defesa do procedimento adotado pelos Tribunais de Justiça deste e dos Estados de Santa Catarina e Paraná, não merece prosperar. A Lei 6899/81, que diz com o débito processual, muito embora genérica e posterior, não revogou o Decreto-lei 75/66, norma específica para os débitos trabalhistas.

Acórdão de 08.04.86

Proc. TRT 9069/83 — 4.ª Turma

Relator: Solé de Oliveira Bing

5245 — JUROS E CORREÇÃO — Atualização dos créditos a serem apurados em liquidação de sentença. Critérios a serem seguidos após a reforma monetária. Inaplicabilidade, à hipótese, da Lei n.º 6423/77.

Os créditos em liquidação judicial no processo trabalhista após a instituição da reforma monetária introduzida pelo Decreto-Lei n.º 2283/86, substituído pelo Decreto-Lei n.º 2284/86, e de acordo com o artigo 33 deste diploma legal, deverão ser apurados pelos respectivos valores em cruzeiros, devidamente atualizados na forma da legislação aplicável anteriormente a 28 de fevereiro de 1986, ou seja, pela sistemática do Decreto-Lei n.º 75/66 — que não foi revogado nem derogado pela Lei n.º 6423/77 — e, após, convertido o débito judicial em cruzados, em atendimento à legislação vigente. Recurso a que se dá provimento.

(...) Correção monetária. A orientação da MM. Junta, determinando a aplicação pura e simples da Lei n.º 6423/77 aos valores que serão apurados em liquidação, não pode subsistir, porque essa lei não revogou nem derogou o Decreto-Lei n.º 75/66, e porque a conversão dos créditos judiciais liquidados deve atender à nova regulação legal desde a vigência no país da reforma monetária Instituída em 28 de fevereiro no corrente ano pelo Decreto-Lei n.º 2.283,

depois substituído pelo Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março passado. Assim, os créditos do reclamante devem ser apurados em cruzeiros e atualizados de acordo com o Decreto-Lei n.º 75/66 até 28 de fevereiro do ano em curso, e, após, convertido o seu montante em cruzados, na forma do art. 33 do Decreto-Lei n.º 2.284/86.

Acórdão de 21.05.86

Proc. TRT 512/86 — 1.ª Turma

Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5246 — JUROS E CORREÇÃO — *Em que pese a Súmula n.º 187 do Egrégio TST, a correção monetária dos débitos dos empregados deve ser feita em conformidade com a Lei n.º 6.899/81, que tem caráter genérico e amplo, aplicando-se a todo o débito reconhecido judicialmente, salvo naqueles casos específicos regulados por lei especial. Excluir a correção monetária seria proporcionar ao devedor um enriquecimento sem causa, bem como afronta ao princípio da igualdade de todos perante a lei.*

(...) O julgado deferiu à reclamada a devolução, mediante compensação, do valor pago aos reclamantes a título de indenização adicional. Considerou-o como pagamento indevido, realizado por erro. A reclamada quer a correção monetária do seu valor desde a arguição da compensação, com fundamento na Lei n.º 6.899/81.

A Súmula n.º 187 do Egrégio TST dispõe que a correção monetária não incide sobre o débito do trabalhador reclamante. O que era verdadeiro até o advento da Lei n.º 6.899/81. A incidência de correção monetária dependia de lei especial que a instituísse e esta inexistia no tocante ao débito do trabalhador. O Decreto-lei n.º 75/66 versa exclusivamente sobre correção monetária dos débitos trabalhistas dos empregadores.

A Lei n.º 6.899/81 contém disposições gerais a respeito da correção monetária. Aplica-se a qualquer débito reconhecido judicialmente, com exceção dos casos regulados por leis especiais e pré-existentes. Nenhuma justificativa plausível e lógica autoriza a exclusão dos débitos dos trabalhadores dos efeitos da Lei n.º 6.899/81.

Excluir a correção monetária seria minimizar e aviltar o crédito do empregador, proporcionando ao trabalhador um enriquecimento sem causa. Mas o mais grave, ainda, seria a evidente ofensa e afronta ao princípio da igualdade de todos perante a lei. A mesma razão que enseja a aplicação de correção monetária a qualquer débito reconhecido judicialmente se aplica aos débitos dos trabalhadores para com os empregadores.

A correção monetária não é incompatível com os preceitos de proteção aos trabalhadores contidos na CLT. Constitui mera atualização do valor. Não é uma punição ao trabalhador. Visa manter íntegro o valor da obrigação. *Arnold Wald*, no seu trabalho *A Correção Monetária no Direito Privado Brasileiro*, publicado na *Revista da Ajuris* n.º 4, já advertia à pág. 37: "Mas, enquanto houver inflação, a correção monetária se impõe para que o direito não nos leve a cometer injustiça, em nome de um princípio no qual não acreditamos, que é a ilusão e a ficção da estabilidade do poder aquisitivo da moeda, que não está na Constituição nem na lei... Não sacrificaremos a Justiça a mitos e, especialmente, a mitos ultrapassados. A cláusula de correção monetária não é a injeção de morfina a que se referem alguns autores. É um grande remédio para grandes males...". Tais considerações se aplicam tanto aos trabalhadores como aos empregadores.

Acórdão de 06.11.85

Proc. TRT 3578/85 — 1.ª Turma

Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5247 — JUROS E CORREÇÃO — *O depósito do débito através de guia judicial, sem título de garantia do Juízo, constitui pagamento e opera imediato efeito liberatório em favor do executado. Agravo desprovido.*

(...) Não procede a inconformidade dos agravantes. O valor da condenação foi apurado em agosto de 1984, por perito da confiança do Juízo, mediante o laudo de fls. 389/411. Deposita a executada, em 27.09.84, através das guias de fls. 420, 424 e 425, o principal, as custas e os honorários periciais, renunciando expressamente ao prazo para embargos à execução. Assim, depositada a importância para pagamento, sem título de garantia do Juízo porque o devedor renunciou ao prazo para embargos, opera-se imediato efeito liberatório em favor do executado.

Realizou-se o pagamento na forma expressa pelo art. 881, parágrafo único, da CLT. A norma processual é clara: o pagamento do débito será feito perante o escrivão ou chefe de secretaria, presentes as duas partes, lavrando-se o respectivo termo. Não estando presente o credor, o pagamento será realizado através de guia judicial. Tendo o depósito se dado no mesmo trimestre da elaboração dos cálculos, descabe a atualização de juros e correção monetária relativos ao trimestre subsequente.

Acórdão de 16.07.85

Proc. TRT 8779/83 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5248 — JUROS E CORREÇÃO — *A correção monetária incide sobre o débito até o seu efetivo e total recebimento por parte do credor. Ou o devedor paga no trimestre em que se tornou líquido ou responde pela correção do trimestre ou trimestres subsequentes.*

(...) Investe o reclamante contra a decisão que lhe indeferiu o pedido de atualização, asseverando que não houve a liquidação do débito dentro do trimestre em que o saldo foi apurado. Invoca, como suporte à sua pretensão, o disposto no Decreto n.º 75/66 e seu regulamento.

Procede a inconformidade. É no momento da liquidação do débito que se pode aferir sobre o seu exato montante. Se ele for pago dentro do mesmo trimestre em que se tornou exigível, nada haverá de fato a atualizar, salvo juros. Caso, porém, este trimestre seja ultrapassado, é pelos índices de correção do trimestre do pagamento definitivo que se irá calcular o valor final da dívida. No caso em apreço, apresentados os cálculos de atualização em 28.03.85, somente foi satisfeito o débito, conforme guia de fl. 96, em 15.05.85 e recebido o alvará em 22.05.85. Portanto, em trimestre diverso daquele em que foi apurado o saldo. A execução só se eternizará se o devedor nunca efetuar o pagamento do que deve dentro do mesmo trimestre, já que a correção monetária visa tornar tão exato quando possível o valor do dinheiro, em face da inflação que originou o instituto.

Acórdão de 03.12.85

Proc. TRT 4142/84 — 4.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5249 — JUROS E CORREÇÃO — *Correção monetária. Efetivado o depósito da condenação no mesmo trimestre em que apresentados os cálculos de liquidação, exonera-se o devedor de nova atualização pela incidência da correção monetária, não importando tenha o levantamento da importância ocorrido em trimestre subsequente.*

Juros de mora. Os juros de mora, de incidência mensal, devem ser computados no período que medeia entre a apresentação dos cálculos de liquidação e o depósito da condenação.

(...) Sustentando que o simples depósito da condenação não é suficiente para que cesse a fluência de juros e de correção monetária, o que somente se verifica com o levantamento da importância depositada, o que, no presente caso, somente ocorreu em trimestre posterior ao do depósito, pretende o exequente a atualização dos cálculos de liquidação.

Com razão, em parte. No que respeita à correção monetária, afinamos inteiramente com a decisão agravada, posto que entendemos que o depósito da condenação, para imediata liberação ao exequente, efetuado no mesmo trimestre em que apresentados os cálculos do perito, exonera o executado de nova atualização, pela incidência da correção monetária, independentemente do trimestre em que levantado o valor depositado.

No que se refere aos juros de mora, no período que medeia entre a data do cálculo e a do depósito da condenação, assiste razão ao agravante, posto que os juros moratórios, diferentemente do que ocorre com a correção monetária, têm sua incidência mensal, devendo ser computados até a data do depósito da condenação, independentemente do trimestre em que este ocorreu.

Acórdão de 20.05.86

Proc. TRT 3632/82 — 4.^a Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5250 — JUROS E CORREÇÃO — Correção monetária. *Inteligência do Enunciado 193 do TST. A simples correção do débito, abrangendo o interregno entre a data do cálculo e a do pagamento, quando houve mudança de trimestre, não importa em dupla incidência de correção monetária.*

Juros. Pagamento parcial do débito. *Se o devedor efetua pagamento parcial, sem imputação de qualquer das partes, tem-se por quitados os juros na sua integralidade, utilizando-se o valor restante para abater do capital corrigido. Aplicação à espécie do art. 993 do Código Civil.*

(...) Dá-se ilegalidade quando se procede incidência de correção sobre correção, ou seja, quando se toma o valor corrigido, aplicando-se a tabela correspondente ao novo trimestre sobre aquele valor, como se nunca tivesse havido uma correção anterior. Isso não se dá, porém, quando simplesmente se efetua a correção a partir do trimestre em que ela se efetudara, tomando-se a desvalorização da moeda ocorrida no interregno entre o momento da última correção e a data do pagamento, ou do novo cálculo. Tal procedimento, aliás, favorece o devedor.

Tome-se, para exemplo, um débito de Cr\$ 1.000, cuja época própria de pagamento fosse 03.01.79. Procedendo-se a uma correção no 2.^o trimestre de 1984, pelos índices vigentes à época, ele passaria a equivaler a Cr\$ 31.317. Corrigindo-se tal valor para o 1.^o trimestre deste ano, a partir da última correção, o valor seria de Cr\$ 244.930,25. Imagine-se, agora, que nunca se tenha efetuado qualquer correção, impondo-se fazê-la a partir da época própria, 1.^o trimestre de 1979, para atualizá-la até o 1.^o trimestre deste ano. Aplicado o índice vigente, segundo a última tabela da Seplan, o valor seria de Cr\$ 244.929. A diferença seria de, apenas, Cr\$ 1,25.

O exemplo é dado para demonstrar que, não sendo a correção monetária parcela autônoma, mas nova expressão do mesmo débito, adequado este ao menor poder aquisitivo da unidade monetária, falar-se em correção sobre correção, quando apenas se reatualiza o valor a partir da última atualização, é mero sofisma, sem base real. Importante é tornar ainda uma vez evidenciado que a correção mo-

netária, prevista no Decreto-Lei 75, tem como escopo garantir a preservação do poder de compra da moeda entre a época em que deveria ter ocorrido o pagamento (época própria) e aquela em que ele ocorre efetivamente. Se no espaço entre tais termos se verificarem pagamentos parciais, as importâncias remanescentes, desde que passados novos trimestres, voltam a ser corrigidas. Decidir contrariamente seria afirmar a tese de que um mero pagamento parcial tem o condão de interromper a contagem da correção monetária, *ad futurum*.

Acórdão de 30.04.86

Proc. TRT 2928/82 — 1.ª Turma

Relator: Alcione Niederauer Corrêa

5251 — JUROS E CORREÇÃO — Descabe a incidência de juros e correção monetária sobre juros e correção monetária. Satisfeito o principal e a respectiva atualização, completa-se a liquidação do débito trabalhista no principal e acessório.

(...) Pretende o agravante a atualização ou seja, a incidência de juros e correção monetária sobre juros e correção monetária, sob a alegação de mora na satisfação da atualização.

Data venia do parecer da douta Procuradoria, descabe a inconformidade do agravante.

O débito resultante da liquidação das parcelas transitadas em julgado foi atualizado e pago.

O valor devido pelo agravado, resultante da parcela objeto de recurso, também foi devidamente atualizado e pago.

Desta forma, satisfeito o principal, com correção monetária e juros respectivos, entendemos que descabe a atualização da correção e dos juros sob a alegação de mora no seu pagamento.

Esta a orientação consagrada pelo enunciado de n.º 193 da Súmula do Egrégio TST no que respeita às execuções contra pessoas jurídicas de direito público.

E as leis que regulam a incidência da correção monetária e juros são as mesmas, não dispondo de forma diversa, quer se trate de pessoa de direito público, quer se trate de pessoa de direito privado.

O cálculo de atualização monetária e dos juros incidentes sobre débito trabalhistas não diferem para uma ou outra.

Acórdão de 27.06.85

Proc. TRT 7093/83 — 2.ª Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5252 — JUROS E CORREÇÃO — Correção monetária em liquidação extrajudicial — questão superada pelo Decreto-Lei n.º 2278/85.

(...) A reclamada invoca o art. 18 da Lei 6024/74 e a Súmula 185 do Colendo TST para eximir-se do pagamento de juros e correção monetária, visto encontrar-se em processo de liquidação extrajudicial.

Igualmente não procede o recurso, no particular. A questão está superada pelo Decreto-Lei n.º 2278/85, que em seu art. 1.º determina a incidência de "correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades a que se aplica a Lei 6024/74, submetidas a regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência". Vale aqui citar parecer da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Presidente da República em 18.12.85 e publicado no DOU de 20.12.85 (Seção I, pág. 18.744): "A correção monetária é mera atualização do valor da moeda. Nenhuma razão de ordem jurídica, ética ou social

justifica que instituições financeiras em quebra deixem de ter atualizados os seus débitos, mediante a simples correção monetária, enquanto seus ativos são valorizados, e quando a sociedade inteira, direta ou indiretamente está sujeita a ela. Isto geraria um enriquecimento indevido, e o que é mais, em desfavor de serviço público marcadamente social em suas finalidades".

Acórdão de 18.03.86

Proc. TRT 8291/85 — 4.^a Turma

Relator: Liberty Conter

5253 — JUROS E CORREÇÃO — *Incidem juros e correção monetária nas sociedades em liquidação extrajudicial, pela aplicação da Lei 6889/81 e Decreto 2278/85.*

(...) Invoca a recorrente a Lei n.º 6024/74 para eximir-se da incidência dos juros e correção monetária. Sem razão, data venia. Com o advento da Lei n.º 6899/81, estão sujeitos à correção todos os débitos oriundos de decisão judicial, independentemente de sua natureza, não podendo prevalecer, assim, a lei anterior, por ela revogada. Esta tem sido a jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal, até mesmo em caso de falência, pelo argumento de que a valorização do passivo pela inflação, com a permanência do ativo em seus valores originários, propicia o enriquecimento ilícito do falido (Lex, n.º 67, pg. 140 e ss. RE n.º 100.109-9). O mesmo argumento se aplica aos juros. E o atual Decreto-Lei 2278/85 manda aplicar expressamente a correção monetária às entidades sujeitas à incidência da Lei 6024/74.

Acórdão de 06.05.86

Proc. TRT 7833/85 — 4.^a Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5254 — JUROS E CORREÇÃO — *Empresas em liquidação extrajudicial. A partir da decretação da liquidação extrajudicial, fica suspensa a incidência de juros e correção monetária sobre os débitos das empresas em tal regime. Lei 6024/74 e Súmula 185 do TST.*

(...) A sentença determinou a incidência de juros e correção monetária sobre os débitos trabalhistas da reclamada. Esta se insurge, dizendo estar em regime de liquidação extrajudicial, hipótese em que cessam tais encargos.

Com razão a recorrente. Efetivamente, o art. 18 da Lei 6024/74 afasta a incidência de juros (letra d) e correção monetária (letra f) sobre tais débitos, a partir da decretação da liquidação extrajudicial. Ademais, trata-se de matéria já sumulada, conforme enunciado n.º 185 do TST.

Acórdão de 22.04.86

Proc. TRT 6958/85 — 4.^a Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5255 — JUROS E CORREÇÃO — *Suspensão de incidência. Empresas sob intervenção do Banco Central do Brasil. A teor da Lei 6024, de 13 de março de 1974, fica suspensa a incidência de juros e correção monetária nas liquidações de empresas que estão sob a intervenção do Banco Central do Brasil.*

Acórdão de 16.04.86

Proc. TRT 6436/85 — 1.^a Turma

Relator: Antônio Salgado Martins.

5256 — JUROS E CORREÇÃO — *Os frutos resultantes do depósito judicial pertencem ao credor, como forma de recomposição da moeda, no desenrolar dos atos judiciais.*

(...) O Decreto-Lei n.º 75 impõe ao devedor correção monetária relativamente às importâncias não pagas na época própria. Ora, quem deposita em juízo e libera o depósito paga, máxime quando o credor sabe que a importância está depositada e liberada.

Entende-se por outro lado, que os frutos do capital, como mero acessório, pertencem ao ora agravante, uma vez que decorrem do capital depositado em seu nome. Nos depósitos judiciais há a fluência de juros, em razão da paralisação do capital, face ao transcurso dos atos processuais. Mas a toda evidência que uma vez depositado o capital deixa de ser de propriedade da empresa e passa a ser do credor, assim como os frutos deste, até liberação final.

Acórdão de 11.03.86
Proc. TRT 2992/84 — 3.ª Turma
Relator: Ronaldo Lopes Leal

5257 — JUSTA CAUSA — *O não recolhimento do FGTS ao longo dos anos é motivo ensejador da rescisão indireta do contrato de trabalho, por infringência ao disposto na alínea "d" do art. 483 da CLT.*

(...) Renova o reclamante requerimento de decretação da rescisão indireta do seu contrato de trabalho. Sustenta estar devidamente demonstrada a inadimplência patronal e o descumprimento, ainda, da sua obrigação de recolher o FGTS.

Com razão. O demandante, ao pleitear a rescisão indireta, alegou o recebimento dos salários com atraso e ausência de pagamento das férias relativas ao mês de outubro de 1984. Disse, ainda, que a empresa não vinha efetuando os depósitos relativos ao FGTS desde 1980. Esta, ao contestar a rescisão indireta, alegou a correção dos pagamentos, colocando à disposição do autor, em audiência, o salário referente às férias. Isto em fevereiro de 1985.

Quanto ao FGTS, no item 9, embora impugne a postulação do reclamante inserida no item IX do requerimento, não nega, expressamente, que os depósitos não foram efetuados. Diz, apenas, inexistir motivo para a decretação da rescisão do contrato de trabalho e que a falta do recolhimento não enseja o reconhecimento do pedido.

Embora não comprovados os alegados atrasos no pagamento dos salários, nada existe nos autos demonstrando que os recolhimentos do FGTS tenham sido efetuados. Diante disto, restou caracterizado o justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho, uma vez que o recolhimento era obrigatório, ante a condição de optante do autor.

Trata-se de descumprimento de obrigação contratual reiterada ao longo dos anos (1980). Dá-se provimento ao recurso, devendo a demandada ser condenada ao pagamento do aviso prévio, bem como liberar as guias AM pelo código 01 com os 10%.

Acórdão de 14.01.86
Proc. TRT 8537/85 — 4.ª Turma
Relator: Paulo Maynard Rangel

5258 — JUSTA CAUSA — *A negativa dos empregados à execução de ordem do empregador configura a falta grave de insubordinação, quando a ordem dada não foi alheia ao contrato, não se referia a serviço superior às forças dos autores, nem violava dispositivo legal.*

(...) Negaram-se os empregados a cumprir ordens, no sentido de acompanharem um caminhão carregado, até a sede da empresa, onde lá o descarregariam, sob a alegação de que tal atividade extrapolaria os seus horários normais da jornada. A nobre prolatora da decisão atacada entendeu não se configurar a falta grave dos empregados, "porque de antemão sabiam que iriam trabalhar até mais tarde, sem percepção destas horas excedentes" e, ainda, "porque a exigência de serviço extraordinário fere o contrato de trabalho ajustado entre as partes, mormente porque não comprovada, robustamente, a necessidade de serviço ou a força maior".

Data venia, não se esposa o entendimento do Juízo de 1.º grau.

Como bem assinala o parecer do Ministério Público, está dentro dos direitos do empregador a exigência de trabalho em jornada suplementar, desde que não exacerbados os limites legais. A lei permite a dilação da jornada em até duas horas, o que legitima a ordem do demandado. Na espécie, não ficou configurado que a exigência de trabalho extra redundaria em jornada além da permitida em lei.

De outra parte, a ponderação da sentença de que os autores não perceberiam as horas trabalhadas a mais não procede, ante a prova em contrário constante dos recibos de fls. 39/41, os quais consignam reiterados pagamentos de horas extras.

Assim, entendemos que a negativa dos empregados à execução da ordem do empregador configurou a falta grave de insubordinação, ensejadora da despedida por justa causa, eis que a ordem dada não foi alheia ao contrato, não se referia a serviço superior às forças dos autores e nem violava dispositivo legal.

Acórdão de 27.06.85

Proc. TRT 1116/85 — 2.ª Turma

Relator: Zurayde José Iuaquim Leite

5259 — LIGITIMATIO AD CAUSAM — Reclamatória intentada contra escola estadual.

O círculo de Pais e Mestres é parte ilegítima no feito, devendo o Estado responder pelas obrigações do empregador.

(...) Ilegitimidade de parte. Renova o Estado prefacial de ilegitimidade de parte, afirmando que o Círculo de Pais e Mestres é que figurou como empregador do reclamante.

Ocorre, porém, que o trabalho foi prestado em estabelecimento de ensino pertencente ao Estado. Sendo o Estado proprietário do estabelecimento, deve responder pela relação de emprego dos professores que prestam serviço à escola.

É através dela que o Estado cumpre seus fins, sua obrigação de propiciar o ensino, a instrução e a educação.

A circunstância de criar associações ou círculos de Pais e Mestres para auxiliar a escola, administrativa e economicamente, não afasta sua condição de empregador.

Alega o recorrente que o Círculo de Pais e Mestres tem existência legal, nos termos do art. 18 do Código Civil.

Mas esta circunstância não basta para que se considere o Círculo empregador, uma vez que a escola pertence ao Estado, que assumiu os riscos de sua atividade e assalariou o demandante.

Rejeita-se assim a prefacial argüida.

Acórdão de 18.06.85

Proc. TRT 6908/84 — 3.ª Turma

Relator: Dorvalino Santos Vaz

5260 — LIGITIMATIO AD CAUSAM — (...) Pretende o recorrente ser excluído do feito, sob a alegação de que é parte ilegítima ad causam, uma vez que a reclamante teria sido contratada pela Associação Círculo de Pais e Mestres.

Data venia, não se pode acolher a pretensão. A bem lançada decisão a quo examina minuciosamente a questão, nada havendo a acrescentar a respeito. Por isso, pede-se vênia para transcrever parte da sua fundamentação, que se adota como razões de decidir: "É de costume que as escolas estaduais, por falta de recursos do Estado, estejam ante a disponibilidade de favores da comunidade (consubstanciados, por exemplo, pela cobrança de taxas escolares, etc.) e, como no caso presente, dependam do fornecimento de mão-de-obra indispensável à consecução de suas finalidades pelas denominadas "associações de pais e mestres". É louvável, sem dúvida, a iniciativa ao se vislumbrar o problema pelo ângulo da carência de recursos que sofre o Estado. Todavia, do ponto de vista que enfoca a relação jurídica de direito material que interessa ao empregado, não há como fugir à conclusão de que, flagrantemente, caracteriza-se hipótese de pluralidade de sujeitos beneficiários do trabalho prestado. A contratação formal é feita pela associação, mas a relação de emprego desenvolve-se, indubitavelmente, também com o Estado, através da escola que se beneficia com o trabalho do empregado e que coordena a atuação desta. Não fosse assim, estar-se-ia reconhecendo, implicitamente, cessão de mão-de-obra não autorizada em lei. E mais absurda seria a situação quanto pior fosse a condição econômico-financeira da associação contratante.

Assim, não obstante a formalização do contrato se tenha operado somente em relação ao segundo reclamado, a solidariedade passiva do Estado decorre justamente porque presente, também, sua solidariedade ativa, já que o contrato de trabalho com o Ente Público caracterizou-se tacitamente (art. 442 da CLT)".

Acórdão de 19.09.85

Proc. TRT 8388/82 — 2.ª Turma

Relator: Adão Eduardo Häggstram

5261 — LEGITIMATIO AD CAUSAM — O Sindicato de classe é parte legítima, como substituto processual, para ajuizar ação visando à reparação por descumprimento de cláusula de direito normativo ou norma coletiva, não necessariamente restrita a reajustes de salário.

(...) A decisão recorrida julgou improcedente o pedido relativo ao reajustamento de salários, determinado em dissídio coletivo, por entender que a prova pericial produzida nos autos demonstrou o cumprimento efetivo, pelas empresas, da taxa de produtividade fixada em 4%.

Indeferiu, sem julgamento do mérito, por estranhos à previsão do art. 872, parágrafo único, da CLT, os pedidos relativos ao adicional de horas extras, ajuda para jantar e de pagamento de multa porque o texto legal só fala em ação de cumprimento referente a salários. O sindicato, portanto, não teria legitimidade ativa para propositura da ação (ibid.).

A evolução da jurisprudência e do próprio direito não permite manter esse entendimento. A ser assim, o próprio empregado, subjetivamente lesado em direito normativo não referente ao salário em sentido estrito, também não poderia ajuizar ação contra o empregador porque igualmente é o art. 872, parágrafo único, da CLT, que lhe asseguraria reclamação somente relativa ao pagamento de salários.

No caso dos autos, o empregado é, inequivocamente, substituído processualmente pelo sindicato e a substituição processual, por evidente, assegura o exercício da ação visando à reparação de qualquer direito lesado pelo empregador, desde que relacionado com direito normativo ou normas coletivas de trabalho e, ainda mais, em outros casos por autorização legal (v. art. 195, § 2.º, da CLT, art. 3.º, § 2.º, da Lei 6.708/79, art. 3.º, § 2.º, da Lei 7.238/84).

Acórdão de 03.09.85
Proc. TRT 432/85 — 4.ª Turma
Relator: Mário Somensi

5262 — LEGITIMATIO AD PROCESSUM — *Federação que vem a Juízo para suprir a falta de sindicato da categoria profissional respectiva detém legitimidade para atuar como substituto processual, vindicando direitos dos trabalhadores (adicional de insalubridade e diferenças salariais decorrentes de decisões normativas).*

(...) A entidade reclamante não se conforma com a R. decisão de 1.º grau que a considerou parte ilegítima para postular diferenças salariais e adicional de insalubridade em favor dos empregados da recorrida.

Entendeu a MM. Junta de origem configurar-se a hipótese de ilegitimidade de parte porque os empregados relacionados à fl. 6 não são associados da Federação (art. 3.º, § 2.º, da Lei 6.708/79). Ocorre, porém, que a entidade em causa é uma Federação que atua em Juízo em virtude de inexistir sindicato de categoria profissional dos trabalhadores arrolados, em Palmeira das Missões. A sistemática de nossa legislação permite que a ausência de sindicato seja preenchida pela Federação respectiva, não se podendo exigir que os empregados a ela se filiem, pois os filiados de uma Federação são as entidades sindicais de 1.º grau. E, como se reconhece a legitimidade de parte da Federação para suscitar dissídios coletivos e celebrar acordos ou convenções, não se poderá negar também que lhe é facultado ajuizar ações de cumprimento, nos termos do art. 872 da CLT.

E, no caso destes autos, também não há necessidade de mandato expresso, uma vez que a Federação atua como substituto processual, em nome próprio, mas em defesa de direito alheio.

Sendo a Federação parte legítima no feito, não se configura carência de ação, cabendo prover o recurso para determinar que a MM. Junta de origem aprecie o mérito da pretensão inicial relativa a diferenças salariais e adicional de insalubridade, como de direito.

Acórdão de 09.07.85
Proc. TRT 8838/84 — 3.ª Turma
Relator: Dorvalino Santos Vaz

5263 — LICENÇA-PRÊMIO — *Eletricitário. Reconhecimento do direito a um período de licença-prêmio em pecúnia (Lei Estadual n.º 1751/52).*

(...) O reclamante recorre ordinariamente da R. decisão de 1.º grau que não lhe reconheceu o direito a um período de licença-prêmio em pecúnia, à razão de seis meses de salário.

Na inicial, alega o autor que a reclamada negou a concessão daquela vantagem ao argumento de que teria ele sofrido suspensão disciplinar no lapso de tempo de serviço aquisitivo do direito, mas que tal suspensão, consoante documento de fl. 10, fora tornada sem efeito.

Na defesa, afirma a reclamada que a suspensão fora aplicada por ocasião do ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave, nos termos do art. 494 da CLT e que, posteriormente, a suspensão fora anulada, optando a Diretoria pela aplicação da pena de suspensão por três dias.

Tais fatos são corroborados pelos documentos de fls. 21 a 24 destes autos.

A questão envolve a interpretação do art. 162 da Lei Estadual n.º 1.751/52, cujo art. 1.º (caput) garante o direito à licença-prêmio ao servidor que, "durante dez anos ininterruptos, não se houver afastado do exercício de suas funções estaduais".

Em seu parágrafo único, dispõe-se sobre as hipóteses em que o afastamento do servidor não se considerará interrupção ao serviço, constando do elenco cinco faltas não justificadas, a partir da Lei 351, de 19 de outubro de 1948.

Divergimos da solução dada ao litígio pela MM. Junta de origem. A legislação pátria dá às faltas não justificadas o mesmo tratamento dado às faltas ocorridas em função de suspensão disciplinar.

Estas ausências, como aquelas, acarretam a perda do salário respectivo. Considera-se que "a ausência de direito à remuneração é justificada com invocação da disciplina relativa às relações com prestações correlatas" (Riva Sanseverino, *in* Curso de Direito do Trabalho, ed. LTr., 1976, pág. 230).

Não vemos razão alguma para dar tratamento diferenciado às faltas decorrentes de suspensão.

Correspondem elas às ausências injustificadas. Deste modo, como a suspensão imposta ao demandante foi de apenas três dias, é de concluir que seu direito à licença-prêmio não restou prejudicado, cabendo, de consequência, prover o apelo.

Acórdão de 13.08.85

Proc. TRT 487/85 — 3.ª Turma

Relator: Dorvalino Santos Vaz

5264 — LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA — permanente. Possibilidade. Impessoalidade na prestação dos serviços. A Lei n.º 6019/74 não veda a prestação de serviços em caráter permanente. Recurso provido.

(...) Discorda-se do entendimento de que, após o início da vigência da Lei n.º 6019/74, ficou proibida a contratação de mão-de-obra, através de empresa prestadora de serviços, em caráter permanente.

A citada lei apenas disciplinou os casos de trabalho temporário, subordinando-se à necessidade transitória de serviços, acúmulo de trabalho, etc. Em nenhum momento a lei veda, expressamente, a prestação de serviços em caráter permanente.

A relação jurídica que se estabelece entre a empresa prestadora e a tomadora dos serviços é de natureza civil. Não importa à tomadora quem é o empregado que lhe presta serviços através da locação. Há impessoalidade na prestação e o que interessa ao tomador é, apenas, que os serviços sejam prestados.

Acórdão de 22.10.85

Proc. TRT 1273/85 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5265 — LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA — A circunstância de uma empresa contratar com outra a prestação de serviços especializados de limpeza e conservação de prédios não a torna solidariamente responsável pela relação de emprego dos trabalhadores contratados pela empresa prestadora de serviços.

(...) Rebelar-se a reclamante contra o não reconhecimento da responsabilidade solidária da segunda reclamada, Guias Telefônicos do Brasil Ltda. GTB.

Sem razão. A reclamante foi contrada pela primeira reclamada, Alva-Limpadora, Conservadora e Administradora Ltda. e não por Guias Telefônicos do Brasil GTB. Embora a reclamante desempenhasse suas tarefas de limpeza junto à

GTB, tal não desloca a contratualidade de uma para outra, eis que o empregador continua o mesmo, que é justamente quem continua a remunerar, a dirigir e a disciplinar as relações de trabalho. Não há, por outro lado, vedação legal para que uma empresa, no caso a reclamada ALVA, contrate com a outra, no caso a GTB, a prestação de serviços especializados de limpeza e conservação de prédios, com empregados próprios. No caso, opera-se uma relação jurídica de natureza não trabalhista entre as duas empresas e uma relação de trabalho entre a empresa contratada (ALVA) e os seus empregados. Correta, portanto a sentença, quando exclui do feito a GTB.

Acórdão de 20.04.86

Proc. TRT 8205/85 — 4.ª Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5266 — LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA — Solidariedade do Município tomador dos serviços. Recurso provido.

(...) As recorrentes não se conformam com a r. sentença de 1.º grau, por não ter reconhecido a solidariedade passiva das reclamadas, julgando-as carecedoras de ação contra o Município de Caxias do Sul. Alegam que o Município é responsável pelo pagamento de seus créditos, eis que era a empresa-cliente ou tomadora dos serviços decorrentes de um contrato de locação de mão-de-obra com a empresa Brilholar Conservações Ltda., que desapareceu.

Procede o recurso. As reclamadas celebraram um contrato de prestação de serviço com a finalidade de ser efetuada a limpeza do Centro Administrativo Municipal. Pelo contrato, a firma Brilholar assumiu a execução do serviço, correndo por sua conta e risco o pessoal necessário àquele fim. O Município reconhece a prestação pessoal dos serviços das recorrentes, porém afirma que jamais pagou salários e que estão ausentes os pressupostos do art. 3.º da CLT.

Embora possa parecer, num primeiro momento, que o Município tenha tomado todas as cautelas quando da licitação e celebração do contrato de prestação de serviços, a verdade, pelo exame dos autos, é que a empresa Brilholar, prestadora de serviços, desapareceu, deixando seus empregados sem a mínima possibilidade de haver seus créditos. O próprio Município teve de valer-se de um edital de notificação para rescindir o contrato. Registre-se que as reclamantes ainda desenvolvem suas atividades no Centro Administrativo Municipal. A hipótese, ainda, deixa evidente o atravessamento de mão-de-obra. Com efeito, a nossa Carta Magna assegura a "valorização do trabalho como condição da dignidade humana, repressão ao abuso do poder econômico, expansão das oportunidades de emprego produtivo e integração na vida e no desenvolvimento da empresa" (arts. 160, II, V e VI, e 165, VI).

A locação de mão-de-obra representa um retrocesso nas conquistas dos trabalhadores. Afasta os prestadores da relação direta de trabalho, cuja pessoalidade e dependência econômica traduzem diretriz da definição de empregado. O trabalhador não pode, diante da legislação em vigor, receber o tratamento de mera mercadoria. A reclamada deve contratar diretamente seus empregados, ao invés de servir-se de intermediários, que só fazem aviltar o mercado de trabalho que já é suficientemente ruim.

Nestes termos, deve o Município reclamado responder, solidariamente, pelo pagamento dos créditos das recorrentes deferidos na r. decisão recorrida.

Acórdão de 15.04.86

Proc. TRT 5433/85 — 4.ª Turma

Relator: Luiz Kayser

5267 — LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA — No contrato de locação de serviços, o locatário não é o empregador dos empregados admitidos e assalariados pela

empresa prestadora de serviços, nem responsável pelos débitos trabalhistas desse locador. A invocação da Lei 6019/74 para sustentar a nulidade do contrato de prestação de serviços é inadequada, porque somente trata de fornecimento de mão-de-obra e é inaplicável ao caso. O Decreto-Lei 200/67, aplicável no que couber aos Estados e Municípios, autoriza e legitima, no art. 10, parágrafo 7.º, a celebração pelas entidades públicas de contrato para a realização material de tarefas executivas, nas quais se incluem, por sua evidência, os serviços de limpeza. Válida essa contratação, torna-se inviável a configuração de vínculo empregatício entre os empregados e a locatária dos serviços, inexistente qualquer causa legal que justifique a sua responsabilidade pelos débitos trabalhistas da empresa prestadora de serviços. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(...) A Prefeitura Municipal não foi empregadora das reclamantes, nem é responsável pelos débitos trabalhistas de empresa prestadora de serviços, para a qual elas trabalharam e receberam salário.

Mediante licitação pública, o Município de Caxias do Sul contratou com a empresa Brilholar Conservações Ltda. a prestação de serviços de limpeza e conservação dos prédios do Centro Administrativo Municipal.

Quem admitiu, assalariou e dirigiu a prestação pessoal dos serviços das reclamantes foi a citada empresa prestadora de serviços e não a Prefeitura, sendo inviável a existência de relação de emprego, com esta entidade pública. O contrato de prestação de serviços não demonstra que a Prefeitura dirigisse os serviços das postulantes, assumindo a posição de empregador.

As recorrentes invocam a Lei 6019, que veda a locação de mão-de-obra permanente, admitindo esse tipo de contrato somente nos casos de substituição de pessoal regular e permanente ou de acréscimo extraordinário de serviços, pelo prazo máximo de 90 dias.

Porém, essa Lei é inaplicável ao caso. O Decreto-Lei 200/67 autoriza e legitima, no art. 10, § 7.º, a celebração pelas entidades públicas de contrato para a realização material de tarefas executivas, *verbis*: "Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução".

Desse princípio se origina o disposto na Lei 5645/70, que, no art. 3.º, parágrafo único, estabelece: As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o art. 10, parágrafo 7.º, do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Essa disposição legal é aplicável subsidiariamente aos Estados e Municípios e justifica e legitima o contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal e a citada empresa prestadora de serviços de limpeza. A situação é análoga à contratação de empresa especializada para prestar serviços de vigilância, sendo essa atividade expressamente prevista nos Decretos-Leis 1034/69 e 1103/70.

Por outro lado, é inaceitável a alegação de que o prejuízo causado às recorrentes torna nulo o contrato ajustado com a empresa prestadora de serviços.

Quanto à solidariedade, não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes (art. 896 do Código Civil). Inexiste contrato que torne o locador dos serviços responsável pelos débitos trabalhistas do locatário. As recorrentes não indicam nem comprovam qualquer causa legal que justifique a responsabilidade da entidade pública.

Também não comprovam que a mesma concorreu com culpa na contratação da empresa prestadora de serviços ou na sua insolvência ou, ainda, pela falta de pagamento dos salários das reclamantes.

Acórdão de 02.04.86
Proc. TRT 5436/85 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5268 — MENOR — *Tendo os acordos normativos estabelecido um salário para a categoria do reclamante, entende-se que sobre este deve ser calculado sua remuneração, apesar de aprendiz.*

(...) Não se conforma a reclamada com a R. decisão do MM. Juízo a quo, que a condenou ao pagamento de diferenças salariais e integrações, em virtude da aplicação da cláusula 3.^a do dissídio coletivo referente à categoria profissional do autor.

Sustenta a recorrente que a cláusula terceira do referido acordo coletivo não se aplica ao menor aprendiz com formação metódica na Escola SENAI.

Afirma ainda que o menor aprendiz que frequenta a escola no turno da manhã não pode perceber a mesma remuneração que o menor que trabalha na empresa 48 horas semanais.

Entretanto, se formos bem analisar os autos, devemos concordar com a decisão recorrida, pois o horário de trabalho do reclamante, constante na fl. 50, era das 7:10 às 18:21h.

O fato da empresa o dispensar do trabalho das 13:30 às 17:30h, como consta do documento de fls. 25, não altera o seu direito à remuneração.

De acordo com o art. 80 da CLT, o menor aprendiz deverá receber salário nunca inferior a meio salário mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício e na segunda metade passará a receber, pelo menos, 2/3 do salário mínimo regional.

Note-se que ele deverá perceber pelo menos 2/3 do mínimo regional. O acordo coletivo constante nas fls. 08/11 dos autos, em sua cláusula 3.^a, institui um salário normativo para a categoria do reclamante, e afirma ficar sem aplicabilidade o contido nas cláusulas IX e X do ex-Prejulgado 56/76 do TST, que reza em seu Inciso 1.^o que nenhum empregado pode perceber menos do que o salário mínimo regional, com exceção do menor aprendiz.

Portanto, de acordo com a cláusula terceira do referido acordo, a exceção pertinente aos aprendizes, constante deste ex-Prejulgado 56/76, hoje Instrução n.^o 1 do TST, deixou de existir.

Logo, correta a R. sentença a quo, ao considerar ser devido ao autor salário mensal equivalente a meio piso salarial normativo, durante a primeira metade da duração prevista para o aprendizado do seu ofício, e dois terços do piso salarial normativo durante a segunda metade, com as respectivas integrações.

Acórdão de 27.06.85

Proc. TRT 1639/85 — 2.^a Turma

Relator: Zurayde José Iuaquim Leite

5269 — MENOR — *Empregado menor aprendiz que apenas estuda e menor aprendiz que apenas trabalha. Inexistência de diferenciação jurídica entre as duas situações fáticas.*

(...) Postulou o reclamante — menor aprendiz — diferenças salariais decorrentes da diferença entre o salário que a reclamada lhe pagava, nos termos do art. 80 da CLT, e o valor do salário que deveria perceber em razão do piso salarial estabelecido em acordo coletivo pela categoria.

A R. sentença de 1.^o grau acolheu em parte o pedido do reclamante, fundamentando com base na equidade e na abrangência das disposições estabelecidas nas cláusulas terceira dos acordos coletivos citados. Deferiu ao autor o salário mensal equivalente a "meio piso salarial normativo", durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do ofício de obreiro, e dois terços do piso salarial normativo durante a segunda metade.

Contra tanto se volta a reclamada, sustentando não se aplicar, ao menor aprendiz ora reclamante, a cláusula terceira dos acordos coletivos já citados, porque o reclamante freqüentava a escola do SENAI durante a manhã. Posiciona-se no sentido de que o menor aprendiz que estuda não pode perceber o mesmo salário que o menor aprendiz que apenas trabalha, fazendo 48 horas semanais.

Como se vê, a recorrente pretende estabelecer distinção jurídica entre menor aprendiz submetido a formação metódica (que estuda) e menor aprendiz não submetido a formação metódica, que apenas trabalha.

Data venia, a lei não fez distinção jurídica entre os dois casos.

Não bastasse isto, é indubitável que a recorrente concordou em dispensar seu empregado aprendiz, para assistir às aulas, segundo consta do documento de fl. 21 dos autos. Como diz a sentença, tal concessão não dá direito ao empregador a tratar desigualmente as duas situações, salarialmente falando.

Por fim, as cláusulas terceiras dos acordos de fls. 8 e 10, pela redação que têm, tornam sem aplicação o item 1 do inciso IX do ex-Prejulgado 56.

Nada obstante, é de concluir que ao menor aprendiz, nas condições do art. 80 da CLT, não é de se atribuir salário igual ao do trabalhador adulto. Correta, portanto, a R. sentença, ao determinar a incidência da regra do art. 80 da CLT sobre o valor do piso salarial do metalúrgico e não sobre o valor do salário mínimo, como pretendeu a reclamada.

Acórdão de 15.10.85
Proc. TRT 3540/85 — 3.ª Turma
Relator: Fernando Binato

5270 — MULTA — pelo descumprimento de obrigação de fazer. Inaplicável o dispositivo do art. 644 do CPC em obrigação tipicamente de dar, eis que regra específica para o descumprimento de obrigações de fazer e não fazer. Inaplicável em pretensão trabalhista, quando inexistir regulamentação em cláusula coletiva, eis que rege a matéria norma específica, em face da autonomia do processo do trabalho.

(...) Pretendeu o autor, com base nos arts. 287 e 644 do CPC, o estabelecimento de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer, que considera o descumprimento do pagamento das parcelas rescisórias.

Como muito bem abordado pela R. sentença de 1.º grau em seus fundamentos, a lei processual civil somente rege a matéria trabalhista no caso de lacuna ou vazio dispositivo. Em primeiro lugar, a obrigação de pagamento das verbas rescisórias é obrigação de dar, o que por si só já afastaria a pretensão de percepção da multa pelo seu descumprimento. O prazo para pagamento de ditas obrigações e o descumprimento desse é que poderia gerar uma penalidade desse tipo, acaso prevista em decisão normativa, ou convenção coletiva, já que a lei não a prevê especificamente.

Por outro lado, tratando-se de obrigação de dar, ou seja, o pagamento das parcelas rescisórias, em face de seu descumprimento, incidem os dispositivos do Decreto-Lei 75/66, ou seja, são passíveis de correção monetária e juros legais.

No caso em foco, não há qualquer dispositivo acordado nas convenções coletivas juntadas pelo próprio empregado que lhe embase a pretensão, devendo, em consequência, submeter-se apenas às normas gerais previstas pelo Decreto-Lei 75/66, que regulamenta a matéria.

Não há como, em primeiro lugar, estabelecer disposições específicas para as obrigações de fazer e não fazer — art. 644 do CPC — para obrigações de dar, sob pena de subversão dos princípios e, em segundo lugar, aplicar dispositivos específicos de Direito Processual Civil, em matéria de Direito do Trabalho, quando este possui regulamentação própria.

Acórdão de 16.07.85
Proc. TRT 9832/84 — 4.ª Turma
Relator: Fernando Binato

5271 — NORMA COLETIVA — *Categoria profissional diferenciada. Empresa não representada pelo sindicato. Sujeição à norma coletiva somente se citada no processo. Recurso provido.*

(...) O reclamante integrava categoria diferenciada. Quer a aplicação de norma ou normas relativas a tal categoria à empresa que não foi parte no processo de dissídio coletivo. Curiosamente a sentença distingue a norma da convenção e a norma da sentença. Ambas, porém, estão no mesmo caso. Quer se trate de sentença normativa, quer se cogite de convenção coletiva, se o empregado é de categoria diferenciada a ele se aplica a norma respectiva.

Por igual, a norma terá aplicação se o empregador estiver por ela compreendido, ou seja, se tiver sido parte na convenção coletiva ou no processo de dissídio coletivo. A norma constante de uma sentença normativa não perde seu caráter de ato judicante por tal motivo. Implica numa condenação em que pese a generalidade e o caráter abstrato que possui. Evidentemente a condenação só pode atingir quem for parte no processo e não opera *erga omnes*. Aliás, neste ponto, o ato judicial guarda simetria com os atos contratuais ou para-contratuais, pois a convenção e o acordo coletivo também não possuem eficácia *erga omnes*. Seus efeitos limitam-se a uma determinada categoria profissional, geralmente representada pelo sindicato respectivo.

Se inexistir sindicato é forçoso que, em se tratando de sentença, cite-se a empresa que se pretende atingir pela norma respectiva.

Ante o exposto, prospera o recurso para absolver-se a reclamada da aplicação de normas que não lhe foram endereçadas, atribuindo-se os honorários da perícia ao postulante, o qual dos mesmos fica isento, em face de seu estado de pobreza.

Acórdão de 23.07.85

Proc. TRT 1501/85 — 3.^a Turma

Relator: João Antonio G. Pereira Leite

5272 — NULIDADE — *A nulidade do processo, após a sentença, somente pode ser invocada pela parte a quem aproveita (art. 795 da CLT) através de recurso. O art. 659, VI, da CLT, autoriza o Juiz de 1.º grau a fundamentar a decisão quando remete o processo com o recurso ao 2.º grau, mas não a pleitear a anulação do feito.*

(...) Não se conhece do pedido de anulação do processado a partir da notificação da demandada, formulado pelo Exmo. Juiz prolator da sentença no despacho de encaminhamento do recurso, por constituir típico recurso *ex officio* não previsto em lei.

Não se trata, porém, de hipótese de incidência do Decreto-Lei 779/69. De outra parte, o art. 659, VI, da CLT não tem o alcance pretendido, pois se limita a autorizar a fundamentação da decisão recorrida pelo Juiz, não sua reforma. Acresce que a nulidade processual somente pode ser declarada por provocação das partes, não do Juízo, segundo o art. 795 da CLT. E, a esta altura, após a sentença, tal só poderia ser feito através de recurso do litigante prejudicado, não sendo admissível sua invocação sequer em contra-razões de apelo, como o fez o recorrido. Daí porque se rejeita a nulidade, assim como a arguição de litigância de má fé.

Acórdão de 04.04.86

Proc. TRT 8821/85 — 2.^a Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5273 — PAGAMENTO EM DOBRO — ART. 467 — *Natureza salarial da gratificação instituída pela Lei 4090/62. Incidência sobre a mesma da dobra cominada pelo art. 467 da CLT.*

(...) Insurge-se, também, o recorrente contra a rejeição do pedido de pagamento em dobro do 13.º salário proporcional de 1984 e 1985.

Com razão também aí. A gratificação natalina tem natureza salarial. Veja-se a Lei 4090, de 13.07.62. Revel e confessa a demandada, incide sobre a parcela em causa a cominação prevista no art. 467 da CLT. Nesse sentido o Enunciado 69 da Súmula do Egr. TST.

Acórdão de 04.04.86

Proc. TRT 8821/85 — 2.ª Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5274 — PAGAMENTO EM DOBRO — ART. 467 — A regra do art. 467 da CLT não se aplica à gratificação natalina porque, em se tratando de penalidade, é restrita a salários.

(...) Não procede, no entanto, o apelo quanto ao pedido de aplicação da dobra do art. 467 da CLT. Isso porque, em se tratando de penalidade, a regra do art. 467 da CLT é restrita a salários em sentido estrito, não permitindo interpretações de caráter extensivo.

Acórdão de 29.04.86

Proc. TRT 11089/85 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5275 — PAGAMENTO EM DOBRO — ART. 467 — Dobra do 13.º salário. O art. 467 tem caráter punitivo, quando institui a dobra da parte incontroversa do salário não paga no ato de comparecimento do empregador à Justiça e, em razão disso, a interpretação do dispositivo consolidado deve ser estrita, em obediência a princípio universal de hermenêutica, não abrangendo senão o salário propriamente dito, nele não compreendida a gratificação de natal, também chamada 13.º salário.

(...) O chamado 13.º salário, na verdade, não é salário estrito senso, mas sim gratificação de natal, conforme estabelece a Lei 4090/62, que a instituiu. O art. 467 da CLT determina a dobra apenas do salário propriamente dito, não alcançando o 13.º salário. Por outro lado, a dobra prevista no dispositivo em causa foi instituída para penalizar o mau empregador que comparece a juízo e, não obstante dever salários incontroversos e indiscutíveis, não os paga. Trata-se, portanto, de norma de caráter punitivo, cuja interpretação, obviamente, há que ser restrita, em obediência aos princípios universais de hermenêutica, a saber: "Em regra, é estrita a interpretação das leis excepcionais, das fiscais e das punitivas" (Hermenêutica e Aplicação do Direito de Carlos Maximiliano — Forense, Ed. 1980, pág. 205).

Acórdão de 01.10.85

Proc. TRT 4077/85 — 4.ª Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5276 — PAGAMENTO EM DOBRO — ART. 467 — Falência. A Lei de Quebras veda que se pague um credor em detrimento de outro. Declarada a falência, nenhum pagamento pode ser feito pela massa falida, fora do juízo universal, ficando a Justiça do Trabalho impossibilitada de promover a execução. Assim, impedida a satisfação de salários atrasados, em audiência, impõe-se como corolário a inaplicabilidade do disposto no art. 467 da CLT. Indevida a dobra salarial.

(...) Irresigna-se inicialmente a apelante, contra a decisão a quo, que entendeu aplicável a penalidade do art. 467 da CLT, sob o fundamento de que os

créditos de natureza trabalhista não estão sujeitos a rateio e muito menos de habilitação, em razão do que deve prosseguir a ação, com o Sr. síndico, na Justiça do Trabalho.

Procede a inconformidade. Referindo-se à classificação de credores, em elucidativa lição, sustenta Pontes de Miranda que "com a decretação da falência, todos os créditos contra o falido são concursalmente atingidos, mesmo os privilegiados, porque é no procedimento falencial que se atendem os privilégios especiais e gerais. O concurso de credores não se refere só aos credores que concorrem entre si, credores que se subordinam, eventualmente, ao rateio: apanha os que concorrem entre si e os que têm a participação preferencial no ativo, ou por serem titulares do direito real de garantia, ou por serem credores com privilégio especial ou geral. Quem não declara o seu crédito não pode ser satisfeito com o ativo falencial. O ficar de fora do concurso de credores falencial não tem a consequência de preclusão do crédito. Mas tem a de não poder ser satisfeito com o patrimônio do devedor até o encerramento da falência" Tratado de Direito Privado, vol. XVIII, § 3330, 7).

Conclui-se, pois, que o síndico da massa falida está impedido de efetuar qualquer pagamento fora do juízo falimentar. Ao reclamante, portanto, ainda que detentor de crédito privilegiado, cumpre declará-lo perante o juízo universal da falência para possibilitar a execução da sentença proferida na esfera trabalhista.

Em assim sendo, totalmente incabível a aplicação do art. 467 da CLT, porque o pagamento de salários pende de uma condição antecedente, qual seja a habilitação do crédito, que não pode ser afastada.

Acórdão de 15.01.86
Proc. TRT 7654/85 — 1.ª Turma
Relator: Plácido Lopes da Fonte

5277 — PERDAS E DANOS — Locação. Pedido de ressarcimento das despesas decorrentes. Hipótese em que o autor pretende atribuir à reclamada a responsabilidade pelo pagamento dos meses de aluguel do imóvel situado na localidade para a qual foi transferido que se viu na contingência de satisfazer, após a rescisão imotivada do seu contrato de trabalho. Inexistência de fundamento jurídico ao deferimento da pretensão. Recurso do reclamante a que se nega provimento.

(...) O reclamante afirma, na inicial, que, transferido que foi para Tramandaí, condicionou-se a locar imóvel de moradia naquela cidade, vendo-se na contingência de efetuar o pagamento dos aluguéis respectivos até o término da vigência do contrato de locação, em 16 de maio de 1984, sustentando que, despedido que foi em 30 de dezembro de 1983, deveria a reclamada — porque injusta a despedida — assumir a responsabilidade pelo pagamento dos meses remanescentes. A reclamada, na defesa, assevera que a pretensão não encontra apoio na lei. A decisão de 1.º Grau acolheu a pretensão do trabalhador por reconhecer que, cessado o vínculo trabalhista por iniciativa do empregador e devendo o empregado retornar ao seu domicílio de origem, deve o primeiro arcar com os ônus decorrentes da cessação da prestação de trabalho. Daí o recurso da demandada, que deve ser acolhido. Não há, na verdade, fundamento jurídico que autorize o acolhimento da pretensão do trabalhador. O demandado não teve impugnada a legitimidade do ato de transferência, nem se vislumbra, em seu procedimento, ao despedir o trabalhador, o exercício abusivo da faculdade que a lei lhe atribui. Não se trata, pois, de hipótese em que, com base na aplicação subsidiária do direito comum, se possa atribuir ao reclamante ressarcimento por perdas e danos decorrentes da sua despedida. Ademais, a aplicação do preceito da lei comum, como é sabido, exigiria a prova cabal do prejuízo invocado, do que no processo não há qualquer evidência.

Acórdão de 19.06.85
Proc. TRT 1687/85 — 1.ª Turma
Relator: Antonio Salgado Martins

5278 — PIS — PLANO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL — Descumprida a obrigação do empregador de proceder ao cadastramento do empregado no PIS, assiste a este o direito a indenização por perdas e danos.

(...) Embora reconhecendo a relação empregatícia com o reclamante, a partir do momento em que assinou sua carteira profissional (1.º de maio de 1972), o demandado não providenciou no cadastramento do mesmo no PIS-PASEP, tendo comprovado apenas o recolhimento do valor constante da guia de fl. 22. Como de forma correta afirmou a sentença, o descumprimento de tal obrigação repercute negativamente no patrimônio do empregado, que tem direito a ver-se ressarcido dos prejuízos dele advindos através da medida judicial intentada perante esta Justiça Especial.

Cabível, portanto, a indenização por perdas e danos determinada pela decisão recorrida.

Acórdão de 13.08.85

Proc. TRT 2503/85 — 3.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5279 — PIS — PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL — Comprovado o prejuízo da empregada pelo não cadastramento na época própria no Programa de Integração Social, cabe ação trabalhista para obtenção do ressarcimento do dano causado.

(...) Não se conforma a demandante com a decisão de primeiro grau, ao lhe ser denegado o ressarcimento dos prejuízos oriundos pela sua não inclusão e/ou omissão na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no que se refere aos seus rendimentos no ano de 1983, argumentando com a existência de efetivo prejuízo, conforme esclarecimentos prestados pela Caixa Econômica Federal, através do ofício de fl. 22.

Com razão a autora. Os autos dão conta de que, efetivamente, perante a irregularidade da empresa na sua omissão ao não incluí-la na RAIS relativa ao ano de 1983, a empregada teve um prejuízo de Cr\$ 97.176, impossibilitando-lhe a liberação de tal valor, sob a forma de abono, na época oportuna. Portanto, desde já se afirma ter restado demonstrado o real prejuízo sofrido pela autora na percepção de seus rendimentos, os quais, como indica o aludido ofício de fl. 22, já se encontravam em época oportuna a serem auferidos. Assim sendo, não prosperam as alegações da contestante quando diz que o fato em tela é uma mera expectativa de direito, eis que não decorridos cinco anos de sua participação no Fundo. Por outro lado, o lapso ou omissão da empresa, qualquer que seja o nome que se atribua à irregularidade cometida, ainda que tenha diligenciado no sentido de incluí-la na RAIS, dias antes do ajuizamento da reclamação, não obstatizou a ocorrência do dano. Não há, portanto, que se falar em *bis in idem*, perante os termos límpidos dos documentos expedidos pela entidade bancária, como nos quer fazer crer a reclamada, uma vez que tal prejuízo, ainda que a empresa tenha tentado contorná-lo, posteriormente, não restará elidido.

Por derradeiro, cabe apenas frisar que se entende como competente esta Justiça Especializada para condenar a demandada ao ressarcimento em questão, por se tratar de uma decorrência de uma obrigação de natureza trabalhista, do empregador para com a empregada que, no caso, remonta ao valor de Cr\$ 97.176.

Acórdão de 09.01.86

Proc. TRT 6994/85 — 2.ª Turma

Relator: Antonio José de Mello Widholzer

5280 — PRÊMIOS — Há duas modalidades de prêmio. Pela primeira, as condições de sua percepção são fixas, pré-estabelecidas e imutáveis, sendo inalteráveis unilateralmente pelo empregador e em prejuízo do trabalhador. Pela

segunda, o critério de fixação do prêmio é múltiplo, variável bem como temporário e mutável, ensejando uma periódica adaptação às novas condições e circunstâncias de produção e de mercado, sendo lícito ao empregador rever o valor dos prêmios em conformidade com os múltiplos e variados critérios de fixação que presidiram sua instituição.

(...) A revisão do valor das quotas de venda que ensejavam a percepção de prêmio era superior à majoração nos preços dos medicamentos. Em razão disso, a R. sentença deferiu ao reclamante diferenças de prêmios pela aplicação às quotas de venda do mesmo percentual de aumento do preço da mercadoria.

Os prêmios são vinculados a fatores de ordem pessoal do trabalhador, como a economia de tempo, de matéria-prima, assiduidade, eficiência, rendimento, produtividade, etc., e têm natureza condicional, pois a sua percepção se subordina à verificação de determinado evento previamente estabelecido.

O prêmio pode ter origem, eventualmente, na liberalidade do empregador, mas uma vez pago com habitualidade se incorpora à remuneração, complementando o valor do salário.

Assemelha-se às comissões e às gratificações. Destina-se a premiar o trabalho prestado e estimular a diligência e eficiência do empregado, mas não se confunde com ambas as formas de remuneração. A natureza remuneratória dos prêmios deriva do indiscutível nexa causal com o esforço do empregado no trabalho que eles visam retribuir.

Existem duas modalidades de prêmio. A primeira é aquela que possui condições fixas, sendo inalteráveis unilateralmente pelo empregador e em prejuízo do trabalhador. Na segunda, o critério de fixação do valor do prêmio é múltiplo e variável, bem como é temporário, ensejando uma periódica adaptação às novas condições e circunstâncias de produção e mercado, no que diz respeito ao preço, procura, oferta, concorrentes, lançamento de novos produtos, produção, matéria-prima, etc. Em função da natureza variável das condições em que os prêmios visam retribuir e estimular o esforço do empregado, é lícito ao empregador alterar o valor dos prêmios.

Nesta última modalidade de prêmio se incluem os prêmios pagos pela empresa. Eles não se subordinam única e exclusivamente ao preço da mercadoria e sua majoração. O valor dos prêmios sempre foi variável desde a sua instituição, facultando ao empregador a revisão periódica de seu valor de acordo com os critérios que presidiram a sua instituição.

Além disso, não é o preço da mercadoria que determina o valor do reajustamento do salário e das parcelas que compõem a remuneração, mas a política salarial instituída na lei e as cláusulas de dissídio coletivo e ambas são omissas quanto ao reajustamento de prêmios pagos pelo empregador, prevalecendo o ajuste das partes.

No caso dos autos, o valor dos prêmios sempre foi variável e a empresa o alterou com o consentimento do empregado, ajustando-o às condições e modificações de mercado, não comprovando o reclamante qualquer prejuízo em relação aos múltiplos critérios que presidiram sua instituição e fixação do seu valor.

Sendo assim, foram lícitas as alterações e revisões realizadas pela demandada no tocante ao valor dos prêmios e indevidas as diferenças deferidas pelo julgado.

Acórdão de 22.01.86
Proc. TRT 7561/85 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5281 — PRESCRIÇÃO — Não interrompe a prescrição o processo que se extingue em decorrência de arquivamento. Ajuizado novo processo após dois anos da despedida do empregado, a prescrição encobre inteiramente a ação.

(...) Os efeitos do arquivamento equivalem aos da absolvição da instância, não interrompendo a fluência do prazo prescricional. O ajuizamento de ação interrompe-o, efetivamente.

Todavia, no processo do trabalho o ajuizamento da ação só se completa com o comparecimento do reclamante à audiência, o qual constitui ato essencial do processo.

Se deixa o demandante de praticar esse ato, o ajuizamento torna-se ineficaz, inclusive quanto ao efeito interruptivo da prescrição.

Assim, ajuizada a presente demanda mais de dois anos após a ruptura do vínculo empregatício, consumou-se, como decidido, a prescrição total do direito de ação.

Acórdão de 18.07.85

Proc. TRT 2265/85 — 2.ª Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5282 — PRESCRIÇÃO — Arquivamento de reclamatória. A prescrição não se interrompe com a reclamatória arquivada, pela ausência do reclamante. Art. 175 do Código Civil.

(...) A sentença recorrida entendeu que a reclamatória arquivada, em razão da ausência do reclamante, não interrompe a prescrição, com o que se rebela o autor.

Sem razão. Segundo dispõe o art. n.º 175 do Código Civil, a prescrição não se interrompe, quando se “achar perempta a instância”, sendo que a perempção da instância corresponde à extinção do processo, sem julgamento do mérito, de que trata o art. n.º 267 do CPC atual (antiga absolvição de instância do CPC de 1939). O arquivamento da reclamatória é caso de absolvição de instância.

Assim também entende Tostes Malta (*in* Prática do Proc. Trabalhista, pág. 253): “Arquivada a reclamação pelo não comparecimento do reclamante à audiência de conciliação e julgamento, o ajuizamento da reclamação deixa de surtir o efeito de interromper a prescrição, que continua a correr a partir da data em que fora considerada interrompida”.

No mesmo sentido ensina W. S. Campos Batalha (*in* Tratado de Direito Judiciário do Trabalho, ed. 1977, pág. 363): “A prescrição não se interrompe com a citação para o processo arquivado. O arquivamento corresponde à absolvição da instância, que torna sem efeito o processo em que sobrevém”.

Igual entendimento manifesta Breno Fischer (*in* A Prescrição nos Tribunais, Vol. II, pág. 434): “Assim, segundo o postulado legal, a citação que produziria, inicialmente, o efeito interruptivo, de conformidade com o disposto no art. 172 do Código Civil, perde sua eficácia, como se fosse nenhuma, desde que o réu seja absolvido da instância”. Esse autor, em abono de sua opinião, invoca Pontes de Miranda, Teixeira de Freitas e João Monteiro.

O efeito interruptivo de que trata o art. 172, inciso I, do Código Civil é o mesmo daquele constante do art. n.º 219 do CPC, cuja eficácia e validade da interrupção da prescrição ali prevista fica obviamente comprometida pela absolvição da instância (arquivamento no processo trabalhista), circunstância que desfaz a relação processual, como bem decidiu o Juízo de 1.º grau.

Não se pode, pois, no caso de arquivamento da reclamatória, considerar interrompida a prescrição, nem mesmo se apoiando no art. n.º 219 do CPC, posto que este dispositivo pressupõe o desenvolvimento normal do processo, sem, portanto, que ocorra absolvição da instância, hipótese esta não interruptiva da prescrição, conforme expressamente estabelece o art. n.º 175 do Código Civil.

Em tais circunstâncias, nem sequer se pode falar em contradição entre o art. 175 do Código Civil e o art. 219 do CPC, posto que ambos regulam situações distintas. De qualquer sorte, ainda que assim não fosse, prevaleceria a regulação do Código Civil, eis que se refere a norma de direito material, enquanto o art. 219 do CPC, evidentemente, é norma instrumental.

Acórdão de 17.09.85

Proc. TRT 2971/85 — 4.ª Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5283 — PRESCRIÇÃO — Suspensão da eficácia da relação contratual de trabalho. Prescrição. A suspensão do contrato em virtude de acidente do trabalho não é causa interruptiva da prescrição, cujas exceções à regra geral do art. 11 da CLT são taxativas, tanto no texto Consolidado como no Código Civil, de aplicação subsidiária no direito do trabalho, sem previsão para a hipótese vertente. Ademais, as pretensões, por sua natureza, dependem da prova dos fatos e só são exigíveis quando há efetiva prestação de trabalho. A ação, ajuizada há mais de dois anos da suspensão do contrato, seguida do despedimento do empregado sem prestação de trabalho após a alta do benefício, está irrecusavelmente prescrita.

(...) Os autos demonstram que o autor ingressou na reclamada em 28.04.80 e permaneceu afastado do serviço, em virtude de acidente do trabalho, no período de 13.12.81 a 02.02.84. Liberado da assistência médica, o demandante não prestou qualquer trabalho à reclamada, conforme ele próprio confirma em seu depoimento pessoal, porque despedido, sem justo motivo, no dia imediato à liberação, em 03.02.84, consoante revelam o documento de fl. 16 (dação do aviso prévio) e o recibo de quitação de fl. 19.

Na ação ajuizada o autor postula o pagamento de adicional de insalubridade, horas *in itinere*, horas extras impagas, diferenças de parcelas remuneratórias e rescisórias pela integração daquelas verbas. Analisando as pretensões, a MM. Junta julgou improcedente a ação sob o fundamento de que, não havendo prestação de serviços no período em que o reclamante esteve afastado do emprego por motivo de acidente bem como após a concessão da alta, descabiam as parcelas postuladas, eis que todas decorreriam da efetiva prestação de trabalho, e que, ademais, as parcelas anteriores a 13.08.82 estavam irremediavelmente prescritas.

O demandante não se conforma com a decisão, sustentando, em síntese, que o fato de estar suspenso o seu trabalho impediu o decurso da prescrição sobre quaisquer pretensões durante o período de seu afastamento.

Mantém-se a decisão. Como bem adverte a douta Procuradoria Regional do Trabalho, em seu parecer, a suspensão do contrato não é causa interruptiva da prescrição, e nada impedia que o autor ajuizasse a reclamatória no período de seu afastamento do emprego. Veja-se que o prazo prescricional do art. 11 da CLT tem início no momento em que os direitos tornam-se exigíveis. E, no caso em tela, isso ocorreu quando estava em curso o contrato, com a prestação efetiva do trabalho antes do acidente, desde que após não houve prestação de serviços à empresa.

As causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição são aquelas expressamente previstas no Código Civil, de aplicação subsidiária no direito do trabalho, arts. 168 a 176, no que couber. A legislação consolidada pouco trata do assunto, mas, sempre que o legislador quis, expressou em contrário à regra geral do art. 11 da CLT. Exemplo disso são os empregados menores de dezoito anos, contra os quais não corre prescrição (art. 440), e nos contratos de trabalho do empregado rural, que só passa a fluir com a extinção do vínculo de emprego (Lei 5889/73, art. 10). Vale dizer, sempre que a lei desejou abrir exceção aos prazos prescricionais, o fez taxativamente, tanto na lei civil como na consolidada, e nelas não há previsão para a tese defendida no apelo. Assim, a argumentação do recorrente, embora possa lhe parecer justa, não encontra respaldo legal.

Acórdão de 07.05.86
Proc. TRT 9302/85 — 1.ª Turma
Relator: **Ermes Pedro Pedrassani**

5284 — PRESCRIÇÃO — Empregado estável. Cessação da prestação de serviço por período superior a dois anos, motivada por incidente gerador de insuperável incompatibilidade entre as partes. Hipótese de ação proposta por empregado portador de estabilidade, em que proclama a persistência da vigência do contrato de trabalho. Reconhecimento da improcedência da pretensão.

(...) O reclamante, empregado rural estável, foi acusado pelo empregador como responsável pelo furto de ovelhas do estabelecimento em que trabalhava, fato ocorrido em fevereiro de 1980, conforme consta do relatório policial de fl. 7, do que resultou flagrante incompatibilidade entre as partes, que determinou a cessação, de fato, desde aquela época, das relações de trabalho existentes, encontrando-se em andamento, conforme notícia o reclamante, o processo-crime contra o mesmo instaurado. A presente ação trabalhista foi proposta pelo empregado em 13 de fevereiro de 1984, quatro anos após, aproximadamente, a ocorrência dos fatos referidos. Daí por que o reclamado, em sua defesa, suscita a prescrição do direito de ação do trabalhador, o que foi admitido pela decisão de 1.º Grau, que considerou o lapso de tempo transcorrido superior a dois anos, entre a data da cessação do trabalho e a da propositura da ação, de vez que o postulante não teria comprovado o que afirma na petição inicial para determinar a suspensão da fluência do prazo prescricional, ou seja, a prática de atos fraudulentos por parte do demandado.

O reclamante, no recurso, sustenta que o seu contrato de trabalho se encontra ainda em vigor, reportando-se à regra do art. 494 da CLT para afirmar que o relacionamento jurídico entre as partes se encontra suspenso na expectativa da instauração do competente Inquérito para apuração da falta grave que lhe foi atribuída.

Ainda que, confessadamente, o empregado tenha tomado a iniciativa de se afastar do serviço, por certo que a ele não pode ser atribuída a responsabilidade pelo afastamento porque, ante as circunstâncias, outro comportamento a ele não caberia adotar. Por outro lado, a responsabilidade do reclamante pelo furto de que o empregador foi vítima não está definida, mesmo porque não se trata, na espécie, de ação proposta pelo empregador visando a despedida de empregado estável. Daí se conclui que se gerou entre as partes, no plano do Direito do Trabalho, uma situação jurídica extremamente complexa: nem o empregador, transcorridos mais de dois anos, tomou a iniciativa, como deveria, de instaurar o Inquérito judiciário previsto no art. 494 da CLT, nem o empregado, também como deveria, denunciou a rescisão contratual por culpa do empregador, com base no que lhe autorizava o art. 483 da CLT. Ao invés disso, temos, transcorridos quatro anos, uma ação proposta pelo empregado em que sustenta a tese da imprescritibilidade do direito de ação visando obter o reconhecimento de que o vínculo empregatício persiste íntegro enquanto a rescisão não vier a ser decretada através do julgamento do inquérito que, porventura, em futuro próximo ou remoto, venha a ser instaurado pelo empregador. Certamente que a tese em que se apóia o trabalhador não deve ser acolhida. No caso dos autos estabeleceu-se uma situação de fato, perfeitamente definida, a qual não pode ser ignorada, como se pretende no recurso.

Com efeito, cessada a prestação de trabalho e, em consequência, o pagamento do salário, independentemente da ocorrência de qualquer fato jurídico determinante, nos termos da lei, da suspensão do contrato de trabalho, opera-se a extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece inerte na defesa de seus direitos durante o prazo de dois anos.

Trata-se de solução ditada pela conveniência social de se estabelecer um mínimo de segurança quanto aos possíveis conflitos do entrechoque de interesses nas relações jurídicas de trabalho, objetivo visado pelo instituto da prescrição.

Acórdão de 02.10.85
Proc. TRT 2905/85 — 1.ª Turma
Relator: Antonio Salgado Martins

(...) É inaplicável o Enunciado n.º 198 do TST em relação às perdas e danos pleiteadas pelo não cadastramento do empregado no PIS. Decorrente de obrigação de natureza fiscal (art. 10.º da Lei Complementar n.º 7/70), a prescrição para reclamar perdas e danos é de cinco anos.

Acórdão de 22.10.85

Proc. TRT 5848/85 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5286 — PRESCRIÇÃO — Indenização pelo não cadastramento no PIS. O direito à indenização decorre do contrato de trabalho, não tendo qualquer vinculação com a obrigação de caráter fiscal. A ação para haver a reparação do dano prescreve, pois, em dois anos, a contar da extinção do vínculo de emprego.

(...) Diz o autor que o direito de pleitear indenização pelo não cadastramento no PIS prescreve em cinco anos, de vez que se trata de obrigação de caráter fiscal.

Com a devida vênia, em que pese respeitáveis opiniões em abono da tese do reclamante, não se concorda com a mesma. Não há dúvida de que os direitos decorrentes do PIS não possuem natureza trabalhista, mas fiscal, e, por isso mesmo, não podem sequer ser questionados nesta Justiça Especializada.

Na espécie, o que se pretende é a reparação do dano causado pela falta de cadastramento, com a conseqüente perda de quotas no PIS.

Ora, o empregador tem a obrigação de cadastrar justamente em virtude dessa sua condição, ou seja, porque existe uma relação de emprego. Trata-se de dissídio entre empregado e empregador, porque este, por omissão, causou prejuízo àquele. Indubitável, assim, que o direito à reparação do dano decorre do contrato de trabalho. Ora, a prescrição bienal (art. 11 da CLT), salvo expressa disposição em contrário, aplica-se a todos os direitos oriundos da relação trabalhista, inclusive àqueles não previstos na CLT.

Registra-se, por oportuno, que a conclusão adotada não importa em desobrigar o empregador de seus deveres perante o PIS, a serem questionados no Juízo próprio.

Acórdão de 31.10.85

Proc. TRT 6737/85 — 2.ª Turma

Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5287 — PRESCRIÇÃO — O cotidiano recebimento de vantagem inferior à devida propicia o reinício da contagem do prazo prescricional para o exercício da ação. Súmula 168 do TST.

(...) Sustenta a demandada que a prescrição atingiu o direito dos autores formularem a pretensão contida na inicial de vez que o ato lesivo de seus direitos data de mais de dois anos, ocasião dos respectivos enquadramentos resultantes da reestruturação dos quadros. Sem razão, data venia. No Direito do Trabalho os atos que impedem a aplicação dos preceitos da CLT são nulos de pleno direito e não produzem nenhum efeito. Independentemente, portanto, de qualquer ação anulatória, passível de prescrição. Tem-se ainda que, no caso em tela, não foi o enquadramento dos reclamantes que originou seu direito de ação, mas o pagamento a menor do que o efetuado ao paradigma exercente da mesma função. O cotidiano recebimento de vantagem inferior à devida, renova-se a cada dia que passa e propicia o reinício da contagem do prazo prescricional para o exercício da ação. Aplica-se à espécie o disposto na Súmula 168 do TST.

Acórdão de 24.09.85

Proc. TRT 351/85 — 4.ª Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5288 — PRESCRIÇÃO — *Alteração do contrato de trabalho (art. 468 da CLT). Não prescrição do direito de ação do autor. Inaplicabilidade do Enunciado n.º 198 do Colendo TST. Processo que deve retornar à Junta de origem a fim de que esta se pronuncie sobre o mérito dos pedidos.*

(...) O autor não se conforma com a aplicação do Enunciado n.º 198 do Colendo TST que, ao considerar prescrito o direito de postular qualquer alteração do contrato de trabalho, fulminou os pedidos iniciais. Sustenta que a alteração contratual não é ato único do empregador. Afirma que aceitar tal tese implica revogação direta do art. 468 da CLT.

Procede o recurso. O art. 468 da CLT inquina de nulo qualquer alteração contratual que venha a causar prejuízos ao empregado, mesmo que este tenha anulado. Ainda, o fato de haver alteração do contrato não se constitui em ato único do empregador, eis que a vantagem suprimida renova-se a cada ato. O ato único previsto no Enunciado n.º 198 significa ato não continuado, não sucessivo. Se assim não fosse, um empregador poderia reduzir o salário do empregado e, após decorridos dois anos, embora nulo tal ato (art. 468), não poderia este postular as diferenças do biênio porque prescrito o direito de reclamar. Data venia não pode ser este o entendimento. Ademais, grande parte da doutrina entende que os atos nulos não prescrevem. Deste modo, a prescrição atinge apenas as diferenças vencidas já há mais de dois anos, não atingindo, pois, o direito de ação que se renova mês a mês. Assim, impende acolher em parte o recurso, para determinar a devolução dos autos à MM. Junta a quo a fim de que examine o mérito.

Acórdão de 29.04.86

Proc. TRT 8794/85 — 4.ª Turma

Relator: Dorval Knak

5289 — PRESCRIÇÃO — *Inexistência de prescrição do direito de ação para exame de alteração contratual.*

(...) A decisão recorrida não acolheu a preliminar levantada de prescrição da ação para reclamar a alteração contratual relativa às comissões, entendendo tratar-se de prescrição parcial.

Tal alteração deu-se em 1.º de janeiro de 1981, quando foram reduzidos pela empresa os percentuais de comissão sobre os produtos vendidos. Aduz a recorrente que estão prescritos quaisquer direitos anteriores ao biênio e que, tratando-se de ato positivo do empregador, incide o Enunciado n.º 198 do TST.

Sem razão. A hipótese não é a de incidência do Enunciado 198, como quer a recorrente, mas a de incidência do Enunciado 168. A redução dos percentuais de comissão sobre os produtos vendidos importou em redução salarial vedada em lei (arts. 9.º e 468 da CLT). Assim, em cada pagamento salarial renova-se a infração, com o que não prescreveu o direito de ação do autor, mas tão somente as parcelas anteriores ao biênio.

Acórdão de 29.04.86

Proc. TRT 7872/85 — 4.ª Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5290 — PRESCRIÇÃO — *Desnecessária é qualquer ação para retirar efeitos ao ato nulo, já que ele nenhum efeito produz. Não pode prescrever, por consequência, uma ação que não existe por falta de objeto. Por isto, o ato nulo não gera prescrição.*

(...) Não se conforma a reclamada com a condenação ao pagamento de diferenças de comissões e repercussões. Assevera que está demonstrado nos autos que o autor perdeu o cargo de chefia, por extinção de seu setor, em face da reestruturação administrativa, através da Ordem de Serviço de 1.º-06.81.

Diz que, ajuizando a reclamatória decorridos 2 anos, 3 meses e 18 dias, e observando-se a prescrição bienal decretada, entende que a decisão atropela o art. 11 da CLT. Sustenta, ainda, que, estando as prestações sucessivas ligadas a ato positivo do empregador, o biênio começa a correr a partir da prática deste ato. Transcreve doutrina de excelente lavra.

Sem razão, data venia. A pretensão articulada na inicial quanto a diferenças de comissões e reflexos versa sobre parcelas de trato sucessivo. Nesta situação a prescrição é sempre parcial e conta-se a partir do vencimento de cada parcela e não do direito do qual ela se origina, nos termos da Súmula 168.

Não há que se cogitar aqui da aplicação da recente Súmula 198, eis que o ato praticado pelo empregador não foi um só mas reiterado no curso do tempo pela redução dos pagamentos. Além disto, foi ato nulo, em face do art. 468 da CLT, considerando que a alteração das condições contratuais importou em prejuízo ao empregado. Não havendo necessidade de ação para tornar sem efeito o ato nulo — que já não produz efeitos como tal — impossível é cogitar-se de prescrição da ação.

Acórdão de 09.07.85

Proc. TRT 8880/84 — 3.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

6291 — PRESCRIÇÃO — *Não prescreve a pretensão à declaração de nulidade da alteração contratual, mas apenas as parcelas mensais. O ato nulo não gera efeito. Não extingue o direito, nem se convalida pelo decurso do tempo.*

(...) A perícia contábil informa na fl. 139 que os reclamantes, no período de 1.º-03-79 a 31-12-82, percebiam salário fixo no valor de um salário mínimo regional e comissões na base de 2,5%, 3%, 3,5% e 4% sobre as vendas, respectivamente, até os valores de 45, 61, 90 e acima de 90 salários mínimos; a partir de 1.º-01-82, a reclamada, com o consentimento dos empregados, suprimiu o pagamento do salário mínimo, passando a pagar comissões de 3,5% sobre vendas até 90 salários mínimos regionais e 4% sobre as vendas acima deste teto. Conclui o perito que o confronto entre os dois critérios de remuneração evidencia a ocorrência de prejuízo para os autores entre 10% e 20% ao mês, resultante da alteração contratual. Esta é a única prova realizada nos autos acerca do prejuízo decorrente da alteração contratual. A reclamada não comprova que a supressão do salário fixo e elevação dos percentuais de comissões mais baixos foram benéficas aos reclamantes. Por conseguinte, acolhe-se a conclusão do laudo pericial. O art. 468 da CLT dispõe que nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia. Havendo, pois, prejuízo para o empregado, o consentimento deste é nulo e, conseqüentemente, nula a alteração contratual. Embora a modificação das condições contratuais possa ser enquadrada como ato único e positivo a que se refere a Súmula 198 do TST, a prescrição não é total. Isto porque a alteração é nula. Sendo nula, não gera qualquer efeito, não extingue o direito do empregado, nem se convalida pelo decurso do tempo através da prescrição. Pode ser argüida a qualquer tempo e deve ser pronunciada pelo Juiz quando conhecer do ato ou dos seus efeitos, não lhe sendo permitido supri-la, ainda que a requerimento

das partes (art. 146 do Cód. Civil). Em face da nulidade, a lesão é continuada e permanente. A obrigação continua a vencer periódica e sucessivamente, contando-se a prescrição do vencimento de cada prestação e não do direito do qual se origina. Admitir-se a prescrição para reclamar a anulação da alteração contratual efetuada com prejuízo ao empregado importaria em abolir-se uma das maiores conquistas dos trabalhadores, estimulando o empregador a alterar continuamente o contrato de trabalho para suprimir ou reduzir vantagens anteriormente a eles concedidas até o completo esvaziamento do contrato de trabalho, quando não mais lhe convier manter os empregados.

Acórdão de 11.07.85

Proc. TRT 9903/84 — 2.ª Turma

Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5292 — PRESCRIÇÃO — A inércia do titular de pretensão, cujo deferimento deriva de direito vinculado a ato único do empregador, por prazo superior a dois anos, acarreta o encobrimento da eficácia do direito de ação.

(...) Renova a demandada a sua argumentação, expendida desde a contestação, de que está prescrito o direito de ação do autor de pleitear a anulação das alterações contratuais, havidas até 02.01.81, posto que ultrapassado o biênio prescricional, sem qualquer ato do autor.

O reclamante pleiteou a nulidade das alterações contratuais ocorridas durante o seu contrato de trabalho, como a supressão da parte fixa do salário, modificação da base de incidência das comissões e de seu percentual, redução dos prêmios.

Verifica-se, pela análise dos documentos de fls. 13/14 (contrato de experiência), 16/20, 21/22, 23, 24, 25/26 (contrato de trabalho), 27, 28, 29, 30, 33, 34/35, que as alegadas alterações contratuais, seja a nível de estabelecimento das comissões, seja no que concerne aos prêmios, foram feitas em 16.09.74, 10.06.75, 01.04.76, 01.08.78, 01.05.79, 01.10.79, 11.08.80, 15.10.80, 02.01.81, 01.06.77, 01.07.81, respectivamente.

Assim, a alteração do contrato de trabalho mais próxima deu-se em 01.07.81, em que foi firmado outro contrato de trabalho alterando o valor máximo dos prêmios, atingidas certas condições.

Em que pesem as razões da R. sentença, correta é a tese da reclamada, atenta, aliás, aos pronunciamentos mais recentes do Colendo TST.

Não fosse a exata configuração das hipóteses, ter-se-ia, por via indireta, afastado a incidência do art. 11 da CLT, pela aplicação indiscriminada da Súmula 168 do Colendo TST.

Não foi efetivamente esse o fundamento da supracitada Súmula, que, por não ter os seus contornos definidos, levou a uma generalização indiscriminada da adoção da tese da prescrição parcial, à exceção de alguns julgados.

Tanto as hipóteses se distinguem, que o Col. TST expediu recentemente, de forma mais clara, a orientação sobre a matéria — Súm. 198.

De qualquer sorte, há que se distinguir para que não se estabeleça o outro extremo, de que todos os atos são únicos e, portanto, prescrevem em dois anos, a partir da configuração do ato.

Assim, entendo que, para se classificarem as hipóteses, há que se distinguir o que se constitui em ato único, demarcador de prazo prescricional, estabelecido pelo art. 11 da CLT.

Não há a menor dúvida de que o caminho é a configuração entre o que se constitui em ato nulo e anulável, no âmbito do Direito do Trabalho, a fim de se guardar uma certa normatização com a parte geral do Direito Civil, que informa nessa matéria.

Não há como ajustar-se o Direito do Trabalho nessa matéria fora dos parâmetros fundamentais do Direito Civil, sob pena de não haver nenhuma sistematização lógica ou jurídica.

No caso em foco, as alegadas alterações do contrato de trabalho do autor foram procedidas com inequívoca ciência por este, que anuiu e permaneceu trabalhando, embora se modificassem as condições do contrato. De resto, não demonstrado, conforme perícia de fls. 142/148 e 174/175, que tenha havido prejuízo ao autor nas alterações de seu vínculo laboral.

Conclui-se, portanto, que o prazo prescricional iniciou-se a partir da data do ato inequívoco do empregador, que, no caso, era expresso em ordens de serviço escritas, das quais o autor demonstrava o seu conhecimento e anuência através de aposição de sua assinatura.

Não se pode concluir de outro modo, especialmente em se tratando, como no caso, de ato passível de anulação.

O autor, a cada nova alteração de seu contrato de trabalho, teria o prazo de dois anos para anular ditas alterações, o que não ocorreu em nenhum momento. De tal sorte que restam inequivocamente prescritas as suas pretensões, em face de sua inércia durante o prazo de dois anos.

A se entender de outro modo, jamais se estabilizariam as relações, eis que a aplicação pura e simples da Súmula 168 do TST, que tem hipótese fática diversa, levaria a situações de extrema injustiça.

No caso vertente, o autor teve ciência de todas as alterações procedidas em diversos momentos de seu contrato de trabalho, não tendo se insurgido na época, permanecendo o vínculo, sob outros contornos, por um largo espaço de tempo.

Assim, entende-se que a situação, que poderia originalmente ser invalidada, convalidou-se pela passagem do tempo e inércia de seu titular.

A última alteração procedida no contrato foi em 01.07.81 e a inicial foi ajuizada em 30.06.83, estando todas as parcelas anteriores a 30.06.81 prescritas, já que a prescrição conta-se da data do ato e não como pretende o autor de cada prestação que se venceu, sob pena de haver prestação sem qualquer fundamento. Nesse sentido a Súmula 198 do TST, em recente julgado transcrito na LTr 49-5/555 do TST.

Acórdão de 17.07.85

Proc. TRT 9740/84 — 1.ª Turma

Relator: Clóvis Roth Cidade

5293 — PRESCRIÇÃO — Ato único do empregador. Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado e que decorra de ato único e positivo do empregador, a prescrição conta-se da data em que a vulneração do direito se verificou.

(...) Todo o esforço do reclamante, ora recorrente, se desenvolve no sentido de obter a nulificação de ato da empregadora, praticado cinco meses depois que passara a vigorar seu contrato de trabalho e consistente na modificação da forma de pagamento de salário, que de salário estipulado à base de comissões se teria transformado em fixo. Em seu arrazoado, frisa o recorrente haver sido admitido em 11 de abril de 1977 e contratado para o cargo de Gerente de Relações Comunitárias, cujo conteúdo ocupacional seria vasto. Sublinha, ainda, o recorrente o teor da resposta da empresa recorrida, consoante a qual fora ele contratado para trabalhar como agente publicitário, na angariação de publicidade para seus veículos, e para, simultaneamente, acompanhar os trâmites da licitação para a edição dos catálogos telefônicos da Companhia Riograndense de Telecomunicações. Ainda segundo a recorrida, o pagamento de comissões seria devido unicamente ao pessoal que trabalhava em agenciamento de publicidade, não tendo o recorrente direito a essa paga por jamais ter realizado vendas. Independentemente do exame do mérito da pretensão, exemplarmente levado a cabo na primeira instância, há que se considerar a arguição da regra do art. 11 da CLT, oportunamente levantada pela recorrida. Como se vê, o contrato de trabalho do recorrente vigeu no período de 11 de abril de 1977 a 10 de outubro de 1980, e somente quando decorrido mais de um lustro vem o recorrente pleitear a reparação de ato que sua empregadora alegadamente praticara em setembro de 1977. A jurisprudência

transcrita no contra-arrazoado oferecido pela recorrida e os ensinamentos doutrinários que se lhe anexaram por fotocópia são respeitáveis e encontram, além disso, ressonância na orientação cristalizada no verbete n.º 198 da súmula de jurisprudência uniforme do colendo TST, *in verbis*: "Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único do empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações e não da lesão do direito". A documentação de fls. 27 e 28 dá conta da realização de seminário nacional dos gerentes da recorrida na cidade de Recife, uma de cujas resoluções teria consistido na alteração da forma de pagamento dos salários. O referido seminário se desenvolveu no período de 05 a 16 de setembro de 1977, nele se consubstanciando o ato único da empregadora, contra cujos efeitos o recorrente dispunha do prazo de dois anos para reclamar judicialmente.

É de se observar que a matéria, dentro das teses da nulidade e da anulabilidade do ato, seria, de todo modo, dirimida desfavoravelmente ao recorrente. De nulidade não há cogitar, porque de interesse público não se trata. Cogita-se, ao invés, de anulabilidade, invocável pelo diretamente interessado, devendo-se aplicar à espécie o preceito do art. 1008 do Código Civil Brasileiro, consoante o qual "a obrigação simplesmente anulável pode ser confirmada pela novação". No caso vertente, a novação contra a qual agora se rebela o reclamante resultou ratificada por sua inércia durante o biênio que ele deixou fluir.

Entre os fundamentos que justificam o instituto da prescrição merece realce o do interesse social. É sabido que, na vida em sociedade, a paz decorre da estabilidade das relações jurídicas, sendo-lhes nefasto o clima de incerteza. De acordo com a doutrina de Câmara Leal, a prescrição "foi criada como medida de ordem pública, para que a instabilidade do direito não viesse a perpetuar-se, com sacrifício da harmonia social, que é a base fundamental do equilíbrio sobre que se assenta a ordem pública". O presente processo retrata hipótese de alteração positiva do contrato de trabalho, na conformidade do que alega o recorrente. Por consequência, na forma da recente orientação sumulada, tem-se como prescrito o próprio direito de ação do reclamante.

Acórdão de 04.09.85

Proc. TRT 3137/81 — 1.ª Turma

Relator: Antonio Salgado Martins

5294 — PRESCRIÇÃO — CEEE. Pretensão a avanços trienais julgada prescrita. Os avanços trienais, no âmbito da demandada, foram substituídos pelo desdobramento e ampliação da gratificação adicional por ato legítimo do Governador do Estado, que aprovou, através do Dec. n.º 6158/55, a Resolução n.º 107 do Conselho Estadual de Energia Elétrica de 1953. Não se trata de prestações periódicas cuja aquisição do direito se renova autônoma e sucessivamente, mas de ato único e positivo do empregador, a partir do qual começa a correr a prescrição. Não é possível pleitear prestações mensais sem invalidar a Resolução n.º 107/53, que procedeu à substituição dos avanços pelo desdobramento e ampliação da gratificação adicional. Admitir-se o contrário seria protrair indefinidamente no tempo o direito de ação, eternizando conflitos e controvérsias, em detrimento da estabilização e da harmonia que devem necessariamente presidir às relações de trabalho. Recurso a que se nega provimento.

(...) A demandada foi a maior autarquia do Estado do Rio Grande do Sul. Sempre outorgou maiores vantagens aos seus servidores do que o Estado concedia aos funcionários públicos, e isso perdura até hoje com a sua transformação em sociedade de economia mista, que ensejou a acumulação do regime estatutário com o da legislação do trabalho em favor dos seus antigos servidores extranumerários. Antes do advento da gratificação de natal, pagava uma gratificação de fim de ano. Também concedia gratificação de férias, gratificação de farmácia, etc., que os funcionários públicos não desfrutavam.

Uma das razões para que os servidores da reclamada percebessem maiores vantagens decorria da circunstância de que ela própria estabelecia o regime jurídico dos seus servidores, em consequência da autonomia administrativa e financeira que lhe foi delegada. A Lei n.º 1744 de 1952, que constituiu a autarquia, dispôs no art. 11, *verbis*: O quadro de servidores da CEEE, bem como os seus direitos, vantagens e deveres serão definidos e fixados mediante proposta do Diretor Geral, pelo Conselho, que submeterá a sua decisão à aprovação do Governador do Estado. Na regulamentação desta lei pelo Dec. n.º 3599/52, estabeleceu o art. 73 que, enquanto a lei não regular em sistema estatutário próprio, os direitos e vantagens dos empregados das autarquias, são aplicáveis as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos para os efeitos de férias, licenças, disponibilidades, aposentadorias, gratificações adicionais, licença-prêmio e regime disciplinar.

O Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Lei n.º 1751 de 22 de fevereiro de 1952) criou os avanços pretendidos pelos reclamantes. Esses avanços foram regulamentados pela Lei Estadual n.º 2020 de 1953, sendo estendido este direito aos servidores autárquicos pelo art. 24 e confirmada essa extensão no art. 13 da Lei Estadual n.º 2260, conforme os postulantes informam na inicial à fl. 3.

A demandada não concedeu os avanços aos seus servidores. O Diretor Geral, através de Exposição de Motivos, propôs, ao invés de avanços, o desdobramento e ampliação das gratificações adicionais de 15% e 25% para pagamento de 5%, 10%, 20% e 30%, conforme o servidor alcançar, respectivamente 5, 10, 20 e 30 anos de serviço prestado exclusivamente à autarquia. Essa Exposição de Motivos foi aprovada pela Resolução n.º 107/53 do Conselho Estadual de Energia Elétrica e submetida ao Governador do Estado. Este, através do Dec. n.º 6158 de 1955, aprovou a referida Resolução.

Daí porque, após a Resolução n.º 107/53, foi dada nova redação ao art. 73 do Dec. n.º 3599, passando a referir-se a aplicação das disposições da Lei n.º 1751/52 (Estatuto dos Funcionários Públicos) tão-somente para efeitos de férias, licença, disponibilidades, aposentadoria, licença-prêmio e regime disciplinar, omitindo-se quanto aos avanços e às gratificações adicionais em razão da existência de ato próprio da demandada regulando a sua aplicação na autarquia.

Portanto, os avanços, na reclamada, foram substituídos pelo desdobramento e ampliação da gratificação adicional pela Resolução n.º 107, aprovada pelo Dec. n.º 6158/55. Corretamente a MM. Junta julga prescrita a ação. Esta foi ajuizada em 1984. A prescrição começou a correr a partir da vigência da Resolução n.º 107/53.

No caso, não se trata de prestações periódicas e sucessivas, cujas condições de aquisição do direito se renovam mensalmente, mas de ato único e positivo. Não é possível pleitear prestações mensais, sem invalidar o ato que procedeu à substituição dos avanços pelo desdobramento e ampliação das gratificações adicionais.

O marco inicial da prescrição é, pois, o ato único e positivo do empregador. Prescrita a ação tendente a anulá-lo, prescrevem igualmente as prestações decorrentes. Admitir-se o contrário seria protrair indefinidamente no tempo o direito de ação, eternizando conflitos e controvérsias, em detrimento da estabilização e da harmonia que devem necessariamente presidir às relações de trabalho.

Acórdão de 28.08.85
Proc. TRT 2597/85 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5295 — PRESCRIÇÃO — Complementação de proventos de aposentadoria. Prescrição das parcelas anteriores ao biênio do ajuizamento da ação, intentada dois anos após a jubilação do autor.

(...) Com a devida vênia da MM. Junta a quo, não está prescrito o direito do autor de pleitear a complementação de aposentadoria, ao entender aplicável à espécie o Enunciado de n.º 198 do Colendo TST.

Com efeito, os proventos de aposentadoria, como direitos decorrentes de uma relação de emprego, se projetam no tempo, sendo inegável o seu reconhecimento como prestações de trato sucessivo. Deste modo, perante a ocorrência de uma infração continuada do direito do qual se considera detentor o reclamante, renovada mês a mês, a prescrição se conta do vencimento de cada uma das parcelas e não do direito do qual promanam.

Diante do que, reconhece-se ao autor o direito de postular a complementação de sua aposentadoria, na forma requerida, pois estão atingidas pela prescrição somente as parcelas anteriores ao biênio, devendo os autos retornarem à instância de origem para apreciação da matéria ventilada no processado.

Acórdão de 14.11.85

Proc. TRT 5183/85 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5296 — PRESCRIÇÃO — *Ajuizada a ação há mais de dois anos da data da aposentadoria e do recebimento da primeira complementação mensal, incide prescrição extintiva da pretensão. A concessão de complementação constitui ato único, daí se contando a prescrição.*

As prestações mensais não subsistem por si. Supõem a existência daquela concessão inicial. Não se trata de obrigação que se desdobre sucessiva e autonomamente em uma série de outros atos periódicos, mas de ato único, sendo aplicável a exceção a que se refere a Súmula n.º 198 do Egrégio TST. Admitir-se o contrário seria protrair indefinidamente no tempo o direito de ação do trabalhador em detrimento da estabilização e da harmonia que devem necessariamente presidir as relações de trabalho, bem como pôr em risco a própria subsistência do empregador. Recurso ordinário a que se dá provimento para julgar prescrita a ação.

(...) Foi argüida pelos demandados em defesa prévia, sendo renovada no recurso, porque a r. sentença recorrida acolheu apenas a prescrição das prestações vencidas há mais de dois anos do ajuizamento da ação. O reclamante se aposentou em 31 de dezembro de 1980, consoante informa na inicial e ajuizou a reclamatória trabalhista em 31 de agosto de 1983, mais de dois anos após a aposentadoria. Está prescrita inteiramente a pretensão. Todas as ações são prescritíveis, salvo aquelas cujos direitos constituem irradiações da personalidade humana, o que não é o caso dos autos. Não se aplica a prescrição parcial quanto às prestações, mas total. Admitir-se o contrário seria protrair indefinidamente no tempo o direito de ação do trabalhador em detrimento da estabilização e da harmonia que devem necessariamente presidir as relações de trabalho e da própria subsistência do empregador.

O disposto no art. 11 da CLT é amplo, sendo incabível a aplicação de uma interpretação restritiva dos seus termos que torne imperecível qualquer direito. Estabelece a prescrição em dois anos do direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de dispositivo nela contido. Observe-se bem, refere-se a qualquer ato infringente.

A única exceção no direito do trabalho é naqueles casos em que a obrigação se desdobra, sucessiva e autonomamente, em uma série de outros atos periódicos e sucessivos. Nesta hipótese a prescrição atingiria somente as prestações, cujas condições de aquisição do direito se renovam periodicamente. Não é o caso da complementação de aposentadoria. A sua concessão constitui ato único, exaurindo-se em si mesmo as conseqüências que dele dimanam. As prestações não subsistem por si. Supõem a existência daquela concessão inicial que, além de reconhecer o direito do aposentado, fixa a base de cálculo do benefício e o respectivo critério para a determinação do seu valor.

Não é possível pleitear as prestações sem questionar o ato que lhe deu origem. O marco inicial para a contagem da prescrição é ato positivo que viola o direito. Decorrido o biênio legal, e argüida a prescrição, é insuscetível de conhecimento a ilegalidade do ato, extinguindo-se a controvérsia que eventualmente pesava sobre ele.

Acórdão de 15.01.86

Proc. TRT 4341/85 — 1.ª Turma

Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5297 — PRESCRIÇÃO — É da data do ato lesivo do direito que se conta o prazo prescricional do art. 11 da CLT. Os critérios adotados no cálculo de proventos do autor, resultantes da aplicação de circulares internas do banco, constituem ato único do empregador, a teor do Enunciado 198 do TST. Prescrição do direito de ação que se confirma.

(...) Pleiteia o autor o afastamento da prescrição do direito de ação decretada na sentença de 1.º grau.

O pedido inicial busca o pagamento de complementação mensal de aposentadoria, até 30/30 avos da média trienal dos proventos totais do autor, considerados os anos de serviço computados para efeito de aposentadoria, até o máximo de 30, e não somente o tempo de serviço efetivamente prestado ao banco.

A relação de emprego havida entre as partes encerrou-se em 10 de setembro de 1974, diante da aposentadoria do autor, por tempo de serviço.

Fundamenta o demandante sua pretensão nas disposições da Circular Funci 398/61 e aponta como violadora dos seus direitos a Circular Funci 436/63, por entender as alterações produzidas pelo reclamado como atentatórias ao contrato havido entre as partes.

A complementação de aposentadoria pleiteada pelo autor resulta das disposições da Circular Funci 398/61, que refere como condições para o benefício a necessidade de contarem os empregados, no momento da jubilação, com 30 anos de serviços prestados ao banco e 50 anos de idade, no mínimo. Tratando-se de disposições relativas à aposentadoria, é evidente que o implemento do direito constante de suas cláusulas só se configura com a jubilação e desde que cumprida as exigências regulamentares. Antes disso nada mais é do que expectativa de direito, portanto incerta e passível de reconhecimento.

A Circular Funci 436/63 ratificou as condições anteriores estabelecendo, no entanto, critério de proporcionalidade para os empregados que não contassem com os 30 anos de serviço ao banco, critério esse adotado em relação ao autor. Ora, o que se depreende dos fatos é que o momento da constituição do direito em si é o da jubilação do empregado. Assim, no caso presente, julgando-se o autor prejudicado pelas alterações das normas internas do banco no momento do cálculo dos seus proventos, por ocasião da aposentadoria, deveria ter manifestado sua inconformidade até dois anos após a consumação do ato por ele tido como lesivo.

Entendemos que os critérios adotados pelo reclamado no cálculo dos proventos do autor, quando da jubilação, configuram, a toda evidência, ato único a que alude o Enunciado 198 do TST, pois desse momento passou a fluir o prazo prescricional de que trata o art. 11 da CLT.

O autor, no entanto, ingressa com a reclamatória mais de dez anos após a sua aposentadoria e a sua inércia, por tão longo tempo, culminou na prescrição do direito em si e não apenas das parcelas, como pretende. E isso porque a vantagem pleiteada não constitui direito reconhecido e indisponível, posto que somente lhe seria devido se desconstituído o ato positivo do empregador, o que deveria ter sido pleiteado dentro do prazo do art. 11 da CLT.

Tratando-se, portanto, de direito disponível e passível de reconhecimento, não possui a natureza legal de um precelto de ordem pública, de sorte que o

decurso do tempo atinge o próprio direito e não apenas as parcelas dele decorrentes. Ressalte-se, ainda, que o instituto da prescrição nasceu como medida de ordem pública, para que a instabilidade do direito não viesse a perpetuar-se, com sacrifício da harmonia social. E o princípio da proteção ao empregado, parte economicamente mais fraca da relação laboral, não pode implicar o arrendamento de princípios basilares do Direito, dos quais o Instituto prescricional é exemplo.

Acórdão de 08.04.86
Proc. TRT 4233/85 — 3.ª Turma
Relator: Ronaldo Lopes Leal

5298 — PRESCRIÇÃO — absoluta. Ato empresário único e positivo. Alteração contratual. O ato do empregador que altera critérios de cálculo e pagamento de diárias ou ajuda de custo constitui ato único e positivo, a partir do qual passa a fluir o prazo de dois anos para que os empregados afetados pleiteiem a reparação do direito violado.

(...) Relata o reclamante, ora recorrente, na petição inicial do processo que, quando da transformação da extinta autarquia estadual Comissão Estadual de Energia Elétrica na atual sociedade de economia mista, que é a Companhia Estadual de Energia Elétrica, vigorava norma regulamentar, a Norma de Serviço n.º 3.3.1.0, de 1.º de outubro de 1963, que regulava os critérios de cálculo e pagamento de diárias ou ajudas de custo. Narra, ainda, o recorrente que a empresa recorrida, a despeito de seu regulamento, não vem cumprindo as disposições deste, pagando diárias ou ajudas de custo em valores bem inferiores aos previstos na precitada Norma de Serviço n.º 3.3.1.0. A recorrida, ao se defender, sustentou a tese da alterabilidade das diárias e esclareceu que o regime de diárias instituído mediante a citada norma de serviço fora alterado em 31 de maio de 1966, através da Resolução n.º 269. Constituiu esta resolução ato único e positivo da empregadora, contra o qual se deveria o empregado rebelar no prazo de dois anos, segundo acertadamente observou o douto juiz da primeira instância. No caso debatido, tem-se sob apreciação direito disponível. A questão trata, portanto, de ato anulável, porque praticado em violação a preceito que protege interesse individual do recorrente. A Resolução n.º 269, de 31 de maio de 1966, constituiu o marco a partir do qual se escoou o biênio da prescrição absoluta. A decisão da MM. Junta está correta e representa a melhor orientação jurisprudencial a respeito do tema vinculado à existência de atos que alteram cláusulas do contrato de trabalho.

Acórdão de 26.02.86
Proc. TRT 4386/85 — 1.ª Turma
Relator: Antonio Salgado Martins

5299 — PRESCRIÇÃO — do direito de ação, reconhecida porque decorrente de ato único do empregador, praticado há mais de dois anos de ajuizamento da reclamatória.

(...) Os pedidos relativos às diferenças de remuneração por promoção, supressão da "ajuda de custo" e incorporação incorreta do "auxílio-medicamento" têm por fundamentos fatos ocorridos, respectivamente, em setembro de 62 e novembro de 65 o primeiro, em novembro de 69 o segundo e, por fim em outubro de 77 o terceiro.

A ação visando à reparação do alegado dano foi ajuizada em 01.12.83, mais de dois anos depois, portanto, das datas antes citadas.

Está prescrito o direito de ação. Não interessa, para definição e concesso do "ato único" de que trata o Enunciado n.º 198 do TST, seja o ato do empregador positivo ou negativo, formalizado ou não, omissivo ou comissivo. Basta a exte-

riorização da vontade, em determinado momento, projetando-se para o futuro em prejuízo para o empregado, salvo, por evidente, quando a hipótese abrange descumprimento de lei, acordo coletivo ou sentença normativa garantidores de direitos mínimos do trabalhador.

Excluem-se da condenação, portanto, por prescrito o direito de ação, diferenças decorrentes de promoção, da integração e supressão da ajuda de custo e, ainda, da incorporação do auxílio-medicação.

Acórdão de 22.10.85
Proc. TRT 3418/85 — 4.^a Turma
Relator: Mário Somensi

5300 — PRESCRIÇÃO — *O direito de postular a revisão de enquadramento no quadro de carreira da empresa prescreve em dois anos, a contar do ato empresarial que pretendeu dar caráter definitivo à situação funcional de seu empregado. Aplicação, à espécie, da Súmula 198 do TST.*

(...) Ação de enquadramento. Prescrição. À época em que foi reestruturado o quadro de carreira da empresa (03.08.77), encontrava-se o reclamante afastado do serviço, por motivo de doença, tendo ocorrido seu enquadramento apenas em 1.^o 10.81, quando retornou ao trabalho. Alegando que as tarefas que passou a exercer não são próprias do cargo em que foi posicionado (Auxiliar de Materiais I), pretendeu o reclamante, com sucesso em 1.^o Grau, seu reenquadramento no cargo de Agente de Compras, classe 8, com nível proporcional ao seu tempo de serviço. Contra tal decisão rebela-se a reclamada, arguindo a prescrição do direito de ação por parte do reclamante.

Com razão. Se o aspecto fundamental a ser resolvido na demanda é o que diz respeito ao correto posicionamento do autor no quadro de pessoal organizado da empresa, posto que os demais direitos postulados estão atrelados à definição do direito de enquadramento, é forçoso reconhecer-se, efetivamente, estar prescrito o direito de o autor postular a revisão de seu posicionamento funcional e demais decorrências, uma vez que a reclamação somente foi intentada em 24.02.84, quando já decorridos mais de dois anos do ato inquinado lesivo. A prescrição, no caso, é total, e se conta a partir do ato único do empregador que buscou dar caráter definitivo à situação funcional de seu empregado. Este, aliás, é o entendimento jurisprudencial emanado no verbete n.^o 198 da Súmula do TST.

Dou provimento ao apelo para, declarando prescrito o direito de ação por parte do autor, absolver a reclamada da condenação que lhe foi imposta.

Acórdão de 18.06.85
Proc. TRT 9546/84 — 4.^a Turma
Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5301 — PRESCRIÇÃO — *Férias-antigüidade e participação nos lucros. Configura-se como ato único a abolição pelo empregador de ambas as vantagens, contando-se daí a prescrição bienal, eis que a lesão não é contínua e permanente, nem se renova periodicamente.*

(...) Férias-antigüidade. Corretamente a r. sentença julga prescrita a pretensão, o que afasta e elide a incidência da Súmula n.^o 51 do Egrégio TST.

O regulamento de pessoal do Banco, de setembro de 1952, assegurava essa vantagem no art. 88 transcrito pela perícia contábil à fl. 81, verbis: Ao empregado que contar mais de doze anos completos de serviço no Banco será concedido um dia útil de férias por ano de serviço subsequente.

A Resolução n.^o 1839, de 20 de setembro de 1962, revogou o direito à percepção às férias-antigüidade para os empregados admitidos após 30 de setembro de 1958. Tal Resolução foi juntada pela perícia contábil à fl. 98. Em

razão dessa Resolução, foi introduzida modificação no regulamento de pessoal, passando a ter a seguinte redação: O empregado admitido até 30 de setembro de 1958, que contar mais de doze anos de serviço efetivo no Banco, terá direito a um dia útil de "férias-antigüidade", por anos de serviço subsequente (art. 94, fl. 36).

O reclamante foi admitido em 16.10.61. O direito às férias-antigüidade, conforme se observou, foi assegurado pela Resolução n.º 1839/68 aos empregados admitidos até 30 de setembro de 1958.

Essa Resolução se enquadra como ato único do empregador.

Não se trata de lesão individual que atinja prestações periódicas. Se houve lesão de direito, essa ocorreu através da Resolução n.º 1839/68, exaurindo-se em si todas as consequências como ato único.

Em decorrência, incide a exceção a que alude a Súmula n.º 198 do Colendo TST. Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único do empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações, e não da lesão do direito.

Participação nos lucros. Da mesma forma, a pretensão se acha prescrita, tal como julgou a decisão recorrida, sendo aplicável, também, a exceção contida na citada Súmula n.º 198. A participação nos lucros foi instituída pela Resolução n.º 1518, de agosto de 1963, e extinta pela Resolução n.º 1986, de 14 de setembro de 1971. Em seu lugar, esta Resolução instituiu a bonificação mensal e o prêmio desempenho, que visaram substituir a participação nos lucros. Essa substituição de uma vantagem por outra equivalente se enquadra como ato único, daí contando-se a prescrição bienal.

Acórdão de 27.11.85
Proc. TRT 7667/85 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5302 — PRESCRIÇÃO — Folgas suprimidas há mais de dois anos do ajuizamento da reclamatória. Prescrição da ação repelida. Incidência do Enunciado n.º 198 da Súmula do TST.

(...) Ficou evidenciado pela perícia que foram suprimidas duas folgas mensais sem o correspondente pagamento de salário pelo trabalho então prestado em tais dias. A demandada, no recurso, argumenta com a prescrição da ação. Há, de certa forma, inovação da lide. Embora na defesa tenha-se argüido a prescrição bienal, esta referiu-se às prestações vencidas há mais de dois anos. Em nenhum momento argüiu-se prescrição da ação. De qualquer sorte, rejeita-se esta preliminar, com base no mesmo enunciado em que a ré fundamenta seu recurso. O direito do autor às prestações periódicas vencidas até dois anos do ajuizamento da ação está garantido no verbete n.º 198 da Súmula do TST. A supressão das folgas mensais, pelo empregador, não pode ser entendida como decorrente de ato único. Este se verifica sempre que atingir apenas uma prestação e não prestações sucessivas, pois inconfundível ato único com ato unilateral.

Acórdão de 04.02.86
Proc. TRT 4265/85 — 3.ª Turma
Relator: *João Antonio G. Pereira Leite*

5303 — PRESCRIÇÃO — FGTS. Nulidade da opção por este regime por vício de consentimento — erro e coação. Não se confunde tal anulação com a nulidade do ato por falta de requisito essencial para a sua constituição e validade. Esta nulidade não prescreve, pois o ato inexistente juridicamente, mas a anulação por vício de consentimento prescreve. A opção pelo FGTS não envolve prestações periódicas. Constitui ato único, cuja prescrição começa a correr do dia em que se realizou. Não se presume subsistente a coação e o erro até a extinção do contrato de trabalho. Preliminar que se acolhe para julgar prescritas as pretensões.

(...) Sustenta o recorrente que restou comprovada a nulidade da opção pelo FGTS pela coação exercida pelo empregador. Também renova a alegação de que, quando optou pelo FGTS, não houve renúncia expressa à estabilidade no emprego, parecendo-lhe que, mesmo optando, continuaria a ser empregado estável.

A opção foi manifestada em 27.08.76 perante o Juiz de Direito da Comarca de Espumoso, com efeito retroativo a contar de 01.02.76. A reclamatória trabalhista foi ajuizada em 07 de janeiro de 1982. Está prescrita a ação para postular a anulação do ato por vício de consentimento — erro e coação. Trata-se de ato único que não envolve prestações periódicas devidas ao empregado. A prescrição bienal se conta a partir deste ato único. A prescrição foi argüida em defesa prévia pelo recorrido e renovada nas contra-razões.

Aplica-se a exceção a que alude o enunciado da Súmula n.º 198 do Egrégio TST: Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único de empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações, e não da lesão do direito.

Não se confunde a anulação por vício de consentimento com a nulidade do ato por falta de requisito essencial para a sua constituição e validade. Esta nulidade não prescreve, pois o ato inexistente juridicamente. Mas a anulação por vício de consentimento prescreve.

No direito comum é expressa a prescrição para rescindir o contrato por coação, erro, dolo e simulação (art. 178, § 9.º, inciso V do Código Civil). No direito do trabalho, também prescreve o ato anulável. O prazo desta prescrição é de dois anos.

Não se presume que a coação subsista até a extinção do contrato de trabalho. Ainda mais que o empregado pode se retratar no prazo de 365 dias a contar da opção. Cessa a coação e o erro no dia da opção pelo FGTS. Essa opção foi manifestada perante o Juízo competente que a homologou.

A homologação do ato tem por fim inteirar ao empregado a natureza da opção e suas consequências, inclusive com relação à perda da estabilidade no emprego por aquele que a detém ou a extinção da expectativa de adquiri-la.

Verificando o Juiz que o empregado opta pelo regime do FGTS com pleno conhecimento da natureza do ato e suas consequências, inexistindo qualquer vício de consentimento, homologa a opção.

Assim, acolhe-se a preliminar de prescrição da ação renovada em contra-razões pelo recorrido.

Acórdão de 20.11.85
Proc. TRT 5205/82 — 1.ª Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5304 — PRESCRIÇÃO — *E nula a alteração unilateral do contrato de trabalho do empregado (art. 468 da CLT). A supressão de horas extras se renova mês a mês, em razão do que a prescrição atinge apenas as prestações que excedem ao biênio.*

(...) Supressão de horas extras. Dissente a recorrente acerca da supressão de horas extras ocorridas há mais de dois anos antes do ajuizamento da inicial (janeiro/81). Cabe decidir se prescreveriam as parcelas que excedem ao biênio ou a própria ação para restabelecê-las. Sustenta que a ação que busca se decreta a nulidade da alteração contratual está prescrita, pois só dessa decisão pode surgir o direito do reclamante a prestações sucessivas.

Data *venia*, não lhe assiste razão. A interpretação da matéria em exame há de ser feita com extremo cuidado, tendo em vista que, não dispondo o empregado de garantia do emprego, sujeita-se a ser despedido quando ajuíza reclamatória trabalhista. A iniciativa, portanto, usualmente só é tomada a partir da rescisão do contrato. Desta realidade, não há como fugir, eis que diuturnamente comprovada, devendo o julgador, *data maxima venia*, ao examinar a matéria, ter presente esta circunstância.

A supressão de horas extras se renova mês a mês, em razão do que a prescrição atinge, apenas, as prestações que excedem o biênio. Além disso, considerando-se nula a alteração unilateral do contrato de trabalho do empregado, conforme o art. 468 da CLT, há de se concluir tratar-se de ato insuscetível de prescrição.

Acórdão de 26.06.85

Proc. TRT 1142/85 — 1.ª Turma

Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5305 — PRESCRIÇÃO — Bancário. Horas extras pré-contratadas. Supressão dessa parcela e sua substituição por gratificação de função em valor superior a um terço do salário do cargo efetivo e à remuneração suprimida das horas pré-contratadas. Pretensão irremediavelmente prescrita, porque o ato que suprimiu o pagamento da respectiva remuneração, em razão do comissionamento do empregado em outra função, ocorreu há mais de dois anos do ajuizamento da ação. O ato do empregador não é contínuo e sucessivo, mas único, enquadrando-se na exceção a que alude a Súmula n.º 198 do Egrégio TST.

Acórdão de 30.10.85

Proc. TRT 6442/85 — 1.ª Turma

Relator: Ermes Pedro Pedrassani

5306 — PRESCRIÇÃO — Redução de gratificação que se repete mês a mês. Prestações periódicas. Prescrição das prestações vencidas há mais de 2 anos. Recurso provido.

(...) Deu-se por prescrita a pretensão do reclamante, baseando-se o julgador em que o interesse da demandada era particular e não de interesse geral. Ora, a avaliação dos interesses é sempre extremamente discutível e, no caso, parece certo que a maioria dos artigos da CLT, de ordem pública, tutelam interesse geral. Assim ocorre com o art. 468 do mesmo diploma, que sanciona, por isso, de nulidade, e não de anulabilidade, os atos praticados com ofensa a seu mandamento. Nem prospera a lição dos que insistem em nulidade relativa, ou anulabilidade, no caso do art. 468 consolidado. Os atos dos quais resulte prejuízo ao empregado são nulos, diz a lei, sem vacilações. Não há porque dizê-los anuláveis. O referido artigo, exatamente, visa a impedir a investigação, caso a caso, dos vícios de consentimento, quando então, após laboriosa prova, o ato seria anulável. Assim sendo, e para evitar os percalços de tal alegação e tais provas, é que o legislador os declarou nulos.

E, face do exposto, a prescrição, no caso, não atinge senão as prestações que se vencerem periodicamente, pois o reclamante viu reduzida sua gratificação e a redução perdurou mês a mês. A natureza do ato, à evidência, não é a de ato único do empregador, nem é a de ato positivo. A ação não está prescrita como se decidiu em 1.º Grau.

Acórdão de 24.10.85

Proc. TRT 2058/85 — 2.ª Turma

Relator: Adão Eduardo Häggstram

5307 — PROFESSOR — tem direito à remuneração do repouso semanal, independentemente de ter o salário calculado de acordo com o art. 320, § 1.º, da CLT.

(...) Calculados os salários de acordo com a carga de horário semanal e considerado o mês composto de quatro semanas e meia (art. 320, § 1.º, da CLT), tem o professor direito, ainda, à remuneração dos repouso semanais.

O entendimento do reclamado, de que quatro semanas e meia correspondem a 31,5 dias, nestes estando incluídos os repousos, não pode prevalecer. O disposto no art. 320, § 1.º, da CLT, de redação anterior à Lei n.º 605/49, tem por finalidade, apenas, determinar o modo de cálculo do salário do professor à base das efetivas horas de aula dadas, arbitrando o mês como de quatro e meia semanas apenas para evitar variação nominal da remuneração no decorrer do tempo.

Acórdão de 22.10.85
Proc. TRT 5533/85 — 4.ª Turma
Relator: Mário Somensi

5308 — PROFESSOR — Repouso semanal remunerado. Base de cálculo. Tem o professor direito ao pagamento do repouso semanal calculado na base de 1/6 do salário hora ministrado durante a semana, desde que sua remuneração mensal tenha por base a carga horária semanal efetiva. O mês do professor, na forma do § 1.º do art. 320 da CLT, será constituído de quatro semanas e meia.

(...) A empresa sustenta que na composição salarial do reclamante já estava incluída a remuneração dos dias de descanso, porque efetuava o pagamento do professor com base em 4,5 semanas, o corresponderia a 31,5 dias.

Sem razão. Em primeiro lugar o perito, à fl. 60, esclarece que o salário do professor, calculado na base de 4,5 semanas, remunera 26 dias por mês. Por outro lado, o julgador de primeiro Grau analisou profunda e brilhantemente a questão, pronunciando-se na sentença que a reclamada "parte da premissa de que o disposto no parágrafo primeiro do art. 320 da CLT constitui disposição legal isolada, quando na verdade é apenas complemento do disposto no caput: "a remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários". Ora, como é da natureza mesma da atividade dos professores a variabilidade de horários e de dias de trabalho durante a semana, houve por bem o legislador, para o fim de uniformizar a carga horária mensal, determinar que "o pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia". Não fosse assim, estar-se-ia na contingência de admitir remunerações diversas para professores com cargas horárias semanais idênticas, bastando, para isto, que as aulas por um e outro fossem dadas em dias diferentes e que o encerramento do mês não coincidissem com o da semana".

Ademais, a remuneração do autor tinha por base a carga horária semanal efetiva e, portanto, não era, assim, propriamente mensalista. Caberia à demandada provar que os valores pagos mensalmente continham a contraprestação efetiva correspondente às aulas dadas, calculadas de acordo com o art. 320, § 1.º, do Diploma Consolidado, acrescida de valores correspondentes aos repousos, conforme prevê a Lei 605/49. E, conforme o louvado, fl. 65, o próprio diretor da escola afirma que a reclamada não soma 1/6 à remuneração normal. Ademais, inexistente comprovação de pagamento de valores correspondentes aos repousos intercorrentes.

Acórdão de 08.05.86
Proc. TRT 5679/85 — 2.ª Turma
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5309 — PROVA — O silêncio da parte quanto às conclusões da perícia técnica não importa no reconhecimento como verdadeiras daquelas assertivas do louvado. É o juiz o destinatário da prova cuja apreciação é livre, atendendo aos fatos e circunstâncias dos autos. Aplicação do art. n.º 131 do CPC.

(...) Ao contrário do sustentado pela recorrente, o silêncio do autor quanto às conclusões da perícia técnica não importa no reconhecimento daquelas assertivas como verdadeiras.

Trata-se de fase instrutória que objetiva a coleta da prova, cujo destinatário é o Juiz, o qual, consoante art. n.º 131 do CPC, tem liberdade na sua apreciação, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos. Não há aqui os efeitos decorrentes do silêncio da parte, como ocorre na fase postulatória.

Assim, irrelevante é a falta de impugnação do autor ao laudo pericial, face à faculdade do Juízo na livre apreciação daquela prova.

Conseqüentemente, tem-se por correta a decisão da Junta que, examinando o laudo, verificou que o perito louvou-se apenas nas informações do preposto da empresa, não havendo nos autos qualquer comprovante de entrega ao reclamante do equipamento de proteção para elidir o agente insalutífero, ônus que competia à reclamada.

Acórdão de 06.08.85

Proc. TRT 1054/85 — 4.ª Turma

Relator: Sileno Montenegro Barbosa

5310 — RECURSO — A má qualificação do recurso não pode impedir seu conhecimento, quando evidente a intenção da parte. Aplicabilidade da regra contida no art. 244 do CPC que, implicitamente, manteve o princípio da fungibilidade dos recursos, consagrado no art. 810 do CPC de 1939.

(...) Nos termos da petição cuja cópia consta às fls. 6/8, o exequente, ora agravante, interpôs agravo de instrumento, através do qual pretendeu fosse alterada a decisão que tornou insubsistente a penhora na execução que promove contra a Associação dos Moradores do Núcleo COHAB-ASCOHAB — Passo Fundo. Relata a certidão de fl. 38 que referido agravo de instrumento foi devolvido aos procuradores da parte, contendo despacho indeferitório de admissão, porque considerado incabível, a teor do disposto no art. 897, letra "b", da CLT.

Sustenta o agravante, em suas razões, que houve simples troca de títulos, invocando o princípio da fungibilidade dos recursos, consagrado no art. 810 do CPC de 1939, bem como o art. 244 do atual CPC, a fim de que a cópia daquele apelo, constante destes autos nas fls. 6/8, seja recebida e processada como agravo de petição.

O presente recurso merece prosperar, consoante preconiza a douta Procuradoria em seu parecer. Embora não tenha o CPC de 73 mantido expressamente o art. 810 do CPC de 1939, que consagrava o princípio do aproveitamento dos recursos, o mesmo ainda pode ser admitido à luz do novo Diploma, a teor de seu art. 244, invocado com propriedade pelo agravante. Dispõe referido dispositivo que "Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o Juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade". Evidente que a intenção do legislador foi a de manter aquele princípio, considerando não prejudicada a parte que apresenta um recurso por outro. Sua aplicabilidade não atrita com as normas pertinentes ao processo trabalhista, dada a informalidade e simplicidade com que este se reveste. Diante da possibilidade de a parte postular em juízo sem a assistência de advogado, não seria justo que a má qualificação do recurso impedisse seu conhecimento. O conteúdo das razões alinhadas na petição de fls. 6/8 evidencia estivesse o exequente, Indubitavelmente, a insurgir-se contra decisão proferida em fase de liquidação.

Acórdão de 19.02.86

Proc. TRT 7600/85 — 1.ª Turma

Relator: Petrónio Rocha Vollno

5311 — RECURSO — Não se deve conhecer do recurso, no processo do trabalho, subscrito apenas por estagiário, por se tratar de ato privativo de advogado, quando a parte se socorre de profissional. Interpretação do § 3.º dos arts. 71 e 72 da Lei n.º 4215/63 e § 1.º do art. 791 da CLT.

(...) argüi a douda Procuradoria, em seu bem lançado parecer, a prefacial de não conhecimento do recurso interposto pelo reclamante, por estar assinado por estagiária.

A matéria é polêmica. A jurisprudência ainda não conseguiu se uniformizar neste particular, mas parece que a arguição merece ser acolhida. O art. 791 da CLT permite que a parte compareça só na Justiça do Trabalho, acompanhando suas causas até o final. Seu § 1.º admite que, nos dissídios individuais, possam ser representadas por advogado ou solicitador, ou mesmo provisionado, sem estabelecer qualquer limitação. Com o advento da Lei n.º 4215/63, a matéria foi disciplinada de modo diverso. O § 3.º do art. 71 desse diploma legal — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil — estabelece que "Compete privativamente aos advogados elaborar e subscrever petições iniciais, contestações, réplicas, memoriais, razões, minutas e contraminutas nos processos judiciais, bem como a defesa em qualquer foro ou instância". E o art. 72 determina que "Os estagiários poderão praticar os atos judiciais não privativos de advogados (art. 71, § 3.º) e exercer o procuratório extrajudicial".

Esta tese já foi acolhida anteriormente pela Egrégia 1.ª Turma deste Tribunal, no processo TRT-4262/76, sessão de 28 de fevereiro de 1977, publicado o acórdão na LTr, vol. 41, fls. 655/656.

Neste sentido se pronunciou o Pretório Excelso, no Recurso Extraordinário n.º 97.030-4, tendo como Relator o Ministro Oscar Correa, cuja ementa é a seguinte: "Nulidade. Violação do parágrafo 23 do art. 153 da Constituição Federal e artigos 71, parágrafo 3.º, e 72, parágrafo único, da Lei n.º 4215/63 (Estatuto da OAB). Recurso Extraordinário conhecido e provido".

A decisão adotada na ocasião, em 10.05.83, foi anular o processo a partir do recurso ordinário, inclusive, restabelecendo a sentença de 1.º Grau (*In Revista ANAMATRA*, ano 1, n.º 2, pág. 12). E o recurso adesivo também não deve ser conhecido, *ex vi* do disposto no inciso 3.º do art. 500 do CPC.

Não se conhece, portanto, dos recursos.

Acórdão de 13.02.86

Proc. TRT 7244/85 — 2.ª Turma

Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5312 — RECURSO — Agravo de Petição. Interposição por Bacharel inscrito na Seccional da OAB em outro Estado. Validade. Art. 56 da Lei n.º 4.215/63.

(...) A Inicial foi firmada pelo Bel. Alfredo Sudbrack (OAB-RS) que acompanhou todo o processo de conhecimento.

As petições interpondo os embargos e o agravo foram efetivamente firmadas pelo Bel. Francisco Gonçalves Neto (OAB — Seccional de São Paulo).

Contudo, sem razão o agravado, pois, o caput do art. 56 da Lei n.º 4.215/63 estabelece que: "A inscrição principal *habilita* o advogado ao exercício permanente da atividade profissional na Seção respectiva, e ao exercício eventual ou temporário em qualquer parte do território nacional".

A comunicação do exercício temporário é obrigatória, porém, não antes da sua efetivação e sim *a posteriori*.

Basta que se veja o elenco de dados informativos constante do § 2.º e que deve integrar a comunicação à Seccional.

Ademais, nada há nos autos capaz de convencer tenha havido tal omissão administrativa do Bel. firmatário do recurso.

Assim, impõe-se rejeitar a preliminar de ilegitimidade postulatória argüida pela agravada.

Acórdão de 12.06.85

Proc. TRT 7962/83 — 4.ª Turma

Relator: Fernando Binato

5313 — RECURSO — *Da decisão que acolhe a preliminar de litispendência, por importar na extinção do processo sem julgamento de mérito, cabe recurso ordinário. Agravo de instrumento a que se dá provimento.*

(...) Inconforma-se o agravante com o despacho da MM. Juíza Presidente da 1.ª JC) de Pelotas, que deixou de receber recurso ordinário que interpôs. Sustenta o recorrente que a MM. JC) ao acolher a exceção de litispendência com relação ao pedido de adicional de Insalubridade proferiu decisão definitiva que somente pode ser atacada por recurso ordinário, sendo inaplicável a regra de que poderá a matéria ser questionada após a decisão final de mérito.

Procede a rebeldia do agravante. Com efeito, pela decisão de fls. 18/19, a MM. JC) de Pelotas por unanimidade julgou procedente a exceção de litispendência, excluindo da apreciação no processo o pedido de adicional de insalubridade e seus reflexos.

Nos termos do inciso V do art. 267 do CPC extingue-se o processo quando o juiz acolher alegação de perempção, litispendência ou coisa julgada. Por conseguinte, no que pertine ao pleito do recorrente de pagamento do adicional de insalubridade, houve a extinção do processo. Essa decisão em absoluto pode ser considerada como de julgamento das exceções de suspeição ou incompetência, que somente admitem recurso quando terminativas do feito. Explicitamente o § 2.º do mesmo dispositivo legal estabelece que ditas exceções podem ser objeto de alegação quando do recurso que couber da decisão final. O mesmo princípio não se pode aplicar em se tratando de preliminar de mérito que envolve a litispendência ou coisa julgada. Se acolhida qualquer uma dessas prejudiciais, é evidente que cabe à parte rever a decisão através do recurso cabível que, na hipótese, é o ordinário, sob pena de não mais poder discutir a matéria por falta de pré-questionamento.

Em face disso, é de se prover o agravo para determinar seja processado e recebido o recurso ordinário ajuizado pelo agravante.

Acórdão de 08.01.86

Proc. TRT 8190/85 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5314 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *Autor carecedor de ação. Inexistência de elementos caracterizadores da relação de emprego entre entidade de fins assistenciais e associado de associação comunitária. Recurso não provido.*

(...) Da MM. sentença a quo, a qual julgou o reclamante carecedor de ação, recorre o autor querendo ver satisfeita sua pretensão quanto ao reconhecimento da existência do vínculo empregatício. A alegação, em recurso, de que os documentos de fls. relativos aos descontos de INPS e Imposto de Renda seriam suficientes para comprovar a relação de emprego não basta para evidenciar a presença dos requisitos legais fixados no art. 3.º da CLT.

A reclamada — fundação estatal sem fins lucrativos — desenvolve projeto de integração comunitária na vila onde reside o autor. O referido projeto consiste na implantação de pequenas hortas que visam estimular a promoção comunitária e elevar o nível de vida dos moradores. Para a consecução deste fim, a reclamada conta com a colaboração das associações de moradores das vilas, de forma espontânea e sem vínculo empregatício, através de seus sócios que doam o seu tempo livre para engajarem-se naquele objetivo comum. De acordo com a sentença de 1.º Grau e do que demais consta dos autos, o reclamante pertencia a uma dessas associações, além de trabalhar no DEHMAB, em regime de 48 horas semanais.

A comprovação do vínculo, pretendida pelo autor, não encontra guarida em função das suas próprias declarações. Afirma trabalhar 48 horas semanais para o DEHMAB, do que se presume haver uma carga laborativa normal de, pelo menos 8 horas diárias. De onde conclui-se, ainda que houvesse vínculo, a impossibili-

dade, conforme depoimento pessoal do autor, de poder prestar, simultaneamente, dois contratos de trabalho executados no mesmo horário. Agora este fato, os elementos de subordinação e salário não foram comprovados. O valor pago ao reclamante tinha o objetivo de incentivar a continuidade de colaboração, de vez que conta com a boa vontade dos próprios "vileiros" para o desenvolvimento dos projetos cuja finalidade e importância sociais é evidente. Relativamente ao horário, este não era rígido nem havia penalidade caso não fosse cumprido nem, tampouco, havia qualquer forma de fiscalização ou supervisão.

Não se vislumbra, em última análise, o intuito de o reclamante vincular-se, por relação de emprego, à entidade reclamada, mas, antes, o de com ela manter relação de feitiço comunitário e não subordinante. O postulante, se obedecia ordens, assim agia no interesse da própria comunidade e não em proveito do pretenso empregador.

Ante a existência dos elementos caracterizadores da relação de emprego e a parca prova produzida, insuficiente para evidenciar o vínculo laboral, confirma-se a sentença *a quo*, considerando-se o réu carecedor de ação.

Acórdão de 03.09.85

Proc. TRT 8773/84 — 3.^a Turma

Relator: João Antonio G. Pereira Leite

5315 — RELAÇÃO DE EMPREGO — inexistente. *Locação de stand para cabeleireiro, onde este desenvolve sua atividade sem subordinação ao proprietário do salão, estando, ainda, inscrito como autônomo no INPS. Não configuração dos elementos caracterizadores do vínculo empregatício, especialmente no que se refere ao salário.*

(...) Razão assiste ao demandado, quando, em preliminar, se volta contra a sentença que reconheceu a existência de liame empregatício. Na verdade, exercendo o reclamado a profissão de cabeleireiro e sendo proprietário de um salão, cedeu um espaço em seu estabelecimento para o reclamante, onde o mesmo desenvolvia atividade análoga, sem qualquer vínculo de subordinação e de horário. Era o autor inscrito no INPS como autônomo, possuía alvará expedido pela Secretaria Municipal da Fazenda, além de inscrito em seu Sindicato como autônomo. A prova testemunhal demonstra que o mesmo atendia seus próprios clientes, além daqueles que procuravam o salão, sem preferência por cabeleireiro, não obedecendo a qualquer tipo de ordens emanadas do proprietário do salão, ao qual pagava um valor "x" a título de locação. No processo TRT 185/84, análogo ao presente, já assim nos manifestamos: "Esse sistema é usual no ramo dos cabeleireiros ou barbeiros, em que o proprietário, ou o que mantém estabelecimento dessa espécie, cede o lugar ou a cadeira a terceiros, sem que se concretize uma relação jurídica de emprego, já que se resguarda a autonomia dos chamados locatários no que concerne a horário e comparecimento. Pode-se dizer, mesmo, que a presença desses profissionais atende a seus interesses próprios, porquanto percebem seus ganhos pelo número de clientes que atendiam. Também é compreensível que, para essa finalidade, mantenham certo horário para fazer o atendimento de clientela própria.

O fato de os serviços do reclamante serem pagos pelos clientes através de um recibo, diretamente à caixa, função exercida por empregado do reclamado, não pode servir de embasamento ao reconhecimento da vinculação laboral, eis que mero expediente utilizado na maioria dos salões de cabeleireiros, visando a sua organização e justificando no fato do cliente utilizar-se de mais de um profissional, evitando pagar a cada um, em separado. Ademais, não há como fugir à realidade: sabidamente esse grupo de profissionais trabalha em equipe, resguardando cada qual autonomia e, o que é mais significativo em termos de direito do trabalho, não há diferenciação quanto a hierarquia ou prevalência de um sobre outros. É um trabalho de equipe, havendo apenas uma certa e, muitas vezes, inexpressiva contribuição pecuniária àquele que seja considerado o "dono"

do negócio ou que tenha a responsabilidade pelos encargos da locação e outros encargos de manutenção do estabelecimento”.

É inegável que o recorrido assim esteve ligado ao recorrente, ou seja, através de um contrato que não se pode considerar como de trabalho, por faltarem-lhe os elementos intrínsecos e até mesmo extrínsecos que assim o caracterizem.

Por essas razões, dou provimento ao recurso, para declarar o reclamante carecedor de ação.

Acórdão de 02.10.85

Proc. TRT 10624/84 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5316 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *A prestação de serviços, como camareira para hotel de veraneio, na condição de extra, mascara verdadeira relação de emprego, na medida em que o serviço executado é essencial à atividade da empresa, sendo prestado quase que diariamente, em todos os meses do ano.*

(...) Do exame dos autos depreende-se que a apelante mantinha um quadro de “extras” que eram chamados sempre que o hotel reclamado apresentasse um movimento superior ao normalmente verificado. O apelante, em suas razões de recurso, reitera sua tese de que inexistia subordinação jurídica nessa modalidade de prestação de serviços e, conseqüentemente, vínculo sob a égide da CLT, uma vez que a reclamante, como componente de mencionado quadro, na condição de camareira, apenas comparecia para trabalhar se assim o quisesse.

Não merece guarida o apelo. Registre-se, por relevante, que a atividade exercida pela autora — camareira — era um dos serviços essenciais do hotel. Ademais, é o próprio preposto quem refere em depoimento que, nas ocasiões em que o hotel está com ocupação de 100% dos 250 apartamentos, o quadro fixo de 10 camareiras necessita ser reforçado por igual número. Afirma ainda que, em média, a ocupação é de 60%, o que significa dizer que o reclamado necessita da prestação de trabalho de extras, quase que de forma permanente.

Acórdão de 15.01.86

Proc. TRT 5600/85 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5317 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *Carregadores que trabalham na carga e descarga de mercadorias na CEASA. Vinculação mantida diretamente com produtores, comerciantes e adquirentes de produtos hortigranjeiros que os remuneram. Submissão a regulamento emitido pelas centrais de abastecimento não redundava em reconhecimento de vínculo empregatício, senão que mera adequação a normas fiscalizadoras que regem o funcionamento da organização. Relação de emprego que não se reconhece.*

(...) Considerou a Instância de origem carecedores de ação os autores, no fundamento de que, por estarem cadastrados como carregadores autônomos, desenvolvendo suas atividades de carga e descarga em prol dos produtores e comerciantes instalados na CEASA, não estavam a esta ligados por vínculo laboral.

Rebelam-se os demandantes contra esta decisão, porém sem qualquer razão.

A reclamada, na condição de sociedade de economia mista, tem a finalidade de fornecer instalações e serviços para a comercialização de produtos hortigranjeiros e similares, dispensando a presença de intermediários, sendo sua atuação resultado de uma medida governamental que visa ao barateamento desses produtos. Os comerciantes e produtores, mediante permissão ou concessão de uso remunerado de parte da CEASA, utilizam-se de suas dependências para comercializar, submetendo-se ao regulamento existente, da mesma forma como os transportadores e carregadores empregados por aqueles para a carga e descarga de seus produtos.

Os reclamantes, na qualidade de carregadores, também retribuem à reclamada o uso do carrinho para os devidos transportes, e ajustam com os comerciantes ou produtores a remuneração de seus serviços. Consoante a testemunha Masanori Kakuta, houve uma ocasião em que os preços desses serviços foram fixados em tabela pela demandada de comum acordo com a FETAG e o Sindicato dos Hortigranjeiros, diante dos abusos cometidos pelos carregadores, tabela a qual, no entanto, não era obedecida.

Vê-se, assim, que, além da reclamada não interferir na forma de remuneração, sequer era quem a efetuava. De outra parte, como bem assevera a D. prolatora da sentença, uma vez estando os produtores, comerciantes, transportadores e seus empregados sob orientação e fiscalização da CEASA através de seu regulamento, "... em hipótese alguma permite se tenha por presente a subordinação em qualquer um de seus elementos".

É de se notar, por fim, que a CEASA não assume o risco da atividade econômica desenvolvida pelo setor vinculado à atividade dos carregadores, não podendo, destarte, ser tida como empregadora.

Analizadas todas essas circunstâncias, não se vislumbra na espécie qualquer dos pressupostos contidos no art. 3.º da CLT, que possibilite considerar-se como existente autêntica relação de emprego, nos moldes preconizados pela legislação trabalhista.

Acórdão de 31.07.85
Proc. TRT 2602/85 — 1.ª Turma
Relator: Plácido Lopes da Fonte

5318 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Inexistência de relação de emprego no trabalho avulso de "chapa", por ausência dos elementos essenciais que a configuram.

Ausente a entidade sindical que recolhe as parcelas devidas pelos tomadores de serviço, não têm os trabalhadores avulsos assegurados os direitos sobre 13.º salário, férias, FGTS e remuneração dos repousos.

(...) Os fatos são incontroversos. Semanalmente, às segundas e quintas-feiras, a reclamada trazia carga a Porto Alegre, sendo os reclamantes contratados pelo motorista da empresa à rua Ernesto Alves, onde faziam "ponto", para executarem o descarregamento das mercadorias junto aos compradores, Zaffari, Brigada Militar, Cobal e Congenali.

Se os reclamantes não estivessem no local, o motorista contratava outros descarregadores. No local, havia mais de vinte trabalhadores, aguardando serviço, segundo informa o motorista às fls. 75/6.

A condição de empregados dos postulantes fica afastada de plano, por estar plenamente esclarecida nos autos a prestação sucessiva de trabalho de descarga para outras empresas, descaracterizando a natureza permanente da prestação laboral, mas sobretudo a ausência de subordinação, quer em relação à frequência, comparecimento, como na execução das tarefas em causa.

Os autores são, na realidade, trabalhadores avulsos, conhecidos como "chapas", que trabalham em grupo ou isoladamente para empresas, transportadores ou camioneiros, no serviço esporádico de carga e descarga de mercadorias.

Não se vinculam a qualquer empresário, de forma permanente e, portanto, não constituem, com qualquer deles, para os quais trabalham, relação de emprego.

De resto, não dispõem os autores de uma entidade sindical que nos termos da lei coordene sua atuação e intervenha em seu benefício.

Trata-se, pois, de categoria não organizada, dispersa e que permanece à margem das mínimas vantagens asseguradas por lei aos avulsos, porque tais direitos só se tornam efetivos mediante a intervenção do Sindicato de classe que, do recolhimento obtido, das empresas tomadoras de serviço, assegura recursos para cobertura do 13.º salário, férias, FGTS e remuneração dos repousos.

Não se está negando tais direitos aos trabalhadores avulsos, desde que eles os têm assegurados na lei. A dificuldade resulta da própria legislação que instituiu um mecanismo, para a efetivação desses direitos, sem o qual eles não se podem realizar.

Só através da intervenção do Sindicato de classes podem ser assegurados. Na ausência da entidade sindical, não têm os autores pretensão contra os tomadores de serviços, para receber diretamente deles o pagamento da parcela que corresponderia ao recolhimento destinado a ela.

Nega-se provimento ao apelo.

Acórdão de 21.06.85

Proc. TRT 2325/85 — 2.ª Turma

Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5319 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Distribuidores de leite. Trabalho pessoal e permanente prestado com subordinação. Presença dos requisitos tipificadores da relação de emprego.

(...) Os autores eram distribuidores de leite, transportando-o desde os postos de pasteurização de Gramado e Taquara, em viatura própria e, após, em caminhão locado da reclamada, respectivamente, até os locais de distribuição, na zona de Gramado e Canela, para futura revenda do produto. Eram remunerados por frete.

A decisão de primeiro grau entendeu inexistir vínculo de emprego. Aponta, na sua fundamentação, que as atividades dos reclamantes eram autônomas, sem o requisito da pessoalidade, pelo fato de diversas vezes se fazerem substituir por terceiros e pela circunstância de possuírem ajudantes e, inexistir subordinação, já que não cumpriam horário, arcando outrossim com os riscos do negócio, repartindo os lucros e prejuízos. Tais fatos, porém, não têm o condão de afastar a configuração de uma relação de emprego, data venia da respeitável sentença que não a reconheceu. O que importa, a nosso ver, é perquirir sobre a presença ou não dos requisitos tipificadores do vínculo de emprego, previstos no art. 3.º da CLT.

O trabalho dos autores era permanente e inserido nas necessidades normais da empresa reclamada, do ramo da indústria de laticínios e correlatos, efetuando o beneficiamento de leite e fabricando os seus derivados. Necessitava ela, também, de abastecer a população através de pessoas, como os reclamantes, que, por sua vez, distribuíam a terceiros, caracterizando-se assim a não eventualidade da prestação laboral, por atender uma necessidade permanente da demandada.

De outro lado a prestação de trabalho dos recorrentes era pessoal, não sendo suficiente, para desfigurar a pessoalidade, o fato de prestarem serviços outros paralelos ou, ainda, a circunstância de que, por doença ou para tratar de assuntos de interesse particular, se afastassem durante o expediente de trabalho, fazendo-se substituir. Ademais, em momento algum, os reclamantes asseveraram laborar com ajudantes. Apenas afirmaram, na oportunidade em que a reclamada lhe solicitou a devolução do veículo locado, que lhes fosse concedido um financiamento de um caminhão, relatando as dificuldades e as despesas que passariam a compor o frete e, entre elas, as referentes a dois ajudantes.

Por último, examina-se o requisito da subordinação. A atividade dos autores, como já se ponderou, era a de transporte de leite do posto de pasteurização para sua posterior distribuição e venda ao público, em zona de trabalho determinada pela própria reclamada, em caminhão locado da mesma quando, por sua decisão unilateral, alterou o posto de abastecimento de Gramado para Taquara. Referida atividade era diária e sujeita a controle, como se infere dos termos do depoimento da reclamada dos autos e a seguir transcritos: "que os reclamantes tinham a obrigação de ir buscar o leite para repasse; que se não o fizessem o depoente tinha que pedir auxílio para Porto Alegre; que acredita que houvesse alguma sanção caso não comparecessem e acredita até a perda da linha; que os reclamantes tinham por atribuição abastecer a cidade, não podendo deixar que faltasse leite; que o depoente também transmitiu-lhes pedidos...".

Cumpra salientar, ainda, por fim, que as funções desenvolvidas pelos reclamantes eram necessárias às finalidades empresariais da reclamada, uma vez que sem eles não poderia atingir os consumidores, circunstância essa que a obrigava a valer-se de empregados, como os postulantes. Também pelo fato de o talonário

de vendas de fl. 08 ser da CORLAC, demonstra-se reverterem os lucros a seu favor, portanto assumindo os riscos do negócio, aliás corroborados pelo depoimento de Danilo quando diz que o leite que não conseguia vender era devolvido à empresa.

Presentes, portanto, os requisitos previstos no art. 3.º da CLT, configurada está a relação de emprego pleiteada. Assim sendo, dá-se provimento ao apelo, para se determinar a remessa dos autos à instância de origem para apreciação do mérito.

Acórdão de 09.01.86

Proc. TRT 3215/85 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5320 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Instrutor que ministra aulas em cursos promovidos pela FEBEM mediante sucessivas contratações. Trabalho subordinado e não eventual. Relação de emprego configurada. Recurso provido.

(...) O reclamante recorre ordinariamente da r. decisão de primeiro grau que o julgou carecedor de ação contra a reclamada por considerar não configurada a relação de emprego alegada na inicial.

Bem examinada a prova constante dos autos, forçoso é que se divirja da solução dada ao litígio pelo MM. Juízo recorrido. Os documentos de fls. 6 a 9 revelam que o autor ministrava aulas em curso de horticultura promovido pela FEBEM no Instituto Central de Menores e no Instituto Ana Jobim. O instrumento contratual de fls. 26 e 27 informa, ainda, que o reclamante também ministrou aulas de horticultura e jardinagem no Instituto Dom Bosco. Em cada uma das três pactuações os serviços foram prestados à FEBEM, que os remunerava, tendo cada uma a duração de 480, 268 e 240 horas. Não se pode considerar como eventual essa prestação de trabalho que previa um tão grande número de horas. A prestação, ao contrário do entendimento esposado pela MM. Junta de origem, não era autônoma, mas subordinada, pois a subordinação está mesmo implícita quando alguém é contratado e pago para ministrar aulas para menores aos cuidados de uma fundação. Por maior que seja a boa-vontade, não se pode crer nas declarações do representante da reclamada, quando afirma que o reclamante é que estabelecia o preço das aulas, ou mesmo o horário de trabalho. Aliás, a remuneração costumava ser fixada no contrato, como ordinariamente acontece no ajuste escrito.

Assim, com o apoio da ilustrada Procuradoria Regional do Trabalho em seu r. parecer de fl. 50, acolho o recurso para reconhecer como configurada a relação de emprego alegada na inicial e, de consequência, determinar a devolução destes autos à MM. Junta de origem para exame do mérito.

Acórdão de 18.03.86

Proc. TRT 7532/85 — 4.ª Turma

Relator: Luiz Kaiser

5321 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Não é vedada a contratação para prestação de serviços de limpeza entre estabelecimento bancário e empresa que tem por fim a prestação de tais serviços, hipótese em que o trabalhador é empregado da empresa prestadora de serviços.

(...) Inconforma-se a reclamante com a decisão que excluiu a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul da lide, por entendê-la parte estranha ao processo. Alega que, além de a CEE/RS ser sua real empregadora, o que lhe confere o direito ao horário reduzido dos bancários, também o art. 226 da CLT ampara sua pretensão ao pagamento, como extra, das horas excedentes de 6 diárias, já que a exigência legal para o direito é o exercício das atividades de limpeza em bancos ou casas bancárias, não requerendo seja o beneficiário empregado destes estabelecimentos.

Sem razão. A reclamante foi contratada por Orbram S/A Organização Rio-grandense de Serviços, tendo, durante todo o período da contratação (19.03.80 a 12.09.83), prestado seus serviços junto à CEE/RS, nas tarefas de limpeza. Não se trata, aqui, de contrato de prestação de mão-de-obra temporária prevista na Lei 6019/74 entre a Caixa e a empresa mencionada, mas simples contrato de prestação de serviços, alheios às finalidades da segunda reclamada, embora imprescindíveis. Em tal caso, o vínculo de emprego e todas as garantias decorrentes são de responsabilidade única da empresa prestadora de serviços que contratou a reclamante, anotou a carteira de trabalho e pagava o salário, bem como detinha o poder de comando sobre o trabalhador. Não embasa, também, sua pretensão à jornada de 6 horas diárias o art. 226 da CLT. A reclamante foi contratada para a prestação de serviços de limpeza fora da sede da empresa, o que, certamente, induziria que ela realizasse seu trabalho em qualquer local que se fizesse necessário, seja em bancos, estações ferroviárias ou aeroportos, sem que isto lhe atribuisse as vantagens conferidas aos bancários, ferroviários ou aeroviários. O artigo consolidado aludido pela reclamante, contido na Seção I, Cap. I, do Título III da CLT, refere-se àqueles empregados que, mesmo sem exercer as tarefas típicas de bancários, foram contratados pelas casas bancárias como seus empregados, por conseguinte, fazendo jus ao horário reduzido de que goza esta categoria de trabalhadores.

Acórdão de 18.06.85

Proc. TRT 7866/84 — 4.ª Turma

Relator: Sérgio Pitta Pinheiro Baptista

5322 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *Trata-se, no caso, de empresa que contratava obreiros e, através de ajustes de natureza civil, os locava a outra empresa, obtendo lucro com essa locação. Tem-se como ilícito o referido procedimento, utilizado com o evidente intuito de burlar os direitos trabalhistas dos obreiros. Reconhece-se o vínculo trabalhista com a CRT, empresa beneficiada com o serviço. Este, ademais, inseria-se em suas finalidades empresariais, era prestado em caráter permanente e nas mesmas condições a que estavam sujeitos os obreiros tidos pela ré como seus empregados.*

(...) Rebelar-se a reclamada quanto ao vínculo empregatício reconhecido aos autores, argumentando que esses foram contratados pela empresa ANDRÉ SANTOS & CIA. LTDA. e dela recebiam salários; acrescenta que celebrou com a referida empresa um contrato de prestação de tarefas, pelo qual a mesma deveria fornecer-lhe um determinado número de ajudantes de serviço, para atender necessidades transitórias, sem importar a pessoa do prestador, mas apenas a realização do trabalho contratado. Sem razão a recorrente. A douta decisão a quo, em suas bem lançadas razões, descreve considerações registradas em trabalho publicado pela Revista Anamatra n.º 2, de abril de 1984, nos seguintes termos: "Grassa por todo o País uma nova modalidade de empreendimento: a locação de mão-de-obra. Organizam-se empresas que contratam obreiros e, através de contratos de natureza civil, os locam a outras empresas, desta locação tirando seu lucro". Consigna ainda a sentença que, com isso, configura-se uma verdadeira locação de seres humanos, o que, além de constituir fraude aos direitos trabalhistas, implica, ainda, em ofensa ao preceito constitucional de valorização do trabalho como condição da dignidade humana (art. 160 da CF), posto que o obreiro perde sua condição de pessoa, para transformar-se em mera coisa, objeto de comércio entre empresas.

Adota-se integralmente o posicionamento do digno julgador a quo. Enquadra-se na citada modalidade contratual o caso dos autos, em que a empresa ANDRÉ SANTOS & CIA. LTDA. caracteriza-se como mera atravessadora, posto que, na verdade, os autores eram empregados da ré.

A prova testemunhal deixa claro que os reclamantes executavam serviços idênticos aos realizados pelos empregados da demandada, serviços esses de natureza permanente, essenciais à atividade econômica da mesma.

Ademais, ficavam sujeitos a orientações emanadas dos técnicos da recorrente e registravam horário no relógio-ponto também utilizado pelos seus empregados, trabalhando exclusivamente com material fornecido pela CRT e jamais recebendo qualquer ordem de prepostos da firma pela qual foram supostamente contratados.

Nessas condições, mantém-se a relação empregatícia reconhecida aos recorridos.

Acórdão de 21.01.86
Proc. TRT 4120/85 — 3.ª Turma
Relator: *Olívio Nunes*

5323 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Lei 6019/74. Trabalho temporário. Para que se reconheça a absurda situação do trabalhador regido por esta lei, mister se faz que todas as condições nela previstas estejam preenchidas e comprovadas, o que não ocorreu na espécie. Recurso ao qual se dá provimento.

(...) Não se conforma o empregado-recorrente com a decisão de 1.º Grau que entendeu válido o regime de trabalho temporário, anotado em sua CTPS, rechaçando suas postulações da peça vestibular.

Razão assiste ao recorrente. Trata o presente processo da conhecida forma de contratação de trabalho temporário através da utilização das disposições da Lei 6019/74.

É importante salientar que tal lei é flagrantemente discriminatória e que, de certa forma, representa um retrocesso em nosso mundo jurídico trabalhista, porque a pactuação nela confortada se assemelha ao "aluguel de escravos". Propicia esta, como na espécie, sérias fraudes encobertas por uma legislação de formulação inadequada, além de inconstitucional o seu art. 12.

Assim, para que se reconheça a validade da absurda situação do trabalhador regido por esta lei, mister se faz que todas as suas condições estejam preenchidas e comprovadas, o que inocorreu na espécie.

Nenhum dos dois pressupostos legais está presente na espécie. O reclamante não substituiu pessoal regular e permanente das empresas — já que pelo contrato de fls. 27/45 verifica-se que na obra inexistiam empregados contratados pela tomadora de serviços — e nem a contratação se deu pelo acréscimo extraordinário de serviços.

A atividade do empregado era a de servente de obra, no ramo da construção civil, sendo sempre remunerado pela reclamada, como se depreende dos recibos de fls. 13/17. Todos os empregados que trabalhavam na obra da tomadora de serviços eram da reclamada, conforme se depreende do citado contrato de fls. 27/45.

Tal situação é suficiente para afastar a incidência da Lei 6019/74, eis que, inexistindo a "necessidade transitória" exigida pela lei, o contrato apontado é, na realidade de empreitada.

Diante disto, reconhece-se a existência entre as partes de contrato de trabalho nos moldes do art. 3.º da CLT e condena-se a empresa Seltec ao pagamento de aviso prévio, 13.º salário e FGTS como pleiteado.

Acórdão de 31.10.85
Proc. TRT 1021/85 — 2.ª Turma
Relator: *Zurayde José Iuaquim Leite*

5324 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Contrato de locação de veículo. A pretensão do trabalhador de descaracterizar essa modalidade de ajuste para que se reconheça o liame empregatício esbarra na ausência do requisito pessoalidade. O centro do contrato é o uso do veículo e não a prestação do serviço por seu proprietário que pode ser substituído por terceira pessoa, consoante reza cláusula contratual. Carência que se confirma.

(...) Gira a presente controvérsia sobre a existência ou não de vínculo empregatício. O reclamante postulou-o nos termos da inicial de fls. 2/4, sustentando

ter laborado para a reclamada como motorista, tendo a demandada rotulado a avença como "contrato de locação de veículo", na tentativa de disfarçar a relação de emprego que se estabeleceu entre ambos.

Não se desconhece que lavra divergência jurisprudencial quanto à natureza desses contratos e é incontornável a tendência no sentido de se reconhecer o vínculo de emprego, especialmente quando se vislumbra a obrigação de prestação laboral pelo próprio dono do veículo e sob condições que revelam o caráter subordinativo da execução desse contrato.

No entanto, *in casu*, as circunstâncias em que se estabeleceu a negociação e a liberdade com que contava o reclamante quanto a prestação de serviços na direção da Kombi demonstram que não havia aquela obrigatoriedade de execução pessoal. Observe-se que a cláusula 13.ª estatui que "o locador colocará à disposição da locatária o veículo automotor, de sua propriedade, especificado na cláusula anterior, com motorista, devidamente habilitado, o qual poderá ser o locador ou preposto do locador..."

Sendo assim, inexistia uma das características marcantes do contrato de trabalho, que é o de ser *intuitu personae* em relação à pessoa do prestador, pois é evidente que o interesse fundamental da demandada residia no serviço realizado pelo veículo, independentemente de quem o dirigisse — se o proprietário ou preposto. Por isso que a contratação não visava à pessoa, mas ao serviço que ela, proprietária ou não, pudesse realizar com o veículo.

De outra parte, não há como se deduzir subordinação do fato de ficar o veículo condicionado a horário fixado pela reclamada, uma vez que o objeto do contrato é o veículo, que deve ficar à disposição da empresa em horas determinadas, sob pena de comprometer sua organização. O autor, de resto, registrou em 05.07.77 firma individual na Junta Comercial, com ramo de negócio de transporte de carga via rodoviária, e inscreveu-se no Cadastro Geral de Contribuintes, nessa condição efetuando sua declaração de Imposto de Renda (pessoa jurídica). Perfeitamente caracterizada, a nosso ver, sua condição de autônomo que ao pactuar contrato de locação de veículo comprometeu-se a colocar à disposição da empresa o seu veículo, na direção do qual inclusive se fez substituir em várias ocasiões, consoante se verifica do laudo pericial, resposta quesito 8 do reclamante, fls. 224/225. Pelo que, mantém-se a sentença, considerando o reclamante carecedor de ação.

Acórdão de 09.10.85

Proc. TRT 2216/85 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5325 — RELAÇÃO DE EMPREGO — É empregado o motorista proprietário de caminhão, que trabalha "agregado" a empresa transportadora, nas mesmas condições de outros motoristas considerados empregados pela própria empresa transportadora. Em tais condições, os salários do reclamante deverão ser fixados de acordo com o motorista-empregado de mesmas atribuições e igual tempo de serviço. Recurso provido em parte.

(...) Os requisitos informadores do contrato de emprego estão comprovados. O reclamante, "agregado" com seu caminhão na transportadora reclamada, comparecia diariamente na Distribuidora de Petróleo Ipiranga, às 7h30min, aguardando carga de gasolina, óleo ou álcool para distribuir nos postos de serviços indicados pela reclamada. Trabalhava em igualdade de condições com os motoristas com vínculo de emprego com a demandada. Negada a relação de emprego com oposição de fato impeditivo (trabalho autônomo), à empresa competia provar sua alegação. A autonomia, no entanto, não restou comprovada. As testemunhas ouvidas, arroladas pelo reclamante, confirmam sua alegação de que o trabalho era prestado mediante subordinação e não-eventualidade. A própria testemunha da reclamada, advogado da empresa Distribuidora, ouvida à fl. 155, informa sobre a obrigatoriedade, tanto dos chamados motoristas das próprias transportadoras, de prestarem contas "tão logo feita a entrega do produto", acrescentando que isto

deveria ser feito, sempre que possível, no mesmo dia. É ainda a mesma testemunha que informa que "todos os caminhões que transportam para a Distribuidora, tanto sendo dos autônomos como da própria Distribuidora, devem estar identificados com o nome e emblema da Distribuidora Ipiranga".

A dependência, outro requisito da relação de emprego, é fato evidente, substanciado na remuneração dos fretes através de comissão sobre quilômetro rodado. De outra parte, é também evidente que a prestação de serviços, pelo reclamante, se insere na atividade-fim da empresa reclamada. O fato de o reclamante, em seu depoimento pessoal, ter-se autodenominado "motorista autônomo" nada significa, desde que assim era ele rotulado pela própria demandada, na dicotomia estabelecida entre "motoristas empregados" e "motoristas autônomos".

Finalmente, não interfere no reconhecimento da relação de emprego o fato de as resoluções do Conselho Nacional de Petróleo permitirem às empresas transportadoras de combustível manter o percentual de 60% de sua frota contratado ou afretado com trabalhadores autônomos. As resoluções, de cunho meramente administrativo não podem influir no reconhecimento da relação de emprego com base na prova (realidade) e na lei (incidência da norma).

Nem mesmo a Lei n.º 7290, de 19.12.84, referida da tribuna pelo douto patrono da reclamada, ampara a tese da autonomia dos serviços prestados pelo reclamante. Primeiro, porque essa lei é posterior à relação travada entre as partes. Segundo, porque, ainda que pudesse ser invocada, não fez o reclamante prova segura de que fosse proprietário ou co-proprietário de um só veículo, devidamente cadastrado em órgão disciplinar competente. De qualquer sorte, a mesma Lei 7290/84, que define a atividade do transportador autônomo de bens, deixa claro, em seu art. 1.º, que só pode ser enquadrado naquela atividade aquele que a desempenha "sem vínculo empregatício".

Acórdão de 18.06.85

Proc. TRT 332/85 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5326 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *A circunstância de ser o prestador do serviço proprietário de um veículo, que é usado na relação, não impede que o trabalho desenvolvido gere um contrato de emprego, caracterizado pela sua nítida subordinação.*

(...) a documentação juntada ao processo, inclusive o contrato celebrado sob o título de prestação de serviço de transporte em veículo automotor, revela, à saciedade, a natureza trabalhista do ajuste. Veja-se, a propósito, o disposto nas cláusulas 3.ª, 4.ª, 5.ª, 14.ª e 15.ª do contrato: proíbe-se ao reclamante o direito de vender, trocar ou desfazer-se do veículo sem autorização expressa da empresa, estabelece-se horário e zona de trabalho, o pagamento é fixado por hora de trabalho e as despesas com pernoites e refeições, quando os serviços forem realizados fora do local habitual de sua prestação, são indenizados pela empresa. Indubitável, deste modo, a subordinação do demandante em relação à reclamada, o que se evidencia, igualmente, nos documentos de fls. 38, item b; 40 e 49, entre outros.

De resto, o laudo pericial esclarece que a frota de veículos a serviço da reclamada, tanto a própria como a "contratada", presta serviços essenciais ao funcionamento e consecução dos fins a que se destina a empresa, bem como que, inicialmente, os proprietários dos veículos eram considerados "autônomos", mas que, por ocasião da renovação de seus contratos passaram a ser obrigados a constituir "firmas individuais", o que é demonstrado, também, pelo documento de fl. 122.

Não se diga, ademais, que o requisito pessoalidade estaria ausente na hipótese. O relacionamento durou mais de oito anos e apenas no curto período de 16.07.79 a 03.08.79 o reclamante foi substituído na direção do veículo, sendo que no lapso de tempo em que MOREIRA o dirigiu, por cerca de quatro meses, o autor estava dirigindo outro veículo para a empresa.

Finalmente, pelo contrato de fls. 6/10, se vê que o veículo locado permaneceu em poder do locador, que devia dirigi-lo, o que afronta o disposto no art. 1188, do Cód. Civil. CLÓVIS BEVILÁQUA, cuja autoridade em Direito Civil é indiscutível, preleciona que através de locação, uma das partes, mediante remuneração, se compromete a fornecer à outra, durante certo lapso de tempo: a) o uso e gozo de coisa infungível (locação de coisa); b) ou prestação de um serviço (locação de serviço); c) ou a execução de um trabalho determinado (empreitada). Mas em todas estas modalidades há cessão temporária do uso e gozo da coisa não fungível, na primeira hipótese. Impõe-se, pois, a conclusão de que, no caso em tela, ficando o veículo com o recorrido, se descaracteriza a locação de coisa que a recorrente insiste que tenha se configurado.

Acórdão de 17.07.85

Proc. TRT 2418/85 — 1.ª Turma

Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5327 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Prestação de serviços de transporte, com utilização de veículo próprio. Requisitos do vínculo de emprego evidenciados pela prova dos autos.

(...) O reclamante, motorista e proprietário do veículo, prestava serviços inerentes à atividade da empresa, no transporte de pessoal para reparação de linhas telefônicas. Comparecia em horários pré-determinados.

A reclamada possui 82 veículos próprios, dirigidos por empregados seus, e 503 veículos locados, como o do reclamante, todos realizando a mesma atividade.

A recorrente pagava, ao reclamante, quando em viagem fora do município, diárias para hospedagem e alimentação. Eventual substituição do reclamante por outra pessoa, por ele contratado, tinha que ter prévia aprovação da empresa. Tudo, portanto, leva ao convencimento de que, realmente, configurou-se a relação de emprego.

Acórdão de 08.10.85

Proc. TRT 4152/85 — 4.ª Turma

Relator: Mário Somensi

5328 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Misteres religiosos. Desempenho como integrante da comunidade religiosa. Ausência dos pressupostos para configuração da relação de emprego.

(...) Sustenta o demandante, ora recorrente, que seu trabalho como Pastor da Igreja Evangélica foi realizado sob regime de emprego.

A prova trazida aos autos evidencia que o reclamante foi Pastor da Igreja Evangélica Missionária "Só o Senhor é Deus" desde 27.01.76 até agosto de 1984, quando foi excluído daquela entidade religiosa.

Durante este período o demandante — Pastor Missionário — tinha a seu cargo a direção espiritual e material da sua Igreja, à qual estava ligado por vínculo religioso.

É próprio da natureza dos misteres religiosos seu desempenho sem vínculo empregatício, mesmo porque ausentes os pressupostos arrolados no art. 3.º da CLT.

Bem salienta o Acórdão n.º 9459/77 do TRT da 2.ª Região, colacionado pela R. sentença recorrida que: "O Pastor ao abraçar a vida e as funções religiosas e espirituais a que se sentiu convocado por razões pessoais, próprias e subjetivas,

desempenhando as funções e atividades inerentes aos objetivos e finalidades da Igreja, não pode encontrar agasalho à pretensão de identificação com o conteúdo do art. 3.º da CLT".

É o caso dos autos em que — como revela eloqüentemente a prova — inexistente relação empregatícia. Correta a decisão de 1.º Grau, que não merece reforma.

Acórdão de 25.06.85

Proc. TRT 749/85 — 4.ª Turma

Relator: *Silvio Paulo Arnt*

5329 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *Havendo menção na inicial de que a relação de trabalho era regida pela CLT e sendo cominadas as penas de revelia e confissão ao demandado, não é ilícito ao juiz, de ofício, concluir tratar-se de relação de emprego doméstico.*

(...) Insurge-se o recorrente contra a V. sentença de origem que concluiu ser a relação de emprego de caráter doméstico, indeferindo as parcelas pleiteadas na inicial, com exceção da anotação da CTPS. Sustenta que com a aplicação das penas de revelia e confissão ao recorrido os fatos alegados devem ser considerados verdadeiros.

Razão assiste ao recorrente, *data venia*.

O autor alegou na inicial que trabalhou para o reclamado na função de guarda noturno, no horário das 22 às 6 horas, no período de 09.11.84 a 08.03.85, sendo dispensado sem justa causa.

Data venia, com a aplicação das penas de revelia e confissão ao demandado e inexistindo nos autos prova capaz de superar as conseqüências da cominação destas penas, os fatos alegados pelo autor devem prevalecer. É o que dispõe o art. 319 do Código de Processo Civil: "Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor".

Conseqüentemente, havendo menção na inicial de que a relação de trabalho era regida pela CLT e sendo cominadas as penas de revelia e confissão ao demandado, é devido ao reclamante o pagamento de aviso prévio, férias proporcionais, 13.º salário proporcional, FGTS — Código 14, uma hora extra diária e adicional noturno, com as integrações pleiteadas.

Acórdão de 20.03.86

Proc. TRT 7591/85 — 2.ª Turma

Relator: *Francisco A. G. da Costa Netto*

5330 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *Prestação de serviços essenciais aos objetivos econômicos da empresa. Relação de emprego manifesta.*

(...) Embora incumbisse ao demandante o ônus probatório, a própria recorrente encarregou-se de demonstrar a existência do vínculo empregatício que negara. Não tendo o autor produzido prova testemunhal, a única testemunha da ré esclarece que esta se dedica à reforma e pintura de imóveis, sendo os serviços executados por trabalhadores autônomos, já que a empresa não possui empregados.

Não se admite "eventualidade" na prestação de serviços essenciais aos objetivos econômicos da empresa. O recorrido executou serviços de pintura em imóveis, determinados pela ré, sendo seu trabalho vistoriado e remunerado pela mesma.

Prestação em tais circunstâncias jamais poderá ser qualificada como trabalho autônomo. Não prejudica esse entendimento o fato de a prestação de serviços não ter sido contínua durante o período reconhecido (maio a setembro de 1984). Considera-se que, nos intervalos das pretensas empreitadas, permanecia o autor à disposição da recorrente.

Acórdão de 11.07.85

Proc. TRT 3357/85 — 2.ª Turma

Relator: *José Fernando Ehlers de Moura*

5331 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *Transporte de mobiliário vendido. Última fase de uma operação vital à empresa. Pessoalidade e subordinação. Recurso provido.*

(...) A sentença repeliu a relação de emprego por ausência de subordinação e pessoalidade. O reclamante, com veículo próprio, efetuava entrega de mercadorias vendidas pela demandada.

O recurso deve ser provido para que se reconheça a relação de emprego em que pesem as objeções da Junta a quo. Esta admite que a atividade do autor está ligada à da empresa de forma indireta. Ora, parece que havia uma vinculação direta entre o trabalho do reclamante e as finalidades da empresa, inserindo-se este trabalho perfeitamente no organismo empresarial de forma a não se poder qualificar, senão gratuitamente, de indireta esta relação. A demandada tinha como atividade preclpua a venda de móveis que eram necessariamente depositados na casa do comprador. Esta última operação era realizada pelo reclamante e outros que se lhe assemelhavam. Nem teria sentido que não o fosse e que os inúmeros compradores dos móveis vendidos os transportassem às costas.

A atividade era manifestamente subordinada e seguia um roteiro elaborado pela empresa. Os veículos, por vezes, eram pintados com as cores da reclamada. Cumpriam os motoristas um horário que, segundo as conveniências da reclamada, iniciava às 8h, valendo o mesmo dizer que não havia horário, mas os motoristas usualmente começavam a laborar às 8h.

É certo que em determinadas circunstâncias os motoristas se faziam substituir. Daí não se segue, todavia, a falta de pessoalidade como ela deve ser entendida. Não há pessoalidade se o trabalhador é, apenas, um intermediário e agencia, em resumo, o serviço alheio. Todavia, se na maior parte do tempo cumpre sua atividade pessoalmente, cumpre-a, é certo, com pessoalidade, isto é, projetando em seus serviços uma parte de seu ser, contaminando-o com suas virtudes ou debilidades. É este o verdadeiro sentido do que se convencionou chamar de pessoalidade da prestação de serviço.

Acolhe-se, por isso, o recurso, para reconhecer a relação de emprego e determinar a baixa dos autos à MM. Junta para que aprecie e julgue o mérito.

Acórdão de 04.03.86

Proc. TRT 1445/85 — 3.ª Turma

Relator: João Antonio G. Pereira Leite

5332 — RELAÇÃO DE EMPREGO — *É empregado quem transporta a carga de empresa distribuidora de petróleo em caráter permanente e exclusivo, mediante remuneração semanal. Situam-se no âmbito do Sindicato das empresas transportadoras de carga as distribuidoras de petróleo.*

(...) Quanto ao direito material, reitera o recurso os dizeres da contestação onde havia negado o vínculo de emprego, alegando a prestação de trabalho autônomo. Sem razão, data venia. A sentença analisou corretamente a matéria e nos reportamos aos seus próprios fundamentos: há pagamentos semanais reiterados ao longo de vários anos abrangendo todo o período contratual, com quantias repetidas e periodicamente aumentadas; os serviços prestados constituem a própria finalidade da empresa: transportar e distribuir petróleo; a pessoalidade do serviço se demonstra com os recibos (todos firmados pelo reclamante); este não podia obviamente deixar de obedecer as rotas necessárias à distribuição nos lugares devidos; e trabalhava com exclusividade para a demandada, como mostram suas declarações para imposto de renda. Estão presentes assim, as características típicas do contrato.

Acórdão de 11.06.85

Proc. TRT 329/85 — 3.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5333 — RELAÇÃO DE EMPREGO — Trabalho rural. *Admitido pela própria sentença recorrida que a reclamante exercia tarefas pertinentes à chácara do reclamado, não há como entender que o trabalho tivesse caráter de mero auxílio a seus familiares. Os serviços prestados a terceiro, inseridos nas atividades econômicas deste e ajudando-o a obter lucros, configuram a relação de emprego pretendida pela autora.*

(...) Busca a apelante ver reconhecida a existência do vínculo de emprego que alegou na inicial aduzindo que ficou demonstrado ter ela prestado serviços em favor do demandado, sem receber a respectiva remuneração.

A prova testemunhal oferecida pelas partes não é muito elucidativa, sendo um pouco mais convincente aquela produzida pela reclamante: os depoentes do demandado são lacônicos, limitando-se a dizer que, quando compareciam à chácara, o que ocorria de forma esporádica, nunca viram a autora trabalhando; as testemunhas da recorrente afirmam categoricamente que presenciaram a mesma prestar serviços relativos à chácara, quer lavando os tarros da leiteria, quer lidando com silagem, cuidando de aves ou triturando produtos para o gado; a terceira dessas testemunhas, confirmando, inclusive, declaração da postulante em seu depoimento pessoal, consigna que apenas no 1.º ano a mesma tirou leite e depois, por problemas de reumatismo, passou a dedicar-se às demais tarefas.

O conjunto probatório trazido aos autos evidencia que a autora exercia tarefas pertinentes à chácara do reclamado. A própria sentença recorrida admite isso, considerando, porém, que o serviço por ela prestado teve caráter de auxílio a seus familiares — marido e filho — que eram empregados do réu, numa praxe comum em atividades da zona rural, sem que isso caracterizasse a existência de vínculo empregatício.

Data venia de tal entendimento, é de se fixar que, se houve trabalho, este deve ser remunerado. Como bem ponderam as razões recursais, "seria uma heresia jurídica não ter a recorrente direito aos seus salários, só por ser mulher de homem que trabalha no meio rural". Não há como deduzir-se que o labor decorreu de uma simples obrigação de ajudar o marido. Se houve serviços para terceiro, inserido nas atividades econômicas deste e ajudando-o a obter lucros, tais serviços devem receber a devida contraprestação salarial.

Desse modo, demonstrado que a reclamante laborava lado a lado com seu marido e filho — os quais o recorrido admite terem sido seus empregados — igual condição lhe deve ser reconhecida, fazendo jus aos direitos daí advindos.

Acórdão de 29.10.85

Proc. TRT 6021/85 — 3.ª Turma

Relator: Olívio Nunes

5334 — REPOUSO SEMANAL REMUNERADO — Quando a empregadora adota o sistema de concedê-lo de oito em oito dias. *Reconhecimento do caráter fraudulento da prática adotada. Reconhecimento da procedência da pretensão dos empregados quanto ao pagamento em dobro dos repousos que lhes foram sonegados.*

(...) Na inicial afirmam os reclamantes que trabalhavam em uma jornada de oito horas contínuas, sem intervalo para repouso e alimentação, bem como que a folga semanal era concedida apenas no oitavo dia, alegações com base nas quais — afora a invocação da semana de 44 horas — pretendem o pagamento de horas extras e o pagamento em dobro dos repousos. Quanto aos intervalos, considerando-se os termos em que o pedido é formulado, deve o recurso ser rejeitado pela aplicação da Súmula n.º 88 do TST, tal como foi decidido em 1.º Grau de jurisdição. Quanto aos domingos e feriados, é clara a perícia ao confirmar que os reclamantes desfrutavam o repouso semanal de oito em oito dias, bem como que trabalhavam nos feriados sem a concessão de folga compensatória, sem que haja qualquer notícia de que o pagamento em dobro fosse satisfeito. Cabe, pois, o deferimento da dobra dos feriados. Quanto aos domingos, é

odiosa e gritante a fraude praticada pela empregadora que, ao arrepio das normas da Lei n.º 605/49, criou a semana de trabalho de oito dias. Desse modo, enquanto pela lei deve o trabalhador, no curso do ano, repousar, de regra, em cinquenta e dois domingos, pelo critério adotado pela reclamada haveria no ano apenas quarenta e cinco repousos hebdomadários. Cabe, pois, deferir aos reclamantes a dobra da remuneração dos domingos trabalhados, cujo número deverá ser apurado em liquidação de sentença, com base no reconhecimento do direito ao seu gozo, em média, a cada sete dias de trabalho.

Acórdão de 26.06.85
Proc. TRT 1231/85 — 1.ª Turma
Relator: Antonio Salgado Martins

5335 — REPRESENTAÇÃO — *Não há que declarar-se a extinção do processo, quando o autor, exercendo atividade fora de seu país, se faz representar, legalmente, em juízo.*

(...) Em 13.11.84, assinou o autor contrato de prestação de serviços para empresa localizada fora do país.

Quando da realização das audiências, em 02.04.85 e 21.08.85, fez-se representar pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica — SINDIPOLO — vez que permanecia trabalhando no exterior.

A r. decisão recorrida extinguiu o processo por entender que houve contumácia do autor pelo seu não comparecimento à audiência.

Primeiramente, não se configura, na espécie, a contemplada contumácia, vez que a representação do autor é, legalmente, válida. Igualmente, porque o que se denota é a existência de motivo poderoso a possibilitar tal representação. Nesse sentido, outro não tem sido o acolhido pela jurisprudência no que diz respeito à prestação de serviço no exterior. Cita-se, para elucidar, Isis de Almeida, in Manual de Direito Processual do Trabalho, pág. 95: "Pode, entretanto, ser apresentado outro motivo, e aí passa a depender, o não arquivamento do pedido, do critério do Juiz sobre o que constitui "motivo poderoso". A jurisprudência tem incluído nessa situação o reclamante que viaja para o exterior, por motivo de serviço ou outro de igual importância, ou mesmo se desloca para outro Estado; se, no novo emprego, a sua ausência pode prejudicá-lo, ainda que a lei o ponha a salvo de qualquer punição do novo empregador pelo fato; e outros".

Permanecendo o autor, à época da realização das audiências, a exercer suas atividades fora do país e importando seu deslocamento em possíveis transtornos tanto de ordem material, como em relação ao seu novo emprego, tem-se, nessa circunstância, a existência de motivo relevante o suficiente para permitir a representação do trabalhador, tal como ocorreu nos autos.

O contrato de trabalho juntado, bem como o documento de fl. 44, são meios hábeis e bastam para sua comprovação.

Ademais, a cominação — de arquivamento da ação —, imposta ao recorrente caso não comparecesse em futura audiência, não pode prevalecer, posto que ao Juiz é defeso imputar tal penalidade quando motivo de força maior ou outro, como é o caso dos autos, existe.

Acórdão de 28.05.86
Proc. TRT 10275/85 — 1.ª Turma
Relator: Alcione Niederauer Corrêa

5336 — RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO — *A passagem obrigatória do empregado à condição de funcionário público, sob pena de rescisão do contrato, outorga-lhe direito à reparação do art. 477 da CLT.*

(...) A sentença a quo deferiu ao reclamante indenização por tempo de serviço anterior à opção e liberação das guias AM pelo código 01 sob o fundamento

de que o reclamante, empregado celetista, ao ser nomeado para o cargo público, teve seu contrato de trabalho extinto por imposição do empregador, ante os termos do art. 2.º, § 1.º, da Lei Complementar n.º 81/83.

Recorre o Município desconforme com tal entendimento. Diz que não ocorreu no caso a dispensa imotivada do empregado, mas tão-somente a transformação do regime jurídico que rege a contratualidade. Tece considerações em defesa de sua tese. Mostram os autos que, na vigência do pacto laboral, foi editada a Lei Municipal Complementar n.º 81 que autorizou a transposição dos empregados para o regime estatutário (art. 2.º), ficando o Município com prazo máximo de 30 dias para executar a mudança (§ 2.º). O mesmo art. 2.º, em seu § 1.º, assim foi redigido: "Os empregados que manifestarem formalmente, nos órgãos de pessoal, no prazo de quinze (15) dias da data desta lei a sua opção por não integrar os respectivos Quadros, perderão definitivamente o direito de integração e terão seus contratos de trabalho rescindidos, respeitados os direitos adquiridos deles decorrentes".

A lei em apreço e o reclamado que a executou extinguíram, assim, o contrato de trabalho, na medida em que não deixaram qualquer margem para que ele subsistisse. Nem ao menos existia para o reclamante qualquer opção. Ou ele não se manifestava e o contrato de trabalho estava desfeito, passando à condição de funcionário público (o que ocorreu), ou se manifestava e o vínculo seria desfeito de qualquer maneira. Diante deste quadro, correta foi a decisão da Junta ao conceder os direitos postulados e decorrentes da incidência do art. 477 da Consolidação. Em que pese assim a argumentação da Prefeitura, com apoio, aliás, em jurisprudência muito respeitável da 1.ª Região, somos levados a manter a sentença.

Acórdão de 20.05.86

Proc. TRT 527/86 — 4.ª Turma

Relator: Paulo Maynard Rangel

5337 — RESPONSABILIDADE — *Responde como empreiteira principal e não como simples dona da obra a entidade cuja destinação específica é a construção de habitações.*

(...) Investe a segunda reclamada — Cia. de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB-RS — contra a decisão que a condenou solidariamente ao pagamento das verbas deferidas.

Diz que a solidariedade, nos termos do art. 896 do Cód. Civil, decorre de lei ou da vontade das partes, não sendo este o caso dos autos. Ademais, é uma sociedade de economia mista, sem fins lucrativos, que tem por objetivo a mera execução de obras no plano habitacional, obedecendo às diretrizes governamentais, já que seu capital majoritário é do próprio Estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, não participa de qualquer grupo econômico nem pode ser considerada empreiteira já que dona da obra. Utiliza-se, isto sim, de empreiteiros contratados para alcançar os seus fins. Diz ainda que a condição de dona da obra afasta, por si só, a incidência do art. 455 da CLT aplicado à espécie.

Sem razão, data venia. A solidariedade é no caso decorrência do art. 455 da Consolidação e não do art. 896 do Cód. Civil. Destinando-se a recorrente precisamente a construir habitações, na consecução dos objetivos sociais inerentes ao Estado e a ela atribuídos, atua como verdadeira empreiteira e não como mera dona da obra. Irrelevante é, assim, o fato de não se constituir em grupo econômico, ou de ser sociedade de economia mista com fins sociais. Não é o § 2.º do art. 2.º que está em jogo mas o art. 455 da CLT, repita-se. Desde que delega a terceiro as tarefas de construir prédios que lhe estão afetas e permite que este terceiro contrate empregado para atender a tais finalidades, coloca-se a COHAB na situação do artigo citado, respondendo solidariamente pelos débitos trabalhistas.

No caso presente isto fica ainda mais patente, quando se constata a inidoneidade econômico-financeira do sub-empreiteiro, que omitiu-se em pagar seus em-

pregados sem haver notícias de bens que possam assegurar-lhes os direitos respectivos. Tanto assim que a COHAB pagou para evitar o agravamento da situação, como reconhece na defesa e no recurso, com homologação da entidade sindical, relativamente às verbas oriundas da rescisão. E o direito regressivo que se reservou outro não é senão o previsto no já citado art. 455.

Acórdão de 02.07.85
Proc. TRT 1207/85 — 3.ª Turma
Relator: Paulo Maynard Rangel

5338 — SALÁRIO — *A habitação fornecida ao empregado, durante todo o contrato, configura salário-utilidade, não importando que sua concessão objetiva possibilitar o desempenho das atribuições do trabalhador. Inexiste dispositivo legal que determine que o cálculo da utilidade-habitação observe exclusivamente o salário mínimo. Artigo 458, § 1.º, da CLT.*

(...) Insurge-se a recorrente contra o reconhecimento da percepção de utilidade-habitação, sustentando que a concessão de moradia caracteriza-se como instrumento de trabalho e, ainda, que a ausência de contratação prévia afasta a natureza salarial atribuída à vantagem.

A evidência, equivoca-se a demandada. Restou provado o fornecimento da utilidade desde a contratação do autor pela antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que deu origem à atual sociedade de economia mista, até a extinção do pacto em virtude da aposentadoria. É indiscutível que a habitação concedida em caráter habitual incorpora-se tacitamente ao contrato de trabalho, o qual pode prescindir de instrumento escrito, segundo dispõe o art. 443 da CLT.

Não encontra amparo a assertiva de que o fornecimento de moradia decorria exclusivamente das condições específicas do local de trabalho (Usina Hidroelétrica de Canastra). Ao contrário, é a própria recorrente que, ao informar sobre a existência de uma vila residencial por ela mantida na localidade, gera a presunção de que a concessão da moradia constitui praxe na região, servindo como elemento captador de mão-de-obra.

Constituindo a prestação *in natura* vantagem nitidamente salarial, é inequívoco que o seu valor integra-se ao salário para todos os efeitos, inclusive no que concerne ao cálculo das gratificações de férias e de farmácia. Aduza-se, ademais, que a reclamada não trouxe aos autos os regulamentos que disciplinam a concessão das referidas vantagens (Resoluções n.ºs 35/52, 228/54, 336/54 e 783/57, fl. 78), com os quais pretende afastar a incidência da norma contida no art. 458 da CLT.

De outra parte, incensurável o entendimento do Julgador de 1.º Grau que fixou em 24% do salário básico do recorrido o valor da utilidade. Determina o parágrafo 1.º do art. 458 do diploma consolidado que os valores atribuídos às prestações *in natura* deverão ser justos e razoáveis, guardando proporção com os percentuais das parcelas componentes do salário mínimo. Contudo, inexiste disposição legal que condicione a incidência do referido percentual ao salário mínimo, ainda que o trabalhador perceba salário superior, como na espécie.

Finalmente, se o salário-utilidade incorporou-se ao patrimônio do trabalhador durante a vigência do contrato, não seria judicioso esperar-se que o mesmo tivesse os seus proventos de aposentadoria calculados com exclusão da vantagem em tela.

Acórdão de 07.11.85
Proc. TRT 2726/85 — 2.ª Turma
Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5339 — SALÁRIO — *Incabível considerar-se como parte integrante do salário a habitação fornecida pelo empregador, quando representa essa meio necessário para o cumprimento do contrato de trabalho.*

(...) Pelas peculiaridades do trabalho do reclamante, de proceder às observações climatológicas em horário prefixado, registrar todos os fenômenos meteorológicos que ocorressem a qualquer hora, e sendo o único empregado da Estação Meteorológica, exigiam sua proximidade do local. Assim, o fornecimento de moradia visava proporcionar condições para executar as tarefas que eram inerentes a sua função de observador, não se podendo confundir as condições oferecidas para o trabalho com aquelas fornecidas pelo trabalho — retribuição por trabalho realizado, que não é o caso dos presentes autos.

Como refere a nobre julgadora a quo, a concessão de moradia representava um meio necessário à execução dos serviços e ao cumprimento do contrato de trabalho, circunstância em que a habitação não faz parte do salário.

Acórdão de 31.07.85

Proc. TRT 651/85 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5340 — SALÁRIO — Não estando suspenso o contrato de trabalho no período em que o empregado — motorista de ônibus — esteve impedido de prestar sua atividade contratual, ante a apreensão de sua carteira de habilitação pelo DETRAN, em virtude de acidente de trânsito, faz ele jus aos salários do período. A ocorrência se constitui em risco inerente à atividade empresarial da reclamada e, por isso, suas decorrências devem ser por ela suportadas, mormente quando não demonstrada a culpa do empregado.

(...) Insurge-se a reclamada contra a condenação ao pagamento de 1 mês e 10 dias de salários, relativamente ao período em que o autor esteve impedido de exercer sua função — motorista de ônibus — porque teve sua carteira de habilitação apreendida pelo DETRAN em virtude de acidente de trânsito (atropelamento de pedestre). Não procede sua inconformidade. Como foi decidido, devidos os salários do período, visto que o contrato de trabalho não estava suspenso. O reclamante se apresentou ao serviço, tanto que a empresa determinou que fosse procurar o benefício previdenciário. Não pode, pois, ser prejudicado pela circunstância de a empregadora não ter aproveitado sua mão-de-obra, ainda que em outra atividade. De resto, como é salientado na sentença, os acidentes de trânsito constituem risco diretamente ligado à atividade empresarial da reclamada, devendo suas decorrências, mormente quando demonstrada a culpa do empregado, ser por ela suportadas.

Acórdão de 24.10.85

Proc. TRT 6232/85 — 2.ª Turma

Relator: Francisco A. C. da Costa Netto

5341 — SALÁRIO — O fornecimento gratuito de transporte configura, nos termos do art. 458 da CLT, salário *in natura*, devendo integrar o pagamento de parcelas remuneratórias e rescisórias.

(...) Salário-utilidade transporte. O pedido de integração do salário *in natura* sobre parcelas remuneratórias e rescisórias foi indeferido porque já fora atendida outra pretensão, horas *in itinere*, com a mesma causa de pedir. Afirma o reclamante terem as vantagens diferentes naturezas jurídicas e que o fornecimento gratuito do transporte caracteriza o salário *in natura*.

Procede a pretensão. O art. 458 da CLT dispõe que, além do pagamento em dinheiro, compreendem-se no salário todas as prestações *in natura* que a empresa fornecer habitualmente ao empregado, entre as quais se encontra, evidentemente, o transporte gratuito concedido pela empregadora habitualmente, sendo para esses efeitos irrelevante que tivesse o reclamante à disposição serviços públicos de transporte ou que não houvesse pactuação expressa para o fornecimento da vantagem.

Defere-se, portanto, a integração de seu valor sobre as parcelas pleiteadas.

Acórdão de 27.06.85
Proc. TRT 8550/84 — 2.ª Turma
Relator: Élio Eulálio Grisa

5342 — SALÁRIO — O prêmio-viagem, pago em razão do contrato e vinculado à eficiência do trabalhador, tem natureza de salário, cabendo o respectivo reajuste, bem como as integrações do mesmo nos direitos postulados na inicial.

(...) Diz o autor que a cada viagem interestadual auferia uma comissão denominada de prêmio-viagem, que não foi corretamente reajustada e que, além disso, não integrava o salário para os efeitos legais.

As demandadas aduzem que o referido prêmio não tinha natureza salarial, porquanto não se vinculava à produção, visando, isto sim, estimular a boa prestação de serviços, consubstanciada em viagens sem acidente ou problemas mecânicos atribuíveis ao motorista.

No entanto, a parcela devida em razão do contrato e cujo pagamento fica vinculado a fatores de ordem pessoal do trabalhador, como a produção, a eficiência, etc., tem, incontestavelmente, natureza jurídica de salário.

E, desde que reconhecido o caráter salarial do prêmio-viagem, cabe o reajuste do mesmo nas condições pactuadas, bem como as integrações postuladas na inicial.

Acórdão de 16.08.85
Proc. TRT 616/85 — 2.ª Turma
Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5343 — SALÁRIO — A habitação fornecida a zelador de edifício residencial não se caracteriza como instrumento essencial à prestação da atividade de zeladoria. A utilidade fornecida assume, assim, natureza salarial a ensejar sua integração à remuneração do trabalhador.

(...) Insiste o demandado, em suas razões, em que a moradia fornecida ao autor tinha como finalidade precípua a prestação do trabalho de zeladoria; logo, não poderia ser caracterizada como utilidade-habitação, com natureza salarial a ser considerada no cálculo de outros direitos, tais como férias, rescisórias, etc. Em que pesem as bem lançadas razões de fls., delas discordamos, todavia. Com acerto observa a V. decisão recorrida que o fornecimento de habitação ao zelador não tem por finalidade a execução de suas tarefas, já que poderá ele residir noutro local, representando, desta sorte, um *plus* à sua remuneração. Assim, a moradia constitui utilidade-habitação ou salário pago *in natura*, estando correta a condenação procedida, que se mantém.

Acórdão de 04.09.85
Proc. TRT 834/85 — 1.ª Turma
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5344 — SALÁRIO — A habitação fornecida ao zelador não possui natureza salarial, pois imprescindível para o exercício da função.

(...) Sustenta o recorrente que a habitação fornecida ao reclamante era condição para que exercesse a função de zelador, não configurando o salário *in natura* e postula sua absolvição dos pagamento determinados pela MM. Junta.

Acolhe-se a inconformidade. Dada a natureza do trabalho do zelador do condomínio residencial, era imprescindível sua permanência no local de trabalho; sua jornada de trabalho não era contínua, apresentando várias soluções de continuidade entre uma e outra atividade, como é peculiar à função exercida. Nessas circunstâncias, a habitação do empregado no mesmo prédio do condomínio reclamado era apenas um meio de assegurar o desempenho de suas tarefas, que seriam inviabilizadas caso estivesse domiciliado em outro local.

Acórdão de 08.10.85

Proc. TRT 2864/85 — 4.ª Turma

Relator: *Liberty Contier*

5345 — SALÁRIO — Os “vales-refeição” se constituem em utilidade *in natura*, devendo integrar o salário para efeito de repercussões, mas não estão sujeitos à correção semestral da Lei 6708/79, eis que seu valor se vincula ao custo da refeição (Lei 6708/79 e Decreto 78676/76, art. 10).

(...) Integração dos tickets-refeição no salário. Incidência dos aumentos legais. A sentença indeferiu a parcela, rebelando-se a reclamante.

Com razão, em parte. Os “vales-refeição”, como também são denominados, são, na verdade, salário *in natura* e, por isso, devem nele se integrar para efeito dos reflexos nas demais parcelas que têm o salário como base de cálculo, a teor do que dispõe o art. 458 da CLT.

O “vale-refeição”, todavia, não está sujeito à incidência da Lei 6708/79. Esta verba, ainda que tenha natureza salarial, não é salário, e tanto é assim que não incidem sobre o mesmo as contribuições previdenciárias, nos expressos termos do art. 9.º do Decreto 78676/76 (Regulamento da Lei 6321/76 que criou o programa de alimentação do trabalhador). Ademais, a instituição do vale-refeição é uma faculdade da empresa e o valor do mesmo deve ser integrado ao salário, mas nos limites do respectivo quantum, sem, entretanto, a incidência da correção compulsória e automática prevista na Lei 6708/79.

Dou provimento em parte ao recurso neste item para determinar a integração do “vale-refeição” no salário, com reflexos em férias, 13.º salários, domingos e feriados, gratificações semestrais, FGTS e rescisórias.

Acórdão de 24.09.85

Proc. TRT 2820/85 — 4.ª Turma

Relator: *Sérgio Pitta Pinheiro Baptista*

5346 — SALÁRIO — O fornecimento de “tickets-restaurant”, na forma da legislação pertinente ao Programa de Alimentação do Trabalhador, regulado em lei, não configura salário-utilidade.

(...) O autor recebia da empresa “tickets-restaurant”, na forma da legislação pertinente ao Programa de Alimentação do Trabalhador, regulado em lei.

A sentença, embora considerando sua origem no Programa de Alimentação do Governo Federal, considerou-os salário-utilidade e determinou sua integração em férias, 13.ºs salários, aviso prévio e FGTS, insurgindo-se a reclamada.

Discordamos da R. sentença. O fato da empresa contribuir com 80% do valor dos vales não caracteriza o salário-utilidade. Pelo contrário, não teria sentido

um programa de governo visando proteger o trabalhador em que este tivesse uma contribuição onerosa. O próprio fato do pagamento pelo empregado de 20% já descaracteriza o salário-utilidade. Além disso, o programa gera para as empresas isenção de contribuições previdenciárias sobre o seu valor, consistindo a empresa em mera intermediária, mera repassadora entre o favorecido e o governo. Gera, além disso, incentivos fiscais.

Não há como considerar-se salário-utilidade, retirando-se da condenação as integrações deferidas.

Acórdão de 20.08.85

Proc. TRT 3374/85 — 3.ª Turma

Relator: *Liberty Conter*

5347 — SALÁRIO — *A alimentação fornecida a bordo ao marítimo, indispensável à realização do serviço, não é parcela remuneratória.*

(...) Sustenta a recorrente que a alimentação fornecida ao marítimo não representa salário-utilidade, sendo "uma prestação meramente instrumental", a teor da jurisprudência que invoca em suas razões.

Procede. Uma vez que a alimentação do marinheiro é indispensável à realização do serviço e não dispondo este de outra maneira para se alimentar, a menos que vá pescar, como salienta a demandada em suas razões de recurso, é a alimentação fornecida a bordo uma prestação instrumental necessária à prestação do trabalho, não se constituindo parcela remuneratória e, portanto, indevida a integração deferida.

Acórdão de 07.01.86

Proc. TRT 5810/85 — 4.ª Turma

Relator: *Liberty Conter*

5348 — SALÁRIO — *O salário-utilidade-alimentação deve ser calculado sobre o valor real de mercado atribuído à vantagem deferida ao trabalhador. A interpretação correta do art. 458, § 1.º, remete-nos ao § 1.º do art. 81 da CLT, o qual fixa a fórmula para cálculo do valor do salário mínimo, que venha a corresponder às exigências mínimas do trabalhador. Assim, cumpre atender-se aos valores da lista de provisões necessária à alimentação diária do trabalhador adulto.*

(...) Do critério para aferição dos salários-utilidade, leite e almoço. Diverge a jurisprudência a respeito do critério para fixação do valor correspondente à utilidade-alimentação.

Alguns julgados utilizam o salário mínimo como base para cálculo da vantagem, enquanto outros entendem deva ser fixada a importância tomando-se em consideração o salário contratual.

Embasado no salário contratual, poder-se-ia incorrer no absurdo de atribuir à utilidade-alimentação valor muito superior ao do mercado, o que, inegavelmente, não é justo nem razoável, como determina o parágrafo 1.º do art. 458 da CLT.

Também, por outro lado, não se pode partir do valor do salário mínimo para estabelecer o *quantum* correspondente à utilidade-alimentação, porque tal critério tornaria irrisória a parcela, desrespeitando igualmente o conceito de justiça e razoabilidade.

A interpretação correta do art. 458, § 1.º, remete-nos ao parágrafo 1.º do art. 81 da CLT, o qual fixa a fórmula para cálculo do valor do salário mínimo que venha a corresponder às exigências mínimas do trabalhador. Assim, cumpre atender aos valores da lista de provisões constantes dos quadros devidamente aprovados e necessários à alimentação diária do trabalhador adulto.

Conseqüentemente, o valor real da alimentação é um componente do salário mínimo, e se este não é compatível com a realidade do custo da alimentação, não é por isso que se vai calcular a utilidade *in natura* (alimentação) partindo-se de importância insuficiente para atender às necessidades mais elementares para uma vida digna do obreiro (salário mínimo).

Tem-se, pois, como correta a sentença originária ao fixar critério para aferição da utilidade-alimentação em causa, considerando o valor do mercado.

Acórdão de 30.07.85

Proc. TRT 2209/85 — 4.ª Turma

Relator: Sileno Montenegro Barbosa

5349 — SALÁRIO-FAMÍLIA — *Comprovada a existência de prole, é devido ao empregado o pagamento de salário-família, independentemente do cumprimento da exigência patronal quanto à exibição de atestado de vacina dos dependentes.*

(...) O argumento do reclamante, no que se refere à verba titulada, reside na ausência de demonstração pela empresa da necessidade formal de atestado de vacina, como requisito básico para a continuidade do pagamento da parcela, tese que a sentença acolheu.

Havia a empresa alegado que a suspensão do pagamento, operada em julho de 1981, teve origem na falta de apresentação do comprovante de vacina, exigido pela Portaria 85/77 do Ministério da Saúde.

Tal formalidade, diz a decisão, é imprescindível para que a empresa seja ressarcida pelo órgão competente. E isto não ocorre se descumprida a exigência contida no Decreto 83080/79, art. 141, ou seja, a apresentação do comprovante de vacina, exigível para os nascidos a partir de julho de 1981. Por isso indeferiu a pretensão. Sem razão, *data venia*, se nos afigura o julgado. No âmbito previdenciário cabe ao empregador exigir de seus empregados as providências necessárias a assegurar-lhe o ressarcimento do salário-família pago. A esta Justiça compete apenas determinar — verificada a condição essencial, isto é, a existência de filhos — o pagamento do salário-família. Além disto, o art. 141 do Decreto 83080/79 determina que a empresa exija, anualmente, o atestado de vacina. E a recorrida não comprovou ter satisfeito tal exigência. Sendo assim, procede o apelo, condenando-se a demandada a pagar ao autor o salário-família suprimido em julho de 1981.

Acórdão de 09.07.85

Proc. TRT 10428/84 — 3.ª Turma

Relator: Fernando Antonio P. Barata Silva

5350 — SALÁRIO MATERNIDADE — *Proibido o trabalho no período previsto no art. 392 da CLT, são devidos os salários correspondentes.*

(...) Sob o fundamento de que inexistiu malícia por parte da empresa ao despedir a reclamante — eis que esta se recusou a retornar ao emprego posto à disposição em audiência — indeferiu a MM. Junta o salário-maternidade.

Insurge-se a reclamante contra tal entendimento. Sustenta que, comprovado seu estado gravídico quando da rescisão contratual, lhe é devida a parcela em apreço, por imposição legal.

Com razão. A empregadora, ao rescindir o contrato de trabalho da gestante sem justa causa, assume o ônus do pagamento do salário-maternidade, independentemente de se cogitar de sua boa ou má fé, em face dos termos da Súmula n.º 142 do TST.

É incontroverso nos autos que a autora, ao ser demitida, estava grávida. O fato de recusar-se a retornar ao emprego não lhe retira o direito à percepção da vantagem em tela. Inclusive porque, nos 84 dias do salário-maternidade previstos nos arts. 392 e 393 da CLT, ela não poderia realmente trabalhar.

Acórdão de 04.02.86
Proc. TRT 5612/85 — 4.ª Turma
Relator: Paulo Maynard Rangel

5351 — SALÁRIO-MATERNIDADE — Não faz jus ao salário-maternidade a empregada que maliciosamente oculta da empregadora o seu estado de gestação, ensejando a despedida.

(...) Não merece prosperar o apelo da autora no tocante ao indeferimento do pagamento de salário-maternidade. É manifesta a malícia na conduta da empregada por ocasião da rescisão do contrato. Firmou a mesma naquela oportunidade declaração em que se recusava a realizar o exame de Plano Teste por entendê-lo desnecessário, desobrigando a empregadora de quaisquer ônus decorrentes da não realização do referido exame. O documento é datado de 09 de novembro de 1982. Juntou a recorrente com a inicial resultado de exame de Plano Teste realizado em 07 de outubro do mesmo ano, no qual se confirmava o estado de gravidez. Ora, evidencia-se assim que a autora tinha ciência de seu estado quando lhe foi solicitado o mesmo exame pela demandada. Recusando-se a fazê-lo induziu a empregadora em erro, tendo esta procedido à despedida na certeza de que não estaria a autora ao abrigo da estabilidade provisória assegurada em decisão normativa. Percebe-se pelo documento de fls. 56 que constitui norma da empresa a realização de exame médico de desligamento, medida acautelatória tendente a evitar possíveis infrações.

Não se pode conceber que a empregada, sabedora de sua gravidez, aceite a dispensa, ocultando-a do empregador, receba as reparações da extinção do contrato e, após, recorra ao Judiciário para postular o salário-maternidade. A conduta da recorrente afasta-se do dever de lealdade e boa-fé que se impõe ao litigante (art. 14, inc. II, do CPC). Portanto, desacolhe-se o apelo.

Acórdão de 13.06.85
Proc. TRT 1585/85 — 2.ª Turma
Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5352 — SALÁRIO-MATERNIDADE — A superveniência de termo do contrato de experiência não gera direitos à empregada gestante.

(...) Pretende a recorrente receber salário-maternidade, ainda que a rescisão contratual se tenha havido por decorrência do contrato de experiência.

Os autos demonstram que entre as litigantes vigeu, de 19 de abril a 18 de maio de 1983, um contrato de trabalho de 30 dias, que não foi renovado. A ação foi intentada em 27 de abril de 1984, com prova do nascimento da criança ocorrido em 06 de fevereiro — quase nove meses depois da despedida.

Não prospera o recurso. A eficácia do contrato de experiência cessou com o natural advento do seu termo final, eximindo, assim, a recorrida, de qualquer possibilidade de fraude às regras de proteção à maternidade da recorrente.

Saliente-se que a garantia legal, jurisprudencial e, mesmo, normativa tem como pressuposto necessário a obstaculização maliciosa à percepção da vantagem, o que resultou indemonstrado. Ademais, era, inclusive, duvidosa a gestação à época da pactuação ou em seu intercurso.

Acórdão de 06.08.85
Proc. TRT 1534/85 — 3.ª Turma
Relator: João Luiz Toralles Leite

5353 — SENTENÇA — *Na forma do disposto no art. 382 da CLT, a sentença deve conter o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas e os fundamentos da decisão. Não se pode considerar como tal a simples menção às razões do embargante e do embargado e adotar as razões de um ou de outro como fundamento da decisão mediante a indicação das folhas dos autos. O princípio da celeridade processual não se sobrepõe ao princípio da fundamentação da sentença. Admitir-se como correta e incensurável a menção das folhas dos autos como fundamento da decisão importaria em desvirtuamento da sentença como ato do Estado de entrega da prestação jurisdicional e como ato de solução da controvérsia, propiciando larga margem para o arbítrio. Agravo de Petição a que se dá provimento, para ser decretada a nulidade da R. sentença e para que outra seja proferida de acordo com os ditames da lei.*

(...) A sentença é o ato culminante do processo no qual o Estado entrega a prestação jurisdicional, dizendo da procedência ou improcedência do pedido. Sua forma não é livre. Dispõe o art. 382 da CLT que, da decisão, deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.

Esses requisitos são indispensáveis e a sua finalidade é múltipla, aplicando-se à liquidação de sentença. Comprovam que o Juiz leu e estudou os autos antes de decidir a lide; entrega a prestação jurisdicional, solucionando a controvérsia, e facilita ao Tribunal a revisão do processo. No caso dos autos, a R. sentença é deficiente. Não contém o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas e os fundamentos da decisão. Não se pode considerar como tal a simples menção às razões do embargante e do embargado e adotar as razões de um ou de outro como fundamento da decisão. O princípio da celeridade processual não se sobrepõe ao princípio da fundamentação da sentença.

Admitir-se como correto e incensurável o critério de prolação da decisão adotada pelo Exmo. Juiz do Trabalho importaria em desvirtuamento da sentença como ato do Estado de entrega da prestação jurisdicional e solução da controvérsia, propiciando larga margem para o arbítrio.

Acórdão de 28.05.86
Proc. TRT 3908/81 — 1.^a Turma
Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5354 — SOBREAVISO — *Regime de sobreaviso para atividades consideradas essenciais, sujeitando determinados empregados a permanecerem em suas casas aguardando o chamamento para a realização de serviços emergenciais. Aplicação analógica do previsto no parágrafo 2.º do art. 244 da CLT.*

(...) Não aceita a demandada a condenação de pagamento de 1/3 do salário normal dos recorridos, como contraprestação do tempo que permanecem de "sobreaviso" em suas próprias casas, aguardando a chamados para atenderem serviços de sua especialidade (eletricista e mecânico), fora do horário normal de trabalho. Sustenta que os reclamantes, sempre que laboraram nessas condições, perceberam o pagamento como horas suplementares, não havendo analogia com a situação dos ferroviários, de que trata o parágrafo 2.º do art. 244 da CLT.

Nenhum reparo merece a douda sentença de ilustre lavra. Com efeito, ficou devidamente esclarecido que os demandantes, em uma semana por mês, deveriam permanecer em suas casas, daí não podendo se afastar, obedecendo escala feita pela recorrente e para o fim de darem atendimento a chamados da empresa, quando necessária a realização de serviços próprios de suas atividades. Aliás, a analogia com o tratamento dispensado aos ferroviários foi invocada pela própria recorrente, em sua defesa, como salienta a decisão de 1.º grau nesta passagem: "Assiste razão à suplicada enquanto invoca analogia com a situação dos ferroviários, disciplinada no preceito legal já citado. Efetivamente, na semana de planejamento, os autores permaneciam (José Francisco ainda se encontra nesta situação) em

suas casas, no convívio dos seus familiares, desfrutando horas de lazer e de repouso, inclusive dormindo. Neste período poderiam ser chamados para executar eventuais serviços de manutenção, recebendo horas extras em contraprestação, quando efetivamente convocados”.

É evidente que o pagamento feito pela recorrente não retribui a disponibilidade em que permaneciam os recorridos para a execução de trabalhos de emergência. Se, de um lado, permaneciam em suas residências, tinham, de qualquer forma, que permanecer nesse local, de plantão. Por isso, é indiscutível que a situação é análoga à dos ferroviários, pelo sistema de “sobreaviso”, sendo-lhes aplicável a norma consolidada que trata da hipótese.

Acórdão de 25.09.85

Proc. TRT 2898/85 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

5355 — SOBREAVISO — *Demonstrado, pela prova oral, que uma vez por mês o autor permanecia à disposição do empregador, em fins de semana, podendo ser chamado para o serviço a qualquer momento, impõe-se remunerar o período de disponibilidade na forma estabelecida no art. 244, parágrafo 2.º, da CLT, de aplicação analógica à espécie.*

(...) Ocorria, na realidade, a possibilidade de convocação pelo empregador durante o fim de semana, o que não permitia ao recorrido dispor livremente de seu tempo, embora permanecesse em sua residência. Configura-se, pois, claramente, a hipótese do parágrafo 2.º do art. 244 da CLT, aplicável à espécie por analogia, inclusive quanto à contraprestação respectiva, que não será integral, acrescida do adicional de horas extras, como estabelecido na decisão recorrida, mas apenas de 1/3 do valor-hora normal, nos exatos termos daquele dispositivo legal. A interpretação analógica foi consagrada pelo Enunciado n.º 229 da Súmula do Egrégio TST.

Acórdão de 22.05.86

Proc. TRT 7129/85 — 2.ª Turma

Relator: José Fernando Ehlers de Moura

5356 — SÓCIO — *Insuficiente o patrimônio social, é ilícito que os bens particulares dos sócios respondam pelas dívidas trabalhistas.*

(...) Por inexistir bens da reclamada que já não estejam penhorados em outros processos, o exequente requereu a penhora de bem particular de sócio da empresa, o que foi indeferido em 1.ª Instância. Contudo, segundo o entendimento de Aryon Sayão Romita em seu trabalho sobre a “Responsabilidade Trabalhista dos Sócios e/ou Gestores de Sociedades de Responsabilidade Limitada” (“in” Revista de Direito, Órgão do Ministério Público, 1969, Rio de Janeiro), embora subsidiariamente, os sócios devem responder pelas dívidas trabalhistas da sociedade, pois cabe aos empregadores assumirem sempre os riscos da atividade econômica, eis que são exclusivamente seus os lucros da mesma, configurando-se, assim, exceção à regra segundo a qual a responsabilidade dos sócios se exaure no limite do valor do capital social.

De outro lado, consoante o art. 10 da Lei n.º 3708, de 10 de janeiro de 1919, os sócios-gerentes respondem para com terceiros solidária e ilimitadamente pelos atos praticados com violação do contrato ou da lei. No caso vertente, o sócio proprietário do bem indicado para penhora é diretor da demandada, como se verifica através dos documentos de fls. 8 e 9. Além disso, houve indiscutível violação à lei. Deixou a empresa executada de satisfazer o crédito do exequente, evadindo-se de forma inescusável de cumprir o acordo homologado na fl. 7.

Por derradeiro, é certo que não houve indicação de bens da sociedade por parte do sócio-diretor, para efeito de ser liberado da execução, nos termos do art. 596 do CPC.

Acórdão de 09.01.86
Proc. TRT 8301/85 — 2.ª Turma
Relator: Adão Eduardo Häggstram

5357 — SOLIDARIEDADE — *Empresa de engenharia e construção que ajusta contrato de empreitada para construção de casas em loteamento de sua propriedade, com evidente intuito lucrativo, é responsável solidária com a empreiteira que não cumpre seus compromissos de natureza trabalhista. Aplicação do art. 455 do diploma consolidado.*

(...) Celebrou a segunda reclamada, ora recorrente, contrato particular de empreitada, com a primeira reclamada, através do qual se comprometia esta a executar serviços de mão-de-obra para construção de casas em loteamento de propriedade da apelante.

Revel e confessa a empreiteira, foi a recorrente condenada ao pagamento dos itens pleiteados na inicial, na condição de responsável solidária. Não se conforma com a decisão, sustentando que era dona da obra, sendo inaplicáveis as disposições contidas no art. 455 do diploma consolidado.

Mostra-se inalterável a sentença, entretanto. A condição da reclamada, no caso "sub judice", equipara-se à de empreiteira principal, obscurecendo a de dona da obra, tendo em vista a finalidade que determinou o contrato de empreitada de fls.

A reclamada é empresa de engenharia e construções que indubitavelmente tem o lucro por escopo. Não se pode tê-la como assemelhada ao dono de obra que constrói residência para seu próprio uso. A inidoneidade do empreiteiro contratado, por outro lado, é palpável, visto que sequer atendeu ao chamamento judicial incorrendo nas penalidades referidas.

Não se pode assim eximir a recorrente da responsabilidade que advém da inadimplência do empreiteiro com seus empregados, ante os termos do art. 455 da CLT, que se ajusta à perfeição à espécie em exame.

Acórdão de 02.10.85
Proc. TRT 1512/85 — 1.ª Turma
Relator: Plácido Lopes da Fonte

5358 — TELEFONISTA — *Amplamente demonstrado nos autos o exercício das funções de telefonista, faz jus a autora à jornada reduzida legalmente fixada para a categoria. Devido como extra o horário excedente trabalhado, duas horas diárias, acrescidas do adicional de 50%.*

(...) A recorrente alega que apesar de estar registrada na demandada como recepcionista, exercia as funções de telefonista, fazendo jus à jornada reduzida prevista no art. 227 da CLT.

Pretende, em consequência, o deferimento de duas horas extras diárias, com adicional de 50%.

Tem razão a recorrente. A prova dos autos lhe é amplamente favorável. Data venia do entedimento do MM. Julgador a quo, ficou evidenciado nos autos que era a reclamante a responsável pelo atendimento de oito "troncos" telefônicos, com quinze ramais. É o próprio representante da empresa recorrida quem declara que "a campanha que acusa as ligações externas tocava tão-somente no telefone da mesa da reclamante".

É claro, assim, que os pedidos de ligações e transferência de ligações tinham a intermediação da reclamante. A alegação da demandada no sentido de que

os diretores e gerentes podiam fazer ligações externas diretamente de suas mesas não interfere na pretensão da reclamante. Há também que se considerar que essas pessoas, embora possibilitadas de efetuarem ligações de suas mesas, somente poderiam receber ligações através da "recepcionista", ou seja, da telefonista, função comprovadamente exercida pela reclamante.

Dá-se, pois, provimento ao apelo para, nos termos do art. 227, § 1.º, da CLT, deferir à autora duas horas extras diárias, com adicional de 50%, com as integrações e diferenças postuladas na inicial, bem como incidência no FGTS, em valores a serem apurados em liquidação de sentença, respeitada a prescrição bienal.

Acórdão de 25.07.85

Proc. TRT 3113/85 — 2.ª Turma

Relator: Fernando Antônio P. Barata Silva

5359 — TRABALHADOR RURAL — A despedida do empregado rural importa na de sua esposa, que deve, por força de lei (art. 231, inciso II, do Código Civil), acompanhá-lo no novo domicílio.

(...) Volta-se o recorrente contra a V. sentença de origem, que entendeu devido à recorrida o aviso prévio, de vez que seu esposo, também empregado rural, o recebeu.

Sustenta que somente o marido da reclamante foi despedido, tendo ela, espontaneamente, se desligado do emprego.

É de ser mantida a condenação. Em se tratando de empregado rural a quem foi dado o pré-aviso, inequivocamente os efeitos deste ato atingem a sua esposa que presta serviços ao mesmo empregador.

O Código Civil, no art. 231, inciso II, alinha como dever dos cônjuges a vida em comum, no domicílio conjugal. Logo, há de se ter a recorrida como despedida imotivadamente.

Acórdão de 31.10.85

Proc. TRT 8097/84 — 2.ª Turma

Relator: Francisco A. G. da Costa Netto

5360 — TRABALHADOR RURAL — Não se caracteriza a prestação de trabalho rural quando o local em que o empregado desenvolve a sua atividade não tem finalidade econômica, ainda que uma pequena parte dos produtos da chácara tenha sido eventualmente vendida.

(...) Os demandantes pretendem o reconhecimento da condição jurídica de trabalhadores rurais, dizendo que a comercialização do leite, a criação de animais e a plantação de frutos são denunciadores de atividade lucrativa da chácara em que trabalhavam, e que, contribuindo com o seu trabalho, não podem ser tidos como trabalhadores domésticos do demandado. Invocam os depoimentos prestados em juízo e notadamente a prova documental, que consideram de extrema relevância à caracterização pretendida, aduzindo que a pequena produção não desnatura a atividade lucrativa.

O recurso inova a lide, uma vez que na inicial os reclamantes se qualificam como "caseiros" do reclamado, função que exerceram, segundo expõem na peça vestibular, durante todo o período da relação jurídica de trabalho, de março de 1981 a novembro de 1983. É possível que os autores tenham se alertado com os termos da defesa, mas é compreensível que, versando a reclamatória sobre certos direitos estranhos à condição de domésticos, o demandado se acautelasse na contestação, negando a exploração de atividade econômica mais em razão dos pedidos, e com isto afastando as pretensões que só seriam viáveis acaso os reclamantes detivessem outra condição, de rurícolas, ou empregados regidos pelas nor-

mas da CLT, porém tal colocação não autoriza modificar os fundamentos ou a causa de pedir.

De qualquer sorte, a chácara não se destinava à comercialização dos seus frutos, como bem salientou a sentença. O fato do reclamado haver negociado o leite produzido por um certo tempo com a Corlac, o que ocorreu de julho de 1981 a abril de 1983, não é suficiente para configurar a exploração de uma atividade econômica, com destinação específica, servindo, no máximo, para diminuir os gastos com a manutenção da propriedade. Uma parte não define o todo, mormente se em circunstância limitadas no tempo.

Ademais, não se cogitou na prova da comercialização de outros produtos, inovando ainda aqui o recurso.

Sendo os frutos da chácara destinados ao consumo doméstico, com uma pequena parcela negociada em um período, que não retrata a verdadeira finalidade da área, reservada precipuamente ao lazer e alimentação no âmbito familiar, mantém-se a sentença, até porque a outra conclusão não se pode chegar desde que os próprios interessados se tinham por caseiros.

Nessas condições, fica prejudicado o exame do restante dos pedidos porque incabíveis ao empregado doméstico. Ressalte-se, apenas, com relação à reclamante Almerinda, que, auxiliando o marido nas lides da chácara e zelando pelo próprio lar, é justa a fixação do salário em 50% do que era pago ao reclamante varão. Está correta a sentença porque nas relações dessa natureza é livre a negociação sobre salários, não havendo previsão legal para a percepção de um valor mínimo.

Acórdão de 27.06.85

Proc. TRT 1884/85 — 2.^a Turma

Relator: *Ermes Pedro Pedrassani*

5361 — TRANSFERÊNCIA — *Inexiste falta grave quando os empregados se negam a ser transferidos para outra cidade, embora exista cláusula expressa em seus contratos prevendo essa possibilidade. Não restando demonstrada a real necessidade do deslocamento dos empregados exercentes das atividades de encanador e eletricista, com pouco tempo de serviço na empresa, considera-se abusivo o exercício dessa faculdade pela empregadora. Aplicação do entendimento sumulado sob o Verbo n.º 43 do Colendo TST.*

(...) A alegação de falta grave imputada aos reclamante e que não recebeu acolhida pela instância de origem se alicerça na negativa destes em serem transferidos para a cidade de Londrina (PR), em virtude do término da obra em Caxias do Sul.

Argumenta a demandada que a transferência, em se tratando de construção civil, é consequência da natureza da atividade, uma vez que o término de uma obra impõe o início de outra, que pode ser em localidade diversa da anterior. Dessa possibilidade estão sempre cientes seus empregados, eis que inserida em seus contratos de trabalho cláusula nesse sentido.

Sem razão a recorrente. É remansosa a jurisprudência no sentido de que a transferência, mesmo prevista contratualmente, não exime a empresa de provar a necessidade do deslocamento do empregado para outra localidade.

A orientação sumulada pelo Colendo TST, sob o verbete de n.º 43, considera inclusive como abusiva a prática desse ato, nessas circunstâncias.

No caso em tela, eram os autores trabalhadores na construção civil, exercendo as funções de encanador e eletricista, inexistindo nos autos qualquer prova de que fossem titulares de cargos de confiança ou algo assemelhado, que os distinguisse dos demais, de molde a que a demandada não pudesse prescindir de seus serviços. Note-se que o reclamante João contava à época da despedida com um ano e três meses de serviço e o reclamante Roberto, com apenas dois meses de prestação laboral.

Não se vislumbra, por isso, na hipótese, qualquer falta grave na atitude dos autores, ao se negarem a ser transferidos, medida que teria profunda repercussão sob aspecto familiar e social para empregados de qualificação comum, como eram os demandantes. Inadmissível que, com a recessão econômica e o desemprego que dia a dia mais avulta em nosso país, não fosse a reclamada obter em Londrina (PR) dois profissionais em idênticas condições às dos reclamantes, para admitir em seus quadros. Evidente o intuito de fraudar os direitos trabalhistas dos demandantes a alegação de prática de falta grave dessa natureza, com o qual não se pode compactuar.

Correta, assim, a sentença da instância de origem, que deferiu as verbas rescisórias pleiteadas.

Acórdão de 14.08.85

Proc. TRT 7654/84 — 1.ª Turma

Relator: Plácido Lopes da Fonte

SENTENÇAS

4

5

6

7

MENOR ADMITIDO ATRAVÉS DA FEBEM PARA APRENDIZAGEM E ESTÁGIO — HIPÓTESE DE VÍNCULO DE EMPREGO

WALTER RAIMUNDO SPIES

Julz do Trabalho, Presidente

PROCESSO N.º 406/85

JCJ de Santa Rosa

Vistos, etc. . . .

Paulo Delmar Perassolo postula de Eletromis Construtora de Redes Elétricas Ltda. direitos trabalhistas arrolados a fls. 03/04, alegando serviços prestados à mesma, no período de 31.08.84 à 31.05.85, no horário das 07:45 às 12:00 e das 13:30 às 18:00 horas, diariamente, excetuadas as tardes de sábados. Não tivera CTPS assinada, não fora cadastrado no PIS, e não tivera recolhimentos ao FGTS, nem percebera direitos rescisórios. A despedida fora injusta.

Na resposta oral, a R. nega qualquer vínculo empregatício com o A., dizendo ter admitido o menor a pedido e segundo programa da FEBEM. Solicita, assim, o chamamento da mesma para integrar a lide. Anexa o documento de fls. 09 a 11.

O A. manifestou-se contra o chamado da FEBEM, o qual, de fato, não se efetuou.

Sendo a questão apenas de direito, em face dos fatos conhecidos e da não impugnação do pedido, não houve prova oral.

Não se aduziram razões finais.

Inexitosa a conciliação, *decidiu-se*:

1. Duas questões se põem ao julgador na análise de litígio como o presente: de um lado os objetivos sociais do Programa da FEBEM, segundo expressos no termo de compromisso juntado, e, de outro, as normas juslaborais em vigor, com finalidade igualmente sociais. Teleologicamente, ambos têm intenção tuitiva e procuram solução para problema grave de nosso tempo. A questão é, então, descobrir-se qual prevalece ou se ambas soluções são aceitáveis.

Já há, aliás, decisão conhecida e sempre citada, para caso idêntico. O mais cômodo então seria segui-la, sem maiores indagações. Mas é próprio do Direito insistir sempre na busca da solução mais correta do ponto de vista legal e social, quando a matéria provoca dúvidas, incertezas e discussões. Não pode o julgador acomodar-se. Decidir é preciso, mesmo quando a consciência exige o caminho mais espinhoso e sem o conforto dos aplausos.

2. Pergunta-se: pode uma entidade pública, na busca de solução para problema social agudo, deixar de lado as normas cogentes da lei em vigor e tentar a via extra-legal?

A resposta seria fácil se a norma legal estivesse obsoleta ou francamente injusta. Mas quando ela prevê até mais de uma solução factível, pode-se insistir em saída diversa, se o objetivo é social, e, portanto, nobre?

3. Colocadas essas indagações, vamos ao litígio "sub judice". A R. admitiu o A. a seu serviço, através da intermediação da FEBEM — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — recebendo seus serviços, pelos quais pagava à última valor igual a um salário mínimo mensal. Deveria proporcionar *aprendizagem* durante seis meses e *estágio* durante mais três. A *aprendizagem* seria em "serviços gerais".

4. Por esses poucos dados já se verifica que a situação laboral do A. fora mal resolvida e contrariamente à legislação do trabalho. Não se discutem as boas intenções da FEBEM, que não poderiam ser diferentes, eis que entidade pública, de fins apenas sociais. Mas isto não basta. Se uma entidade particular fizesse a mesma coisa, com fins apenas altruísticos, seria condenada, sem vacilações. O A. *trabalhou com pessoalidade, continuidade e subordinação, mediante salário*. E sua intenção, ao assumir o emprego, foi a de qualquer empregado: trabalhar para que, mediante o salário ganho, pudesse ajudar no sustento de sua família pobre. Há ali uma relação trabalhista indiscutível entre o A. e a R. Não interessa se a última dava o valor do salário mínimo à FEBEM e esta o repassava ao menor empregado. Tal fato não descaracterizava o vínculo empregatício. Apenas prova que a R. contratou o menor por intermediação da FEBEM. Não existiu relacionamento triangular, mas apenas bilateral, ou seja, entre A. e R. A FEBEM não é e nem poderia ser empresa organizada nos moldes da Lei n.º 6019/74, pela qual apenas se tolera a intermediação no trabalho, em casos especiais. Pode-se dizer que os contratos de trabalho dos menores colocados pela FEBEM acontecem sob sua tutela, mas não são destruídos ou descaracterizados por tal tutela.

5. De outra parte, examinando-se os termos "*aprendizagem*" e "*estágio*" utilizados no convênio de fls. 09 a 11, verifica-se que nem uma, nem outra aconteceram e, muito menos, segundo os conceitos que tais "*nomina juris*" encerram e o "*Tatbestand*" previsto para sua aplicação válida. Não há "*aprendizagem*" prevista

para serviços gerais. Se muito, poderia aplicar-se, para tal situação, um contrato de experiência. A aprendizagem prevista na CLT dá-se em e para profissões especializadas, com aulas práticas e teóricas, de acordo com curso regular, metodicamente ministrado ou pelo SENAI ou pelo SENAC, quer diretamente, quer através de convênio (ver § único do art. 80 Consolidado).

No caso "sub examen", o menor não recebeu instrução de aprendizagem alguma. Nem aulas práticas, nem teóricas. *Trabalhou simplesmente para a R., com proveito integral para a mesma, recebendo também salário mínimo integral e não os níveis previstos para o menor aprendiz (CLT, art. 80).*

E quanto a suposto "estágio", também não se realizou, porque a figura do estágio está hoje caracterizada e disciplinada em lei própria. "Estágio" existe após curso de formação profissional, numa etapa em que já se trabalha na futura profissão, mas ainda como treinamento prático, sob responsabilidade da instituição escolar que forneceu a formação teórica e ainda sem a responsabilidade e os ônus do profissional autônomo (ver art. 405, Inciso II, § 1.º, da CLT).

6. Por último, mais uma pergunta: por que não se colocam os menores francamente sob contrato trabalhista, legalmente previsto, ao invés de se querer fugir de tal solução, dando-se a impressão de que a legislação do trabalho é um mal necessário de que se tenha de fugir, sempre que possível? Ora, sabe-se que o Direito do Trabalho tem a solução melhor encontrada até hoje, do ponto de vista social, humano e cristão, para a relação laboral subordinada. Assim, por exemplo, poder-se-ia contratar os menores por contrato de experiência de 90 dias e, se aprovassem, tornar a relação definitiva. Também seria solução boa contratá-los para um turno só, de quatro horas, com percepção de 50% do Salário Mínimo, de sorte que tais menores pudessem prosseguir nos estudos de 1.º grau. Ou, melhor ainda, introduzir a figura legal de aprendiz, que realmente se forma do ponto de vista profissional, segundo previsto na CLT. De resto, qualquer problema legal deverá ser solucionado, através de lei própria, e não com criação de situação contrária à lei.

7. A solução criada pela FEBEM, para o menor carente, não é boa porque ilegal e porque favorece as sonegações ao FGTS, e à Previdência Social, leva às jornadas prorrogadas sem contraprestação e à concorrência aos empregos legais, colocando em seu lugar sub-empregos, mais baratos às empresas, porque sem ônus sociais. Pelo mesmo serviço, paga-se apenas salário mínimo, sem outros ônus. Isto é tanto mais grave, quando estamos em situação de adultos desempregados em grande número.

8. Após todas essas considerações, permitam a este prolator as ilustres opiniões em contrário e as patrióticas autoridades e servidores da FEBEM reconhecer entre as partes a relação de emprego, com a conseqüente procedência total do pedido inicial não impugnado.

Pelo exposto:

A Junta de Conciliação e Julgamento de Santa Rosa-RS, por maioria de votos, vencido em parte o Sr. Vogal dos Empregadores, julga PROCEDENTE a demanda, reconhecendo o vínculo de emprego entre o A. PAULO DELMAR PERASSOLO e a R. ELETROMIS CONSTRUTORA DE REDES ELÉTRICAS LTDA., no período de 31.08.84 a 31.05.85, e condenando a última a pagar ao primeiro, com juros e correção monetária, aviso prévio de 30 dias, férias proporcionais (10/12), 13.º salário proporcional de 1984 (5/12) e de 1985 (5/12), horas extras à razão de 45 minutos por dia, às segundas às sextas, indenização por prejuízos pela não inscrição no PIS/PASEP e reflexos das horas extras em aviso prévio, em férias, em 13.º salários, em descansos semanais e no FGTS. Condena-a também a recolher o FGTS, liberando-o pelo código 14, e a anotar a CTPS do A., segundo o pedido. Condena-a, por fim, a pagar as custas calculadas sobre Cr\$ 1.500.000, no importe de Cr\$ 84.868, complementáveis.

Transitada em julgado esta decisão, oficie-se ao IAPAS e ao Ministério do Trabalho para os fins legais. Cumpra-se. Nada mais.

**INTERPRETAÇÃO DO ENUNCIADO N.º 198 DA SÚMULA
DE JURISPRUDÊNCIA DO TST**

RICARDO GEHLING

Juiz do Trabalho, Presidente

PROCESSO N.º 355/83

2.ª JCJ de Pelotas

SENTENÇA:

Vistos, etc.

ANTONIO CARLOS ZANOTTA DA CRUZ ajuizou a presente ação contra CRA — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ADUBOS, dizendo ter sido empregado da reclamada de 1.º de junho de 1967 até 21 de dezembro de 1982, quando fora despedido abruptamente e sem justa causa, sem receber saldo de comissões e verbas rescisórias corretamente calculadas. Alega ter havido alteração contratual bilateral e lesiva de seu contrato, com redução do percentual de comissões, em novembro de 1974, em face do que pleiteia as respectivas diferenças, com reflexos nas verbas rescisórias. Pleiteia, ainda, diferenças de FGTS, inclusive pela equivalência à indenização que lhe seria paga caso não optante. Requer, também, condenação em custas e honorários advocatícios. Deu à causa o valor de Cr\$ 1.000.000. Em contestação, a reclamada, em preliminares, argüiu carência da ação, por se ter constituído a rescisão homologada pelo MT em ato jurídico perfeito e prescrição bienal. No mérito, ratificou a alegação de prescrição total do direito de insurgir-se o reclamante contra a alteração contratual. Enfatizou ter havido autêntica novação contratual, tendo decorrido mais de dois anos sem insurgência do reclamante, pelo que eventual nulidade ou anulabilidade teria dado lugar à convalidação pelo decurso do tempo (art. 11 da CLT). Além disto, frisou que não houvera prejuízo de qualquer natureza, mas mera adequação do contrato à situação da época. Impugnou

todas as pretensões, a de complementação dos depósitos do FGTS com base no enunciado n.º 98 da Súmula do TST. Quanto a honorários, apontou inexistência dos requisitos legalmente exigidos para o deferimento. Pediu compensação. Juntaram-se documentos e se realizou perícia contábil. Encerrada a instrução, as partes arrazoaram e mantiveram-se inconciliáveis.

É o relatório.

Fundamentos da decisão:

1. Preliminarmente.

1.1. Carência da ação.

Não prospera a prefacial epigrafada: a) estão presentes todas as condições da ação (interesse processual, legitimidade das partes e possibilidade jurídica do pedido); b) a quitação abrange somente as parcelas discriminadas e os respectivos valores (Súmula do TST, enunciado n.º 41); c) o ato jurídico perfeito e acabado a que alude a ementa de fl. 140 restringe-se aos próprios limites da quitação. Por isto, melhores fundamentos não se fazem necessários, "data venia", para se demonstrar a injuridicidade da decisão invocada pela reclamada.

1.2. Prescrição.

1.2.1. Prescrição absoluta.

Na parte destacada às considerações de mérito, trouxe à discussão a reclamada, na contestação, o problema de estar ou não prescrita a pretensão de o reclamante se insurgir contra a alteração (ou infração) contratual havida antes do biênio a que se refere o art. 11 da CLT. A matéria, hoje, está sumulada pelo E. TST: "na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único do empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações, e não da lesão do direito". O enunciado (n.º 198), tal como redigido, comporta interpretações equívocas:

a) sentido restrito da expressão "ato único".

Sob este prisma, veriam alguns na expressão o sentido de excepcionar não só os atos negativos do empregador (meras infrações legais continuadas, ou supressões de vantagens contratualmente asseguradas de forma periódica), mas todo e qualquer ato, ainda que positivo, consentido ou não, que não se constituísse em novação contratual objetiva ("constituição de uma nova obrigação, diferente

da primeira, para substituí-la e extingui-la", segundo Plácido e Silva, "in" Vocabulário Jurídico, Volume III/IV, p. 255). Seria a posição aparentemente mais liberal e próxima do entendimento que o mesmo órgão colegiado consagrara em súmula (n.º 168).

No caso dos autos, não houve novação contratual. O documento de fls. 7/8 não demonstra ter havido substituição de obrigações pelo reclamante. Continuou ele a "inspecionar vendas" (v. CTPS, fl. 6v.). Quando muito, com o pretense ajuste posterior, teria havido acréscimo na zona sujeita à fiscalização pelo reclamante, o que sequer restou provado. A obrigação fundamental era e continuou sendo a mesma: inspeção de vendas. O que em realidade ocorreu foi mera alteração na base de cálculo das comissões, o que não caracteriza, nem de longe, novação contratual. Aliás, sequer o fato de ter passado o reclamante a inspecionar também as vendas de produtos agrícolas e a administrar o depósito de estocagem destes produtos, com acréscimo correspondente na remuneração, constituiu novação contratual, mas simples aditamento ao contrato, já que não houve substituição de obrigações. É sintomático, sim, o aspecto de ter a reclamada instrumentado a alteração como "aditamento a contrato de trabalho", diferentemente do que fizera anteriormente por oportunidade da mera alteração na base de cálculo das comissões, quando nenhuma obrigação fora sequer acrescida ao contrato.

Não incidiria, pois, o entendimento sumulado.

b) Sentido abrangente da expressão "ato único".

Sob este enfoque, veriam outros o sentido de ressaltar apenas os atos negativos, ou de supressão, do empregador. Ato único seria, assim, todo e qualquer ato positivo causador de lesão em prestações periódicas de direito individual (posição defendida, por exemplo, por Délio Maranhão).

Versam os autos, todavia, sobre mera diminuição do valor nominal das comissões do reclamante, o que equivale a supressão, ainda que parcial: ato essencial e logicamente negativo. Prova cabal disto é o laudo pericial contábil. O reclamante recebia comissões na base de 2% até a data da redução salarial transvestida de novação contratual e passou a receber, após esta, na base de 1,5%. Os levantamentos de fls. 218 e 219 não permitem outra interpretação. Espanada a dissimulação, subjaz uma só realidade, cruamente demonstrada pela perícia contábil. Que ato positivo houve? Tanto seria o ato de materializar a redução num instrumento, ou de simplesmente impô-la ao reclamante? Aceitar uma ou outra hipótese seria o mesmo que negar a existência de ato negativo. O problema seria de lógica, não de direito. Por outro lado, admitir que meros atos de dissimulação (como por exemplo, a feitura de novo instrumento contratual e a adição formal de novas cláusulas), ou de despicenda repetição ("v.g.", as cláusulas 2.ª, 4.ª, 5.ª e 7.ª do instrumento de fls. 7/8), possam caracterizar, por si só, ato positivo com o

sentido ora exposto, é consagrar o espírito fraudulento no Direito do Trabalho e negar princípios fundamentais da Ciência Jurídico-trabalhista, especialmente o da "primazia da realidade". Não parece ter sido esta a finalidade imediata do mais elevado Tribunal do Trabalho, ao baixar o enunciado sumular em questão.

c) Interpretação do enunciado como um todo, independentemente do sentido dado à expressão apostá.

Nos enfoques anteriores, analisou-se o sentido da expressão "ato único do empregador", frente ao caso dos autos, abstraindo-se da redação total do enunciado e partindo-se do pressuposto hipotético de que ele estivesse consagrando apenas a exceção: "na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, decorrente de ato único do empregador, a prescrição é total e se conta da lesão do direito". Sob qualquer dos pontos de vista, vimos que o caso dos autos, onde mera redução salarial houve (ainda que consentida), não permite a incidência do entendimento sumulado.

Sucede que a regra geral sumulada ainda é a da prescritibilidade parcial (a prescrição se conta do vencimento de cada prestação), quando a lesão atinja prestações periódicas. Desprezando-se o aspecto tautológico que irremediavelmente emana da redação total do enunciado, se pode concluir, não sem algum esforço, que o aposto inserido ("... à exceção da que decorre de ato único do empregador...") o foi com a pretensão mediata de consagrar a tese da *anulabilidade* e não nulidade das alterações unilaterais, ou bilaterais lesivas, do contrato individual de trabalho.

Na doutrina já vinham assumindo este posicionamento Orlando Gomes, Délio Maranhão e Evaristo de Moraes Filho. Este último, jurista de reconhecida capacidade, em seus "Pareceres de Direito do Trabalho, Vol. III, p. 82, citando obra de sua própria autoria, ponderava: "Matéria das mais controvertidas na teoria geral do direito e especialmente no direito do trabalho é a da imprescritibilidade ou não dos atos nulos. Temos que, quando se tratar de nulidade absoluta, de tal ato nenhum efeito jurídico se origina, nos conhecidos refrões do direito romano — 'quod initio victiosum est non potest tractu temporis convalescere' (Paulo, Dig., 50, 17, 29) e 'quod nullum est nullum producit effectum'". Descendo até a hipótese de alteração contratual lesiva, concluía: "Agora, em se tratando de nulidade relativa, simples anulabilidade (caso típico do art. 468), prevalece o interesse patrimonial individual, sendo ela prescritível, por isso mesmo desaparecendo com o simples decurso do tempo".

Surpreende este entendimento já porque dá ao "nullus" a noção formalista romana equivalente à inexistência: "Chega-se aqui às raias da teoria do ato inexistente de 'Zacchariae', tendo-se em vista a ordem pública e os interesses existenciais da própria sociedade" (ob.

cit., p. 82). Ora, os postulados filosóficos necessários à compreensão do ato jurídico inválido (nulo ou anulável), mas existente, subsistem desde o direito canônico, por se ter passado a dar maior ênfase à substância do que à forma. Por isto Pontes de Miranda, em sua obra clássica, estabeleceu com precisão inigualável os três planos com que se podem conceituar os negócios jurídicos, ou os atos jurídicos "stricto sensu": o de existência, o de validade e o de eficácia. E definiu que o negócio (ou ato) jurídico *nulo* é *existente, inválido e ineficaz*, enquanto o *anulável* é *existente, inválido e eficaz*. A desconstituição por sentença é que "empurra" o ato nulo para a inexistência no mundo do direito (por isto é que os fatos, ou os atos-fatos jurídicos não são passíveis de nulidade) e o ato anulável para o mesmo plano, além de desconstituir-lhe a eficácia (Tratado, Tomo IV, Capítulos I a V). No plano da eficácia, o ato jurídico nulo *nunca foi*, enquanto o anulável é até ser desconstituído por sentença. Daí ser comum confundirem-se efeitos da existência do ato jurídico nulo (o que se situa na esfera fática e não jurídica) com eficácia jurídica. O erro é grosseiro, não obstante comum.

Tais colocações servem, a nosso sentir, para demonstrar quão apressada é a conclusão de que "se efeito há do ato jurídico, há mera anulabilidade ou nulidade relativa". No mesmo vício incorre quem pretenda desqualificar a nulidade pela falta de alguma de suas propriedades. Segundo Pontes de Miranda, "os negócios jurídicos nulos e os atos jurídicos 'stricto sensu', nulos são os que foram criados com vício grave; tal que: a) são insanáveis as suas invalidades e irratificáveis, tanto que confirmação deles, a rigor, não há, há afirmação nova, 'ex nunc', e de modo nenhum confirmação; b) qualquer interessado, e não só figurante, pode alegar e fazer ser pronunciada a nulidade, dita, então, deficiência absoluta; c) o juiz, encontrando-as, ainda se não argüidas, pode decretá-las; d) para suscitar o pronunciamento judicial sobre elas não precisa o interessado de propor demanda (ação ordinária ou não), e até 'incidenter' é suscetível; e) não corre prescrição da pretensão à decretação da nulidade; f) é sem efeito. Ora, no direito escrito, há casos de nulidade em que falta alguma dessas propriedades, — o que bem demonstra que alguma ou algumas se lhes podem tirar, — o que se não poderia admitir se nulo fosse o mesmo que inexistente. O ato jurídico nulo é ato jurídico deficitário, mas é ato jurídico". E prossegue, ao referir-se sobre negócios jurídicos em que faltam alguma ou algumas das propriedades acima transcritas: "São raros, porém o direito positivo conhece: negócios jurídicos nulos sanáveis ou ratificáveis; negócios jurídicos nulos de alegação relativa, e não pelo simples interessado; negócios jurídicos nulos cuja nulidade não é decretável de ofício; negócios jurídicos nulos para cuja decretação de nulidade se precisa de 'ação' e, por vezes, de 'ação ordinária'; negócios jurídicos nulos a que se fixou prazo preclusivo, ou de prescrição, para ser pedida a decretação de nulidade; negócios jurídicos nulos, mas eficazes no todo ou em parte dos efeitos" (ob. cit., p. 20/21).

Afirma Délio Maranhão: "Sendo a nulidade relativa (prevalência de interesse individual), como no caso de condição contratual resultante da simples vontade das partes, o prazo da prescrição da ação para anular o ato começará a correr a partir da violação do direito" (citação de Evaristo de Moraes Filho, ob. cit., p. 82). Reafirma Orlando Gomes: "Ora, é absurdo admitir que a defesa de interesses privados, que cabe exclusivamente à pessoa protegida, possa ser feita independentemente de prazo. O direito de promover a anulação de um ato dessa natureza há de prescrever, porque esse ato é anulável. A inércia do interessado implica renúncia da faculdade de pleitear a invalidação do ato" (idem). Confirma o E. TST: "Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, decorrente de ato único do empregador, a prescrição é total e se conta da lesão do direito" (exceção consagrada em súmula, enunciado n.º 198).

Do julgamento equivocado, "data venia", dos juristas, de que o interesse eminentemente privado do empregado (vantagem econômica), exercitável somente pela pessoa protegida, implica em inelutável caracterização de anulabilidade, ou de nulidade relativa, decorre o entendimento que o E. TST pretende consagrar, por consequência lógica também equivocadamente. Esquecem que: a) há cominação expressa de nulidade e é nulo o que a lei o declara, não anulável (art. 468 da CLT c/c art. 145 do Código Civil) b) não cabe a interpretação de que a nulidade a que se refere o art. 468 da CLT é relativa (= anulabilidade), porque o art. 9.º da CLT, norma de sobredireito que é, comina de "nulidade de pleno direito" (= nulidade absoluta) não só os atos praticados em fraude a lei, mas também os praticados com o objetivo de desvirtuar ou impedir sua aplicação; c) alteração lesiva ao disposto no art. 468 da CLT é insanável e irratificável, tanto que confirmação não pode haver (havendo é inoperante) e afirmação nova produziria apenas efeitos "ex nunc"; d) a Junta de Conciliação e Julgamento ou o Tribunal do Trabalho deve, de ofício, pronunciar a nulidade caracterizada pela alteração que ofenda ao art. 468 da CLT, não lhe sendo permitido supri-la, sempre que caracterizado indistintamente o prejuízo ao empregado (art. 146, § único, do Código Civil); e) o grau de notoriedade do prejuízo é matéria processual, de âmbito probatório, não servindo, por isto mesmo, à caracterização de nulidade ou de anulabilidade, pois pelo legislador é que foi cominada a nulidade em função do prejuízo ou da unilateralidade, no âmbito do direito material; f) para suscitar o pronunciamento do órgão julgador, sobre referida alteração, não precisa o empregado de propor demanda própria, sendo sustentável de forma prejudicial e incidentalmente; g) não há efeitos jurídicos (eficácia), mas, no máximo, efeitos da existência (plano fático) da alteração contratual sob análise.

O grau de invalidade, pois, da alteração contrária ao preceituado nos arts. 468 e 9.º da CLT implica em aproximação muitíssimo maior da invalidade máxima (nulidade) do que da mínima (anulabilidade).

E por que, na hipótese utilizada para argumentar frente ao caso dos autos, não há prescrição total como quer a reclamada, agora com base na Súmula do TST? Simplesmente porque o ato é nulo e, por isto, imprescritível? Segundo a doutrina de Pontes de Miranda, sim. Mas, tomemos a doutrina de Caio Mário da Silva Pereira, segundo a qual, ainda em se tratando de atos nulos, a prescritibilidade seria a regra e a imprescritibilidade a exceção (Instituições de Direito Civil, 7.ª Ed., Vol. 1, p. 441). Ainda assim, não se poderia cogitar de convalidação do ato pelo decurso do prazo prescricional sem que o autor tivesse proposto ação de nulidade, pelo simples e elementar motivo de que o direito positivo não exige a propositura de ação constitutiva própria como requisito necessária e cronologicamente antecedente ao ajuizamento das pretensões que nasceram do ato defeituoso. O mesmo não ocorre, por exemplo, quanto ao casamento contraído perante autoridade incompetente (e aqui ninguém ousa dizer tratar-se de mera anulabilidade), consoante art. 208 do C.C.: "É também nulo o casamento contraído perante autoridade incompetente (arts. 102, 194, 195 e 198). Mas esta nulidade se considerará sanada, se não se alegar dentro em dois anos da celebração".

Voltando ao caso da alteração contrária aos arts. 468 e 9.º da CLT, pode o empregado pleitear, *diretamente*, os efeitos da situação jurídica alterada ou suprimida pelo ato nulo e, *somente prejudicial e incidentalmente*, requerer a decretação da nulidade, no que haverá forte carga declarativa. Parece óbvio que, se de anulabilidade se tratasse, o raciocínio seria inverso: primeiro deveria o empregado desconstituir o ato através da ação de conhecimento própria e somente numa fase posterior (podendo, por certo, haver cumulação de ações), pleitear os efeitos da restituição ao estado anterior. A obrigação está imposta pelo art. 152 do Código Civil.

Também é necessário frisar que a prescrição incide sobre a pretensão, não sobre o direito (é solitário o entendimento de Caio Mário — Instituições, p. 470 e seguintes), muito menos sobre a ação (sentido abstrato). Outrossim, é errôneo cogitar-se de prescrição do ato (nulo ou anulável), porque seria o mesmo que prescrição do direito.

Agora, chegamos ao *fulcro da questão*: a) se é errado cominar a alteração contratual contrária ao disposto nos arts. 468 e 9.º da CLT mera anulabilidade; b) se, por isto, não se exige do empregado o ajuizamento de ação própria, de desconstituição do negócio; c) se, por outro lado, o direito positivo vigente permite que a invalidade seja argüida incidentalmente; e) se o negócio jurídico violado se desenvolve em prestações periódicas; f) se a prescrição (diferentemente da decadência) fulmina tão somente a pretensão; só se pode *concluir* pela incidência da prescrição sobre as pretensões de natureza patrimonial diretamente ajuizadas, relativas a obrigações vencidas antes do biênio a que se refere o art. 11 da CLT.

A quem se surpreenda com o fato de haver prescrição de pretensões relativas a efeitos patrimoniais de ato nulo, vale mesmo a lição de Caio Mário: "A prescrição fulmina todos os direitos patrimoniais, e, normalmente, estende-se aos efeitos patrimoniais de direitos imprescritíveis, porque estes, como acima ficou explicado, não se podem extinguir, o que não ocorre com as vantagens econômicas respectivas. Se é imprescritível a ação de estado, como, por exemplo, a faculdade de obter o reconhecimento de filiação, prescreve, no entanto, o direito de reclamar uma herança, em consequência da procedência da ação de investigação de paternidade, e é por não terem feito uma distinção tão singela que numerosos escritores, não podendo recusar a prescrição ao efeito patrimonial, erroneamente concluem pela prescritibilidade daquela faculdade" (ob. cit., p. 478).

Por tais fundamentos, deixa-se de aplicar o entendimento estampado no enunciado n.º 198 da Súmula do E. TST, seja por sua inadequação à situação fática sobre que versam os autos (item 1.2.1, alíneas "a" e "b"), seja porque contrário aos pressupostos jurídicos ora expendidos. Consequentemente, rejeita-se a prefacial de prescrição absoluta argüida pela reclamada.

1.2.2. *Prescrição parcial.*

Coerentemente com o entendimento exposto no item anterior, pronuncia-se a prescrição a que se refere o art. 11 da CLT e extingue-se com julgamento de mérito o processo quanto às pretensões relativas às parcelas vencidas antes de 14-04-81.

2. *Mérito.*

2.1. *Diferenças de comissões.*

Ante a pretensão do autor, sustentou a reclamada não ter havido prejuízo, mas "mera adaptação às novas condições sócio-econômicas, de tecnologia, de mercado, de concorrência" ("sic", fl. 141). Afirmou mais: "na verificação do levantamento da remuneração mensal auferida pelo reclamante, durante a vigência contratual, constata-se que a mesma obedeceu uma evolução constante" (fl. 142).

Não obstante a eufêmica narrativa da reclamada, o laudo pericial contábil é prova irrefutável do prejuízo denunciado pelo autor: até 1974 recebia na base de 2% suas comissões e, a partir de então, passou a receber na base de 1,5% (fls. 218/219). O prejuízo é constatável pela redução do índice utilizado para o cálculo do valor da remuneração, não pelo valor nominal desta. Dizer mais do que isto é discorrer sobre o óbvio. Idêntica redução (em extensão e natureza) ocorreu, mês a mês, a partir de 1974.

Defere-se, pois, o pedido do item "11.1" da inicial. Mero corolário é o deferimento do pedido de reflexos sobre 13.ºs salários, férias e FGTS, tudo com respeito à prescrição parcial pronunciada.

2.2. Comissões pendentes quando da rescisão.

O pedido do reclamante encontra obstáculo na própria lei, como muito bem apontou a reclamada em sua defesa. Oportunamente, houve quitação regular, como demonstram os autos e conforme reconhece o autor na inicial. Pelo mesmo fundamento, não há que se falar de repercussões sobre cominações calculadas com base na remuneração devida e relativa a tempo anterior. Rejeitam-se os pedidos dos itens "11.2" e "11.3" (este parcialmente).

2.3. FGTS.

Adotando-se sem restrição o entendimento cristalizado no enunciado n.º 98 da Súmula do E. TST, indefere-se o pedido de diferença entre o valor levantado do FGTS e o que seria devido a título de indenização de antiguidade.

2.4. Honorários.

Não há pedido de assistência judiciária que viabilize condenação a pagamento de honorários advocatícios.

2.5. Compensação.

Nada há a ser compensado, porque nada foi deferido a título de comissões pendentes.

ANTE O EXPOSTO, RESOLVE a 2.ª JCJ de Pelotas, por maioria de votos, vencido o Sr. Vogal dos empregadores, preliminarmente, rejeitar as prefaciais de carência da ação e de prescrição absoluta. No mérito, pronunciada a prescrição parcial, resolve condenar a reclamada a pagar ao reclamante o que restar apurado em liquidação de sentença, nos estritos termos da fundamentação retro, com acréscimo de juros e correção monetária na forma da lei, a título de diferenças de comissões decorrentes da alteração prejudicial apontada na inicial e de seus reflexos sobre 13.ºs salários, férias e FGTS. Custas de Cr\$ 95.952, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado de Cr\$ 2.000.000 e honorários do perito contábil, de oito valores de referência, pela reclamada. Intimem-se. Nada mais.

Ricardo Gehling — Juiz do Trabalho na Presidência

Sérgio Aleixo — Vogal dos Empregadores

Eli R. Moraes — Vogal dos Empregados

**LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA — RELAÇÃO DE EMPREGO
COM A EMPRESA TOMADORA DOS SERVIÇOS**

CLÁUDIO GILBERTO AGUIAR HÖEHER

Juiz do Trabalho, Substituto

PROCESSO N.º 394/84

1.ª JCJ de Caxias do Sul

EMENTA: LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA. Vínculo empregatício com a tomadora dos serviços "locados" reconhecido. Não comprovada necessidade da locação e acréscimo extraordinário de serviços e excedendo de três meses a prestação laborativa pelo mesmo empregado, torna-se a tomadora responsável pelas obrigações trabalhistas, mormente por se tratar de serviço permanente e necessário às suas atividades normais. Procedência Parcial.

VISTOS, ETC. . . .

VITAL JAQUES DE OLIVEIRA reclama contra COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES — "CRT" —, aduzindo que foi admitido a 1.º/05/1981 e pré-avisado pela reclamada a 1.º/11/1983, operando-se a rescisão a 30/11/1983. Embora trabalhasse para a reclamada, sua CTPS foi anotada pela firma locadora de mão de obra André Santos & Cia. Ltda. Argumenta com a impossibilidade de tal contrato, ou pela duvidosa constitucionalidade da Lei 6019/74, ou porque o contrato entre locadora e tomadora dos serviços ultrapassara os três meses previsto naquela legislação (art. 10). Ademais, os trabalhos prestados pelo autor eram essenciais para as atividades da reclamada, traduzindo necessidade permanente das mesmas atividades desenvolvidas pelo reclamante. Postula a reanotação do contrato de trabalho em sua CTPS pela reclamada. As anotações da

mesma carteira profissional quanto às funções de "ajudante de serviço" não procedem, pois somente cumpriu essa atividade até 31.10.1981, após o que passou a trabalhar como "programador de serviços", no setor de "facilidades", viabilizando tecnicamente a instalação de telefones novos, e outros serviços correlatos. Postula, por este motivo, diferenças salariais e incidências, inclusive relativas ao FGTS. A contar de 1.º-11-1981, passou a cumprir horas extras, na média de cinco horas por semana, até a demissão, sem perceber o salário correspondente, que reclama, com o adicional de 20% e seus reflexos. Requer a gratuidade da Justiça e honorários advocatícios. Pede a juntada pela empresa de seu quadro de carreira e atribui à ação o valor de Cr\$ 600.000.

Defendendo-se por escrito (fls. 16/19), a reclamada argúi preliminar de carência de ação, afirmando que o reclamante jamais foi seu empregado, pois trabalhava para a empresa prestadora de serviços André Santos & Cia., com quem celebrara a reclamada um contrato de prestação de serviços. Jamais pagou salários ao autor, muito menos admitiu ou demitiu o autor, ausentes na espécie os pressupostos contidos no art. 3.º da CLT. Ferindo o mérito, alega a dificuldade de defender-se pela inexistência de contrato de trabalho com o autor. Impugna a narrativa da inicial, inclusive datas e valores. Não procede o pedido de anotação da CTPS pelos argumentos expendidos na preliminar, pois não contratara o reclamante, não podendo haver dois contratos de trabalho para idênticas tarefas, situação que seria atípica. O contrato com a empresa André Santos é de prestação de serviços, que não é regido pela Lei 6019, não se tratando de trabalho temporário. O reclamante não foi contratado por sua empregadora pelos termos daquela lei. O cargo perseguido pelo reclamante, de "programador de serviços", não existe no seu Plano de Classificação de Cargos, descabendo as diferenças salariais pedidas. Improcede também o pedido de horas extras, não trabalhadas pelo autor, ficando prejudicadas suas incidências.

Argúi a prescrição bienal do art. 11 da CLT e requer autorização para proceder aos descontos previdenciários e fiscais, caso for condenada a alguma parcela. Pugna pela improcedência da ação.

Na instrução as partes juntaram documentos, tendo sido deferida perícia técnica contábil, conforme despacho de fls. 204, verso, resultando no laudo de fls. 217/225, sobre o qual as partes silenciaram (certidão de fls. 233). Houve traslado parcial da CTPS do autor (fl. 190). Foram ouvidas três testemunhas, das quais duas do autor. Foi convertido o julgamento em diligência, conforme consta da ata de fls. 256. Ao final, as partes arrazoaram, malogrando a conciliação, cujas propostas foram oportunas. É o relatório.

ISTO POSTO:**1. GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

O pedido do reclamante tem amparo legal e não se confunde com assistência judiciária. Verifica-se que não foi objeto de contestação, cumprindo deferi-lo.

2. HONORARIOS ADVOCATICIOS

Independentemente da apreciação dos pedidos da inicial, é imperioso acolher tal requerimento, ou porque o reclamante não se encontra ao abrigo da assistência judiciária, como visto, seja porque o princípio da sucumbência, fora daquela condição, não prevalece nesta Justiça Especializada.

3. DEFESA PRESCRICIONAL

Acolhe-se a defesa prescricional empresária no que não for objeto de específico exame nesta sentença, estando prescritos direitos que tenham sido constituídos em favor do reclamante em data anterior a 17.04.1982, de vez que a inicial foi ajuizada a 17.04.1984. Aplica-se ao caso em tela o art. 11 da CLT.

4. DEFESA PRELIMINAR

Prefacialmente a reclamada deseja julgamento pela carência de ação do reclamante, repisando idênticos argumentos ao ferir o "meritum causae". Assim, preliminar e mérito se confundem, merecendo julgamento conjunto, como se fará.

5. CARENCA DE AÇÃO TRABALHISTA

5.1 — A reclamada sustenta que o autor jamais foi seu empregado, embora reconheça a prestação pessoal de seus serviços. Notícia que o mesmo fora contratado pela firma André Santos & Cia. e por ela dispensado imotivadamente. Assevera a celebração de um contrato de prestação de serviços com aquela empresa, pelo qual assumira a firma André Santos a execução dos serviços da reclamada, correndo por sua conta e risco o pessoal necessário àquele fim. Pugna pela carência de ação do reclamante, a quem jamais pagou salários, entendendo ausentes os pressupostos do art. 3.º consolidado. Na abordagem do mérito, renova os mesmos argumentos, acrescentando que o sobredito contrato com a empresa prestadora é de natureza civil, não se tratando de trabalho temporário, muito menos regido pela Lei 6019/1974. Afirma expressamente que "a firma prestadora de serviços LOCOU ajudantes de serviços, entre eles o reclamante, para a execução das obrigações assumidas."

5.2 — Presente o destacado quadro processual, desperta atenção inicialmente, sendo curioso sinalar que a reclamada não invoca ilegitimidade de parte e não requereu a participação passiva na demanda da citada prestadora de mão de obra, quem sabe na tentativa de não ser considerada responsável solidariamente, muito embora tenha procurado argumentar por aquela firma, com o eufemismo de que ela "não é empresa de trabalho temporário, não estando ao abrigo da Lei 6019". Também merece relevo o conteúdo do item primeiro de sua contestação de fundo, quando alude da impossibilidade de defender-se integralmente, pois o contrato fora celebrado entre reclamante e aquela prestadora. Tal circunstância reforça a convicção de que deveria ter buscado a precitada participação litisconsorcial passiva de André Santos & Cia. neste processo, até para maior facilidade ou flexibilidade de defesa.

5.3 — Antes de qualquer outro fundamento, percorram-se algumas disposições legais que sirvam à elucidação e composição desta demanda. Com efeito, nossa *Constituição* assegura: "valorização do trabalho como condição da dignidade humana", "repressão ao abuso do poder econômico", "expansão das oportunidades de emprego produtivo" e diversos DIREITOS SOCIAIS aos trabalhadores, entre os quais "integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei" (arts. 160, II, V e VI e 165, V).

A CLT, no art. 2.º, expressa: "Considera-se EMPREGADOR a empresa, individual ou coletiva que, assumindo os riscos da atividade econômica, ADMITE, ASSALARIA e DIRIGE a PRESTAÇÃO PESSOAL de serviços". De seu art. 3.º, lê-se: "Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a EMPREGADOR, sob a DEPENDÊNCIA DESTA e mediante salário". Já o art. 9.º estabelece: "Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de DESVIRTUAR, IMPEDIR ou FRAUDAR a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação". E o art. 444 esclarece: "As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto NÃO CONTRAVENHA AS DISPOSIÇÕES DE PROTEÇÃO AO TRABALHO, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes". A Convenção Internacional n.º 122 da OIT, em vigor no Brasil desde 24.03.1970 (Decreto n.º 66.499, de 27.04.1970), também aqui aplicável, deve ser lembrada: "Art. 1.: "Em vista de estimular o crescimento e desenvolvimento econômico, de elevar os níveis de vida, de atender às necessidades de mão de obra, e de resolver o problema do desemprego e do subemprego, todo membro formulará e aplicará, como um objetivo essencial, uma política ativa visando promover o pleno emprego, produtivo e LIVREMENTE ESCOLHIDO. (...) e "c) — QUE HAJA LIVRE ESCOLHA DE EMPREGO e que cada trabalhador tenha todas as possibilidades de adquirir as qualificações necessárias para ocupar um emprego que lhe convier e

de utilizar, neste emprego, suas qualificações assim como seus dons, qualquer que seja sua raça, cor, sexo, religião, opinião pública, ascendência nacional ou origem social”.

5.4 — É de aplicar-se ao caso em tela o conhecido PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE, do mestre Uruguaio Américo Plá Rodríguez, para a verificação se o autor poderia ou não ter sido admitido por interposta pessoa, a empresa André Santos, intermediadora de mão de obra. O exame dos autos permite a compreensão de que seu objetivo societário é o de “locação de mão de obra TEMPORÁRIA”, como atestam as alterações contratuais de fls. 262/289 e a certidão da Junta Comercial de fls. 282 e verso. O percuciente exame dos indicados documentos leva os intérpretes à especificidade de fls. 284, onde, RATIFICADO o ramo de atividades da empresa intermediadora André Santos, dentro de seu objeto social, impressionando dedicar-se também à LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA — LEI 6019”, inserção propositalmente assinalada e rubricada pelo prolator deste voto, para maior destaque e por influir decisivamente no desfecho desta questão. A mesma pesquisa processual desencadeia a certeza de que “o serviço do reclamante era um serviço permanente da reclamada e necessário às suas atividades”, o que foi demonstrado pela própria empresa acionada, pelas declarações de sua única testemunha Evandro da Luz Brasil (fl. 196).

5.5 — Por conseguinte, transcritos dispositivos legais de grande relevância em matéria trabalhista, inclusive a Convenção n.º 122 da OIT, de aplicação geral, resta adentrar no cerne desta questão, à luz da sobredita e apreciada prova. Efetivamente, o art. 2.º da Lei 6019/1974, estabelece: “Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à NECESSIDADE TRANSITÓRIA DE SUBSTITUIÇÃO DE SEU PESSOAL REGULAR E PERMANENTE ou a ACRÉSCIMO EXTRAORDINÁRIO DE SERVIÇOS”. O art. 9.º, da mesma lei, edita: “O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou cliente deverá ser obrigatoriamente escrito e dele deverá constar EXPRESSAMENTE O MOTIVO JUSTIFICADOR DA DEMANDA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, assim como as modalidades de remuneração da prestação de serviços”. E o art. 10.º não é menos decisivo, ao estatuir: “O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, NÃO PODERÁ EXCEDER DE TRÊS MESES, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, segundo instruções a serem baixadas pelo Departamento Nacional de Mão de Obra”.

5.6 — Ora, certo é que a reclamada e a citada locadora de mão de obra descumpriram em relação ao reclamante os três gizados dispositivos legais supra transcritos, a saber: a) a reclamada não disse em sua defesa qual a justificativa para a contratação indireta do re-

clamante, por meio de interposta pessoa, não alegou "necessidade transitória" ou "acréscimo extraordinário de serviços", pelo contrário, restou provado pela voz de sua testemunha única que o pessoal contratado de André Santos (depoimento de fl. 196), desenvolvia "serviço permanente" da reclamada e "necessário às suas atividades"; b) os contratos de prestação de serviços juntados aos autos (fls. 20/26), não expressam o "motivo justificador da demanda de trabalho temporário"; c) o reclamante operou na reclamada, por mais de três meses, isto é, de 1.º/05/1981 a 30/11/1983, com pré-aviso de 1.º/11/1983, o que é incontroverso nos presentes autos.

5.7 — Sem sombra de dúvida que ao reclamante assiste integral razão ao pretender o reconhecimento judicial de relação de emprego com a reclamada, principalmente diante da defesa apresentada por esta, ao negá-lo, pelo inconsistente argumento de que a locadora não se trata de empresa de trabalho temporário, circunstância desmentida pela exuberante prova até aqui comentada. Se tudo isto não bastasse, é ainda de enfatizar-se o conteúdo das declarações das testemunhas, que a fls. 194/195 informam que os serviços eram fiscalizados diretamente pela reclamada, que também fornecia todos os materiais necessários, sendo que o reclamante batia ponto.

5.8 — Para arremate, cumpre registrar a repulsa quase unânime do Judiciário Trabalhista em relação às espúrias contratações deste jaez. A locação de mão de obra irresponsável, fora das especificações e regramentos da lei, como "in casu", representam efetivo retrocesso das conquistas dos trabalhadores, calcadas no Direito Novo, ou protetivo dos obreiros. Reduzem-nos, de sujeitos de direito que são, a objeto de direito — "res" romana, pelo aluguel da força de trabalho, que tem sido chamada pela doutrina como "leasing de homens". Afastam os prestadores da relação direta de trabalho, cuja pessoalidade e dependência econômica traduzem diretriz da definição de empregado prevista no já transcrito art. 3.º da CLT. Tal distanciamento, além de aviltar a dignidade do ser humano trabalhador, lhe retira a possibilidade de realização profissional dentro da empresa, além do que lhe frustra a participação no lucro e na gestão, como previsto na Constituição (dispositivos já também transcritos). O fornecimento de mão de obra implica na mercantilização do "direito-dever" TRABALHO, pela venda ou aluguel desta força produtiva, com finalidade especulativo-lucrativa, contrariando princípios éticos, axiológicos e teleológicos, traçados nas melhores lições de Direito Laboral. Tais atravessadores de mão de obra, lamentavelmente "prestigiados" até por órgãos públicos, incidem na "marchandage", num verdadeiro "enriquecimento sem causa", às custas dos trabalhadores, tornando letra morta os direitos e conquistas da legislação social, retrocesso histórico sem precedentes. Trata-se de contratos ilícitos, no ensinamento de ORLANDO GOMES ("Contratos", Edit. Forense, Rio, 1959, n.º 118, p. 117), aqueles que são

proibidos (por atentar contra a ordem pública); *ilegais* (por contrariar a norma coativa, seja imperativa ou proibitiva) e *imorais* (por ofender os bons costumes). Os ilícitos são também fraudulentos quando visam fins proibitivos pela lei, celebrados com o fim de evitar a aplicação da lei. Devem ser considerados como *nulos de pleno direito*, pela ilicitude do objeto, mais precisamente o aluguel de mão de obra, fora dos casos expressamente permitidos e já vistos (art. 9.º da CLT). O Direito Civil, embora fonte subsidiária do Direito do Trabalho (§ único do art. 8.º da CLT) não é aplicável à relações inarredavelmente de trabalho, para as quais existe regramento próprio consolidado. O mesmo ocorre em matéria comercial, cuja subsidiariedade de suas leis não podem desvirtuar, fraudar ou impedir a aplicação dos preceitos da CLT. Assim, exemplificativamente, a preposição mercantil (Cód. Comercial de 1850), a prestação de serviços e a locação de mão de obra (Cód. Civil de 1916), vieram a ser substituídas, com grande progresso social, pelas leis trabalhistas, consolidadas em 1943, muito posteriormente àqueles prefalados diplomas legais. Aplicar-se legislações pretéritas e arcaicas para regular contratos dinâmicos e sempre atuais, como o de trabalho, oxigenado pela questão social dos tempos modernos corresponde a retrocesso histórico, até análogo (mercantilização humana) à escuridão histórica do escravagismo.

5.9 — Desta forma, defere-se a reanotação do contrato de trabalho na CTPS do reclamante pela reclamada, como requerido na letra "a" da inicial, ante o reconhecimento do contrato de trabalho indubitavelmente havido com a mesma, face às circunstâncias fáticas e jurídicas objeto dos fundamentos até aqui expendidos, rejeitando-se, por consequência, a tese de carência de ação manifestada pela empresa contestante. Neste caso, o direito não está prescrito, consoante Enunciado n. 64 do Colendo TST.

6. FUNÇÕES DO RECLAMANTE, DIFERENÇAS SALARIAIS.

6.1 — Diz o reclamante que seu trabalho era de "programador de serviços — setor facilidades". Contesta a reclamada tal versão, afirmando que o mesmo trabalhava como "ajudante de serviço", pois sequer possuía em seu quadro de carreira e no plano de classificação de cargos as pretendidas funções de "programador de serviços — setor facilidades". A CTPS do autor fora anotada com o cargo de "contínuo" pela empresa intermediária de mão de obra (fl. 190).

6.2 — Segundo o laudo pericial, o reclamante "desenvolvia suas atividades no Centro de Controle de Serviços, designando facilidades de redes" (resposta ao quesito décimo — fl. 224). Tais misteres do autor correspondem às funções do plano de classificação de cargos da reclamada denominados como "oficial de telecomunicações", cód. 1.2.02.8, conforme resposta pericial acima, transcrita a letras "c" e

"e" de fls. 219/220. A leitura da "descrição do cargo" correspondente a "oficial de telecomunicações" (fls. 115/122) confirma os serviços informados na inicial e está em consonância com a prova testemunhal já destacada acima.

6.3 — Assim que, a prova favorece integralmente o reclamante. A mera divergência quanto à nomenclaturas utilizadas pela reclamada para rotular os serviços de seus empregados não prejudica o reclamante, quando existente prova técnica que define o conteúdo ocupacional do trabalho efetivamente prestado. Tais funções deverão também ser consignadas em sua CTPS, que deve registrar com fidelidade as ocupações dos empregados. Não há que falar em equiparação salarial, matéria que refoge ao debate.

6.4 — Faz jus também a diferenças salariais, como requerido na letra "d" da inicial, inclusive incidências e recolhimentos fundiários (para posterior liberação no Cód. 01), conf. for calculado em liquidação de sentença, na qual observar-se-á o teor da perícia contábil. Indefere-se o pedido de incidência sobre repousos semanais remunerados e feriados, porquanto o reclamante era mensalista.

7. HORAS EXTRAS.

7.1 — Tal pedido foi objeto de contestação, pela negação. O reclamante não demonstrou o trabalho extraordinário perseguido, como lhe competia, consoante art. 818 da CLT, combinado com o inc. I, do art. 333 do CPC. Sequer a prova testemunhal lhe favorece. Nada indagou ao perito sobre horas extras, compreendendo-se que até tenha se desinteressado da prova correspondente.

7.2 — Desta forma, cumpre inacolher-se a postulação em tela, por absoluta falta de suporte probatório, inclusive suas incidências.

8. Deferem-se os descontos previdenciários-fiscais requeridos pela reclamada.

FACE AO EXPOSTO, por unanimidade de votos, resolve a 1.^a JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAXIAS DO SUL (RS), julgar PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, para condenar a reclamada a reanotar o contrato de trabalho na CTPS do reclamante e a pagar-lhe, em oito dias, com correção monetária e juros, diferenças salariais, que forem calculadas em liquidação de sentença, entre o que recebia e o que lhe deveria ter sido pago pelo exercício das funções de "oficial de telecomunicações" (Cód. 1.2.02.8) e suas incidências nas férias, 13.^o salários, verbas rescisórias e FGTS (depósito e liberação no Cód. 01), consoante minudentes critérios traçados na fundamentação, inclusive descontos autorizados, cuidando-se da prescrição bienal tratada também na fundamentação.

Custas de Cr\$ 115.952 pela reclamada, calculadas sobre a condenação, complementáveis em execução. Suportará também a reclamada honorários periciais, que se arbitram em 2,5 (dois e meio) valores de referência regionais, presente o esclarecedor e inimpugnado laudo pericial.

Intimem-se as partes por seus procuradores.

Transitada em julgado, cumpra-se.

Sentença prolatada pelo Dr. Juiz do Trabalho Substituto, Exmo. Dr. Claudio Gilberto Aguiar Höehr e publicada pelo Exmo. Dr. Sebastião Alves de Messias, Juiz do Trabalho Presidente, que presidiu à audiência correspondente.

Do que, para constar, foi lavrada a presente ata que vai devidamente assinada.

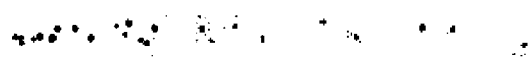
Claudio Gilberto Aguiar Höehr — Juiz do Trabalho Substituto,
no Exercício da Presidência

Sebastião Alves de Messias — Juiz do Trabalho - Presidente

Luiz O. Gomes — Vogal dos Empregadores

Renato Tarciso Viero — Vogal dos Empregados - Suplente

DESPACHOS CORRECIONAIS



**DESPACHOS DO EXMO. JUIZ SILENO MONTENEGRO BARBOSA,
VICE-PRESIDENTE DO TRT DA 4.ª REGIÃO,
EM FUNÇÃO CORREGEDORA**

Proc. TRT N.º 8405/85

VISTOS, etc.

A reclamação correicional formulada por Jatocret Engenharia Ltda. visa tornar sem efeito o despacho do Juiz Presidente da MM. 2.ª JCJ de São Leopoldo, que determinou a realização de perícia para apuração da existência ou não de insalubridade na atividade do reclamante, embora reconhecida pela reclamada a Insalubridade em grau médio, com a concordância do autor.

Segundo a requerente, trata-se de "acordo processual" que afastaria a necessidade de prova pericial, a qual oneraria as partes e protelaria o andamento do processo. Assevera, assim, ter havido "error in procedendo" do Juiz só atacável por medida correicional.

Embora não se trate propriamente de acordo processual, tem razão a empresa requerente. Inicialmente há que se distinguir a função jurisdicional do juiz daquela de caráter administrativo. Havendo transação das partes a respeito de algum pedido, no caso adicional de insalubridade, cumpre o Juiz função administrativa ao homologar a intenção das partes, cancelando a manifestação de vontade formalizada, mas desde que esta não atente contra disposição legal de ordem pública. Não se trata, no caso, de matéria de ordem pública, já que o direito estará condicionado à prova pericial, ou seja, prova técnica. Nessas condições há "res dubia", o que torna o direito suscetível de transação. Consequentemente, não cabe indagar sobre a necessidade de perícia, medida apenas exigida, no processo, em função jurisdicional do juiz.

Acolhido o entendimento do Juízo, não seria possível a desistência do pedido de adicional de insalubridade e ou periculosidade, no curso da lide. Se pode o reclamante desistir do todo, pode, evidentemente, desistir de parte, máxime considerando que as conclusões da perícia técnica podem ser totalmente desfavoráveis ao reclamante.

O princípio da disponibilidade do direito prevalece sobre a inquisitorialidade do processo, muito embora se deva admitir que no processo trabalhista o princípio inquisitório é bem mais acentuado do que no processo civil. Esclareça-se ainda que a transação atinge o direito material, e não se confunde com a confissão, que embora atinja também direito material, quase invariavelmente, implica sempre em função jurisdicional o seu acolhimento. Daí porque a confissão não afasta a necessidade do exame pericial para verificação do adicional de insalubridade devido, o que não ocorre com a transação.

Assim sendo, torno sem efeito o despacho que determinou a realização da perícia técnica, para que se oportunize às partes a formalização do acordo.

Intimem-se os interessados.

Em 18/09/85.

Proc. JCJ 1188/84

VISTOS, etc.

Remete-nos a MM. Juíza Presidente da 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Canoas os autos do Proc. JCJ 1188/84, para que seja dirimida divergência sobre a qual das Juízas há de caber a prolação de sentença naquele processo.

A instrução do feito, com coleta da prova e ouvida de testemunhas, foi realizada pela MM. Juíza Substituta, que na audiência marcada para prolação de sentença reabriu a instrução para que se fizesse perícia contábil.

Entende a MM. Juíza Presidente que, tendo a MM. Juíza Substituta presidido a instrução, que encerrou e depois reabriu, há de caber-lhe a prolação da sentença.

A MM. Juíza Substituta é de entendimento que na forma da Súmula 136 do Tribunal Superior do Trabalho, e por ter passado a pertencer a outra zona, não lhe cabe a prolação da sentença.

ISTO POSTO

Tem o Tribunal entendido que, por ser idêntica a competência jurisdicional dos Juízes Substitutos e dos Juízes Presidentes, e por ser uma a audiência de instrução e julgamento, é da atribuição do Juiz que tenha encerrado a instrução a prolação da sentença.

Esta uma das razões que presidiram à edição dos Provimentos 37/68 e 49/68.

O caso, porém, não se enquadra nas hipóteses previstas e tipificadas naqueles provimentos, visto que a instrução fora encerrada e também reaberta por ter a MM. Juíza entendido necessária a realização de perícia.

O princípio da identidade física do Juiz, com efeito, não vige na Justiça do Trabalho para que, por exemplo, fique firmada a competência pela distribuição ou em razão de primeiro despacho proferido pelo Juiz nos autos.

Vige, porém, na Justiça do Trabalho a unidade da audiência, que não pode ser modificada por ato do Juiz.

O fato de não serem prolatadas, muitas vezes, as sentenças em audiência não desnatura o fato de serem estas de instrução e julgamento e de que os adiamentos constituem prorrogação delas.

É o processo trabalhista oral e inquisitorial.

Ensina CELSO AGRICOLA BARBI in "Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. 1, Tomo II, ed. Forense, 1975, à pag. 539, n.º 705 e seguintes, que "o novo Código de Processo Civil só mantém a obrigação de o Juiz que iniciar a audiência e concluir a instrução julgar a causa quando seu afastamento não decorra nem de transferência, promoção ou aposentadoria."

"A regra aplica-se ao titular e ao substituto; mas a expressão iniciar a audiência deve ser entendida em harmonia com a finalidade do instituto, isto é, só se aplicará a regra se o Juiz colheu depoimento pessoal ou de testemunhas, ou se ouviu os esclarecimentos verbais do perito."

"Se, iniciada a audiência, não houve conciliação entre as partes, mas a colheita daquele tipo de provas não se iniciou, não há razão para o Juiz ficar vinculado à causa."

Ao firmar a competência, a regra leva em conta que, sendo oral o processo, o Juiz que colher o depoimento pessoal das partes ou tiver ouvido as testemunhas ou esclarecimentos verbais do perito terá as melhores condições para proferir a sentença.

Dentro dessa linha, e coerente com o processo e seus princípios, com mais razão isso ocorrerá se o Juiz já tiver encerrado a instrução, ainda que eventual-

mente venha reabri-la posteriormente para realização de prova ou diligência suplementar.

No caso, a MM. Juíza Substituta recolheu a prova, presidiu audiência de instrução e julgamento em que foram produzidas provas orais e reabriu a instrução para que fosse realizada prova pericial certa e determinada.

Tendo em vista que, pela imediação processual e inquirição que realizou, tem exato conhecimento dos fatos, é, com certeza, a Juíza mais indicada para prolatar a sentença, ainda mais que a modificação de zona não afeta a sua competência nem é empecilho ao exercício de suas funções no processo.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Em 11 de novembro de 1985.

Proc. TRT 13.191/85

VISTOS, ETC...

Requer Ailton Sidnei Richter — reclamante nos autos do proc. JCJ 904/85, em que contende com Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — CNEC —, da 10.ª J.C.J., correição no sentido de que fossem ouvidas as suas testemunhas por precatória. Alega que fez o pedido na audiência inaugural, sendo o mesmo indeferido pelo Juiz Presidente, sob fundamentação de que as testemunhas não foram oportunamente arroladas.

Diante do indeferimento, houve protesto por cerceamento de defesa.

Solicitado ao Juiz que se manifestasse sobre o pedido correicional, no prazo de 5 dias, deixou S. Exa. de fazê-lo.

ISTO POSTO:

Na exegese do disposto no art. 825, parágrafo único da CLT, tem-se, inicialmente, que não se encontra o processo trabalhista sujeito ao arrolamento prévio de testemunhas.

No caso, não esclarece o Exmo. Juiz, em seu despacho denegatório, proferido na audiência inaugural, se entende aplicável o "caput" do art. 407 do C.P.C. — que exige o depósito prévio do rol de testemunhas —, ou se considerou inoportuno o pedido em razão de não ter sido formulado no início da audiência.

Notificada S. Exa. para pronunciar-se sobre o pedido correicional, deixou transcorrer "in albis" o prazo que lhe foi assinado, acarretando dificuldade para que se aprecie o ocorrido.

Conseqüentemente, não pode a parte ser prejudicada na produção da prova testemunhal, que tentou produzir na primeira audiência mediante precatória, porquanto prevalece o entendimento de que o despacho indeferitório teve por fundamento a regra processual supramencionada, não exigível no processo trabalhista, embora não inibindo as partes de arrolar suas testemunhas, na forma da-quele dispositivo.

Assim sendo, defiro a correição para determinar expeça a Junta a precatória, como requerido.

Intimem-se.

Cumprido o prazo regimental, archive-se.

18/12/85.

Proc. TRT N.º 2213/86

VISTOS, ETC...

JACK S/A — INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO apresenta reclamação correicional contra decisão da 1.ª J.C.J. de Porto Alegre, que, denegando seu pedido de sustação do processo principal até o julgamento da ação rescisória, determinou a venda judicial dos bens penhorados ou a realização de leilão na execução do processo n.º 59/80, contra si ajuizado por Livorcina Nunes Pereira.

Não é alegada e não há o menor indício de inversão da ordem processual ou exorbitância por parte do Juiz que autorize a intervenção da Corregedoria. A matéria versada é de direito e encontra-se ínsita na competência jurisdicional do Juiz, Insuscetível de intervenção correicional.

Ademais, o risco apontado pela requerente na medida cautelar inominada, em hipótese de acolhimento da ação rescisória — impossibilidade de ressarcimento pela requerida do valor a ser recebido —, é uma decorrência da própria natureza da ação rescisória, que não se reveste de eficácia suspensiva.

Finalmente, informa a MM. Juíza, à folha 7, que a execução encontra-se suspensa, em razão da concordata da devedora, o que, de certa forma, esvazia a medida correicional.

Ante o exposto, indefiro a correição requerida.

Intimem-se.

Cumprido o prazo regimental, archive-se.

17/04/86.

Proc. TRT N.º 3941/86

VISTOS, ETC...

Requer Vilmar Rocha Godoi correição parcial contra ato do MM. Juiz Presidente da 8.ª J.C.J. de Porto Alegre, que reduziu o valor da causa de Cz\$ 3.000,00 para Cz\$ 600,00 para efeito da alçada no processo JCJ 379/86, em que o requerente contende com Construtora Pirâmide Ltda.

Alega que houve erro procedimental grave porque a parte contrária não impugnou o valor atribuído à causa pelo reclamante. Diz que houve erro porque o art. 2.º da Lei 5584/70 só admite a fixação do valor da causa quando este for indeterminado no pedido.

Solicitadas informações, o Juiz Presidente prestou esclarecimentos de fls. 13/14, em que sustenta haver recurso específico contra o ato impugnado e que somente nos casos omissos o direito processual comum pode ser subsidiário do direito processual do trabalho.

Sustenta, ainda, que há norma processual trabalhista expressa, com disposição imperativa para determinação da alçada pelo Juiz que presidir à instrução, e que, no mérito, face ao pagamento em juízo de expressiva parcela do pedido, o valor remanescente da causa não excede a dois salários mínimos ao tempo do ajuizamento da ação.

ISTO POSTO:

Verifica-se que a matéria é de jurisdição, para a qual há, ainda, recurso específico.

Contrariamente ao que sustenta o requerente, a competência do Juiz para a fixação do valor da causa é ampla, ainda mais que há regras específicas para a sua

determinação, podendo o Juiz, de ofício, retificar o valor atribuído pelas partes, pois o valor pode determinar o procedimento a ser seguido.

No caso, os pedidos não eram de valores indeterminados nem indetermináveis: poderiam ter sido estimados com base no contrato, um a um, para compor o valor final da causa.

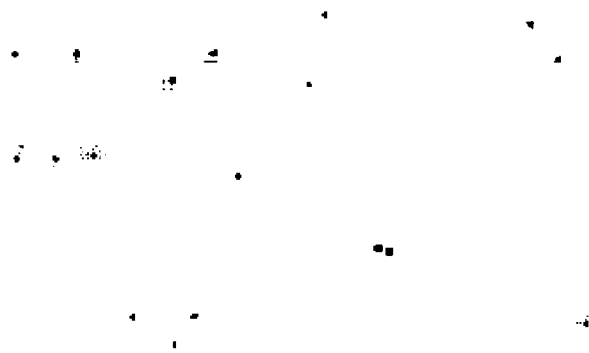
Se do exame preliminar resulta evidente que o valor dado à causa pela parte é incompatível com os pedidos feitos, cumpre ao Juiz fixá-lo certo ou adequado.

De qualquer modo, não tendo a fixação do valor constituído erro procedimental grave, como alega o requerente, mas sendo resultado do exercício normal da competência jurisdicional do Juiz, a matéria é de jurisdição com recurso próprio, o que refoge à competência do Corregador para modificar a decisão.

Assim sendo, denego a correição requerida.

Intime-se.

Em 16/05/86.

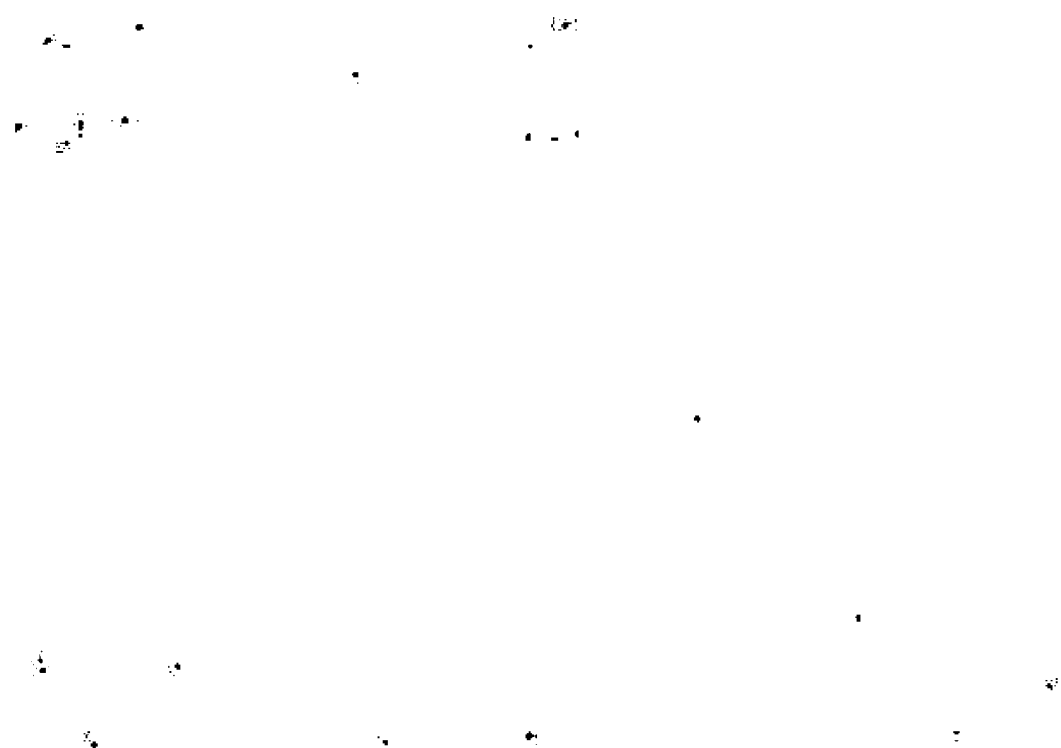


**INSTRUÇÃO NORMATIVA E SÚMULA
DA JURISPRUDÊNCIA DO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

NOTA: a) Os Prejulgados do TST foram revogados, dando origem os seus textos às Súmulas n.ºs 130 a 179.

O Prejulgado n.º 56/76 foi transformado na Instrução Normativa n.º 01/82. (Cf. Res. Adm. TST n.º 102, DJ de 11.10.82 e 15.10.82.)

b) As Súmulas, pela Res. Adm. TST n.º 07, DOU de 11.07.85, passaram a se denominar *Enunciados*.



INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 1 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

(DJ DE 15.10.82)

**Ex-Prejuízo n.º 56
(Decreto-Lei n.º 15/66, art. 1.º, § 3.º)**

- I —** A petição inicial para instauração de dissídio coletivo, visando a reajustamento salarial, deverá ser instruída com os documentos comprobatórios do último aumento salarial concedido à categoria profissional ou empresas suscitadas (sentença normativa, acordo homologado em dissídio coletivo ou cópia autenticada de acordo coletivo ou convenção coletiva).
- II —** A instauração da instância por iniciativa do Ministério Público, ou em virtude do malogro de negociação coletiva de âmbito administrativo, será promovida mediante representação dirigida ao Presidente do Tribunal, contendo, pelo menos, a designação e a qualificação dos interessados e os motivos do dissídio. Em qualquer destas hipóteses, a representação será acompanhada do correspondente processo administrativo, ressalvada a hipótese de instauração pelo Presidente do Tribunal.
- III —** Tratando-se de revisão de norma salarial anterior, a ação poderá ser ajuizada diretamente pelos interessados, observado o disposto no art. 858 da CLT.
- IV —** O novo salário será determinado, multiplicando-se o anterior pelo fator de reajustamento salarial fixado para o mês em que vigorará o salário reajustado (art. 3.º da Lei 6.147, de 29 de novembro de 1974).
- V —** O reajustamento máximo previsto no parágrafo único do artigo primeiro da Lei 6.147, de 29 de novembro de 1974, instituído pela Lei 6.205, de 29 de abril de 1975, terá por base o maior salário mínimo vigente no País, à época da instauração.
- VI —** Nos casos em que a última revisão coletiva de salário tenha ocorrido há mais de doze (12) meses, ou em que não tenha havido dissídio, convenção ou acordo coletivo, o Tribunal solicitará à Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho seja-lhe fornecida a taxa de reajustamento (art. 4.º da Lei 6.147, de 29 de novembro de 1974).
- VII —** Para evitar a distorção que poderá ocorrer na hipótese do item anterior, e também em razão do período de tramitação judicial do processo coletivo, as diferenças salariais serão devidas a partir da data da instauração do dissídio.

- VIII — Na forma do item anterior, esgotada a vigência da sentença revisanda, a que se seguir adotará o fator de reajustamento referente ao décimo terceiro mês e assim sucessivamente.
- IX — Para garantir os efeitos da sentença poderá ser estipulado um salário normativo para a categoria profissional, ou parte dela, hipótese em que na sua vigência:
- 1 — nenhum trabalhador, com exceção do menor aprendiz, poderá ser admitido nas respectivas empresas com salário inferior ao mínimo regional vigente à data do ajuizamento da ação, acrescido da importância que resultar do cálculo de 1/12 (um doze avos) do reajustamento decretado, multiplicado pelo número de meses ou fração superior a 15 (quinze) dias, decorridos entre a data da vigência do salário mínimo e a da instauração;
 - 2 — admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais;
 - 3 — não poderá o empregado mais novo na empresa perceber salário superior ao do mais antigo na mesma função;
 - 4 — na hipótese de o empregador possuir quadro organizado em carreira, não se aplicam as normas estabelecidas no presente item.
- X — A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data-base terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até os 12 (doze) meses anteriores à data-base. Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, ou seja, 1/12 (um doze avos) da taxa de reajustamento decretada por mês de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias com adição ao salário da época da contratação.
- XI — Quando a instauração se der no prazo previsto no § 3.º do artigo 616 da CLT, o reajustamento salarial será devido a partir do término do acordo, da convenção ou da sentença normativa anterior.
- XII — Após calculada a recomposição salarial, serão compensados os aumentos salariais, espontâneos ou compulsórios, concedidos durante o prazo da vigência do acordo, da convenção ou da sentença anterior exceto os provenientes de:
- a) — término de aprendizagem (Decreto 31.456, de 6 de outubro de 1953);
 - b) — implemento de idade;
 - c) — promoção por antigüidade ou merecimento;
 - d) — transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade;
 - e) — equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.
- XIII — O requerimento de efeito suspensivo ao recurso contra sentença proferida em processo de dissídio coletivo, na forma do art. 6.º, § 1.º, da Lei 4.725, de 13 de julho de 1965, alterada pela Lei 4.903, de 15 de dezembro do mesmo ano, será dirigido ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em petição instruída com os seguintes documentos:

- a) — a íntegra do acórdão recorrido e a data de sua publicação no órgão oficial;
- b) — cópia do cálculo de reajustamento do salário, constante do respectivo processo;
- c) — cópia do recurso ordinário e prova de sua interposição;
- d) — certidão do último reajustamento salarial da categoria interessada, se for o caso.

XIV — É incompetente a Justiça do Trabalho para homologação de acordos e convenções coletivas (art. 611 e parágrafos da CLT).

XV — A competência normativa da Justiça do Trabalho, no que concerne aos reajustamentos salariais, rege-se pela presente Instrução.

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DO TST

V. Índice alfabético e remissivo ao final (até o enunciado n.º 255).

Enunciado n.º 1/69 — Intimação em sexta-feira

Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fruirá do dia útil que se seguir.

Enunciado n.º 2/69 — Gratificação natalina — contrato a prazo

É devida a gratificação natalina proporcional (Lei 4.090/62) na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro.

Enunciado n.º 3/69 — Gratificação natalina — aposentadoria

É devida a gratificação natalina proporcional (Lei 4.090/62) na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes de dezembro.

Enunciado n.º 4/69 — Custas — entidades públicas

As pessoas jurídicas de direito público não estão sujeitas a prévio pagamento de custas, nem a depósito de importância da condenação, para o processamento de recurso na Justiça do Trabalho. (V. Decreto-Lei 779, de 21.08.69).

Enunciado n.º 5/69 — Reajustamento salarial coletivo no curso do aviso prévio

O reajuste salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia ao empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Enunciado n.º 6/69 — Equiparação salarial — quadro organizado em carreira

Para os fins previstos no § 2.º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Enunciado n.º 7/69 — Férias indenizadas — base de cálculo

A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado à época da reclamação ou, se for o caso, à data da extinção do contrato.

Enunciado n.º 8/69 — Recurso — prova documental

A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.

Enunciado n.º 9/69 — Arquivamento — ausência do reclamante — adiamento

A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo.

Enunciado n.º 10/69 — Professores — férias escolares

É assegurado aos professores o pagamento dos salários no período de férias escolares; se despedidos sem justa causa, ao terminar o ano letivo ou no curso dessas férias, fazem jus aos referidos salários.

Enunciado n.º 11/69 — Honorários de advogado

É inaplicável na Justiça do Trabalho o disposto no art. 64 do Código de Processo Civil, sendo os honorários de advogado somente devidos nos termos do preceituado na Lei 1.060, de 1950. (V. Lei 5.584, de 26.06.70).

Enunciado n.º 12/69 — Carteira de Trabalho — anotações — presunção

As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*.

Enunciado n.º 13/69 — Rescisão contratual — salários atrasados

O só pagamento dos salários atrasados em audiência não elide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.

Enunciado n.º 14/69 — Culpa recíproca — parcelas indevidas

Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado não fará jus ao aviso prévio, às férias proporcionais e à gratificação natalina do ano respectivo.

Enunciado n.º 15/69 — Atestado médico — ordem preferencial

A justificação da ausência do empregado motivada por doença, para a percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, deve observar a ordem preferencial dos atestados médicos estabelecida em lei.

Enunciado n.º 16/69 — Notificação — ônus da prova

Presume-se recebida a notificação quarenta e oito horas depois de sua regular expedição. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constituem ônus de prova do destinatário.

Enunciado n.º 17/69 — Adicional de insalubridade — base de cálculo

O adicional-insalubridade devido a empregado que percebe, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, salário profissional será sobre este calculado.

Enunciado n.º 18/69 — Compensação

A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista.

Enunciado n.º 19/69 — Competência — quadro de carreira

A Justiça do Trabalho é competente para apreciar reclamação de empregado que tenha por objeto direito fundado em quadro de carreira.

Enunciado n.º 20/70 — Resilição contratual — fraude

Não obstante o pagamento de indenização de antigüidade, presume-se em fraude à lei a resilição contratual se o empregado permaneceu prestando serviço ou tiver sido, em curto prazo, readmitido.

Enunciado n.º 21/70 — Aposentadoria — tempo de serviço

O empregado aposentado tem direito ao cômputo do tempo anterior à aposentadoria, se permanecer a serviço da empresa ou a ela retornar. (Considerada subsistente pela Resolução Administrativa 53/75 do TST).

Enunciado n.º 22/70 — Equiparação salarial

É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.

Enunciado n.º 23/70 — Recurso de revista — embargos — cabimento

Não se conhece da revista ou dos embargos quando a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

Enunciado n.º 24/70 — Indenização — horas extras

Insere-se no cálculo da indenização por antigüidade o salário relativo a serviço extraordinário, desde que habitualmente prestado.

Enunciado n.º 25/70 — Custas na segunda instância

A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida.

Enunciado n.º 26/70 — Estabilidade — despedida obstativa

Presume-se obstativa à estabilidade a despedida, sem justo motivo, do empregado que alcançar nove anos de serviço na empresa.

Enunciado n.º 27/70 — Comissionista — repouso

É devida a remuneração do repouso semanal e dias feriados ao empregado comissionista, ainda que praticista.

Enunciado n.º 28/70 — Reintegração — conversão

No caso de se converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até a data da sentença constitutiva que põe fim ao contrato.

Enunciado n.º 29/70 — Transferência — despesas de transporte

Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa do transporte.

Enunciado n.º 30/70 — Recurso — início do prazo

Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2.º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença.

Enunciado n.º 31/70 — Aviso prévio — despedida indireta

É incabível o aviso prévio na despedida indireta. (Revogado pela Lei 7.108/83).

Enunciado n.º 32/70 — Abandono de emprego — prazo de configuração

Configura-se o abandono de emprego quando o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 dias, após a cessação do benefício previdenciário, nem justifica o motivo de não o fazer.

Enunciado n.º 33/70 — Mandado de segurança — decisão transitada em julgado
Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.

Enunciado n.º 34/70 — Empregado rural — gratificação natalina
A gratificação natalina, instituída pela Lei 4.090/62, é devida ao empregado rural.

Enunciado n.º 35/70 — Depósito recursal — novo salário mínimo
A majoração do salário mínimo não obriga o recorrente a complementar o depósito de que trata o art. 899 da CLT.

Enunciado n.º 36/70 — Custas — ações plúrimas
Nas ações plúrimas as custas incidem sobre o respectivo valor global.

Enunciado n.º 37/70 — Recurso — prazo
(V. Enunciado n.º 197).

Enunciado n.º 38/70 — Recurso de revista — cabimento
Para comprovação da divergência justificadora do recurso é necessário que o recorrente junte certidão, ou documento equivalente, do acórdão paradigma ou faça transcrição do trecho pertinente à hipótese, indicando sua origem e esclarecendo a fonte da publicação, isto é, órgão oficial ou repertório idôneo de jurisprudência.

Enunciado n.º 39/73 — Adicional de periculosidade — bomba de gasolina
Os empregados que operam em bomba de gasolina têm direito ao adicional de periculosidade (Lei n.º 2.573, de 15.08.55).

Enunciado n.º 40/73 — Processo administrativo — recurso ao TST
Não cabe recurso ao Tribunal Superior do Trabalho contra decisão em processo administrativo de interesse de funcionário proferida por Tribunal Regional do Trabalho.

Enunciado n.º 41/73 — Quitação — abrangência
A quitação, nas hipóteses dos §§ 1.º e 2.º do art. 477, da CLT, concerne exclusivamente aos valores discriminados no documento respectivo.

Enunciado n.º 42/73 — Recurso de revista — cabimento
Não ensejam o conhecimento de revista ou de embargos decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Pleno.

Enunciado n.º 43/73 — Transferência — presunção de abuso
Presume-se abusiva a transferência de que trata o § 1.º do art. 469, da CLT, sem comprovação da necessidade do serviço.

Enunciado n.º 44/73 — Aviso prévio — cessação da atividade da empresa
A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

Enunciado n.º 45/73 — Horas extras — gratificação natalina
A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei 4.090/62.

Enunciado n.º 46/73 — Acidente do trabalho — faltas — efeitos
As faltas ou ausências decorrentes de acidentes do trabalho não são consideradas para os efeitos da duração de férias e cálculo da gratificação natalina.

Enunciado n.º 47/73 — Insalubridade — intermitência

O trabalho executado, em caráter intermitente, em condições insalubres não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

Enunciado n.º 48/73 — Compensação

A compensação só poderá ser argüida com a contestação.

Enunciado n.º 49/73 — Custas — inquérito — arquivamento

No inquérito judicial, contadas e não pagas as custas no prazo fixado pelo juízo, será determinado o arquivamento do processo.

Enunciado n.º 50/73 — Gratificação natalina — servidor público cedido

A gratificação natalina, instituída pela Lei 4.090/62, é devida pela empresa cessionária ao servidor público cedido, enquanto durar a cessão.

Enunciado n.º 51/73 — Cláusulas regulamentares — alteração de vantagens

As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.

Enunciado n.º 52/73 — Quinquênio (Lei 4.345/64)

O adicional de tempo de serviço (quinquênios) é devido, nas condições estabelecidas pelo art. 19 da Lei 4.345/64, aos contratados sob regime da CLT, pela empresa a que se refere a mencionada lei, inclusive para fins de complementação de aposentadoria.

Enunciado n.º 53/73 — Recursos — custas — prazo

O prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo.

Enunciado n.º 54/74 — Indenização de estábilário optante

Rescindindo por acordo seu contrato de trabalho, o empregado estável optante tem direito ao mínimo de 60% do total da indenização em dobro, calculada sobre o maior salário percebido no emprego. Se houver recebido menos do que esse total, qualquer que tenha sido a forma de transação, assegura-se-lhe a complementação até aquele limite.

Enunciado n.º 55/74 — Financeiras — jornada de trabalho

As empresas de crédito, financiamento ou investimento, também denominadas "financeiras", equiparam-se aos estabelecimentos bancários para os efeitos do art. 224 da CLT.

Enunciado n.º 56/74 — Balconista comissionado — adicional de horas extras

O balconista que recebe comissão tem direito ao adicional de 20% pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor das comissões referentes a essas horas.

Enunciado n.º 57/74 — Categoria profissional — usinas de açúcar

Os trabalhadores agrícolas das usinas de açúcar integram a categoria profissional de industriários, beneficiando-se dos aumentos normativos obtidos pela referida categoria.

Enunciado n.º 58/74 — Pessoal de obras — regime

Ao empregado admitido como "pessoal de obras", em caráter permanente e não amparado pelo regime estatutário, aplica-se a legislação trabalhista.

Enunciado n.º 59/74 — Vigia bancário — jornada de trabalho

Vigia de estabelecimento bancário não se beneficia da jornada de trabalho reduzida prevista no art. 224 da CLT.

Enunciado n.º 60/74 — Adicional noturno — habitualidade

O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.

Enunciado n.º 61/74 — Ferroviários — horas extras

Aos ferroviários que trabalham em "estação do interior", assim classificada por autoridade competente, não são devidas horas extras (CLT, art. 243).

Enunciado n.º 62/74 — Abandono de emprego — contagem do prazo

O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito contra o empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço.

Enunciado n.º 63/74 — FGTS — incidência da contribuição

A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais.

Enunciado n.º 64/75 — Prescrição — anotações na CTPS

A prescrição para reclamar contra anotação de carteira profissional, ou omissão desta, flui da data de cessação do contrato de trabalho.

Enunciado n.º 65/76 — Vigia noturno — hora reduzida

O direito à hora reduzida para 52 minutos e 30 segundos aplica-se ao vigia noturno.

Enunciado n.º 66/77 — RFFSA — quinquênios

Os quinquênios devidos ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A. serão calculados sobre o salário do cargo efetivo, ainda que o trabalhador exerça cargo ou função em comissão.

Enunciado n.º 67/77 — RFFSA — chefe de trem — gratificação

Chefe de trem, regido pelo Estatuto dos Ferroviários (Decreto 35.530, de 19 de setembro de 1959), não tem direito à gratificação prevista no respectivo art. 110.

Enunciado n.º 68/77 — Equiparação — ônus da prova

É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.

Enunciado n.º 69/77 — Revelia e confissão — salários incontroversos (art. 467)

Havendo rescisão contratual e sendo revel e confesso o empregador quanto à matéria de fato, deve ser condenado ao pagamento em dobro dos salários incontroversos (art. 467, da CLT).

Enunciado n.º 70/78 — Adicional de periculosidade — Petrobrás

O adicional de periculosidade não incide sobre os triênios pagos pela Petrobrás.

Enunciado n.º 71/78 — Alçada — valor da causa

A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data do seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.

Enunciado n.º 72/78 — Prêmio-aposentadoria

O prêmio-aposentadoria instituído por norma regulamentar da empresa não está condicionado ao disposto no § 3.º do art. 17 da Lei 5.107/66.

Enunciado n.º 73/78 — Falta grave — indenização

Falta grave, salvo a de abandono de emprego praticada pelo empregado no decurso do prazo do aviso prévio, dado pelo empregador, retira àquele qualquer direito a indenização.

Enunciado n.º 74/78 — Pena de confissão

Aplica-se a pena de confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.

Enunciado n.º 75/78 — Incompetência da JT — ferroviário funcionário público

É incompetente a Justiça do Trabalho para conhecer de ação de ferroviário oriundo das empresas Sorocabana, São Paulo-Minas e Araraquarense, que mantém a condição de funcionário público.

Enunciado n.º 76/78 — Horas extras habituais — salário

O valor das horas suplementares prestadas habitualmente, por mais de dois anos, ou durante todo o contrato, se suprimidas, integra-se no salário para todos os efeitos legais.

Enunciado n.º 77/78 — Punição do empregado — nulidade

Nula é a punição de empregado, se não precedida de inquérito ou sindicância internos, a que se obrigou a empresa por norma regulamentar.

Enunciado n.º 78/78 — Gratificação periódica — salário

A gratificação periódica contratual integra o salário, pelo seu duodécimo, para todos os efeitos legais, inclusive o cálculo da natalina da Lei 4.090/62.

Enunciado n.º 79/78 — Adicional de antigüidade — Fepasa

O adicional de antigüidade, pago pela Fepasa, calcula-se sobre o salário-base.

Enunciado n.º 80/78 — Adicional de insalubridade — aparelhos protetores

A eliminação da insalubridade, pelo fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo, exclui a percepção do adicional respectivo.

Enunciado n.º 81/78 — Férias

Os dias de férias gozadas após o período legal de concessão deverão ser remunerados em dobro.

Enunciado n.º 82/78 — Intervenção assistencial

A intervenção assistencial, simples ou adesiva, só é admissível se demonstrado o interesse jurídico e não o meramente econômico perante a justiça onde é postulada.

Enunciado n.º 83/78 — Ação rescisória

Não cabe ação rescisória por violação literal de lei quando a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal de interpretação controvertida nos Tribunais.

Enunciado n.º 84/78 — Adicional regional — Petrobrás

O adicional regional, instituído pela Petrobrás, não contraria o art. 165, item XVII, da Constituição.

Enunciado n.º 85/78 — Compensação horária ilegal

O não atendimento das exigências legais para adoção do regime de compensação de horário semanal não implica na repetição do pagamento das horas excedentes, sendo devido, apenas, o adicional respectivo.

Enunciado n.º 86/78 — Massa falida — preparo de recurso

Incorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação.

Enunciado n.º 87/78 — Benefício previdenciário privado

Se o empregado, ou seu beneficiário, já recebeu da Instituição previdenciária privada, criada pela empresa, vantagem equivalente, é cabível a dedução do seu valor do benefício a que faz jus por norma regulamentar anterior.

Enunciado n.º 88/78 — Intervalo entre dois turnos — infração administrativa

O desrespeito ao intervalo mínimo entre dois turnos de trabalho, sem importar em excesso na jornada efetivamente trabalhada, não dá direito a qualquer ressarcimento ao obreiro, por tratar-se apenas de infração sujeita a penalidade administrativa (art. 71 da CLT).

Enunciado n.º 89/78 — Faltas justificadas por lei — ausências legais

Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para cálculo do período de férias.

Enunciado n.º 90/78 — Horas "in itinere" — jornada de trabalho

O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte regular público, e para o seu retorno, é computável na jornada de trabalho. (Com a redação dada pela Res. Adm. 80/78 — TST, D) de 10.11.78).

Enunciado n.º 91/78 — Salário "complessivo" — nulidade

Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.

Enunciado n.º 92/78 — Complementação de aposentadoria

O direito a complementação de aposentadoria, criado pela empresa, com requisitos próprios, não se altera pela instituição de benefício previdenciário por órgão oficial.

Enunciado n.º 93/79 — Bancário — remuneração

Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, quando exercida essa atividade no horário e local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador.

Enunciado n.º 94/80 — Aviso prévio — horas extras

O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.

Enunciado n.º 95/80 — Prescrição — FGTS

É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS.

Enunciado n.º 96/80 — Tripulante de navio — tempo à disposição

A permanência do tripulante a bordo do navio, no período de repouso, além da jornada, não importa presunção de que esteja à disposição do empregador ou em regime de prorrogação de horário, circunstâncias que devem resultar provadas, dada a natureza do serviço.

Enunciado n.º 97/80 — Aposentadoria — complementação

Instituída complementação de aposentadoria, por ato da empresa, expressamente dependente de sua regulamentação, as condições desta devem ser observadas como parte integrante na norma.

Enunciado n.º 98/80 — Equivalência: estabilidade e FGTS

A equivalência entre os regimes do fundo de garantia por tempo de serviço e da estabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos quaisquer valores e título de reposição de diferença.

Enunciado n.º 99/80 — Ação rescisória — depósito do valor da condenação

Ao recorrer de decisão condenatória em ação rescisória, resultante do acolhimento desta, deve o empregador vencido depositar o valor da condenação no prazo legal, sob pena de deserção (CLT, art. 899, § 1.º).

Enunciado n.º 100/80 — Ação rescisória — prazo — contagem

O prazo da decadência, na ação rescisória, conta-se do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.

Enunciado n.º 101/80 — Salário — diárias

Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado.

Enunciado n.º 102/80 — Caixa bancário — cargo de confiança — gratificação — horas extras

O caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança. Percebendo gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, esta remunera apenas a maior responsabilidade do cargo e não as duas horas extraordinárias além da sexta.

Enunciado n.º 103/80 — Licença-prêmio — tempo de serviço sob a Lei 1.890/53

Os trabalhadores que hajam prestado serviço no regime da Lei 1.890 de 13 de junho de 1953 e optado pelo regime estatutário não contam posteriormente esse período para fins de licença-prêmio, privativa de servidores estatutários.

Enunciado n.º 104/80 — Férias — ruralista

É devido o pagamento de férias ao ruralista, qualquer que tenha sido a data de sua admissão, e em dobro se não concedidas na época prevista em lei.

Enunciado n.º 105/80 — Servidor público optante pela CLT — quinquênios

O empregado estatutário que optar pelo regime celetista, com o congelamento dos quinquênios em seus valores à época, não tem direito ao reajuste posterior dos seus níveis.

Enunciado n.º 106/80 — Incompetência da JT — RFFSA — Previdência Social

É incompetente a Justiça do Trabalho para julgar ação contra a Rede Ferroviária Federal, em que ex-empregado desta pleiteie complementação de aposentadoria, elaboração ou alteração de folhas de pagamento de aposentados, se por essas obrigações responde órgão da Previdência Social.

Enunciado n.º 107/80 — Ação rescisória — petição inicial

É indispensável a juntada, à inicial da ação rescisória, da prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda, sob pena de indeferimento liminar.

Enunciado n.º 108/80 — Jornada compensatória — acordo escrito

A compensação de horário semanal deve ser ajustada por acordo escrito, não necessariamente em acordo coletivo ou convenção coletiva, exceto quanto ao trabalho da mulher.

Enunciado n.º 109/80 — Bancário — gratificação de função — horas extraordinárias

O bancário não enquadrado no § 2.º do art. 224 da CLT, que receba gratificação de função, não pode ter o salário relativo a horas extraordinárias compensado com o valor daquela vantagem. (Com a redação dada pela Res. Adm. 97/80-TST).

Enunciado n.º 110/80 — Intervalo entre jornadas — horas extras

No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de vinte e quatro horas, com prejuízo do intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.

Enunciado n.º 111/80 — Equiparação salarial — empregado cedido

A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

Enunciado n.º 112/80 — Trabalho noturno — atividades petroquímicas, etc.

O trabalho noturno dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos, é regulado pela Lei 5.811/72, não se lhe aplicando a hora reduzida de 52'30" do art. 73, § 2.º, da CLT.

Enunciado n.º 113/80 — Sábado do bancário — repercussão das horas extras

O sábado do bancário é dia útil não trabalhado e não dia de repouso remunerado, não cabendo assim a repercussão do pagamento de horas extras habituais sobre a sua remuneração.

Enunciado n.º 114/80 — Prescrição intercorrente

É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente.

Enunciado n.º 115/80 — Gratificação semestral — horas extras

O valor das horas extras habituais integra o "ordenado" do trabalhador para cálculo das gratificações semestrais.

Enunciado n.º 116/80 — Funcionários cedidos à RFFSA — reajuste salarial

Os funcionários públicos cedidos à Rede Ferroviária Federal S. A. têm direito ao reajustamento salarial determinado pelo art. 5.º da Lei 4.345/64. (Obs.: Alterado pelo Enunciado n.º 252).

Enunciado n.º 117/80 — Empregados de estabelecimentos de crédito — regime legal

Não se beneficiam do regime legal relativo aos bancários os empregados de estabelecimentos de crédito pertencentes a categorias profissionais diferenciadas.

Enunciado n.º 118/81 — Intervalos — serviço extraordinário

Os intervalos concedidos pelo empregador, na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.

Enunciado n.º 119/81 — Empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários — jornada de trabalho

Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários não têm direito à jornada especial dos bancários.

Enunciado n.º 120/81 — Equiparação salarial — desnível originário de decisão judicial

Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma.

Enunciado n.º 121/81 — Gratificação de produtividade — servidor público optante pelo regime da CLT

Não tem direito à percepção da gratificação de produtividade, na forma do regime estatutário, o servidor de ex-aularquia administradora de porto que opta pelo regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

Enunciado n.º 122/81 — Revelia — atestado médico

Para elidir a revelia, o atestado médico deve declarar expressamente a impossibilidade de locomoção do empregador ou seu preposto, no dia da audiência.

Enunciado n.º 123/81 — Servidor público estadual ou municipal — regime jurídico — incompetência da J.T.

Em se tratando de Estado ou Município, a lei que estabelece o regime jurídico (art. 106 da Constituição) do servidor temporário ou contratado é a estadual ou municipal, a qual, uma vez editada, apanha as situações preexistentes, fazendo cessar sua regência pelo regime trabalhista. Incompetente é a Justiça do Trabalho para julgar as reclamações ajuizadas posteriormente à vigência da lei especial. (Com a redação da Res. Adm. n.º 81/81 — TST.)

Enunciado n.º 124/81 — Bancário — salário-hora — cálculo

Para o cálculo do salário-hora do bancário mensalista, o divisor a ser adotado é o de cento e oitenta (180).

Enunciado n.º 125/81 — Optante pelo FGTS — rescisão antecipada de contrato a prazo

O art. 479 da CLT aplica-se ao trabalhador optante pelo FGTS, admitido mediante contrato por prazo determinado, nos termos do art. 30, § 3.º, do Decreto 59.820, de 20 de dezembro de 1966.

Enunciado n.º 126/81 — Revista ou embargos — reexame de fatos e provas — descabimento

Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra b, da CLT) para reexame de fatos e provas.

Enunciado n.º 127/81 — Quadro de carreira — reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação

Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, excluída a hipótese de equiparação salarial, não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.

Enunciado n.º 128/81 — Depósito da condenação — complementação

Da mesma forma que as custas, o depósito da condenação deve ser complementado até o limite legal, se acrescida a condenação pelo acórdão regional, sob pena de deserção.

Enunciado n.º 129/82 — Grupo econômico — relação de emprego

A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.

Enunciado n.º 130/82 — Adicional noturno

O regime de revezamento no trabalho não exclui o direito do empregado ao adicional noturno, face à derrogação do art. 73 da CLT pelo art. 157, Item III, da Constituição de 18.09.46 (ex-Prejulgado n.º 1/63).

Enunciado n.º 131/82 — Salário mínimo

O salário mínimo, uma vez decretado em condições de excepcionalidade, tem imediata vigência (ex-Prejulgado n.º 2/63).

Enunciado n.º 132/82 — Adicional de periculosidade — indenização

O adicional de periculosidade pago em caráter permanente integra o cálculo da Indenização (ex-Prejulgado n.º 3/63).

Enunciado n.º 133/82 — Embargos infringentes nas Juntas — notificação

(Revogado pela Lei 5.442/68).

Enunciado n.º 134/82 — Menor não aprendiz — salário

Ao menor não aprendiz é devido o salário mínimo integral (ex-Prejulgado n.º 5/63).

Enunciado n.º 135/82 — Equiparação salarial

Para efeito de equiparação de salários, em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego (ex-Prejulgado n.º 6/64).

Enunciado n.º 136/82 — Identidade física do Juiz

Não se aplica às Juntas de Conciliação e Julgamento o princípio da Identidade física do Juiz (ex-Prejulgado n.º 7/64).

Enunciado n.º 137/82 — Adicional de insalubridade

É devido o adicional de serviço insalubre, calculado à base do salário mínimo da região, ainda que a remuneração contratual seja superior ao salário mínimo acrescido da taxa de insalubridade (ex-Prejulgado n.º 8/64).

Enunciado n.º 138/82 — Tempo de serviço — saída espontânea

Em caso de readmissão, conta-se a favor do empregado o período de serviço anterior encerrado com a saída espontânea (ex-Prejulgado n.º 9/64).

Enunciado n.º 139/82 — Adicional de Insalubridade

O adicional de Insalubridade pago em caráter permanente integra a remuneração, para o cálculo da indenização (ex-Prejulgado n.º 11/65).

Enunciado n.º 140/82 — Vigia — adicional noturno

É assegurado ao vigia, sujeito ao trabalho noturno, o direito ao respectivo adicional (ex-Prejulgado n.º 12/65).

Enunciado n.º 141/82 — Dissídio coletivo (aumento salarial)

É constitucional o art. 2.º da Lei 4.725, de 13.07.65 (ex-Prejulgado n.º 13/65).

Enunciado n.º 142/82 — Empregada gestante — salário-maternidade

Empregada gestante, dispensada sem motivo antes do período de seis semanas anteriores ao parto, tem direito à percepção do salário-maternidade (ex-Prejulgado n.º 14/65).

Enunciado n.º 143/82 — Médicos e dentistas — salário profissional

O salário profissional dos médicos e dentistas guarda proporcionalidade com as horas efetivamente trabalhadas, respeitado o mínimo de 50 horas mensais (ex-Prejulgado n.º 15/66).

Enunciado n.º 144/82 — Ação rescisória

É cabível a ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho (ex-Prejulgado n.º 16/66).

Enunciado n.º 145/82 — Gratificação de Natal — compensação

É compensável a gratificação de Natal com a da Lei 4.090/62 (ex-Prejulgado n.º 17/66).

Enunciado n.º 146/82 — Trabalho em dia feriado — pagamento

O trabalho realizado em dia feriado, não compensado, é pago em dobro e não em triplo (ex-Prejulgado n.º 18/66).

Enunciado n.º 147/82 — Férias indenizadas

Indevido o pagamento dos repousos semanais e feriados Interiores nas férias Indenizadas (ex-Prejulgado n.º 19/66).

Enunciado n.º 148/82 — Gratificação de Natal — cálculo de indenização

É computável a gratificação de Natal para efeito do cálculo de indenização (ex-Prejulgado n.º 20/66).

Enunciado n.º 149/82 — Tarefeiro — férias

A remuneração das férias do tarefeiro deve ser à base da média da produção do período aquisitivo, aplicando-se-lhe a tarifa da data da concessão (ex-Prejulgado n.º 22/66).

Enunciado n.º 150/82 — Ato Institucional — incompetência da Justiça do Trabalho

Falece competência à Justiça do Trabalho para determinar a reintegração ou a indenização de empregado demitido com base nos atos Institucionais (ex-Prejulgado n.º 23/66).

Enunciado n.º 151/82 — Férias — remuneração

A remuneração das férias inclui a das horas extraordinárias habitualmente prestadas (ex-Prejulgado n.º 24/67).

Enunciado n.º 152/82 — Gratificação — ajuste tácito

O fato de constar do recibo de pagamento de gratificação o caráter de liberalidade não basta, por si só, para excluir a existência de um ajuste tácito (ex-Prejulgado n.º 25/67).

Enunciado n.º 153/82 — Prescrição

Não se conhece de prescrição não argüida na instância ordinária (ex-Prejulgado n.º 27/67).

Enunciado n.º 154/82 — Mandado de Segurança — decisão do TRT — recurso

(V. Enunciado n.º 201).

Enunciado n.º 155/82 — Salário — comparecimento à Justiça do Trabalho

As horas em que o empregado faltar ao serviço para comparecimento necessário, como parte, à Justiça do Trabalho, não serão descontadas de seus salários (ex-Prejulgado n.º 30/67).

Enunciado n.º 156/82 — Prescrição — períodos descontínuos

Da extinção do último contrato é que começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação, objetivando a soma de períodos descontínuos de trabalho (ex-Prejulgado n.º 31/67).

Enunciado n.º 157/82 — 13.º salário — demissão espontânea

A gratificação instituída pela Lei 4.090/62 é devida na rescisão contratual de iniciativa do empregado (ex-Prejulgado n.º 32/67).

Enunciado n.º 158/82 — Ação rescisória — recurso cabível

Da decisão do TRT em ação rescisória cabível é o recurso ordinário para o TST, em face da organização judiciária trabalhista (ex-Prejulgado n.º 35/70).

Enunciado n.º 159/82 — Substituição — salário

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído (ex-Prejulgado n.º 36/70).

Enunciado n.º 160/82 — Aposentadoria — cancelamento — retorno ao emprego ou indenização

Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá o direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador indenizá-lo na forma da lei (ex-Prejulgado n.º 37/71).

Enunciado n.º 161/82 — Depósito da condenação

Não havendo condenação em pecúnia descabe o depósito prévio de que tratam os parágrafos 1.º e 2.º do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (ex-Prejulgado n.º 39/71).

Enunciado n.º 162/82 — Insalubridade — periculosidade — constitucionalidade do art. 3.º do Decreto-Lei 389/68

É constitucional o art. 3.º do Decreto-Lei 389/68 (ex-Prejulgado n.º 41/73).

Enunciado n.º 163/82 — Aviso prévio — contrato de experiência

Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT (ex-Prejulgado n.º 42/73).

Enunciado n.º 164/82 — Recurso — mandato tácito

O não cumprimento das determinações dos §§ 1.º e 2.º do art. 70 da Lei 4.215, de 27 de abril de 1963, e do art. 37 e parágrafo único do Código de Processo Civil importa no não conhecimento de qualquer recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito (ex-Prejulgado n.º 43/73).

Enunciado n.º 165/82 — Depósito para fins de recurso

O depósito para fins de recurso, realizado fora da conta vinculada do trabalhador, desde que feito na sede do juízo, ou realizado na conta vinculada do trabalhador, apesar de fora da sede do juízo, uma vez que permaneça à disposição deste, não impedirá o conhecimento do apelo (ex-Prejulgado n.º 45/74).

Enunciado n.º 166/82 — Bancário — cargo de confiança — gratificação — horas extras

O bancário, exercente de função a que se refere o § 2.º do art. 224 da CLT e que recebe gratificação não inferior a um terço do seu salário, já tem remuneradas as duas horas extraordinárias que excederem de seis (ex-Prejulgado n.º 46/75).

Enunciado n.º 167/82 — Investidura de Vogal

Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais em processo de Impugnação ou contestação à investidura de Vogal cabe recurso para o Tribunal Superior do Trabalho (ex-Prejulgado n.º 47/75).

Enunciado n.º 168/82 — Prescrição parcial — prestações de trato sucessivo

Na lesão de direito que atinja prestações periódicas, de qualquer natureza, devidas ao empregado, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma delas e não do direito do qual se origina (ex-Prejulgado n.º 48/75).

Enunciado n.º 169/82 — Ação rescisória — disciplina
(V. Enunciado n.º 194/84-TST).

Enunciado n.º 170/82 — Isenção de foro — sociedades de economia mista
Os privilégios e isenções no foro da Justiça do Trabalho não abrangem as sociedades de economia mista, ainda que gozassem desses benefícios anteriormente ao Decreto-Lei 779/69 (ex-Prejulgado n.º 50/75).

Enunciado n.º 171/82 — Férias proporcionais — contrato vigente há mais de ano
Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho com mais de um ano sujeita o empregador ao pagamento de remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses (art. 142, parágrafo único, combinado com o art. 132 da CLT) (ex-Prejulgado n.º 51/75).

Enunciado n.º 172/82 — Horas extras — repouso remunerado — integração
Computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas (ex-Prejulgado n.º 52/75).

Enunciado n.º 173/82 — Extinção da empresa — salários devidos
Extinto, automaticamente, o vínculo empregatício, com a cessação das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da extinção (ex-Prejulgado n.º 53/75).

Enunciado n.º 174/82 — Aposentadoria — contagem recíproca — regime vinculativo
As disposições da Lei 3.841, de 15 de dezembro de 1960, dirigidas apenas ao sistema previdenciário oficial, não se aplicam aos empregados vinculados ao regime de seguro social de caráter privado (ex-Prejulgado n.º 54/75).

Enunciado n.º 175/82 — Recurso adesivo — incompatibilidade com o processo trabalhista
(V. Enunciado n.º 196-TST).

Enunciado n.º 176/82 — FGTS — levantamento do depósito — competência da JT
A Justiça do Trabalho só tem competência para autorizar o levantamento do depósito do FGTS na ocorrência de dissídio entre empregado e empregador e após o trânsito em julgado da sentença (ex-Prejulgado n.º 57/76).

Enunciado n.º 177/82 — Dissídio coletivo — assembléia — "quorum"
Está em plena vigência o art. 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, cuja redação é a seguinte: "A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes" (ex-Prejulgado n.º 58/76).

Enunciado n.º 178/82 — Telefonista
É aplicável à telefonista de mesa de empresa que não explora o serviço de telefonia o disposto no art. 227 e seus parágrafos da CLT (ex-Prejulgado n.º 59/77).

Enunciado n.º 179/82 — Lei 5.107/66, art. 22 — inconstitucionalidade
É Inconstitucional o art. 22 da Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, na sua parte final, em que dá competência à Justiça do Trabalho para julgar dissídios "quando o BNH e a Previdência Social figurarem no feito como litisconsortes" (ex-Prejulgado n.º 60/79).

Enunciado n.º 180/83 — Ações de cumprimento — desistência

Nas ações de cumprimento, o substituído processualmente pode, a qualquer tempo, desistir da ação, desde que, comprovadamente, tenha havido transação.

(Obs.: Alterado pelo enunciado n.º 255/86.)

Enunciado n.º 181/83 — Adicional de tempo de serviço — importe fixo — reajuste semestral

O adicional por tempo de serviço, quando estabelecido em importe fixo, está sujeito ao reajuste semestral da Lei 6.708/79.

Enunciado n.º 182/83 — Aviso prévio — contagem do tempo — art. 9.º da Lei 6.708/79.

O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional do art. 9.º da Lei 6.708/79. (Com a redação da Res. Adm. 05/83-TST, DJ de 09.11.83).

Enunciado n.º 183/83 — Embargos para o Pleno, contra Agravo de Instrumento

São incabíveis embargos para o Tribunal Pleno contra agravo de instrumento oposto a despacho denegatório de recurso de revista, inexistindo ofensa ao art. 153, § 4.º, da Constituição Federal.

Enunciado n.º 184/83 — Revista ou embargos — preclusão — embargos declaratórios

Ocorre preclusão quando não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos.

Enunciado n.º 185/83 — Juros e correção monetária — empresas sob intervenção do Banco Central

Aplicada a Lei 6.024/74, fica suspensa a incidência de juros e correção monetária nas liquidações de empresas sob intervenção do Banco Central.

Enunciado n.º 186/83 — Licença-prêmio — conversão em pecúnia

A licença-prêmio não pode ser convertida em pecúnia, salvo se expressamente admitida no regulamento da empresa.

Enunciado n.º 187/83 — Correção monetária — débito do empregado

A correção monetária não incide sobre o débito do trabalhador reclamante.

Enunciado n.º 188/83 — Contrato de experiência — prorrogação

O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de noventa (90) dias.

Enunciado n.º 189/83 — Greve — legalidade — competência da JT

A Justiça do Trabalho é competente para declarar a legalidade ou ilegalidade da greve.

Enunciado n.º 190/83 — Exercício do poder normativo pelo TST — limites

Decidindo ação coletiva ou homologando acordo nela havido, o Tribunal Superior do Trabalho exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o Supremo Tribunal Federal julgue iterativamente inconstitucionais.

Enunciado n.º 191/83 — Adicional de periculosidade — incidência

O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico, e não sobre este acrescido de outros adicionais.

Enunciado n.º 192/83 — Ação rescisória — competência do TRT, se não conhecidos revista e embargos

Não sendo conhecidos o recurso de revista e o de embargos, a competência para julgar a ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho.

Enunciado n.º 193/83 — Juros e correção — execução contra pessoa jurídica de direito público

Nos casos de execução de sentença contra pessoa jurídica de direito público, os juros e a correção monetária serão calculados até o pagamento do valor principal da condenação.

Enunciado n.º 194/84 — Ação rescisória — hipótese de admissão — CPC de 1973

As ações rescisórias ajuizadas na Justiça do Trabalho serão admitidas, instruídas e julgadas conforme os arts. 485 usque 495 do Código de Processo Civil de 1973, sendo, porém, desnecessário o depósito prévio a que aludem os arts. 488, inc. II, e 494 do mesmo Código.

Enunciado n.º 195/85 — Embargos para o Pleno do TST — decisão em agravo regimental

Não cabem embargos para o Pleno de decisão de Turma do Tribunal Superior do Trabalho, prolatada em agravo regimental.

Enunciado n.º 196/85 — Recurso adesivo — compatibilidade com o processo do trabalho

O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de oito (8) dias, no recurso ordinário, na revista, nos embargos para o Pleno e no agravo de petição.

Enunciado n.º 197/85 — Recurso — prazo

O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação.

Enunciado n.º 198/85 — Prescrição — prestações periódicas

Na lesão de direito individual que atinja prestações periódicas devidas ao empregado, à exceção da que decorre de ato único do empregador, a prescrição é sempre parcial e se conta do vencimento de cada uma dessas prestações, e não da lesão do direito.

Enunciado n.º 199/85 — Bancário — horas extras contratadas — nulidade

A contratação de serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de vinte e cinco por cento (25%).

Enunciado n.º 200/85 — Juros e correção

Os juros de mora incidem sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente.

Enunciado n.º 201/85 — Mandado de segurança — recurso ordinário

De decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de oito (8) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, correspondendo igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.

Enunciado n.º 202/85 — Gratificação por tempo de serviço — compensação

Existindo, ao mesmo tempo, gratificação por tempo de serviço outorgada pelo empregador e outra da mesma natureza prevista em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, o empregado tem direito a receber, exclusivamente, a que lhe seja mais benéfica.

Enunciado n.º 203/85 — Gratificação por tempo de serviço — natureza salarial
A gratificação por tempo de serviço integra o salário para todos os efeitos legais.

Enunciado n.º 204/85 — Bancário — cargo de confiança — caracterização
As circunstâncias que caracterizam o bancário como exercente de função de confiança são previstas no art. 224, § 2.º, da CLT, não exigindo amplos poderes de mando, representação e substituição do empregador, de que cogita o art. 62, al. b, consolidado.

Enunciado n.º 205/85 — Grupo econômico — execução — solidariedade
O responsável solidário, integrante do grupo econômico, que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta no título executivo judicial como devedor, não pode ser sujeito passivo na execução.

Enunciado n.º 206/85 — Fundo de garantia — incidência sobre parcelas prescritas
A prescrição bienal relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

Enunciado n.º 207/85 — Conflito de leis no espaço — "lex loci executionis"
A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no País da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação.

Enunciado n.º 208/85 — Recurso de revista — divergência jurisprudencial — interpretação de lei
A divergência jurisprudencial suficiente a ensejar a admissibilidade ou o conhecimento do recurso de revista diz respeito a interpretação de lei, sendo imprestável aquela referente ao alcance de cláusula contratual, ou de regulamento de empresa.

Enunciado n.º 209/85 — Cargo em comissão — reversão
(Obs.: Cancelado pela Res. Adm. 81/85-TST, DJ de 05.12.85)

Enunciado n.º 210/85 — Recurso de revista — execução de sentença
A admissibilidade do recurso de revista contra acórdão proferido em execução de sentença depende de demonstração inequívoca de violação direta à Constituição Federal.

Enunciado n.º 211/85 — Juros e correção — inclusão na condenação
Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omisso o pedido inicial ou a condenação.

Enunciado n.º 212/85 — Despedida — ônus da prova
O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

Enunciado n.º 213/85 — Embargos de declaração — suspensão do prazo recursal
Os embargos de declaração suspendem o prazo do recurso principal, para ambas as partes, não se computando o dia da sua interposição.

Enunciado n.º 214/85 — Decisões interlocutórias — recorribilidade
Salvo quando terminativas do feito, na Justiça do Trabalho as decisões interlocutórias não são recorríveis de imediato, podendo ser impugnadas quando da interposição de recurso contra a decisão definitiva.

Enunciado n.º 215/85 — Horas extras não contratadas expressamente — adicional devido

Inexistindo acordo escrito para prorrogação da jornada de trabalho, o adicional referente às horas extras é devido na base de 25% (vinte e cinco por cento).

Enunciado n.º 216/85 — Depósito da condenação — autenticação mecânica

São juridicamente desnecessárias a autenticação mecânica do valor do depósito recursal na relação de empregados (RE) e a individualização do processo na guia de recolhimento (GR), pelo que a falta não importa em deserção.

Enunciado n.º 217/85 — Depósito recursal — credenciamento bancário

O credenciamento dos bancos para o fim de recebimento do depósito recursal é fato notório, independentemente da prova.

Enunciado n.º 218/85 — Recurso de revista — acórdão em agravo de instrumento
É incabível o recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

Enunciado n.º 219/85 — Honorários advocatícios — condenação, na JT

Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios, nunca superiores a 15%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

Enunciado n.º 220/85 — Honorários advocatícios — substituição processual

Atendidos os requisitos da Lei 5.584/70, são devidos os honorários advocatícios, ainda que o sindicato figure como substituto processual.

Enunciado n.º 221/85 — Recursos de revista ou de embargos — interpretação razoável — admissibilidade vedada

Interpretação razoável de preceito de lei, ainda que não seja a melhor, não dá ensejo à admissibilidade ou ao conhecimento dos recursos de revista ou de embargos com base, respectivamente, nas alíneas "b" dos artigos 896 e 894, da Consolidação das Leis do Trabalho. A violação há que estar ligada à literalidade do preceito.

Enunciado n.º 222/85 — Dirigentes de associações profissionais — estabilidade provisória

Os dirigentes de associações profissionais, legalmente registradas, gozam de estabilidade provisória no emprego.

Enunciado n.º 223/85 — Prescrição — opção pelo FGTS — termo inicial

O termo inicial da prescrição para anular a opção pelo fundo de garantia do tempo de serviço coincide com a data em que formalizado o ato opcional e não com a cessação do contrato de trabalho.

Enunciado n.º 224/85 — Competência — ação de cumprimento — sindicato — desconto assistencial

A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar ação na qual o sindicato, em nome próprio, pleiteia o recolhimento de desconto assistencial previsto em sentença normativa, convenção ou acordo coletivos.

Enunciado n.º 225/85 — Repouso semanal — cálculo — gratificação de produtividade e por tempo de serviço

As gratificações de produtividade e por tempo de serviço, pagas mensalmente, não repercutem no cálculo do repouso semanal remunerado.

Enunciado n.º 226/85 — Bancário — gratificação por tempo de serviço — integração no cálculo das horas extras

A gratificação por tempo de serviço integra o cálculo das horas extras.

Enunciado n.º 227/85 — Salário-família — trabalhador rural

O salário-família somente é devido aos trabalhadores urbanos, não alcançando os rurais, ainda que prestem serviços no campo, a empresa agro-industrial.

Enunciado n.º 228/85 — Adicional de insalubridade — base de cálculo

O percentual do adicional de insalubridade incide sobre o salário mínimo de que cogita o artigo 76 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Enunciado n.º 229/85 — Sobreaviso — eletricitários

Por aplicação analógica do artigo 244, § 2.º, da Consolidação das Leis do Trabalho, as horas de sobreaviso dos eletricitários são remuneradas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

Enunciado n.º 230/85 — Aviso prévio — pagamento das horas reduzidas da jornada de trabalho

É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.

Enunciado n.º 231/85 — Quadro de carreira — homologação pelo Conselho Nacional de Política Salarial — eficácia

É eficaz para os efeitos do artigo 461, § 2.º, da Consolidação das Leis do Trabalho, a homologação de quadro organizado em carreira pelo Conselho Nacional de Política Salarial.

Enunciado n.º 232/85 — Bancário — cargo de confiança — jornada — horas extras

O bancário sujeito à regra do artigo 224, § 2.º, da CLT, cumpre jornada de oito horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava.

Enunciado n.º 233/85 — Bancário — função de chefia

O bancário no exercício da função de chefia, que recebe gratificação não inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo, está inserido na exceção do § 2.º, do artigo 224, da Consolidação das Leis do Trabalho, não fazendo jus ao pagamento das sétima e oitava horas como extras.

Enunciado n.º 234/85 — Bancário — função de subchefia

O bancário no exercício da função de subchefia de serviço, que recebe gratificação não inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo, está inserido na exceção do § 2.º do artigo 224, da Consolidação das Leis do Trabalho, não fazendo jus ao pagamento das sétima e oitava horas como extras.

Enunciado n.º 235/85 — Distrito Federal e autarquias — Correção automática dos salários. Inaplicabilidade de Lei 6.708/79

Aos servidores do Distrito Federal e respectivas autarquias, submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, não se aplica a Lei n.º 6.708/79, que determina a correção automática dos salários.

Enunciado n.º 236/85 — Honorários periciais — responsabilidade

A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão relativa ao objeto da perícia.

Enunciado n.º 237/85 — Bancário — função de tesoureiro

O bancário investido na função de tesoureiro, que recebe gratificação não inferior a um terço (1/3) do salário do cargo efetivo, está inserido na exceção do § 2.º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, não fazendo jus ao pagamento da sétima e oitava horas como extras.

Enunciado n.º 238/85 — Bancário — função de subgerente

O bancário no exercício da função de subgerente, que recebe gratificação não inferior a um terço (1/3) do salário do cargo efetivo, está inserido na exceção do § 2.º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, não fazendo jus ao pagamento da sétima e oitava horas como extras.

Enunciado n.º 239/85 — Bancário — empregado de empresa de processamento de dados

É bancário o empregado de empresa de processamento de dados que presta serviço a banco integrante do mesmo grupo econômico.

Enunciado n.º 240/85 — Bancário — gratificação de função e adicional por tempo de serviço

O adicional por tempo de serviço integra o cálculo da gratificação prevista no art. 224, § 2.º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Enunciado n.º 241/85 — Salário — vale para refeição

O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

Enunciado n.º 242/85 — Indenização adicional — valor

A indenização adicional, prevista no art. 9.º das Leis 6.708/79 e 7.238/84, corresponde ao salário mensal, no valor devido à data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionados, ligados à unidade de tempo mês, não sendo computável a gratificação natalina.

Enunciado n.º 243/85 — Funcionário público — opção pelo regime trabalhista

Exceto na hipótese de previsão contratual ou legal expressa, a opção do funcionário público pelo regime trabalhista implica na renúncia dos direitos inerentes ao sistema estatutário.

Enunciado n.º 244/85 — Gestante — reintegração

A garantia de emprego à gestante não autoriza a reintegração, assegurando-lhe apenas o direito a salários e vantagens correspondentes ao período e seus reflexos.

Enunciado n.º 245/85 — Depósito recursal — prazo

O depósito recursal deve ser feito (e) comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo (que) a interposição antecipada deste não prejudica (a) dilação legal. (Obs.: O conteúdo dos parênteses não se encontra no texto original.)

Enunciado n.º 246/85 — Ação de cumprimento — trânsito em julgado da sentença normativa

É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para propositura da ação de cumprimento.

Enunciado n.º 247/86 — Quebra de caixa — natureza jurídica

A parcela paga aos bancários sob a denominação quebra de caixa possui natureza salarial, integrando o salário do prestador dos serviços, para todos os efeitos legais.

Enunciado n.º 248/86 — Insalubridade — reclassificação ou descaracterização

A reclassificação ou descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

Enunciado n.º 249/86 — Aumento salarial regional — legitimidade

Legítima é a concessão de aumento salarial por região do país, desfazendo identidade anterior, baseada em tabela única de âmbito nacional.

Enunciado n.º 250/86 — Parcelas antigüidade e desempenho — incorporação ao salário

Lícita é a incorporação ao salário base das parcelas pagas a título de antigüidade e desempenho, quando não há prejuízo para o empregado.

Enunciado n.º 251/86 — Participação nos lucros — natureza salarial

A parcela participação nos lucros da empresa, habitualmente paga, tem natureza salarial, para todos os efeitos legais.

Enunciado n.º 252/86 — Funcionários públicos cedidos à RFFSA — reajustamento salarial previsto na Lei 4345/64

Os funcionários públicos cedidos à Rede Ferroviária Federal SA têm direito ao reajustamento salarial previsto no art. 5.º da Lei 4345/64, compensável com o deferido pelo art. 1.º da Lei 4564/64 e observados os padrões de vencimentos, à época, dos cargos idênticos ou assemelhados do serviço público, a teor do disposto no art. 20, item 1, da Lei 4345/64 e nos termos dos acórdãos proferidos no DC-2/66.

(Obs.: Altera o Enunciado 116)

Enunciado n.º 253/86 — Gratificação semestral — repercussão

A gratificação semestral não repercute nos cálculos das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados.

Enunciado n.º 254/86 — Salário família — termo inicial do direito

O termo inicial do direito ao salário família coincide com a prova da filiação. Se feita em juízo, corresponde à data de ajuizamento do pedido, salvo se comprovado que anteriormente o empregador se recusara a receber a certidão respectiva.

Enunciado n.º 255/86 — Substituição processual — desistência

O substituído processualmente pode, antes da sentença de primeiro grau, desistir da ação.

Enunciado n.º 256/86 — Locação de mão-de-obra — vínculo empregatício com o tomador dos serviços

Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis n.ºs 6019/74 e 7102/83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.

Enunciado n.º 257/86 — Vigilante — trabalho em banco

O vigilante, contratado diretamente por banco ou por intermédio de empresas especializadas, não é bancário.

Enunciado n.º 258/86 — Salário "in natura" — percentuais

Os percentuais fixados em lei relativos ao salário *in natura* apenas pertinem às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade.

Enunciado n.º 259/86 — Acordo — ação rescisória

Só por ação rescisória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da CLT.

Enunciado n.º 260/86 — Salário-maternidade — contrato de experiência

No contrato de experiência, extinto antes do período de quatro semanas que precede ao parto, a empregada não tem direito a receber do empregador o salário-maternidade.

Enunciado n.º 261/86 — Férias proporcionais — pedido de demissão — contrato vigente há menos de um ano

O empregado que espontaneamente pede demissão antes de completar doze meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.

Enunciado n.º 262/86 — Prazo — contagem — notificação ou intimação em sábado
Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo dar-se-á no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.

Enunciado n.º 263/86 — Inépcia da inicial — quando deve ser decretada

O indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação ou não preencher outro requisito legal, somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em dez dias, a parte não o fizer.

Enunciado n.º 264/86 — Horas extras — cálculo

A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

Enunciado n.º 265/87 — Adicional noturno — supressão

A transferência para o período diurno de trabalho implica na perda do direito ao adicional noturno.

2

3

4

5

6

7

8

REGISTRO

**DISCURSO DO EXMO. JUIZ SILENO MONTENEGRO BARBOSA,
ELEITO VICE-PRESIDENTE DO TRT DA 4.^a REGIÃO, EM
AGRADECIMENTO A HOMENAGEM PRESTADA PELA
AMATRA À ANTERIOR E À NOVA ADMINISTRAÇÃO**

Neste jantar festivo, repete-se, mais uma vez, a praxe salutar em que a Associação dos Magistrados do Trabalho (AMATRA) homenageia a nova e a anterior Administração do Tribunal Regional do Trabalho.

E é dada a mim, na qualidade de Vice-Presidente, seguindo também a mesma praxe, a honrosa incumbência de agradecer a homenagem.

De início, quero registrar que este convívio alegre, cordial e fraterno, bienalmente renovado a cada mudança na Direção do Tribunal, tem representado um momento de intenso regozijo por constituir-se, antes de mais nada, num conagração entre juizes, funcionários, procuradores do Trabalho e advogados que militam nesta Justiça.

Forma-se aqui uma atmosfera de harmonia espiritual, que permite ler nas palavras, nos olhos e também nos corações de todos os presentes, um só anelo e uma só esperança: que os novos dirigentes tenham pleno êxito em sua gestão e que as expectativas de boas realizações não se frustem.

Foi assim há dois anos passados. É assim hoje. O passado e o presente, de um certo modo, aqui se encontram, em síntese feliz, no mesmo clima jubiloso, no rumor álaçre das vozes, das taças e no som envolvente da música.

Busco o significado profundo destas manifestações e encontro uma única reposta: o amor pela Justiça do Trabalho, nobilíssimo sentimento que enlaça a todos, nos une e nos torna solidários, como se fôssemos uma grande família.

Assim, homenageiam-se, nesta noite, os representantes da nova Administração e daquela que acaba de findar, esta nas pessoas dos eminentes Juizes João Antônio Guilhembernard Pereira Leite, como Presidente e Alcina Tubino Ardaiz Surreaux, como Vice-Presidente, constituindo-se Sua Excelência no elo entre uma e outra gestão.

Mas, que dizer da Administração que passou?

De logo, cabe salientar que ela iniciou suas atividades sob os melhores auspícios e tornou-se a depositária das esperanças de todos quantos labutam nesta Justiça.

Tendo à frente um dos mais cultos Juízes que compõem a imensa galeria de magistrados do Trabalho em todo o País, sendo ele também um conceituado jurista, o Dr. João Antonio Guilhem-bernard Pereira Leite, pôde a Administração de nosso Regional levar a cabo, com sabedoria e clarividência ímpar, as suas inúmeras e relevantes tarefas.

Não obstante, quis a Providência Divina, nos seus insondáveis desígnios, que, a certa altura de sua gestão, insidiosa moléstia sobre ele se abatesse. E o que se viu foi realmente grandioso: a demonstração exemplar de uma vontade inquebrantável, de uma fortaleza de ânimo que só os mais fortes e os espíritos eleitos podem ostentar. Ele continuou de pé, lutando e trabalhando sem esmorecimento, numa postura altaneira que não lhe permitia queixas e que não dava azo a manifestações compassivas. A adversidade foi vencida. Chegou a bom termo o seu mandato.

Cumprе também ressaltar que, a seu lado, trabalhou em estreita e eficiente colaboração a Excelentíssima Juíza Alcina Tubino Ardaiz Surreaux como Vice-Presidente, em cujo cargo desenvolveu uma atividade profícua, esclarecida e inteligente, desdobrando seus esforços notadamente nas circunstâncias mais adversas.

Nesta oportunidade, é indispensável inventariar, ainda que de forma sumária, as realizações da gestão do Dr. Pereira Leite. Apesar das dificuldades orçamentárias, conseguiu concluir as obras da sede do Tribunal Regional do Trabalho e o fez lutando contra uma série de dificuldades, a inflação e o fator tempo, que a cada dia corrói o poder aquisitivo das minguadas verbas. Tais verbas, como se sabe, têm sido distribuídas com parcimônia sempre crescente pelos Governos ao Poder Judiciário, cada vez mais carente de meios materiais para os seus serviços mais essenciais e rotineiros.

A trajetória brilhante do Dr. Pereira Leite na Administração do Tribunal iniciou em 1981, quando, como Vice-Presidente, assumiu a Corregedoria. Nestas funções já deixava a marca de sua personalidade, na medida em que as inspeções correcionais eram realizadas com amplitude e profundidade, como testemunham as atas, que as retratam com fidelidade.

Nos anos de 1981 e 1982, no âmbito da Corregedoria, realizou correição em todas as 50 Juntas e Serviços de Distribuição da 4.^a Região, desenvolvendo, destarte, um trabalho intenso e fecundo, na verdade jamais igualado. Ultimou a instalação do Posto da Junta de Conciliação e Julgamento de Frederico Westphalen em Três Passos, medida pioneira na Justiça do Trabalho.

Durante o seu mandato foram instalados também os Postos da junta de Frederico Westphalen em Palmeira das Missões, da Junta de Conciliação e Julgamento de Santo Ângelo em Cerro Largo, e da Junta de Carazinho em Sarandi.

No exercício da Corregedoria participou de Encontro de Corregedores, apresentando teses e compondo comissões, e pôde diag-

nosticar alguns problemas e preconizar soluções para outros, como por exemplo o da necessidade de regulamentação do art. 65, inciso II, da Lei Orgânica da Magistratura, sobre o auxílio-moradia para os Juízes, bem como a necessidade de interstício entre as remoções de Juízes, de modo a vinculá-los por determinado prazo à Junta.

Impossível falar sobre todas as realizações, durante seu mandato, como é difícil escolher quais tenham sido as mais importantes. Assim mesmo, é indispensável se registre que, no exercício da Presidência, conseguiu aprimorar ainda mais o já elevado e nacionalmente reconhecido nível técnico e jurídico dos despachos em Recurso de Revista, o mesmo devendo ser dito quanto à instrução dos Dissídios Coletivos. Quer na Vice-Presidência, quer na Presidência, soube com igual proficiência equilibrar sua atividade de administrador com a de Juiz.

Para que se tenha idéia do volume de trabalho na área judiciária, basta referir que em 1983 foram despachados pela Presidência 4.501 processos, dos quais 2.015 Recursos de Revista. E no ano de 1984 foram despachados 6.146 processos, dos quais 2.334 Recursos de Revista.

Prestigiou-se a Magistratura do Trabalho, na medida em que foi mantido, sempre em alto nível, o relacionamento com os demais Poderes da República, bem assim com outras autoridades e com os Sindicatos e entidades representativas de categorias profissionais e econômicas.

Outros acontecimentos marcaram profundamente a anterior Administração, como a inauguração da nova sede do Tribunal, que proporcionou, pela primeira vez, instalações condignas aos seus serviços.

E já no termo de seu mandato, cabe destacar a inauguração do Auditório Ruy Cirne Lima, ato de grande significação cultural, onde se realizou o Encontro da Justiça do Trabalho, que alcançou ampla repercussão, mercê das relevantes teses e proposições jurídicas nele apresentadas.

Por último, inauguraram-se as Salas destinadas aos jornalistas e advogados, que receberam, respectivamente, em homenagem póstuma, o nome dos saudosos "João Bergman (Jotabê)" e "Afrânio Araújo".

Sucede ao Dr. Pereira Leite, na Presidência deste Regional, uma figura invulgar de mulher, ornada das mais altas virtudes de probidade, inteligência, equilíbrio e amor ao trabalho, personalidade marcante, que sempre mais vem conquistando a estima e a admiração de todos quantos com ela têm convivido, no âmbito da Justiça do Trabalho em nosso Estado. Tem, pois, a Dra. Alcina Tubino Ardaiz Surreaux todas as qualificações, quer morais, quer intelectuais, para dar continuidade ao excelente trabalho realizado pelo seu antecessor e com o qual tão de perto colaborou.

Estamos convictos de que, com seu tirocinio e experiência, saberá enfrentar todos os obstáculos que, acaso, se lhe antepuserem,

bem como imprimir o selo de sua personalidade compreensiva e humana na nova Administração que se inicia.

De minha parte, como Vice-Presidente, poderá Sua Excelência contar com o melhor de meus esforços, no sentido de auxiliá-la no que se fizer necessário, penhorando-lhe minha solidariedade e apoio.

As tarefas atinentes à Corregedoria estão a mim confiadas por delegação da Presidência. Assim, não posso ignorar o peso de minhas responsabilidades, na medida em que as duas anteriores gestões elevaram ao mais alto grau de confiabilidade as relevantes funções cor-reicionais.

Dessarte, numa visualização realista dos problemas afetos a este importante setor da Administração Judiciária, não poderia deixar de consignar aquilo que tão belamente foi dito pelo eminente Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Raymundo de Souza Moura, em discurso proferido em dezembro de 1974, a respeito da função corre-gedora.

"Sua ação discreta, por natureza, pode passar despercebida aos profanos, e daí a impressão, que alguns acolheram, de um organismo ilegítimo ou inútil. Entretanto, há uma larga margem de atuação dos magistrados, no exercício de sua jurisdição, que escapa ao controle da instância superior, circunscrita aos termos do apelo. Tais atos podem influir em prejuízo das partes ou da justiça, que é, afinal, um bem de interesse geral. Nada mais razoável que a instância superior reveja, através do recurso, a decisão da instância inferior, e, da mesma forma, que o erro, sem remédio recursal, seja reparado, pelo instrumento da correição, por outro juiz, integrante da mesma justiça, e de hierarquia superior. Essa interferência, sem alarde, tendo por base a cooperação, a coordenação, com o fim de tornar a Justiça certa, segura, célere, não pode sofrer contestação de nenhum magistrado. A generalização do poder exercido por um órgão da própria classe, para disciplinar a atividade profissional dos membros dessa classe, é um fato notório. À magistratura não há porque deixar de aplicar-se esse mesmo princípio, nos limites da cautela da lei, no que concerne à função da Corregedoria, e sempre sob o controle derradeiro do Tribunal Pleno, pois a este irá, em última instância, a decisão do Corregedor, por via do agravo ou da reclamação."

Ao finalizar estas palavras, confesso, não traduzem elas com fidelidade os sentimentos que esta homenagem desperta. Devo registrar que o sucesso desta Administração irá depender, em grande parte, da colaboração, nunca negada, de nossos Pares e demais Juízes, que nos honraram com sua confiança; dos Procuradores da Justiça do Trabalho, dos incansáveis advogados e dos dedicados servidores desta Justiça.

A todos o meu agradecimento, extensivo àqueles que, de um modo ou de outro, venham a cooperar para o engrandecimento desta Justiça.

(Em 26.07.85)

**DISCURSO DE POSSE DO EXMO. JUIZ
RONALDO JOSÉ LOPES LEAL,
NO TRT DA 4.^a REGIÃO**

A Justiça do Trabalho é uma instituição judiciária modelar. Para aplicar as regras de direito material do trabalho, serviu-se sempre de um processo extremamente ágil e dinâmico, que foi elaborado com a finalidade de tornar concretas as normas atributivas de direito e avançar, com segurança e sem traumas, na conquista de melhores condições de trabalho para as diversas categorias de assalariados.

Se essa foi a perspectiva histórica do legislador, se durante muitos anos a Justiça do Trabalho esteve fisiologicamente adequada ao cumprimento das funções para as quais foi criada, é forçoso convir que a evolução social, econômica e política do Brasil engendrou novos tipos de conflitos sociais, que, por sua quantidade, repetição e virulência, expõem de modo claro a superação e fadiga institucionais deste ramo especializado do Poder Judiciário.

Com efeito, os nossos jurisdicionados, empregado e empregador, não só aprenderam a conviver com as normas materiais e instrumentais, como também — e especialmente — tomaram consciência aguda das fraquezas do sistema. Hoje existe toda uma parafernália de reações que redundam em comportamentos antilaborais. Desenvolveu-se, à sombra do princípio dispositivo do processo, a anti-Justiça do Trabalho, seja a pretexto de defesa contra excessos paternalistas do Judiciário, seja pelo propósito de manter situações de franca exploração da força de trabalho.

O dado mais desolador do quadro é que os pequenos empresários, sem os meios de defesa que os grandes desenvolveram, deixam-se colher no emaranhado repressivo da Justiça e não raro são obrigados a fechar as portas dos seus negócios. Com a experiência que trago da judicatura de primeiro grau, afirmo que os dissídios mais ferozes, as artimanhas mais ingênuas e, ao mesmo tempo, mais criminosas provêm justamente daqueles pequenos empregadores, que encaram o processo como luta de sobrevivência. Dado que a lei pouco separa os grandes dos pequenos e dado que a Justiça deve aplicar a lei, o resultado é a derrota dos minúsculos e desorganizados

e a virtual invulnerabilidade das organizações empresariais mais sofisticadas.

Sublinho que não estou aqui a invectivar contra as empresas organizadas, nem a fomentar prevenções ideológicas. É admirável a criatividade e insuperável a habilidade do empresário brasileiro, mesmo quando orienta a sua inteligência num sentido antilaboral. É preciso compreender que o meio natural em que vive a empresa é a competição. Pois bem, é suicídio social estimular a competitividade à custa dos valores do trabalho. E é isto que a lei processual brasileira faz, na medida em que oferece como instrumento de correção de desvios laborais o processo dos dissídios individuais, no qual cada trabalhador deve isoladamente decidir se aciona ou não o empregador que descumpra a lei: os que deliberam fazê-lo são cerca de dez por cento do universo dos lesados jurídicos. Esta pequena fração de quixotes deve estar preparada para a despedida ou para a futura discriminação, através de listas negras.

Contra este tipo de reação empresarial não há remédio previsto em lei. Ao contrário, é a ordem jurídica que incentiva tais posturas, as quais, colocadas no contexto da competição capitalista, praticamente condicionam os que estão competindo a adotar os mesmos comportamentos. Culpar o empresário pelo que hoje sucede no plano das relações de trabalho é, pelos menos, demonstrar ingenuidade e é certamente ignorar a ontologia, isto é, a essência mesma do capitalismo.

Há muitos anos medito sobre o descompasso entre as regras do direito processual e as necessidades instrumentais do Direito do Trabalho. Fortalece-se a minha certeza de que de nada adianta termos uma legislação material avançada se alguém pode inibi-la ou fazer dela letra morta no momento de sua concretização pelos mecanismos judiciais. Sempre senti o desconforto da impotência ante o quadro da violência laboral. A verdade é que o Juiz nada pode fazer contra a anti-Justiça do Trabalho, ao menos com os instrumentos disponíveis. Urge transformá-los e adaptá-los às reais necessidades do Brasil de hoje.

Existe um tipo de lesão trabalhista que não é de natureza coletiva, mas que não se exaure no trabalhador isolado. Trata-se daquilo que se pode chamar lesão difusa, de fato ou de direito: lesão que é fruto de uma política empresarial e que atinge os trabalhadores como indivíduos. Dado que a lesão é extensiva, atingindo toda a massa de trabalhadores de uma empresa, é inócuo tentar combatê-la individualmente.

Preconizo a legitimação judicial do Sindicato para coibir as lesões fáticas de natureza difusa. Entendo aconselhável o dissídio coletivo jurídico para remediar as lesões extensivas de direito, decorrentes de interpretação das normas materiais. A substituição processual do trabalhador pelo Sindicato virá a ser uma forma intermediária entre o processo do dissídio individual e o do coletivo de trabalho: através

dele, ficará o empregado liberado da coação laboral e o seu direito se tornará efetivo.

As duas medidas conjugadas — a substituição processual e o dissídio coletivo jurídico — desafogarão o Poder Judiciário da massa assustadora de dissídios individuais e dos múltiplos recursos que deles decorrem.

É preciso, porém, acreditar no Sindicato brasileiro, eis que, sem a sua participação intensa, este caminho de evolução do Direito ficará interditado. É imperioso desfazer a errônea crença de que o Sindicato não está preparado para maiores responsabilidades. O Sindicato vem atuando no campo dos dissídios individuais de modo decidido desde a Lei 5584/70, o que ensejou um maior entrosamento entre as lideranças sindicais e os profissionais da advocacia trabalhista. A assistência judiciária sindical foi o único grande passo do Processo do Trabalho nos últimos vinte anos.

Não debito apenas ao Processo do Trabalho todas as dificuldades institucionais trabalhistas. A virtual extinção da estabilidade no emprego, o advento de leis retrógradas, como a Lei 6019, a Lei 4886, a Lei 4330 e o DL 1632, compõem um quadro desagregador das relações de trabalho.

É preciso, ainda, repensar a organização judiciária do trabalho. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional não enfrentou nenhum dos grandes problemas organizativos da Justiça do Trabalho e terminou por agravá-los, na medida em que vedou a substituição dos Juízes dos Tribunais Regionais e não instituiu paralelamente as férias coletivas. A propósito deste tema, parece mais conveniente a solução dos Tribunais Estaduais, que mantêm, em cada Câmara, quatro (e não três Juízes togados, em sistema de rodízio. Tal sistema manteria a unidade jurisprudencial das Turmas, eis que todos os Juízes togados seriam efetivos e permanentes.

Quanto ao sistema de recrutamento de Juízes da classe dos advogados e do Ministério Público, parece indispensável que se adote o sistema de cooptação, através do qual o Tribunal onde ocorrer a vaga tenha o direito de elaborar uma lista tríplice de nomes a serem submetidos ao Presidente da República. Tal sistema de cooptação remarcaria a atuação dos Tribunais na escolha dos seus próprios membros. Todas as vagas de Juiz togado do Tribunal Superior do Trabalho poderiam ser assim providas, com o que a carreira do Juiz do Trabalho teria mais um escalão: o próprio Tribunal Superior do Trabalho.

Seria fastidioso enumerar os reclamos e necessidades da Justiça do Trabalho. Durante muitos anos o fiz, na qualidade de representante da classe, ora como Presidente da nossa Amatra, ora presidindo a Anamatra, ora como vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, coordenando a magistratura da União. Nossas conquistas têm sido difíceis, sofridas, numa demora que esgota a paciência daqueles magistrados que anseiam por progressos insti-

tucionais. Oxalá a Assembléia Nacional Constituinte tenha ouvidos e nós tenhamos voz, para que possamos evoluir e nos aperfeiçoar. Nossa Justiça é uma justiça do povo, e o povo não aceita a demora nos processos, os defeitos da legislação, especialmente da instrumental. O Juiz do Trabalho não pode ser um Juiz de gabinete, posto que precisa, para o exercício correto de suas funções judicantes, do contato com a realidade social.

Saio da mesa de audiências, que freqüentei desde o remoto agosto de 1963. Sei que dediquei à Justiça do Trabalho o melhor dos meus esforços e que procurei dignificar os cargos que ocupei. Conheço a nossa responsabilidade quanto à composição do conflito nuclear da sociedade, polarizada entre capital e trabalho.

Procurarei, com humildade, estar à altura deste Egrégio Tribunal, para o qual fui chamado pelo critério de merecimento. Sei que a Corte Trabalhista da 4.^a Região ostenta o galardão de ser considerada uma das melhores e mais eficientes do nosso país. Se algo eu puder fazer para aumentar ainda mais o seu conceito e prestígio, creiam os meus pares e todos os que aqui estão que o farei com grande afinco e muito amor.

(Em 06.02.86)

**DISCURSO DO EXMO. JUIZ PAULO MAYNARD RANGEL,
NA POSSE DO EXMO. JUIZ RONALDO JOSÉ LOPES LEAL
NO TRT DA 4.ª REGIÃO**

Rejubila-se, neste momento, o Tribunal com o ingresso em seus quadros de mais um Juiz Togado de carreira. Rujubila-se igualmente quem saúda em nome desta Corte um colega de concurso aqui chegado, por seu reconhecido merecimento. Há sempre algo de sagrado mas também de paradoxal na investidura de um juiz. Cria-se a figura de um homem pairando sobre outros homens, com a missão de decidir sobre os seus destinos, como se ele próprio não fosse também uma frágil criatura humana. É por isso honrosa mas também sofrida a sua posição. Na eterna e quotidiana luta em busca do direito e da justiça, cada juiz isola-se do mundo, jungido à responsabilidade de julgar certo, sem desconhecer o quanto é falho o julgamento humano. Não pode deixar de sentenciar porque a tanto obriga o dever funcional; sabe o quanto é angustiante e difícil encontrar o caminho da verdade e da justiça. Somente consigo deve contar no exercício de sua missão, para a qual lhe são conferidos todos os recursos e todos os poderes; por isso mesmo é réu de todas as responsabilidades, pois a partir do momento em que julga, sua sentença já estará sendo também julgada. Ao decidir está imerso dentro de si mesmo, buscando nas profundezas de sua consciência ética a única solução que lhe permita proclamar o resultado, sem que esta mesma consciência lhe murmure ao ouvido: 'cometeste uma injustiça'. E ao chegar a um Tribunal do Trabalho multiplica-se a complexidade desta situação, porque aqui não basta julgar os atos dos homens: é mister julgar os atos dos outros juizes. É mais do que isto, é preciso também fazer lei, através de decisões normativas. Ainda assim o acesso ao Tribunal de 2.º grau é ao mesmo tempo uma honraria e uma libertação: honraria porque representa o reconhecimento dos méritos do juiz que chega; libertação porque lhe permite repartir no debate com seus companheiros de toga o que Calamandreí chamou a angústia do isolamento do julgador. A presença entre nós de um juiz da têmpera de Ronaldo Lopes Leal representa, por isso, segurança e satisfação. Segurança porque se trata de um

magistrado experiente e capaz, com enorme acervo de conquistas em sua incessante atividade intelectual. Satisfação por podermos contar com a sua colaboração dedicada e valiosa, nesta busca da verdade e da justiça. Filho de um magistrado ilustre e membro de tradicional família de bacharéis, formou-se em 1960 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo aprovado em primeiro lugar no ano seguinte no concurso de Pretor, cujas funções exerceu na comarca de Rio Pardo. Em 1963 ingressou na Magistratura do Trabalho, exercendo nesta Capital as funções de Juiz Substituto. Promovido em 1965 a Presidente de Junta, teve atuação destacada em Santo Ângelo e posteriormente em Santa Maria, cidades onde exerceu paralelamente as funções de Professor Universitário. Naquela última cidade sobressaiu também no âmbito comunitário, colaborando ativamente com o jornal "A Razão", idealizando um Centro Judiciário e obtendo a doação de um terreno para construção do prédio da Junta. Autor de diversos artigos de doutrina sobre Direito do Trabalho, a par de publicações literárias, participou de congressos, simpósios, seminários e debates não apenas no âmbito regional, como também em maior amplitude na esfera internacional. É membro titular do Instituto Latinoamericano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social; é sócio fundador do Centro Latino-Americano de Direito Processual do Trabalho; foi condecorado no grau de oficial pela Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, mantida pelo Colendo TST; recebeu o prêmio Oscar Saraiva correspondente ao primeiro lugar em Concurso Nacional de Monografias, instituído também por aquele Tribunal. Como Magistrado do Trabalho exerceu a função de 1.º Secretário da Amatra desta 4.ª Região, da qual foi um dos fundadores e também Secretário de Cultura. Mais tarde elegeu-se Vice-Presidente da entidade, sendo Presidente eleito e reeleito nos anos subseqüentes. Fundou a Anamatra — Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, onde também foi Presidente eleito e reeleito. Na Presidência da 7.ª Junta desta Capital, que exerceu desde 1974, logrou manter a excelência de seu trabalho, não obstante o exaustivo volume de feitos a solucionar. E já abrilhantou este Tribunal como substituto, convocado pelo critério do merecimento, nas férias de um de seus integrantes. Atuou, assim, com operosidade expressiva e dedicação excepcional, em todos os setores vinculados ao Direito do Trabalho e aos interesses da coletividade, liderando entidades e movimentos, sempre voltado para os ditames da justiça e também para a defesa dos legítimos interesses da nossa classe. Disse José Ingenieros, em sua obra "As Forças Morais", que a justiça é o equilíbrio entre a moral e o direito. E se acatar a lei é um ato de disciplina, respeitar a justiça é dever do homem digno, ainda que para isto tenha de insurgir-se contra as imperfeições da lei. Por isso é dever do magistrado aprimorar com sua interpretação o texto legal, buscando sempre o caminho do direito e da justiça, objetivo final e exclusivo de toda a

atividade judicante. Tanto mais sensível se mostra esta missão no âmbito do Judiciário Trabalhista, sobretudo nesta instância, onde a lei somos nós também que fazemos, no exercício do poder normativo que nos foi confiado, e que devemos afeiçoar aos conflitos da realidade social que enfrentamos todo dia. Notadamente nesta crise que não é só de recursos mas também de valores, nesta sociedade que não pode prescindir de nosso apoio e de nosso discernimento, na retomada difícil mas necessária e irrenunciável do desenvolvimento da Pátria brasileira. E, para tanto, mais do que nunca precisamos de elementos honestos e capazes, como este Juiz que ora aqui ingressa e que sempre foi conhecido pela correção de seu procedimento, pela independência de suas posições e pela sua dedicação à causa da justiça. Benvindo entre nós Ronaldo Lopes Leal, pela autenticidade de suas atitudes e pela honestidade de seus propósitos. Benvindo pela pujança de sua inteligência e pelo brilho de sua cultura. Benvindo pela dignidade de seu comportamento, que jamais permitiu que a Justiça do Trabalho fosse posta em plano inferior ao que lhe cabe por direito e por justiça. Benvindo pela fé e pelo entusiasmo com que combateu na defesa das prerrogativas de nossa classe, sempre que se mostraram legítimas e morais. Benvindo sobretudo pela firmeza de seu caráter, que é penhor de sua imunidade a pressões de qualquer ordem, emanadas de interesses contrários à justiça. Neste Tribunal sempre encontrei coleguismo e colaboração e aqui fui recebido de braços abertos, com afeição que sempre me fez bem. Abro-lhe agora também os braços, Juiz Ronaldo Lopes Leal, em meu nome e em nome deste Tribunal que tenho a honra de representar. Que Deus abençoe V. Exa. e o mantenha entre nós como sempre foi, e estará abençoado também este Tribunal.

**DISCURSO DO EXMO. REPRESENTANTE DA PROCURADORIA
REGIONAL DO TRABALHO, JOÃO CARLOS GUIMARÃES FALCÃO,
NA POSSE DO EXMO. JUIZ RONALDO JOSÉ LOPES LEAL NO
TRT DA 4.ª REGIÃO**

Estamos neste momento duplamente felizes. Em primeiro lugar, com a presença de todos neste plenário. E, em segundo lugar, com a posse do eminente Juiz Ronaldo Lopes Leal que, nos longínquos anos de 1965/66, quando eu ainda pertencia aos quadros funcionais deste Tribunal, situação de que muito me orgulho, tive o prazer de ser dirigido administrativamente pelo jovem e já promissor Juiz Ronaldo Lopes Leal que, recém saído de um concurso público, teve a árdua incumbência de jurisdicionar a região missioneira, vez que foi o primeiro Juiz Presidente da JCJ de Santo Ângelo, recentemente criada. Por isso, Dr. Ronaldo, não nos deprime o embaraço de pessoa tímida que entra pela primeira vez num recinto augusto. Experimentamos, sim, a alegria de quem extravasa felicidade por ter tido o privilégio de ter trabalhado sob as ordens de tão competente e humano magistrado. Por toda a luta administrativa que travamos juntos na Junta de Conciliação e Julgamento de Santo Ângelo, parece que estou dispensado de fazer como o peregrino, de sacudir, lá fora, o pó de minhas sandálias, para somente depois almejar que a paz esteja convosco. No instante em que o Tribunal da 4.ª Região se veste de festa com a presença das senhoras, colegas, amigos e ilustres convidados, para, num clima de sincera alegria, recepcionar o eminente Juiz Ronaldo e sua digníssima família, cremos ser oportuno relembrar que a justiça não foi formada à custa de mistificação ou por obra de eventuais equívocos ou inadvertências de alguém para representar, talvez, a egoística satisfação de um momento fugaz. O magistrado crê na justiça e no governo que estabelece garantia a todos nós. O verdadeiro magistrado crê na liberdade. Tal crença constitui altíssimo ideal para o qual somos impelidos por força imanente. O verdadeiro magistrado crê na moral, que é a utilidade de

cada um e de todos transformada em justiça. A moral expurga a alma das inclinações inferiores, promove a perfeição dos espíritos, a resistência do caráter, a bondade dos corações. É assim que concebemos a figura do verdadeiro magistrado. E é assim que vemos o Juiz Ronaldo Lopes Leal, desempenhando relevantíssima missão no seio da comunidade. Eminentíssimo Juiz do TRT que hoje toma posse: Deus, tenho absoluta certeza, irá atender sempre que tiveres que agir, resistir ou reagir, para demonstrar a tua fidelidade aos princípios de magistrado que sempre possuíste. Obrigado.

**DISCURSO DE POSSE DO EXMO. JUIZ
ALCIONE NIEDERAUER CORREIA
NO TRT DA 4.^a REGIÃO**

Gostaria que minhas primeiras palavras fossem de homenagem. Por uma dessas ironias que a vida nos reserva, quis o Senhor levar do nosso convívio, abrindo a vaga que agora ocupo, uma colega muito querida, a quem sempre prezei muito, a nossa inesquecível Zurayde Iuaquim Leite. Enquanto estive em nosso convívio, quer aqui, quer presidindo a Junta de Conciliação e Julgamento de Rio Grande, em sua atividade docente ou na direção de seu lar, Zurayde foi exemplar, impondo-se os sacrifícios necessários para viver com dignidade e cumprir com seus deveres fundamentais. Dotada de uma sensibilidade profunda, escreveu, pouco antes de sua partida, um poema-testamento, que bem revela toda a natureza da sua alma:

... "Não peço que me enterrem
na Campanha,
nem faço outras recomendações.
Só quero, aos que me querem,
deixar uma certeza:
não morro de agonia ou de tristeza,
mas de alegria
e de boas emoções.
Não chorem, nem lamentem
minha falta.
Porque afinal, depois de sofrer tanto
se eu tiver que morrer, morro feliz.
Aqueles que eu mais amo
me compreendem...
porque me amam também.
E como paga desse amor
e dessa compreensão
eu lhes deixo, feliz,
meu coração."

Zurayde nos deixou sua alegria, seu otimismo, sua amizade, seu amor. Para quem, como eu, crê na superação da morte e na imortalidade da alma humana não há barreiras ou limites capazes de impedir que, de onde me encontro, renove a Zurayde, onde estiver ela, a minha amizade, o meu respeito e a minha admiração.

Chego a este Tribunal pelo critério da antiguidade. Isso resalto para reduzir às suas devidas proporções as qualidades com que os amigos muitas vezes exageram, ou indevidamente ornaram, os que, como eu, conseguem amear algum merecimento através do trabalho árduo, produtos que são de um grande esforço de burilamento pessoal, despidos de maior brilhantismo. Também para dizer-lhes que não devem esperar de mim mais do que possa dar, uma participação modesta nos trabalhos do Tribunal.

Apenas lhes posso prometer empenho, esforço, trabalho, diligência, dignidade pessoal, independência e coragem moral, ou seja, aquele mínimo necessário para que a coletividade realmente possa crer na possibilidade da justiça.

Gostaria, nesta oportunidade, que represente um marco muito importante em minha vida, de balizar algumas das minhas convicções mais profundas. Para começar, desejo tornar claro que não tenho como premissa maior nas minhas decisões qualquer ideologia, de esquerda, de centro ou de direita. Reputo-me, sim, um homem com idéias, com convicções, mas suficientemente aberto para encarar com imparcialidade as pretensões deduzidas tanto por empregados como por empregadores.

O direito à justiça não deve ser um privilégio dos mais pobres, dos mais fracos ou dos desvalidos sociais, mas uma garantia de tal modo ampla, que permita a convivência civilizada no meio social. Não encaro, portanto, o papel da Justiça do Trabalho como o juízo dos pobres, mas sim como o juízo natural onde empregados e empregadores possam resolver, sem recurso à auto-tutela, os seus conflitos de interesse. Inobstante isso, tenho plena consciência do conteúdo social e da natureza do Direito do Trabalho, este sim de índole tutelar, protetor dos trabalhadores, cuja realização efetiva me cabe tornar possível no plano da vida, possibilitando um maior equilíbrio nas relações entre capital e trabalho.

Creio que a função do Poder Judiciário é servir o povo, na perspectiva do Estado de Direito. Este serviço comporta o respeito às leis justas, com sua plena adequação às necessidades do momento histórico. A firmeza dos juízes, na aplicação do Direito, é fundamental à sobrevivência da democracia. Isso exige sensibilidade social e política, de tal modo que não se desestabilize o sistema jurídico, mas que, ao contrário, haja confiança no Direito e critérios definidos que permitam aos cidadãos a possibilidade de bem se orientarem no relacionamento social. Também é preciso que o Judiciário seja eficiente e eficaz, a fim de que o povo não descreia dos seus juízes. Para tanto, é indispensável que se reclamem os

recursos humanos, materiais e tecnológicos, necessários para que a função jurisdicional seja desempenhada a contento. Mas exige, também, dos magistrados, um procedimento ético exemplar. A soma que se possa fazer, pondo-se de um lado as exigências estruturais e o aporte dos recursos financeiros indispensáveis e de outro a exação, o amor ao trabalho, a integridade e a coragem moral dos magistrados, é que resultará num Poder Judiciário independente.

Penso que a qualidade mais importante do juiz é a independência. Ela não é sinônimo de isolamento e nem se constitui, como muitos querem, em oposto à solidariedade. Não é individual apenas, mas, sobretudo, de órgão, impondo-se exercê-la como prerrogativa de poder, sem o qual não há soberania.

Estamos vivendo um grande momento na história do nosso país. Ao lado de profundas reformas econômicas, com inegável repercussão nas relações de trabalho e no próprio exercício de nossa atividade jurisdicional, prepara-se a nação para lançar os fundamentos da democracia que todos desejamos ver definitivamente incorporada à nossa vida política. Nesse contexto, quando enfrentamos, talvez, a batalha mais importante de nossa história, o Brasil exige de cada um a necessária grandeza para ser digno de viver nestes tempos. Há que haver grandeza dos empresários, dos trabalhadores, da classe política, dos governantes, da magistratura. Desta luta, é certo, ninguém sairá sem feridas, sem ter de renunciar a alguma coisa, mas é uma luta de esperança, de união e de esforços comuns de toda a sociedade, que dela deve emergir melhor organizada, mais soberana, mais solidária. O importante é que tenhamos grandeza para que não fiquem caídos, ao longo do caminho, os que já nada têm, os desvalidos sociais que se encontram à margem. Hoje, mais do que nunca, urge a Justiça.

Ao lado das grandes transformações da ordem econômica também estamos pensando na nova Constituição, que definirá, dentre outros pontos de igual importância, o tipo de Poder Judiciário que o povo brasileiro terá à sua disposição. Ela determinará se continuaremos sendo um Poder de segunda linha, desprovido dos recursos indispensáveis ao exercício de nossa missão constitucional, ou se, pelo contrário, seremos ornados com a mesma dignidade de quem, sendo poder, não pode estar condenado às migalhas orçamentárias da União e dos Estados; ela dirá se é mais aconselhável à realização da justiça a figura do magistrado descomprometido, admitido por concurso, com acesso a todos os níveis, ou se a melhor maneira de se chegar aos Tribunais Superiores ainda será permanecer nas graças das lideranças políticas e do Presidente da República, sem ter que passar pelas agruras dos graus inferiores de jurisdição; ela determinará até que ponto ainda ficarão os magistrados, até no que respeita a atos de rotina administrativa, na dependência do Executivo. Mas a Constituição definirá, também, se os direitos sociais continuarão um mero rol de belas intenções, com o eterno descum-

primento da vontade do constituinte pelo legislador ordinário ou se, ao revés, se armará o Poder Judiciário, especialmente através da Justiça do Trabalho, do necessário poder normativo, capaz de garantir a efetiva instrumentação daquela vontade.

Nesse contexto, venho somar o meu trabalho modesto ao brilho dos meus pares, tentando contribuir, no que puder, para que o Tribunal manifeste, se assim o entenderem seus órgãos, de forma adequada, sua vontade política.

Venho, também, disposto a contribuir para que este egrégio Colegiado cumpra adequadamente com seu papel jurisdicional. Nessa atividade, quero desde logo afirmá-lo, tenho compromisso com minha consciência e com certos valores jurídicos fundamentais, que são conquista de um longo processo de civilização.

Nem sempre o simples cumprimento da lei constitui a inteireza da função jurisdicional. Conforme claramente menciona o professor espanhol Tomas Ramón Fernandez (*Bases para una Lei General de Trabajo*, Lima, 1.984), citando Bachof, "O homem de hoje já não pode confiar cegamente na lei. A experiência, dolorosíssima experiência do período nazista (e em maior ou menor medida em todos os demais regimes autoritários que pretenderam institucionalizar-se) tornou evidente para todos que a lei, antes escudo da liberdade, parece converter-se, eventualmente, na maior ameaça para ela. O Direito legal já não é, com toda evidência, um direito justo por definição. Em nome da lei se cometeram as maiores injustiças, as quais, por serem recentes e atuais, ainda estão na memória de todos."

Tenho, portanto, compromissos fundamentais com o homem, com a vida, com a justiça e com a liberdade. Tenho um compromisso absoluto com o "Estado de Direito", único onde o Poder Judiciário pode exercer com plenitude suas importantes funções.

Há quem afirme que o juiz é um homem só. Penso, contrariamente, que o juiz deve ser um membro da sua comunidade, aberto aos seus anseios, sensível à sua problemática. Num colegiado como este, por outro lado, nunca se deve pretender a decisão solitária, de quem se acha dono da verdade. Aqui, apesar do debate e da divergência, há que buscar o entendimento, o consenso, de tal modo que possa resultar melhor proveito para a justiça.

Venho, meus nobres pares, com tais propósitos. Penso em somar-me a todos, no esforço comum. Limitado, darei o que possa de mim para o desempenho da nossa missão comum, convicto de que necessitarei muito do auxílio do Altíssimo para encontrar a verdadeira Sabedoria, aquela que, no dizer de São Tiago, "é pura, depois pacífica, moderada, tratável, cheia de misericórdia e bons frutos, sem parcialidade e sem hipocrisia." Assim, — conclui ele e, também, o faço eu —, "o fruto da justiça semeia-se na paz, para os que exercitam a paz." (Tg, 4, 17 e 18).

(Em 21.03.86)

DISCURSO DO EXMO. JUIZ RONALDO JOSÉ LOPES LEAL, NA POSSE DO EXMO. JUIZ ALCIONE NIEDERAUER CORREIA

Chega a esse Tribunal um dos mais ilustres Juizes do Trabalho em atividade no Brasil. Alcione Niederauer Corrêa é mais um dos juizes concursados em 1963, tendo iniciado a judicatura trabalhista já no cargo de Juiz Presidente, no qual permaneceu até a sua recente nomeação para integrar o Tribunal Regional do Trabalho.

Por ocasião do concurso, Alcione era o mais jovem dos candidatos, tendo recém implementado a idade limite para admissão ao concurso.

Na Junta que escolheu — a de Passo Fundo — desenvolveu toda sua carreira. Naquela cidade casou-se com Silésia Menegaz Amaral, teve filhos, plantou árvores e escreveu livros.

A inquietação intelectual do Juiz que hoje acolhemos com tanta honra não tardou em manifestar-se. Ao lado dela, tornou-se notória a sua busca de soluções para a condição humana como tal, com o que procurou religar-se aos valores mais transcendentais do universo. Permeável ao aspecto metafísico, não descurou do ideológico-social. Neste setor do pensamento, nota-se uma evolução segura, despida de radicalismo, rumo a posições que se desenham perfeitamente conformadas à sua condição de magistrado.

Nós, juslaboralistas, integramos uma família que podemos dizer muito pequena. O nosso tema é o Direito do Trabalho que a todos nos irmana na busca de soluções que procurem compatibilizar e fazer conviver os grupos polarizados da sociedade capitalista. Nosso trabalho deve ser paciente, mas criativo, às vezes audaz, outras vezes tendo apenas a tranquilidade das coisas pacíficas.

Nesse trabalho que nos agrupa sob o pálio da Justiça Social, é natural que alguns, por suas especialíssimas condições, tenham maiores ofertas a fazer. É o caso de Alcione Niederauer Corrêa, que, ao lado de excelentes condições intelectuais, possui também um elevado espírito de iniciativa e o poder de coordenar as atividades que se desenvolvem na busca das grandes verdades do Direito e do Processo do Trabalho. Assim como a humanidade tem os seus necessários condutores, assim o Juslaboralismo não prescinde daqueles que

sabem muito bem o rumo a seguir e que podem, por isto, convocar muitos operários para esta grande messe. Alcione Niederauer Corrêa é precisamente um destes juslaboralistas aureolados.

Para ilustrar o que aqui estou afirmando, permitam-me que apresente alguns traços de sua biografia:

Estamos perante um professor. Estamos perante um escritor e jurista. Como escritor e jurista, exportou seu talento e brilho para todos os recantos do Brasil e para o exterior.

No campo internacional, merecem destaque as participações que teve como conferencista na Universidad San Augustin, em Arequipa, Peru. Ainda recentemente Alcione esteve no mesmo país a fazer conferências e só há pouco retornou ao Brasil para vir tomar posse no cargo de Juiz Togado deste Tribunal.

Quero ressaltar ainda que, como jurisconsulto acreditado em outras plagas, escreveu parte da obra editada em homenagem a Rafael Caldera, acompanhado dos mais notáveis escritores da Latino-América.

Como escritor, devemos destacar imediatamente duas obras que se tornaram clássicas: "Das Ações Cautelares no Processo do Trabalho" e "O Novo Regime de Férias". Também em sistema de participação, Alcione escreveu capítulos em dois Cursos de Direito do Trabalho, um em homenagem ao grande Evaristo de Moraes Filho e outro em homenagem ao nosso jurista mais festejado, que é Mozart Victor Russomano.

Essa participação como escritor em obras de tamanha envergadura bem demonstra como evoluiu, nos cenários nacional e internacional, o jovem que se concursou aos 25 anos.

A Universidade de Passo Fundo desempenha na vida de Alcione Niederauer Corrêa um papel especialíssimo. Foi ali que ele estabeleceu a sede mais importante da sua atividade intelectual. Como professor titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito, conseguiu fazer da Universidade um pólo cultural, nacional e internacional, de Direito do Trabalho. Pelo menos três importantíssimos seminários, lá realizados, devem ser a ele creditados: o de 1974, o de 1979 e o do ano próximo passado.

Revela salientar que tais seminários e cursos tiveram a ocorrência de mestres internacionais de Direito do Trabalho e da intelectualidade juslaboralista brasileira.

A experiência do Primeiro Curso de Direito do Trabalho Comparado é, sem dúvida, um passo importante dado no sentido do conagraçamento e integração cultural dos povos Latino-Americanos, no setor do Direito do Trabalho.

Na Universidade de Passo Fundo Alcione ocupou diversos e importantes cargos, entre os quais até mesmo o de Vice-Reitor Administrativo, antes do advento da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Hoje não há quem desconheça, na galáxia do Direito do Trabalho Brasileiro, o professor e jurista que hoje é empossado como

Juiz Togado deste Tribunal. Atendendo a convites — que se tornaram indeclináveis — passou a fazer conferências em diversos pontos do Brasil. Já esteve em São Paulo, Salvador, Brasília, Curitiba, levando a estes centros as suas seguras lições.

Nós, de Porto Alegre, e aqueles de Passo Fundo temos já familiaridade com a sua eloquência, com a profundidade dos temas que aborda. Muitas vezes o chamamos; e Alcione veio dar aulas nos cursos da AMATRA, nos cursos da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho.

Não foi um omissio quanto aos problemas da classe dos Magistrados do Trabalho. Foi Vice-Presidente e Presidente da AMATRA da 4.^a Região.

Antes que ocupasse qualquer cargo de direção associativa, propôs profunda reforma do poder judiciário trabalhista, quando estava em pauta a reestruturação do Poder Judiciário.

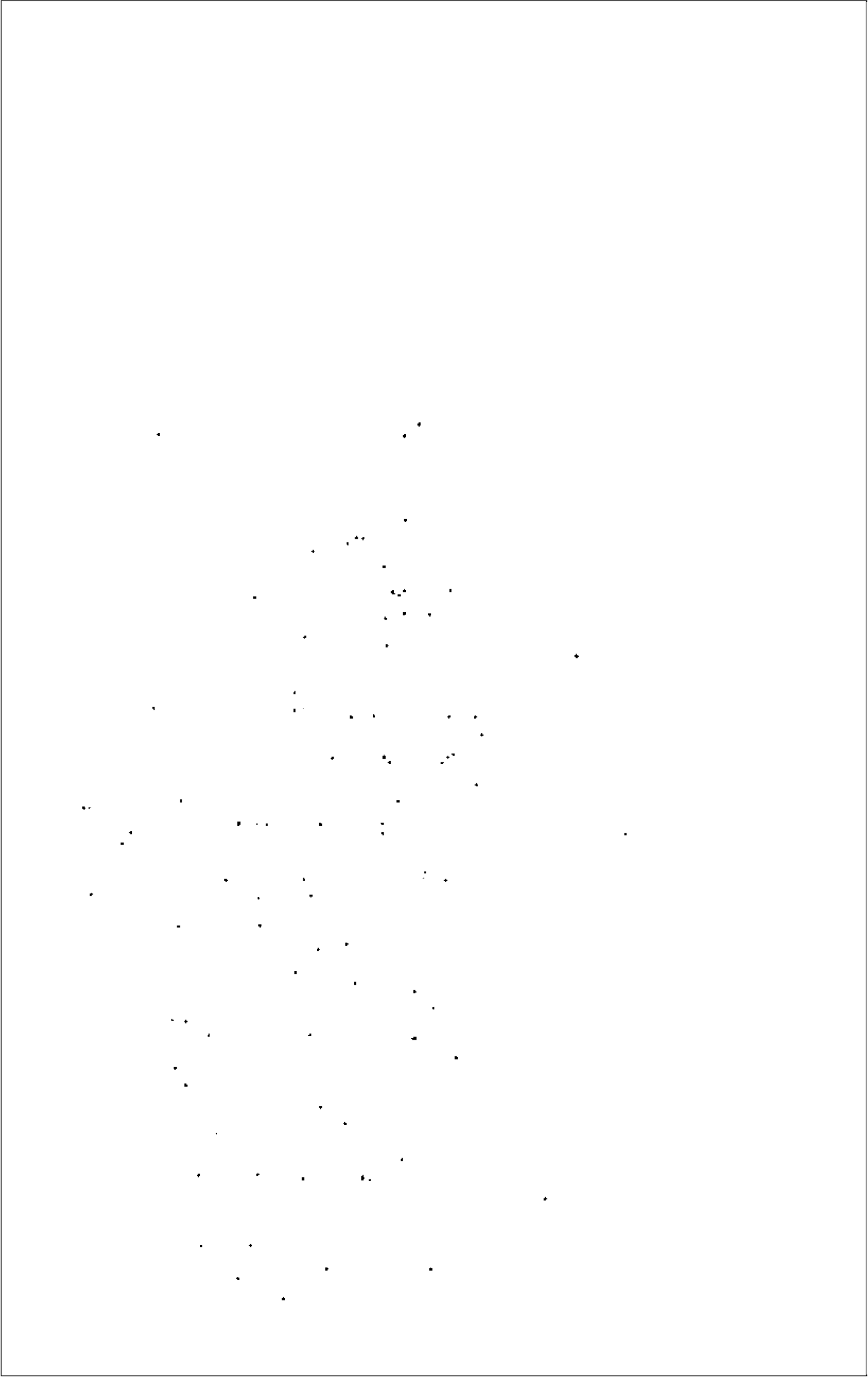
O Tribunal Superior do Trabalho não ficou indiferente a tão fecundo labor no campo do Direito do Trabalho e conferiu a Alcione, em 1981, a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Oficial.

Este é o mais rápido retrato que se pode fazer do novo Juiz Togado deste Tribunal. Certamente teremos perdido, ao enunciarmos os títulos que ostenta, a substância humana do magistrado. Para recompor a imagem do homem que aqui está e que se sobrepõe a todas as qualificações objetivas promanadas da sua biografia, bastaria lembrar que é ele filho do advogado Olintho Corrêa, que criou os seus filhos na observância de elevados valores espirituais e morais. Tenho a certeza de que, neste momento, o homem Alcione deve estar sentindo, viva, a presença do pai e de suas lições de vida.

Assim com eu próprio fui acolhido há poucos dias neste Tribunal com a hospitalidade de irmãos, recebo, em nome da Corte Trabalhista, o magistrado, o jurista, o professor, o escritor, o dirigente classista e, especialmente, o homem Alcione Niederauer Corrêa, com a cordialidade mais fraterna e com a mais profunda amizade.

**DISCURSO DO EXMO. REPRESENTANTE DA OAB-RS,
DR. LUIZ LOPES BURMEISTER, NA POSSE DO EXMO. JUIZ
ALCIONE NIEDERAUER CORRÊA NO TRT DA 4.ª REGIÃO**

A Ordem dos Advogados do Brasil e os advogados da área trabalhista se sentem felizes e registram esse sentimento, neste momento, em assistir e verificar que este Tribunal, na sua renovação natural, vem recebendo já há algum tempo, e essa situação se mantém, juízes de idéias, como eu dizia há alguns dias ao outro Juiz que recentemente veio integrar este Tribunal, o eminente Juiz Ronaldo Leal. É muito bom, é muito importante, é muito necessário que assim o seja, e os advogados, em especial, sempre desejaram, sempre tiveram neste Tribunal um alto índice de estudo, de aperfeiçoamento da doutrina e da jurisprudência especializada em Direito do Trabalho e vêem que o Tribunal só se enriquece, ao receber, e isso vem acontecendo ultimamente, seguidamente, em face das vagas que vêm ocorrendo, mais e mais juízes que há muito tempo têm uma vida muito ativa e muito dinâmica no campo das idéias em matéria de Direito do Trabalho. Nós registramos isso e registramos muito mais, que é com grande satisfação que nós assistimos chegar, e eu falo isso, e eu registro isso, além de em nome da Ordem dos Advogados, em nome de quantos advogados me pediram esta semana que assim o fizesse, eu cumpro essa função; registramos com muita satisfação que chega a este Tribunal o *Dr. Alcione Niederauer Corrêa* que sempre foi, ainda que fosse Juiz do interior, lá na sua cidade, um grande amigo dos advogados, um grande companheiro dos advogados e um Juiz que sempre atuou ao lado dos advogados na organização de seminários, de cursos, em igualdade de condições, sempre participando junto conosco, por iniciativa sua ou não, quando nossa também atuava com o mesmo interesse, de tantas e tantas realizações e eventos que nós realizamos junto com Sua Excelência nestes últimos anos, no Estado do Rio Grande do Sul. Por isso os advogados se sentem rejubilados em vê-lo no Tribunal, circunstância, aliás, que era há muito desejada por nós e que Sua Excelência vinha levando no tempo, mais e mais. Registro isso e digo que em nome dos advogados nós estaremos sempre à disposição de Sua Excelência e do Tribunal, no interesse de aprimorar as relações entre juízes e advogados e no interesse do aprimoramento da doutrina do Trabalho.



**DISCURSO DE POSSE DO EXMO. JUIZ
JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES
NO TRT DA 4.^a REGIÃO**

Chego a esta meta, como Juiz do Trabalho, com naturalidade, eis que — salvo raras exceções — diz a tradição sobre o paralelismo do ingresso aqui, mesmo quando por merecimento, com a antiguidade na carreira.

Precederam-me dois dos mais estimados colegas — Alcione e Ronaldo — a quem homenageio nestas primeiras palavras, ressaltando e representando todos os amigos que espero fazer nesta Casa.

Vou falar, apenas brevemente, da longa peregrinação até este dia, mas desnecessárias as minúcias dos largos tempos desde Cruz Alta, Cachoeira do Sul, São Leopoldo, Canoas e, finalmente, a 13.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre.

Jamais um Juiz tem carreira fácil e se me disserem que um teve, dele desconfio.

Meus caminhos foram ásperos — em parte — porque trilhei, ao mesmo tempo, duas estradas: a da magistratura e a do magistério.

Numa e noutra não houve apenas senda plana com oásis de sombra acolhedora e água cristalina. Não raro era o deserto juncado de miragens que tanto mais se afastavam quanto mais as perseguiu e se dissipavam à medida que palmilhava a vida.

Como Juiz, afastamo-nos de nossos semelhantes, os homens. Todos, em menor ou maior grau, mesmo com o convívio diário, de nós se distanciam: por respeito ou despeito, por temor ou ameaça, eis que, por vocação ou profissão, terminamos como oráculos da sociedade. Não é sem razão que agora, nos umbrais deste Século XXI que ciberneticamente se anuncia, ainda usamos togas medievais herdadas de ancestrais romanos. Até é significativo que sejam destituídas de colorido, como a implacabilidade de nossos julgamentos.

Talvez, julgando, tenha deixado de ver o lado ameno e alegre da vida, embora como professor tenha vivido sempre entre jovens inquietos e curiosos.

Em todos os momentos ocorreram altos e baixos; muitos de desesperança, mais ainda de graça; alguns de dor, outros de prazer.

O saldo, creio, me foi favorável.

Viro mais uma página da vida.

Olho o passado sem angústias, neste ato que é uma ponte entre o que passou e o futuro que sonho. Nesta festa desfilam imagens que sou incapaz de impedir e que, ao contrário, me trazem doces lembranças...

Recordo-me de um longínquo dia em que meu avô me levou com mãos carinhosas para a primeira aula de minha vida...

Lembro-me de ter assistido a posse de meu pai, como desembargador, como hoje ele assiste à minha posse como Juiz deste colegiado.

Lembro-me de meus avós e de minha mãe, de quem recebi hoje, de forma muito especial — suas bênçãos carinhosas.

Em verdade nada muda em minha vida e pouco se modifica. Altera-se o cenário, ampliam-se os horizontes. Expande-se a jurisdição e se espraia a competência.

Venho, é certo, com modéstia para o diálogo amplo e franco com os colegas; mas venho (até por temperamento e também para vos homenagear) com a mesma resolução e firmeza com que sempre defendi meus pontos de vista neste nosso Direito do Trabalho. Mas não sou e não serei irredutível: de minhas poucas virtudes — certamente — a que mais prezo é a de saber aprender.

Não faltarão atenções aos colegas amáveis, como não faltarão amabilidades para estes muitos advogados que nos acompanham em busca de justiça. Dentre estes, revejo hoje, com prazer, Edgar Vargas Serra.

Agradeço a vida e a carreira que tive e por isto me lembro dos primeiros braços que se abriram para me acolher: os de Eloy José da Rocha.

Lembro-me de meus muitos professores do curso primário, do ginásio, do clássico e, para citar um — impar — que me amparou com bondade e afeição paternal, digo com saudade o nome de Ruy Cirne Lima.

Na magistratura trabalhista evoco Jorge Surreaux que me deu posse, como Juiz Substituto, numa longínqua tarde de 1965.

Nos tribunais, entre os que me distinguiram, escolho um para realçar, eis quem maiores provas de amizade deu ao longo de muitos e muitos anos: Mozart Victor Russomano.

Palavras de afeição, também, aos funcionários que comigo trabalharam ao longo de 21 anos, desde os de mais alta hierarquia até os mais modestos.

Não posso deixar de aludir à distinção que sempre recebi dos Juízes Classistas e sinto nesta hora a falta de Balbino Ermida.

Quero agradecer a todos os que transformaram esta hora em realidade e de maneira muito especial ao escritor José Sarney, primeiro Magistrado da República, que sublinhou meu nome e àqueles, não muitos, que comigo estiveram em horas decisivas.

Senhoras e Senhores.

Jorge Luís Borges disse que os espelhos são perigosos porque multiplicam os homens. Não sou amargo a ponto de também pensar assim, mas não posso deixar de sorrir com a analogia da figura, quando penso que multipliquei a minha imagem em livros. São os meus espelhos... No último deles escrevi na página de rosto toda a essência deste momento: à Lúcia e a nossos filhos, pelas horas difíceis em que não nos faltou união e pelos momentos de alegria em que sempre estivemos juntos.

Muito obrigado.

Tribunal Pleno,

29 de agosto de 1986.

**DISCURSO DO EXMO. JUIZ ALCIONE NIEDERAUER CORRÊA,
NA POSSE DO EXMO. JUIZ JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES
NO TRT DA 4.ª REGIÃO**

O Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região se encontra, a partir de hoje, mais enriquecido. Aqui chega, trazendo uma larga folha de serviços e de experiência, para somar os seus esforços aos nossos, um dos mais brilhantes juslaboralistas deste país.

O Dr. José Luiz Ferreira Prunes é um desses homens raros, cuja personalidade é multifacetaria. A começar porque é filho ilustre da legendária Alegrete, de tantas e tão importantes tradições, onde pela manhã, ou ao cair da tarde, "tem o sol como uma brasa que ainda arde debruçada no Rio Ibirapuitã". Terra da qual o poeta não faz maiores indicações, mandando, no "Canto Alegretense", que se siga apenas o rumo do próprio coração.

A vocação à judicatura proveio das origens e até se pode afirmar que o Dr. Prunes a recebeu por via genética. Seu pai, Lourenço Mário Prunes, homem de letras e de cultura jurídica invejável, honrou por largos anos a magistratura rio-grandense, especialmente como desembargador em nosso Tribunal de Justiça.

Foi seguindo essa vocação que, após concluir o curso de Direito, na Faculdade de Direito da UFRGS, no ano de 1961, já em 1963 era nomeado Pretor da comarca de Novo Hamburgo, onde permaneceu por vários anos. Submetendo-se a concurso público de provas e títulos, iniciou sua carreira na Justiça do Trabalho, como Juiz Substituto, em 13.05.65. Promovido a Juiz-Presidente foi, em novembro daquele mesmo ano, presidir a Junta de Conciliação e Julgamento de Cruz Alta. Posteriormente, ao longo dos anos, foi Juiz-Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento de Cachoeira do Sul, São Leopoldo e Canoas, até que veio presidir à 13.ª Junta desta Capital. Convocado várias vezes para substituir neste Tribunal, hoje nele toma posse, definitivamente, como um dos seus membros titulares, após ter sido promovido, pelo critério do merecimento, pelo Exmo. Sr. Presidente da República. Ao escolhê-lo, S. Exa. fez eco ao que já haviam proclamado os ilustrados componentes do Tribunal Superior do Trabalho, quando lhe outorgaram a condecoração da Ordem do Mérito do Trabalho, no grau de oficial.

É possível que a face mais interessante da personalidade de José Luiz Ferreira Prunes não seja a de magistrado. Afinal, esta é aquela que se faz comum a todos nós. As outras sim é que nos distinguem. Gostaria, portanto, de pôr em relevo a faceta do professor, que tem desenvolvido uma atividade além de intensa realmente invejável.

O nosso Dom Pedro II, amante das letras e da cultura, disse certa vez, em frase lapidar: "Se eu não fosse imperador, desejaria ser professor. Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências juvenis e preparar os homens do futuro." Do professor se exige um profundo amor pelo ser humano, já que se deve ter consciência mais da missão formadora que da meramente informadora de verdades já postas. Dizia Georges Gusdorf que "o mestre não é o repetidor de uma verdade prontinha. Ele mesmo abre uma perspectiva sobre a verdade, o exemplo de um caminho rumo ao verdadeiro que ele designa. Pois a verdade é sobretudo o caminho da verdade". O professor é, em modesta imagem, o semeador que sai a lançar sementes em todos os solos, tal como se contém na parábola, tentando fazer com que até mesmo as piores terras dêem frutos.

José Luiz Ferreira Prunes tem sido um desses homens, que se-
meiam em todos os terrenos. Mas não apenas que semeia, mas que se renova, se aperfeiçoa, para se permitir cada vez melhor semeadura. Professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito de Cruz Alta, durante vários anos; professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atualmente na condição de adjunto; doutor em Direito, pela mesma Universidade; docente livre de Direito do Trabalho; aprovado, com média 9,2, no concurso para provimento do cargo de Professor Titular da cadeira de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da UFRGS.

Nesta tarefa insana de semear — não sei ao certo se maldição ou missionária —, o professor Ferreira Prunes tem ido a muitos lugares e feito bem a muita gente, de todas as camadas e de muitas nacionalidades. Este é o grande sinal dos homens simples, que não hesitam em ensinar mesmo às platéias mais modestas. Ao mesmo tempo em que deu cursos aos contabilistas de Cachoeira do Sul, ou no Sindicato rural de Rio Pardo ou, ainda, na Associação Industrial e Comercial de Sapiranga, participou como professor de cursos em várias universidades e faculdades, ressaltando-se as ministradas nas Universidades Nacional e Católica de Santiago do Chile, na Universidade de Concepción, no mesmo país, bem como conferências proferidas em San Francisco Cuautalplan, ou na cidade do México ou, ainda, em Coimbra. Renomado conferencista, figura presente nos mais importantes encontros realizados em nosso país ou no exterior, no campo do Direito do Trabalho, seria demasiado, face aos limites que me impus, recordar de todos os 54 cursos, conferências

e exposições que estão relacionados no "curriculum vitae" do mais novo integrante deste Tribunal.

Falemos, também, um pouco do escritor. Nas Confissões de um Poeta disse Ledo Ivo que "uns escrevem para salvar a humanidade ou incitar lutas de classes, outros para se perpetuar nos manuais de literatura ou conquistar posições e honrarias. Os melhores são os que escrevem pelo prazer de escrever."

Creio que o Dr. Prunes é um desses. Por isso mesmo é que não se resumiu simplesmente ao Direito do Trabalho onde é mais conhecido. Onde andou, escreveu, especialmente em jornais: Correio do Povo, Zero Hora, NH, de Novo Hamburgo, Diário Serrano, de Cruz Alta, A Razão, de Santa Maria, Jornal do Povo, de Cochoeira do Sul, Jornal do Comércio e Estado de São Paulo. Inúmeros artigos dentro de sua área de especialização. De repente, porém, o vemos Incursionando em outros campos: "O Desertor", "A longa viagem de volta", "Os Kamikases do Amor", "Os desbravadores do infinito", "Histórias e Estórias em Quadrinhos", "Do Jacui ao Guadalquivir", "Trinitrina Literária", "A Fábula das Montanhas" e tantas outras publicações do gênero; outras vezes, misturando à sua especialidade uma atividade de garimpeiro, o encontramos a pesquisar sobre "O Trabalho dos Marinheiros nos Séculos XVII e XVIII", ou a verificar "O conceito de trabalho em 'Os Lusíadas'", ou, ainda, "O conceito de trabalho segundo Martin Fierro".

Vários foram os seus trabalhos de pesquisa, que somam exatamente vinte e quatro. Importantes para o enriquecimento do Direito do Trabalho no Brasil foram seus livros, que somam, até agora, 18 publicações. O primeiro deles surgiu em 1968, publicado pela Livraria do Globo, intitulado "Direito do Trabalho Rural". Vieram depois mais duas obras sobre o trabalho rural e, logo em seguida, "Salário em Utilidades", em 1973. Citam-se, dentre os mais importantes, "Cargos de Confiança no Direito Brasileiro do Trabalho", "Insalubridade e Periculosidade no Trabalho", "Comentários do Estatuto do Trabalhador Rural", "Salário sem trabalho", "Equiparação Salarial", "As Gorjetas no Direito Brasileiro do Trabalho", "A Greve no Brasil". São ao todo 18 obras, merecendo destaque ainda a tradução que fez da obra de Alfredo J. Ruprecht, "Conflitos Coletivos do Trabalho".

Essa atividade intensa levou o Dr. José Luiz Ferreira Prunes a ingressar em várias instituições de reconhecida importância na área do Direito do Trabalho. É ele membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, do Instituto Latino Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, da Academia Mexicana de Derecho Procesal del Trabajo, da Academia Nacional de Direito do Trabalho, do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, do Centro Latino-Americano de Direito Processual do Trabalho.

Ao longo dessa carreira, extremamente fértil, houve também lugar para o reconhecimento. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção

do Rio Grande do Sul, conferiu-lhe a medalha "Oswaldo Vergara". Por três vezes recebeu prêmios instituídos pelo egrégio Tribunal Superior do Trabalho com obras suas classificadas em primeiro lugar e uma vez em segundo lugar.

É talvez como escritor que o nosso ilustre colega maiores e melhores serviços prestou ao nosso Direito. Por que escrever? Se isso fosse perguntado ao Dr. Prunes talvez a resposta se adequasse àquela que, certa vez, deu Mário de Andrade: "Se escrevo é primeiro porque amo os homens. Tudo vem disso pra mim. Amo e por isso é que sinto esta vontade de escrever, me importo com os casos dos homens, me importo com os problemas deles e necessidades. Depois escrevo por necessidade pessoal. Tenho vontade de escrever e escrevo." (Cartas a Manuel Bandeira).

Caberia, talvez, ressaltar a face mais importante daquele que passa, a partir de hoje, a ser um dos nossos, aquela que representa a própria integridade de tudo o que foi dito: o homem José Luiz Ferreira Prunes. Uma nossa amiga comum, referindo-se a ele há alguns poucos meses, dizia-me, em síntese extremamente feliz, que "O Dr. Prunes é um esteta". Nada mais verdadeiro para definir um homem de extrema sensibilidade, que aprecia a arte, a música e a cultura; que tem uma rara capacidade de observação e capta, como poucos, até mesmo os detalhes mais caricaturais da realidade forense e os sabe transformar, com um "molho" todo seu, em saborosas estórias do cotidiano.

Gostaria de lembrar, também, do homem que alia a tudo isso a capacidade de ainda ser esposo e pai, que encontra tempo para sair e pescar em companhia dos filhos e mantém, com sua esposa, Lúcia Mendes Prunes, um permanente testemunho de que o amor é possível e que são válidas as relações permanentes, quando determinadas pelo mais nobre dos sentimentos humanos.

Diante de tudo isso, meu caro Dr. Prunes, este Tribunal se rejubila por recebê-lo como seu mais novo integrante. Na tarefa comum de prestarmos jurisdição ao povo, contamos com todo esse seu dinamismo, com toda essa capacidade que acabei de pôr em relevo, não apenas como uma forma de dimensionar o seu merecimento, mas como uma espécie de justificação comprovada para mais um compromisso. Aqui nós nos sentimos como uma coletividade que constrói o direito, no plano da vida, à base do consenso. Dá-se, entre nós, um processo de interação e recíproca influência que é fertilíssimo e permite que a cada momento estejamos a repensar conceitos e a modificar posições, atendendo sempre aos reclamos maiores do interesse social. Este é o lugar ideal para os humildes, que se despem da própria individualidade e se integram, sem sacrifício de seus princípios fundamentais, na harmonia do todo. Um Tribunal é, sobretudo, o campo propício à comunhão, a forma mais intensa de expressão da solidariedade.

A partir deste momento queremos contar com a sua inestimável colaboração ao nosso próprio enriquecimento, quer no plano do trabalho, quer no plano pessoal. Ao mesmo tempo, também nos dispomos a repartir com V. Exa., em todos os momentos, fraternalmente, as dores e as alegrias do exercício da judicatura neste grau jurisdicional.

Queira, pois, tomar o lugar que, por direito, lhe pertence. Que Deus o ajude — e também a nós — para que sejamos dignos e capazes de responder, com o nosso trabalho fecundo, aos anseios de justiça do povo rio-grandense.

(Em 29.08.86)

**DISCURSO DO EXMO. PROCURADOR REGIONAL DO TRABALHO,
CARLOS RENATO GENRO GOLDSCHMIDT, NA POSSE DO EXMO.
JUIZ JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES NO TRT DA 4.ª REGIÃO**

"Cabe-me, ainda que protocolarmente, a tarefa muito grata de pronunciar breves palavras em nome do Ministério Público do Trabalho, a quem sobre, agora, recai a imensa responsabilidade de dar continuidade à profícua e brilhante atuação como Juiz Presidente da MM. 13.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre. E, neste instante, o primeiro sentimento que me acode é o da gratidão pelas constantes demonstrações de alta consideração que V. Exa. sempre teve para com todos os integrantes da Procuradoria Regional do Trabalho da 4.ª Região. Tampouco se pode esquecer que são magistrados como V. Exa., Dr. José Luiz Ferreira Prunes, que trazem dentro de si o sentimento da realização, o desejo de construir, o incontido frenesi de se superarem em tudo o que lhes for permitido fazer pelo bem da Instituição que passam a integrar, que não frustrará a confiança que existe em todos nós de que V. Exa. enobrecerá ainda mais as tradições do cargo que passa a ocupar, espelhado numa trajetória longa e brilhante desde a primeira instância, para culminar no presente, com a investidura no cargo de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região. Aí está, pois, diante de V. Exa. uma tarefa para o futuro e já para o presente, pois, por certo, não serão as dificuldades que persistem na segunda instância, talvez ainda com mais intensidade pelo volume cada vez maior de processos, face à procura incessante dos trabalhadores à Justiça, que farão esmorecer os propósitos e o entusiasmo de V. Exa. na busca de seu ideário jurídico e na sua profissão de fé como magistrado. A longa convivência com a Justiça Trabalhista me fez acreditar, cada vez mais, que o papel do magistrado trabalhista é mais relevante, máxima vênua, do que o confiado ao Juiz comum, no campo do Direito Privado. O Direito do Trabalho, a cada dia, insere-se num contexto mais amplo, requer mais acuidade social do Juiz, menos rigorismo na adequação da

norma legal ao caso concreto, levando, ainda, em conta, toda a gama do interesse coletivo, sem esquecer do interesse público; isto faz refletir, de certo modo, a lição do professor Lyan-Caen, segundo o qual o que é socialmente justo nem sempre é política e economicamente possível, e dentro dessa limitação move-se a engrenagem do Direito do Trabalho. Concluo essa oração expressando-me em meu próprio nome e no de todos os meus colegas; uma vez mais nosso regozijo e congratulações a V. Exa. e a esse Egrégio Tribunal, por esse novo e prestigioso integrante”.

I N D I C E

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.ª REGIÃO

— Jurisdição, composição do Tribunal Pleno e dia de reunião	III
— Composição dos Grupos de Turmas, das Turmas e dias de reunião ..	IV
— Juntas de Conciliação e Julgamento da Região: municípios-sedes, jurisdições e Juizes Presidentes	V
— Juizes do Trabalho Substitutos (ordem de antiguidade)	IX
— Procuradores do Trabalho (ordem de antiguidade)	X

DOCTRINA

— JUDICIÁRIO TRABALHISTA — <i>Alcina Tubino Ardaiz Surreaux</i>	3
— DIREITO COLETIVO DO TRABALHO (?) — <i>João Antonio G. Pereira Leite</i> ..	11
— DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE GREVE EM DISSÍDIO COLETIVO <i>José Fernando Ehlers de Moura</i>	13
— DA AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE GREVE — <i>Alcione Niederauer Corrêa</i>	17
— PRESCRIÇÃO TRABALHISTA — UM ESFORÇO DE ELUCIDAÇÃO — <i>Sílvia Maria Gonçalves Goraieb</i>	21

JURISPRUDÊNCIA

ABANDONO DE EMPREGO

— quando se configura (En. 32)	333
— contagem do prazo para Inquérito (En. 62)	336
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 32 e 62	

ABSOLVIÇÃO DA INSTÂNCIA

- v. *Representação*

ABUSO DE DIREITO

- v. *Ação Cautelar*

AÇÃO CAUTELAR

— basta a aparência razoável de direito para a concessão da medida (Acórdão 6502/85)	31
— de reintegração; servidor público municipal injustamente despedido; procedência da ação, face ao risco de lesão irreparável e ao princípio do bom direito (Acórdão 9975/85)	33
— v. <i>Competência e Mandado de Segurança</i>	

AÇÃO DE CUMPRIMENTO

- havendo transação, pode o substituído processualmente desistir da ação a qualquer tempo (En. 180) 346
- sindicato; desconto assistencial; incompetência da JT (En. 224) 349
- propositura: dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa (En. 246) 351
- v. *Competência*
v. *Súmula do TST*, n.ºs 180, 224 e 246

AÇÃO DECLARATÓRIA

- v. *Legitimatío ad Processum*

AÇÃO RESCISÓRIA

- é o meio próprio para obter observância da prescrição argüida em defesa e não decretada na sentença; violação literal do art. 11 da CLT (Acórdão 8264/85) 37
- quando descabe, por violação literal de lei (En. 83) 337
- vencido o empregador, deve este, para recorrer, depositar o valor da condenação (En. 99) 339
- o prazo de decadência é contado do trânsito em julgado da última decisão na causa (En. 100) 339
- é essencial a juntada, à inicial, da prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda (En. 107) 339
- é cabível na Justiça do Trabalho (En. 144) 343
- de decisão de TRT: cabível o recurso ordinário (En. 158) 344
- competência do TRT para julgar, quando não conhecidos o recurso de revista e o de embargos (En. 192) 347
- hipótese de admissão e desnecessidade de depósito — CPC de 1973 (En. 194) 347
- v. *Competência*
— v. *Súmula do TST* n.ºs 83, 99, 100, 107, 144, 158, 192 e 194

ACIDENTE DO TRABALHO

- faltas decorrentes: efeitos (En. 46) 334
- v. *Fundo de Garantia e Prescrição*
— v. *Súmula do TST* n.º 46

ACORDO

- v. *Conciliação e Jornada Compensatória*

ACORDO COLETIVO

- ajustado com base em lei vigente quando da celebração: prevalece, ainda que alterada, depois, a legislação respectiva (*Ementa* 5062) 123

ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

- v. *Horas Extras*

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

- incide sobre o salário mínimo ou sobre o salário profissional, não sobre o salário normativo (*Ementa* 5063) 123
- incide sobre a remuneração das horas de trabalho extraordinário (*Ementa* 5064) 124
- é devido de forma integral, ainda que não atingido a insalubridade toda a duração da jornada (*Ementa* 5065) 124
- devido em grau máximo, no caso, independentemente do tempo de exposição; contanto com óleos e graxas minerais (*Ementa* 5066) 124
- é devido em grau máximo no trabalho onde o óleo mineral tem contato direto com a pele do trabalhador (*Ementa* 5067) 125

— é devido, em grau máximo, nos dias em que o local de trabalho se apresenta insalubre nesse grau (<i>Ementa 5068</i>)	125
— é de responsabilidade do empregador orientar, instruir, exigir e fiscalizar o correto uso dos equipamentos de proteção (<i>Ementa 5069</i>)	126
— a não utilização de equipamento de proteção individual é opção do empregado, que assume inteiramente o risco de sua saúde (<i>Ementa 5070</i>)	126
— o aparelho protetor Protim 1001 não afasta a incidência da insalubridade por ruído, o que só ocorreria se feito sob medida para cada trabalhador (<i>Ementa 5071</i>)	127
— perícia; somente o médico é o profissional competente para avaliar os riscos à saúde provenientes dos agentes considerados insalubres (<i>Ementa 5072</i>)	127
— hipótese em que acordo, quanto ao reconhecimento de insalubridade, invalida pretensão regime de compensação de horário (<i>Ementa 5073</i>)	128
— a extinção do contrato de trabalho não é óbice a pedido de adicional de insalubridade, nem à realização de perícia (<i>Ementa 5074</i>)	128
— apuração da insalubridade por mera conjectura originada em informações do reclamante e na experiência do perito: insuficiência, para concessão do adicional (<i>Ementa 5075</i>)	129
— integra os proventos para todos os efeitos legais (<i>Ementa 5076</i>)	129
— integra o salário do trabalhador para efeito de complementação de aposentadoria; eletricitário (<i>Ementa 5077</i>)	130
— eletricitário; complementação de aposentadoria: pretensão ao cômputo do adicional de insalubridade; improcedência do pedido (<i>Ementa 5078</i>)	130
— auxiliar de enfermagem em clínica de cirurgia plástica; adicional deferido, em grau médio (<i>Ementa 5079</i>)	131
— é devido em grau médio, ao trabalhador em máquina bate-estacas (<i>Ementa 5080</i>)	132
— recepcionista de hospital: direito ao adicional (<i>Ementa 5081</i>)	133
— em grau máximo: devido ao trabalhador em berçário de hospital (<i>Ementa 5082</i>)	133
— trabalho burocrático em hospital, sem contato permanente com pacientes portadores de moléstias infecto-contagiosas: adicional indevido (<i>Ementa 5083</i>)	134
— trabalhadores em indústria de calçados; presença de hidrocarboneto aromático na cola utilizada; grau médio (<i>Ementa 5084</i>)	134
— serviços de limpeza e conservação em escritórios e agências bancárias: adicional indevido (<i>Ementa 5085</i>)	135
— limpeza e lavagem de corredores, banheiros, escadaria e recolhimento de lixo de escritórios: grau médio e não o máximo, preconizado pelo perito (<i>Ementa 5086</i>)	135
— servente em coleta de lixo de banheiros e vestiários de empresa; adicional indevido (<i>Ementa 5087</i>)	136
— é devido em grau máximo ao trabalhador na limpeza das dependências de estação rodoviária (<i>Ementa 5088</i>)	137
— é devido em grau médio, ao trabalhador faxineiro de gabinete médico-odontológico e de ambulatórios (<i>Ementa 5089</i>)	137
— não há como distinguir entre o lixo urbano das vias públicas e o das residências e fábricas; grau máximo (<i>Ementa 5090</i>)	138
— é devido a motorista de caminhão, exposto a vibrações de baixa frequência (<i>Ementa 5091</i>)	138
— motorista de transporte público regular: vibrações de baixa frequência não são insalubres (<i>Ementa 5092</i>)	139
— é indevido ao propagandista-vendedor em locais onde estão presentes os pacientes dos médicos visitados (<i>Ementa 5093</i>)	140
— é devido ao trabalhador rural (<i>Ementa 5094</i>)	140
— o trabalhador rural não está excluído do direito à sua percepção (<i>Ementa 5095</i>)	141

— trabalhador rural: pretensão ao pagamento do adicional julgada improcedente (<i>Ementa</i> 5096)	141
— são inaplicáveis aos trabalhadores rurais as regras de segurança e higiene do trabalho — art. 28 do Dec. 73626/74 (<i>Ementa</i> 5097)	142
— trabalho com solda elétrica; adicional devido (<i>Ementa</i> 5098)	142
— será calculado sobre o salário profissional decorrente de lei, convenção coletiva ou sentença normativa (En. 17)	332
— não o afasta o trabalho intermitente (En. 47)	335
— é indevido, se eliminada a insalubridade com aparelhos protetores aprovados (En. 80)	337
— hipótese em que é devido; cálculo (En. 137)	342
— integra a remuneração, se permanente (En. 139)	342
— é constitucional o art. 3.º do DL 389/68 (En. 162)	344
— incide sobre o salário mínimo previsto no art. 76 da CLT (En. 228)	350
— a reclassificação ou descaracterização da insalubridade repercute no pagamento do adicional (En. 248)	351
— v. <i>Cerceamento de Defesa, Decisão e Honorários</i>	
— v. <i>Súmula do TST</i> n.ºs 17, 47, 80, 137, 139, 162, 228 e 248	
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	
— não gera reflexos nos proventos de aposentadoria (<i>Ementa</i> 5099)	143
— é devido ao trabalhador que transita diariamente por área de risco (<i>Ementa</i> 5100)	143
— tanques suspensos ou de superfície com inflamáveis líquidos; área de risco: toda a bacia de segurança ou bacia de contenção (<i>Ementa</i> 5101) ..	144
— é devido a empregados em bomba de gasolina (En. 39)	334
— não incide sobre os triênios pagos pela Petrobrás (En. 70)	336
— quando permanente, integra a indenização (En. 132)	342
— é constitucional o art. 3.º do DL 389/68 (En. 162)	344
— incide apenas sobre o salário básico (En. 191)	346
— v. <i>Súmula do TST</i> n.ºs 39, 70, 132, 162 e 191	
ADICIONAL DE RISCO	
— base de cálculo: o salário-hora ordinário do período diurno — art. 14 da Lei 4860/65 (<i>Ementa</i> 5102)	144
— previsto na Lei 4860/65: não beneficia os marítimos, ainda que empregados de entidades portuárias (<i>Ementa</i> 5103)	145
ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO/ANTIGUIDADE	
— é devido, nas condições do art. 19 da Lei 4345/64 (En. 52)	335
— pago pela Fepasa: calcula-se sobre o salário-base (En. 79)	337
— estabelecido em importe fixo: está sujeito ao reajuste semestral da Lei 6708/79 (En. 181)	346
— v. <i>Súmula do TST</i> n.ºs 52, 79 e 181	
ADICIONAL NOTURNO	
— supressão do trabalho noturno: resulta na extinção da obrigação de pagar o respectivo adicional (<i>Ementa</i> 5104)	145
— quando habitual, integra o salário (En. 60)	336
— não o exclui o regime de revezamento (En. 130)	342
— é devido ao vigia (En. 140)	342
— v. <i>Súmula do TST</i> n.ºs 60, 130 e 140	
ADICIONAL REGIONAL	
— instituído pela Petrobrás: não contraria o art. 165, XVII, da Constituição (En. 84)	337
— v. <i>Súmula do TST</i> n.º 84	

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- v. *Demissão, Funcionário Público, Legitimatio ad Causam e Prescrição*

ADVERTÊNCIA

- v. *Habeas Corpus*

ADVOGADO

- procurador que sublinha, a tinta, tópicos da sentença; aplicação da multa prevista no art. 161 do CPC (*Ementa* 5105) 145
- é inaplicável na JT o art. 64 do CPC (En. 11) 332
- condenação em honorários advocatícios: quando cabe na JT (En. 219) .. 349
- honorários advocatícios: são devidos, ainda que o sindicato figure como substituto processual (En. 220) 349
- v. *Estagiário e Recurso*
- v. *Súmula do TST n.ºs 11, 219 e 220*

AGRAVO DE INSTRUMENTO

- é incabível recurso de revista contra acórdão proferido em agravo de instrumento (En. 218) 349
- v. *Súmula do TST n.º 218*

AGRAVO REGIMENTAL

- v. *Embargos*

AJUSTE COMPENSATÓRIO

- v. *Jornada Compensatória*

ALÇADA

- é fixada pelo valor dado à causa na data do ajuizamento, desde que não impugnado (En. 71) 336
- v. *Súmula do TST n.º 71*

ALIMENTAÇÃO

- vale para refeição, fornecido em razão do contrato: natureza salarial (En. 241) 351
- v. *Salário*
- v. *Súmula do TST n.º 241*

ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- cabe ao trabalhador comprovar que da alteração resultaram prejuízos, bem como que estes eram certos e previsíveis à época (*Ementa* 5106) .. 146
- incorporação de quinquênios ao salário; prejuízo demonstrado, relativamente ao tempo de serviço posterior (*Ementa* 5107) 146
- não pode ser suprimida gratificação que o trabalhador percebeu, em cargo de confiança, durante longo tempo (*Ementa* 5108) 147
- cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens: eficácia (En. 51) 335
- incorporação ao salário das parcelas pagas a título de antiguidade e desempenho: licitude (En. 250) 352
- v. *Horas Extras e Prescrição*
- v. *Súmula do TST n.ºs 51 e 250*

ANTIGUIDADE E DESEMPENHO

- incorporação ao salário das parcelas pagas a título de antiguidade e desempenho: licitude (En. 250) 352
- v. *Súmula do TST n.º 250*

ANULABILIDADE

- v. *Nulidade e Prescrição*

APOSENTADORIA

- é devido o 13.º salário proporcional, ainda quando verificada antes de dezembro (En. 3) 331
- tempo de serviço anterior; cômputo (En. 21) 333
- o prêmio-aposentadoria, instituído pela empresa, não está condicionado ao disposto no § 3.º do art. 17 da Lei 5107/66 (En. 72) 336
- direito a complementação criado pela empresa: não se altera pela instituição de benefício previdenciário oficial (En. 92) 338
- complementação instituída por ato da empresa — regulamentação: parte integrante da norma (En. 97) 339
- por invalidez: direito de retornar ao emprego após cancelamento (En. 160) 344
- v. *Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Benefício Previdenciário, Complementação de Aposentadoria, Eletricitário e Prescrição*
- v. *Súmula do TST n.ºs 3, 21, 72, 92, 97 e 160*

ARQUIVAMENTO

- é Incabível, na ausência do reclamante, quando adiada a instrução (En. 9) 332
- v. *Súmula do TST n.º 9*

ARREMATACÃO

- v. *Mandado de Segurança*

ARRESTO

- de bens: pressupostos (Acórdão 3128/85) 38

ASCENÇÃO FUNCIONAL

- v. *Funcionário Público*

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

- é irrelevante, para esse efeito, o fato de o requerente ser ou não empregado (Ementa 5109) 148

ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

- seus dirigentes gozam de estabilidade provisória (En. 222) 349
- v. *Súmula do TST n.º 222*

ATENDENTE DE ENFERMAGEM

- v. *Empregado Doméstico*

ATESTADO MÉDICO

- hipótese em que deve ser observada a ordem preferencial (En. 15) .. 332
- conteúdo, para elisão da revelia (En. 122) 341
- v. *Jornada Compensatória*
- v. *Súmula do TST n.ºs 15 e 122*

ATIVIDADE ECONÔMICA

- v. *Autarquia*

ATO ADMINISTRATIVO

- v. *Ação Cautelar*

ATO POSITIVO

- v. *Prescrição*

AUMENTO SALARIAL

- setorizado: ilicitude (En. 249) 352
- v. *Súmula do TST n.º 249*

AUSENCIA DO RECLAMANTE

- quando adiada a instrução: incabível o arquivamento (En. 9) 332
- confissão ficta: hipótese de aplicação da pena (En. 74) 337
- v. *Súmula do TST n.ºs 9 e 74*

AUSENCIAS

- v. *Faltas ao Serviço*

AUSENCIAS LEGAIS

- faltas ao serviço justificadas por lei: ausências legais, não descontáveis no cálculo das férias (En. 89) 338
- v. *Súmula do TST n.º 89*

AUSENCIAS POR DOENÇA

- justificação; ordem preferencial dos atestados médicos (En. 15) 332
- v. *Súmula do TST n.º 15*

AUTARQUIA

- serviço municipal de água e esgoto: exploração de atividade econômica; inexistência de direito aos privilégios do DL 779/69 (*Ementa 5110*) 148
- processamento de recurso da JT (En. 4) 331
- v. *Execução*
- v. *Súmula do TST n.º 4*

AUXÍLIO-DOENÇA

- justificação da ausência: ordem preferencial dos atestado (En. 15) 332
- v. *Súmula do TST n.º 15*

AUXÍLIO-MATERNIDADE

- empregada gestante; salário-maternidade (En. 143) 342
- v. *Súmula do TST n.º 143*

AVALIAÇÃO

- v. *Execução*

AVANÇOS TRIENAIS

- empregados da CEEE; prescrição parcial; improcedência do pedido (*Acórdão 3300/85*) 40
- v. *Prescrição*

AVISO PRÉVIO

- o fato de o empregador dispensar o empregado do cumprimento do aviso prévio não o exime da obrigação de remunerá-lo integralmente (*Ementa 5111*) 148
- reajustamento salarial coletivo no curso do aviso: eficácia (En. 5) ... 331
- é indevido, quando reconhecida culpa recíproca (En. 14) 332
- a cessação da atividade da empresa não o exclui (En. 44) 334
- o valor das horas extras habituais integra o aviso prévio indenizado (En. 94) 338
- é cabível nas rescisões antecipadas de contratos de experiência (En. 163) 344
- contagem do tempo, para efeito da indenização adicional do art. 9.º da Lei 6708/79 (En. 182) 346
- é ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho pelo pagamento das horas correspondentes (En. 230) 350
- v. *Trabalhador Rural*
- v. *Súmula do TST n.ºs 5, 14, 44, 94, 163, 182 e 230*

AVULSOS

- v. *Competência*

BALCONISTA

- comissionista: direito ao adicional de horas extras; cálculo (En. 56) ... 335
- v. *Súmula do TST* n.º 56

BANCÁRIO

- é bancário o motorista que exerce outras atividades no estabelecimento (Ementa 5112) 149
- é bancário o trabalhador que, contratado como motorista, executa tarefas inerentes à atividade bancária (Ementa 5113) 149
- são bancários os trabalhadores em empresas de processamento de dados, criada por banco com a finalidade de executar tarefas essenciais à atividade bancária (Ementa 5114) 150
- remuneração: vantagem auferida na colocação ou vendo de papéis ou valores mobiliários (En. 93) 338
- o caixa bancário, ainda que executivo, não exerce cargo de confiança, nem a gratificação remunera as horas extras (En. 102) 339
- não enquadrado no § 2.º do art. 224 da CLT: não se compensa o valor da gratificação de função com o das horas extras (En. 109) 340
- sábado: dia útil não trabalhado; não repercussão das horas extras habituais (En. 113) 340
- as horas extras habituais integram o "ordenado", no cálculo das gratificações semestrais (En. 115) 340
- empregados de estabelecimentos de crédito pertencentes a categorias profissionais diferenciadas: não se beneficiam do regime legal dos bancários (En. 117) 340
- salário-hora: cálculo: divisor 180 (En. 124) 341
- cargo de confiança; gratificação; horas extras (En. 166) 344
- horas extras contratuais — nulidade (En. 199) 347
- cargo de confiança: caracterização (En. 204) 348
- gratificação por tempo de serviço: cômputo no cálculo das horas extras (En. 226) 350
- sujeito à regra do § 2.º do art. 224 da CLT: jornada de oito horas, sendo extraordinárias as demais (En. 232) 350
- em função de chefia e recebendo gratificação não inferior a um terço: jornada de oito horas (En. 233) 350
- em função de subchefia, recebendo gratificação não inferior a um terço: jornada de oito horas (En. 234) 350
- na função de tesoureiro, recebendo gratificação não inferior a um terço: jornada de oito horas (En. 237) 350
- na função de subgerente, recebendo gratificação não inferior a um terço: jornada de oito horas (En. 238) 351
- é bancário o trabalhador em empresa de processamento de dados que presta serviço a banco integrante do mesmo grupo econômico (En. 239) 351
- o adicional por tempo de serviço integra o cálculo da gratificação prevista no art. 224, § 2.º, da CLT (En. 240) 351
- v. *Cargo de Confiança, Complementação de Aposentadoria, Horas Extras e Prescrição*
- v. *Súmula do TST* n.ºs 93, 102, 109, 113, 115, 117, 124, 166, 199, 204, 226, 232, 233, 234, 237, 238, 239 e 240

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

- v. *Competência*

BANCOS

- financeiras: equiparam-se aos estabelecimentos bancários; art. 224 da CLT (En. 55) 335
- v. *Execução*
- v. *Súmula do TST* n.º 55

BENEFICIAMENTO DE FUMO

— v. *Contrato por Salta*

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

- valor de vantagem previdenciária instituída e já paga pela empresa: é dedutível de benefício devido por força de norma regulamentar anterior (En. 87) 338
- direito a complementação de aposentadoria criada pela empresa: não se altera pela instituição de benefício previdenciário oficial (En. 92) 338
- v. *Súmula do TST n.ºs 87 e 92*

CABELEIREIRO

— v. *Relação em Emprego*

CAIXA BANCÁRIO

— v. *Bancário*

CAMEREIRA

— v. *Relação de Emprego*

CARÊNCIA DE AÇÃO

— v. *Relação de Emprego*

CARGO DE CONFIANÇA

- não o exerce o bancário sem qualquer poder de mando, gestão ou representação (Ementa 5115) 151
- não o exerce o caixa bancário, ainda que executivo, e nem a gratificação remunera as horas extras (En. 102) 339
- bancário; gratificação; horas extras (En. 166) 344
- de bancário: caracterização (En. 204) 348
- bancário sujeito à regra do § 2.º do art. 224 da CLT: jornada de oito horas, sendo extraordinárias as demais (En. 232) 350
- bancário em função de chefia e recebendo gratificação não inferior a um terço: jornada de oito horas (En. 233) 350
- bancário em função de subchefia, recebendo gratificação não inferior a um terço: jornada de oito horas (En. 234) 350
- bancário na função de tesoureiro, recebendo gratificação não inferior a um terço: jornada de oito horas (En. 237) 350
- bancário na função de subgerente, recebendo gratificação não inferior a um terço: jornada de oito horas (En. 238) 351
- v. *Alteração do Contrato de Trabalho e Horas Extras*
- v. *Súmula do TST n.ºs 102, 166, 204, 232, 233, 234, 237 e 238*

CARTEIRA DE TRABALHO

- anotações: geram presunção *juris tantum* (En. 12) 332
- prescrição para reclamar anotações: flui da cessação do contrato (En. 64) 336
- v. *Súmula do TST n.ºs 12 e 64*

CASEIRO

— v. *Trabalhador Rural*

CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA

— v. *Dissídios Coletivos e Normas Coletivas*

CAUTELAR

— v. *Ação Cautelar e Mandado de Segurança*

CEEE

— v. *Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Complementação de Aposentadoria, Eletricitário e Licença-Prêmio*

CERCEAMENTO DE DEFESA

- configura-se, pelo indeferimento de prova testemunhal, através da qual se pretenda descaracterizar determinados aspectos do laudo pericial; adicional de Insalubridade (*Ementa* 5116) 151

"CHAPAS"

- v. *Relação de Emprego*

CHEFE DE TREM

- regido pelo Estatuto dos Ferroviários; não tem direito à gratificação prevista no respectivo art. 110 (*En.* 67) 336
- v. *Súmula do TST n.º 67*

CHEFE DE SECRETARIA DE JCI

- v. *Funcionário Público*

CIPAs

- v. *Empregado Integrante de Cipa*

CIRCULO DE PAIS E MESTRES

- v. *Legitimatío ad Causam*

CLÁUSULA PENAL

- multa diária pelo descumprimento da obrigação; inaplicabilidade do limite imposto no art. 920 do Código Civil (*Ementa* 5117) 152
- v. *Mora e Multa*

CLÁUSULAS DE INTERPRETAÇÃO A FAVOR DO DEVEDOR

- v. *Eletricitário*

CLÁUSULAS REGULAMENTARES

- que revoguem ou alterem vantagens: eficácia (*En.* 51) 335
- v. *Súmula do TST n.º 51*

COISA JULGADA

- não há eficácia de coisa julgada na desistência da ação, pelo reclamante, com a concordância do reclamado (*Acórdão* 6804/85) 43
- v. *Desconto*

COMINAÇÃO DE PAGAMENTO EM DOBRO — ART. 467

- revelia: hipótese em que é devido o pagamento em dobro (*En.* 69) .. 336
- v. *Pagamento em Dobro — Art. 467*
- v. *Súmula do TST n.º 69*

COMISSIONISTA

- é devida a remuneração do repouso semanal e dias feriados ao empregado comissionista, ainda que praticista (*En.* 27) 333
- v. *Súmula do TST n.º 27*

COMISSÕES

- incidência sobre os repousoes semanais; cálculo: deve considerar somente os dias de efetivo trabalho (*Ementa* 5118) 153
- v. *Desconto*

COMPANHEIRA

- v. *Créditos Trabalhistas*

COMPENSAÇÃO

- dos honorários do perito com o valor da conciliação: impossibilidade (Acórdão 3493/85) 44
- é restrita a dívidas de natureza trabalhista (En. 18) 332
- só pode ser argüida com a contestação (En. 48) 335
- é compensável a gratificação de Natal com a da Lei 4090/62 (En. 145) 343
- v. *Gratificação*
- v. *Súmula do TST n.ºs 18, 48 e 145*

COMPENSAÇÃO HORÁRIA

- v. *Adicional de Insalubridade e Jornada Compensatória*

COMPETÊNCIA

- para apreciar ação cautelar nominada, visando à sustação da execução da sentença rescindenda: competência do Tribunal em que flui a ação rescisória (Ementa 5119) 153
- pedido de complementação de aposentadoria concedida por entidade assistencial criada pelo empregador: competência da JT para apreciar e decidir (Ementa 5120) 154
- diferenças de complementação de aposentadoria; direito remanescente do contrato de trabalho; competência da JT (Ementa 5121) 154
- facultativa a associação do empregado a fundação previdenciária instituída pelo empregador, é incompetente a JT para decidir sobre pedido de complementação de aposentadoria (Ementa 5122) 155
- da JT para decidir sobre descontos assistenciais pleiteados em nome próprio pelo sindicato de classe; divergência da orientação da Súmula do TST, en. 224 (Ementa 5123) 156
- é competente a JT em litígio de entidade sindical contra empresa, visando à cobrança de contribuições determinadas em sentença normativa (Ementa 5124) 156
- ação de cumprimento; entidade sindical que em nome próprio busca o cumprimento de decisão normativa; incompetência da JT; Súmula do TST, n.º 224 (Ementa 5125) 157
- é incompetente a JT para julgar ação em que o sindicato pleiteia, em nome próprio, o recolhimento de desconto assistencial previsto em sentença normativa (Ementa 5126) 157
- sendo o empregado operário ou artífice a competência é da JT, independentemente do valor da reclamatória (Acórdão 6634/85) 45
- ação em que é postulado pagamento de multa prevista por descumprimento a cláusula editada em acordo coletivo; competência da JT (Acórdão 1944/85) 46
- PIS: é da competência da JT decidir sobre falta de cadastramento, erro nas informações ou falta de recolhimento (Ementa 5127) 158
- a Justiça do Trabalho é competente para decidir sobre pedido de indenização por falta de requisição de trabalhadores avulsos (Ementa 5128) 158
- da Justiça do Trabalho para decidir em reclamatórias de trabalhadores avulsos (Ementa 5129) 160
- é competente a JT para apreciar reclamação que tenha por objeto direito fundado em cargo de carreira (En. 19) 332
- ação de ferroviário oriundo das empresas Sorocabana, São Paulo Minas e Araraquarense: hipótese de incompetência da JT (En. 75) 337
- RFFSA: reclamatória por cujo objeto responde a Previdência Social: incompetência da JT (En. 106) 339
- servidor público estadual ou municipal; hipótese de incompetência da JT (En. 123) 341
- falece, à JT, para determinar reintegração ou indenização de empregado demitido com base em atos institucionais (En. 150) 343

- da JT nos dissídios em que figurem o BNH e a Previdência Social como litisconsortes: inconstitucionalidade da parte final do art. 22 da Lei 5107/66 (En. 179) 345
- da JT, para declarar a legalidade ou ilegalidade de greve (En. 189) 346
- sindicato; ação de cumprimento; desconto assistencial; incompetência da JT (En. 224) 349
- v. *Inconstitucionalidade e Pis — Programa de Integração Social*
- v. *Súmula do TST n.ºs 19, 75, 106, 123, 150, 179, 189 e 224*

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

- trabalhadores do Banco do Brasil; cálculo; tempo de serviço e proventos totais; piso e teto (Acórdão 9316/84) 47
- bancário do Banco do Brasil: mensalidade, atualização e teto (Ementa 5130) 160
- empregado do Banco do Brasil; substituição dos qüinqüênios por anuênios; vantagem que se estende aos aposentados (Ementa 5131) 161
- servidor da CEEE; pedido de pagamento da gratificação prevista na Lei Suely, em razão da permanência do trabalhador em serviço por cinco anos após o direito à aposentadoria voluntária; pretensão rejeitada (Ementa 5132) 161
- v. *Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Aposentadoria, Competência, Eletricitário e Prescrição*

COMPUTAÇÃO

- v. *Jornada de Trabalho*

CONCILIAÇÃO

- é lícito às partes incluir no acordo concessões sobre direitos não postulados na demanda (Ementa 5133) 163
- cabe ao Tribunal suprir a negativa do juízo de 1.º Grau em homologar conciliação (Ementa 5134) 164

CONFERENTES

- de mercadorias, nas embarcações mercantes em operação de carga e descarga; obrigatoriedade de emprego de mão-de-obra especializada (Ementa 5135) 164

CONFISSÃO

- pena de confissão: abrange todas as verbas pleiteadas na inicial (Ementa 5136) 165
- ficta: hipótese de aplicação da pena (En. 74) 337
- v. *Relação de Emprego*
- v. *Súmula do TST n.º 74*

CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO

- hipótese de aplicação da lei do lugar de execução do contrato (Acórdão 4287/85) 51
- relação de emprego: *lex loci executionis* (En. 207) 348
- v. *Súmula do TST n.º 207*

CONSTITUCIONALIDADE

- v. *Inconstitucionalidade*

CONTRATO A PRAZO

- caracterização do contrato por safra; beneficiamento de fumo; invalidade da contratação a termo (Ementa 5137) 166
- beneficiamento de fumo em folha; atividade provisória; validade do ajuste de trabalho a prazo certo (Ementa 5138) 166

- extinção antes de dezembro: devida a gratificação natalina proporcional (En. 2) 331
- rescisão antecipada; optante pelo FGTS; aplicação do art. 479 da CLT (En. 125) 341
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 2 e 125

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

- é nulo, na admissão de trabalhador para prover acréscimo extraordinário de serviço; contrato a prazo indeterminado (*Ementa* 5139) 166
- prorrogação ; invalidade da prorrogação injustificada; nulidade de cláusula contratual potestativa (*Ementa* 5140) 167
- inexistência na legislação pátria qualquer restrição quanto a esse tipo de contrato (*Ementa* 5141) 168
- rescisões antecipadas; cabível o aviso prévio (En. 163) 344
- prorrogação: limite máximo de 90 dias (En. 188) 346
- v. *Salário-Maternidade*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 163 e 188

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO

- v. *Relação de Emprego*

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL

- v. *Relação de Emprego*

CONTRATO DE TRABALHO

- é lícita a contratação de empregado para, num mesmo horário e local, prestar serviço a duas entidades jurídicas distintas (*Ementa* 5142) 168
- prestação de trabalho, sem solução de continuidade, a empresas cujo controle e administração estejam concentrados em uma mesma pessoa física; incidência da regra do art. 9.º da CLT; reintegração (*Ementa* 5143) 170
- quando, não obstante ilícito o trabalho, são devidos todos os direitos reconhecidos ao contrato de trabalho válido (*Ementa* 5144) 170
- cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens: eficácia (En. 51) 335
- nula é a cláusula que fixa determinada importância ou percentual para atender englobadamente vários direitos do trabalhador (En. 91) 338
- é único, em princípio, na prestação de serviços a grupo econômico (En. 129) 341
- v. *Alteração do Contrato de Trabalho, Conflito de Leis no Espaço, Legitimatio ad Causam, Locação de Mão-de-Obra e Relação de Emprego*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 51, 91 e 129

CONTRATO POR SAFRA

- não o invalida nem descaracteriza a fixação de data de término; beneficiamento de fumo em folha (*Ementa* 5145) 171
- findo cada contrato, tem direito o trabalhador ao recebimento proporcional de férias, 13.º salário e indenização (*Ementa* 5146) 171
- v. *Contrato a Prazo*

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

- v. *Competência*

CONTUMÁCIA

- v. *Representação*

CONVENÇÃO COLETIVA

- v. *Norma Coletiva*

CORREÇÃO AUTOMÁTICA DE SALÁRIOS

- da Lei 6708/79: não se aplica aos servidores do Distrito Federal e respectivas autarquias (En. 235) 350
- v. *Súmula do TST*, n.º 235

CORREÇÃO MONETÁRIA

- nas liquidações de empresas sob intervenção do Banco Central: incidência suspensa (En. 185) 346
- não incide sobre o débito do trabalhador reclamante (En. 187) 346
- juros: incidência sobre o valor da condenação já corrigido (En. 200) .. 347
- v. *Desconto e Juros e Correção*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 185, 187 e 200

CORREÇÃO SEMESTRAL

- v. *Acordo Coletivo*

CRÉDITOS TRABALHISTAS

- do empregado falecido: exclusão da companheiro como beneficiária (Ementa 5147) 172
- v. *Execução*

CULPA RECÍPROCA

- reconhecida, na rescisão, consequências (En. 14) 332
- v. *Súmula do TST*, n.º 14

CUSTAS

- pessoas jurídicas de direito público: não estão sujeitas ao seu pagamento, para recorrer (En. 4) 331
- parte vencida em 2.ª instância: deverá pagá-la independentemente de intimação (En. 25) 333
- nas ações plúrimas, incidem sobre o valor global (En. 36) 334
- inquérito judicial, não pagas no prazo: arquivamento (En. 49) 335
- o prazo para pagamento, em caso de recurso, é contado da intimação do cálculo (En. 53) 335
- Inocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação (En. 86) 338
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 4, 25, 36, 49, 53 e 86

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

- v. *Gratificação Natalina e Pagamento em Dobro — Art. 467*

DECISÃO

- sentença condicional: nulidade; adicional de insalubridade (Ementa 5148) 173
- v. *Sentença*

DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS

- salvo quando terminativas do feito, não são recorríveis de imediato (En. 214) 348
- v. *Súmula do TST*, n.º 214

DEMISSÃO

- município; necessidade de o administrador público justificar o ato demissório de servidor (Ementa 5149) 173
- servidor público; inexistência de regra legal que torne obrigatória a justificação ou motivação de ato de demissão de emprego do poder público (Ementa 5150) 174

DENTISTA

- salário profissional; proporcionalidade com as horas efetivamente trabalhadas (En. 143) 342
- v. *Súmula do TST, n.º 143*

DEPOSITÁRIO

- v. *Habeas Corpus*

DEPÓSITO DA CONDENAÇÃO

- a majoração do salário mínimo não obriga a complementá-lo (En. 35) .. 334
- incorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação (En. 86) 338
- em ação rescisória, vencido o empregador, deve este, para recorrer, depositar o valor da condenação (En. 99) 339
- deve ser complementado, se acrescida a condenação pelo acórdão regional (En. 128) 341
- não havendo condenação em pecúnia, descabe o depósito prévio (En. 161) 344
- realizado fora da conta vinculada: hipótese em que não impedirá o conhecimento do apelo (En. 165) 344
- desnecessárias a autenticação mecânica na relação de empregados e a individualização do processo na guia de recolhimento (En. 216) 349
- independe de prova o credenciamento bancário para recebimento do depósito da condenação (En. 217) 349
- deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso (En. 245) .. 351
- v. *Súmula do TST, n.ºs 35, 86, 99, 128, 161, 165, 216, 217 e 245*

DEPÓSITO JUDICIAL

- v. *Juros e Correção*

DEPÓSITO RECURSAL

- v. *Execução*

DESCANSO SEMANAL

- v. *Horas Extras*

DESCONTO

- não é lícito descontar do salário do trabalhador valor relativo a título por ele avalizado (*Ementa 5151*) 175
- por danos ocorridos em veículo dirigido pelo empregado; cláusula contratual leonina; invalidez (*Ementa 5152*) 175
- estorno de comissões pagas adiantadas aos vendedores, sobre mercadorias não comercializadas e devolvidas: licitude (*Ementa 5153*) 176
- descontos previdenciários não previstos na sentença liquidanda: não podem ser efetuados, sob pena de ferir-se a coisa julgada (*Ementa 5154*) .. 176
- previdenciário: deve ser feito sem o acréscimo de juros e correção monetária, que são de responsabilidade exclusiva do empregador (*Ementa 5155*) 177
- fiscal e previdenciário, autorizados; Provimento n.º 03/84 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (*Ementa 5156*) 177
- é indevido, pelo comparecimento do empregado como parte à JT (En. 155) 343
- v. *Súmula do TST, n.º 155*

DESCONTO ASSISTENCIAL

- v. *Competência*

DESCONTO PREVIDENCIÁRIO

- v. *Desconto*

DESERÇÃO

- inócurre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação (En. 86) 338
- v. *Súmula do TST, n.º 86*

DESISTÊNCIA

- v. *Ação de Cumprimento e Coisa Julgada*

DESPEDIDA

- negada a prestação de trabalho e a despedida, é do empregador o ônus da prova (En. 212) 348
- v. *Ação Cautelar, Demissão, Empregado Integrante de Cipa, Estabilidade Provisória, Justa Causa e Trabalhador Rural*
- v. *Súmula do TST, n.º 212*

DESPEDIDA INDIRETA

- atraso no recolhimento do FGTS: motivo ensejador de rescisão indireta (Acórdão 455/85) 52
- matéria que comporta discussão não autoriza a rescisão indireta do vínculo de emprego (Ementa 5157) 178
- v. *Falta Grave, Justa Causa e Rescisão do Contrato de Trabalho*

DIÁRIAS

- quando excedentes a 50% integram, para efeitos indenizatórios, e pelo valor total, o salário (En. 101) 339
- v. *Juiz do Trabalho*
- v. *Súmula do TST, n.º 101*

DIFERENÇAS SALARIAIS

- v. *Inconstitucionalidade*

DIGITADOR

- a lei não atribui jornada reduzida à profissão de digitador (Ementa 5158) 178
- v. *Jornada de Trabalho*

DIREITO LÍQUIDO E CERTO

- v. *Mandado de Segurança*

DIRETOR DE SOCIEDADE ANÔNIMA

- empregado: cômputo do período como de tempo de serviço e consideração da remuneração percebida, se despedido no exercício do mandato (Acórdão 1935/85) 53

DIRETOR GERAL DE SECRETARIA DE TRT

- v. *Funcionário Público*

DIRIGENTE SINDICAL

- v. *Estabilidade Provisória e Falta Grave*

DIRIGENTES DE ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

- gozam de estabilidade provisória no emprego (En. 222) 349
- v. *Súmula do TST, n.º 222*

DISSÍDIO COLETIVO

- e convenções coletivas: estendem-se aos integrantes de categorias diferenciadas, ainda que os empregadores não sejam signatários ou suscitados; motoristas (Ementa 5159) 179
- não atinge quem não participa da categoria econômica suscitada (Ementa 5160) 180

- Instruções do TST (*Instrução Normativa 01*) 329
- é constitucional o art. 2.º da Lei 4725/65 (En. 141) 342
- v. *Legitimatío ad Processum e Norma Coletiva*
- v. *Súmula do TST, n.º 141, e Instrução Normativa 01*

DISTRIBUIDORES DE LEITE

- v. *Relação de Emprego*

DOBRA SALARIAL — ART. 467

- v. *Pagamento em Dobro — Art. 467*

DOCUMENTOS

- juntada na fase recursal: quando se justifica (En. 8) 332
- v. *Súmula do TST, n.º 8*

DONO DA OBRA

- v. *Responsabilidade e Solidariedade*

EDITAL

- v. *Execução*

ELETRICITÁRIO

- empregado da CEEE admitido sob a égide da Lei 1890/53; hipótese em que lhe é reconhecida a condição de *servidor contratado*; aplicação da regra do *favor debitoris* (*Ementa 5161*) 181
- complementação de aposentadoria; ex-servidores estatutários; direito à percepção de avanços trienais e quinquenais, vantagens autônomas (*Ementa 5162*) 182
- tem direito ao pagamento dos períodos de sobreaviso (En. 229) 350
- v. *Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Complementação de Aposentadoria, Licença-Prêmio e Prescrição*
- v. *Súmula do TST, n.º 229*

EMBARGOS

- hipótese de não conhecimento (En. 23) 333
- decisões superadas não ensejam seu conhecimento (En. 42) 334
- art. 894, b, da CLT — é recurso incabível para reexame de fatos ou provas (En. 126) 341
- para o Pleno, contra agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso de revista: incabíveis, em princípio (En. 183) 346
- para o Pleno do TST — decisão em agravo regimental (En. 195) 347
- v. *Embargos Declaratórios*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 23, 42, 126, 183 e 195*

EMBARGOS À EXECUÇÃO

- quando opostos pelo exequente; aplicação do § 3.º do art. 884 da CLT (*Ementa 5163*) 183
- v. *Execução*

EMBARGOS À PENHORA

- v. *Execução*

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

- para suprir omissão apontada em recurso de revista ou embargos; pena de preclusão (En. 184) 346
- suspendem o prazo do recurso principal (En. 213) 348
- v. *Súmula do TST, n.ºs 184 e 213*

EMBARGOS INFRINGENTES

- não cabem embargos infringentes das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais (*Ementa 5164*) 183

EMPREGADA GESTANTE

- v. *Estabilidade Provisória e Salário-Maternidade*

EMPREGADO CEDIDO

- v. *Equiparação Salarial*

EMPREGADO DIRETOR DE SOCIDADE ANÔNIMA

- v. *Diretor de Sociedade Anônima*

EMPREGADO DOMÉSTICO

- é doméstico o trabalho de atendimento a pessoa idosa, em âmbito residencial, ainda que prestado por atendente de enfermagem (*Ementa 5165*) 184
- pedido de pagamento de salário mínimo com base na Constituição Federal; pretensão improcedente, porque não regulamentada a norma constitucional — art. 165, I — relativamente ao trabalhador doméstico (*Ementa 5166*) 184
- v. *Férias, Prescrição, Relação de Emprego e Trabalhador Rural*

EMPREGADO ESTÁVEL

- quando se impõe a reintegração no emprego, ao invés de conversão em indenização pedida pelo trabalhador (*Ementa 5167*) 184
- optante; transação; limites (En. 54) 335
- v. *Contrato de Trabalho e Prescrição*
- v. *Súmula do TST, n.º 54*

EMPREGADO FALECIDO

- v. *Créditos Trabalhistas*

EMPREGADO INTEGRANTE DE CIPA

- não é detentor de estabilidade, estando protegido apenas contra a despedida arbitrária (*Ementa 5168*) 185
- despedida arbitrária; reintegração (*Ementa 5169*) 186
- despedido: direito aos salários até a efetiva reintegração (*Ementa 5170*) 186
- a imunidade não impede a despedida; exame posterior de justa causa; direito aos salários do período de mandato e à contagem do tempo de serviço (*Ementa 5171*) 187

EMPREGADO MENOR

- v. *Menor*

EMPREGADO RURAL

- v. *Trabalhador Rural*

EMPREGADO TEMPORÁRIO

- v. *Trabalhador Temporário*

EMPREGADOS DE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

- v. *Estabelecimentos de Crédito*

EMPREITADA

- v. *Competência*

EMPREITEIRO

- v. *Responsabilidade*

EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

— v. *Juros e Correção*

EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

— v. *Bancário*

EMPRESAS SOB INTERVENÇÃO DO BANCO CENTRAL

— v. *Juros e Correção*

EMFERMEIRO

— v. *Adicional de Insalubridade e Empregado Doméstico*

ENGENHEIRO

— v. *Adicional de Insalubridade*

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

— v. *Adicional de Insalubridade*

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

- quadro de pessoal organizado em carreira: validade para efeito de equiparação (En. 6) 331
- direito fundado em quadro de carreira: competência da JT (En. 19) .. 332
- pedido relacionado com situação pretérita: desnecessário que ao tempo da reclamação reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento (En. 22) 333
- é do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação (En. 68) 336
- hipótese em que não a exclui a cessão de empregados (En. 111) 340
- atendido o art. 461, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial decorra de decisão judicial (En. 120) 341
- em caso de trabalho igual, conta-se o tempo na função e não no emprego (En. 135) 342
- v. *Súmula do TST, n.ºs 6, 19, 22, 68, 111, 120 e 135*

EQUIVALENCIA

- estabilidade e FGTS: é meramente jurídica e não econômica (En. 98) .. 339
- v. *Súmula do TST, n.º 98*

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

- pertencentes a categorias profissionais diferenciadas: empregados não se beneficiam do regime legal dos bancários (En. 117) 340
- v. *Súmula do TST, n.º 117*

ESTABILIDADE

- despedida obstativa: quando se presume (En. 26) 333
- v. *Contrato de Trabalho, Empregado Estável e Equivalência*
- v. *Súmula do TST, n.º 26*

ESTABILIDADE PROVISÓRIA

- não há incompatibilidade entre o contrato de experiência e a estabilidade provisória concedida à gestante (*Ementa 5172*) 187
- é incompatível com o contrato de experiência; empregada gestante (*Ementa 5173*) 188
- é incompatível com determinação de prazo do contrato de trabalho (*Ementa 5174*) 189
- do dirigente sindical: é direlto que beneficia a classe dos trabalhadores, não a patronal (*Acórdão 938/85*) 55
- hipótese em que o fechamento de filial da empresa não autoriza a rescisão do contrato de trabalho de dirigente sindical; reintegração (*Ementa 5175*) 189

- dirigente sindical: é lícita a extinção do contrato de trabalho no período de estabilidade (Acórdão 7353/85) 57
- extinto o estabelecimento por falência, descabe falar em direito do dirigente sindical a salário e outras prestações até 12 meses após o término do mandato (Ementa 5176) 190
- conferida à gestante pelo prazo de até 60 dias após o parto: compreende também todo o período de gravidez (Ementa 5177) 191
- empregada gestante despedida: reintegração, com salários do período de afastamento (Ementa 5178) 191
- da gestante: nula a despedida e escoado o período de estabilidade, impõe-se indenização no valor dos salários respectivos (Ementa 5179) .. 192
- direito não devido à empregada, se desconhecido do empregador o estado de gestação, quando da despedida (Ementa 5180) 193
- e dirigentes de associações profissionais (En. 222) 349
- v. *Empregado Integrante de Cipa e Falta Grave*
- v. *Súmula do TST, n.º 222*

ESTABILITÁRIO

- v. *Prescrição*

ESTADO

- v. *Legitimatío ad Causam*

ESTAGIÁRIO

- recurso assinado por estagiário: conhecimento (Ementa 5181) 193
- v. *Recurso*

EXECUÇÃO

- o crédito trabalhista goza de proteção especial, sobrepondo-se inclusive ao hipotecário (Acórdão 3430/85) 60
- a publicação de edital de leilão em jornal supre a falta de afixação na sede do juízo (Ementa 5182) 194
- o valor, em avaliação de bem imóvel penhorado, deve acompanhar os parâmetros inflacionários (Ementa 5183) 194
- a lei não condiciona o reconhecimento de fraude à execução a prévia inscrição da penhora (Acórdão 2685/85) 62
- grupo econômico; execução em caso de fraude contra credores (Ementa 5184) 195
- liquidação irregular de empresa: respondem os sócios, com seus bens particulares, pelas obrigações trabalhistas (Ementa 5185) 195
- contra a Fazenda Pública; autarquia; necessidade de precatório (Acórdão 7131/81) 64
- impugnação à sentença de liquidação: pressupostos (Ementa 5186) ... 195
- não constitui motivo de não conhecimento de impugnação de sentença de liquidação o uso das denominações embargos à execução ou embargos à penhora (Ementa 5187) 196
- prossegue no juízo trabalhista até a penhora em caso de falência do executado (Ementa 5188) 196
- apurado na JT o quantum devido ao empregado, a execução terá desenlace no juízo falimentar; voto vencido: a execução é de competência da JT até o final (Acórdão 770/74) 65
- falência: apurado o quanto devido ao empregado, a execução terá seu desenlace no juízo falimentar (Ementa 5189) 197
- a liquidação extrajudicial de banco não suspende a ação trabalhista nem a condiciona ao esgotamento da via administrativa; inaplicabilidade do art. 18 da Lei 6024/74 aos processos trabalhistas (Acórdão 3861/85) .. 68
- é impenhorável o depósito recursal; conseqüente exclusão da falência e possibilidade de levantamento (Ementa 5190) 197

- juros e correção: cálculo, na execução contra pessoas jurídicas de direito público (En. 193) 347
- grupo econômico; solidariedade (En. 205) 348
- os juros e correção incluem-se, sempre, na liquidação (En. 211) ... 348
- v. *Arresto, Competência, Embargos à Execução, Juros e Correção, Mandado de Segurança, Multa e Sócio*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 193, 205 e 211*

EXPERIÊNCIA

- v. *Contrato de Experiência*

EXTINÇÃO DA EMPRESA

- não exclui, por si só, o direito ao aviso prévio (En. 44) 334
- salários: são devidos até a data da extinção (En. 173) 345
- v. *Súmula do TST, n.ºs 44 e 173*

EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- v. *Estabilidade Provisória*

EXTINÇÃO DO PROCESSO

- v. *Representação*

FALÊNCIA

- v. *Execução e Pagamento em Dobro — Art. 467*

FALTA GRAVE

- não enseja rescisão do contrato de trabalho o fato de o trabalhador não comunicar à empresa em que é admitido sua condição de dirigente sindical (Acórdão 4543/85) 70
- não recolhimento do FGTS: falta grave do empregador (Ementa 5191) .. 198
- salvo a de abandono de emprego no curso do aviso prévio, retira ao empregado direito à indenização (En. 73) 337
- v. *Justa Causa e Transferência*
- v. *Súmula do TST, n.º 73*

FALTAS AO SERVIÇO

- não são computáveis como faltas, para o efeito de férias, as ausências do empregado durante apenas parte do expediente (Ementa 5192) 198
- decorrentes de acidente do trabalho: não são consideradas para efeito de férias e gratificação natalina (En. 46) 334
- justificadas pela lei: são ausências legais, não descontáveis no cálculo das férias (En. 89) 339
- para comparecimento como parte à JT: indevido o desconto (En. 155) 343
- v. *Licença-Prêmio*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 46, 89 e 155*

FAZENDA PÚBLICA

- v. *Execução*

FEDERAÇÃO

- v. *Legitimatío ad Processum*

FÉRIAS

- empregado doméstico: direito a férias de 30 dias e a férias proporcionais (Ementa 5193) 199
- proporcionais: não são devidas ao empregado doméstico (Ementa 5194) 199
- não faz jus a férias proporcionais o trabalhador que se demite antes de um ano de serviço (Ementa 5195) 199
- indenizadas: não se conta o respectivo período como tempo de serviço (Ementa 5196) 200

— indenização pelo não deferimento oportuno: cálculo (En. 7)	332
— são indevidas, quando reconhecida a culpa recíproca da rescisão (En. 14)	332
— para esse efeito, não são consideradas as faltas decorrentes de acidente do trabalho (En. 46)	334
— gozadas após o período legal de concessão: devem ser remuneradas em dobro (En. 81)	337
— faltas ao serviço justificadas por lei: são ausências legais, não descontáveis no cálculo das férias (En. 89)	338
— pagamento ao rural (En. 104)	339
— indenizadas: indevido o pagamento dos repousos semanais e feriados intercorrentes (En. 147)	343
— de tarefeiro: cálculo da remuneração (En. 149)	343
— as horas extras habituais integram suas remuneração (En. 151)	343
— proporcionais, de empregado com mais de um ano: devidas, salvo em caso de dispensa com justa causa (En. 171)	345
— v. <i>Faltas ao Serviço</i>	
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 7, 14, 46, 81, 89, 104, 147, 149, 151 e 171	

FÉRIAS-ANTIGUIDADE

- v. *Prescrição*

FERROVIÁRIOS

— de estação de interior: não fazem jus a horas extras (En. 61)	336
— chefe de trem regido pelo Estatuto dos Ferroviários: não tem direito à gratificação prevista no respectivo art. 110 (En. 67)	336
— ação de ferroviário oriundo das empresas Sorocabana, São Paulo Minas e Araraquarense: hipótese de incompetência da JT (En. 75)	337
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 61, 67 e 75	

FINANCEIRAS

— equiparam-se aos estabelecimentos bancários para os efeitos do art. 224 da CLT (En. 55)	335
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.º 55	

FRAUDE À EXECUÇÃO

- v. *Execução*

FRAUDE À LEI

— hipótese em que se presume em fraude à lei a rescisão contratual (En. 20)	333
— nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos do trabalhador (En. 91)	338
— v. <i>Bancário, Contrato de Trabalho e Relação de Emprego</i>	
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 20 e 91	

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

— comparecimento ao serviço dentro da primeira hora de expediente: não ocorrência de falta (<i>Ementa</i> 5197)	200
— atendentes judiciais do TRT; ascensão funcional; interpretação das disposições legais (<i>Acórdão</i> 7357/83)	71
— Chefes de Secretaria e Diretor Geral de Secretaria; direito reconhecido à opção pela gratificação de 20% estabelecida pelo DL 1457/76 (<i>Acórdão</i> 11271/84)	72
— tempo de serviço: hipótese em que é contado da data do exercício, anterior à data de publicação da nomeação (<i>Ementa</i> 5198)	201
— é devida a gratificação natalina ao servidor público cedido (En. 50) ..	335
— ação de ferroviário oriundo das empresas Sorocabana, São Paulo Minas e Araraquarense: hipótese de incompetência da JT (En. 75)	337

- cedido à RFFSA: direito ao reajuste salarial do art. 5.º da Lei 4345/64 (En. 116) 340
- em princípio, a opção pelo regime trabalhista implica na renúncia aos direitos estatutários (En. 243) 351
- cedido à RFFSA; reajustamento salarial previsto na Lei 4345/64 (En. 252) 352
- v. *Legitimatio ad Processum, Prescrição e Servidor Público*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 50, 75, 116, 243 e 252

FUNDAÇÕES

- têm personalidade jurídica de direito privado, não se estendendo a elas os privilégios do DL 779/69 (*Ementa 5199*) 201

FUNDO DE GARANTIA

- descabe o recolhimento dos depósitos, durante o afastamento do trabalhador em virtude de acidente de trabalho (*Ementa 5200*) 202
- prescrição: deve ser considerada a comprovação efetiva do direito, o qual está condicionado à prescrição bienal (*Ementa 5201*) 202
- contribuição: incide sobre a remuneração mensal, inclusive horas extras e adicionais eventuais (En. 63) 336
- direito de reclamar contra o não recolhimento: prescrição trintenária (En. 95) 338
- levantamento do depósito: competência da JT (En. 176) 345
- incidência sobre parcelas prescritas (En. 206) 348
- anulação da opção: termo inicial da prescrição: data do ato (En. 223) . 349
- v. *Despedida Indireta, Equivalência, Falta Grave, Justa Causa e Prescrição*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 63, 95, 176, 206 e 223

FUNGIBILIDADE RECURSAL

- v. *Recurso*

GERENTE

- v. *Horas Extras*

GESTANTE

- a garantia de emprego à gestante não autoriza a reintegração (En. 224) 351
- v. *Estabilidade Provisória e Salário-Maternidade*
- v. *Súmula do TST*, n.º 244

GRATIFICAÇÃO

- chefe de trem regido pelo Estatuto dos Ferroviários não tem direito à gratificação prevista no respectivo art. 110 (En. 67) 336
- contratual periódica: integra o salário, inclusive para efeito de cálculo da natalina (En. 78) 337
- de função, do bancário não enquadrado no § 2.º do art. 224 da CLT: não se compensa com o valor das horas extras (En. 109) 340
- semestral: cálculo: o valor das horas extras habituais integra o "ordenado" (En. 115) 340
- de produtividade: hipótese em que não é devida a servidor público optante pelo regime da CLT (En. 121) 341
- hipótese em que se configura ajuste tácito (En. 152) 343
- por tempo de serviço: compensação (En. 202) 347
- por tempo de serviço: natureza salarial (En. 203) 348
- de produtividade e por tempo de serviço: não se incluem no cálculo dos repouso semanais (En. 225) 349
- por tempo de serviço: integra o cálculo das horas extras (En. 226) .. 350
- semestral: não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio (En. 253) 352
- v. *Alteração do Contrato de Trabalho e Complementação de Aposentadoria*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 67, 78, 109, 115, 121, 152, 202, 203, 225, 226 e 253

GRATIFICAÇÃO NATALINA

- proporcional: é devida na extinção de contratos a prazo, inclusive os de safra (En. 2) 331
- proporcional: é devida quando da aposentadoria (En. 3) 331
- é indevida, quando reconhecida culpa recíproca na rescisão (En. 14) . 332
- é devida ao empregado rural (En. 34) 334
- integra o seu cálculo a remuneração de serviço suplementar habitual (En. 45) 334
- para esse efeito, não se consideram as faltas decorrentes de acidentes do trabalho (En. 46) 334
- é devida ao servidor público cedido (En. 50) 335
- considera-se em seu cálculo a gratificação contratual periódica (En. 78) 337
- é computável no cálculo da indenização (En. 148) 343
- é devida, na rescisão de iniciativa do empregado (En. 157) 343
- não integra o valor da indenização adicional prevista nas Leis 6708/79 e 7238/84 (En. 242) 351
- v. *Décimo Terceiro Salário e Pagamento em Dobro* — Art. 467
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 2, 3, 14, 34, 45, 46, 50, 78, 148, 157 e 242

GREVE

- é desnecessário perquirir acerca de caracterização ou não da paralisação dos trabalhadores como greve, para que se lhes suprima o pagamento do salário (*Ementa* 5202) 203
- competência da JT para declarar a legalidade ou ilegalidade (En. 189) . 346
- v. *Súmula do TST*, n.º 189

GRUPO ECONÔMICO

- relação de emprego: é única, em princípio, na prestação de serviços a grupo econômico (En. 129) 341
- execução; solidariedade (En. 205) 348
- v. *Execução e Relação de Emprego*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 129 e 205

HABEAS CORPUS

- o depositário não está sujeito à advertência prevista no art. 599, II, do CPC para o devedor (*Acórdão* 2547/85) 75

HABITAÇÃO

- v. *Salário*

HONORÁRIOS

- periciais: sucumbente a empresa, é dela o ônus dos honorários do perito ainda que vencedora na questão objeto da perícia (*Ementa* 5203) . 204
- de perito: devem ser pagos pela parte sucumbente no respectivo item; voto vencido: deve ser pago pelo empregador, se sucumbente, ainda que em parcela estranha à perícia (*Ementa* 5204) 204
- compete ao autor o pagamento dos honorários da perícia a que deu causa, quando esta lhe é desfavorável (*Ementa* 5205) 205
- é inaplicável na JT o art. 64 do CPC (En. 11) 332
- condenação em honorários advocatícios: quando cabe, na JT (En. 219) 349
- advocatícios: são devidos, mesmo que o sindicato figure como substituto processual (En. 220) 349
- periciais; pagamento: responsabilidade da parte sucumbente na pretensão relativa ao objeto da perícia (En. 236) 350
- v. *Compensação*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 11, 219, 220 e 236

HORAS EXTRAS

— a lei não impõe o pagamento dobrado das horas extras prestadas nos dias de repouso semanal (<i>Ementa</i> 5206)	205
— integram o cálculo de outros títulos por sua média física e não pela média de seu valor (<i>Ementa</i> 5207)	205
— é direito do empregador suspender a prestação de trabalho extraordinário habitual; mas não é lícita a supressão do respectivo pagamento (<i>Ementa</i> 5208)	206
— estão sujeitas a supressão total, sem originar direito a pagamento pela média (<i>Ementa</i> 5209)	206
— decorrentes da contagem minuto a minuto da jornada de trabalho: procedência do pedido (<i>Ementa</i> 5210)	206
— não são de trabalho ou de disponibilidade os minutos anteriores ou posteriores ao horário de serviço, assinalados nos cartões-ponto (<i>Ementa</i> 5211)	207
— o período em que o trabalhador aguarda a hora da "pegada" não é de tempo à disposição do empregador (<i>Ementa</i> 5212)	207
— é tempo à disposição do empregador o período despendido pelo trabalhador na troca de uniforme e higiene pessoal (<i>Ementa</i> 5213)	207
— é tempo à disposição do empregador o despendido pelo empregado na troca de uniforme e no banho antes do início do trabalho (<i>Ementa</i> 5214)	208
— hipótese em que o banco empregador confessa que os cartões-ponto deveriam consignar apenas o horário padrão de cada empregado, vedado o registro de horas extras; aplicação da regra do § 2.º do art. 74 da CLT (<i>Acórdão</i> 3420/85)	77
— bancário; trabalhador que distribui e recebe documentos em agência de cidades diversas; hipótese de 8 horas diárias de trabalho extraordinário (<i>Ementa</i> 5215)	208
— bancário; exercício de funções diversas que não se caracterizam como de confiança; direito a horas extras (<i>Ementa</i> 5216)	209
— bancário, subcontador: direito às horas excedentes à 6.ª como extras (<i>Ementa</i> 5217)	209
— procurador de banco não exerce cargo de confiança; direito ao pagamento de horas extraordinárias (<i>Ementa</i> 5218)	210
— gerente bancário: direito às horas excedentes à 8.ª como extras (<i>Ementa</i> 5219)	210
— gerente de banco: não tem limite de jornada, não fazendo jus a horas extras (<i>Ementa</i> 5220)	211
— jornalista: validade do ajuste que envolve a prestação de duas horas extras por dia (<i>Ementa</i> 5221)	211
— médico que trabalha em regime de 24hs consecutivas por semana: direito (<i>Ementa</i> 5222)	211
— inserem-se no cálculo da indenização de antiguidade, se habituais (En. 24)	333
— integram o cálculo da gratificação natalina (En. 45)	334
— balconista que recebe comissão: direito a adicional de horas extras de 20% sobre as comissões (En. 56)	335
— condições em que seu valor integra o salário (En. 76)	337
— compensação horária ilegal: devido tão-só o respectivo adicional, pelas horas excedentes (En. 85)	337
— o valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado (En. 94)	338
— não as remunera a gratificação do caixa bancário (En. 102)	339
— de bancário não enquadrado no § 2.º do art. 224 da CLT: não se compensa com o valor das horas extras (En. 109)	340
— intervalo de 11 horas entre jornadas; regime de revezamento; horas extras (En. 110)	340
— não repercutem sobre a remuneração do sábado do bancário (En. 113)	340

— habituais: integram o “ordenado”, no cálculo das gratificações semestrais (En. 115)	340
— intervalo intrajornada, não previsto em lei: trabalho extraordinário, se acrescido ao final (En. 118)	340
— habituais: integram o cálculo da remuneração das férias (En. 151)	343
— computam-se no cálculo dos repouso remunerados, quando habituais (En. 172)	345
— bancário; horas extras contratadas; nulidade (En. 199)	347
— não contratadas expressamente: adicional de 25% (En. 215)	349
— cálculo: inclui a gratificação por tempo de serviço (En. 226)	350
— v. <i>Adicional de Insalubridade, Horas in Itinere, Jornada Compensatória, Prescrição e Sobreaviso</i>	
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 24, 45, 56, 76, 85, 94, 102, 109, 110, 113, 115, 118, 151, 172, 199, 215 e 226	
HORAS IN ITINERE	
— devem ser pagas ao trabalhador (<i>Ementa</i> 5223)	212
— não se caracterizam como tempo à disposição do empregador; pagamento indevido (<i>Ementa</i> 5224)	212
— não comportam remuneração; a <i>Súmula do TST</i> n.º 90 impõe interpretação restritiva (<i>Ementa</i> 5225)	213
— em condução fornecida pelo empregador: integram a jornada de trabalho (En. 90)	338
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.º 90	
IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ	
— princípio: não se aplica às JCJs (En. 136)	342
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.º 136	
IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO	
— v. <i>Execução</i>	
INCOMPETÊNCIA	
— v. <i>Competência</i>	
INCONSTITUCIONALIDADE	
— é competente o Juízo singular ou colegiado para apreciar inconstitucionalidade de lei <i>incidenter tantum</i> (<i>Ementa</i> 5226)	214
— não é lícito a qualquer Juízo, ainda que de 1.º grau, abster-se de conhecer e decidir sobre defesa ou pretensão fundada em inconstitucionalidade de lei (<i>Ementa</i> 5227)	214
— diferenças salariais pleiteadas com fundamento na inconstitucionalidade dos DL 2012, 2024 e 2045/83 (<i>Ementa</i> 5228)	215
— direito aos reajustes semestrais de salário; reconhecimento da inconstitucionalidade argüida — art. 20 da Lei 6708/79 (<i>Ementa</i> 5229)	216
— é constitucional o art. 20 da Lei 6708/79 (<i>Ementa</i> 5230)	216
— é constitucional o art. 3.º do DL 389/68 (En. 162)	344
— é inconstitucional a parte final do art. 22 da Lei 5107/66: competência da JT nos dissídios em que o BNH e a Previdência Social figurem como litisconsortes (En. 179)	345
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 162 e 179	
INDENIZAÇÃO	
— por danos causados ao trabalhador em face de sinistro; pedido julgado procedente; arts. 844 da CLT e 159 do Código Civil (<i>Ementa</i> 5231) ..	217
— pelo não deferimento das férias no tempo oportuno: cálculo (En. 7) ..	332
— integra-a o salário de horas extras habituais (En. 24)	333
— conversão da reintegração em indenização dobrada: salários devidos até a data da sentença (En. 28)	333

— falta grave, salvo a de abandono de emprego no curso do aviso prévio, retira direito a indenização (En. 73)	337
— de optante pelo FGTS, em contrato a prazo determinado — art. 479 da CLT (En. 125)	341
— integra seu cálculo o adicional de periculosidade, se permanente (En. 132)	342
— integra-a o adicional de insalubridade pago em caráter permanente (En. 139)	342
— é computável no seu cálculo a gratificação de Natal (En. 148)	343
— é incompetente a JT para determinar a indenização de empregado demitido com base em atos inconstitucionais (En. 150)	343
— v. <i>Estabilidade Provisória e Perdas e Danos</i>	
— v. <i>Súmula do TST, n.ºs 7, 24, 28, 73, 125, 132, 139, 148 e 150</i>	
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	
— do art. 9.º da Lei 6708/79: contagem do tempo do aviso prévio (En. 182)	346
— prevista no art. 9.º das Leis 6708/79 e 7238/84: parcelas de que se compõe (En. 242)	351
— v. <i>Súmula do TST, n.ºs 182 e 242</i>	
INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	
— v. <i>Rescisão do Contrato de Trabalho</i>	
INDUSTRIÁRIOS	
— integram a categoria os trabalhadores agrícolas das usinas de açúcar (En. 57)	335
— v. <i>Súmula do TST, n.º 57</i>	
INQUÉRITO	
— contadas e não pagas as custas no prazo: arquivamento (En. 49)	335
— prazo de decadência para ajuizá-lo contra empregado que abandona o emprego; início da contagem (En. 62)	336
— ou sindicância internos: não realizados, contrariando regulamento da empresa: nulidade da punição (En. 77)	337
— v. <i>Súmula do TST, n.ºs 49, 62 e 77</i>	
INSALUBRIDADE	
— v. <i>Adicional de Insalubridade, Honorários e Jornada Compensatória</i>	
INSTRUTOR DA FEBEM	
— v. <i>Relação de Emprego</i>	
INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
— v. <i>Locação de Mão-de-Obra</i>	
INTERPRETAÇÃO A FAVOR DO DEVEDOR	
— v. <i>Eletricitário</i>	
INTERVALO	
— desrespeito ao intervalo mínimo entre dois turnos de trabalho: consequências (En. 88)	338
— de 11 horas, entre jornadas: regime de revezamento; horas extras (En. 110)	340
— intrajornada, não previsto em lei: trabalho extraordinário, se acrescido ao final (En. 118)	340
— v. <i>Súmula do TST, n.ºs 88, 110 e 118</i>	
INTERVENÇÃO ASSISTENCIAL	
— só é admissível quando demonstrado interesse jurídico (En. 82)	337
— v. <i>Súmula do TST, n.º 82</i>	

INTIMAÇÃO

- em sexta-feira: contagem do prazo (En. 1) 331
- v. *Súmula do TST*, n.º 1

JORNADA COMPENSATÓRIA

- atividades insalubres; invalidade do acordo de compensação do horário semanal, pela ausência da autorização prevista no art. 60 da CLT (*Ementa* 5232) 218
- não atendidas as exigências do art. 60 da CLT, é irregular o regime compensatório, ainda que homologado o acordo pelo Tribunal Regional (*Ementa* 5233) 218
- em hipótese alguma o instrumento particular pode suprir a exigência dos arts. 374 e 375 da CLT (*Ementa* 5234) 218
- atestado de médico da empresa: quando atende à exigência do art. 375 da CLT (*Ementa* 5235) 219
- trabalho da mulher; atestado médico particular: quando é válido (*Ementa* 5236) 219
- prestação de mais de 10 horas de trabalho diário e exigência freqüente de trabalho aos sábados: nulidade do ajuste compensatório (*Ementa* 5237) 219
- é válida a cláusula de prorrogação compensatória da jornada, embora não especifique o horário de trabalho objeto de compensação (*Ementa* 5238) 220
- ainda que excedido habitualmente, não se invalida por isso o regime compensatório (*Ementa* 5239) 220
- não se descaracteriza nem é nulificado o acordo, pelo desdobramento do trabalho além do horário ajustado (*Ementa* 5240) 221
- trabalhador temporário: possibilidade de ajuste compensatório (*Ementa* 5241) 221
- ilegal: é devido tão-só o adicional respectivo, pelas horas excedentes (En. 85) 337
- exceto quanto ao trabalho da mulher, é suficiente o acordo escrito (En. 108) 340
- v. *Adicional de Insalubridade*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 85 e 108

JORNADA DE TRABALHO

- trabalho em computação: jornada normal de oito horas (*Ementa* 5242) 222
- integram-na as horas *in itinere*, em condução fornecida pelo empregador (En. 90) 338
- empregados de empresas distribuidoras de títulos e valores: não têm direito à jornada bancária (En. 119) 340
- v. *Digitador e Telefonista*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 90 e 119

JORNALISTA

- v. *Horas Extras*

JUIZ DO TRABALHO

- Substituto: faz jus ao pagamento de diárias corridas somente em caso de necessidade de serviço, a critério da Presidência do TRT (*Acórdão* 13780/84) 79
- v. *Mandado de Segurança*

JUROS E CORREÇÃO

- correção monetária nos débitos trabalhistas: processa-se na forma do DL 75/66 e não na da Lei 6423/77 (*Ementa* 5243) 222
- aplica-se aos débitos trabalhistas o DL 75/66, não revogado pela Lei 6899/81 (*Ementa* 5244) 223
- critérios a serem observados após a reforma monetária; inaplicabilidade, ao caso, da Lei 6423/77 (*Ementa* 5245) 223

- dos débitos do trabalhador: incide a Lei 6899/81, em que pese a Súmula do TST, n.º 187 (*Ementa* 5246) 224
- efetuado o depósito no trimestre de elaboração dos cálculos, descabe a atualização no trimestre subsequente (*Ementa* 5247) 225
- ou o devedor paga no trimestre em que o débito se tornou líquido ou responde pela correção do trimestre ou dos trimestres subsequentes (*Ementa* 5248) 225
- os juros de mora, de incidência mensal, devem ser computados no período que medeia entre a apresentação dos cálculos de liquidação e o depósito da condenação (*Ementa* 5249) 225
- correção monetária: cálculo: hipótese em que não se configura dupla incidência de correção (*Ementa* 5250) 226
- descabe a incidência de juros e correção sobre juros e correção (*Ementa* 5251) 227
- correção em liquidação extrajudicial: questão superada pelo DL 2278/85 (*Ementa* 5252) 227
- incidem nas hipóteses de liquidação extrajudicial, pela aplicação da Lei 6899/81 e do Dec. 2278/85 (*Ementa* 5253) 228
- empresas em liquidação extrajudicial: incidência de juros e correção sobre seus débitos suspensa (*Ementa* 5254) 228
- suspensão da incidência; empresas sob intervenção do Banco Central; Lei 6024/74 (*Ementa* 5255) 228
- pertencem ao credor os frutos do depósito judicial (*Ementa* 5256) 229
- nas liquidações de empresas sob intervenção do Banco Central: incidência suspensa (En. 185) 346
- em execução de pessoa jurídica de direito público: cálculo (En. 193) . 347
- juros; incidência sobre o valor da condenação já corrigido (En. 200) .. 347
- incluem-se, sempre, na liquidação (En. 211) 348
- v. *Súmula do TST*, n.º 185, 193, 200 e 211

JUS POSTULANDI

- v. *Legitimatío ad Processum*

JUSTA CAUSA

- o não recolhimento do FGTS é fundamento para rescisão indireta do contrato de trabalho (*Ementa* 5257) 229
- negativa, por trabalhadores, de realização de tarefas, sob a alegação de que a jornada seria excedida: falta grave de insubordinação (*Ementa* 5258) 229
- v. *Falta Grave e Transferência*

JUSTIÇA DO TRABALHO

- v. *Competência*

JUSTIÇA GRATUITA

- v. *Assistência Judiciária*

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- v. *Conflito de Leis no Espaço*

LEGITIMATIO AD CAUSAM

- círculo de pais e mestres: ilegitimidade para a causa, devendo o Estado responder como empregador (*Ementa* 5259) 230
- o Estado é parte passiva solidária em reclamatória contra associação círculo de pais e mestres (*Ementa* 5260) 231
- do sindicato de classe, em ação visando à reparação por descumprimento de cláusulas de direito normativo ou norma coletiva, não restrita a reajustes de salário (*Ementa* 5261) 231

LEGITIMATIO AD PROCESSUM

- ação declaratória de inexistência de insalubridade movida por empresa contra o sindicato dos trabalhadores; ilegitimidade processual passiva (Acórdão 2697/85) 81
- federação: quando possui legitimidade para atuar como substituto processual (Ementa 5262) 232
- hipótese em que falta, ao Presidente da Associação dos Funcionários da Justiça do Trabalho, para pleitear em Juízo em nome dos associados (Acórdão 11752/84) 83

LEILÃO

- v. *Execução*

LEI SUELY

- v. *Complementação de Aposentadoria*

LEX LOCI EXECUTIONIS

- v. *Conflito de Leis do Espaço*

LICENÇA-PRÊMIO

- eletricitário; a legislação pátria dá às faltas por suspensão disciplinar o mesmo tratamento das faltas não justificadas; direito a licença-prêmio em pecúnia (Ementa 5263) 232
- não é computado para esse efeito o tempo de serviço prestado sob a Lei 1890/53; servidores estatutários (En. 103) 339
- em princípio, não pode ser convertida em pecúnia (En. 186) 346
- v. *Súmula do TST, n.ºs 103 e 186*

LIMINAR

- v. *Mandado de Segurança*

LIQUIDAÇÃO

- compreende, sempre, juros e correção (En. 211) 348
- v. *Desconto, Execução e Juros e Correção*
- v. *Súmula do TST, n.º 211*

LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

- v. *Execução e Juros e Correção*

LITISPENDÊNCIA

- v. *Recurso*

LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

- por tempo indeterminado: fraude à legislação trabalhista; cooperativa de prestação de serviços (Acórdão 4904/85) 84
- a Lei 6019/74 não veda a prestação de serviços em caráter permanente; impessoalidade na prestação (Ementa 5264) 233
- solidariedade: inexistente, entre a empresa tomadora e a empresa prestadora de serviços (Ementa 5265) 233
- solidariedade do órgão público tomador dos serviços com a empresa prestadora; quando ocorre (Ementa 5266) 234
- por empresas particulares à administração pública; inexistência de solidariedade entre a empresa locadora e o órgão público tomador dos serviços (Acórdão 6419/85) 86
- por Município: o DL 200/67 autoriza e legitima a celebração, pelas entidades públicas, de contratos para a realização de tarefas executivas, nas quais se incluem os serviços de limpeza (Ementa 5267) 234

MAGISTRADO

- v. *Relação de Emprego*

MAGISTRADO

- v. *Juiz do Trabalho e Mandado de Segurança*

MANDADO DE SEGURANÇA

- é cabível, contra ato que indefere liminarmente pretensão em ação cautelar, presentes o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*; voto vencido: não há direito líquido e certo a liminar em cautelar inominada sem audiência do réu (Acórdão 6031/85) 88
- fere direito líquido e certo a lavratura de auto de arrematação após remição (Acórdão 2613/85) 98
- os descontos do imposto de renda na fonte não configuram violação a direito líquido e certo do magistrado (Acórdão 6036/85) 99
- penhora: não demonstrada a possibilidade de dano irreparável, descabe o mandado (Acórdão 1757/86) 101
- descabe contra decisão transitada em julgado (En. 33) 334
- decidido em TRT: recurso ordinário, no prazo de oito dias (En. 201) . 347
- v. *Súmula do TST*, n.º 33 e 201

MANDATO

- interposição de recurso sem procuração: não conhecimento, exceto na hipótese de mandato tácito (En. 164) 344
- v. *Súmula do TST*, n.º 164

MARÍTIMOS

- v. *Adicional de Risco, Conferentes e Salário*

MASSA FALIDA

- incorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação (En. 86) 338
- v. *Súmula do TST*, n.º 86

MÉDICO

- o salário profissional guarda proporcionalidade com as horas trabalhadas (En. 143) 342
- v. *Adicional de Insalubridade e Horas Extras*
- v. *Súmula do TST*, n.º 143

MEDIDA CAUTELAR

- v. *Ação Cautelar*

MEDIDA LIMINAR

- v. *Mandado de Segurança*

MEMBRO DE CIPA

- v. *Empregado Integrante de Cipa*

MENOR

- aprendiz: beneficia-se dos acordos normativos relativos à sua categoria (Ementa 5268) 236
- aprendiz que apenas estuda e menor aprendiz que apenas trabalha: inexistência de diferenciação jurídica entre as duas situações (Ementa 5269) 236
- não aprendiz: direito a salário mínimo integral (En. 134) 342
- v. *Súmula do TST*, n.º 134

MORA

- incorre em mora o devedor que paga com cheque, ainda que este não possa ser descontado na mesma data (Acórdão 4347/85) 103
- pagamento de salários atrasados em audiência; mora, rescisão (En. 13) 332
- v. *Súmula do TST*, n.º 13

MOTORISTA

- v. *Adicional de Insalubridade, Bancário, Dissídios Coletivos, Relação de Emprego e Salário*

MULHER

- v. *Jornada Compensatória*

MULTA

- obrigação de pagamento de verbas rescisórias: obrigação de dar; Inaplicabilidade dos arts. 287 e 644 do CPC, que respeitam às obrigações de fazer (*Ementa* 5270) 237
- v. *Advogado e Cláusula Penal*

NORMA COLETIVA

- categoria profissional diferenciada; empresa não representada pelo sindicato; sujeição à norma coletiva somente se citada no processo (*Ementa* 5271) 238

NORMAS REGULAMENTARES

- inobservadas, pela não realização de inquérito ou sindicância prévios: nulidade da punição do empregado (En. 77) 337
- v. *Súmula do TST, n.º 77*

NOTIFICAÇÃO

- intimação em sexta-feira: contagem do prazo (En. 1) 331
- presume-se recebida quarenta e oito horas após sua regular expedição; ônus da prova (En. 16) 332
- v. *Súmula do TST, n.ºs 1 e 16*

NULIDADE

- a lei não autoriza o Juiz de 1.º Grau e pleitear a nulidade do feito, ao encaminhar o processo com recurso ao 2.º Grau (*Ementa* 5272) 238
- rescisão contratual: hipótese em que se presume em fraude à lei (En. 20) 333
- é nula a punição de empregado não precedida de inquérito ou sindicância internos regulamentares (En. 77) 337
- nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos do trabalhador (En. 91) 338
- v. *Bancário, Cerceamento de Defesa, Contrato de Trabalho, Decisão, Prescrição e Sentença*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 20, 77 e 91*

OFICIAL DE JUSTIÇA AD HOC

- v. *Relação de Emprego*

ÔNUS DA PROVA

- é do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial (En. 68) 336
- v. *Alteração do Contrato de Trabalho*
- v. *Súmula do TST, n.º 68*

OPERADOR EM RAIO X

- v. *Sobreaviso*

OPTANTE

- estável; rescisão por acordo; transação; limites (En. 54) 335
- v. *Súmula do TST, n.º 54*

ÓRGÃO PÚBLICO

— v. *Demissão*

PAGAMENTO

— v. *Juros e Correção e Mora*

PAGAMENTO EM DOBRO — ART. 467

- gratificação natalina; natureza salarial; incidência da cominação do art. 467 da CLT (*Ementa* 5273) 238
- a regra do art. 467 da CLT é restrita a salários, não se aplicando à gratificação natalina (*Ementa* 5274) 239
- não incide a cominação sobre o 13.º salário (*Ementa* 5275) 239
- a declaração de falência traz como corolário a inaplicabilidade do disposto no art. 467 da CLT (*Ementa* 5276) 239
- revelia: hipótese em que é devido o pagamento em dobro (En. 69) .. 336
- v. *Cominação de Pagamento em Dobro — Art. 467*
- v. *Súmula do TST, n.º 69*

PARALISAÇÃO

— v. *Greve*

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

- quando habitualmente paga: natureza salarial (En. 251) 352
- v. *Prescrição*
- v. *Súmula do TST, n.º 251*

PASTOR RELIGIOSO

— v. *Relação de Emprego*

PEDIDO

— v. *Confissão*

PENA DE CONFISSÃO

— v. *Confissão*

PENALIDADE

— v. *Multa*

PENHORA

— v. *Execução e Mandado de Segurança*

PERDAS E DANOS

- transferência do empregado e posterior rescisão do contrato; pretensão, descabida, do trabalhador a ressarcimento de meses de aluguel (*Ementa* 5277) 240
- v. *Indenização*

PERÍCIA

— v. *Adicional de Insalubridade, Cerceamento de Defesa, Honorários e Prova*

PERICULOSIDADE

— v. *Adicional de Periculosidade*

PERÍODO À DISPOSIÇÃO

— v. *Tripulante de Navio*

PERÍODOS IN ITINERE

— v. *Horas In Itinere*

PERITO

- v. *Compensação e Honorários*

PESSOAL DE OBRAS

- aplica-se a legislação trabalhista (En. 58) 335
- v. *Súmula do TST, n.º 58*

PESSOALIDADE

- v. *Relação de Emprego*

PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

- processamento de recurso na JT (En. 4) 331
- privilégios no foro da JT não abrangem as sociedades de economia mista (En. 170) 345
- quando executadas: cálculo de juros e correção (En. 193) 347
- v. *Súmula do TST, n.º 4, 170 e 193*

PETIÇÃO INICIAL

- v. *Ação Rescisória*

PINTOR

- v. *Relação de Emprego*

PIS — PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

- falta de cadastramento de empregado: direito a indenização por perdas e danos (*Ementa 5278*) 241
- ocorrendo prejuízo pelo não cadastramento na época própria, cabe ação trabalhista para obtenção de ressarcimento do dano (*Ementa 5279*) 241
- v. *Competência e Prescrição*

PODER NORMATIVO

- exercício, pelo TST: limites (En. 190) 346
- v. *Súmula do TST, n.º 190*

PORTUÁRIOS

- v. *Conferentes*

PRAZO

- recursal: contagem, quando não juntada a ata em 48 horas (En. 30) ... 333
- para recurso, da parte que não comparece à audiência de prolação da sentença (En. 197) 347
- do recurso principal: suspende-se, quando interpostos embargos de declaração (En. 213) 348
- v. *Ação Rescisória*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 30, 197 e 213*

PRECATÓRIO

- v. *Execução*

PRÊMIO-APOSENTADORIA

- instituído por norma regulamentar da empresa, não está condicionado ao disposto no § 3.º do art. 17 da Lei 5107/66 (En. 72) 336
- v. *Súmula do TST, n.º 72*

PRÊMIO-VIAGEM

- v. *Salário*

PRÊMIOS

- modalidades; prêmios fixos e prêmios variáveis, permanentes e temporários (*Ementa 5280*) 241
- v. *Comissões*

PRESCRIÇÃO

- interrupção: no processo do trabalho o ajuizamento da ação só se completa com o comparecimento do reclamante à audiência (*Ementa* 5281) 242
- não se interrompe, quando arquivada a reclamatória (*Ementa* 5282) .. 243
- não a interrompe a suspensão do contrato em virtude de acidente do trabalho (*Ementa* 5283) 244
- empregado doméstico; inaplicabilidade dos preceitos consolidados; prescrição quinquenal (*Acórdão* 1093/85) 103
- ação de empregado estável afastado há mais de dois anos, visando à persistência do vínculo: improcedência (*Ementa* 5284) 244
- funcionário público; pedido de revisão de punição de falta não justificada; hipótese de relevação da prescrição (*Acórdão* 3874/85) 105
- é quinquenal a prescrição para reclamar perdas e danos pelo não cadastramento no PIS (*Ementa* 5285) 245
- indenização pelo não cadastramento no PIS; direito sujeito à prescrição bienal (*Ementa* 5286) 246
- não ocorre, salvo quanto às parcelas periódicas, na hipótese de direitos que tenham sua fonte em norma legal (*Acórdão* 2642/85) 106
- o cotidiano recebimento de vantagem inferior à devida propicia o reinício de contagem do prazo prescricional (*Ementa* 5287) 246
- a alteração prejudicial do contrato de trabalho não configura ato único; prescrição parcial (*Ementa* 5288) 247
- inexistência prescrição de ação para exame de alteração do contrato de trabalho lesiva ao empregado (*Ementa* 5289) 247
- alteração lesiva do contrato de trabalho: ato nulo, não sujeito a prescrição (*Ementa* 5290) 247
- modificação das condições contratuais: embora possa ser enquadrado como ato único e positivo, a prescrição não é total, porque é nula a alteração, não gerando qualquer efeito (*Ementa* 5291) 248
- alterações do contrato de trabalho através de ordens de serviço escritas; hipótese de anulabilidade; incidência do disposto na Súmula do TST, n.º 198 (*Ementa* 5292) 249
- modificação da forma de pagamento do salário, em prejuízo do trabalhador: hipótese de anulabilidade; prescrição bienal (*Ementa* 5293) .. 250
- CEEE; pretensão a avanços trienais julgada prescrita; hipótese de ato único e positivo do empregador (*Ementa* 5294) 251
- complementação de aposentadoria: a prescrição atinge somente as parcelas anteriores ao biênio (*Ementa* 5295) 252
- complementação de aposentadoria; ato único, do qual flui o período prescricional (*Ementa* 5296) 253
- complementação de aposentadoria: é da data do ato lesivo do direito que se conta o prazo prescricional; Súmula do TST, n.º 198 (*Ementa* 5297) 254
- é único e positivo o ato do empregador que altera critérios de cálculo e pagamento de diárias ou ajuda de custo (*Ementa* 5298) 255
- pretensão a diferenças de remuneração; não importa, na definição de ato único, seja o ato positivo ou negativo, formalizado ou não, omissivo ou comissivo (*Ementa* 5299) 255
- é de dois anos o prazo para pedir revisão de enquadramento no quadro de carreira da empresa; Súmula do TST n.º 198 (*Ementa* 5300) 256
- férias-antiguidade e participação nos lucros: configura-se como ato único a abolição de ambas as vantagens; trabalhador bancário (*Ementa* 5301) 256
- a supressão de folgas mensais pelo empregador não pode ser entendida como decorrente de ato único, que não se confunde com ato unilateral; arguição prescricional rejeitada (*Ementa* 5302) 257
- FGTS; a pretensão de anulabilidade do ato de opção por vício de consentimento prescreve em dois anos (*Ementa* 5303) 257

— supressão de horas extras; prescrição parcial; imprescritibilidade do ato nulo (<i>Ementa</i> 5304)	258
— supressão de horas extras: ato único de prescrição total (<i>Ementa</i> 5305)	259
— redução de gratificação; lesão que se repete; nulidade do ato; prescrição parcial (<i>Ementa</i> 5306)	259
— para reclamar anotações na carteira de trabalho: flui da cessação do contrato (En. 64)	336
— do direito de reclamar contra o não recolhimento do FGTS: trintenária (En. 95)	338
— intercorrente: é inaplicável na JT (En. 114)	340
— não se conhece de prescrição não argüida na instância ordinária (En. 153)	343
— soma de períodos descontínuos; início do prazo prescricional (En. 156)	343
— prestações periódicas; lesão decorrente de ato único do empregador (En. 198)	347
— FGTS: incidência sobre parcelas prescritas (En. 206)	348
— anulação da opção pelo FGTS; termo inicial da prescrição: data do ato (En. 223)	349
— v. <i>Ação Rescisória e Fundo de Garantia</i>	
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 64, 95, 114, 153, 156, 198, 206 e 223	

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- v. *Relação de Emprego*

PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- v. *Benefício Previdenciário*

PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO

- salvo quando decorrente a lesão de ato único do empregador, prescrevem parcialmente (En. 198)
- v. *Súmula do TST*, n.º 198

PREVIDENCIA SOCIAL

- v. *Competência*

PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL

- v. *Recurso*

PROCESSAMENTO DE DADOS

- v. *Bancário*

PROCESSO ADMINISTRATIVO

- de interesse de funcionário: não cabe recurso ao TST contra decisão de TRT (En. 40)
- v. *Súmula do TST*, n.º 40

PROCURAÇÃO

- interposição de recurso sem procuração: não conhecimento, exceto na hipótese de mandato tácito (En. 164)
- v. *Súmula do TST*, n.º 164

PROCURADOR

- v. *Advogado e Horas Extras*

PROFESSOR

- tem direito à remuneração do repouso semanal, independentemente de ter o salário calculado de acordo com o art. 320, § 1.º, da CLT (*Ementa* 5307)
- repouso semanal remunerado: base de cálculo (*Ementa* 5308)
- salários: período de férias escolares; despedida sem justa causa (En. 10)
- v. *Súmula do TST*, n.º 10

PROPAGANDISTA-VENDEDOR

- v. *Adicional de Insalubridade*

PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

- v. *Contrato de Experiência*

PROVA

- o silêncio da parte quanto à perícia não importa em reconhecer como verdadeiras as conclusões do laudo (*Ementa* 5309) 260
- é do empregador o ônus da prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial (*En.* 68) 336
- negadas a prestação de trabalho e a despedida: ônus da prova pelo empregador (*En.* 212) 348
- v. *Alteração do Contrato de Trabalho*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 68 e 212

PROVENTOS DE APOSENTADORIA

- v. *Adicional de Periculosidade*

PUNIÇÃO

- é nula, se não precedida de inquérito ou sindicância internos regulamentares (*En.* 77) 337
- v. *Súmula do TST*, n.º 77

QUADRO DE CARREIRA

- validade para efeito de equiparação (*En.* 6) 331
- direito fundado em quadro de carreira; competência da JT (*En.* 19) .. 332
- não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação (*En.* 127) 341
- homologação pelo Conselho Nacional de Política Salarial: eficácia (*En.* 231) 350
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 6, 19, 127 e 231

QUEBRA DE CAIXA

- paga aos bancários: natureza salarial, integrando o salário para todos os efeitos (*En.* 247) 351
- v. *Súmula do TST*, n.º 247

QUINQUÊNIOS

- são devidos, nas condições do art. 19 da Lei 4345/64 (*En.* 52) 335
- de servidor estatutário optante pela CLT: não estão sujeitos a reajustes posteriores (*En.* 105) 339
- v. *Alteração do Contrato de Trabalho*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 52 e 105

QUITAÇÃO

- quitação (§§ 1.º e 2.º do art. 477 da CLT); conteúdo (*En.* 41) 334
- v. *Súmula do TST*, n.º 41

READMISSÃO

- direito a salários em caso de se converter a reintegração em indenização dobrada (*En.* 28) 333
- tempo de serviço anterior, em caso de readmissão (*En.* 138) 342
- hipótese em que falece competência à JT para determinar a reintegração (*En.* 150) 343
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 28, 138 e 150

REAJUSTES SALARIAIS

- instruções do TST (*Instrução Normativa n.º 1*) 329
- coletivos, determinados no curso do aviso prévio: beneficiam ao empregado pré-avisado (En. 5) 331
- semestrais, da Lei 6708/79: incidem sobre o adicional por tempo de serviço estabelecido em importe fixo (En. 181) 346
- da Lei 6708/79: não se aplicam aos servidores do Distrito Federal e respectivas autarquias (En. 235) 350
- v. *Instrução Normativa n.º 1 e Súmula do TST, n.ºs 5, 181 e 235*

REAJUSTES SEMESTRAIS

- v. *Inconstitucionalidade*

RECEPCIONISTA

- v. *Telefonista*

RECURSO

- a má qualificação do recurso não impede seu conhecimento — art. 244 do CPC (*Ementa 5310*) 261
- subscrito apenas por estagiário: não conhecimento (*Ementa 5311*) 261
- interposição por advogado inscrito em seccional de outro Estado: validade (*Ementa 5312*) 262
- cabe recurso ordinário da decisão que acolhe preliminar de litispendência (*Ementa 5313*) 263
- intimação em sexta-feira: conta-se o prazo (En. 1) 331
- pessoas jurídicas de direito público: processamento de recurso na JT (En. 4) 331
- juntada de documentos na fase recursal: quando se justifica (En. 8) .. 332
- de revista ou embargos: hipótese de não conhecimento (En. 23) 333
- parte vencida em segunda instância: custas (En. 25) 333
- contagem do prazo recursal, quando não juntada a ata em 48 horas (En. 30) 333
- decisão judicial transitada em julgado: incabível o mandado de segurança (En. 33) 334
- depósito para recurso: a majoração do salário mínimo não obriga a complementá-lo (En. 35) 334
- custas: incidem sobre o valor global, nas ações plúrimas (En. 36) 334
- de revista: requisitos para comprovação da divergência (En. 38) 334
- incabível, para o TST, de decisão de TRT em processo administrativo de interesse de funcionário (En. 40) 334
- de revista ou embargos: decisões superadas não ensejam seu conhecimento (En. 42) 334
- prazo para pagamento das custas, em caso de recurso: é contado da intimação do cálculo (En. 53) 335
- inócorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação (En. 86) 338
- o depósito da condenação deve ser complementado, se acrescida a condenação pelo acórdão regional (En. 128) 341
- de decisão do TRT em mandado de segurança cabe recurso ordinário para o TST (En. 154) 343
- de decisão do TRT em ação rescisória: cabível o recurso ordinário para o TST (En. 158) 344
- não havendo condenação em pecúnia, descabe o depósito prévio (En. 161) 344
- interposição sem procuração: não conhecimento de qualquer recurso, exceto na hipótese de mandato tácito (En. 164) 344
- depósito para fins de recurso, realizado fora da conta vinculada do empregado: hipótese em que não impedirá o conhecimento (En. 165) 344

- embargos, para o Pleno, contra agravo de instrumento de despacho denegatório de revista: incabíveis, em princípio (En. 183) 346
- contagem do prazo, para a parte que não comparece à audiência de prolação da sentença (En. 197) 347
- em mandado de segurança decidido por TRT: recurso ordinário, no prazo de oito dias (En. 201) 347
- de revista; divergência jurisprudencial: interpretação de lei (En. 208) 348
- os embargos de declaração suspendem o prazo do recurso principal (En. 213) 348
- salvo quando terminativas do feito, as decisões interlocutórias não são recorríveis de imediato (En. 214) 348
- depósito da condenação; desnecessárias a autenticação mecânica na relação de empregados e a individualização do processo na guia de recolhimento (En. 216) 349
- independente de prova o credenciamento bancário para recebimento do depósito da condenação (En. 217) 349
- de revista: é incabível contra acórdão proferido em agravo de instrumento (En. 218) 349
- de revista ou de embargos: inadmissibilidade, quando razoável a interpretação da lei (En. 221) 349
- o depósito da condenação deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso (En. 245) 351
- v. *Fundações e Recurso Adesivo*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 1, 4, 8, 23, 25, 30, 33, 35, 36, 38, 40, 42, 53, 86, 128, 154, 158, 161, 164, 165, 183, 197, 201, 208, 213, 214, 216, 217, 218, 221 e 245

RECURSO ADESIVO

- compatibilidade com o processo do trabalho (En. 196) 347
- v. *Súmula do TST*, n.º 196

RECURSO DE EMBARGOS

- é inadmissível, quando razoável a interposição da lei (En. 221) 349
- v. *Súmula do TST*, n.º 221

RECURSO DE REVISTA

- ou embargos: hipótese de não conhecimento (En. 23) 333
- requisitos para comprovação da divergência (En. 38) 334
- ou embargos: decisões superadas não ensejam seu conhecimento (En. 42) 334
- é incabível para reexame de fatos ou provas (En. 126) 341
- embargos, para o Pleno, contra agravo de instrumento de despacho denegatório de revista: incabíveis, em princípio (En. 183) 346
- divergência jurisprudencial: interpretação de lei (En. 208) 348
- contra acórdão proferido em execução de sentença: violação direta à CF (En. 210) 348
- é incabível contra acórdão proferido em agravo de instrumento (En. 218) 349
- é inadmissível, quando razoável a interpretação da lei (En. 221) 349
- v. *Embargos Declaratórios*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 23, 38, 42, 126, 183, 208, 210, 218 e 221

RECURSO EX OFFICIO

- v. *Autarquia*

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL

- v. *Competência e Funcionário Público*

REGIME COMPENSATÓRIO

- v. *Jornada Compensatória*

REGULAMENTO DA EMPRESA

- cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens: eficácia (En. 51) 335
- v. *Súmula do TST*, n.º 51

REINTEGRAÇÃO

- é incompetente a JT para determinar a reintegração de empregado demitido com base em atos institucionais (En. 150) 343
- v. *Ação Cautelar, Contrato de Trabalho, Empregado Estável, Empregado Integrante de Cipa e Estabilidade Provisória*
- v. *Súmula do TST*, n.º 150

RELAÇÃO DE EMPREGO

- entre entidades de fins assistenciais e associado de associação comunitária: hipótese de inexistência (*Ementa* 5314) 263
- trabalho em *stand* de cabeleireiro; hipótese de inexistência de vínculo empregatício (*Ementa* 5315) 264
- camareira de hotel de veraneio, na condição de extra: vínculo empregatício (*Ementa* 5316) 265
- trabalhadores em carga e descarga de mercadorias em Central de Abastecimento — CEASA: vínculo que não se reconhece como de emprego; carência de ação (*Ementa* 5317) 265
- trabalho avulso de “chapas”: hipótese em que não há vínculo de emprego (*Ementa* 5318) 266
- distribuidores de leite: vínculo empregatício (*Ementa* 5319) 267
- instrutor que ministra aulas em cursos da Febem em sucessivas contratações: vínculo de emprego (*Ementa* 5320) 268
- oficial de justiça “ad hoc”; hipótese de relação de emprego com o Estado (*Acórdão* 9015/85) 108
- não é bancário o trabalhador vinculado a empresa prestadora de serviços (*Ementa* 5321) 268
- não contempla a legislação brasileira o fornecimento de mão-de-obra em caráter permanente; serviços de limpeza e conservação; vínculo empregatício (*Acórdão* 5294/85) 111
- na locação de mão-de-obra, o vínculo empregatício se dá com a empresa beneficiada com o trabalho do obreiro (*Ementa* 5322) 269
- trabalho temporário; requisitos de lei não atendidos; vínculo empregatício (*Ementa* 5323) 270
- contrato de locação de veículo; pretensão a vínculo de emprego rejeitada (*Ementa* 5324) 270
- motorista proprietário de caminhão, que trabalha “agregado” a empresa transportadora: vínculo empregatício (*Ementa* 5325) 271
- prestação de serviço de transporte com veículo do próprio trabalhador: hipótese de vínculo de emprego (*Ementa* 5326) 272
- quando se configura, na prestação de serviços de transporte, com utilização de veículo próprio (*Ementa* 5327) 273
- integrante de comunidade religiosa — pastor missionário — ausência de pressupostos de relação de emprego (*Ementa* 5328) 273
- e contrato de representação comercial: elementos distintivos; hipótese de não reconhecimento de vínculo empregatício (*Acórdão* 6316/85) .. 113
- revelia e confissão; hipótese em que não é lícito ao Juiz concluir de ofício tratar-se de relação de emprego doméstico (*Ementa* 5329) 274
- trabalhador em empresa que se dedica a reforma e pintura de imóveis; vínculo reconhecido (*Ementa* 5330) 274
- transporte do mobiliário vendido pela empresa; hipótese de vínculo de emprego; conceito de pessoalidade (*Ementa* 5331) 275
- trabalhador em transporte de carga de empresa distribuidora de petróleo; vínculo reconhecido (*Ementa* 5332) 275

DO TRABALHO DA 4.ª REGIÃO

433

- mulher de trabalhador rural; serviços prestados a terceiros, inseridos em sua atividade econômica; vínculo empregatício (*Ementa* 5333) 276
- é única, em princípio, na prestação de serviços a grupo econômico (En. 129) 341
- conflito de leis no espaço: *lex loci executionis* (En. 207) 348
- v. *Contrato de Trabalho, Legitimatio ad Causam e Locação de Mão-de-Obra*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 129 e 207

REMUNERAÇÃO

- integra-a o adicional de insalubridade pago em caráter permanente (En. 139) 342
- de trabalho em dia feriado: pagamento em dobro e não em triplo (En. 146) 343
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 139 e 146

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- concessão de 8 em 8 dias; prática fraudulenta; pagamento em dobro (*Ementa* 5334) 276
- é devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista (En. 27) 333
- o trabalho em dia feriado é pago em dobro e não em triplo (En. 146) 343
- é indevido o pagamento dos recursos semanais e feriados intercorrentes nas férias indenizadas (En. 147) 343
- cálculo: excluem-se as gratificações de produtividade e de tempo de serviço (En. 225) 349
- v. *Horas Extras e Professor*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 27, 146, 147 e 225

REPOUSOS

- v. *Comissões*

REPRESENTAÇÃO

- não se decreta a extinção do processo quando o autor, exercendo atividade fora do país, se faz representar regularmente em juízo (*Ementa* 5335) 277

REPRESENTAÇÃO COMERCIAL

- v. *Relação de Emprego*

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- a obrigatoriedade da passagem do empregado à condição de funcionário público, sob pena de rescisão, outorga-lhe direito à reparação do art. 477 da CLT (*Ementa* 5336) 277
- rescisão contratual: hipótese em que se presume em fraude à lei (En. 20) 333
- insere-se no cálculo da indenização de antiguidade o salário de horas extras habituais (En. 24) 333
- conversão de reintegração em indenização dobrada: direito a salário (En. 28) 333
- empregado estável optante; transação; limites (En. 54) 335
- antecipada, no caso de optante pelo FGTS: indenização pelo art. 479 da CLT (En. 125) 341
- negada a prestação de trabalho e a despedida, é do empregador o ônus da prova (En. 212) 348
- v. *Demissão, Estabilidade Provisória, Falta Grave, Justa Causa e Trabalhador Rural*
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 20, 24, 28, 54, 125 e 212

RESCISÃO INDIRETA

- v. *Despedida Indireta*

RESPONSABILIDADE

- responde como empreiteira principal e não como dona da obra a empresa cuja destinação é a construção de habitações (*Ementa* 5337) 278
- v. *Execução, Legitimatío ad Causam, Locação de Mão-de-Obra, Sócio e Solidarietà*

REVELIA E CONFISSÃO

- condições em que é devido o pagamento em dobro dos salários incontroversos — art. 467 (En. 69) 336
- elisão da revelia; atestado médico; conteúdo (En. 122) 341
- v. *Relação de Emprego*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 69 e 122*

REVEZAMENTO

- regime de revezamento: não exclui o direito a adicional noturno (En. 130) 342
- v. *Súmula do TST, n.º 130*

REVISTA

- v. *Recurso de Revista*

RISCO

- v. *Adicional de Risco*

RURÍCULA

- pagamento das férias (En. 104) 339
- v. *Adicional de Insalubridade*
- v. *Súmula do TST, n.º 104*

SÁBADO

- v. *Bancário*

SAFRA

- v. *Contrato a Prazo e Contrato por Safra*

SALÁRIO

- habitação fornecida ao trabalhador durante o contrato: salário-utilidade, calculado sobre o salário básico (*Ementa* 5338) 279
- utilidade-habitação; trabalhador em observatório meteorológico; hipótese em que a moradia é meio de realização do contrato e não retribuição salarial (*Ementa* 5339) 279
- é devido ao trabalhador motorista no período em que este tem sua carteira de habilitação apreendida; risco empresarial (*Ementa* 5340) 280
- *in natura*: fornecimento gratuito de transporte: integração às parcelas remuneratórias e rescisórias (*Ementa* 5341) 280
- prêmio-viagem pago a motorista de caminhão: natureza salarial (*Ementa* 5342) 281
- habitação fornecida ao zelador de edifício: natureza salarial (*Ementa* 5343) 281
- habitação imprescindível ao exercício da função de zelador: ausência de natureza salarial (*Ementa* 5344) 281
- utilidade; os vales-refeição constituem utilidade *in natura*, integrando o salário; descabida a correção semestral (*Ementa* 5345) 282
- utilidade: não o configura o fornecimento de "tickets-restaurant" (*Ementa* 5346) 282
- *in natura*; marítimo: não é parcela remuneratória a alimentação fornecida a bordo ao marítimo (*Ementa* 5347) 283
- utilidade-alimentação: deve ser calculado sobre o valor real de mercado atribuído à vantagem — art. 458, § 1.º, c/c art. 81, § 1.º da CLT (*Ementa* 5348) 283

— pagamento de salários atrasados em audiência; mora; rescisão (En. 13)	332
— integra-o o adicional noturno habitual (En. 60)	336
— revelia: hipótese em que é devido o pagamento em dobro — art. 467 (En. 69)	336
— condições em que o integra o valor das horas extras ou suplementares (En. 76)	337
— integra-o a gratificação periódica (En. 78)	337
— integram-no, para efeitos indenizatórios, e pelo valor total, as diárias excedentes a 50% (En. 101)	339
— hora do bancário: cálculo: divisor 180 (En. 124)	341
— é indevido desconto pelo comparecimento do empregado como parte à JT (En. 155)	343
— substituição não eventual: salário do substituto (En. 159)	344
— gratificação por tempo de serviço: natureza salarial (En. 203)	348
— vale para refeição, fornecido em razão do contrato: natureza salarial (En. 241)	351
— aumentos regionais: licitude (En. 249)	352
— incorporação ao salário das parcelas pagas a título de antiguidade e desempenho: licitude (En. 250)	352
— v. <i>Acordo Coletivo, Desconto, Greve, Inconstitucionalidade, Menor, Professor, Sobreaviso e Trabalhador Temporário</i>	
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 13, 60, 69, 76, 78, 101, 124, 155, 159, 203, 241, 249 e 250	

SALÁRIO COMPLESSIVO

— nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente a vários direitos do trabalhador (En. 91)	338
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.º 91	

SALÁRIO-FAMÍLIA

— comprovada a existência de prole, é devido o pagamento do salário-família; atestado de vacina (<i>Ementa</i> 5349)	284
— não é devido aos trabalhadores rurais (En. 227)	350
— termo inicial do direito: coincide com a prova de filiação, ou com a data de ajuizamento do pedido (En. 254)	352
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 227 e 254	

SALÁRIO-MATERNIDADE

— proibido o trabalho no período previsto no art. 392 da CLT, são devidos os salários correspondentes (<i>Ementa</i> 5350)	284
— perde o direito ao salário-maternidade a empregada gestante que maliciosamente oculta do empregador o seu estado (<i>Ementa</i> 5351)	285
— é indevido na superveniência de termo de contrato de experiência (<i>Ementa</i> 5352)	285
— empregada gestante; dispensa; direito ao salário-maternidade (En. 142)	342
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.º 142	

SALÁRIO MÍNIMO

— decretado em condições de excepcionalidade: vigência imediata (En. 131)	342
— menor não aprendiz: direito a salário mínimo integral (En. 134)	342
— v. <i>Empregado Doméstico</i>	
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.ºs 131 e 134	

SALÁRIO-UTILIDADE

— v. <i>Salário</i>	
---------------------	--

SALÁRIOS INCONTROVERSOS

— revelia: condições em que é devido o pagamento em dobro — art. 467 (En. 69)	336
— v. <i>Súmula do TST</i> , n.º 69	

SENTENÇA

- requisitos; o princípio da celeridade processual não se sobrepõe ao princípio da fundamentação da sentença; nulidade da decisão de 1.º Grau (*Ementa* 5353) 286
- v. *Decisão*

SENTENÇAS NORMATIVAS

- v. *Dissídios Coletivos*

SERVIDOR PÚBLICO

- cedido: direito a gratificação natalina (En. 50) 335
- estatutário: não tem computado, para fins de licença-prêmio, o tempo de serviço prestado sob a lei 1890/53 (En. 103) 339
- estatutário, optante pela CLT: não tem direito a reajustes posteriores dos quinquênios (En. 105) 339
- funcionário público cedido à RFFSA: direito ao reajuste salarial do art 5.º da Lei 4435/64 (En. 116) 340
- optante pelo regime da CLT: hipótese em que não faz jus à gratificação de produtividade (En. 121) 341
- estadual ou municipal; hipótese de incompetência da JT (En. 123) 341
- em princípio, a opção do funcionário público pelo regime trabalhista implica na renúncia aos direitos estatutários (En. 243) 351
- v. *Ação Cautelar, Demissão, Eletricitário, Funcionário Público, Inconstitucionalidade, Legitimatío ad Processum e Prescrição*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 50, 103, 105, 116, 121, 123 e 243*

SINDICALISTA

- v. *Estabilidade Provisória e Falta Grave*

SINDICÂNCIA

- v. *Inquérito*

SINDICATO

- ação de cumprimento; desconto assistencial; incompetência da JT (En. 224) 349
- v. *Competência, Dissídio Coletivos, Legitimatío ad Causam e Legitimatío ad Processum*
- v. *Súmula do TST, n.º 224*

SOBREAVISO

- em atividade consideradas essenciais; aplicação analógica do § 2.º do art. 244 da CLT (*Ementa* 5354) 286
- operador em raio X de hospital; plantões de fins de semana; pagamento devido, em analogia com o previsto no art. 244, § 2.º, da CLT (*Ementa* 5355) 287
- é devido o pagamento aos eletricitários (En. 229) 350
- v. *Súmula do TST, n.º 229*

SOCIEDADE

- de economia mista: privilégio das entidades públicas não a abrange (En. 170) 345
- v. *Execução e Sócio*
- v. *Súmula do TST, n.º 170*

SÓCIO

- Insuficiente o patrimônio social, respondem os bens particulares dos sócios pelas dívidas trabalhistas (*Ementa* 5356) 287
- v. *Execução*

SÓCIO EMPREGADO

- v. *Diretor de Sociedade Anônima*

SOLDADOR

- v. *Adicional de Insalubridade*

SOLIDARIEDADE

- empresa de construções, dona da obra: hipótese de responsabilidade solidária com a empreiteira (*Ementa* 5357) 288
- passiva: é extensiva ao dono da obra, quando se destina esta a finalidades mercantis e tenha aquele por profissão a mercancia (*Acórdão* 9459/84) 116
- v. *Grupo Econômico, Legitímatio ad Causam, Locação de Mão de Obra e Responsabilidade*

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

- o substituído processualmente pode, antes da sentença, desistir da ação (*En.* 255) 352
- v. *Súmula do TST, n.º 255*

SUPENSÃO DO CONTIATO DE TRABALHO

- v. *Prescrição*

TAREFEIRO

- remuneração de férias: cálculo (*En.* 149) 343
- v. *Súmula do TST, n.º 149*

TELEFONISTA

- direito à jornada reduzida do art. 227 da CLT, ainda que registrada na empresa como recepcionista (*Ementa* 5358) 288
- que exerce também a função de recepcionista; direito à proteção especial do art. 227 da CLT (*Acórdão* 5567/84) 117
- hipótese em que também se aplica o art. 227 e §§ da CLT (*En.* 178) 345
- v. *Súmula do TST, n.º 178*

TEMPO À DISPOSIÇÃO

- v. *Horas Extras, Horas in Itinere e Tripulante de Navio*

TEMPO DE SERVIÇO

- empregado aposentado: cômputo do tempo anterior (*En.* 21) 333
- são computáveis na jornada de trabalho as horas *in itinere* em condução fornecida pelo empregador (*En.* 90) 338
- em caso de readmissão; saída espontânea; contagem (*En.* 138) 342
- períodos descontínuos; prescrição: início do prazo (*En.* 156) 343
- v. *Contrato de Trabalho, Diretor de Sociedade Anônima, Férias e Funcionário Público*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 21, 90, 138 e 156*

TRABALHADOR AGRÍCOLA

- das usinas de açúcar: integra a categoria profissional dos Industriários (*En.* 57) 335
- v. *Súmula do TST, n.º 57*

TRABALHADOR AVULSO

- v. *Competência e Relação de Emprego*

TRABALHADOR DOMÉSTICO

- v. *Empregado Doméstico, Férias, Trabalhador Rural*

TRABALHADOR ESTÁVEL

- v. *Prescrição*

TRABALHADOR INTEGRANTE DE CIPA

- v. *Empregado Integrante de Cipa*

TRABALHADOR MENOR

- v. *Menor*

TRABALHADOR RURAL

- a despedida do trabalhador rural importa na de sua esposa, que deve, por força de lei, acompanhá-lo no novo domicílio; aviso prévio devido (*Ementa* 5359) 289
- pequena produção em chácara não enseja a caracterização do trabalhador como empregado rural (*Ementa* 5360) 289
- direito à gratificação natalina (En. 34) 334
- pagamento das férias (En. 104) 339
- não tem direito ao salário-família (En. 227) 350
- v. *Adicional de Insalubridade e Relação de Emprego*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 34, 104 e 227*

TRABALHADOR TEMPORÁRIO

- direito a aumento e salário igual ao do trabalhador da mesma categoria na empresa tomadora dos serviços (*Acórdão* 3136/85) 120
- v. *Jornada Compensatória*

TRABALHO DA MULHER

- v. *Jornada Compensatória e Trabalhador Rural*

TRABALHO DOMESTICO

- v. *Empregado Doméstico*

TRABALHO EM DIA FERIADO

- não compensado, é pago em dobro e não em triplo (En. 146) 343
- v. *Súmula do TST, n.º 146*

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

- v. *Horas Extras e Sobreaviso*

TRABALHO ILÍCITO

- v. *Contrato de Trabalho*

TRABALHO NOTURNO

- nas atividades petroquímicas etc.: é regulado pela Lei 5811/72 e não pela CLT (En. 112) 340
- v. *Adicional Noturno*
- v. *Súmula do TST, n.º 112*

TRABALHO TEMPORÁRIO

- v. *Locação de Mão de Obra e Relação de Emprego*

TRANSFERÊNCIA

- empregados que se negam a ser transferidos para outra cidade; ausência de falta grave; hipótese de abuso no exercício dessa faculdade, pela empresa (*Ementa* 5361) 290
- aumento da despesa com transporte: direito do empregado a acréscimo salarial correspondente (En. 29) 333
- quando se presume abusiva (En. 43) 334
- v. *Perdas e Danos*
- v. *Súmula do TST, n.ºs 29 e 43*

TRANSPORTE

- v. *Horas in Itinere, Relação de Emprego e Salário*

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- exercício do poder normativo: limites (En. 190) 346
- v. *Súmula do TST*, n.º 190

TRIPULANTE DE NAVIO

- permanência a bordo no período de repouso: não se presume como tempo à disposição do empregador (En. 96) 338
- v. *Súmula do TST*, n.º 96

UTILIDADE

- v. *Salário*

UTILIDADE-TRANSPORTE

- v. *Salário*

VALE-REFEIÇÃO

- fornecido em razão do contrato: natureza salarial (En. 241) 351
- v. *Salário*
- v. *Súmula do TST*, n.º 241

VALOR DA CAUSA

- v. *Alçada*

VENDEDOR

- prático, comissionista: direito a repouso semanal e em dias feriados (En. 27) 333
- v. *Adicional de Insalubridade e Desconto*
- v. *Súmula do TST*, n.º 27

VÍCIO DE CONSENTIMENTO

- v. *Prescrição*

VIGIA

- de estabelecimento bancário: não se beneficia da jornada reduzida — art. 224 da CLT (En. 59) 335
- noturno: direito à hora reduzida (En. 65) 336
- direito a adicional noturno (En. 140) 342
- v. *Súmula do TST*, n.ºs 59, 65 e 140

VOGAL

- decisões de TRT em processo de impugnação ou contestação à investidura: recurso ao TST (En. 167) 344
- v. *Súmula do TST*, n.º 167

ZELADOR

- v. *Salário*

SENTENÇAS

- menor admitido através da Febem para aprendizagem e estágio; hipótese de vínculo de emprego (Proc. JC) de Santa Rosa n.º 406/85) — *Walter Raimundo Spies* 295
- interpretação do enunciado n.º 198 da Súmula de Jurisprudência do TST (Proc. 2.ª JC) de Pelotas n.º 355/83) — *Ricardo Gehling* 299
- locação de mão de obra; vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços (Proc. 1.ª JC) de Caxias do Sul n.º 394/84) — *Cláudio Gilberto Aguiar Höeher* 309

DESPACHOS CORRECIONAIS

— é ilícito às partes acordarem sobre grau de Insalubridade, cabendo ao Juiz homologar o acordo; prevalência do princípio da disponibilidade do direito sobre o da inquisitorialidade do processo (Proc. TRT n.º 8405/85)	321
— Juiz Substituto designado para outra zona: se presidiu à instrução de processo na zona anterior, é o Juiz indicado para prolatar a sentença (Proc. JC) 1188/84)	322
— não se encontra o processo trabalhista, em princípio, sujeito ao arrolamento prévio de testemunhas — exegese do art. 825, par. único, da CLT (Proc. TRT 13191/85)	323
— ação rescisória: inexistência de eficácia suspensiva; matéria insuscetível de intervenção correcional (Proc. TRT n.º 2213/86)	324
— é ampla a competência do Juiz para a fixação do valor da causa; matéria jurisdicional (Proc. TRT n.º 3941/86)	324

INSTRUÇÃO NORMATIVA E SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	327
--	------------

REGISTRO

— discurso do Exmo. Juiz <i>Sileno Montenegro Barbosa</i> , eleito Vice-Presidente do TRT da 4.ª Região, em agradecimento à homenagem prestada pela AMATRA à anterior e à nova administração	357
— discurso de posse do Exmo. Juiz <i>Ronaldo José Lopes Leal</i> , no TRT da 4.ª Região	361
— discurso do Exmo. Juiz <i>Paulo Maynard Rangel</i> , na posse do Exmo. Juiz <i>Ronaldo José Lopes Leal</i> no TRT da 4.ª Região	365
— discurso do Exmo. Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, <i>João Carlos Guimarães Falcão</i> , na posse do Exmo. Juiz <i>Ronaldo José Lopes Leal</i> no TRT da 4.ª Região	369
— discurso de posse do Exmo. Juiz <i>Alcione Niederauer Corrêa</i> no TRT da 4.ª Região	371
— discurso do Exmo. Juiz <i>Ronaldo José Lopes Leal</i> , na posse do Exmo. Juiz <i>Alcione Niederauer Corrêa</i>	375
— discurso do Exmo. Representante da OAB-RS, Dr. <i>Luiz Lopes Burmeister</i> , na posse do Exmo. Juiz <i>Alcione Niederauer Corrêa</i> no TRT da 4.ª Região	379
— discurso de posse do Exmo. Juiz <i>José Luiz Ferreira Prunes</i> no TRT da 4.ª Região	381
— discurso do Exmo. Juiz <i>Alcione Niederauer Corrêa</i> , na posse do Exmo. Juiz <i>José Luiz Ferreira Prunes</i> no TRT da 4.ª Região	385
— discurso do Exmo. Procurador Regional do Trabalho, <i>Carlos Renato Genro Goldschmidt</i> , na posse do Exmo. Juiz <i>José Luiz Ferreira Prunes</i> no TRT da 4.ª Região	391



COMPOSTO E IMPRESSO NA
LIVRARIA DO GLOBO S. A.
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 1271 - CP 349
PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

40

41

42

43

44



646.837